

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

NATANIÉL DAL MORO

**MODERNIZAÇÃO URBANO-CITADINA E
REPRESENTAÇÕES SOBRE OS TRABALHADORES
NA CIDADE DE CAMPO GRANDE
(DÉCADAS DE 1960-70)**

MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

SÃO PAULO

2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

NATANIÉL DAL MORO

**MODERNIZAÇÃO URBANO-CITADINA E
REPRESENTAÇÕES SOBRE OS TRABALHADORES
NA CIDADE DE CAMPO GRANDE
(DÉCADAS DE 1960-70)**

MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE no Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social, sob a orientação da Prof.^a Doutora Yvone Dias Avelino.

SÃO PAULO

2007

Banca Examinadora

Se a gente consegue expressar com toda a felicidade a nossa infelicidade, já não será mais tão infeliz.

Mário Quintana

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Professora Doutora Yvone Dias Avelino, pela competente orientação. Suas ações como educadora foram de singular expressão. Meu sincero muito obrigado pelas contribuições dadas ao meu desenvolvimento como ser humano e ao trabalho de pesquisa e de escrita da dissertação.

Às Professoras Doutoras Maria Augusta de Castilho e Dolores Pereira Ribeiro, ambas docentes da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e Marisa Bittar, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), pelas atentas e significativas observações feitas ao projeto denominado: A construção da imagem do trabalhador no sul de Mato Grosso nas décadas de 1960-1970. Depois de algumas mudanças denominei o referido projeto de: Modernização urbana e representações sobre os trabalhadores na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-1970). Por fim, defini o nome, já não mais do projeto, mas sim do texto da dissertação, de: Modernização urbano-citadina e representações sobre os trabalhadores na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70).

À Profa. Dolores Pereira Ribeiro, minha orientadora no curso de graduação em História da UCDB, por ter me incentivado a fazer a seleção para o Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

À Professora Doutora Estefânia Knotz Canguçu Fraga, meu primeiro contato na PUC-SP, ainda em meados do ano de 2004. Suas orientações foram, no início, de primordial incentivo. Por meio dessas foi possível reformular o projeto, fato esse que incutiu numa melhor problematização do tema e numa definição mais acertada das fontes de pesquisa.

Agradeço imensamente às Professoras Doutoras Heloisa de Faria Cruz, Maria do Rosário da Cunha Peixoto, Maria Izilda Santos de Matos, Maria Odila Leite da Silva Dias e Vera Lúcia Vieira e ao Professor Doutor Maurício Broinizi Pereira pelas valiosas aulas ministradas. Todos esses interlocutores, cada um da sua forma, contribuíram para o desenvolvimento de reflexões ímpares sobre a pesquisa, agora texto.

Sem dúvida as observações feitas pelo Prof. Maurício Broinizi Pereira, docente da disciplina Pesquisa Histórica, assim como as do doutorando em História Leno Jose Barata Souza e as da colega de mestrado Selma Santos Borges, na tarde do dia 25 de maio de 2006, quando por exigência da disciplina apresentei a minha proposta de pesquisa, foram de expressiva contribuição, pois ajudaram no reordenamento inicial de várias análises, geralmente muito truncadas.

As contribuições proferidas pelo Prof. Maurício e pela Profa. Estefânia na Banca de Qualificação, realizada na tarde do dia 14 de dezembro de 2006, foram de grande importância para articular efetivamente determinadas análises, tendo em vista que estavam desconexas.

O diálogo, quase que diário, com os colegas do mestrado, com demais sujeitos, muitos dos quais alunos da PUC-SP, e com os próprios moradores de/nas ruas do Bairro Perdizes, região Oeste do Município de São Paulo, ajudou-me a determinar com mais precisão muitas questões. Dialogar com pessoas das áreas de Administração, das Artes Visuais, das Ciências Sociais, da Comunicação, do Direito, da Economia, da Pedagogia e com o “povo comum” sem dúvida foi um aprendizado que fez com que determinadas ortodoxias históricas fossem mais facilmente superadas ou, no mínimo, lapidadas. Afinal, a experiência é sempre mais rica do que a teoria.

Aos meus colegas, integrantes do Núcleo de Estudos de História Social da Cidade (NEHSC), que em diversos eventos muito contribuíram para o meu crescimento intelectual. Muito grato por tudo.

À secretária do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, Betinha, que sempre foi muito prestativa, atendendo-me com simpatia e com solicitude em todos os momentos. Sua agilidade no trato de questões ditas burocráticas foi fundamental para a realização desse trabalho.

A convivência diária e sem dúvida infinitamente prazerosa com a senhora Luiza Bortolazzo fez com que eu conseguisse compreender melhor como é o cotidiano dos moradores de/nas ruas do Bairro Perdizes, tais como os sujeitos que vivem em quase toda a extensão da Rua Cardoso de Almeida. À Dona Luiza, como costume chamá-la, obrigado imensamente por tudo.

Seria impossível ter feito esse trabalho sem a colaboração, quase sempre muito prestativa, de inúmeras pessoas, tanto de instituições públicas como privadas. Muito obrigado aos funcionários desses locais: Biblioteca Nadir Gouvêa Kfoury (PUC-SP), Biblioteca da Universidade de São Paulo (USP), Centro de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho” (CEDIC – PUC-SP), Biblioteca Central da Universidade de Passo Fundo (UPF), Arquivo do Jornal Correio do Estado, Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA), Biblioteca da Fundação IBGE de Campo Grande, Biblioteca Central da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Biblioteca da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Campo Grande, Biblioteca Pública Estadual Dr. Isaías Paim e Livros Usados e Novos Maciel.

Sem dúvida a colaboração e o total empenho de algumas pessoas do Jornal Correio do Estado foram essenciais para que o outrora apenas projeto deixasse de ser o que um dia foi. Permaneci durante quase 3 meses no Arquivo do Jornal Correio do Estado, durante todo o tempo sempre fui muito bem recebido e tive sempre atendidas as solicitações. Realmente, muito obrigado.

À Patrícia Dal Moro, minha irmã, obrigado pela digitação de mais de 2/3 das matérias que utilizei na dissertação. Seu trabalho foi essencial, pois só assim tive mais tempo para me dedicar à análise das mesmas e à redação do trabalho como um todo. À Déborah Dal Moro, minha outra irmã, sua contribuição foi extremamente sutil, porém, de imprescindível relevância.

À Maria Odete Giollo, minha tia e madrinha, em momentos de alguma necessidade, sobretudo financeira, sua ajuda nunca faltou. Seu incentivo foi e é muito importante. Suas palavras e ações são belos exemplos.

À Maria Elisabete Giollo Dal Moro e ao Natalim Dal Moro, meus pais, obrigado por tudo: se algo não saísse como eu planejava, tinha a certeza de que vocês não falhariam.

Por fim, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Desde os anos de graduação (2000-2003), sendo que dos 4, fui durante 3 anos aluno-pesquisador do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC), o CNPq foi fundamental no custeio de minha formação educacional, sobretudo como pesquisador. Além disso, durante esses 3 anos tive uma excelente orientadora, a Professora Doutora Mariluce Bittar, educadora com a qual pude compreender melhor o que é ser sujeito histórico. Suas análises sobre a realidade, ainda hoje, são um ponto de apoio para pensar os rumos que devo seguir na vida. A bolsa obtida no mestrado foi igualmente essencial para custear a maior parte das despesas, na verdade, dos investimentos, possibilitando assim o desenvolvimento/aproveitamento de atividades como a extensão, o ensino e a pesquisa, tendo em vista que a PUC-SP é repleta de todas, e não o desenvolvimento de preocupações sobre como fazer para arcar com os “custos” do mestrado.

MORO, Nataniél Dal. Modernização urbano-citadina e representações sobre os trabalhadores na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70). 2007. 365 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2007.

Resumo: “Modernização urbano-citadina e representações sobre os trabalhadores na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)” possui como objetivo explicitar os processos pelos quais foram constituídas as representações sobre a modernização urbano-citadina, sobre os trabalhadores que ocupavam o espaço público do centro da cidade de Campo Grande e externar as representações que foram elaboradas a respeito do cotidiano desse “povo comum” que, de certa forma, fazia do espaço público também um espaço privado. Pesquisar sobre esse assunto e escrever esse texto consiste em apontar parte dos nexos constitutivos da realidade brasileira e, igualmente, da história do atual Estado de Mato Grosso do Sul, cuja capital política e administrativa têm como sede o Município de Campo Grande. Municipalidade essa que em 1960 tinha menos de 75.000 mil habitantes, sendo que em 1980 possuía mais de 290.000 mil residentes; grande parte constituída de migrantes, em especial de migrantes provenientes de Estados como: São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul. Nem todos esses migrantes, bem como uma parte da população local, conseguiram contribuir para o chamado “progresso” citadino. Surge, então, mas como “problema social”, para as mais diversas ‘autoridades’ públicas e privadas, o “povo comum”. Esses sujeitos, por sua vez, ocupavam territórios de variadas formas, principalmente o espaço público da cidade de Campo Grande, em particular as calçadas das vias públicas de comércio que eram mais movimentadas, tais como a Rua 14 de Julho e a Avenida Calógeras, que não deixavam de ser símbolos da modernidade local, que paulatinamente eram modernizados. Para analisar essa realidade de modernização urbano-citadina e de representações sobre os trabalhadores utilizei, com grande proveito, as reflexões elaboradas por Marx, Engels, Benjamin, Bourdieu, Hobsbawm, Thompson, Williams, Chartier, Sharpe, Santos, Touraine e Faoro. As análises das fontes e das reflexões teóricas indicam que o processo de modernização urbano-citadino privilegiou sobremaneira a elite campo-grandense e que as representações elaboradas sobre o “povo comum” e também a respeito das suas práticas cotidianas, como a alimentação, a higiene corporal e a moradia, foram vistas como demeritivas ao “progresso”. Portanto, o “povo comum” não devia se fazer presente no centro urbano e comercial da cidade de Campo Grande, já que depunha, material e simbolicamente, contra a representação de “progresso” que estava sendo construída, uma vez que a modernização, sobretudo a econômica, foi algo constante no decorrer das décadas de 1960 e de 1970.

Palavras-chave: Modernização urbano-citadina, trabalhadores urbanos, representações.

MORO, Nataniél Dal. Urban-citizen modernization and representations about the workers in Campo Grande city (1960's and 70's). 2007. 365 f. Dissertation (Masters Degree in Social History) – Program of Post-Graduate Studies on History, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2007.

Abstract: The objective of the work "Urban-citizen modernization and representations about the workers in Campo Grande city (1960's and 70's)" is to explain the processes through which the representations about the urban-citizen modernization were constituted, about the workers who occupied the public space of Campo Grande downtown and to extern the representations that were prepared regarding the everyday of this "common people" who, in a certain way, made also the public space, a private space. Researching about this subject and writing this text consists in appointing a part of the constitutive links of the Brazilian reality as well as the history of the current Mato Grosso do Sul state, whose political and administrative capital seat is in Campo Grande city. A municipality whose population in 1960 was lower than seventy five thousand inhabitants, since in 1980 they were more than two hundred and ninety thousand people; most of them constituted by emigrants, specially emigrants from states as: São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Bahia and Rio Grande do Sul. Not all of those emigrants, as well as a part of the local population, managed to contribute towards the called citizen "progress". Then, the "common people" arises more as a "social problem" for the most diverse public and private 'authorities'. This people, in turn, occupied territories in several ways, mainly the public spaces of Campo Grande city, in particular the sidewalks of the most busy business streets, such as 14 de Julho street and Calógeras Avenue, that never ceased to be a local symbol of modernity, that gradually were modernized. In order to analyze this reality of urban-citizen modernization and representations about the workers I used, very advantageously, the reflections of Marx, Engels, Benjamin, Bourdieu, Hobsbawm, Thompson, Williams, Chartier, Sharpe, Santos, Touraine and Faoro. The analyses of the sources and the theoretical reflections appoint that the urban-citizen modernization process highly privileged the elite from Campo Grande and that the representations about the "common people" and also those regarding their daily practices, as feeding, corporal hygiene and housing, were seen as unmeritorious to the "progress". Therefore, the "common people" must not be present in the urban and commercial downtown of Campo Grande city, since they testified, material and symbolically, against the representation of "progress" that was being constructed, once the modernization, specially the economical modernization, was something constant during the 60's and 70's.

Key-words: Urban-citizen modernization, urban workers, representations.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACCG – Associação Comercial de Campo Grande
AJCE – Arquivo do Jornal Correio do Estado
AMCG – Associação Médica de Campo Grande
ANPUH – Associação Nacional de História
ARCA – Arquivo Histórico de Campo Grande
CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados
CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás
CANGO – Colônia Agrícola Nacional General Osório
CELUSA – Centrais Elétricas de Urubupungá S.A.
CEM – Centro de Educação do Menor
CEMAT – Centrais Elétricas Mato-grossenses
CESUP – Centro de Ensino Superior Professor Plínio Mendes dos Santos
CETREMI's – Centros de Triagem e Encaminhamentos de Migrantes
CIMI – Comissão Internacional das Migrações Internas
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DACLOBE – Diretório Acadêmico Clóvis Beviláqua
DEOPS – Delegacia Estadual de Ordem Política e Social
DSN – Doutrina de Segurança Nacional
ESG – Escola Superior de Guerra
FIBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FUCMT – Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso
FUNABEM – Fundação do Bem Estar do Menor
FUNCESP – Fundação Municipal de Cultura, Esporte e Lazer
JCE – Jornal Correio do Estado
LBA – Legião Brasileira de Assistência
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MG – Minas Gerais
MS – Mato Grosso do Sul
MT – Mato Grosso
NOB – Estrada de Ferro Noroeste do Brasil
NURE/MIGR/MS – Núcleo Responsável pelo Programa de Migrações Internas de MS
OAMT – Organização das Abnegadas de Mato Grosso
PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PLADESCO – Plano de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro-Oeste

PMCG – Prefeitura Municipal de Campo Grande
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
POEMI's – Postos de Orientação e Encaminhamento de Migrantes
POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PR – Paraná
PRODEGRAN – Programa de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados
PRODEPAN – Programa de Desenvolvimento do Pantanal
PRODOESTE – Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste
PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RFFSA – Rede Ferroviária Federal S/A
RS – Rio Grande do Sul
SAS – Secretaria de Assistência Social
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SCV – Sindicato do Comércio Varejista de Campo Grande
SDDI/MS – Setor de Documentação e Disseminação de Informações de MS
SESC – Serviço Social do Comércio
SESI – Serviço Social da Indústria
SMA – Secretaria Municipal de Administração
SMS – Secretaria Municipal de Saúde
SOM – Serviço de Orientação ao Menor Abandonado
SP – São Paulo
SPS – Secretaria de Promoção Social
SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUDESUL – Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul
UCDB – Universidade Católica Dom Bosco
UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFU – Universidade Federal de Uberlândia
UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNIDERP – Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal
UNIPAR – Universidade Paranaense
UP's – Unidades Primárias do Sistema de Informações sobre Migrações Internas
USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Propaganda de terras em Mato Grosso: 1957	89
Quadro 2 – Propaganda de indústrias em Mato Grosso: 1957	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População rural e urbana no sul de MT/MS: 1940-1980	99
Tabela 2 – População rural e urbana de Campo Grande: 1940-1980.....	105
Tabela 3 – População natural e migrantes em Campo Grande: 1960-1980	106

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
RESUMO	8
ABSTRACT	9
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	10
LISTA DE QUADROS	12
LISTA DE TABELAS	13
INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I – MODERNIZAÇÕES E CONFLITOS URBANO-CITADINOS.....	24
1.1 ‘Projetos’ e ‘práticas’ de modernizações urbano-citadinas.....	26
1.2 Permanências e alterações de dados numéricos populacionais.....	72
1.3 Modernizações da infra-estrutura e da moradia no espaço urbano-citadino.....	110
CAPÍTULO II – ESPAÇO PÚBLICO E TRABALHADORES URBANOS.....	169
2.1 ‘Trabalhadores locais’: os “outros” que já estavam	176
2.2 ‘Trabalhadores migrantes’: os “outros” que chegaram	205
2.3 ‘Trabalhadores informais’: o labor ilegal	254
CAPÍTULO III – REPRESENTAÇÕES DO COTIDIANO NO ESPAÇO PÚBLICO	269
3.1 Representações da alimentação	270
3.2 Representações do corpo.....	290
3.3 Representações da moradia.....	311
CONCLUSÃO.....	341
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	346
I – Fontes.....	346
II – Bibliografia.....	357

INTRODUÇÃO

Existem coisas que podem ser ditas e outras que devem ser silenciadas. Entretanto sempre há alguém que está pronto para tornar público o que é silenciado e não menos para silenciar o que é público. Meu trabalho como historiador não foge desse parâmetro: na escrita do texto objetivei des-silenciar, de forma objetiva, algumas questões e, inclusive, silenciar outras.

Justamente por isso penso que o texto que escrevi não é imparcial e nem neutro. Muito pelo contrário, pois concebo que a escrita da História é uma ação de escrever sobre os outros para que o historiador-indivíduo-sujeito histórico possa revelar e compreender a si próprio. Fazendo isso não há imparcialidade, nem neutralidade, mas sim, no mínimo, o oposto.

Sendo assim, o meu trabalho de historiador explicita concomitantemente com o texto escrito a minha parcialidade e a minha não-neutralidade, condição que é inerente a todos os sujeitos históricos. Como também sou sujeito histórico, não abri mão dessa condição ao realizar a feitura do presente trabalho, mesmo porque isso não é possível e eu também não anseio por tal propriedade.

Além disso, considero relevante externar que entendo que a pesquisa só surge com o trabalho do pesquisador, assim como o pesquisador também só se constrói com e no processo do trabalho de pesquisa/escrita que ele próprio realiza. Parte dessa constatação histórica ocorreu entre os anos de 2001 e de 2003, quando era acadêmico do curso de graduação em História pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB – Campus de Campo Grande/MS¹) e bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), com apoio institucional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Nesse período realizei determinadas, e por vezes conflitantes, leituras e análises das fontes que coletei em trabalho de campo em locais como, por exemplo, o Arquivo do Jornal Correio do Estado (AJCE), localizado na cidade de Campo Grande, a biblioteca da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), o Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA) ou em revistas das décadas de 1960 e de 1970, como no caso da revista Brasil-Oeste e da revista Visão.

¹ O Estado de Mato Grosso do Sul (MS) foi criado pela Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, assinada pelo então general-presidente Ernesto Geisel (MATO GROSSO DO SUL (Estado). *Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul – 1979*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979, p. 3). A Unidade Federativa é cortada no extremo sul pelo trópico de Capricórnio e está localizada na Região Centro-Oeste do Brasil. A extensão territorial é de quase 360.000 km². Faz fronteira internacional com as nações do Paraguai e da Bolívia. Limita-se ao norte com os Estados de Mato Grosso e de Goiás. Ao sul com o território do Paraguai. A leste com os Estados de Minas Gerais, de São Paulo e do Paraná. A oeste faz fronteira com a Bolívia e com o Paraguai. Os principais rios são: Paraguai, Paraná, Paranaíba, Miranda, Aquidauana, Taquari, Negro e Apa.

No entanto, naquele momento as problemáticas e os objetivos de minhas pesquisas eram outros: logo era pertinente dar conta de compreendê-los e não de problematizar outras questões. Depois de solucionar os objetivos das pesquisas de graduação² e de iniciação científica³, atentei para as fontes que manuseei e constatei que eram recorrentes as questões da migração populacional de trabalhadores, da saída de trabalhadores do campo em direção às cidades, da modernização, do crescimento econômico e da concomitante, mesmo porque é inerente ao processo histórico, transformação da concretude social em pauta por inúmeros agentes sociais.

Tendo em vista a existência dessa situação surgiram inúmeras inquietações, tais como as de pensar os significados do trabalho urbano em Campo Grande, pensar o que vinha a ser migrar para a cidade de Campo Grande naqueles anos. Pensar também na situação das pessoas que já estavam no espaço urbano da municipalidade e não menos compreender as mudanças e as permanências, as especificidades e as particularidades, as objetividades e as subjetividades construídas por meio das tensões e dos conflitos dos que vivenciaram e territorializaram o espaço urbano da cidade de Campo Grande no decorrer das décadas de 1960 e de 1970.

Diante da constatação dessas questões, sobretudo empíricas num primeiro momento, problematizei essas fontes antes trabalhadas em outras pesquisas, só que agora visando compreender mais detalhadamente os “movimentos históricos”⁴, ou seja, entender como se deram os processos de modernização urbano-citadina e de construção de representações sobre os trabalhadores na cidade de Campo Grande no período das décadas de 1960 e de 1970.

No sentido de compreender, senão o todo, pelo menos partes das “representações”⁵ dessa realidade histórica é que escrevi o texto denominado:

² MORO, Nataniél Dal. *Vozes não-oficiais: a história do operariado industrial de Sidrolândia, MS (1992-2002)*. 2003. 104 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Curso de Graduação em História, Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, 2003.

³ Dentre as pesquisas realizadas/publicações feitas, as mais expressivas são: 1º) na graduação: MORO, Nataniél Dal; GRECO, Maria Madalena Dib Mereb. Apontamentos sobre a história social do trabalho: mulheres ferroviárias e trabalhadores-migrantes. In: *Anais eletrônicos do XXII Simpósio Nacional de História*. João Pessoa: UFPB, 2003. 8 p. 1 CD-ROM; _____. Changueiros: trabalhadores à margem dos trilhos. In: *Anais do VI Encontro de História de Mato Grosso do Sul: história, memória e identidades*. Campo Grande: UCDB, 2002, p. 100-112; _____. *História e concepção dos trabalhadores de Mato Grosso do Sul*. 2003. Pesquisa apresentada na II Semana de Ciências Sociais da UFMS, 2003. 8 p.; _____. Trabalhadores assalariados de MS: uma análise à luz de suas concepções. In: *III SEMINÁRIO DO TRABALHO: PERSPECTIVAS DO TRABALHO NO BRASIL*, 2003, Marília, Resumos... Marília: UNESP, 2003; _____. Trabalhadores em MS: uma breve análise. In: *Anais eletrônicos do XXII Simpósio Nacional de História*. João Pessoa: UFPB, 2003. 9 p. 1 CD-ROM; e na iniciação científica: _____. BITTAR, Mariluce. Educação superior e formação de professores em Mato Grosso do Sul (1979/1999). In: OSÓRIO, Alda Maria do Nascimento (Org.). *Trabalho docente: os professores e sua formação*. Campo Grande: UFMS, 2003, p. 15-33; _____. BITTAR, Mariluce; BATISTA, Suzana Gonçalves. Política de educação superior em Mato Grosso do Sul e a inserção da UCDB no segmento comunitário. In: *V Encontro de Pesquisa em Educação do Centro-Oeste*. Uberlândia: UFU, 2002. 9 p. 1 CD-ROM.

⁴ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 17.

⁵ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa/São Paulo: DIFEL/Bertrand Brasil, 1990.

“MODERNIZAÇÃO URBANO-CITADINA E REPRESENTAÇÕES SOBRE OS TRABALHADORES NA CIDADE DE CAMPO GRANDE (DÉCADAS DE 1960-70)”.

O objetivo geral foi o de explicitar como foram construídas as representações sobre: 1º) a modernização urbano-citadina; 2º) os trabalhadores que ocupavam o espaço público do centro da cidade de Campo Grande e 3º) o cotidiano desse “povo comum”⁶ que, de certa forma, fazia do espaço público também um espaço privado.

Procurei não descuidar de percorrer também cronologicamente as modernizações políticas, sociais e econômicas que ocorreram na cidade de Campo Grande. Além disso, busquei sobremaneira pensar como os ‘trabalhadores locais’, os ‘trabalhadores migrantes’ e os ‘trabalhadores informais’ ocupavam variadas partes do espaço urbano da cidade de Campo Grande, notadamente as calçadas de ruas e de avenidas, além de praças.

Fazer isso não deixa de ser uma forma de externar como o “povo comum” foi evidenciado nos textos dos materiais analisados, em particular nos escritos oficiais e nos particulares, sobretudo nas matérias – cerca de mil – que coletei no Arquivo do Jornal Correio do Estado (AJCE), no período de 13 de dezembro de 2005 até 8 de fevereiro de 2006.

É possível justificar a escolha do AJCE de variadas formas. Duas são de grande importância: inicialmente pode-se mencionar a tradição do próprio Jornal Correio do Estado como veículo impresso de comunicação no sul do Estado de Mato Grosso e, sobretudo, na cidade de Campo Grande, já que começou a circular no dia 7 de fevereiro de 1954 e, desde então, possui significativa atuação na sociedade regional, em especial nos campos político-partidário-econômico, tal como afirmou José Barbosa Rodrigues⁷, um dos fundadores do Jornal Correio do Estado.

⁶ O “povo comum” entendido e composto por aquelas pessoas que não ocuparam posições sociais de destaque na sociedade e que, de certa forma, também não foram trabalhadas pelos estudos acadêmicos. São exemplos do “povo comum” nesse texto notadamente os ‘trabalhadores locais’, os ‘trabalhadores migrantes’ e os ‘trabalhadores informais’. Além desses também são exemplos do “povo comum”, porém nem todos foram analisados nesse texto, os sujeitos denominados de mendigos infantis e adultos do sexo feminino e do masculino, os moradores de rua, os andarilhos-profetas, as prostitutas, os doentes/enfermos/débeis mentais, indigentes debilitados fisicamente, pessoas embriagadas, em especial do sexo masculino, os baderneiros da cidade, os ciganos, os homens e as mulheres “vítimas” das autoridades policiais, os presos de delegacias e de presídios, as pessoas que ocupavam os espaços da cidade durante a noite, os transeuntes das vias urbanas que moravam e/ou que eram consumidores e os trabalhadores informais, notadamente os vendedores ambulantes/camelôs. No segundo capítulo dessa dissertação estudei especificamente o “povo comum” denominado de ‘trabalhadores locais’, ‘trabalhadores migrantes’ e ‘trabalhadores informais’, embora as fontes que coletei no Arquivo do Jornal Correio do Estado (AJCE) tenham externado muitos outros sujeitos do “povo comum”. O termo “povo comum” foi retirado do seguinte escrito: HOBBSAWM, Eric John. A outra história: algumas reflexões. In: KRANTZ, Frederick. *A outra História: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988a, p. 21.

⁷ “Dentre as grandes campanhas que incentivou e apoiou destacam-se: construção da usina do Mimoso (que resolveu o problema de energia elétrica de Campo Grande), a pavimentação asfáltica da rodovia que liga Cuiabá-Campo Grande-Porto XV de Novembro (no rio Paraná), Divisão de Mato Grosso e criação de Mato Grosso do Sul, etc.” (RODRIGUES, José Barbosa. *Correio do Estado: histórico*. In: Os meios de comunicação em Campo Grande. ARCA: Revista do Arquivo Histórico de Campo Grande – MS, Campo Grande, Secretaria Municipal da Cultura e do Esporte, jan. 1990, p. 16). No início da década de 1970 circulavam na cidade de Campo Grande, além do Jornal Correio do Estado, o Diário da Serra, A Luta Matogrossense, O Matogrossense, Folha de Mato Grosso e A Voz Matogrossense.

Contudo, isso não é o mais importante. O mais importante na escolha do JCE como fonte principal para a coleta de dados foi pelo fato de que as matérias publicadas mencionavam representações a respeito do “povo comum”, simplesmente por isso escolhi as matérias do JCE como fonte e não por causa que o JCE era – e ainda o é – um dos mais tradicionais meios de comunicação do Estado de Mato Grosso, hoje Estado de Mato Grosso do Sul.

Escolhi o Jornal Correio do Estado em razão de que por meio das inúmeras matérias publicadas considerei ser possível compreender melhor a elite e o “povo comum” que residiam na cidade de Campo Grande. As ações desse “povo comum” eram, por sua vez, re-apresentadas, e aqui a importância da categoria “representação”, por meio de variadas instituições e também por determinados sujeitos históricos, tais como: vereadores, prefeitos, secretários municipais e estaduais, juizes, promotores, comerciantes, jornalistas, advogados, mulheres caridosas, homens-doutores, médicos, pertencentes a entidades das mais diversas, tanto públicas como privadas.

Ao buscar compreender tais “representações” não descuidei de um dos ofícios do historiador, qual seja, o de compreender os atos, as ações dos sujeitos que produziram o chamado “fato” e não o “fato” em si, pois o historiador que considera o “fato” por ele mesmo produz uma história sem significado, já que constrói uma história sem sujeitos. Na medida do possível busquei escrever uma história com sujeitos, explicitando os conflitos entre eles mesmos. Nesse sentido, escrevi uma história, assim como Hobsbawm recomendou, que serve para “[...] lembrar o que outros esqueceram [...]”.⁸ Esse lembrar consiste sobretudo em re-apresentar uma outra compreensão a respeito do processo de modernização urbano-citadino e explicitar como foram elaboradas inúmeras “representações” sobre o “povo comum”.

Além disso, não é inoportuno frisar que o tema da modernização urbano-citadina adquire cada vez mais interlocutores nas pesquisas das áreas disciplinares das Ciências Humanas e Sociais, em particular de estudiosos provenientes dos campos da Arquitetura, das Ciências Sociais, do Direito, da Economia, da Engenharia, da Geografia, do Serviço Social, do Urbanismo e, é claro, da História.

Sem dúvida, um diálogo muito salutar, pois contribui para que o historiador compreenda que a teoria, assim como afirmou o historiador inglês Edward Palmer Thompson, é um conjunto de problemáticas e não de respostas sobre a realidade histórica. O historiador precisa

⁸ HOBBSAWM, Eric John. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 13.

[...] interrogar os silêncios reais, através do diálogo do conhecimento. E, à medida que esses silêncios são penetrados, não cosemos apenas um conceito novo ao pano velho, mas vemos ser necessário reordenar todo o *conjunto* de conceitos. Não há nenhum altar mais oculto que seja sacrossanto de modo a obstar a indagação e a revisão.⁹

Afirmar isso significa que por mais lapidada que a teoria seja é sempre adequado considerá-la como parcial e, portanto, nem sempre pertinente para auxiliar na compreensão de outras realidades, uma vez que o “meio de vida” de que escreveu Marx¹⁰, ou a “experiência”, para utilizar uma categoria elaborada por Thompson, são construtores cotidianos de realidade, realidades essas que, definitivamente, não estão nas teorias.

Justamente por isso é que o historiador precisa considerar a teoria como um conjunto de indagações e não de respostas ao objeto que analisa. Deve, portanto, dialogar com a teoria, jamais sobrepô-la ao que se pode chamar de objeto de estudo, que na verdade é uma parte da realidade histórica, bem como também não pode desprezar o conhecimento teórico já elaborado, pois fazer isso é também desconsiderar a própria realidade histórica.

Nesse diálogo estão intrínsecas as indagações sobre a urbanização difusa, as formas de morar na cidade, a concentração populacional, a verticalização arquitetônica, a crescente intensificação do fluxo de automóveis, as formas de sociabilidade, a formulação e a aplicabilidade de inúmeras leis e de muitas outras demandas dessa realidade, como a polifonia urbana¹¹ e as sensibilidades¹², que não deixam de ser pontos-chave, e também pontos-problema¹³, que requerem reflexão, nesse caso acadêmica, para pensar e, na medida do possível, nortear/transformar em algo melhor esse “espaço urbano”, bem como clarificar textualmente o posicionamento dos sujeitos históricos que conferiram vida para essas ações, já que foram essas pessoas, sobretudo dos setores mais abastados, que legaram ao presente os materiais que se analisa nesse texto. Entretanto, essas fontes possibilitam também pensar o “povo comum”.

Ações que na maioria das vezes foram materializadas por meio de documentos impressos, tais como: álbuns, almanaques, enciclopédias e artigos de jornais e de revistas que possuem os mais diversos conteúdos representativos abordados. Importante é esclarecer que nesses materiais não estão presentes apenas os sujeitos mais abastados da

⁹ THOMPSON, Edward Palmer. O termo ausente: experiência. In: _____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 185.

¹⁰ MARX, Karl. Trabalho alienado e superação positiva da auto-alienação humana. In: FERNANDES, Florestan (Sel. e Org.). *Marx & Engels*. São Paulo: Ática, 1983, p. 150-164 e, especificamente sobre o termo “meio de vida”, p. 151.

¹¹ LOSNAK, Célio José. *Polifonia urbana: imagens e representações – Bauru 1950-1980*. Bauru: EDUSC, 2004.

¹² MATOS, Maria Izilda Santos de. *Âncora de emoções: corpos, subjetividades e sensibilidades*. Bauru: EDUSC, 2005.

¹³ Pontos-problema porque na medida em que resolveram tensões de uns, não obstante, criaram tensões para outros.

História. Longe disso, nesses documentos aparece também o “povo comum”, o “pobre”¹⁴ ou as chamadas “pessoas comuns”¹⁵, no entanto, elas aparecem sob a concepção ou as concepções que lhe foram impostas por outros sujeitos históricos, quais sejam, as pessoas que controlavam os meandros políticos e culturais com os quais os documentos foram construídos. Construção que deve ser entendida como modernização.

Modernização que aparece como uma história que criou ‘projetos’ por meio de decretos e tentou, por muitos meios, materializá-los no espaço urbano, mas por vezes não obteve êxito.

Na cidade de Campo Grande, assim como em muitas municipalidades brasileiras, o processo de modernização urbano-citadino em debate foi permeado de conflitos e de tensões frente a e na própria modernização¹⁶ que se construiu, na verdade, que foi construída paulatinamente pelos mais variados sujeitos históricos, mas em particular via “classes dirigentes”¹⁷, que em várias ocasiões, e o quanto mais isso foi possível, implementaram as modernizações que lhes pareciam pertinentes, ora por meio de idéias nacionais e estrangeiras, ora em razão da própria realidade local.

Contudo, as fontes que apontam esse processo de modernização não intentavam propriamente externar os conflitos e as tensões. Conflitos e tensões cotidianas dessa mesma modernização que, em maior ou menor relevo, foram explicitadas nos anos das décadas de 1960 e de 1970, pois nessas décadas as “pessoas comuns” foram concebidas mais fortemente como “problema”¹⁸ para as “classes dirigentes” que indicavam quais eram os rumos que a cidade de Campo Grande tinha que trilhar.

¹⁴ THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. A árvore da liberdade. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. 1, p. 13. No texto não consta somente a palavra “pobre”, mas sim “pobre tecelão de malhas”.

¹⁵ SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 45-46. Texto significativo para a compreensão da “história vista de baixo”. Nesse escrito Sharpe utilizou as palavras “pessoas comuns” tendo como base um texto de autoria de Eric John Hobsbawm.

¹⁶ É adequado aqui fazer uma observação do por que se utiliza a palavra-conceito “modernização” e não “modernidade” nesse texto. Isso se deve ao entendimento de que “[...] a *modernidade* compromete, no seu processo, toda a sociedade, ampliando o raio de expansão de todas as classes, revitalizando e removendo seus papéis sociais, enquanto a *modernização*, pelo seu toque voluntário, se não voluntarista, chega à sociedade por meio de um grupo condutor, que, privilegiando-se, privilegia os setores dominantes. Na modernização não se segue o trilho da “lei natural”, mas se procura moldar, sobre o país, pela ideologia ou pela coação, uma certa política de mudança. [...] Na modernidade, a elite, o estamento, as classes – dizemos, para simplificar, as classes dirigentes – coordenam e organizam um movimento. Não o dirigem, conduzem ou promovem, como na *modernização*. A *modernização*, quer se chame ocidentalização, europeização, industrialização, revolução passiva, via prussiana, revolução do alto, revolução de dentro – ela é uma só, com vulto histórico, com muitas máscaras, tantas quantas as das diferentes situações históricas. Talvez se possa dizer, ainda, que a *modernização*, ao contrário da modernidade, cinde a ideologia da sociedade, inspirando-se mais na primeira do que na segunda.” (FAORO, Raymundo. *A modernização nacional*. In: _____. *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Ática, 1994, p. 99). Tendo em vista essa definição é mais acertado à realidade do objeto em estudo optar pela utilização, na maioria das vezes, da palavra-conceito de “modernização”, já que ela abrange com mais propriedade teórica as partes constitutivas de análise desse mesmo objeto.

¹⁷ FAORO, op. cit., p. 99.

¹⁸ Termo fartamente mencionado nos textos jornalísticos publicados no Jornal Correio do Estado.

Não obstante, essa realidade repleta de questões e de debates entre tais sujeitos, na verdade, problemáticas urbanas que trazem para a realidade desse agora, desse nosso presente, questionamentos que até então não eram considerados como pertinentes, questionamentos dignos de não serem mencionados no outrora, mas adequados para serem esclarecidos nesse momento pelos estudos históricos¹⁹, pois pouco adianta escrever sobre história se os escritos históricos não servem para que possamos compreender-mos em relação aos demais sujeitos históricos.

No primeiro capítulo, item 1.1 foi abordado o processo de modernização urbano-cidadino ocorrido na cidade de Campo Grande, em especial a partir do início do século XX e, em particular, a modernização que se deu nas décadas de 1960 e de 1970, sobretudo enfocando as alterações políticas e econômicas ocorridas nesse espaço majoritariamente urbano. Esse item, por sua vez, não deixa de explicitar que, conforme as fontes consultadas, as referências ao “povo comum” são muito limitadas. Falava-se, de forma clara, quase que nada a respeito do “povo comum”.

Entretanto, procurei fazer disso não um problema, mas sim uma outra possibilidade documental para pensar o “povo comum”. Sendo assim, busquei escrever uma “história vista de baixo”²⁰ com fontes produzidas por sujeitos constituidores basicamente da “história vista de cima”. Nessa escrita procurei demonstrar as modernizações econômicas e políticas ocorridas na cidade de Campo Grande e, na medida do possível, as tensões, os atritos e, sobretudo, os conflitos para, então, indagar sobre a realidade do “povo comum”, algo que as fontes da “história vista de cima” raramente mencionam com distinção.

Porém, quando recorre-se aos ensinamentos contidos em escritos do filósofo alemão Walter Benjamin²¹ pode-se sim compreender que as fontes da “história vista de cima” têm muito a revelar sobre a história do “povo comum”. Fontes essas que contribuem tremendamente para que se possa pensar com grandes detalhes a “história vista de baixo”. Mesmo assim, tenho ciência de que escrevi mais sobre a história da elite do que sobre a história do “povo comum”, pois ao tentar pensar o “povo comum” por meio das representações elaboradas pela elite, acabei, inevitavelmente, por compreender também a história da elite e das suas formas de pensar os sujeitos não abastados, mais até do que a história do “povo comum”.

Além disso, é importante frisar que o primeiro capítulo também procura mostrar que algumas fontes da “história vista de cima”, nesse caso fontes oficiais, não mostram a história do “povo comum”. Ainda nesse primeiro capítulo, no item 1.2 foram pensadas as permanências e as alterações dos dados numéricos populacionais e no item 1.3 dissertou-

¹⁹ BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

²⁰ SHARPE, op. cit., p. 45-46.

se sobre as modernizações infra-estruturais e as moradias existentes no espaço urbano do Município de Campo Grande.

Já o segundo capítulo mostra que nem todas as fontes da “história vista de cima” deixam de explicitar o “povo comum”. O segundo capítulo intenta explicitar como foram construídas/formuladas as mais diversas representações a respeito dos ‘trabalhadores locais’, dos ‘trabalhadores migrantes’ e dos ‘trabalhadores informais’ que ocupavam o espaço público do centro da cidade de Campo Grande. No item 2.1 dissertou-se a respeito das representações elaboradas sobre os ‘trabalhadores locais’, no item 2.2 sobre as representações elaboradas sobre os ‘trabalhadores migrantes’ e no item 2.3 sobre as representações elaboradas a respeito dos ‘trabalhadores informais’.

Para analisar essas fontes foi fundamental utilizar o entendimento dado pelo historiador francês Roger Chartier à categoria “representação”. Sendo assim, é válido explicitar, como já externou Chartier, que as

[...] lutas de representações têm tanta importância como as lutas económicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social – como julgou durante muito tempo uma história de vistas demasiado curtas –, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de confronto tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais. Deste modo, espera-se acabar com os falsos debates desenvolvidos em torno da partilha, tida como irreductível, entre a objectividade das estruturas (que seria o terreno da história mais segura, aquela que, manuseando documentos seriados, quantificáveis, reconstrói as sociedades tais como eram na verdade) e a subjectividade das representações (a que estaria ligada uma outra história, dirigida às ilusões de discursos distanciados do real).²²

‘Práticas’ de “representação” que, necessariamente, nem sempre corresponderam às teorizações de início abstraídas da concretude e materializadas por meio de símbolos ou imagens nos ‘projetos’. Mas que assim como os ‘projetos’ também, seja isso apenas no entendimento subjetivo, constroem significados no tempo e no espaço, produzindo, portanto, História(s). No intuito de historiar esses meandros existentes entre o que foi projetado e o que foi praticado pelos sujeitos históricos é possível encontrar, mas com muita dificuldade nas fontes de cunho político-econômico, determinados conflitos e tensões desse viver em um espaço urbano, bem como desvendar as possíveis territorializações, muitas das vezes permeadas por atritos, desse mesmo espaço.

²¹ BENJAMIN, Walter. Teses sobre filosofia da história. In: KOTHE, Flávio (Org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 157.

²² CHARTIER, op. cit., p. 17-18.

Mais precisamente é possível rastrear e explicar as construções de significado²³ que determinados agentes históricos registraram nos documentos por eles produzidos, nesse caso em particular dos textos impressos e, então, desmembrar os possíveis entrelaçamentos produzidos no passado, mas que ainda não são compreendidos em nosso presente, quer dizer, no tempo desse nosso agora e, por isso, da necessidade de se remexer no que é tido como passado.

Ao trabalhar com o passado busco analisá-lo para, então, construir categorias que possibilitem compreender o presente no qual estou, isso porque as categorias, tal como a da “representação”, não deixam de ser uma construção balizada pela análise do estudioso diante dos materiais que ele interpreta, ou seja, das fontes que possui a respeito de determinado passado e, igualmente, do trabalho de análise que realiza sobre tais fontes, no intuito de construir, ele próprio, uma outra “representação” do passado. Passado no qual se deram “lutas de representações”. Nessas “lutas de representações” o que

[...] está em jogo é a hierarquização da própria estrutura social. Trabalhando assim sobre as representações que os grupos modelam deles próprios ou dos outros, afastando-se, portanto, de uma dependência demasiado estrita relativamente à história social entendida no sentido clássico, a história cultural pode regressar utilmente ao social, já que faz incidir a sua atenção sobre as estratégias que determinam posições e relações e que atribuem a cada classe, grupo ou meio um “ser-apreendido” constitutivo da sua identidade.²⁴

O historiador re-apresenta os fatos, travando ele próprio “lutas de representações”, procurando entendê-las não somente como abstrações, mas sim também como materialidades, tanto objetivas como subjetivas, tanto concretas como simbólicas: é por isso que ao estudar as “representações” não deixei de estudar e de buscar compreender os antagonismos que existem e que foram produzidos pelos mais diversos sujeitos históricos, tal como Marx e Engels demonstraram em seus escritos²⁵, ainda no século XIX.

No terceiro e último capítulo são analisadas as “representações” que foram elaboradas sobre o cotidiano do “povo comum” que utilizava o espaço público do centro de Campo Grande. No item 3.1 dissertou-se sobre as “representações” elaboradas a respeito da alimentação, no item 3.2 tratou-se das “representações” elaboradas a respeito do corpo e no item 3.3 dissertou-se sobre as “representações” elaboradas a respeito da moradia.

²³ ORTIGUES, Edmond. Interpretação. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). *Enciclopédia Einaudi: oral/escrito/argumentação*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, v. 11, p. 222-224.

²⁴ CHARTIER, op. cit., p. 23.

²⁵ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martin Claret, 2006; _____. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2001; _____. *O 18 Brumário e Cartas da Kugelmann*. In: _____. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 1-149.

CAPÍTULO I – MODERNIZAÇÕES E CONFLITOS URBANO-CITADINOS

Mesmo tendo o entendimento de que a História, como externou Pierre Nora, “[...] é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais [...]”²⁶ é possível afirmar, com relativa segurança histórica, que a Campo Grande urbana do final do século XIX não era mais do que um “pequeno espaço” do “sertão”²⁷ do Estado de Mato Grosso, à época da segunda maior Unidade Federativa do Brasil em extensão territorial, povoado, por volta do ano de 1912, pela quantidade de cerca de 1200 pessoas.

Esse “pequeno espaço” era, em 1912, segundo Eduardo Olympio Machado, um “villarejo insignificante”²⁸. O lugar tinha “[...] apenas cento e tantas casas, em sua maioria de páo á pique [...]”²⁹ e a base de sua economia era principalmente a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência.

No decorrer das primeiras décadas do século XX essa realidade foi alterada significativamente pela ação de determinados sujeitos históricos, contudo, tais ações interferiram no cotidiano de todos os sujeitos históricos do “villarejo insignificante”, isso porque modernizações urbano-citadinas foram introduzidas no espaço da cidade de Campo Grande. Modernização entendida como um

[...] conjunto de mudanças operadas nas esferas política, econômica e social que têm caracterizado os dois últimos séculos. Praticamente, a data do início do processo de Modernização poderia ser colocada na Revolução Francesa de 1789 e na quase contemporânea Revolução Industrial inglesa que provocaram uma série de mudanças de grande alcance, nomeadamente na esfera política e econômica, mudanças que estão intimamente inter-relacionadas. Naturalmente, o fermento dessas duas grandes transformações há de ser buscado nas condições e nos processos que vinham se desenvolvendo havia algumas décadas e que culminaram nas duas revoluções. Estes processos de transformações profundas e freqüentemente rápidas tiveram repercussões imediatas no sistema internacional e foram exportadas pelos europeus para toda a parte, mesmo que só vingassem lenta e parcialmente. É essa a razão por que o processo global foi designado com o nome de europeização, ocidentalização ou, enfim, com o termo mais abrangente e menos etnocêntrico de Modernização.³⁰

²⁶ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, EDUC*, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 7.

²⁷ “Sertão” é utilizado aqui para se referir a um lugar “[...] distante das povoações ou dos terrenos cultivados; terra ou povoado distante do litoral.” (INSTITUTO DE LEXICOLOGIA E LEXICOGRAFIA DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA. Sertão. In: *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Verbo, 2001, v. 2, p. 3399).

²⁸ MACHADO, Eduardo Olympio. Campo Grande. In: AYALA, S. Cardoso; SIMON, Feliciano (Orgs.). *ALBUM graphico do Estado de Matto Grosso*. Hamburgo/Corumbá: [s.n.], 1914, p. 410.

²⁹ Ibidem. Já Rosário Congro, que foi intendente municipal durante setembro de 1918 a setembro de 1919, escreveu que em “[...] em 1909 existiam na vila e seu rocio (de Campo Grande), conforme dados oficiais, 196 fogos com a população de 1.200 almas.” (CONGRO, Rosário. *O Município de Campo Grande*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2003, p. 38).

³⁰ PASQUINO, Gianfranco. Modernização. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 5. ed. Brasília/São Paulo: UnB/Imprensa Oficial do Estado, 2000, v. 2, p. 768.

Segundo Machado, a situação de Campo Grande em 1914 – portanto já com a inserção dos trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) – era outra, bem distinta da que havia em 1912. Justamente por isso é adequado pensar, tendo como base para isso o texto de Machado, as transformações ocorridas no Município de Campo Grande, em particular na parte urbana da municipalidade.

Nas palavras de Machado, Campo Grande “[...] actualmente possui cerca de 500 fogos, notando-se já certo gosto nas construções, e contando com uma população fixa de nunca menos de 500 almas.”³¹

Sobre as ruas e praças, Machado afirmou

[...] que obedecem á um intelligente traçado, são amplas, tendo duas avenidas – uma de 1200 metros de comprimento por 50 metros de largura, e a outra de 600 por 28 metros – tudo, em via de arborisação. A praça principal está sendo ajardinada e será em breves dias um formoso logradouro publico. Ainda as arterias principaes de transito são illuminadas com luz á kerozene, porém, já está aberta a concurrencia para a illuminação electrica. Existem já alguns edificios de importancia, como o prédio do Governo Municipal e a Escola Publica municipal, e outros de residencias particulares: nota-se uma verdadeira febre de construcção, apesar da carestia e difficuldade na obtenção dos materiaes de construcção.³²

No comércio, Campo Grande tinha “[...] cerca de duzentas casas de negocios, compreendendo armazens de fazenda, mercearias, cafés e tavernas. Há treis pharmacias regularmente montadas.”³³ Porém, a atividade econômica mais significativa era a da “industria pastoril”, que contava com “[...] umas duzentas e tantas fazendas de criação, situadas em terras do dominio particular, abrangendo uma área de mais de dois milhões de hectares.”³⁴

Conforme Machado, a “[...] maior riqueza do municipio é a industria pastoril. Nos seus magnificos campos pastam approximadamente 500.000 cabeças de gado e 100.000 cavallos.”³⁵ A cada ano “[...] são exportados para as invernadas de Minas e São Paulo de 45 á 50.000 bois. O municipio exporta também, para a praça de Corumbá, quantidade regular de couros vaccuns seccos, crina e um pouco de borracha Mangabeira.”³⁶

Diante desse relato, que foi extraído de uma fonte oficial, pode-se entender que em Campo Grande o processo de modernização predominante foi mais explícito nas esferas

³¹ MACHADO, Eduardo Olympio. Op. cit., p. 410.

³² Ibid., p. 410.

³³ Ibid., p. 411.

³⁴ Ibidem.

³⁵ Ibidem.

³⁶ Ibidem.

política³⁷ e econômica, tal como indica a fonte consultada. A esfera social, por sua vez, foi relegada aos escritos legais, que na maior parte das vezes não foram colocados em prática.

Em razão do processo de modernização de Campo Grande ter sido documentado muito mais pela perspectiva político-econômica do que pela social torna-se relevante o estudo desse mesmo processo de modernização do espaço urbano-citadino, pois é um assunto essencial, assim como os demais, e, não obstante, também muito complexo, denso e por vezes até intrincado de ser analisado.

Processo de modernização que deve ser entendido também “[...] como modernidade em ato [...]”³⁸ e que, portanto, também é o que se chama de racionalização, já que a “[...] idéia de modernidade está [...] estreitamente associada à da racionalização. Renunciar a uma é rejeitar a outra.”³⁹ De fato, modernização, modernidade e racionalização são palavras que se completam e se explicitam conceitualmente na medida em que o pesquisador faz com que elas dialoguem.

Diálogo que, de um jeito ou de outro, com maior ou menor intensidade, explicita os sujeitos históricos que agiram no processo que forma tais palavras, pois modernização, modernidade e racionalização não existem sem sujeitos, embora fontes, tais como as positivistas, desconsiderem alguns sujeitos na feitura do processo histórico.

Felizmente a abordagem histórica foi alterada, em especial, a partir das décadas de 1970 e de 1980⁴⁰. Esse ocorrido foi – e ainda é – muito benéfico aos estudos históricos, que agora dialogam com outros temas, outros objetos/objetivos, outras abordagens e outras fontes.

1.1 ‘Projetos’ e ‘práticas’ de modernizações urbano-citadinas

Campo Grande tentou não ser mais “vila de tropeiros”⁴¹, isto é, deixar de ser “sertão” para se tornar “cidade”⁴² no início do século XX na medida em que o espaço urbano da municipalidade foi modernizado por meio da inserção de determinados ‘projetos’ e ‘práticas’, como a elaboração de leis, a abertura da estrada da Vacaria⁴³, a construção dos

³⁷ A respeito da chamada “modernização laica” em Campo Grande ver: GARDIN, Cleonice. *Campo Grande: entre o sagrado e o profano*. Campo Grande: UFMS, 1999.

³⁸ TOURAINE, Alain. *Crítica da modernidade*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 36.

³⁹ *Ibid.*, p. 18.

⁴⁰ BURKE, Peter. Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro. In: *Id. Op. cit.*, p. 7-37; DOSSE, François. *A História em migalhas: dos Annales à Nova História*. Campinas: Ensaio/UNICAMP, 1992.

⁴¹ “Vila de tropeiros” porque as comitivas de tropeiros, que transportavam tropas de bovinos, utilizavam o local como ponto de descanso para depois continuar as atividades, sobretudo em destino ao sul de Goiás, oeste de São Paulo ou Triângulo Mineiro.

⁴² “A construção da divisão “cidades” e “sertões” que se estava consolidando no início do século, produzia reações por parte de habitantes da cidade de Campo Grande, exatamente um lugar que se encontrava no meio dos dois termos, nem era cidade, como São Paulo, nem era totalmente “sertão”. Suas elites procurariam [...] evitar que ela fosse representada como “sertão”. Um dos elementos operados para justificar a não-inclusão da cidade como sertão foi a construção da Ferrovia Noroeste do Brasil.” (ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru: EDUSC, 2000, p. 192).

⁴³ ABREU, Dióres Santos. Comunicações entre o sul de Mato Grosso e o sudoeste de São Paulo. In: *Revista de*

trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), o ajardinamento, asfaltamento, a instalação de energia elétrica, de iluminação pública, a instalação de algumas indústrias, o aumento do número de casas comerciais e de agências bancárias no espaço urbano, bem como a construção e/ou melhoramento de vias de comunicação terrestre com outras localidades, como, por exemplo, com os Municípios do Estado de São Paulo.

Além disso, como muito adequadamente escreveu o geógrafo Antônio Firmino de Oliveira Neto,

Campo Grande passou a ter alguma característica urbana somente no início do século XX, quando o território mato-grossense já estava efetivamente inserido ao mercado capitalista internacional e o emergente centro monopolista paulista buscava hegemonizar o mercado nacional, impondo uma nova função para Mato Grosso na divisão regional do trabalho. Portanto, foi sob o domínio da lógica de produção e consumo de mercadorias que Campo Grande começou a assimilar papéis urbanos e a tomar forma de cidade.⁴⁴

Tendo em vista essa realidade, local, regional, nacional e internacional, é preciso pensar 'projetos' e 'práticas' como questões concretas, reais e historicamente experienciadas, e não como algo abstraído do nada, uma vez que foram produzidos por sujeitos históricos e, por isso mesmo, tanto 'projetos' como 'práticas' carregam consigo significados históricos que precisam ser compreendidos pelo historiador. Compreender esse que caracteriza justamente o ofício desse profissional. Compreender conceitualmente que pode ser entendido como um "[...] lembrar o que outros esqueceram [...]."⁴⁵

Levando-se em consideração que esse conceituar das palavras 'projetos' e 'práticas' é sempre, como toda conceituação da concretude historicamente dada, uma ação que não consegue abranger, mas pelo menos intenta, a chamada totalidade do objeto em estudo. Portanto, mesmo sendo parcial o entendimento, ele não deixa de ser essencial, muito pelo contrário, pois o externar analítico de suas partes, ou de distinções das partes constitutivas do objeto, torna-se necessário para a construção de uma análise, nesse caso acadêmica e disciplinar, da realidade do objeto que está em debate.

Entende-se aqui por 'projetos' as idéias ou concepções que se formaram sobre determinada concretude histórica. Pensando sempre esses 'projetos' como materializáveis num tempo e num espaço que ainda estão por vir. Pensando então os 'projetos' como um vir-a-ser, mas ao mesmo tempo não tendo certeza da concretização tal qual foi pensada desse mesmo vir-a-ser de modernizações urbano-citadinas, pois os 'projetos' intentam modificar a realidade, mas nem sempre logram êxito nessa tarefa do materializar as

História, São Paulo, USP, ano XXVII, v. LII, n. 105, jan./mar. 1976, p. 213.

⁴⁴ OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. *A rua e a cidade: Campo Grande e a 14 de Julho*. Campo Grande: UFMS, 2005, p. 169.

⁴⁵ HOBBSAWM, Eric John. Op. cit., 1995, p. 13.

abstrações representativas de seus formuladores, entretanto, esses 'projetos' devem, inevitavelmente, ser considerados como forças produtivas. 'Projetos' esses de representações urbanas que devem ser entendidos

[...] como *componentes da prática social global*. Não se trata de imagens como reflexos *a posteriori* de uma realidade objetiva. Trata-se de imagens imbricadas na prática (cotidiana) do espaço urbano, parte das relações sociais, aliás uma das condições de sua formação. Por isso elas podem considerar-se [...] entre as forças produtivas.⁴⁶

Inúmeros foram os 'projetos' intentados, dentre os quais são fortemente explícitos os projetos arquitetônicos, os culturais, os econômicos, os educacionais, os de engenharia, os de lei, os sociais e os urbanísticos, grande parte deles imbricados com questões pontuais e, não menos, também particulares de cada momento histórico vivenciado por inúmeros agentes históricos na cidade de Campo Grande. Em suma, projetos que tinham como foco o espaço urbano e os que estavam sobre ele, sejam estes moradores da cidade ou apenas sujeitos de passagem pelo local, como os visitantes afortunados da cidade do Rio de Janeiro ou os flagelados do sertão nordestino.

De uma maneira mais sutil, mas ainda permeando esses mesmos projetos, aparecem representações, muitas delas aparentemente contraditórias entre si, destoantes na matriz e conciliatórias nos extremos das ramificações, mas que objetivavam, em suma, modernizar a Campo Grande urbana. Entretanto, só que isso não estava entre os objetivos alardeados, também surgiram conflitos e tensões cotidianas no processo de constituição dessas modernizações frente aos próprios sujeitos históricos que compunham a parte humana da cidade.

O destaque mais evidente desse processo foi que os 'projetos' em pauta intuíram criar modernizações na Campo Grande urbana, modernizações essas que nem sempre tiveram um curso único, a não ser nas palavras dos que a idealizaram. As criações advindas das modernizações se tornaram sinônimo de presente e em grande parte oposição ao passado, que ficou sendo sinônimo de atraso.

O que não era ou não se modernizava aparecia como algo socialmente relevante apenas no passado, na memória de um tempo que já passou. Passado esse que deveria a todo custo ser superado e, quando muito, lembrado sem nostalgia. Já que o oposto seria um contra-senso à racionalização do sujeito civilizado⁴⁷, mesmo que esse sujeito civilizado fosse um sujeito que se construiu e foi construído culturalmente em um espaço chamado de "sertão" brasileiro.

⁴⁶ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A problemática do imaginário urbano. In: *Notícia Bibliográfica e Histórica*, Campinas, PUC-Campinas, Campinas, ano XXX, n. 171, out./dez. 1998, p. 328.

⁴⁷ Sujeito civilizado entendido aqui como um sujeito que possui práticas semelhantes ou o mais idênticas quanto possível aos sujeitos do Velho Mundo.

Sentindo falta de um tempo sem modernizações, de um tempo do ontem, do sem nada e, por isso, de um Brasil arcaico⁴⁸, esse mesmo indivíduo depunha contra a própria evolução natural da humanidade. Isso era inconcebível para um indivíduo civilizado, que em situação alguma devia se portar como contrário ao processo de modernização. Fazendo negação a tal processo a pessoa era, no mínimo, um adventício, no sentido de estar fora do tempo e do jeito modernos de ser. Seguramente não faltaram sujeitos, tanto das “classes dirigentes” como das “pessoas comuns”, contrários a esse tempo e a esse jeito moderno de ser.

No entanto, a modernização urbano-citadina de Campo Grande não seguiu linearmente o curso idealizado e nem conseguiu efetivar em sua totalidade os ‘projetos’ tipificados por meio de muitas representações. Representações essas que provieram de inúmeros agentes históricos ou, para congregar mais a realidade em debate, de alguns sujeitos sociais, tais como comerciantes, industriais, políticos ou administradores, tanto públicos como privados.

Já a palavra ‘práticas’ significa, ou no mínimo tenta traduzir o conhecimento proveniente da vivência cotidiana da realidade, do praticar uma ação, da práxis⁴⁹ que se dá através da rotina, do exercício, do hábito, isto é, do ato em si e em relação com as demais conjunturas como simples meio de realizar um ou mais projetos. As ‘práticas’ são as materializações de um ou mais ‘projetos’ ou de parte de seus objetivos, mas podem também não seguir o curso, quase sempre, linear, progressivo e evolutivo desses ‘projetos’.

Situação que não torna, de forma alguma, irrelevante a análise dos significados construídos nesse caminho não projetado, mas que foi vivenciado por vários sujeitos históricos e é justamente aí que está a relevância de se compreender os significados dessa vivência e relacioná-la com as demais questões conjunturais e estruturais, uma vez que a “realidade objetiva” das ‘práticas’ “[...] só se manifesta [...] mediante as *representações* que dela fazem aqueles que invocam sua arbitragem.”⁵⁰

Tendo em vista isso, a “realidade objetiva” só se mostra materialmente por meio das *representações* que são feitas do real. Por isso não é possível na área disciplinar da História desvincular a chamada “realidade objetiva” da chamada “realidade subjetiva”, pois ambas entrecem-se na constituição das relações sociais construídas/produzidas/vivenciadas pelos sujeitos históricos.

Portanto, a explicitação de determinadas modernizações urbano-citadinas ocorridas nas esferas política e econômica em Campo Grande no decorrer de pouco mais de meio século (década de 1890 até a década de 1950) torna-se fundamental para que se possa

⁴⁸ LAMBERT, Jacques. *Os dois Brasis*. Rio de Janeiro: INEP/CBPE, 1959, p. 108-111.

⁴⁹ MARX, op. cit., 1983, p. 159.

⁵⁰ BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da Ciência: por uma sociologia do campo científico*. São Paulo: UNESP,

pensar os ‘projetos’ e as ‘práticas’, em suma, como escreveu Chartier, as “lutas de representação” ocorridas na concretude histórica das décadas de 1960 e de 1970.

Tendo em vista que a Campo Grande urbana que adentrou ao início desse período de duas décadas trouxe consigo aspirações e realizações, ‘projetos’ e ‘práticas’ de anos passados, algumas materializadas, porém outras tantas não concretizadas e ainda encobertas pelo esquecimento do que se configurou no passado, seja do período em que Campo Grande era arraial, distrito de paz, vila/Município ou cidade.

Compreender as modernizações ocorridas nos anos que antecederam as décadas de 1960 e de 1970, e isso por meio de fontes quase que exclusivamente políticas e econômicas, é relevante para que se possa entender como tais ações políticas e econômicas contribuíram para a formação de conflitos e de tensões entre as próprias “classes dirigentes” e as “pessoas comuns” da cidade de Campo Grande.

Além disso, externar e analisar tais fontes possibilita também que se pense como alguns escritos conseguiram compreender a formação da cidade de Campo Grande sem nem sequer considerar a contribuição do “povo comum” nesse processo.

A configuração do que ocorreu em Campo Grande foi externada de várias formas, bem como os sujeitos históricos que construíram tal localidade. A forma mais difundida – e isso já perdura a cerca de meio século – via inúmeros meios de comunicação⁵¹, tanto públicos como privados, é a de que o

[...] desenvolvimento do arraial de Santo Antônio de Campo Grande, não tardou em polarizar as atenções dos fazendeiros dos campos das Vacarias e de todo o planalto de Maracaju, e, dada a excepcional qualidade de suas terras, para cultura e criação, auxiliada pela admirável amenidade do seu clima, foi se tornando uma espécie de centro de unificação nacional, com a aproximação de inúmeras pessoas procedentes de Minas, de São Paulo, do Rio Grande do Sul e de outras províncias brasileiras, corroborando para êsse evolutivo acontecimento, a sua magnífica localização geográfica, que o tornou, desde cedo, ponto intermediário do intercâmbio comercial entre o Triângulo Mineiro, especialmente Uberaba e tôda a região Sul de Mato Grosso, atividade que se fazia cada vez mais intensa. Revelando-se de Mato Grosso o mais ativo centro de comércio de gado, foi crescendo em tôrno do seu nome a fama da riqueza, fama essa que, atraiu, ao lado dos homens trabalhadores e honestos, uma verdadeira escória humana, a qual na prática dos seus costumes e na impunidade dos crimes cometidos, deu a Campo Grande, a feição de “Far-West”, o que lhe valeu um longo período de insegurança, saturando de muito sangue humano, a terra que, depois de tal época, voltou a ser atraente, dadivosa e hospitaleira.⁵²

2004, p. 33.

⁵¹ Obra que exemplifica essa afirmação é: CUNHA, Francisco Antônio Maia da. (Coord.). *Campo Grande: 100 anos de construção*. Campo Grande: Matriz, 1999. Vale frisar que esse foi o 1º centenário político de Campo Grande. Em 1972 comemorou-se o 1º centenário de ocupação do espaço da cidade de Campo Grande, visando homenagear os “pioneiros” dessa empreitada.

⁵² FIBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958, v. 35, p. 115. (Mato Grosso).

A citação sintetiza a forma “hegemônica”⁵³ de narrar o início – a história – do Município de Campo Grande, os seus primórdios, o que de mais antigo se possui registro. Forma hegemônica em razão de que instituições privadas e públicas externam tal compreensão, na verdade narração do passado, como se fosse, na maior parte das vezes, algo linear⁵⁴. Sendo assim, desconsideram, ocasionalmente ou não, os conflitos e as tensões, isto é, as “lutas de classes”⁵⁵, que é inerente ao cotidiano dos sujeitos históricos.

A narração de tais fatos consiste basicamente em localizar o início de tudo, fazendo uma descrição exata e exaustiva do ocorrido para, então, elaborar uma cronologia única do processo histórico de formação, melhor dizendo, de “evolução” de Campo Grande ou, conforme palavras do filósofo e sociólogo francês Pierre Bourdieu, mostrar “[...] que tudo começou mais cedo do que se julgava [...]”⁵⁶, algo que para ele é sem necessidade, pois fazer isso simplesmente não contribui para que se possa compreender o presente no qual os sujeitos históricos estão. É preciso compreender a História do presente para o passado e não do passado para o presente.

Na realidade o que ocorre é a prática do contar e do re-contar, simplesmente para incutir/construir uma “memória do ocorrido”⁵⁷ e não uma “memória social”⁵⁸, que necessariamente também pode ser eludibriadora, a respeito do espaço no qual está a cidade de Campo Grande. As fontes dessa “memória do ocorrido” servem para construir uma história linear, que por sua vez explicita em grande quantidade a constituição dos fatos sem considerar minimamente os sujeitos, isto é, sem mencionar a contribuição das “pessoas comuns”. Ou seja, afirmam que algo existe, contudo, não externam os conflitos e as tensões ocorridas na formação da cidade de Campo Grande. Nesse sentido é que a história, mesmo sem a intencionalidade daqueles que a escreveram, é eludibriadora e muito próxima do

⁵³ GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991; _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

⁵⁴ O tempo linear também pode ser entendido, conforme afirma Walter Benjamin, como sendo a “tempestade” ou o “progresso”. “Há um quadro de Klee intitulado *Ángelus Novus*. Nele está representado um anjo, que parece querer afastar-se de algo a que ele contempla. Seus olhos estão arregalados, sua boca está aberta e suas asas estão prontas para voar. O Anjo da História deve parecer assim. Ele tem o rosto voltado para o passado. Onde diante de nós aparece uma série de eventos, ele vê uma catástrofe única, que sem cessar acumula escombros sobre escombros, arremessando-os diante dos seus pés. Ele bem que gostaria de poder parar, de acordar os mortos e de reconstruir o destruído. Mas uma tempestade sopra do Paraíso, aninhando-se em suas asas, e ela é tão forte que ele não consegue mais cerra-las. Essa tempestade impele-o incessantemente para o futuro, ao qual ele dá as costas, enquanto o monte de escombros cresce ante ele até o céu. Aquilo que chamamos de Progresso é essa tempestade.” (BENJAMIN, op. cit., 1983, p. 158-159).

⁵⁵ Utilizo o conceito “lutas de classes” no sentido que lhe foi dado por Marx e por Engels. Por isso “lutas de classes” é entendida como sendo a “história de todas as sociedades”. (MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2001, p. 45).

⁵⁶ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998b, p. 78.

⁵⁷ “Memória do ocorrido” em razão de que a realidade explicitada não contribuiu para transformar a realidade da maioria dos sujeitos históricos.

⁵⁸ “Memória social” entendida aqui como “[...] um lugar para disputar hegemonia [...]” e, por isso mesmo, um espaço de conflitos e de tensões cotidianas entre os sujeitos históricos. (FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Muitas memórias, outras histórias. In: _____. *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho Dágua, 2004, p. 11).

“paradigma tradicional” que tão fortemente foi e ainda é combatido pela “Nova História”, conforme escreveu o historiador inglês Peter Burke⁵⁹.

As fontes mais utilizadas na construção dessa história linear indicam que em 1899 foi criada a municipalidade de Campo Grande⁶⁰. Nessa época o local era um povoado quase desabitado do “sertão” oeste do Brasil, pois tinha aproximadamente 600 habitantes que, no início do ano de 1905, passaram a ser disciplinados por meio do 1º Código de Posturas da Villa de Campo Grande⁶¹, algo até então inexistente e que foi revisto em 1906⁶².

O importante aqui é justamente evidenciar que a partir dessa data há uma tentativa institucionalizada do poder público municipal, emanado dos vereadores e do intendente (prefeito), de enquadrar os munícipes e os forasteiros da cidade em padrões até então não legalizados via instituição pública municipal. De certa forma, o Código e as revisões de alguns dos artigos no ano de 1906, aqui como construção jurídica que se oficializa institucionalmente via poder municipal, não é algo alheio, nem estranho ou externo à modernização urbano-citadina que se processou na cidade.

Pelo contrário, é parte dessa modernização jurídica que ocorreu no oeste brasileiro e que tinha como objetivo quase que imediato o de estabelecer certo controle sobre os sujeitos que estavam na cidade de Campo Grande. Controle esse que já havia sido – ou que posteriormente foi – imposto a outras cidades⁶³ do sul de Mato Grosso, pois o Código de Campo Grande era, em sua totalidade, uma cópia do Código de Posturas da cidade de Santa Cruz de Corumbá, que data de 1883⁶⁴, ainda da época monárquica e da vigência da escravidão na maioria do território brasileiro, tempo em que Mato Grosso era Província.

⁵⁹ BURKE, op. cit., p. 9-16.

⁶⁰ Por meio da Lei nº 792, de 23 de novembro de 1889 foi instituído o distrito de paz de Campo Grande e pela Lei nº 225, de 26 de agosto de 1899 oficializou-se o desmembramento de parte do território do Município e da Comarca de Nioaque e incorporado à Comarca do Município de Miranda, concomitante a essa mesma Lei houve a delimitação do espaço físico no qual passou a existir a vila e o Município de Campo Grande, tendo área territorial superior a 100.000 mil km². Em 1919 a área do Município de Campo Grande era de cerca de 60.000 mil km², que foram desanexadas terras para a formação territorial das municipalidades de Ponta Porã, em 1912, e de Três Lagoas, em 1915. Já pelo Decreto-Lei nº 549, de 20 de julho de 1910, foi criada a Comarca de Campo Grande, que teve como primeiro juiz de Direito o Dr. Arlindo de Andrade Gomes. Em 16 de julho de 1918, através da Lei nº 772 a vila de Campo Grande foi elevada à categoria de cidade. (CONGRO, Rosário. *O Município de Campo Grande*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2003, p. 40 e 64).

⁶¹ CAMPO GRANDE (Município). 1º Código de Posturas da Villa de Campo Grande (30.01.1905). Campo Grande: Paço da Camara Municipal da Villa de Campo Grande, 1905. In: *ARCA: Revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande – MS*. Campo Grande, ARCA, n. 5, s/p., out. 1995.

⁶² “A 11 de janeiro [...] (de 1906) verificou-se uma revisão completa das posturas [...]” (CONGRO, op. cit., p. 31).

⁶³ Em maio de 1907 a cidade de Aquidauana, no sul de Mato Grosso, também teve código semelhante ao de Corumbá e ao de Campo Grande. (NEVES, Joana. *A fundação de Aquidauana e a ocupação do Pantanal: civilização e dependência*. 1980. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1980).

⁶⁴ Sobre o Código de Posturas da Villa de Campo Grande: “[...] não nos foi assás dificultoso achar o volume original, tão fielmente êle havia sido transladado. Na coleção de *Leis Provinciais*, de 1883, a de número 607, aprova as “posturas de câmara municipal da cidade de Santa Cruz de Corumbá”, cujos 12 capítulos e 54 artigos foram mais ou menos copiados pelos legisladores de 1905 [...]”. (CAMPOS, Peri Alves. *Do 1º rancho à locomotiva 44: chegadas para a história de Campo-Grande*. In: *1939 – Album de Campo-Grande*. Campo Grande: [s.n.], 1939, p. 6). Essa afirmação, que tem como fonte o escrito do médico Peri Alves Campos, procede e pode ser constatada no referido Código de Posturas da Villa de Campo Grande, pois no capítulo 4º, artigo 11, foi

O Código de Posturas da Villa de Campo Grande externava o que podia e o que não podia ser feito no espaço da vila e nas proximidades dela. O Código, composto de 54 artigos, tinha, basicamente, orientações do que era permitido, do que era proibido, o valor das multas para quem descumprisse os artigos ou prisão (geralmente inferior a 7 dias), caso as referidas multas não fossem pagas. Nem todas as multas podiam deixar de ser pagas pelo “infractor”, sendo este preso por alguns dias. As multas de sobre imóveis, por exemplo, não eram pagas com prisão, apenas com “reis”. Caso houvesse reincidência as penas aumentavam: “Todas as vezes que se der reincidencia as penas de prisão e multas, serão dobradas.”⁶⁵

Além disso, o Código, no artigo 5º, § 3º, previa não somente multas e/ou prisões, mas também o pagamento de “[...] despesas por conta dos mesmos proprietários [...]”⁶⁶, caso não realizassem as exigências, como, por exemplo, “[...] mandar tapa-las (as latrinas) depois de intimados pelo fiscal, e passados quinze dias da intimação e se não fizerem, mandar o fiscal tapa-las correndo todas as despesas por conta dos mesmos proprietários.”⁶⁷

Externando mais alguns dos artigos do referido Código de Posturas da Villa de Campo Grande fica muito explícita a intenção do poder oficial constituído de fomentar legalmente a prática de outros hábitos de viver citadinos que abarcavam, por exemplo, os setores da limpeza, da saúde, da construção civil, do ambiente dos bares, do uso de armamentos e das próprias práticas culturais realizadas na cidade de Campo Grande.

Da limpeza, pois os “[...] proprietários e inquilinos são obrigados a conservar limpas as frentes das casas em que residem, até dois metros de cada lado. O infractor será punido com multa de 6\$000 reis que serão applicados nas limpezas das ruas.”⁶⁸ Também não era “[...] permitido no centro do povoado, curraes com lama ou agua estagnada que possa exhalar miasmas nocivas a salubridade publica. O infractor será punido com multa de 10\$000 reis ou quatro dias de prisão.”⁶⁹

Da saúde porque a vacinação se tornou obrigatória para todos os sujeitos, uma vez que as “[...] pessoas não vaccinadas são obrigadas a ir a Camara Municipal nos dias que forem por esta designadas, a fim de se vaccinarem, levando para o mesmo fim filhos

escrita, em 1905, a palavra “escravos”, entretanto, a escravidão tinha sido abolida oficialmente em todo o território do Brasil no dia 13 de maio de 1888, logo, não havia necessidade em utilizar mais a palavra “escravos” no Código de Posturas da Villa de Campo Grande. No referido artigo consta que “Todas as pessoas não vaccinadas são obrigadas a ir a Camara Municipal nos dias que forem por esta designadas, a fim de se vaccinarem, levando para o mesmo fim filhos curatellados e tuttelados, famulos, escravos e em geral, qualquer pessoa que esteja em seu poder ou guarda. Os infratores serão punidos com 10\$000 reis de multa ou quatro dias de prisão, sendo alem d’isto compellidos a vaccinarem o seu dependente.” (CAMPO GRANDE (Município). 1º Código de Posturas da Villa de Campo Grande (30.01.1905). Op. cit., s/p.).

⁶⁵ Ibid., artigo 53º.

⁶⁶ Ibid., artigo 5º, § 3º.

⁶⁷ Ibidem.

⁶⁸ Ibid., artigo 6º.

⁶⁹ Ibid., artigo 8º.

curatellados [...]”⁷⁰; da construção civil por causa que não era mais permitido “[...] obstruir as ruas com materias para construção excepto as pessoas que fizerem obra as quais devem nas noites escuras ter, um lampeão aceso a fim de evitar-se dezastres.”⁷¹ Também era proibido:

Encanamento ou escoadouro de materiais putridas ou fecaes para as ruas e praças d’esta Villa. O infractor do § 1º será punido com a multa de 10\$000 reis ou cinco dias de prisão e fica obrigado a desobstruir a rua dentro do prazo marcado pelo fiscal. O infractor do § 2º, além de ser obriado a remover imediatamente o encanamento ou escoadouro para lugar onnde não possa infectar o ar, fica sujeito a multa de cinco dias de prisão.⁷²

Do ambiente dos bares porque foi proibido consentir-se “[...] nas Tabernas ou casas de bebidas ajuntamento de pessoas que não estejam comprando [...]”⁷³, bem como vender “[...] bebidas alcoolicas aos que estiverem embreagados ou trouxerem consigo armas offensivas [...]”⁷⁴; dos armamentos, já que “[...] o uso de armas offensivas como sejam espingardas, clavinetes, pistolas, garrunchas, revolveres, espadas, floretes, punhaes, navalhas, facas de ponta, canivetes grandes, estoques, sovelas e cacetes [...]”⁷⁵.

As práticas culturais também foram contempladas no referido Código, tendo em vista que se tornou “[...] expressamente prohibido: § 1º Fazer-se bulha ou algazarra e dar-se gritos a noite. § 2º Fazer-se sambas, Catiretes, ou outros quaesquer brinquedos que produzam estrondo ou vozeria dentro da Villa.”⁷⁶ Barulho estrondoso permitido só mesmo o barulho da modernização de Campo Grande, mas um barulho justificado pela representação do “progresso” e da “civilização” e, claramente, legitimado pelo poder municipal.

Além do Código de Posturas da Villa de Campo Grande também é importante destacar que em 1909 “[...] a pequena vila passa a ter um traçado urbanístico elaborado, a pedido da Intendência Municipal, pelo agrimensor Nilo Javary Barém. Era a Planta do Plano de Alinhamento de Ruas e Praças de Campo Grande.”⁷⁷ Com a aprovação da Planta do Plano de Alinhamento de Ruas e Praças⁷⁸ a cidade passou a ter o traçado ortogonal como

⁷⁰ CAMPO GRANDE (Município). 1º Código de Posturas da Villa de Campo Grande (30.01.1905). Op. cit., s/p., artigo 11º.

⁷¹ Ibid., artigo 7º, § 1º.

⁷² Ibidem, § 2º.

⁷³ Ibid., artigo 44º, § 1º.

⁷⁴ Ibidem, § 2º.

⁷⁵ Ibid., artigo 46.

⁷⁶ Ibid., artigo 45, § 1º e 2º.

⁷⁷ ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. A arquitetura de Campo Grande: história e identidade. In: _____ (Org.). *Arquitetura em Campo Grande*. Campo Grande: UNIDERP, 1999, p. 11.

⁷⁸ “A planta era ortogonal, com uma avenida central e principal de 54 m e as demais ruas de 20 e 25 m em quarteirões de 100 a 150 m. Os lotes projetados eram de 40,00x50 m ou de 40,00x60 m e numerados de 1 até 385. A denominação das ruas pela resolução da Câmara de Vereadores tinha a seguinte descrição: partindo do sul para o norte, a primeira rua, Afonso Pena (*atual 26 de Agosto*); a segunda, 7 de Setembro; a terceira, 15 de Novembro; a quarta, Av. Marechal Hermes (*atual Afonso Pena*); a quinta (*sem nome*). Do nascente para o poente: a primeira rua, José Antônio (*Pereira*); a segunda, 15 de Agosto (*atual Padre João Crippa, que foi antes*

ponto estruturante do desenho de suas vias de comunicação, algo que estava planejado desde o ano de 1906⁷⁹. Esse traçado, que só foi realizado anos depois, predominou até o final da década de 1930 e início dos primeiros anos da década de 1940, depois o traçado radial passou a crescer significativamente em Campo Grande.

Até 1909 a cidade de Campo Grande estava centrada apenas em uma única rua e que não tinha oficialmente denominação, mas que popularmente, depois de 1909, foi denominada de Rua Velha, depois Rua Afonso Pena e, por último, Rua 26 de Agosto. Somente depois da construção de outras vias, fato que se deu também a partir de 1909, é que a rua sem nome foi denominada, outra vez pelos populares, de Rua Velha⁸⁰.

No início da década de 1910 a cidade já tinha pouco mais do que “1.200 habitantes almas”⁸¹ e data desse mesmo ano a primeira construção de alvenaria da cidade. Em 1912 ocorreram as primeiras projeções de filmes e de documentários por meio do “cinemathographo” em Campo Grande. Situação que sinaliza a formação do processo de modernizações citadinas.

Em 1912, Campo Grande começava a despontar e participar dos acontecimentos políticos do País através das projeções *cinemathographo* (sic) que Rafael Orrico de Aquidauana trazia e projetava em área improvisada, debaixo das laranjeiras do Hotel Democrata. A campanha civilista de Rui Barbosa era assistida pelos campo-grandenses e contribuiu para a reflexão sobre os princípios defendidos pelos liberais renovadores e a mentalidade das velhas oligarquias rurais oriundas do período imperial. Os filmes mostravam, principalmente, aspectos da civilização européia, colocando os primeiros moradores em contato com o que se passava no velho mundo. Talvez por influência desse contato, a rua comercial da cidade foi denominada de 14 de julho em homenagem à Tomada da Bastilha.⁸²

O contato com “aspectos da civilização européia” não se deu apenas no campo das idéias, mas também na utilização de máquinas do “velho mundo”, como no caso dos trilhos de ferro e da locomotiva que, em suma, significaram a ligação do Brasil do oeste como o Brasil do leste, bem como do litoral com o sertão. Uma palavra que sintetiza a

Constituição); a terceira, Pedro Celestino; a quarta, 24 de Fevereiro (*atual Rui Barbosa*); a quinta, 13 de Maio; a sexta, 14 de Julho; a sétima, Santo Antônio (*atual Calógeras*); a oitava, Anhanduí; a nona (*sem nome*). Ainda: a praça entre a Avenida Marechal Hermes e a Rua 15 de Novembro (*atual Praça Ari Coelho*).” (Id., Campo Grande: primeiras décadas. In: BRASIL, Temístocles Paes de Sousa. *Ligeira notícia sobre a vila de Campo Grande e Relatório dos estudos para o abastecimento de água aos quartéis de Campo Grande*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2005, p. 14).

⁷⁹ “Emilio Rivasseau – *doublé* de artista e agrimensor – foi convidado para elaborar a planta da Vila, que jamais traçou, embora a 30-5-906 a Câmara votasse a resolução: “fica aprovado o plano para alinhamento das ruas desta Villa apresentado pelo Sr. Intendente, cuja planta tão logo seja remetida pelo Agrimensor tratar-se-há das denominações das mesmas ruas”. (CAMPOS, Peri Alves. Op. cit., p. 6).

⁸⁰ MACHADO, Paulo Coelho. *Pelas ruas de Campo Grande: a Rua Velha*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1990, v. 1, p. 205.

⁸¹ CONGRO, op. cit., p. 38.

⁸² TOLENTINO, Terezinha Lima. *Ocupação do sul de Mato Grosso antes e depois da Guerra da Tríplice Aliança*. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1986, p. 143.

transformação nas relações entre o leste-oeste, que ocorreu em razão dos trilhos da estrada de ferro Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB)⁸³, é “integração”.

Em 1914 os trilhos da NOB tiveram utilidade de fato: a locomotiva, enfim, chegou em Campo Grande para, a partir de então, “integrar” o oeste ao leste do Brasil, ano em que a vila tinha 5.000 mil habitantes e “[...] cerca de 500 fogos [...]”⁸⁴. Ademais ocorreu também o advento, concomitante com a ferrovia, do telégrafo⁸⁵, que para a época era um relevante meio de integração, de ordenação, disciplinarização e de comunicação nacionais. Esses elementos concederam à cidade de Campo Grande novos ares, ou seja, ares de “progresso”, de “civilidade” e, não menos, de modernização política e econômica diante das demais localidades do Estado de Mato Grosso como um todo, em particular em relação às cidades de Cuiabá e de Corumbá, embora inicialmente não houvesse interesse na “finalidade econômica”, mas sim na da “defesa nacional”, segundo Archimedes Lima⁸⁶. No entender de Lima, não havia

[...] nenhuma finalidade econômica, mas tão somente as necessidades da defesa nacional. Daí o ter-se conservado estacionária, não obstante contar com tão decisivo fator de progresso, uma extensa zona cortada por aquela estrada. De Rio Pardo a Três Lagoas, por exemplo, numa extensão de cerca de 400 quilômetros, a região se conserva quase no mesmo primitivo

⁸³ A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) existiu legalmente com essa denominação desde o início do século XX até 16 de março de 1957, uma vez que data deste dia uma lei federal reuniu 22 ferrovias, em várias partes do território nacional, totalizando 28.967 quilômetros de linhas férreas, que representavam, à época, 78% do total brasileiro deste tipo de transporte. Sendo assim, surgiu, em 1957, a Rede Ferroviária Federal (RFFSA), com o objetivo de “[...] solucionar o problema dos transportes ferroviários no País e ampliar o financiamento estrangeiro [...]” (RENATO FEIO À FRENTE. *Revista Visão*, São Paulo, 11 out. 1957, p. 17) na referida empresa estatal. Em 1996 a Rede Ferroviária Federal S/A foi privatizada, passando “[...] a ser operada por uma empresa privada, a saber, um consórcio formado exclusivamente por empresas estrangeiras e liderado pelo norte-americano *Noel Group*, que arrematou em leilão os direitos de arrendamento do tráfego e de utilização das instalações e equipamentos da velha ferrovia – rebatizada, pelo citado consórcio, com o nome de *Ferrovia Novoeste S.A.* Logo em seguida, contudo, o controle sobre a Novoeste mudou de mãos, passando à *holding* FERROPASA (Ferrovia Norte Participações S.A.), criada em 1998 e que tinha como acionistas, entre outros, Previ, Funcef, Grupo Itamarati, Laif-GE & AIG, Chase-BRP, BNDESPAR e Bradesco. Essa *holding* passou a ter, como subsidiárias integrais, tanto a Novoeste como a *Ferrovia Norte S.A.* – *Ferrovias Norte Brasil*, detendo ainda o controle da FERROBAN (a antiga FEPASA). No início de 2002 a FERROPASA foi, por sua vez substituída por uma nova *holding*, ainda denominada *Brasil Ferrovias*.” (QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*. Bauru/Campo Grande: EDUSC/UFMS, 2004, p. 27-28).

⁸⁴ MACHADO, Eduardo Olympio. Op. cit., p. 410.

⁸⁵ Gomes, que foi prefeito de Campo Grande do ano de 1921 até 1923, escreveu que o “[...] telégrafo da E. F. Noroeste está inaugurado desde 1914 [...] (e que a partir do ano de instalação desse meio de comunicação foi) estabelecida a linha do nacional, partindo de Aquidauana, tendo duas estações no município, na cidade e em Vacaria. O estabelecimento do telégrafo nacional, ligando Campo Grande ao centro de Vacaria e a Ponta Porã, na extrema fronteira, constitui um grande melhoramento e foi determinado pelo Ministério da Guerra.” (GOMES, Arlindo de Andrade. *O Município de Campo Grande em 1922*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2004, p. 93). Já Maciel explicita quais os motivos políticos que levaram o Ministério da Guerra a instalar tal “linha”: “O telégrafo integrava [...] um grande plano da República nascente, para delimitamento, ocupação e “colonização militar” das fronteiras brasileiras com o Paraguai e a Bolívia e dos espaços “vazios” da Amazônia. Tratava-se, portanto, de uma estratégia definida no interior do Ministério da Guerra, a ser executada e conduzida por oficiais do exército, que conjugava o telégrafo e a ferrovia – instrumentos modernos de civilização –, para imprimir na natureza as marcas da tecnologia mais avançada.” (MACIEL, Laura Antunes. A Comissão Rondon e a conquista ordenada dos sertões: espaço, telégrafo e civilização. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*, EDUC, São Paulo, n. 18, maio 1999, p. 170-171).

⁸⁶ LIMA, Archimedes. *Problemas matogrossenses*. Cuiabá: Imprensa Oficial, 1941.

estado em que a foi encontrar o primeiro silvo de locomotiva, quando o trem de lastro por alí avançava os trilhos. A vestimenta das terras marginais à linha, nesse trecho, é o barbatimão, o angico, a lixeira, o araticum, autenticos padrões de terras ruins. O índice de desenvolvimento, aí, do ponto de vista econômico como demográfico, é quase nulo. O terreno, sáfaro e ingrato, conservou-se despovoado. Serrados ralos e arenosos, de árvores retorcidas e de pequeno porte, constituem o único e cansativo panorama que deante de nossas vistas se desdobra, com monotonia, durante todo o percurso de trem nesse trecho. Em toda essa extensa faixa de terras, um incipiente povoado – Vila dos Garcias – e apenas uma grande fazenda: Arapuá.⁸⁷

Se por um lado Campo Grande foi integrada, tanto no sentido da “defesa nacional” como no da “finalidade econômica”, ao leste brasileiro, por outro, a dita integração segurança/economia do espaço do oeste o foi apenas parcial, já que “uma extensa zona” permaneceu quase que inalterada, isto é, ainda sem os ares do processo de modernização. Nesse sentido, CG teve mais “integração”, mais “civilização” e mais “progresso” do que outros espaços do sul do Estado de Mato Grosso, bem como em relação ao norte do Estado.

De “progresso” porque os trilhos da NOB alteraram estruturalmente a realidade, seja ela simbólica ou concreta, do local. De “civilização” e de “integração” porque com os trilhos chegaram outras pessoas e, inclusive, mais mercadorias, além de informações via telégrafo e malotes como os de jornais da Capital Federal, por exemplo. Enfim, geraram-se outras expectativas⁸⁸.

Em síntese, de modernização, uma vez que Campo Grande estava se transformando, rumando cada vez mais no sentido de possuir elementos constitutivos de modernidade, tal como propõe Alain Touraine, já que afirma, e vale aqui frisar outra vez isso, que se deve entender “[...] a modernização como modernidade em ato, como um processo inteiramente endógeno.”⁸⁹

É por isso que essa transformação era, nesse caso, também significado de modernização. Modernização que em parte também se opôs, simbolicamente, num primeiro momento, e materialmente depois, à força das armas de fogo. Formou-se, então, uma elite⁹⁰

⁸⁷ LIMA, op. cit., p. 67-68.

⁸⁸ “Assim como o telégrafo, a ferrovia gerou expectativas de grande progresso para a região Sul de Mato Grosso, e a imprensa identificava essas novas tecnologias de comunicação e transporte como o ingresso, o passaporte que colocaria Mato Grosso no nível da civilização. Cada um desses acontecimentos provocou análises que partiram de pressupostos comuns sobre o significado desses símbolos da modernidade, mas com percepções diferenciadas quanto aos seus resultados em relação ao futuro das duas principais cidades de Mato Grosso, a capital, Cuiabá, e a portuária Corumbá.” (SOUZA, João Carlos de. O progresso contra a natureza: vapor, fios e trilhos em Corumbá (1904/1919). In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*, EDUC, São Paulo, n. 23, nov. 2001, p. 232).

⁸⁹ TOURAINE, op. cit., p. 36.

⁹⁰ É muito difícil de estabelecer, com precisão sociológica, o que era “elite” na cidade de Campo Grande. Uma forma muito ampla de delimitar os sujeitos que a integravam consiste em afirmar que eram portadores de bens materiais, sobretudo proprietários de terras, e de algum tipo de poder político, seja ele o das armas de fogo ou o das armas de palavras. Sendo assim, a tal “elite” de Campo Grande era composta principalmente de pecuaristas, comerciantes de gado e proprietários de casas comerciais, que eram de famílias tradicionais ou também pessoas

que utilizou como armas as palavras (poder/força dos militares e das leis do Estado Republicano brasileiro) e não mais tão fortemente as armas de fogo.

Um “44”⁹¹ substituiu, paulatinamente, o outro “44”, pois o primeiro “44” era o da locomotiva e o segundo o da arma de fogo. A guinada foi propiciada pelos trilhos da estrada de ferro NOB, na verdade pelo poder dos sujeitos que passaram a utilizar tal meio de comunicação.

O médico e escritor Peri Alves Campos afirmou, em texto publicado no final da década de 1930, que a “[...] 28 de maio de 1914, entre palmas e espanto, silvava aqui a primeira locomotiva – vinda das barrancas do Paraguai, e que ironicamente trazia um belo – 44. Era uma lei... a matar outra.”⁹²

Já na publicação denominada Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, de 1958, consta que em

[...] 28 de maio de 1914, o apito civilizador de uma locomotiva vinda das barrancas do Paraguai, acordava festivamente para uma nova arrancada na senda do progresso, a vila de Campo Grande. Aquela locomotiva tinha o número 44. Era o “44” da civilização que vinha substituir o “44”, tido na época, como a “justiça da terra”, símbolo da arrogância e apanágio do banditismo.⁹³

O “progresso” do “44” da locomotiva foi representado como fator de evolução. Trocava-se o poder (violência) das armas de fogo pelo poder (que também não deixou de ser violento) da locomotiva. Entretanto, o segundo era um poder (uma violência) legalizada por meio de variadas instituições do Estado-nação ocidental. Esse poder institucionalizado pelo Estado-nação fez-se presente em outros espaços, tanto que a dinâmica da economia comercial de Campo Grande foi alterada espacial, qualitativa e quantitativamente.

Antes dos trilhos da NOB o espaço urbano, sobretudo o comercial, de Campo Grande centrava-se majoritariamente na Rua Velha até 1914⁹⁴. Com o efetivo funcionamento dos trilhos e da dinâmica viabilizada por esse meio de comunicação e de

provenientes de outras Unidades Federativas do Brasil e inclusive do exterior. Lembrando aqui que o fato do sujeito ser pecuarista, por exemplo, não excluía a possibilidade de, concomitante com isso, também exercer a profissão de advogado ou de médico. A historiadora Alisolete Antônia dos Santos Weingärtner lembra-nos de que a regularização das “[...] viagens (da NOB) estimulou a migração de outras regiões para Campo Grande, quando houve um grande desenvolvimento no comércio, iniciando-se uma incipiente indústria pastoral. O aumento demográfico de Campo Grande é percebido através dos registros de títulos definitivos de terreno, arrematação de terras em hasta pública, a partir de 1906. A chegada de migrantes provoca a repartição de terras e a formação de novas lideranças, as relações complexas e conflitantes, porém, foram elas que definiram as características sócio-culturais e políticas da cidade de Campo Grande.” (WEINGÄRTNER, Alisolete Antônia dos Santos. Campo Grande: da emancipação política à atualidade. In: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER (FUNCESP) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE E ARQUIVO HISTÓRICO DE CAMPO GRANDE (ARCA). *Série Campo Grande: coletânea de textos*. Campo Grande: UFMS, 1999, p. 17).

⁹¹ O primeiro “44” era o das armas de fogo. O segundo “44” era o da locomotiva, símbolo de “progresso” que adentrava na região.

⁹² CAMPOS, Peri Alves. Op. cit., p. 8.

⁹³ FIBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958, v. 35, p. 116. (Mato Grosso).

transporte o local de comércio também mudou, pois a cidade comercial voltou o seu eixo econômico para a ferrovia. Iris de Almeida Rezende Ebner, arquiteta e urbanista, escreveu que com

[...] o advento da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, inaugurada em 1914, a Estação Ferroviária de Campo Grande é instalada a cerca de um quilômetro da Rua Velha em direção Norte, no início da Rua Calógeras. A Rua João Pessoa (atual Rua 14 de Julho), passa a ser o caminho mais freqüente entre a movimentada Estação e a Rua Velha e logo, os comerciantes passam a se estabelecer nesta via, tornando a Rua João Pessoa o principal eixo da cidade.⁹⁵

Ademais, os trilhos da NOB também direcionaram a economia do sul de Mato Grosso, em especial a de Campo Grande, para o sentido oeste-leste do Brasil⁹⁶, quer dizer, rumo aos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, ao invés do que ocorria em décadas anteriores, ou seja, quando a economia da região estava mais sintonizada com os países da Bolívia e do Paraguai, e de certa forma até com a Argentina, tendo como cidade-pólo Corumbá⁹⁷, que a partir do pós-Guerra do Paraguai (1870) até por volta da década de 1940-50 foi a cidade economicamente mais representativa do sul do Estado de Mato Grosso, lembrando que o Porto de Corumbá, aqui no sentido de ser um porto localizado no interior de um continente, nesse caso o Americano, foi o terceiro mais importante do mundo em volume de cargas.

Porém, havia muito ainda por se fazer, no entendimento de alguns sujeitos históricos⁹⁸, para “integrar”, quer seja em relação à segurança, à economia e, não menos, à ocupação populacional, esse espaço do Brasil ao próprio Brasil do leste e, também, ao restante do mundo, nesse caso os Estados Unidos da América e a Europa ocidental, sobretudo a Grã-Bretanha.

Essa idéia foi exposta no início da década de 1920 pelo general Cândido Mariano da Silva Rondon, quando proferiu conferência sobre o assunto: Estado de Mato Grosso, a pedido da Sociedade Rural Brasileira, do Estado de São Paulo. Nessa oportunidade o general Rondon afirmou que Mato Grosso era

[...] um vastíssimo território de 1.486.963 quilômetros quadrados, ainda quase todo desabitado. Possui todas as riquezas naturais que se

⁹⁴ MACHADO, Paulo Coelho. Op. cit., p. 204-206.

⁹⁵ EBNER, Iris de Almeida Rezende. *A cidade e seus vazios: investigação e proposta para os vazios de Campo Grande*. Campo Grande: UFMS, 1999, p. 37.

⁹⁶ QUEIROZ, op. cit., p. 394-484.

⁹⁷ CORRÊA, Lúcia Salsa. *História e fronteira: o Sul de Mato Grosso 1870-1920*. Campo Grande: UCDB, 1999, p. 141-162.

⁹⁸ No final da década de 1940, Lima Figueiredo alertava publicamente, via Boletim Geográfico, de que a NOB “[...] após 35 anos de uso continuado, ainda não está em condições de atender ao seu tríptico papel: estratégico, internacional e econômico.” (FIGUEIREDO, Lima. Oeste matogrossense. In: *Boletim Geográfico*, ano VIII, n. 90, set. 1950, p. 718).

encontram em outras regiões do Brasil, com a particularidade de nelle serem mais consideráveis e quiçá mais bem dotados os campos e campinas pastoris, factor natural que no presente mais influe no seu evoluir promissor.⁹⁹

Rondon disse também que para o Mato Grosso materializar essa condição, qual seja, a de “acelerar a marcha” sobre “vasto e riquíssimo territorio” – era fundamental a presença dos paulistas, pois

[...] a vós – paulistas! – que cabe, não digo o direito, mas o dever, de tomar a dianteira sobre os filhos das demais unidades da República: Matto Grosso, nascido do influxo das iniciativas audazes de vossos maiores, deseja e espera de vós que o acompanheis com o mais ardente e sincero interesse nos esforços que está prestes a desenvolver para acelerar a marcha com que prosegue em demanda do logar que o seu vasto e riquíssimo territorio e a bondade do seu povo lhe reservam na economia geral da patria brasileira e do mundo.¹⁰⁰

Mesmo com essa realidade que cercava Campo Grande nas primeiras décadas do século XX a cidade, que no início da década de XX tinha quase 3.500 habitantes, paulatinamente deixou de ser apenas “[...] o lugar preferido dos boiadeiros, dos negociantes de toda a espécie [...]”¹⁰¹ e um espaço habitado por “bandidos e desocupados”¹⁰². Foram construídas outras modernizações, tais como 950 casas¹⁰³ e as sedes da Intendência Municipal (1912) e da Câmara Municipal (1912).

Campo Grande passou a ter seu primeiro jornal, em princípio quinzenal e, depois, semanal denominado de “O Estado de Mato Grosso”¹⁰⁴ (1913), cemitério¹⁰⁵ (1914), cabaré¹⁰⁶ (1914), instalação do 5º Regimento de Artilharia Montada de Campo Grande¹⁰⁷ (1914), tinha cerca de 500 residências (1915), Hotel Central (1917) e o Instituto Pestalozzi¹⁰⁸ (1917).

⁹⁹ RONDON, Candido. O Estado de Matto Grosso: o que elle nos offerece e o que espera de nós. In: *Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Off. Typ. Instituto Muniz Barreto, tomo XXVIII, 1923, p. 16-17.

¹⁰⁰ *Ibid.*, p. 15.

¹⁰¹ SOUZA, Trajano Balduino de. *apud* CONGRO, op. cit., 2003, p. 28.

¹⁰² Expressão utilizada por Trajano Balduino de Souza. (*Ibidem*).

¹⁰³ GOMES, op. cit., p. 80.

¹⁰⁴ O jornal “O Estado de Mato Grosso” foi fundado pelo Dr. Arlindo de Andrade Gomes, que era “[...] proprietário e redator dessa semanário.” (MIRANDA, Mariza. A evolução da imprensa em Campo Grande. In: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER (FUNCESP) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE E ARQUIVO HISTÓRICO DE CAMPO GRANDE (ARCA). *Série Campo Grande*: coletânea de textos. Campo Grande: UFMS, 1999, p. 62).

¹⁰⁵ “O novo e atual cemitério foi localizado em terreno doado à municipalidade pelo coronel Amanto de Oliveira, então Presidente da Câmara e elemento que muito fez pelo progresso local. Foi traiçoeiramente assassinado, vindo, por estranha e caprichosa coincidência, ser o seu, o primeiro corpo depositado nesse novo “Campo Santo”, o que se deu a 11 de junho de 1914.” (FIBGE. Op. cit., 1958, p. 117).

¹⁰⁶ Em “[...] 1914 inaugurou-se o famoso cabaré, na Rua 7 de Setembro, entre as Ruas 14 e 13, que tomou o curioso nome de *Fecha Nunca*, de propriedade de um sírio vindo de Uberaba, que depois o alugou à famosa Viuvona. Funcionou longos anos no local e foi palco de brigas constantes e alguns crimes tenebrosos. Dele disse Emílio Barbosa: “Tornou-se o ponto preferencial de bebedeiras e valentias, de onde à noite partiam os tiros e de dia os enterros.” (MACHADO, Paulo Coelho. *Arlindo de Andrade*: primeiro juiz de direito de Campo Grande. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1988, p. 31).

¹⁰⁷ “O Exército, que já mantinha nesta cidade uma companhia de caçadores, sob o comando do tenente Gaudie Ley, veio engrossar os seus efetivos com a transferência do 5.º Regimento de Artilharia Montada, sob o

A cidade também tinha iluminação pública elétrica, sendo Campo Grande a segunda municipalidade estadual a possuir tal benfeitoria pública (1918), já que a primeira foi Corumbá, início da construção do primeiro grupo escolar, o Joaquim Murtinho (1919), início da construção da primeira biblioteca pública da cidade e a intenção de construir o pavilhão da Santa Casa de Misericórdia de Campo Grande (1919).

Além disso, Campo Grande contava com a Sede da Circunscrição Militar de Mato Grosso (1921), que foi transferida de Corumbá para Campo Grande (atual Comando Militar do Oeste), o Hospital Militar (1924 – atual Hospital Geral de Campo Grande, mas que desde de 1921 funcionava como enfermaria-hospital) e a Santa Casa da Sociedade Beneficente de Campo Grande (1928 – ano de sua efetiva inauguração).

Todos esses nomes e todas essas datas servem para demonstrar que a gradual alteração do espaço urbano-citadino da cidade de Campo Grande foi documentada ou, no mínimo, permaneceu na memória das pessoas, algo que não se encontra a respeito da modernização social dessa mesma cidade. Sendo assim, a história cronológica e linear¹⁰⁹ consegue explicitar as modernizações de ordem política e de ordem econômica, porém, não tão “brilantemente”¹¹⁰ as de cunho social. Nessa cronologia evolutiva de modernizações cidadinas tem-se, ainda na década de 1920, o primeiro bairro projetado de Campo Grande, qual seja, o Bairro Amambaí, localizado na zona suburbana, a cerca de 2 quilômetros do

comando do major João Batista Martins Pereira, que se achava sediado em Aquidauana desde a sua organização em 1909. O 5.º Regimento, trazendo 172 praças de pré e 7 oficiais, chegou a Campo Grande, no dia 8 de março de 1914, sendo o seu material transportado em 50 carrêtas, postas à disposição do seu comando pelo comércio local.” (FIBGE. Op. cit., 1958, p. 117).

¹⁰⁸ BITTAR, Marisa; FERREIRA JR., Amálio. De freguesia a capital: 100 anos de educação em Campo Grande. CUNHA, Francisco Antônio Maia da (Coord.). *Campo Grande: 100 anos de construção*. Campo Grande: Matriz, 1999, p. 172.

¹⁰⁹ Refiro-me aqui sobretudo a alguns textos que foram publicados no livro: CUNHA, Francisco Antônio Maia da (Coord.). *Campo Grande: 100 anos de construção*. Campo Grande: Matriz, 1999. Vale frisar que inúmeras outras publicações, algumas inentivadas pelos poderes públicos, em particular pela Prefeitura Municipal de Campo Grande, também fizeram esse tipo de história, qual seja, o de escrever simplesmente para contar o passado. Contam o que dizem ser a história e, não bastasse isso, dela retiram os sujeitos históricos ou, quando muito, usam o ‘s’ no final de algumas palavras para incluí-los, como se um ‘s’ ou mais do que um ‘s’ contribuíssem para transformar a realidade histórica. Exemplo dessa inclusão, que no entender do então prefeito André Puccinelli servia para explicitar “fatos” “narrados”, está no primeiro prefácio da obra *Série Campo Grande*, no qual o prefeito Puccinelli escreveu que a “[...] saga dos povos, que com as ferramentas da esperança ajudaram a construir o desenvolvimento da terra: migrantes e imigrantes, homens e mulheres, das mais distintas raças e credos, é digna dos anais de nossa pujante capital. A SÉRIE CAMPO GRANDE, ora em seu 1º volume, representa um novo instrumento, do qual a Prefeitura Municipal está lançando mão, para realizar um resgate sistemático de passagens, fatos e acontecimentos da história campo-grandense.” (PUCCINELLI, André. Prefácio. In: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER (FUNCESP) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE E ARQUIVO HISTÓRICO DE CAMPO GRANDE (ARCA). *Série Campo Grande: coletânea de textos*. Campo Grande: UFMS, 1999, p. 5-6). Sendo assim, só pode haver uma história cronológica e linear, sem conflitos e sem tensões cotidianas. Seguramente não se trata de explicitar apenas deméritos em tais obras, que na verdade emanam de políticas públicas e, em certa proporção, possuem mérito sim. Um exemplo disso está no grande número de nomes e de datas (dias, meses, anos e séculos, por exemplo) que foram mencionados na obra *Campo Grande: 100 anos de construção*, tanto que indico aos leitores que recorram a tal material, já no meu escrito não foram elencados todos os nomes e todas as datas existentes na obra *Campo Grande: 100 anos de construção*.

¹¹⁰ “Brilantemente” em razão de que as fontes políticas e as econômicas são, em grande parte, muito mais expressivas quantitativamente do que as sociais.

“coração da cidade”¹¹¹. Nesse local também estavam os quartéis da 9ª Região Militar e o Campo de Aviação.

[...] Camilo Boni, engenheiro geômetra que trabalhava na Intendência Municipal na administração de Arlindo de Andrade Gomes, projeta o traçado urbanístico do primeiro bairro de Campo Grande, o Amambaí, de ruas sinuosas e largas, possibilitando, pela proximidade da área central, a moradia dos operários que não retornaram para São Paulo após o término das obras militares e de outros migrantes de menor renda.

No Bairro Amambaí, localizado entre a cidade e a Vila Militar, na porção oeste de Campo Grande, são construídas, nos anos 20, inúmeras residências pelos “construtores frentistas”, dentre eles Alexandre Tognini. Geralmente, eram construções de alvenaria de tijolos, em torno de 40m², com 2 quartos, sala e varanda e banheiro externo, uma verdadeira habitação popular da época.¹¹²

Da década de 1920 datam ainda a Loja Maçônica (1922), a inauguração do Grupo Escolar Joaquim Murtinho¹¹³ (1921), a rede de água¹¹⁴ na Rua 14 de Julho (1922), feira pública na Praça do Mercado (1925), sede do Rádio Clube e do Cine Trianon também são modernizações dos anos 20 do século XX¹¹⁵. No período de

[...] 1920 a 1923, Campo Grande teve a sua mais importante administração do passado, na pessoa do dinâmico Dr. Arlindo de Andrade Gomes. A visão de homem público e administrador competente fez com que o município fosse beneficiado no perímetro urbano e no meio rural, imprimiu em todos os setores inovações, desde a pecuária ao urbanismo, defendendo o traçado com ruas largas e avenidas amplas e arborizadas. Foi denominado como o “Modernizador”. Datam desse período a urbanização da bonita avenida Afonso Pena, nivelamento das ruas, calçamento dos passeios, o jardim da praça da Liberdade, hoje Ary Coelho, que antes era o cemitério. É também dessa administração o famoso Código de Postura, conhecido como Código Dr. Arlindo.¹¹⁶

De fato, o Município de Campo Grande evoluiu no aspecto da obtenção das invenções e das inovações do mundo dito “ocidental”, pelo menos em relação aos materiais consultados. Invenções e inovações que podem ser consideradas como modernizações muito mais de ordem política e econômica do que propriamente social.

No caso da administração de Arlindo de Andrade Gomes as modernizações foram amplas, pois abarcaram o espaço urbano e o rural, segundo afirmação da professora Terezinha Lima Tolentino. Na parte urbana o foco foi a intervenção nos espaços públicos da cidade através de obras que, de uma forma ou outra, reordenaram as práticas dos habitantes, quer sejam elas no campo do trabalho e/ou no do lazer.

¹¹¹ VILA PLANALTO. In: CAMPOS, Peri Alves. Op. cit., p. 46.

¹¹² ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. Op. cit., 1999, p. 13.

¹¹³ BITTAR; FERREIRA JR. Op. cit., p. 172.

¹¹⁴ CAMPO GRANDE (Município). *Relatório – 1943*. (Demóstenes Martins, prefeito. Frederico Soares, contador e João E. Campos, Tesoureiro). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 25 de janeiro de 1944, p. 46.

¹¹⁵ ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. Op. cit., 1999, p. 11-13.

Arlindo de Andrade Gomes foi, no entender de Valério de Almeida,

[...] sem sombra de dúvida, o Passos desta terra, pois com êle desapareceram velhos pardieiros e surgiram as obras mais notáveis em prol do saneamento da cidade e quiçá do seu urbanismo, daí a fisionomia dos novos prédios, bem como passeios e muros em tôdas as vias públicas.¹¹⁷

Essa modernização infra-estrutural da parte urbana do centro da cidade de Campo Grande sinaliza que para modernizar o espaço central da cidade foi necessário destruir os “velhos pardieiros”, provavelmente habitações de “pessoas comuns”.

Nesse sentido, o mesmo espaço foi ocupado por “novos prédios”, simbolizando uma modernização arquitetônica e, nesse caso também, a modernidade, tal como entende Jacques Le Goff¹¹⁸, pois para esse historiador francês a “idéia de modernidade” torna-se real justamente “quando há um sentimento de ruptura com o passado”.

Além disso, a reordenação das vias públicas da cidade também contribuíram para consolidar uma política de saneamento cidadão, que de toda forma também é um modo de ruptura com relação aos costumes até então existentes e, justamente por existirem, explicitam que o Código de Posturas da Villa de Campo Grande de 1905 não teve êxito no aspecto da higienização cidadina.

Essas realizações administrativas indicam que a cidade de Campo Grande foi, assim como muitas outras localidades do Brasil, local de práticas que intentaram modernizar o espaço urbano por meio da utilização dos ensinamentos de Georges Eugène Haussmann¹¹⁹, que nesse caso primava pela reurbanização do espaço da cidade, servindo-a de amplas vias públicas, tornando-o mais ventilado e dotando-o de construções caracterizadas como “higiênicas”. Práticas essas que ora atendiam os objetivos higiênicos, tais como sanar doenças, ou políticos-administrativos, isso porque serviam para afastar do espaço urbano central das cidades os sujeitos sociais das classes trabalhadores ou desempregados, que já tinham demonstrado sua força em alguns locais do mundo, como

¹¹⁶ TOLENTINO, op. cit., p. 145.

¹¹⁷ ALMEIDA, Valério de. *Campo Grande de outrora*. Campo Grande: Letra Livre, 2003, p. 21.

¹¹⁸ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1990.

¹¹⁹ Segundo Walter Benjamin, Haussmann (1809-1891) “[...] começou as obras em 1859. Sua necessidade já vinha sendo sentida há tempo, e projetos de lei lhe abriram o caminho.” (BENJAMIN, Walter. *A modernidade*. In: _____. *Obras escolhidas III: Charles Baudelaire um crítico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 85). Tanto que no “[...] início da década de 50, a população parisiense começou a aceitar a idéia de uma grande e inevitável expurgação da imagem urbana.” (Ibid., p. 85). Benjamin continua e, com muita propriedade, explicita textualmente o quão primitivos foram os instrumentos utilizados no processo de modernização ocorrido na cidade de Paris: “A cidade de Paris ingressou [...] (no século XX) sob a forma que lhe foi dada por Haussmann. Ele realizou sua transformação da imagem da cidade com os meios mais modestos que se possa pensar: pás, enxadas, alavancas e coisas semelhantes. Que grau de destruição já não provocaram esses instrumentos limitados! E como cresceram, desde então, com as grandes cidades, os meios de arrasá-las! Que imagens do porvir já não evocam! – Os trabalhos de Haussmann haviam chegado ao ponto culminante; bairros inteiros destruídos.” (Ibid., p. 84).

externou a historiadora francesa Michelle Perrot¹²⁰, o historiador francês George Rudé¹²¹ e Eric John Hobsbawm¹²².

Pelo que tudo indica, foi valendo-se desses parâmetros de amplas vias públicas de comunicação, ambiente ventilado e construções enquadradas em normas higiênicas, que para exemplificar foram aplicados, no período de 1903-1906, na cidade do Rio de Janeiro por Francisco Pereira Passos¹²³, que Arlindo de Andrade Gomes dotou a parte urbana e central da cidade de Campo Grande, tal como afirmou Valério de Almeida, de “obras mais notáveis”, de “saneamento”, de “novos prédios” e de “passeios e muros em todas as vias públicas”.

Mas tudo isso não possui como objetivo o de afastar as classes trabalhadores ou os desempregados do centro por causa de ameaça de alguma ação semelhantes às ações praticadas pelas “pessoas comuns” analisadas por Hobsbawm, Perrot ou Rudé. Até porque o próprio Arlindo de Andrade Gomes posicionou-se textualmente favorável ao incremento populacional – que era o “braço trabalhador”¹²⁴ – de pessoas nacionais ou estrangeiras, independente da nacionalidade.

Segundo Arlindo de Andrade Gomes, o sul de Mato Grosso e o Município de Campo Grande beneficiavam-se muito com a chegada de outras pessoas à região, pois a “[...] população que chega de toda parte, ricos e operários, acabará modificando os hábitos rotineiros, dando uma nova alma à política, inoculando nos homens que dominam, que constituem os governos, a vontade de progredir; o gérmen da ação, a idéia do trabalho.”¹²⁵

Ou seja, o sujeito “civilizado” ajudaria a “civilizar” o “sertão”. Especificamente em relação aos japoneses, Gomes afirmou que esta “[...] gente, que hoje (1922) causa tanto

¹²⁰ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

¹²¹ RUDÉ, George. *A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra, 1730-1848*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

¹²² HOBSBAWM, Eric John. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988b; _____. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

¹²³ “Ao assumir o governo, em novembro de 1902, Rodrigues Alves declarou ao congresso e à nação que seu objetivo era “atrair mais imigrantes, remodelar o porto do Rio de Janeiro e reurbanizar a cidade”. Para tocar esse projeto – e de forma muito mais ousada do que se poderia supor –, o presidente montou uma equipe altamente capacitada e profissional. O time, liderado pelo general catarinense Lauro Müller, ministro da Viação e Obras Públicas, tinha como maior estrela o prefeito Francisco Pereira Passos, de quase 70 anos. Pereira Passos (1836-1913), filho de um barão cafeicultor, preferiu ser engenheiro em vez de cursar a Faculdade de Direito. Formado pela Escola Militar, Pereira Passos [...] foi para Paris em 1857 – assistindo à grande reurbanização feita por Georges Haussmann. De volta ao Brasil, em 1860, tornou-se engenheiro ferroviário e construiu as principais estradas-de-ferro do país, algumas em associação com o barão de Mauá. Como prefeito do Rio, de 1903 a 1906, virou a cidade de cabeça para baixo. [...] Foi apelidado de “prefeito bota-abaixo”. Seus métodos rígidos e sua “picareta do progresso” foram instrumentos utilizados para “civilizar” – e “afrancesar” – o Rio de Janeiro.” (BUENO, Eduardo. (Coord. Geral). *História do Brasil*. Porto Alegre: Zero Hora/RBS Jornal, 1998, p. 186).

¹²⁴ GOMES, Arlindo de Andrade. *O Município de Campo Grande em 1922*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2004, p. 53-59, já o termo “braço trabalhador” consta na p. 56).

¹²⁵ *Ibid.*, p. 57.

medo à Europa e Norte América, mas que no Brasil é recebida como italianos ou portugueses [...] teve a utilidade de criar a nossa pequena agricultura.”¹²⁶

Além disso, a estrutura física e a arborização da Avenida Afonso Pena e do jardim da Praça da Liberdade (atual Praça Ari Coelho), mais próximas aos “boulevares”¹²⁷ de Paris do que às cidades-jardins do urbanismo inglês¹²⁸, também corrobora para que se entenda que o modelo adotado por Arlindo de Andrade Gomes foi, na prática, muito próximo ao do realizado nas cidades de Paris, de Viena¹²⁹, do Rio de Janeiro¹³⁰ e de Salvador¹³¹.

Afinal, a “civilização” é, no entendimento de Walter Benjamin¹³², também uma imagem de “barbárie”. Portanto, os “bens culturais” existentes na sociedade não deixam de ser, nesse sentido, indicativos de “barbárie” de uns sujeitos sociais frente a outros. Benjamin, no entanto, contribuiu ainda mais para a compreensão do que ele denominou de “bens culturais”. Em síntese, os tais “bens culturais” da cidade modernizada ou não são entendidos como “progresso”. Nas palavras do próprio Benjamin, que objetivava com tal análise alertar-nos a respeito do “progresso”, consta que:

Os dominadores num certo momento histórico são, no entanto, os herdeiros de todos aqueles que alguma vez já venceram. Assim sendo, a identificação com o vencedor acaba toda vez beneficiando o detentor do poder. Com isso já se disse o suficiente para o materialista histórico. Quem até esta data sempre obteve a vitória participa da grande marcha triunfal que o dominador de hoje celebra por cima daqueles que hoje estão atirados no chão. Como era de costume, a pilhagem é arrastada junto no cortejo triunfal. Costuma-se chamá-la de: bens culturais. No materialista histórico, eles terão de contar com um observador distanciado. Pois tudo o que ele consegue perceber em termos de bens culturais, tudo, sem exceção, tem uma origem que ele não pode rememorar sem horror. Eles devem a sua existência não só aos esforços dos grandes gênios que os produziram, mas também à anônima servidão dos seus contemporâneos. Não há documento da cultura que não seja ao mesmo tempo um documento da barbárie. E assim com os próprios bens culturais não estão livres de barbárie, também não o está o processo de transmissão com que eles passam de uns a outros. Por isso, o materialista histórico se afasta o máximo possível da tradição. Ele considera como tarefa sua pentear a história a contrapelo.¹³³

¹²⁶ GOMES, op. cit., p. 55.

¹²⁷ “Boulevares” no sentido de avenidas e/ou ruas amplas e arborizadas.

¹²⁸ HOWARD, Ebenezer. *Cidades-jardins de amanhã*. São Paulo: Hucitec, 1996. O britânico Howard (1850-1928) foi quem idealizou a proposta utópica e social das “cidades-jardins”. As “cidades-jardins” foram concebidas para conciliar, e por isso das dimensões utópica e social, os espaços do ambiente campestre com o do ambiente urbano e ser um local sem os problemas da insalubridade, da pobreza e da poluição, realidades tão presentes nas cidades industriais européias do final do século XVIII e que perdurou no século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Um exemplo da proposta de “cidades-jardins” no Brasil é o bairro Jardim América, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tal como demonstra o livro de WOLFF, Sílvia Ferreira Santos. *Jardim América: o primeiro bairro-jardim de São Paulo e sua arquitetura*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial/Fapesp, 2001.

¹²⁹ SCHORSKE, C. E. A Ringstrasse, seus críticos e o nascimento do modernismo urbano. In: _____. *Viena Fin-de-siècle: política e cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 43-124.

¹³⁰ BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1990.

¹³¹ PINHEIRO, Eloisa Petti. *Europa, França e Bahia, difusão e adaptação de modelos urbanos*. Salvador: UFBA, 2002.

¹³² BENJAMIN, op. cit., 1983.

¹³³ *Ibid.*, p. 157.

A “civilização” que produziu “barbárie” na década de 1920 – e ainda produz – continuou a ser construída, embora destruindo outros “bens culturais”, pois datam desses anos o Rádio Clube (1924¹³⁴-1928¹³⁵), a construção do calçamento da Rua 14 de Julho¹³⁶ (1928), a primeira residência assobradada da cidade (1928), o asfaltamento de parte da Rua 14 de Julho (1929) e a criação de estabelecimentos de ensino, tais como o Colégio Osvaldo Cruz (1920), Colégio Nossa Senhora Auxiliadora¹³⁷ (1926) e o Colégio Dom Bosco (1929), todos particulares e, mais evidente nos dois últimos exemplos, ligados ao universo religioso do catolicismo e da sociedade civil beneficente.

Instituições de ensino que devem ser consideradas como modernização social, além de serem política e econômica, uma vez que possibilitaram, embora para pequena parcela do “povo comum”, um acesso¹³⁸ ao mundo do conhecimento formal, algo na maioria das vezes apenas possível para sujeitos minimamente detentores de algum tipo de poder, que em sua maior parte eram de famílias abastadas das zonas rurais ou das cidades do sul do Estado de Mato Grosso.

Em 1922 Campo Grande tinha 950 casas e a população residente na municipalidade era de 8.200 habitantes¹³⁹, sendo que a maioria morava no campo. Portanto, CG tinha uma população citadina bem superior aos 3.500 habitantes do início da década de 1920. Parte desses novos moradores era, segundo Arlindo de Andrade Gomes, o “braço” que faltava ao sul de Mato Grosso e, conseqüentemente, ao Município de Campo Grande. Arlindo escreveu que o

¹³⁴ Em 1924 foi inaugurado, em sua primeira sede, o Rádio Clube; que era uma espécie de clube noturno familiar e também local de reunião, inclusive político-partidária, para ouvir programas de rádios nacionais e estrangeiras. “Foi um importante ponto de encontro da elite campo-grandense e até hoje se mantém como o mais tradicional clube da cidade.” (CABRAL, Paulo Eduardo. Formação étnica e demográfica. CUNHA, Francisco Antônio Maia da (Coord.). *Campo Grande: 100 anos de construção*. Campo Grande: Matriz, 1999, p. 40).

¹³⁵ “O ano de 1928 foi importante como marco da vida social da cidade (pelo menos para a elite!!!). Alguns moradores se organizaram e adquiriram um aparelho receptor formando um grupo denominado Rádio Clube. Os associados e suas famílias se reuniam em volta do aparelho para ouvirem as notícias, porém o som era tão ruim e enervante, que o grupo preferiu substituir a atividade por um joguinho de cartas. Assim nasceu o mais importante e tradicional clube social da cidade, cuja denominação foi preservada: Rádio Clube.” (TOLENTINO, op. cit., p. 145).

¹³⁶ A via pública denominada de Rua 14 de Julho nem sempre teve essa denominação. Até 1914 “[...] era chamada simplesmente de beco, porque ali existia apenas um trilheiro deserto, curto e sem saída.” (MACHADO, Paulo Coelho. *Pelas ruas de Campo Grande: a Rua Principal*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, v. II, 1991, p. 10). De 1914 até o início de 1930 passou a ter o nome de Rua 14 de Julho, de 1930 até outubro desse ano recebeu a denominação de Rua Aníbal de Toledo. De outubro de 1930 até o ano de 1945 chamou-se Rua João Pessoa e a partir de 1945 passou a ter outra vez o nome de Rua 14 de Julho. (Ibid., p. 10-11).

¹³⁷ PEREIRA, Vera Machado; VIZEV, Leiner. (Coordenação geral). *O mestre que marcou a minha vida*. Campo Grande: M&V Comunicação e Planejamento Ltda., [s.d.], p. 49.

¹³⁸ Esse acesso foi de pequena parcela dos habitantes. No início da década de 1920, na educação escolar “[...] o problema era sério. Mil e oitocentos candidatos às escolas, com funcionamento apenas de seis estabelecimentos estaduais com 197 alunos, 3 municipais com 67 alunos e dois colégios particulares, além do Instituto Pestalozzi, subvencionado pela municipalidade, com 306 alunos, a Escola Republicana com 157, e onze escolas primárias particulares, espalhadas pela campanha, com 206 alunos. Na cidade, a freqüência total era de 727 alunos. Um déficit superior a mil vagas.” (MACHADO, Paulo Coelho. Op. cit., 1988, p. 45).

¹³⁹ GOMES, op. cit., p. 80.

[...] nosso maior mal era a falta de gente, era o braço. Não havendo colonização, houve todavia a entrada de gente das mais diversas nacionalidades. A quase totalidade da população do sul é de adventícios, de todas as camadas sociais. A eles exclusivamente deve-se o nosso atual progredimento. Adquiriram as terras, levantaram as indústrias, criaram o comércio, são os *novos mato-grossenses* desta parte.¹⁴⁰

Tensionando o texto de Gomes, que sem dúvida é uma organização simbólica da concretude histórica, torna-se possível pensar que a modernização citadina de Campo Grande não foi realizada sem atingir o cotidiano dos moradores da cidade, possivelmente também das pessoas do campo. Isto em razão de que os “*novos mato-grossenses*” transformaram, de um modo ou de outro, a sociedade na qual chegaram.

Esses “*novos mato-grossenses*”, que segundo Gomes vinham pela da estrada de ferro NOB, eram, além de “operário agrícola”, “[...] negociantes de toda casta”; [...] (tais como:) artistas, ferreiros, pedreiros, pintores, curtidores, marceneiros, serradores; os jornaleiros e campeiros para as fazendas.”¹⁴¹ Se por um lado esses “*novos mato-grossenses*” transformaram a realidade que encontraram, também não deixaram de ser, através das pessoas que já habitavam o lugar, transformados.

Nessa perspectiva, os “*novos mato-grossenses*” foram igualmente transformados, já que o espaço no qual estavam foi modernizado pelas políticas públicas do Dr. Arlindo de Andrade Gomes que no entanto, por mais que transformou a municipalidade de Campo Grande, não conseguiu dotar o centro da cidade das modernizações infra-estruturais minimamente necessárias, pois nessa mesma década a cidade de Campo Grande ainda tinha falta de abastecimento de água na área central, as chuvas torrenciais já eram uma preocupação citadina e a energia gerada não era suficiente para atender as necessidades dos consumidores.

O intendente geral do Município de Campo Grande, o senhor Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo explicitou essas situações, além de outras, por meio de um relatório que foi apresentado e aprovado pela Câmara Municipal da municipalidade em reunião realizada no dia 15 de dezembro do ano de 1926. Sobre o abastecimento de água, o então intendente geral afirmou que a

[...] rede do abastecimento d’água da cidade está assentada e em pleno funcionamento com os seus requisitos técnicos, medindo 12.835 metros, a contar do reservatório de distribuição de onde parte a linha de 6 p/p. que segue pela rua José Antonio até o eixo da Av. Affonso Penna. Esta linha alimenta os encanamentos gerais por canos de 4 polegadas assentados nas ruas: – Avenida Matto-Grosso, D. Aquino e Av. Affonso Penna que por sua vez abastecem os canos de 2 polegadas distribuídos pelas outras

¹⁴⁰ GOMES, op. cit., p. 43-44.

¹⁴¹ Ibid., p. 43.

arterias da cidade, tudo de acordo com o projeto já aprovado pela Câmara numa das suas reuniões do ano findo.

Na avenida Affonso Penna, devido á largura dessa via publica, foi necessario duplicar a linha de distribuição, que ficou servida de uma linha de 4 polegadas e outra de duas (2).

Desse modo ficou a rede do abastecimento distribuida da forma seguinte:

Linha de 6 pp.

Do Reservatorio á Av. Affonso Penna. 1.805 ms.

Linha de 4 pp.

Avenida Matto-Grosso 1.090 ms.

Rua D. Aquino 1.120 ms.

Avenida A. Penna 1.120 ms.

3.330 ms.

Linha de 2 pp.

Rua 24 de Fevereiro 1.025 ms.

Rua 13 de Maio 1.025 ms.

Rua 14 de Julho 1.340 ms.

Avenida Calogeras 1.030 ms.

Rua Antonio Maria Coelho 540 ms.

Rua Candido Mariano 750 ms.

Rua Barão do Rio Branco 540 ms.

Avenida Affonso Penna 700 ms.

Rua 15 de Novembro 750 ms.

7.700 ms.¹⁴²

Os dados do relatório do intendente geral Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo sobre a cidade de Campo Grande são relevantes para que se possa fazer uma “história a contrapelo”¹⁴³, no sentido proposto por Benjamin. Através das vias públicas servidas pelo abastecimento de água encanada e potável torna-se possível localizar qual era o espaço dotado de tal modernização e, em razão disso, minimamente sinalizar qual era o espaço ocupado pela elite campo-grandense.

Esse espaço abrangia uma área de aproximadamente 700 metros no sentido norte-sul e de 600 metros no sentido leste-oeste. Área essa que desde o final da primeira década do século XX e início da segunda década do mesmo século já tinha sido estruturada por meio de vias de comunicação com traçado ortogonal, tal como demonstram os mapas da Planta da Cidade de Campo Grande¹⁴⁴ (1909), também denominada em outras obras¹⁴⁵ pelo nome de “Plano de Alinhamento de Ruas e Praças” ou de “Planta de 1909”, de autoria do

¹⁴² CAMPO GRANDE (Prefeitura). *Relatório apresentado pelo INTENDENTE GERAL DO MUNICIPIO Á CAMARA MUNICIPAL, referente ao exercicio de 1926 pelo Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo e aprovado pela mesma Camara em sua reunião de 15 de Dezembro do mesmo anno.* São Paulo/Cayeiras/Rio de Janeiro: Companhia Melhoramentos de S. Paulo, p. 4-5.

¹⁴³ BENJAMIN, op. cit., 1983, p. 156-157.

¹⁴⁴ CONGRO, op. cit., p. 41.

¹⁴⁵ Refiro-me aqui aos livros de: EBNER, Iris de Almeida Rezende. *A cidade e seus vazios: investigação e proposta para os vazios de Campo Grande.* Campo Grande: UFMS, 1999, p. 36, que utilizou a denominação de “Plano de Alinhamento de Ruas e Praças”, e de OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. *A rua e a cidade: Campo Grande e a 14 de Julho.* Campo Grande: UFMS, 2005, p. 87, que utilizou a denominação de “Planta de 1909”. Optei por denominar de “Planta da Cidade de Campo Grande” em razão de que assim estava escrito na imagem (mapa) que consultei, que conta em obra cuja autoria é de CONGRO, Rosário. *O Município de Campo Grande.* Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2003, p. 41.

agrônomo Nilo Javari Barém e a Planta do Rocio e Villa de Campo Grande¹⁴⁶ (1910), feita pelo engenheiro militar Temístocles Paes de Souza Brazil, que também recebeu variadas denominações¹⁴⁷.

Porém, as modernizações urbano-citadinas realizadas pelo poder público municipal não resolveram outros incômodos, como, por exemplo, as chuvas torrenciais que assolavam Campo Grande nos últimos três meses de cada ano e nos próximos três meses do ano seguinte. Essas chuvas constituíam uma das maiores preocupações, tanto de comerciantes como de moradores da região central de CG ou de pessoas de fora dela, pois dificultavam tanto as atividades comerciais como o acesso ou a saída terrestre da cidade, que à época tinha o centro urbano e comercial quase de todo localizado nas proximidades dos córregos Prosa e Segredo.

Segundo o intendente geral Figueiredo, que foi líder do executivo municipal de Município de Campo Grande na década de 1920, as

[...] chuvas torrenciais que alagaram a cidade e arredores nos últimos meses do ano findo tornaram inacessível o acesso á cidade, tendo a Intendencia sido forçada a realizar obras de vulto que não se achavam contempladas no orçamento vigente e nem cogitadas no plano dos serviços á executar.

Nessas condições e como serviço de urgencia tivemos que realizar a construção de tres bueiros na passagem do Segredo, na sua margem direita, ligados por um longo muro de alvenaria na extensão de 85 metros [...]¹⁴⁸

A construção “de tres bueiros na passagem do Segredo”, na verdade, em “serviços de urgencia” como consta no relatório do intendente Figueiredo tem um significado. Não foi apenas construir por construir, ou modernizar para simplesmente atender indistintamente aos interesses dos habitantes da porção oeste da cidade de Campo Grande. O “serviço de urgencia” era para não obstruir a ligação do centro urbano com a região do Bairro Amambaí, uma vez que nesse local havia o Campo de Aviação e a 9ª Região Militar.

Foi uma modernização ao mesmo tempo política e econômica, porém estratégica, até pelo fato de que se não fosse feita deixava a cidade, em certa proporção, desassistida do poder bélico e firmador de “ordem pública”¹⁴⁹ de aproximadamente 2.000 mil militares e

¹⁴⁶ CONGRO, op. cit., p. 39.

¹⁴⁷ EBNER, op. cit., p. 34, denomina o mapa de “Rocio de Campo Grande – 1909”. Já OLIVEIRA NETO, op. cit., p. 122, utilizou para o referido mapa a denominação de “Planta do rocio de 1909”. Optei por denominar de “Planta do Rocio e Villa de Campo Grande” em razão de que assim estava escrito na imagem (mapa) que consultei, que conta em obra cuja autoria é de CONGRO, op. cit., p. 39.

¹⁴⁸ CAMPO GRANDE (Prefeitura). *Relatório apresentado pelo INTENDENTE GERAL DO MUNICIPIO Á CAMARA MUNICIPAL, referente ao exercicio de 1926 pelo Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo e aprovado pela mesma Camara em sua reunião de 15 de Dezembro do mesmo anno*. Op. cit., p. 7.

¹⁴⁹ No relatório encaminhado por Rosário Rongro ao então presidente do Estado de Mato Grosso, Dom Francisco de Aquino Corrêa, o intendente Congro escreveu que a “[...] não ser pequenas ocorrências policiais, folgo relatar não ter havido, durante o tempo da minha administração, alteração propriamente, da ordem pública. A mudança da sede do 2.º Batalhão da Força Policial para esta localidade, e a criação de um piquete, para

dificultava o deslocamento do contingente policial que tinha “[...] cerca de 50 praças e três oficiais [...]”¹⁵⁰, deixando-a à mercê de interesses de outros grupos, tal como dos “coronéis guerreiros”¹⁵¹ ou “coronéis do interior”¹⁵².

A energia também era uma das preocupações que entravava o “desenvolvimento” cidadão, já que a possibilidade de faltar tal fonte era muito real, isso em razão da pequena captação que era feita pela empresa contratada pelo poder municipal, isto é, as Centrais Elétricas Mato-grossenses (CEMAT). O intendente escreveu: “Só há a lastimar que a actual captação de energia já esteja se tornando deficiente às necessidades da cidade, entravando o desenvolvimento de pequenas indústrias que certamente surgiriam se a empresa pudesse fornecer energia.”¹⁵³

No campo econômico, Campo Grande ainda mantinha, via transporte terrestre realizado por meio de carretas¹⁵⁴ e de automóveis, em especial através do veículo da marca Ford¹⁵⁵, significativo comércio com o Paraguai, pois nessa época o ramal da NOB – Campo

melhor policiamento do extenso perímetro urbano, foram, sem dúvida, poderosos elementos de segurança. Não é de hoje (1919) que os aventureiros de toda casta, bem como as decaídas, em grande número fazem pouso nesta florescente cidade, atraídos pela sua fama de riqueza.” (CONGRO, op. cit., p. 89). O relato dessa realidade pelo intendente Congro sinaliza que a cidade de Campo Grande tinha sido alterada com a presença de policiais na localidade, pois não ocorreram mais solavancos de violência como os registrados até então, situação que possibilitou ao Rosário Congro solucionar a “dualidade de poderes”. É importante destacar também que o próprio Congro só assumiu o poder municipal de Campo Grande, no último quartel de 1918 até o segundo semestre de 1919, na condição de intendente-geral do Município, por causa de “[...] uma dualidade de poderes, que tantos prejuízos trouxe à sua ordem jurídica e administrativa. O lamentável conflito entre concidadãos ameaçava seriamente o curso natural da vida do Município, já àquele tempo despontando como importante pólo de desenvolvimento do sul do Estado de Mato Grosso. Dom Francisco de Aquino Corrêa, então Presidente do Estado de Mato Grosso, por meio do Ato n. 329, de 14 de agosto do mesmo ano, põe termo a essa anomalia institucional, nomeando Rosário Congro para Intendente, cargo que ocupou no período de cinco de setembro de 1918 a sete de setembro de 1919.” (PEREIRA, Eurípedes Barsanulfo. Rosário Congro: o primeiro historiador de Campo Grande. In: CONGRO, op. cit., p. 13).

¹⁵⁰ GOMES, op. cit., p. 95.

¹⁵¹ CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: 1889-1943*. Campo Grande: UFMS, 1995, p. 16.

¹⁵² NEVES, Maria Manuela R. Novis. *Elites políticas: competição e dinâmica partidário-eleitoral (caso de Mato Grosso)*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988, p. 92.

¹⁵³ CAMPO GRANDE (Prefeitura). *Relatório apresentado pelo INTENDENTE GERAL DO MUNICÍPIO À CAMARA MUNICIPAL, referente ao exercício de 1926 pelo Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo e aprovado pela mesma Câmara em sua reunião de 15 de Dezembro do mesmo ano*. Op. cit., p. 8.

¹⁵⁴ “Há carreteiros que se incumbem de um tráfego regular, da Fronteira á Campo Grande, e, possuindo varias carretas, viajam com toda a familia. [...] No geral, ellas trazem matte, couros seccos ou alfafa e levam de volta productos nossos para o commercio de Pedro Juan Caballero ou Bella Vista. [...] Foram e serão por muito tempo ainda, esses bravos carreiros, verdadeiros soffredores de tantas provações, os abastecedores do commercio e das populações dessa enorme região.” (PEREIRA, Armando de Arruda. No sul de Matto Grosso. Vias de comunicação – vehiculos – typos, termos. Linguagem, costumes da fronteira – um pouco de geographia e historia. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, vol. XXV, 1928, p. 229-231).

¹⁵⁵ “O Ford, digo bem e não o automovel, porque poderiam tomar qualquer outra marca desses vehiculos como “heróe mudo” que auxilia o homem a levar a civilisação ao povoado longínquo. O Ford, portanto, e só ao Ford, devemos, nós Brasileiros da nova geração, a felicidade de nos locomovermos em lugares até então quase inacessíveis pela enorme distancia ou pela forma fatigante da conducção. Já dissemos uma vez, que o Ford e a fouce eram os desbravadores do sertão brasileiro no seculo actual, e quem como nós, viajou dezenas de milhares de kilometros, nas estradas e regiões que temos trafegado, estará de accordo conosco. Antigamente, era o telegrapho que levava a civilisação e o progresso á povoação distante, e, era a fouce e o machado que desbravavam o sertão. Hoje, é o Ford que carrega os rolos de fio até o ponto terminal da linha, para que então seja elle esticado, e foi em Ford que os homens da fouce e do machado foram á picada e por esta adentro, dia por dia, até ao termo do serviço. Carro ideal pela sua simplicidade de manejo; leve, adaptavel a mil e um recursos de momento; economico no gasto de gazolina, barato no seu custo inicial e em suas peças para concerto, constitue sem duvida, em relação ao serviço que delle se obtem o que ha de mais perfeito em

Grande-Ponta Porã¹⁵⁶ – ainda não estava em funcionamento. Somente na década de 1940 o referido ramal ferroviário foi posto em operação, porém não em sua extensão total, algo que ocorreu por volta da segunda metade da década de 1950. Depois do completo funcionamento do ramal Campo Grande-Ponta Porã houve, sobretudo no espaço próximo aos trilhos, considerável diminuição do comércio realizado pelas carretas e pelos automóveis, alguns deles tendo Concepción (Paraguai – distante cerca de 360 km do Brasil) como cidade para abastecer aos automóveis e as carroças e o sul de Mato Grosso como local de venda das mercadorias, tais como produtos alimentícios e de vestuários¹⁵⁷.

Nos anos 40 do século XX esse comércio Paraguai-sul de MT já não era mais tão significativo como fora a duas décadas antes. Até porque ainda nos anos da década de 1920 parte significativa das mercadorias consumidas em algumas localidades do sul de Mato Grosso eram quase que exclusivamente produzidas no Estado de São Paulo, bem como algumas mercadorias consumidas no próprio Paraguai.

Quasi tudo que existe a venda em ambos os lados, Brasil e Paraguay, são exclusivamente productos brasileiros, paulistas na maior parte: phosphoros, banha, tecidos, conservas, ferramentas, perfumes, etc. Do lado paraguayo encontram-se muito boas sedas, conservas, licores estrangeiros, ferragens e perfumes estrangeiros. Muitas casas paraguayas se abastecem de tudo via Campo Grande, que como sabemos está a 4 dias da capital paulista. Do Paraguay recebemos muito sal, alfafa, aguardente. As tarifas e impostos são muito baixos, tudo lá, é apesar de numero de pesos, muito mais barata do que no Brasil.¹⁵⁸

Mesmo com essa realidade, sobretudo as limitações infra-estruturais referente a água potável e encanada, vias de comunicação minimamente estruturadas e a pequena quantidade de energia elétrica, Celso Costa, arquiteto e professor universitário, afirmou que no início da década de 1930 Campo Grande

[...] era uma cidade praticamente independente. Forte no comércio, que alicerçava sua economia, ostentava ares de metrópole, belos clubes e já com dois magníficos teatros, dentre eles o Trianon, que para a época era um dos mais sofisticados do País, chegando a exhibir em suas telas filmes que ainda não tinham sido apresentados em São Paulo e Rio de Janeiro, graças à astúcia de seus proprietários, que os traziam da Argentina. O Trianon era um misto de cinema, teatro e tribuna, onde ocorreram grandes manifestações políticas antes e depois da Revolução de 32. A sociedade da época, vestindo-se elegantemente com tecidos importados, desfilava ali sua pompa, em nível de grandes centros, *esticando* depois para os bailes do Rádio Clube ou pelos elegantes restaurantes da cidade, como a Gruta

locomoção pelo seu preço. Não queremos dizer com isso que outras marcas de automoveis não venham mais tarde a trafegar essas estradas, mas o que é certo, é que o Ford, sempre é o primeiro que aparece no extremo do sertão, porque elle vae onde todos os outros vão e nem todos os outros vão onde elle é capaz de ir.” (Ibid., p. 231).

¹⁵⁶ QUEIROZ, op. cit., p. 65-67.

¹⁵⁷ BENITEZ, Apolônio J. *Testimonios nordestinos*. Asunción: Imprenta Salesiana, 1991, p. 53-54 e 241.

¹⁵⁸ PEREIRA, Armando de Arruda. Op. cit., p. 257-258.

Baiana, o bar Bom Jardim, a Confeitaria Delícia e outros tantos locais considerados chiques naqueles tempos. É nessa década que surgem os grandes hotéis e novas casas de espetáculo como o Alhambra e o Santa Helena. Multiplicam-se os palacetes e os chamados “bangalôs” dos ricos e prósperos comerciantes e fazendeiros e a cidade vai ganhando nova fisionomia pelas mãos de engenheiros famosos, a maioria vindos de São Paulo [...]¹⁵⁹

Cotejando escritos de outrora, tais como da década de 1920, de Arlino de Andrade Gomes¹⁶⁰, e os de período mais recente, última década de século XX, como no caso do texto do professor Celso Costa, é possível compreender que os sujeitos históricos articulam o passado cada qual ao seu jeito, explicitam representações e constroem identidades tendo como base os ângulos que mais lhes beneficiam, seja individual, social ou historicamente.

Walter Benjamin alerta-nos sobre tal prática afirmando que articular “[...] historicamente algo passado não significa reconhecê-lo “como ele efetivamente foi”. Significa captar uma lembrança como ela fulgura num instante de perigo.”¹⁶¹ Tendo isso como base, o historiador não pode simplesmente utilizar tais representantes e tais identidades para compreender a sociedade. Não por serem representações e identidades do que realmente ocorreu ou não, mas sim pelo fato de que tais representações e tais identidades não explicitam o jogo de forças sócio-históricas. É por isso que para “[...] o materialista histórico, trata-se de fixar uma imagem do passado como ele inesperadamente se articula para o sujeito histórico num instante de perigo.”¹⁶² Não apenas narrar ou re-presentar o que ocorreu no passado, sem considerar o presente no qual se está, que é justamente o “instante de perigo” do qual Benjamin escreveu.

Ainda segundo Benjamin, a “[...] cada época é preciso sempre de novo tentar o que foi transmitido do conformismo que ameaça subjugar-lo.”¹⁶³ Portanto, não se pode deixar de tensionar as fontes legadas ao nosso presente por nós mesmos e por outros sujeitos históricos, sejam eles nossos contemporâneos ou não. Que fique externado então que captar “[...] no pretérito a centelha da esperança só é dado ao historiador que estiver convicto do seguinte: se o inimigo vencer, nem mesmo os mortos estarão a salvo dele. E esse inimigo ainda não parou de vencer.”¹⁶⁴

De fato, pois a produção da História continua sendo feita sem que sejam considerados os sujeitos históricos que dela participaram. Apenas uns e outros, geralmente da elite, escrevem a dita História. Externam ao presente e legam ao futuro o que lhes parece apropriado. Nessa ação de construir representações e identidades esquecem-se de que a

¹⁵⁹ COSTA, Celso. Evolução urbana. In: CUNHA, Francisco Antônio Maia da (Coord.). *Campo Grande: 100 anos de construção*. Campo Grande: Matriz, 1999, p. 76-77.

¹⁶⁰ GOMES, op. cit., 2004.

¹⁶¹ BENJAMIN, op. cit., 1983, p. 156.

¹⁶² Ibidem.

¹⁶³ Ibidem.

¹⁶⁴ Ibidem.

História não é feita só de uns, pois se assim o fosse não era possível nem sequer elaborar representações e identidades, já que estas só existem porque igualmente existem outros sujeitos históricos, tão fartamente desconsiderados.

Justamente por isso, o historiador precisa “sempre de novo tentar” articular o passado conforme seu projeto político, de acordo com seus engajamentos sociais e históricos. Nesse engajamento o historiador precisa problematizar o que está explícito e o que está implícito nos textos que utiliza. Ele tem que transformar o “fato” em texto. Transformar o simbólico das práticas em material textualmente entendível aos demais sujeitos do mundo, tensionando tais fontes para que delas se consiga compreender o jogo de relações e de sujeitos históricos existentes no outrora, pois o presente no qual estamos possui inter-relações com o passado.

Precisa ter ciência de que a neutralidade das fontes é impossível, pois a sua parcialidade provém justamente da ação do sujeito histórico que a produziu. Se as fontes imparciais realmente existissem a História produzida seria uma ação do inexistente, na qual as forças em questão não necessitavam sequer legar fontes para que continuassem a existir em outros tempos e em outras territorialidades, mas isso efetivamente não ocorre.

O trabalho do historiador ocorre no presente e, efetivamente, se realiza com a análise das fontes; trabalho esse que é sempre político e provisório. É político porque atua em meandros de poder e com isso explicita algumas afirmações, mas também cala outras. É provisório porque busca compreender as subjetividades intelectuais e temporais do sujeito histórico que a concretizou e, como tal, não abarca as subjetividades e as temporalidades de outros sujeitos e, inclusive, do próprio documento que foi analisado.

Além disso, se fosse definitivo não havia pertinência em continuar, mesmo que em outra perspectiva, o trabalho de transformar, via “// emancipação // humana universal”, a realidade histórica, como propôs Marx¹⁶⁵, de articular “num instante de perigo”, como externou Benjamin¹⁶⁶ ou de lembrar e compreender “o que outros esqueceram”, como escreveu Hobsbawm¹⁶⁷, pois tudo já estava dado e o central da História era apenas o “esperar” que as coisas acontecessem.

Tanto a realidade histórica não é representada de uma única forma que nessa mesma década, a de 1930, Monteiro Lobato, em visita a cidade de Campo Grande afirmou que o lugar era “cidade de começo de civilização”. Embora as externalizações a respeito da cidade sejam muito próximas da explicitadas pelo professor Celso Costa, Lobato escreveu sobre Campo Grande e destacou outros elementos, contudo, também não mencionou a existência do chamado “povo comum”. Nas palavras do próprio Lobato:

¹⁶⁵ MARX, op. cit., 1983, p. 162.

¹⁶⁶ BENJAMIN, op. cit., 1983, p. 156.

¹⁶⁷ HOBSBAWM, op. cit., 1995, p. 13.

Campo Grande é a primeira cidade mato-grossense que vamos ver com algum vagar.

Começaram as surpresas! Naquela distância de São Paulo, e depois de atravessada uma zona extensíssima de campos e florestas sem quase nenhum vestígio humano, a gente imagina o que será o tal Campo Grande: casebres de palha, igreja duma torre só, Rua João Pessoa, tabaréus de chapelão e faca à cinta, caras lampionescas, rastros de onça pintada pelas ruas barrentas. Todas essas expectativas falham.

Campo Grande surpreende e força a ejeção de adjetivos sinceríssimos. Porque aquilo não é cidade de fim de civilização, de beira-sertão, como o viajante logicamente é levado a supor. É cidade de começo de civilização, é a coisa mais reconfortadora que em tais alturas alguém possa esperar.

Mas o melhor de Campo Grande não é o que Campo Grande já é e sim o que promete ser. Reúnem-se nela todas as condições favoráveis para ser uma das grandes futuras cidades do Brasil. Subirá a 50 mil a 100 mil, a 200 mil habitantes e parece que o urbanista que lhe traçou as ruas e praças teve perfeita consciência disso. Tudo em Campo Grande é grande, espaçoso, arrejado.¹⁶⁸

A representação da cidade de Campo Grande nas palavras de Monteiro Lobato não se restringe apenas ao espaço da municipalidade que, segundo ele, podia ser vista “com algum vagar”. Ao contrário, pois na medida em que o visitante teceu afirmações a respeito da “civilização” também o fez sobre o que não era “civilização”. Lobato mencionou o tal do “vagar”, nesse caso em relação à cidade de Campo Grande, uma vez que nela havia gente e coisas para observar. Sendo assim, deixou entendido que antes da cidade até na divisa com o Estado de São Paulo, não tinha nada de “civilização” para prender o olhar do viajante.

Nesse sentido, o “vagar” deve ser compreendido como um reduto de “progresso” e existência de habitantes. Campo Grande chamou a atenção de Lobato pelo fato de ser um espaço de “civilização”. Em razão disso ele entendeu que Campo Grande era uma cidade que merecia ser observada com “algum vagar”, ao contrário do espaço até então percorrido no trajeto de sua viagem, que justamente por não ser espaço de “civilização” não merecia, segundo Lobato, tal “vagar” do viajante. Pelo menos Lobato não afirmou que observou com “vagar” outro lugar. Só Campo Grande mereceu tal atitude contemplativa e de muito mais dissertação.

Lobato deixou bem explícito que das barrancas do rio Paraná, na divisa com o Estado de São Paulo com o então Estado de Mato Grosso, em direção ao oeste do Brasil, Campo Grande era o único espaço, na palavra de Lobato, a “cidade”, que podia ser observada com esse “vagar”. Nesse percurso, conforme Lobato, não havia “quase nenhum vestígio humano”.

De Três Lagoas até Campo Grande era quase tudo espaço com “campos e florestas”. Tomando como base essa representação da realidade histórica vista do vagão de

¹⁶⁸ LOBATO, Monteiro. De São Paulo a Cuiabá. In: _____. *Mundo da lua e miscelânea*. São Paulo: Brasiliense, 1940, v. 10, p. 245.

passageiros da locomotiva da NOB, Lobato construiu uma “acção da imaginação”¹⁶⁹ a respeito do que podia ser a cidade de Campo Grande, tendo em vista a paisagem natural que até então presenciou.

Em suma, tal espaço urbano-citadino de Campo Grande tinha que ser, segundo Lobato, incivilizado, ainda dominado pelas leis da natureza e, em razão disso, sem modernizações infra-estruturais, isto é, sem as leis dos homens. Incivilizado ao ponto de ter “caras lampionescas”, exótico em razão de ainda se poder ver “rastros de onça pintada pelas ruas barrentas” e, em consequência dos rastros pelas ruas, também era, na “acção da imaginação” de Lobato, um espaço arcaico, pois não tinha vias públicas dotadas de asfalto.

Porém, Lobato passou da “acção da imaginação” para a “representação”. Representação que foi materializada por causa que o sujeito histórico, como bem significativamente explicitou o historiador francês Roger Chartier, possui algum “poder” e alguma “dominação” sobre a realidade na qual atua.¹⁷⁰ Nessa guinada o autor Lobato não poupou adjetivos valorativos ao lugar. Elogiou fartamente o que viu e, além disso, projetou muito mais para o futuro da urbe, em especial no tocante ao crescimento demográfico.

Essa impressão do viajante Monteiro Lobato foi extraída do Município de Campo Grande quando este era habitado “seguramente” por “40.000”¹⁷¹ mil pessoas, sendo 13 mil residentes nas zonas “suburbana e rústica”, 12 mil no “perímetro urbano” e 25 mil na cidade.¹⁷² Campo Grande possuía “[...] a Escola Normal Joaquim Murtinho, destinada à formação de professores [...]”¹⁷³, já tinha 3 agências bancárias¹⁷⁴, 348 casas comerciais¹⁷⁵, contava com serviço postal dos Correios e de Telégrafos, que funcionava em um prédio em estilo Art Déco, escola de datilografia¹⁷⁶ (1934) e a criação, em 1936, da Sociedade Seleta Caritativa e Humanitária (SSCH)¹⁷⁷.

Foram construídos os estabelecimentos nos quais funcionariam dois cinemas: o Cine Santa Helena (1936) e o Cine Alhambra (1936). As principais e mais abastadas

¹⁶⁹ CHARTIER, op. cit., p. 22.

¹⁷⁰ Ibid., p. 17.

¹⁷¹ Há divergência quanto a este número, pois em 1932 a população era de 13.100 habitantes, segundo consta no material CAMPO GRANDE (Município). *Relatório – 1943*. (Demóstenes Martins, prefeito. Frederico Soares, contador e João E. Campos, Tesoureiro). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 25 de janeiro de 1944, p. 38.

¹⁷² CAMPO GRANDE (Município). Prefeitura Municipal de Campo Grande – Secção Oficial – O Município em 1933. In: *Folha da Serra*. Revista Mensal Ilustrada, Campo Grande, ano II, n. 23, ago. 1933, p. s/p.

¹⁷³ BITTAR; FERREIRA JR., op. cit., p. 172.

¹⁷⁴ As agências bancárias eram: Banco Suíço-Brasileiro, criado no início da década de 1920, Banco Nacional do Comércio (1922) e Banco do Estado de São Paulo (1937). (MACHADO, Paulo Coelho. Op. cit., 1991, p. 34-35).

¹⁷⁵ CAMPO GRANDE (Município). Prefeitura Municipal de Campo Grande – Secção Oficial – O Município em 1933. Op. cit., p. s/p.

¹⁷⁶ 1º ÁLBUM MARECHAL RONDON. Campo Grande: Marechal Rondon, 1971, p. s/p.

¹⁷⁷ A SSCH foi “[...] criada em Corumbá e inaugurada no dia 21 de Setembro de 1921 e tinha como principal objetivo estatutário “trabalhar pela criação de escolas, procurando solucionar um sério problema nacional, fazendo desaparecer o analfabetismo em nossa terra”. A Seleta preocupava-se, sobretudo, com os jovens sem condições de pagar os estudos. O primeiro estabelecimento, aberto na Cidade Branca (Corumbá), recebeu a denominação de Escola 21 de Setembro. Alguns sócios corumbaenses, que se mudaram para Campo Grande, resolveram fundar aqui a sociedade, com os mesmo objetivos.” (MACHADO, Paulo Coelho. Op. cit., 1991, p. 164).

residências, na maioria das vezes localizadas na Planta da Cidade de Campo Grande¹⁷⁸ (1909), tinham acesso à água canalizada e a maior parte das ruas e avenidas do centro urbano formavam o traçado de um tabuleiro de xadrez¹⁷⁹, algo muito significativo do ponto de vista das políticas higienistas e sanitaristas, mas pelo que tudo indica não eugenista¹⁸⁰, de urbanização propagadas desde o início do século XX, quando da construção dos trilhos da ferrovia e demais instalações da NOB, sobretudo, pelos engenheiros responsáveis por tal obra.

Nessa primeira metade da década de 1930, conforme foi publicado na Revista *Folha da Serra*¹⁸¹, o

[...] traçado das suas ruas, que facilita a ventilação ampla é completa de toda a cidade e o critério seguido na construção da maioria das suas casas, critério esse que é o do mais absoluto respeito aos principais imperativos higienicos, aí estão a comprovar essa assertiva.¹⁸²

Sendo assim, o “mais absoluto respeito aos principais imperativos higienicos” não foi um projeto materializado apenas no Código de Posturas da Villa de Campo Grande (1905), na Planta da Cidade de Campo Grande (1909), na Planta do Rocio e Villa de Campo Grande (1910) e no Código de Posturas¹⁸³ (1921), mas sim ações que efetivamente produziram, embora não na totalidade do que foi objetivado, alterações na estrutura urbano-cidadina de Campo Grande.

¹⁷⁸ CONGRO, op. cit., p. 41.

¹⁷⁹ “O encarregado de projetá-la (não a Planta da Cidade de Campo Grande, mas sim a Planta do Rocio e Villa de Campo Grande) foi o engenheiro militar Temístocles Paes de Souza Brasil, que concluiu-a em janeiro de 1910. Essa planta tinha a finalidade de reordenar a ocupação do espaço urbano de Campo Grande e atendia as proposições previstas no Código de Postura de 1905, e os interesses da ferrovia, cujos trabalhos encontravam-se bastante adiantados.” (WEINGÄRTNER, op. cit., 1999, p. 15-16).

¹⁸⁰ Tanto as ações higienistas, como as sanitaristas e as eugenistas tinham em comum o objetivo do saneamento. Contudo, as ações higienistas possuíam como objetivo básico o de livrar o máximo possível a cidade das mazelas decorrentes da falta de higiene, fazendo isso por meio da limpeza dos espaços. As ações sanitaristas, além disso, também praticavam o reordenamento da cidade, prática que inclui a destruição de habitações consideradas inadequadas aos ideais sanitaristas. Já as ações eugenistas, além de todas essas práticas, valiam-se sobremaneira de outras, abrangendo também as esferas social e moral. Segundo a historiadora Maria Izilda Santos de Matos, o “[...] discurso eugênico apresentava alguns pontos básicos para a regeneração social e moral dos cidadãos brasileiros: a luta contra a sífilis, vinculada a defesa da abstinência sexual antes do casamento, e a fidelidade conjugal como elementos saneadores da sociedade; combate à prostituição, ao álcool e às drogas; defesa da educação sexual e moralização dos costumes; o aperfeiçoamento de medidas legislativas de higiene pré-nupcial e regulamentação da imigração.” (MATOS, op. cit., 2005, p. 55-57 e p. 57 para o texto citado). O fato de que na década de 1910 Campo Grande registrou a presença de doenças como a febre espanhola, também corrobora para o entendimento de que as ações saneadoras empreendidas pelo poder público foram higienistas e sanitaristas e não, propriamente, eugenistas.

¹⁸¹ No entender da professora Maria da Glória Sá Rosa, é um “[...] dos mais importantes documentos para análise da escrita em Campo Grande nos anos 30 é sem dúvida a coleção da Revista **Folha da Serra**, fundada e dirigida por Aguinaldo Trouy, tendo como editor-chefe Peri Alves Campos, como diretor-gerente Armando Carmelo e que foi editada mensalmente de 1931 a 1940.” (SÁ ROSA, Maria da Glória. Viajando pela literatura nas folhas da Revista *Folha da Serra*. In: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER (FUNCESP) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE E ARQUIVO HISTÓRICO DE CAMPO GRANDE (ARCA). *Série Campo Grande*: coletânea de textos. Campo Grande: UFMS, 1999, p. 76).

¹⁸² CAMPO GRANDE (Município). Prefeitura Municipal de Campo Grande – Secção Oficial – O Município em 1933. Op. cit., p. s/p.

¹⁸³ Id., *Código de Posturas de Campo Grande*. Resolução n. 43, de 27 de abril de 1921. Disponível em: <http://www.sglweb.com.br/cmcpdf/historicas/res43_1921.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2007.

Isso em razão de que tais ‘projetos’/‘práticas’ interferiram na parte, se é que assim posso denominar, “social” (que é a parte do urbano) e na parte “material” (que é a parte da cidade). “Material” esse que não deve ser entendido “[...] como um produto material.”¹⁸⁴ Segundo Henry Lefebvre, a

[...] cidade é obra a ser associada mais com a obra de arte do que com um simples produto material. Se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos.¹⁸⁵

Conforme os escritos de Lefebvre, a “cidade” é uma realidade arquitetonicamente presente e o “urbano” é uma realidade socialmente presente. Nesse sentido é que não existe necessidade em apartá-los, pois ambos fazem-se, constróem-se: o “urbano” o “material” e “material” o “urbano”. Torna-se fundamental pensar essa realidade como urbano-citadina e não só como urbana ou só como citadina. Fazendo isso consegue-se melhor compreender os ‘projetos’ e as ‘práticas’ existentes na cidade de Campo Grande, que constituem uma gama de ações, notadamente de cunho higienista e sanitarista, que visaram sanear a cidade de Campo Grande.

Dessa somatória de ações legais com o intuito de sanear Campo Grande, baseadas em “imperativos higienicos”, surgiu um espaço no centro urbano da cidade de Campo Grande configurado como exemplo de modernidade, pelo menos para o Estado de Mato Grosso, tendo em vista que o centro da cidade de Cuiabá, na época então capital política e administrativa de MT, era formado por uma infra-estrutura muito distinta daquela existente em Campo Grande. Distinção que não era sinônimo de modernidade frente ao que havia em Campo Grande.

Aroldo de Azevedo, que durante 10 dias do mês de julho de 1953 esteve na cidade de Cuiabá para participar da VIII Assembléia Geral Ordinária da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), na condição de chefe do grupo que fez levantamentos a respeito da “geografia urbana” de Cuiabá, afirmou que o “[...] século XX encontrou-a decadente, ao mesmo tempo que outros núcleos urbanos surgiam e prosperavam ao sul do Estado, graças à chegada dos trilhos da E. F. Noroeste do Brasil e aos recursos da região.”¹⁸⁶ Conforme Azevedo, em “[...] suas ruas, muito estreitas e de traçado irregular, erguem-se ainda alguns sobrados de longos beirais, velhas habitações com rótulas de trama losangular, venerandos muros ou grossas paredes de taipa.”¹⁸⁷

¹⁸⁴ LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991, p.47.

¹⁸⁵ Ibidem.

¹⁸⁶ AZEVEDO, Aroldo de. Cuiabá, capital de Mato Grosso. In: *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 15, out. 1953, p. 71.

¹⁸⁷ Ibidem.

Nesse sentido, nos idos da década de 1930 a infra-estrutura urbano-citadina da parte mais antiga da cidade de Cuiabá estava, com “suas ruas, muito estreitas e de traçado irregular”, bem mais sintonizada com o estilo citadino das construções do urbanismo português¹⁸⁸ do que do francês e, por isso, não tanto enquadrada em “imperativos higienicos”. Campo Grande, ao contrário, estava tão enquadrada nos tais “imperativos higienicos” que foram publicados, por meio de matéria na Revista Folha da Serra, os números e os percentuais dessa realidade higienista e sanitarista. Por volta do ano de 1933, das

[...] 1.984 residencias que a embelesam, 998 ou 50% são servidas de agua encanada; 29% dispõe de deposito dagua. Delas, 402, ou 21% têm fossas biologicas do padrão da Prefeitura; 350 servem-se de poços mortos e, 950, fora da zona da rêde de abastecimento, são ainda forçadas ao uso de cloacas.¹⁸⁹

Através desses dados pode-se afirmar que a maior parte da população de Campo Grande não tinha acesso às modernizações infra-estruturais que enquadravam a cidade nos tais “imperativos higienicos”. A maioria dos moradores não possuía água encanada, depósito de água e nem rede de esgotos. Por mais que a cidade tenha se modernizado, a referida modernização citadina não contemplou a maior parte dos habitantes do espaço urbano. Situação essa que não impediu a implantação de outras modernizações por parte dos poderes públicos e privados.

Para exemplificar essa realidade, ainda na década de 1930 a população de Campo Grande já contava com serviços de comunicação e de transporte do Núcleo de Destacamento da Base Aérea (1932), que era uma espécie de aeroporto civil. A ferrovia estava em constante operação, tanto de cargas como de passageiros, além do que a cidade continuava a ser o principal entroncamento de algumas vias de comunicação¹⁹⁰ que passavam pelo sul do Estado de Mato Grosso, embora a relevância econômica fosse menor do que a existente no final do século XIX e primeiros anos do século XX.

A principal atividade econômica de Campo Grande nos anos 30 do século XX, assim como nas últimas décadas, ainda era a pecuária, que contava com pouco mais de 176 mil cabeças, das quais a maioria era de cria, com 154.908 mil cabeças, já os cavaleiros eram 8.540. Era da venda desses animais de cria que se conseguia movimentar a economia

¹⁸⁸ HOLANDA, Sergio Buarque. *Raízes do Brasil*. 20. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988. Outros escritos, portadores de outras formas de análise, que ajudam a ampliar o entendimento a respeito do urbanismo português no Brasil Colônia são: DELSOM, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil Colônia*. Brasília: Edições Alva, 1997; SANTOS, Paulo F. *Formação de cidades no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

¹⁸⁹ CAMPO GRANDE (Município). Prefeitura Municipal de Campo Grande – Secção Oficial – O Município em 1933. Op. cit., p. s/p.

¹⁹⁰ LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. *Mato Grosso do Sul e Campo Grande: articulações espaço-territoriais*. 2000. 430 f. Tese (Doutorado de Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Campus de Presidente Prudente), Presidente Prudente, 2000.

da cidade e, inclusive, do campo. Cerca de 52% do gado exportado de Mato Grosso para o Estado de São Paulo via trilhos da NOB eram de Campo Grande. Em 1932 foram vendidos via NOB 275.544 mil quilos de xarque e 229.649 mil quilos de couros.

A agricultura também contribuiu para movimentar a economia de Campo Grande, em especial as culturas de mate (10.000 pés), de café (10.000 pés), de arroz (10.300 sacos), de milho (7.800 sacos) e de batata (2.200 sacos), que tiveram parte da produção exportada pelos trilhos.

Essa produção alimentícia foi possível em razão de que por volta de meados da década de 1920 algumas das grandes fazendas e dos latifúndios existentes desde a década de 1870 foram desmembrados, com isso houve o “florescimento da agricultura” no sul de Mato Grosso e em Campo Grande, que em parte era deve-se ao trabalho de imigrantes, pois em 1933 aproximadamente 20% da população de Campo Grande, cerca de 8.000 mil pessoas, era de estrangeiros¹⁹¹ das seguintes nacionalidades: argentinos, alemães, armênios, bolivianos, búlgaros, chilenos, espanhóis, franceses, gregos, japoneses, italianos, norte-americanos, paraguaios, poloneses, portugueses, russos, sírios, turcos, húngaros e uruguaios.

Bem verdade é que muitos não trabalharam com a terra e, nesse sentido, não contribuíram para o tal do “florescimento da agricultura”, mas contribuíram sim para o “florescimento” das mais variadas atividades comerciais e industriais. No final de julho de 1933 havia 348 casas comerciais funcionando. Existiam também 73 fábricas e oficinas, sendo que 19 produziam calçados, 12 bebidas, 8 móveis, 6 manteiga, 6 torrefação e moagem de café, 6 artefatos de couro, 4 conservas, 3 queijos, 2 vinagre, 2 ladrilhos e mosaicos, 2 fogões, 1 chapéus, 1 artefatos de tecidos e 1 especialidades farmanêuticas.¹⁹²

Sendo assim, e também pelo que as fontes oficiais¹⁹³ indicam, os valores advindos da pecuária e da agricultura foram os mais relevantes para viabilizar o “progresso” citadino de Campo Grande, que de certa forma materializou-se na construção de imóveis. Campo Grande,

[...] que possuía em 1919 somente 550 prédios, ostenta, hoje (1933), pelos vales do *Prosa* e do *Segredo* e pelos seus aclives, 1.984 casas – grande número das quais construídas, com muito gosto, em estilos modernos, nada deixando a desejar – isto é, um aumento na proporção de 361% comparado com aquele ano. É notável a “febre” de construção que se verifica nesta cidade. Não obstante as agitações que perturbaram o ritmo normal da nossa vida, no ano passado (evento histórico conhecido como Revolução Constitucionalista de 1932), e a depressão econômica mundial a refletir desastrosamente na nossa produção, depreciando, rebaixando a índices jamais alcançados, o valor das nossas utilidades, levantaram-se 59

¹⁹¹ CAMPO GRANDE (Município). Prefeitura Municipal de Campo Grande – Secção Oficial – O Município em 1933. Op. cit., p. s/p.

¹⁹² Ibidem.

¹⁹³ Ibidem.

predios em 1932 – quase um de seis em seis dias – e, neste ano, até 30 de Junho ultimo, foram expedidos, pela Prefeitura, 25 alvarás de licença para construção, que representa uma média de uma casa por semana.¹⁹⁴

Portanto, um crescimento de mais de 350% do ano de 1919 com relação ao ano de 1933. Cerca de 45% desses prédios tinham eletricidade, 50% acesso a água encanada e a minoria a serviço de esgoto. Nessa mesma década foram edificados em Campo Grande os primeiros edifícios, como por exemplo, os Edifícios São José (atual Hotel Americano) e o Puxian, ambos de 1939, nas principais ruas comerciais da cidade, com cerca de 3 pavimentos, objetivando, nesse caso, suprir a demanda dos comerciantes e/ou profissionais liberais por salas comerciais, mesmo que de modo muito incipiente que, nesse caso, era uma construção de alvenaria em formato vertical, situação essa que se intensificou nas décadas de 1940 e de 1950¹⁹⁵.

Ainda na década de 1930, que foram anos nos quais algumas partes do Brasil vivenciaram de forma mais intensa “um novo modo de vida”¹⁹⁶, a

[...] Rua 14 de Julho já alcançava [...] os altos do bairro São Francisco, devido à necessidade de acesso à nova estação, o que facilitava para os atacadistas o transporte de suas cargas de mercadorias. Quando havia um fato novo, a notícia corria pela Rua 14 de Julho como um rastilho de pólvora. Foi assim que, em meados de 32, a cidade ficou sabendo da deflagração da revolução constitucionalista. De loja em loja, de bar em bar, de casa em casa, a notícia correu e a população viu-se frente ao seu primeiro desafio: que lado tomar na refrega? Coube aos políticos e coronéis da época a decisão de romper de vez com o poder e unir-se a São Paulo contra tudo e contra todos. Declarou-se aqui um Estado independente, tendo como capital Campo Grande. Escolheu-se como governador o renomado médico Vespasiano Martins, instalando-se o palácio do governo no prédio da Maçonaria (Avenida Calógeras), de onde partiam as decisões e o planejamento do combate às forças legalistas. A cidade ficou em pé de guerra e a *Catorze* agitou-se mais que nunca.¹⁹⁷

No final da década de 1930 entraram em funcionamento a Associação de Amparo à Maternidade e Infância (1938), que assistia as crianças pobres e prestava serviço de ordem social, e o primeiro hospital particular da cidade, denominado de Casa de Saúde Santa Maria (1939). Havia, mesmo que de modo inicial, o loteamento de terrenos para formação de bairros, quase duas décadas depois, como no caso do Bairro Amambai¹⁹⁸ (1939), localizado na Vila Planalto, entre a Avenida Antonio Carlos Martins e a Avenida América, e

¹⁹⁴ CAMPO GRANDE (Município). Prefeitura Municipal de Campo Grande – Secção Oficial – O Município em 1933. Op. cit., p. s/p.

¹⁹⁵ ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. Op. cit., 1999, p. 9-26.

¹⁹⁶ “A modernização que se iniciou no Brasil na passagem do século (XIX para o século XX) trouxe no seu bojo um novo modo de vida que foi sentido principalmente a partir dos anos 30.” (AVELINO, Yvone Dias; MORENO, Tânia Maria; GONÇALVES, Adilson José. Arte urbana e reminiscências rurais na obra de Tarsila do Amaral. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, EDUC, São Paulo*, n. 19, nov. 1999, p. 101).

¹⁹⁷ COSTA, Celso. Op. cit., p. 77.

¹⁹⁸ VILA PLANALTO. In: CAMPOS, Peri Alves. Op. cit., p. 46.

muito dinamizado pelas modernizações infra-estruturais advindas com a construção dos quartéis militares no referido local (porção Oeste).

Na década de 1940 as principais vias comerciais de Campo Grande eram: Avenida Calógeras, Rua 14 de Julho, Rua 13 de Maio e Rua Rui Barbosa, limitadas no espaço compreendido transversalmente pela Rua 26 de Agosto (antiga Rua Velha – porção Sul), passando pela Avenida Afonso Pena e, chegando na Avenida Mato Grosso (porção Norte), próxima da Estação Ferroviária da então NOB, mas mesmo assim, conforme externou o professor Celso Costa, a “[...] Rua 14 de Julho continua como o poderoso núcleo da cidade e seu comércio começa a espalhar-se pelas ruas transversais, permanecendo a curiosa divisão do comércio atacadista acima da Rua Maracaju.”¹⁹⁹

Essa “curiosa divisão” possui relação direta com o Decreto-Lei n. 39²⁰⁰, 31 de janeiro de 1941, pois por meio dela ficou legalmente possível realizar atividades comerciais apenas defronte a determinadas vias públicas. A Rua 14 de Julho era uma delas, na verdade, a principal das vias públicas de Campo Grande no aspecto comercial, pois tinha significativo número de estabelecimentos, assim como grande quantidade e variedade das mais diversas e distintas mercadorias, desde as de consumo coletivo como as de uso em ambiente privado, desde produtos para o sexo feminino como para o masculino.

A Rua 14 de Julho era uma extensão de 900 metros – e ainda continua sendo um espaço considerado como integrante da parte urbana da cidade –, com mais de 400 locais de comércio, a maioria dos quais visando atender as necessidades da população da cidade e/ou dos moradores da região do planalto da serra de Maracaju, que trabalhavam quase que totalmente com alguns ramos da pecuária e/ou da agricultura, com destaque para a criação de bovinos e a plantação de arroz, café, mandioca e milho. Esses produtos, sobretudo o gado e nem tanto os grãos – eram vendidos para o mercado do oeste paulista, principal consumidor da produção bovina de Campo Grande e das demais municipalidades do sul do Estado de Mato Grosso, bem como do norte do Estado.

Esse processo, que não era somente econômico, foi denominado por Nelson Werneck Sodré de “regime pastoril”.

“Regime pastoril” esse que “[...] encontrou a sua força máxima e um habitat prodigioso. Sobre os chapadões que descem, suavemente, para o vale do Paraná ou na planície baixa que perlonga o vale do Paraguai, o gado estende os seus domínios.”²⁰¹ Contudo, esse mesmo “regime pastoril” que impulsionou o “progresso”, tanto quantitativo como qualitativo, das casas comerciais na cidade de Campo Grande foi o responsável,

¹⁹⁹ COSTA, Celso. Op. cit., p. 77 e 79.

²⁰⁰ CAMPO GRANDE (Município). *Divide a cidade de Campo Grande em zonas de construção e dá outras providências*. Decreto-lei n. 39, de 31 de janeiro de 1941.

²⁰¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoral*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941, p. 15.

sobretudo devido a distância desses locais (fazendas) com as zonas urbanas, segundo o próprio Sodré, pela inaplicabilidade do poder público instituído legalmente pelo Estado modernizador, pois a

[...] expansão notável dos rebanhos, nos chapadões e nas terras baixas do pantanal não pôde ser acompanhada de perto pelo poder público. Autoridade e meios de repressão, como a própria moeda, que é o símbolo do Estado, permaneceram nas cidades. Em torno delas, na razão direta da distância, campeia a impunidade. Grandes proprietários, forçados pelo desequilíbrio, montaram a repressão própria. Clãs rurais, verdadeiras sobrevivências daquelas que dominam certas zonas do país, sob o segundo império, – surgiram e mantêm-se. Na pobreza de elemento humano, – outro traço eterno do regime pastoril, – disperso numa extensão infinita, cortada por caminhos longuíssimos, onde os pousos são espaçados, – a grande propriedade, conseqüente ao regime pastoril e ao despovoamento, estendeu os seus domínios. A desordem, a dispersão e a autonomia pessoal ou dos clãs passaram a ser os dogmas.²⁰²

De forma bem ampla Sodré indica e define distintivamente a realidade política dos sujeitos históricos no sul do Estado de Mato Grosso, qual seja: o campo era um lugar de atuação de poderes privados. Local de atuação de “clãs rurais” que, ao seu modo e com pouca interferência de poderes legalizados²⁰³, elaboravam e aplicavam as suas leis, diziam o que era o certo e o errado, o adequado e o inconveniente. Vale frisar que alguns dos grupos, isto é, dos “clãs rurais” eram favoráveis e outros contrários à divisão²⁰⁴ do Estado de Mato Grosso, que à época era a segunda maior Unidade Federativa do Brasil, representando cerca de 15% do território nacional.

Os sujeitos favoráveis explicitavam que era absurda a situação econômica do sul de Mato Grosso, pois essa região contribuía com cerca de 70% do valor dos impostos pagos ao fisco estadual e, no entanto, pouco usufruía. Além disso, a criação de outra Unidade Federativa também era uma possibilidade para tais “clãs rurais” e grupos da elite urbana terem ingresso menos disputado e permanência mais duradoura aos cargos ou funções públicas, sobretudo no executivo estadual e nos legislativos estadual e federal.

Já o espaço da cidade, ao contrário do campo, tinha o poder público legalizado bem mais atuante, isso em razão das próprias modernizações que havia nos espaços citadinos, mas nem por isso inexistiram grupos contrários à divisão. Em Campo Grande, por exemplo, a chegada e a permanência dos militares, no início da década de 1910, fez com que esse poder privado dos “clãs rurais” fosse minimizado. “A presença das unidades militares no Sul

²⁰² SODRÉ, op. cit., 1941, p. 16-17.

²⁰³ CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: 1889-1943*. Campo Grande: UFMS, 1995.

²⁰⁴ BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)*. 1997. 538 f. 2 v. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1997.

de Mato Grosso objetiva manter a ordem e a disciplina na região e coibir as manifestações divisionistas.”²⁰⁵

Concomitante a essas modernizações políticas, Campo Grande consolidou-se no decorrer do século XX, em especial por causa da ferrovia²⁰⁶, como uma cidade de referência na região sul do Estado de Mato Grosso e, além disso, como cidade economicamente mais significativa de todo o Estado de Mato Grosso²⁰⁷. A impressão do general F. de Paula Cidade sobre a parte central da cidade de Campo Grande indica com bastante propriedade a importância da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil para o sul de MT, pois para o militar Cidade a

[...] Estrada de Ferro Noroeste do Brasil constitui o espinhaço dos transportes de todo sul e oeste de Mato Grosso. Depois que os trilhos da via-férrea chegaram a Pôrto Esperança, o rio Paraguai deixou de ser a única porta de entrada dessa vasta região, não só quanto ao planalto, a que a estrada de ferro valorizou, como em relação ao Pantanal. [...] O comércio que sempre se fizera pelo rio Paraguai, tendo Corumbá como centro distribuidor por excelência, mudou quase totalmente de rumo e fez surgir Campo Grande como primeiro centro comercial do Estado.²⁰⁸

Escritos²⁰⁹ indicam que após o efetivo funcionamento da NOB, de fato, Corumbá teve declínio na sua condição de centro econômico de todo o Estado de Mato Grosso, bem como que Campo Grande passou a conquistar cada vez mais posição de destaque no cenário estadual e, inclusive, regional, isso em relação ao espaço compreendido como Região Centro-Oeste.

Na década de 1940 a cidade de Campo Grande já tinha certo aparato médico-hospitalar²¹⁰ e farmacêutico, além de contar com comércio de atacado e de varejo bem

²⁰⁵ WEINGÄRTNER, Alisoete Antônia dos Santos. *Movimento divisionista no Mato Grosso do Sul*. Porto Alegre: Edições EST, 1995, p. 19.

²⁰⁶ O historiador Queiroz, de forma muito equilibrada, alerta para as representações “ufanistas” sobre a ferrovia, afirmando que é necessário “[...] submeter à crítica tais apreciações ufanistas [...]” (QUEIROZ, op. cit., p. 328). Quais sejam, as de que o “progresso” e a “civilização” populacional e material vieram, inevitavelmente, pelos trilhos da ferrovia ou por tal meio de transporte foram impulsionados.

²⁰⁷ Mesmo Campo Grande sendo na década de 1940 a cidade de economia mais importante no Estado de Mato Grosso houve racionamento de produtos alimentícios e de combustíveis em razão da Segunda Grande Guerra Mundial (1930-1945). “Com a escassez de alguns artigos essenciais às nossas atividades, tivemos que estabelecer o racionamento deles. Sal, querosene, álcool, gasolina e açúcar passaram a ser distribuídos mediante talões de racionamento da Prefeitura.” (CAMPO GRANDE (Município). *Relatório – 1943*. Op. cit., p. 32-33).

²⁰⁸ CIDADE, F. de Paula. Aspectos geo-humanos de Mato Grosso: Corumbá. In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano V, n. 2, 1943, p. 187.

²⁰⁹ A respeito do declínio econômico ou da reordenação econômica de Corumbá e do surgimento/consolidação de Campo Grande como centro econômico do sul de Mato Grosso ver: ALVES, Gilberto Luiz. Mato Grosso e a história: 1870-1929: ensaio sobre a transição do domínio econômico da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro. In: *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 61, p. 5-81, 2º sem. 1984; CIDADE, op. cit., p. 173-194; CORRÊA, Lúcia Salsa. Op. cit., 1980; LEITE, Eudes Fernando. *Marchas na história: comitivas e peões-boiadeiros no Pantanal*. Brasília/Campo Grande: Ministério da Integração Nacional/UFMS, 2003 e OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. *Uma fronteira para o pôr-do-sol: um estudo geo-econômico sobre uma região de fronteira*. Campo Grande: UFMS, 1998.

²¹⁰ Exemplos desses aparatos, mas não apenas médico-hospitalar, que foram criados ainda no início da década de 1940 são: o Asilo Colônia São Julião (1941) para atender leprosos e o Educandário Getúlio Vargas (1943)

variados em relação às demais municipalidades do Estado. Campo Grande era a municipalidade e a cidade do Estado de Mato Grosso na qual o espírito de modernidade e as modernizações eram mais perceptíveis visualmente. Nas palavras de Virgílio Corrêa Filho, a

[...] evolução fez-se rápida, causada pela excelência dos seus campos afamados, que se estendem pela Vacaria, nutrido a riqueza do município, e pela E. de F. Noroeste, que os atravessou, propulsando-lhe fortemente o progresso. O intenso desenvolvimento de Campo Grande, embora malignado outrora de agitações perturbadoras da sua marcha, mantém-se acelerado, fazendo lembrar o exemplo clássico do Far-West americano. A via férrea veio expandir-lhe as riquezas latentes, abrindo-lhe amplos mercados aos produtos das suas industrias, entre as quais avulta, como principal, a pecuária. Em outros tempos, todas as transações, a que dava origem, se faziam exclusivamente com o Triângulo Mineiro, de onde vieram os reprodutores zebús, em dosagem variada de sangue, para mestiçar quasi todo o rebanho bovino do município. É a raça preferida e cuidada pela maioria dos criadores, sendo escassa a importação de reprodutores finos, Durham, Polled-Angus, Hereford, por alguns dissidentes, chefiados pela Brasil Land e Companhia Viação S. Paulo-Mato Grosso, e outros sindicatos nacionais e estrangeiros.²¹¹

Mesmo considerando aos trilhos da NOB como fator essencial ao “desenvolvimento”, Virgílio Corrêa Filho também externou que os “campos” foram fundamentais para o “progresso” citadino de Campo Grande. Nessa perspectiva, o “progresso” era fruto dos “campos” e da “via férrea”, que segundo Fernando de Azevedo era uma “via de penetração”²¹² para o oeste do Brasil, local pouco povoado em comparação ao leste-litoral brasileiro e quase sem nenhum vestígio de “civilização”. O primeiro elemento servia para criar “rebanho bovino” e o segundo para viabilizar o transporte do mesmo “rebanho”. Um dependia do outro e, ambos, conduziam o sul de Mato Grosso e Campo Grande para o “progresso”.

Ao contrário de Sodré, que fez análises relevantes sobre a região sul do Estado de Mato Grosso, Corrêa Filho considerou outros pontos, igualmente significativos para que se possa compreender as relações campo-cidade, tanto que entendeu que dessa realidade dos “campos” e da “via férrea” houve a viabilização do “desenvolvimento” na cidade de Campo Grande. No entender de Corrêa Filho, foi em razão

[...] da valorização dos produtos de industria pastoril [...] (que) aumentou a riqueza do município, refletindo diretamente na cidade de Campo Grande,

que abrigava “[...] os filhos sadios de pais leprosos.” (CAMPO GRANDE (Município). *Relatório – 1943*. Op. cit., p. 13 e 14).

²¹¹ CORRÊA FILHO, Virgílio. *Mato Grosso*. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasília, 1939, p. 154.

²¹² AZEVEDO, Fernando de. *Um trem corre para o Oeste: estudo sobre a Noroeste e seu papel no sistema de viação nacional*. São Paulo: Martins, 1950, p. 151.

cuja exuberancia de vida se patenteia no grande incremento que tem tomado a industria de construção e as que lhe são anexas.²¹³

Uma exemplificação dessa “riqueza do município”, que sem dúvida não deixa de ser um “documento da barbárie”²¹⁴, se deu materialmente com a visualização da construção de dois prédios: o Edifício Olinda, com 5 pavimentos, e o Edifício Santa Elisa (atual Edifício Nacao), com 6 pavimentos, que concomitantemente também não deixavam de ser ícones da arquitetura verticalizada da cidade e, por isso mesmo, demarcavam, balizavam e explicitavam arquitetonicamente a consolidação comercial de Campo Grande.

Indicativo disso é que em 1922 Campo Grande tinha “[...] mais de cem casas comerciais, quatro farmácias, oito hotéis, quatro padarias, 58 automóveis e 325 veículos diversos.”²¹⁵ Em 1930 existiam cerca de 400 casas comerciais na cidade de Campo Grande. Já em meados da década de 1950 esse número mais que dobrou, pois a cidade tinha nesse período 885 estabelecimentos de comércio de variados produtos, sendo desse total 65 casas destinadas ao comércio atacadista.²¹⁶ Parte desse crescimento econômico a respeito da municipalidade de Campo Grande foi constatado por meio de cifras: em 1910 a receita arrecadada foi de 19:083\$892; em 1936 ela já era de 1.058:622\$000²¹⁷.

Algumas das impressões registradas textualmente pelos viajantes que passaram pela cidade corroboraram para externar essa realidade dos estabelecimentos comerciais e da própria dinâmica econômica da cidade em relação aos demais centros urbanos do Brasil.

O general F. de Paula Cidade, professor de Geografia Militar da Escola do Realengo (RJ) e pertencente ao Instituto de Geografia e História Militar, esteve de passagem em Campo Grande no início da década de 1940, já que seu destino final era a cidade fronteira de Corumbá.

Vindo da cidade do Rio de Janeiro, naquela época capital federal do Brasil, por meio do transporte ferroviário, ele descreveu a sua impressão comparativa a respeito de aspectos pontuais que observou durante o tempo que o trem ficou parado para carregar/descarregar produtos e deixar/receber passageiros em Campo Grande. O general Cidade disse na palestra que pronunciou em maio de 1943, no X Congresso Brasileiro de Geografia, que

[...] decorridas 48 horas da partida de S. Paulo, eis-nos em Campo Grande, – se é que preferimos a estrada de ferro ao avião, que gastaria poucas horas nesse percurso de cerca de 1820 quilômetros desde o Rio. É um grande centro, até certo ponto mais rural do que urbano. Ruas largas, de argila vermelho-escuro [...] material de tinturaria [...]. Grande movimento

²¹³ CORRÊA FILHO, op. cit., 1939, p. 154.

²¹⁴ BENJAMIN, op. cit., 1983, p. 157.

²¹⁵ GOMES, op. cit., p. 80.

²¹⁶ FIBGE. Op. cit., 1958, p. 123.

²¹⁷ CORRÊA FILHO, op. cit., 1939, p. 156.

comercial, belas vitrines, tudo que se vende em S. Paulo e Rio. Uso do cavalo de montaria. Cavaleiros de bombachas e chapéu de abas largas, ao lado de *almofadinhas* tão bons como os das grandes cidades do litoral. *Far-West* a par da Cinelândia carioca.²¹⁸

Nessa impressão acadêmica de um viajante tem-se uma noção do comércio no início dos anos da década de 40 do século XX. O general Cidade foi categórico ao afirmar que, em toda parte, o comércio de Campo Grande não estava aquém daquele existente em São Paulo ou no Rio de Janeiro, cidades essas que representavam a modernidade brasileira, embora a modernidade dessas cidades não fosse, necessariamente, a modernidade²¹⁹ existente em algumas partes da Europa, sobretudo a ocidental.

Porém, a sua descrição contém outros elementos relevantes para se pensar o processo de modernização campo-grandense. Quais sejam: a possibilidade da escolha pelo transporte ferroviário ao invés do aéreo era prova de grande progresso técnico para aqueles anos, pois possibilitou a materialização de inúmeras outras ações de modernização, como o transporte de insumos e de maquinários agrícolas em menor período de tempo, se bem que em pequena quantidade na década de 1940.

No entanto, a impressão descritiva do visitante em estudo não deixou de enfatizar outros lados dessa mesma modernização, ou seja, as limitações, mas não menos também os fracassos desse processo de modernização.

Se por um lado havia “grande movimento comercial” e “belas vitrines”, havia inegavelmente o “uso do cavalo de montaria” nas vias públicas, espaço esse que devia ser ocupado pelos automóveis (e seus cavalos mecânicos) ou pelos ônibus coletivos e, portanto, não pelos animais, que nesse caso estavam, ou melhor, denunciavam o atraso técnico da “riqueza do município”. Denúncia essa que era feita pela existência de certas situações, como no caso dos animais que ocupavam o espaço da cidade, causando, sobretudo em razão do odor que tinham e das fezes que excretavam nas vias públicas, uma imagem de falta de higiene e uma sensação de desconforto para as pessoas.

Mas há que se considerar a questão do poder aquisitivo limitado das pessoas, ou, nesse caso, ainda da maioria das pessoas que habitavam a cidade de Campo Grande, pois a possibilidade de comprar/utilizar o “progresso” advindo das sociedades mais “evoluídas” e “civilizadas” era quase sempre algo muito distante para a maioria da população, porém havia sempre um ou outro sujeito da elite²²⁰ disposto a pagar pelas mercadorias vendidas na cidade ou, não raro, importá-las.

²¹⁸ CIDADE, op. cit., p. 174.

²¹⁹ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se dissolve no ar: a aventura da modernidade*. Lisboa: Edições 70, 1989.

²²⁰ Elite pensada aqui como constituída por sujeitos históricos de grupos dominantes que direcionam os rumos do espaço que ocupam e do espaço ocupado por outros sujeitos históricos, porém menos abastados, tanto no sentido econômico-financeiro como no político-institucional.

Vale ressaltar aqui que essa mesma “riqueza do município” de Campo Grande, que foi representada nas palavras do então presidente Vargas como a “Capital Econômica de Mato Grosso”²²¹, era usufruída por diversos sujeitos e das mais distintas formas e quantidades. No Relatório – 1943²²², no item balanço geral da Prefeitura Municipal de Campo Grande, consta na parte das despesas municipais que o subsídio do prefeito foi da ordem de 24.000,00. O custeio do automóvel de uso do líder do executivo era de 213,40 e as assinaturas de jornais e revistas para o gabinete do prefeito alcançaram a cifra de 380,00. Ao todo o gabinete do prefeito gastou 24.593,40.

Por outro lado, a assistência social proporcionou menos gastos à municipalidade, na verdade, verbas de menor valor à ela foram destinadas. A Subvenção à Sociedade Amparo à Maternidade e à Infância contou com verbas no valor de 6.000,00, o Asilo São João Bosco também recebeu 6.000,00 e com o socorro a indigentes foram gastos 5.556,50. Ao todo, a verba/despesa da assistência social de Campo Grande foi de 17.556,50. A Legião Brasileira de Assistência, por sua vez, recebeu verba de 287,40.

Da análise dos dados numéricos das verbas públicas para o gabinete do prefeito, que foram de mais de 24.500,00 e dos valores da verba para a assistência social, inferiores a 18.000,00, tem-se um confronto bastante produtivo. Isso porque tais números auxiliam na tarefa de externar quais foram os sujeitos históricos que se beneficiaram do “progresso” e da “riqueza do município” de Campo Grande, que em grande parte tinha nos “campos”, como escreveu Corrêa Filho, ou no “regime pastoril”, como afirmou Sodré, a fonte da economia, que nesse caso residia na pecuária bovina de extensão.

Já Fernando F. M. de Almeida, assistente da cadeira de Geologia da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), que esteve no início da década de 1940 em visita de estudo ao então sul do Estado de Mato Grosso e ao então recém-criado Território Federal de Ponta Porã²²³, com o objetivo de fazer anotações sobre a “paisagem” e o “homem” da serra de Maracaju, explicitou outro entendimento a respeito da concretude histórica que encontrou na região. Almeida escreveu que não

²²¹ MARTINS, Demóstenes. *Campo Grande, aspectos jurídicos e políticos do Município*. Campo Grande: Academia de Letras e História de Campo Grande, n. 1, 1972, p. 123. José Couto Vieira Pontes, por sua vez, também escreveu que foi o líder do executivo nacional, quando em visita ao Município de Campo Grande, que disse ser essa municipalidade a “[...] “Capital Econômica de Mato Grosso”, assim chamada pelo Presidente Vargas, quando a visitou em 1943 [...]” (PONTES, José Couto Vieira. *Os vinte anos da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*. Campo Grande: Jornal do Comércio, 1991, p. 11).

²²² CAMPO GRANDE (Município). *Relatório – 1943*. Op. cit., p. 56, 57 e 59.

²²³ “O Decreto-lei n.º 5.812, de 13 de setembro de 1943, criou o Território Federal de Ponta Porã, formado do Município dêsse nome (onde foi instalada a Capital) e mais seis outros: Pôrto Murtinho, Bela Vista, Dourados, Miranda, Nioaque e Maracaju. A capital foi transferida para Maracaju em 31 de maio de 1944 (Decreto-lei n.º 6.550), voltando a Ponta Porã em virtude de Decreto de 17 de junho de 1946. As Disposições Constitucionais Transitórias, promulgadas em 18 de setembro de 1946, extinguíram o referido Território, reincorporando a Mato Grosso os Municípios que o compunham.” (FIBGE. *Ponta Porã – Mato Grosso*. Edição comemorativa do cinquentenário da criação do Município. Texto de Edison Villar Cabiló (histórico de Aldalita Medeiros) da Diretoria de Documentação e Divulgação do Conselho Nacional de Estatística (CNE). Rio de Janeiro: IBGE, julho de 1962, p. 4).

[...] se nota, nas fazendas da serra de Maracajú, o que ainda hoje se percebe em certas zonas do Brasil Central: uma certa auto-subsistência. Apesar das relativas dificuldades de transporte, estas fazendas importam quase tudo o que consomem. Certamente a existência do automóvel é em parte devida à ausência, na região, daquela auto-subsistência das áreas pioneiras do interior do Brasil, que tanto chamou a atenção de Burton e de outros viajantes do século passado.

Esta falta de produção das fazendas causa o desenvolvimento de uma organização comercial, quer seja ambulante, sob forma de mascateio, quer fixa, nos bolichos ou nas maiores aglomerações urbanas. O mascateio ainda perdura no Pantanal; foi importante fator de povoamento, nos primeiros tempos da colonização. Praticamente não existe hoje, na serra de Maracajú, onde são freqüentes os bolichos que tudo vendem, localizados nos pontos de convergência das rodovias. A falta de diversidade de produção das fazendas é em grande parte causadora do aparecimento de vilas, núcleos de povoamento com boas possibilidades de desenvolvimento, onde localizam-se artífices e se desenvolve um comércio, em geral mantido por sírios. São ao mesmo tempo centros de reunião de fazendeiros e de fornecimento às grandes fazendas. Dão abrigo, ainda, a pequenas indústrias. Maracajú, a atual capital do Território de Ponta Porã, serve de exemplo. A cidade de Campo Grande é, porém, o melhor exemplo dêste tipo de núcleo urbano, em pleno desenvolvimento favorecido pela presença da estrada de ferro.²²⁴

O entendimento de Almeida, apesar de abarcar também considerações sobre o espaço urbano, centrou-se majoritariamente no rural. O assistente de Geologia da USP externou que o “desenvolvimento de uma organização comercial” no sul do Estado de Mato Grosso, tanto por mascates ou por comerciantes que tinham bolichos (espécie de casas comerciais que vendem produtos secos e molhados), bem como por comerciantes estabelecidos nas cidades era, em razão de não haver “certa auto-subsistência”, uma realidade muito distinta da existente em outros locais da Região Centro-Oeste do Brasil.

Considerando a observação de Almeida obtem-se, então, outro elemento que ajuda a compreender com mais detalhes como ocorreu o tal “progresso” e a construção da tal “riqueza do município” de Campo Grande, na verdade contribui para explicitar que sujeitos usufruíram o “progresso” proveniente da “riqueza do município”, uma vez que as afirmações de Corrêa Filho, de Sodré e de Almeida não evidenciam contradição no que se refere aos tais sujeitos históricos, que eram a elite do sul de Mato Grosso, mas sim complementam-se²²⁵, pois cada escrito considerou uma parte dos elementos constitutivos da concretude

²²⁴ ALMEIDA, Fernando F. M. de. Serra de Maracajú – a paisagem e o homem. In: *Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, Indústria Gráfica José Magalhães Ltda., ano IV, n. 5, nov. 1944, p. 74-75.

²²⁵ Cabe destacar que o fato dos escritos desses autores “complementarem-se” no que tange ao aspecto da explicitação de situações a respeito da elite do sul do Estado de Mato Grosso não significa que no restante dos escritos dos textos exista necessariamente complementação e/ou concordância de análises. Ao contrário, pois Corrêa Filho e Sodré discordam em muitos aspectos. Para uma análise mais detalhada sugiro consulta, além das obras já mencionadas, aos seguintes escritos: de Virgílio Corrêa Filho: *Matto Grosso*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1922; *À sombra dos herveas mattogrossenses*. São Paulo: São Paulo, 1925; *A propósito do boi pantaneiro*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1926; *Indústrias matogrossenses*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1945; *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969 e de Nelson Werneck Sodré: *O sul matogrossense*. In: *O observador econômico e financeiro*, n. 132, p. 65-76, jan. 1947; *Do tenentismo ao Estado*

histórica existente nas décadas de 1930 e de 1940.

Analisando o escrito de Almeida é possível afirmar que o “desenvolvimento” do qual ele escreveu era proporcionado pelos próprios moradores de fazendas da serra de Maracaju às cidades do sul de Mato Grosso. Fazendeiros que em razão de priorizarem as atividades com a pecuária bovina não produziam, no entender de Almeida, sequer para as necessidades básicas de subsistência. Sendo assim, as cidades prosperavam, pois lucravam nesse negócio.

Almeida não foi o único a mencionar tal representação da realidade historicamente construída, qual seja, a de que a base do “progresso” urbano-citadino de Campo Grande vinha da venda do gado. Ainda na década de 1920 Arlindo de Andrade Gomes já afirmava que o Estado de Mato Grosso importava quase todos os produtos agrícolas que consumia. “Mato Grosso importou sempre farinha, milho, batatas, arroz, feijão, etc.” Porém, mencionou que Campo Grande era exceção e, isso é o mais importante, externou quais eram os sujeitos que não produziam alimentos, pois compravam de outros lugares. Especificamente no sul de Mato Grosso, segundo Gomes,

[...] foi em Campo Grande onde sempre houve uma agricultura que servia as necessidades da sua pequena população. Zona de grande pecuária, indústria fácil e rendosa, a agricultura ficou relegada para a gente pobre. O fazendeiro, vendendo o gado, comprava tudo mais – a manteiga, o queijo, o mate e tudo mais para a alimentação. Ainda hoje (1922) muitas grandes fazendas não possuem uma enxada para a cultura das terras.²²⁶

Essa afirmação possibilita determinadas análises sobre também determinados sujeitos históricos. O texto de Gomes indica a presença de “pessoas comuns” no Município de Campo Grande, pois “a agricultura ficou relegada para a gente pobre”. Entretanto, indica com grande força a presença da elite nesse mesmo Município, uma vez que afirma que o “fazendeiro, vendendo o gado, comprava tudo mais – a manteiga, o queijo, o mate e tudo mais para a alimentação. Ainda hoje (1922) muitas grandes fazendas não possuem uma enxada para a cultura das terras.”

Diante disso, e vale frisar aqui de novo o que escreveu Almeida, a “[...] cidade de Campo Grande é, porém, o melhor exemplo deste tipo de núcleo urbano, em pleno desenvolvimento favorecido pela presença da estrada de ferro.”²²⁷ Esse “núcleo urbano” é justamente a cidade feita por meio das ações dos fazendeiros que tudo compravam de outros Estados, em especial alimentos e mercadorias provenientes de São Paulo e do Rio de Janeiro através da ferrovia.

Em meados da década de 1950 a cidade de Campo Grande tinha

Novo: memórias de um soldado. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

²²⁶ GOMES, op. cit., p. 43.

²²⁷ ALMEIDA, Fernando F. M. de. Op. cit., p. 74-75.

[...] 8 estabelecimentos bancários, sendo 1 matriz: Banco Agropecuário de Campo Grande e agências, em número de 7, dos seguintes bancos: Banco do Brasil S.A., Banco Nacional do Comércio e Produção, Banco do Estado de São Paulo, Banco Brasileiro de Descontos, Banco do Comércio e Indústria do Estado de São Paulo, Banco Itaú S.A. e Banco da Lavoura de Minas Gerais.²²⁸

Os clientes desses estabelecimentos bancários eram em grande parte comerciantes do atacado e do varejo que, por sua vez, tinham como parte mais significativa de seus clientes (em valores gastos) os fazendeiros e os lavoureiros, afinal havia também o Banco da Lavoura de Minas Gerais – de áreas rurais da própria municipalidade de Campo Grande (principalmente na região dos Campos de Vacaria, que tinha o maior número de cabeças de gado da municipalidade de Campo Grande) ou de municípios vizinhos, como: Dourados, Maracaju, Nioaque e Entre Rios (posteriormente Rio Brillhante), elementos esses que estavam, na análise do historiador Nelson Werneck Sodré, entregues “[...] ao desequilíbrio e ao primitivismo social consequente do predomínio único, absoluto, extenso, absorvente do regime pastoril.”²²⁹

“Predomínio” que de certa forma foi alterado com a migração de pessoas que eram, na maioria dos casos, dos Estados da Bahia, do Ceará, de Pernambuco, de São Paulo, de Minas Gerais, de Goiás, do Paraná e do Rio Grande do Sul, por motivos dos mais variados, dentre os quais, essa migração se deu via incentivos governamentais²³⁰/privados²³¹ ou através da migração espontânea²³², isto é, aquela migração que não é oficialmente embasada e/ou incentivada por políticas públicas ou privadas de mudança de espaço.

Em todo caso, o processo migratório, seja ele das demais Unidades Federativas para Campo Grande ou das demais municipalidades de Mato Grosso rumo à zona urbana dessa cidade, ou até mesmo a migração rural-urbana proveniente da área territorial de Campo Grande, trouxe à luz não apenas sujeitos inseridos na modernização de Campo Grande pois, pelo contrário, em certas ocasiões o que se deu foi a evidenciação de variados conflitos e de inúmeras tensões²³³, e das mais variadas matizes sociais, dentre as quais se fizeram mais explícitas as de ordem econômica e espacial, uma vez que foram externadas

²²⁸ FIBGE. Op. cit., 1958, p. 123.

²²⁹ SODRÉ, op. cit., 1941, p. 24.

²³⁰ OLIVEIRA, Benícia Couto de. *A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)*. 1999. 255 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Campus de Assis), Assis, 1999.

²³¹ CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*. São Paulo: [s.n.], 1955.

²³² Entende-se por migração espontânea o processo de migração que não foi incentivado pelos órgãos públicos e/ou privados.

²³³ MORO, Nataniél Dal. Tensões do cotidiano urbano na modernidade de Campo Grande nas décadas de 1960-1970. In: BASSETTO, Sylvia (Org.). *Anais do XVIII Encontro Regional de História: o historiador e seu tempo*. Assis: UNESP, 2006. 7 p. 1 CD-ROM.

em maior número nas fontes pesquisadas²³⁴, situação essa que não invalida a existência de conflitos e de tensões de outras ordens.

A chegada desses sujeitos, nacionais ou estrangeiros, transformou ou, no mínimo, alterou a economia da cidade de Campo Grande e, inevitavelmente, também o espaço urbano do centro e do entorno²³⁵ dessa municipalidade que foi territorializado de outra forma, seja pelos novos comerciantes que abriram seus respectivos comércios ou pelos, também novos, “migrantes-mendigos”²³⁶ que se fizeram presentes nas ruas, nas avenidas e nas praças do centro da cidade, em especial na Rua 14 de Julho, na Avenida Calógeras e na Praça Dr. Ari Coelho, pontos-símbolo da cidade que se modernizava concomitantemente às transformações²³⁷, ora antagônicas, ora sincrônicas, desse mesmo espaço urbano.

Espaço urbano no qual ocorreram permanências e alterações populacionais, muitas das quais se deram por causa do processo de modernização que ocorreu na chamada “expansão da fronteira agrícola” brasileira, principalmente a partir da década de 1960, e, em especial, com a implantação de projetos de políticas públicas federais²³⁸ de “integração” e de “modernização” da economia da Região Centro-Oeste.

Situação essa que transformou a realidade da maioria das municipalidades dos Estados que compunham a então²³⁹ Região Centro-Oeste do Brasil, isto é, os também então Estados de Goiás e de Mato Grosso num espaço mais densamente ocupado por pessoas dos mais variados locais do território brasileiro e, em menor número, de outras partes do mundo. Espaço territorial esse que décadas atrás não suscitava, segundo Sodré²⁴⁰, “previsões otimistas” de crescimento demográfico “para futuro próximo”.

²³⁴ Refiro-me aqui às fontes coletadas no Arquivo do Jornal Correio do Estado (AJCE).

²³⁵ No decorrer da década de 1950 e nas duas décadas seguintes a malha urbana também foi transformada intensamente, intensidade no sentido de ocupação do espaço por seres humanos no entorno do que se pode denominar de “centro comercial” de Campo Grande, pois se da década de 1910 até o final da década de 1940 a malha urbana teve como traçado predominante de suas vias o sistema viário em forma de tabuleiro de xadrez (traçado ortogonal), aquele traçado em 1909 por meio do Plano de Alinhamento de Ruas e Praças, a partir de então, e é claro que em decorrência da ocupação por pessoas na maioria das vezes não abastadas, a malha urbana teve como predominante o sistema radial, que na maior parte das vezes utilizou as vias de transporte que até o início do século XX eram estradas ou caminhos que davam acesso às estradas boiadeiras que ligavam os Campos de Vacaria com o Oeste do Estado de São Paulo ou com o Triângulo Mineiro.

²³⁶ Expressão extraída de matéria publicada no Jornal Correio do Estado (JCE): MENDICÂNCIA: UM MAL QUE CRESCE DIA E NOITE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 6/7 set. 1975.

²³⁷ Uma das transformações necessárias ao espaço urbano, porém de difícil concretização em razão da falta de verbas, segundo o prefeito Demóstenes Martins, era a implantação de uma “rede de esgotos”. No *Relatório – 1943* o então líder do executivo municipal de Campo Grande escreveu que: “Não se concebe que uma cidade de cerca de 30.000 habitantes não possua a sua rede de esgotos.” (CAMPO GRANDE (Município). *Relatório – 1943*. Op. cit., p. 50). Contudo, o administrador também afirmou que a “[...] despeito da falta de esgotos, que é motivo de sérias apreensões das nossas autoridades sanitárias, as condições de saúde pública da cidade mantiveram-se normais.” (Ibid., p. 12).

²³⁸ Um dos exemplos disso é a Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), que foi criada oficialmente em 1967 e extinta em 1990.

²³⁹ A palavra ‘então’ é utilizada aqui porque até a década de 1950 a Região Centro-Oeste do Brasil era composta somente pelos Estados de Goiás e de Mato Grosso. No entanto, em 1961 o Estado de Goiás teve parte de seu território diminuído por causa da criação do Distrito Federal. Por sua vez, o Estado de Mato Grosso também teve seu território alterado, pois em 1977 foi criado o Estado de Mato Grosso do Sul, território que corresponde ao que era o então sul do Estado de Mato Grosso.

²⁴⁰ SODRÉ, op. cit., 1941, p. 167.

1.2 Permanências e alterações de dados numéricos populacionais

A “previsão”²⁴¹ de Sodré a respeito do aumento no número de habitantes da Região Centro-Oeste do Brasil procede, pois analisando o passado demográfico de Mato Grosso não havia nada de consistente indicando que a região podia ser alvo de significativa ocupação populacional, embora existissem alguns espaços no oeste do Brasil que eram mais povoados do que os espaços do leste brasileiro.

Cuiabá, por exemplo, possuía quase 36.000 mil habitantes no início da década de 1870, número maior do que os habitantes da cidade de São Paulo, que nesse mesmo período tinha cerca de 31.000 mil residentes. Contudo, a maior parte dos espaços de Mato Grosso não eram demograficamente tão habitados quando são feitas comparações com os dados existentes sobre a ocupação populacional do leste do Brasil.

Por volta de 1740²⁴² o território que constitui o Estado de Mato Grosso do Sul, que antes de 11 de outubro de 1977 era o então sul do Estado de Mato Grosso, nem sequer território português era, mas sim majoritariamente espaço espanhol, tendo denominação, conforme consta em obra cartográfica de George Matthäus Seutter, “Paraguay”, embora ainda na década de 20 do século XVIII houvesse núcleos de povoamento português na região, tais como: Fazenda Camapuã (1723), Belliago/Coxim (1729) e Santana do Paranaíba (1755).

Com a assinatura do Tratado de Madri (1750), os portugueses aumentaram ainda mais o território no sentido leste-oeste. Esse Tratado definiu que cada nação tinha direito ao território que ocupava. Mesmo esse tratado tendo sido revogado em 1761, houve a criação de outros pontos de referência da ocupação portuguesa na região, tal como o Presídio Nossa Senhora dos Prazeres de Iguatemi (1767), que foi destruído em 1777, o Forte Nova Coimbra (1774), a Vila Nossa Senhora de Conceição de Albuquerque/Corumbá (1778) e o Presídio Nossa Senhora do Carmo do rio Mondego/Miranda (1778).²⁴³

No ano de 1793 a população total da Província de Mato Grosso foi estimada em 14.000 mil pessoas. Em 1801 era de 27.690, sendo 15.780 denominados “livres” e 11.910 “escravos”.²⁴⁴ Em 1817 a população de Mato Grosso era de 29.801 mil “almas”. Havia 3.898

²⁴¹ De fato, a palavra “previsão” não é mais utilizada com tanta freqüência pelos historiadores. Foi praticamente esquecida, e de propósito, em razão de que os equívocos por ela explicitados eram sempre maiores do que as contribuições. Em 1995, durante entrevista, Hobsbawm admitiu: “Como historiador, hoje não acredito mais na capacidade de fazer previsões, tal como muitos marxistas e eu mesmo fazíamos.” (HOBBSAWM, Eric John. In: WAACK, Willian. *Século dos extremos. Revista Veja*, São Paulo, 5 abr. 1995, p. 8).

²⁴² SEUTTER, George Matthäus. *Recens elaborata mappa geographica Regni Brasiliae in America Meridionali, 1740*. In: FIBGE. *Atlas geográfico escolar*. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2006, p. 92.

²⁴³ GRESSLER, Lori Alice; SWENSSON, Lauro Joppert. *Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul*. Dourados: [s.n.], 1988, p. 16-17.

²⁴⁴ SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto de. *Matto Grosso*. In: *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada Província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE), 1986, p. 160.

mil “rapazotes” até 15 anos, 5.266 mil “homens” de 16 anos para cima, 9.689 mil mulheres “livres” e 10.948 mil “escravos”.²⁴⁵

No decorrer da década de 30 do século XIX muitas famílias procedentes da Província de Minas Gerais chegaram em Mato Grosso em busca de terras “sem donos” para instalarem-se. Passaram o rio Paranaíba ou Santana, divisa de MG com o sul de Mato Grosso, e entraram no território dessa última Província. Instalaram-se nas regiões mais férteis da serra de Maracaju e adjacências, geralmente próximos das cabeceiras de rios. Tornaram-se, então, os principais responsáveis pelo povoamento e pela posse definitiva de grandes faixas de terras devolutas, que anos depois foram legalizadas.

Os Garcia, os Lopes, os Barbosa e os Souza Leal são sobrenomes que ilustram essa realidade. Esses sujeitos espalharam-se pelas terras do atual Estado de Mato Grosso do Sul, distribuindo-se da seguinte forma: os Garcia, por meio de José Garcia Leal e demais familiares atravessaram o rio Santana e fixaram-se entre o referido rio e o rio Sucuriú. Joaquim Francisco Lopes estabeleceu-se nas proximidades da barranca do rio Paraná (hoje Município de Bataguassu), no local denominado de Fazenda “Monte Alegre”, em homenagem a sua terra natal. Os Barbosa avançaram até o rio Pardo e se fixaram no lugar que recebeu o nome de Fazenda “Santa Rita”.

Quanto ao Joaquim Francisco Lopes, que chegou em Mato Grosso no início de 1829, logo abandonou a Fazenda “Monte Alegre” e, juntamente com mais dois irmãos, quais sejam: Gabriel Francisco Lopes e José Francisco Lopes (este, mais tarde recebeu o apelido de “Guia Lopes”, por ter conduzido a tropa brasileira na trágica “Retidara da Laguna”, durante a Guerra do Paraguai), estabeleceram-se nas terras denominadas de “Campos de Vacaria”, localizadas na serra de Maracaju.

Em 1834 houve a migração de muitas famílias do norte de Mato Grosso para outras regiões dessa vasta província. Entre essas famílias estavam as dos irmãos José e João Alves Ribeiro, que se estabeleceram nos vales do rio Tabôco e do rio Negro. Por sua vez, Bráz Pereira Mendes fixou-se nas proximidades da cabeceira do rio Negro e João José Gomes instalou-se entre os rios Miranda e Nioaque, espaço de sua fazenda.

Em 1841, Antonio Gonçalves Barbosa, que era sogro de Gabriel Francisco Lopes, fundou a fazenda “Boa Vista”, entre os rios Vacaria e o Brilhante. Posteriormente, Antônio Gonçalves Barbosa deixou a Fazenda “Boa Vista” para o seu irmão, Ignácio Gonçalves Barbosa. Antônio foi então procurar uma outra terra, que encontrou à margem do rio Monjolinho, afluente do rio Apa, isso no ano de 1846. Ademais, teve ainda a prevenção de abrir uma estrada carreteira até a fazenda do seu sogro, situada logo abaixo da serra de

²⁴⁵ SOUZA E SILVA, op. cit., p. 154.

Maracaju.²⁴⁶ Conforme Sodré, “[...] esses homens, donos de latifúndios extensos, viviam num padrão de existencia paupérrimo, ligado indefectivelmente ao regime pastoril.”²⁴⁷

Mesmo diante dessa ocupação populacional por parte de sujeitos brasileiros, consta em mapa de 1868²⁴⁸ que somente cerca de 50% do território que compõe o Estado de MS era brasileiro, sendo habitado por cerca de 25 a 30 mil pessoas não-indígenas, tendo em vista que a maior parte da população de Mato Grosso habitava no norte da Província. Os outros 50% do espaço que formam atualmente MS eram denominados, à época, de “Paraguay”. Essa população diminuiu ainda mais no período da Guerra do/contra o Paraguai (1864-1870). Guerra essa que envolveu mais diretamente a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai.

Tal conflito contribuiu para diminuir substancialmente a já tão pequena densidade demográfica da população de Mato Grosso, pois com essa guerra houve desestruturação de fazendas e parte da população do sul de Mato Grosso morreu e/ou abandonou a região, inclusive indígenas. Por causa das calamidades da referida Guerra, da epidemia das bexigas e da fome, cerca de 6.000 mil pessoas que habitavam em MT morreram.²⁴⁹ Em 1868 Mato Grosso tinha 65.000 mil habitantes, isto é, 15.000 mil pessoas a menos do que em 1858, quando havia 80.000 mil habitantes na Província de Mato Grosso.²⁵⁰

Entretanto, no pós-Guerra (a partir de 1870) o sul de Mato Grosso recebeu parte dos sujeitos que tinham abandonado suas moradias, em grande parte pessoas provenientes da então Província de São Paulo, e vários outros migrantes, particularmente militares que combateram na Guerra do/contra o Paraguai, goianos, paulistas, mineiros e rio-grandenses. No Censo de 1872 consta que 1.651 pessoas residentes em Mato Grosso eram de outras Províncias. De Minas Gerais eram 427 pessoas, de São Paulo: 205, de Pernambuco: 168, de Goiás: 166, do Rio de Janeiro: 125, da Bahia: 124 e do Paraná: 63 pessoas.²⁵¹

Os militares vieram em razão de que sabiam que no sul de MT havia terras devolutas e de que estas eram, em grande proporção, extremamente férteis. Terras devolutas, mas que antes do Tratado de Paz Loizaga-Cotegipe (1872), feito entre o Brasil e o Paraguai, eram ocupadas pelos paraguaios e que após tal tratado foram incorporadas ao território brasileiro, deixando então esse território de ser litigioso.²⁵² Cerca de 20% do atual território que compõe o Estado de Mato Grosso do Sul era terra litigiosa até 1872.

Os goianos, os paranaenses, os paulistas e os mineiros também vieram à procura das terras férteis da região da serra de Maracaju, tal como já o faziam desde as décadas de

²⁴⁶ SODRÉ, op. cit., 1941, p. 62-75.

²⁴⁷ Ibid., p. 84.

²⁴⁸ ALMEIDA, Cândido Mendes de. Atlas do Imperio do Brazil, 1868. In: FIBGE. *Atlas geográfico escolar*. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2006, s/p.

²⁴⁹ SOUZA E SILVA, op. cit., p. 154.

²⁵⁰ Ibid., p. 160.

²⁵¹ FIBGE. *Recenseamento de 1872*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Lenzinger e Filhos, [s.d.], s/p.

1820-1830. Já os rio-grandenses, na maioria das vezes os que tinham sido vencidos na Revolução Federatista (1893-1895), ocorrida no Rio Grande do Sul, que vieram em busca de refúgio nas terras do sul de Mato Grosso, também desenvolveram trabalhos ligados com a terra. “A terra custava apenas a posse. Contra ela havia o índio, senhor original da terra e a grande arrendatária, a Companhia Mate Laranjeira, a dominar aproximadamente 1.600 léguas, isto é, quase 60.000 quilômetros quadrados.”²⁵³

Segundo Emílio Garcia Barbosa, cerca de 10 mil gaúchos²⁵⁴ saíram do RS (sobretudo das municipalidades de São Luiz Gonzaga e de São Borja), passaram pela Argentina, entraram em terras do Paraguai e, depois, chegaram ao sul de MT, onde muitos passaram a exercer atividades ligadas ao comércio de mercadorias, tornando-se mascates dos mais diversos produtos.

Além desse povoamento via migração não-estatal, Mato Grosso teve somente na década de 90 do século XIX políticas públicas sistematizadas visando ocupar populacionalmente os espaços ainda desabitados, embora, e vale aqui externar isso, ainda em 1837 o então presidente José Antonio Pimenta Bueno considerava que Mato Grosso “[...] de nada precisa tanto como de população [...]”²⁵⁵, que naquela época era composta de 35.000 mil pessoas “civilizadas” e tinha pequena defesa contra sujeitos não-nacionais.

Na primeira década do século XX o governo de Mato Grosso, por meio do decreto n. 200, de 18 de dezembro de 1907, tornou a incentivar por via legal a colonização em âmbito estadual. Nessa época o sul de Mato Grosso tinha cerca de 88.000 mil pessoas e no norte do Estado havia em torno de 40.000 mil habitantes.

Segundo Virgílio Corrêa Filho, tal decreto não produziu o efeito esperado, pois “[...] o Estado não conseguiu ainda pô-lo por obra.”²⁵⁶ Contudo, conforme o próprio Corrêa Filho, Mato Grosso era sim um espaço que atraía pessoas de outros lugares, pois

[...] inumeros são os colonos que espontaneamente procuram radicar-se em Matto Grosso, obtendo, para isso, gratuitamente, por meio de petição ao Presidente do Estado, processada analogamente às de compra, lotes de 50 a 200 hectares de terras devolutas, nas regiões para esse fim destinadas.

Nestas condições, acham-se as que ladeiam a E. F. Noroeste do Brasil, na largura de 10 kilometros para cada lado, de Tres Lagôas a Porto Esperança; as que distam menos de 6 kilometros das margens dos rios Taquary; do S. Lourenço e seus affluentes, na secção navegavel; do Jaurú; do Cabaçal; do Sepotuba; do Paraguay, até Santa Anna.

²⁵² DUBY, Georges. *Atlas historique: l'histoire du monde en 317 cartes*. Paris: Larousse, 1988, p. 285.

²⁵³ FIGUEIREDO, Alvanir de. *A presença geoeconômica da atividade ervateira: com destaque da zona ervateira do Estado de Mato Grosso, tomada como referência*. 1967. 436 f. Tese (Doutorado de Geografia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Campus de Presidente Prudente), Presidente Prudente, 1967, p. 221.

²⁵⁴ BARBOSA, Emílio Garcia. *Panoramas do sul de Mato Grosso*. Campo Grande: Correio do Estado, 1963, p. 161.

²⁵⁵ SOUZA E SILVA, op. cit., p. 158.

²⁵⁶ CORRÊA FILHO, op. cit., 1922, p. 284.

Ademais, por vezes, o Governo tem experimentado apressar a colonização, de que há mister o Estado, mediante concessões a empresas particulares, que se comprometam a fundar núcleos coloniais, em retribuição aos favores que lhes são prometidos.

Até hoje (1922), mais avultada se apresenta a colonização espontânea, tendo resultado impropícia a tentativa de estabelecimentos de núcleos coloniais, de que se encarregaram vários concessionários.²⁵⁷

O relato de Corrêa Filho sinalizou duas questões. A primeira a respeito dos “colonos” e a segunda sobre “terras devolutas” que podiam ser ocupadas por esses mesmos “colonos”, caso solicitassem ao poder executivo do Estado de Mato Grosso e esse concedesse tal propriedade. Contudo, o próprio Corrêa Filho afirmou que tal decreto não tinha alterado a realidade populacional de Mato Grosso, pois “[...] o Estado não conseguiu ainda pô-lo por obra.”

Em mapa datado de 1908²⁵⁸ consta que a parte sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul ainda era do “Paraguay”, embora não fosse oficialmente área do “Paraguay” desde 1872, quando passou a vigorar o Tratado de Paz. Na década de 1910 ocorreu a consolidação da presença oficial do governo brasileiro no sudoeste do território que compõe o Estado de Mato Grosso do Sul, pois em 1915 foi criado o Município de Porto Murtinho, em 1912 o de Ponta Porã e em 1918 o de Bela Vista. Essas três municipalidades são fronteiriças ao Paraguai.

Também nessa década, principalmente a partir de 1912, o governo estadual empreendeu políticas mais sistemáticas para materializar tal objetivo, qual seja, o de povoamento via colonização oficial. Situação essa que também se fez presente nas décadas de 1920 e na de 1930, embora desde 1892 já existisse legislação para incentivar a colonização estadual. Na obra Retrato de Mato Grosso, o autor Fausto Vieira de Campos elencou 22 leis, decretos e resoluções que vigoraram em MT no período de 1892 a 1951.²⁵⁹

Consultando os dados dos censos publicados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tem-se uma noção do crescimento numérico e percentual de Mato Grosso. Em 1872 Mato Grosso tinha uma população de 60.417 pessoas. No ano de 1890 houve aumento de 50%, tendo MT 92.827 mil moradores. Dez anos depois, em 1900, o total dos residentes era de 118.025 mil pessoas e em 1920 havia 246.612 mil habitantes em Mato Grosso. Em 1940 já eram 432.265 mil residentes em MT.

²⁵⁷ CORRÊA FILHO, op. cit., 1922, p. 285.

²⁵⁸ FIBGE. *Atlas geográfico escolar*. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2006, p. 93. Nesse mapa foram externadas no sul de Mato Grosso apenas as municipalidades de Corumbá, Coxim e Nioac (em grafia atual Nioaque). Consta também que havia, no sentido norte-sul, a S. Maracaju, ou seja, a serra de Maracaju. Os rios Paraguay (Paraguai, divisa com o Paraguai e a Bolívia) e Parana (Paraná, divisa com o Estado de São Paulo) foram os únicos rios mencionados no referido mapa de 1908, no que se refere ao território do sul de Mato Grosso, atual Estado de Mato Grosso do Sul.

²⁵⁹ CAMPOS, Fausto Vieira de. Op. cit., p. 95-96.

É preciso então sinalizar minimamente a estrutura nacional e estadual que possibilitou a alteração dos números populacionais em Mato Grosso. Além da saída de pessoas de MT, dos nascimentos, das mortes, da migração de militares, de paulistas, de mineiros e de rio-grandenses, houve a chegada de outros sujeitos em Mato Grosso.

O principal motivo reside no fato do governo estadual de Mato Grosso ter disponibilizado, via políticas públicas, a doação de terras devolutas para pessoas que assim solicitassem tal doação. Além disso, o governo vendeu terras para empresas de cunho colonizador, que por sua vez revenderam a outros sujeitos. Essa situação foi responsável pela vinda de pessoas do leste do Brasil para Mato Grosso, contudo, nem sempre tais migrantes conseguiram a terra, nem a paga e nem a gratuita. Muitos desses migrantes que não tiveram êxito permaneceram em Mato Grosso como posseiros.

Diante disso e apontados esses dados populacionais que de toda forma quando pensados em percentuais são expressivos, pois em menos de 7 décadas (1872-1940) Mato Grosso teve crescimento de mais de 700%, pode-se entender que o Estado já tinha população significativa ao ponto de não ser justificável a afirmação de que MT era um espaço com pequena densidade demográfica. Porém isso não procede, uma vez que mesmo com expressivo aumento percentual, a densidade demográfica de Mato Grosso ainda era muito reduzida, menor até do que a existente no Estado do Amazonas.

Foi por causa dessa realidade, que na época era sim de pequena densidade demográfica quando estabelecia-se comparativo com as demais Unidades Federativas do Brasil, que Nelson Werneck Sodré afirmou, no livro denominado Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril, publicado no início da década de 1940, que Mato Grosso não suscitava “previsões otimistas” de crescimento demográfico “para futuro próximo”.

Segundo Sodré, a

[...] formação de novos municípios, desmembrados de antigos, procedeu-se com [...] lentidão bem expressiva, que se deve à pobreza do regime pastoril, à imensidade do deserto e à refratariedade do pastoreio às organizações urbanas. [...]

O próprio crescimento demográfico, que é uma das forças decisivas para a divisão municipal e para o oferecimento da superfície de aplicação da ação das organizações municipais, tem sido tão lento, tão dispar com a extensão infinita desses paupérrimos municípios, que não dá margem a previsões otimistas para futuro próximo:

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO		
	Absoluta	Relativa	
		Por Km. ²	%
Aquidauana	15.000	1,2	4,02
Araguaiana	3.787	0,03	1,01
Bela Vista	12.890	1,3	3,45
Campo Grande	29.890	0,8	8,00
Corumbá	27.898	0,3	7,47
Coxim	12.553	0,3	3,36
Cuiabá	47.819	0,2	12,80
Diamantino	5.845	0,05	1,56
Dourados	14.081	1,0	3,77
Entre Rios	10.000	0,5	2,68
Guajará-mirim	8.535	0,1	2,29
Livramento	10.399	2	2,78
Maracaju	8.400	1,1	2,25
Mato Grosso	1.845	0,01	0,49
Miranda	10.430	0,5	2,79
Nioaque	5.600	0,7	1,50
Poconé	10.842	0,5	2,90
Ponta Porã	25.940	0,9	6,83
Porto Murtinho	5.485	1,3	1,47
Rosário Oeste	12.543	0,5	3,36
Santana do Paranaíba	15.000	0,6	4,02
Santa Rita do Araguaia	15.188	0,4	4,07
Santo Antonio do Rio Madeira	13.800	0,06	3,69
São Luiz de Cáceres	15.306	0,4	4,10
Três Lagoas	13.883	0,3	3,72
	373.514		100,00

Tão baixos índices demográficos não se encontram em qualquer outro Estado da Federação, nem mesmo no Amazonas. Índices que dissociam completamente qualquer ação das organizações municipais, tanto mais que a sede de alguns desses municípios se coloca em posição acentuadamente excêntrica em relação à área deles, sem vias de comunicação para atingir os pontos próximos.²⁶⁰

Foi assim que Sodré descreveu as polaridades cidade/campo do Oeste brasileiro na década de 1940, polaridades sugestivas para se pensar a questão dos números populacionais, tendo em vista que não é pertinente pensar de forma isolada a cidade, pois a mesma só existe como contra-ponto da realidade existente no campo.²⁶¹

Contra-ponto que é mais teórico do que real, já que necessariamente nem sempre significam realidades antagônicas. Raymond Williams alertou-nos que

[...] é significativo que a imagem comum do campo seja agora uma imagem do passado, e a imagem comum da cidade, uma imagem do futuro. Se as isolarmos deste modo, fica faltando o presente. A idéia do campo tende à tradição, aos costumes humanos e naturais. A idéia da cidade tende ao progresso, à modernização, ao desenvolvimento. Assim, num presente

²⁶⁰ SODRÉ, op. cit., 1941, p. 167-168.

²⁶¹ A obra de RICARDO, Cassiano. *Marcha para oeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940, é muito adequada para compreender parte das representações veiculadas por alguns setores da sociedade brasileira a respeito da integração das "classes", que tinham como intuito o de contribuir para a "construção" de uma nação integrada.

vivenciado enquanto tensão, usamos o contraste entre campo e cidade para ratificar uma divisão e um conflito de impulsos ainda não resolvidos, que talvez fosse melhor encarar em seus próprios termos.²⁶²

Diante disso, campo e cidade, rural e urbano, são complementos da realidade histórica, que quando pensados como integrantes do processo histórico ajudam a entender esse mesmo processo do qual Sodré escreveu. Separá-los contribuiu apenas para obscurecer o entendimento da realidade.

A análise explicitou nitidamente que Sodré concebia, e não sem fundamentação histórica do passado existente, um futuro de e com poucos sujeitos habitando o oeste do Brasil, tendo em vista que mesmo após a política denominada institucionalmente de **“Marcha para o Oeste”**²⁶³, que foi instituída de fato a partir de 1938 pelo então presidente Getúlio Dornelles Vargas, visando povoar os “espaços vazios”²⁶⁴ do Oeste brasileiro²⁶⁵ não ocorreu o tão desejado e alardeado preenchimento populacional dos “espaços vazios”.

As afirmações sobre os “espaços vazios” ficaram muito mais no campo da linguagem do que no da ação. “Espaços vazios” só mesmo na lógica do capitalismo, pois esses locais estavam ocupados por inúmeros sujeitos e as atividades realizadas por eles também eram muito variadas.

O historiador Alcir Lenharo lembra-nos com muita propriedade que o Estado de Mato Grosso não tinha “espaços vazios” na proporção alardeada durante o período do Estado Novo (1937-1945) no Brasil. Muito pelo contrário, uma vez que existiam espaços ocupados por

[...] usinas de açúcar, às margens do rio Cuiabá; (havia também outras áreas ocupadas, tais como:) a imensa extensão de terras ocupadas com a exploração do mate, principalmente pela Cia. Matte Laranjeira; as fazendas de gado no pantanal mato-grossense; cidades e propriedades surgidas à beira da estrada de ferro Noroeste do Brasil; amplas regiões de garimpo do ouro e diamante; outras tantas de exploração da borracha ou de drogas do sertão, – vem atestar, no caso do Estado de Mato Grosso, um quadro de colonização complexo, mapeado de grandes propriedades, particulares e estatais, boa parte delas de origem estrangeira. Isto para não se falar de povos de formação social inteiramente diferente, habitantes da região – os indígenas.²⁶⁶

²⁶² WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 397.

²⁶³ VARGAS, Getúlio Dornelles. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938, v. 5, p. 124. Em escritos oficiais essa “Marcha para o Oeste” recebeu a denominação de ‘Rumo ao Oeste’, tal como consta, por exemplo, na obra VARGAS, Getúlio Dornelles. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940, p. 31.

²⁶⁴ LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste (1930)*. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1986.

²⁶⁵ Além da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), localizada na Região da Grande Dourados, foram criadas outras colônias. São exemplos desse processo institucionalizado pelo poder federal para povoar os “espaços vazios” do Oeste do Brasil: a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e a Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), ambas da primeira metade da década de 1940.

Mesmo tendo o governo federal empreendido a chamada “**Marcha para o Oeste**”, a ocupação dos tais “espaços vazios” de população e de atividades econômicas sintonizadas com o sistema capitalista não logrou o sucesso que tinha sido projetado por meio das palavras.

Ocorreu apenas uma intensificação localizada do número de habitantes em algumas municipalidades do Estado de Mato Grosso. Intensificação populacional que se deu sobretudo nas zonas rurais e não nas urbanas, tal como ocorreu, por exemplo, no Município de Dourados, isso em razão da implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), na primeira metade da década de 1940.

Os fatores naturais, como a fertilidade da terra, o relevo pouco acidentado, os cursos de água, o regime anual de chuvas, a temperatura e o clima, também contribuíram para que se desse a ocupação do espaço no sul de Mato Grosso. Segundo escreveu, na década de 1940, o jurista cearense em atuação profissional no sul de Mato Grosso, José de Melo e Silva, na obra *Fronteiras guaranis*, o Município de Dourados era um local no qual o visitante ficava fascinado pela fertilidade do solo, sendo que “de um tudo ali vicejava”.

Vicejam ali, com exuberância selvagem, soberba, todas as plantas dos trópicos, dos climas temperados e frios. Tamanha é a capacidade produtiva daquele chão de seiva bendita que, se não fossem as geadas, que tudo destroem, exceção da erva-mate, qualquer cultura ali se perpetuaria, em forma silvestre, reproduzindo-se espontaneamente pela brotação das sementes, que se espargem ao léu dos ventos.²⁶⁷

Em sentido próximo estava também a concepção veiculada no início da década de 1940 por Archimedes Lima, pois escreveu que o Estado de Mato Grosso era

[...] um território imenso, de um milhão e meio de quilômetros quadrados, habitado por quatrocentas mil almas, se tanto. Não se precisa dizer mais nada para dar-se uma idéia do grande problema de Mato Grosso, do ponto de vista socio-político e econômico.

Com as suas riquezas esparsas, algumas situadas em ínvias regiões, guardadas no fundo de impenetrados sertões, aonde, vedadas por obstáculos naturais, por muitos anos ainda permanecerão, Mato Grosso, com a sua natureza selvática, os seus rios desconhecidos, os seus pantanais imensos, a sua população rural escassa, pobre e enfermiça, constitui, como unidade política, um desafio à coragem e à inteligência do administrador. Demograficamente, a nossa carta está ainda, por assim dizer, em branco: sálpicos insignificantes, separados uns dos outros por centenas de quilômetros, alguns – o caso de Guajará-Mirim e Alto Madeira

²⁶⁶ LENHARO, op. cit., p. 60-61.

²⁶⁷ MELO E SILVA, José de. *Fronteiras guaranis: a trajetória da Nação cuja cultura dominou a fronteira Brasil-Paraguai*. 2. ed. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2003, p. 142. No norte do Estado do Paraná, assim como no sul do Estado de Mato Grosso, os fatores naturais também contribuíram para a fixação/povoamento de pessoas e o desenvolvimento de atividades agrícolas. Mas não em proporção relevante, pois a densidade demográfica ainda era muito aquém da existente no leste do Brasil. (GAMBIAGHI, Salette Magdalena. O povoamento do norte do Paraná. In: *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v. II, tomo I, 1951/1952, p. 81-83).

– isolados completamente da comunidade estadual, à falta de uma via de comunicação, êste é o quadro matogrossense, do ponto de vista demográfico.²⁶⁸

Lima apontou como essencial para Mato Grosso a realização do povoamento desse espaço que era até então majoritariamente ocupado por “população rural escassa, pobre e enfermiça” o que, em outras palavras, significava que as terras que constituíam o Estado de Mato Grosso eram um convite aos elementos não-brasileiros, que podiam realizar, aos poucos, uma invasão do território estadual, isso porque não havia ocupação por parte de elementos nacionais em vários locais do Estado. Ainda conforme Lima, a

[...] falta de material humano retarda e impede o nosso progresso. Somos grande, somos rico, a Natureza dotou-nos de tudo, concedeu-nos o privilégio de riquezas que não existem noutra parte do Planeta. Temos mais território que a França, que a Alemanha, que a Itália, que a Espanha, mas temos, infelizmente, menos densidade demográfica que a Sibéria com as suas tundras cobrindo grande parte do seu território constituído de taigas e *steppes* eternamente geladas.

*

* *

Assim, povoar o colosso matogrossense – mas povoa-lo de homens válidos, que representam algo na nossa economia, como fatores de produção – êste é o grande problema de Mato Grosso.²⁶⁹

Diante dessa afirmação de Lima fica muito mais visível que para alguns sujeitos, tal como o próprio Lima, não se tratava apenas e então somente de ocupar os chamados “espaços vazios” do oeste brasileiro, bem como não podia ser uma ocupação populacional para simplesmente aliviar os conflitos e as tensões sociais, econômicas e políticas causadas pela presença de sujeitos indesejáveis às autoridades públicas e privadas existentes no leste do Brasil.

Tinha que ser uma ocupação populacional que fosse demograficamente significativa e que tais sujeitos, os “homens válidos”²⁷⁰, fizessem a economia do Estado de Mato Grosso progredir, ocasionando sobretudo o aumento da produção existente e também do incremento de outras culturas econômicas.

Então, era necessário que Mato Grosso tivesse “homens válidos” para esse tipo de ocupação territorial e para que por meio de tais pessoas a economia estadual pudesse não ser mais tão desproporcional à das demais Unidades Federativas do leste brasileiro, em especial a economia dos Estados do Centro-Sul do Brasil, que estavam muito mais sintonizadas com o modo capitalista de produção do que o Estado de Mato Grosso.²⁷¹

²⁶⁸ LIMA, op. cit., p. 141-143.

²⁶⁹ Ibid., p. 141-143.

²⁷⁰ Sem síntese, eram pessoas que além de trabalhar para se manterem, tinham que produzir mercadorias que pudessem ser vendidas para outras localidades, em especial para outros Estados do Brasil.

²⁷¹ Sodré chegou a afirmar que em certas localidades do oeste do Brasil existiam “relações feudais”. Ver maiores detalhes na obra: SODRÉ, op. cit., 1941.

Contudo, Lima indagou-se a respeito de como era possível viabilizar tal projeto, até porque nem mesmo a política de colonização nacional empreendida pelo poder federal, via “**Marcha para o Oeste**”, estava obtendo êxito nesse propósito.

Mas, como povoar o Estado? Atraindo, dir-se-á, correntes migratórias, estrangeiras e nacionais, para nossas terras, que são férteis, e colonizando-as. A solução, nessas condições, parece muito simples. Entretanto, pergunto, é possível colonização sem estradas de ferro cortando as zonas agrícolas para fazer escoar a produção?²⁷²

Respondendo a pergunta de Lima, essa “colonização” foi possível sim, contudo, fez-se menos pela estrada de ferro e mais por meio das estradas de rodagem, e a maior parte delas sem pavimentação asfáltica. Em razão dessa colonização via rodovias a realidade demográfica do sul do Estado de Mato Grosso foi alterada com grande intensidade, em especial a partir da década de 1960 e na subsequente.

Deve-se considerar, também, o processo migratório como elemento vital para esse aumento populacional ocorrido antes da década de 1960 no sul de Mato Grosso. Ademais, muitos destes migrantes estarem em situação economicamente desfavorável em suas terras de origem. Um exemplo desta afirmação reside na crise agrícola que afetou o Estado do Rio Grande do Sul nas décadas de 1940 e de 1950 e, por sua vez, causou um êxodo rural de grandes proporções.

Em duas décadas, desde 1940, o Paraná acolheu cerca de 2,75 milhões de migrantes gaúchos. A perda de renda na economia colonial de produção familiar com a introdução de produtos alimentícios industrializados no mercado e a desaceleração industrial, cujo mercado regional dependia da renda colonial, produziu, em poucos anos, um enorme excedente de mão-de-obra qualificada para a agricultura de pequena propriedade. Surgia assim um novo item na pauta de exportação do Rio Grande do Sul para o resto do país: gaúchos. A dramática e estrutural crise econômica se acentuou depois de 1956, impulsionada, paradoxalmente, pela eufórica política desenvolvimentista do governo Juscelino. Do ambicioso Plano de Metas que pretendia fazer o país crescer “50 anos em 5” com investimentos de cerca de US\$ 5 bilhões, apenas 2% foram projetados para o Rio Grande. Na área de indústria de base, a participação ainda foi menor: 0,3%.²⁷³

A maior parte dessas pessoas, cerca de 3 milhões, ou foram para as zonas urbanas e/ou aventuraram-se para terras poucos exploradas, como as do norte do Paraná ou as do sul de Mato Grosso, fato que provocou um crescimento da fronteira, em particular da agrícola, no sentido leste-oeste do Brasil.

Além disso, a desapropriação de terras para a construção de usinas hidrelétricas na

²⁷² LIMA, op. cit., p. 141-143.

²⁷³ COSTA, Elmar BONES da et alli. *História ilustrada do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CEEE/Já Editores, 1998, p. 274.

Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (RS) contribuiu para que agricultores daquela região adquirissem terras no sul de Mato Grosso, em especial pelo valor das mesmas, pois no sul de MT as terras eram aproximadamente 6 vezes mais baratas do que as terras daquela região do Rio Grande do Sul.²⁷⁴ Fazendeiros também venderam suas propriedades no RS para comprar terras no sul de Mato Grosso. Nesse caso os valores eram cerca de 10 vezes ou mais em conta do que o preço das terras gaúchas.²⁷⁵

Dados quantitativamente expressivos que de início chamam a atenção, mas que, não obstante, também não devem desviar a atenção do historiador, uma vez que esse pesquisador também precisa indagar sobre o processo no qual os dados surgiram, pois se isso não ocorre os dados numéricos passam a ser pensados como retratos fiéis da totalidade do ocorrido, tal como propõe Comte²⁷⁶, por meio da teoria filosófica do Sistema Positivista.

Nesse momento cabe uma indagação teórica e metodológica²⁷⁷ sobre os dados numéricos como fonte de pesquisa para o historiador, já que o pensamento filosófico positivista reforçou política e academicamente a idéia de que a neutralidade científica está contida nas fontes oficiais e nos dados numéricos.

Essa suposta neutralidade fundamentou-se teoricamente no decorrer da Idade Moderna, de início tendo como base os estudos de Bacon²⁷⁸, de Descartes²⁷⁹ e de Newton²⁸⁰. No século XVIII solidificou-se ainda mais com o Iluminismo inglês e com o francês e, sem dúvida, mais ainda, com o Positivismo de cunho evolucionista do século XIX, pois para o pensamento positivista qualquer realidade era passível de objetivação. Isto é, não havia realidade subjetiva que não pudesse ser transformada em realidade objetiva.

O positivismo²⁸¹ no Brasil, sobretudo o do início da República brasileira²⁸², também seguiu as linhas mais gerais do que ocorria na Europa²⁸³. Sendo assim, nada melhor do que externar a realidade por meio de documentos oficiais e através de números, uma vez que

²⁷⁴ GARCEZ, José Roberto e equipe "O Interior". *O grito do campo*. Porto Alegre: Associação Riograndense de Imprensa (ARI), 1986, p. 40-50.

²⁷⁵ PEBAYLE, R.; KOEHLIN, J. As frentes pioneiras de Mato Grosso do Sul: abordagem geográfica e ecológica. In: *Espaço e conjuntura*, São Paulo, USP, 1981.

²⁷⁶ COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

²⁷⁷ Essa indagação teórica e metodológica é necessária para explicitar que a suposta objetividade, precisão e neutralidade do sistema positivista como produtor de verdades universais por meio da consulta de fontes oficiais constitui apenas uma realidade ideológica enviesada. Enviesada pelo fato de ocultar outras representações a respeito da própria realidade histórica.

²⁷⁸ BACON, Francis. *Verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

²⁷⁹ DESCARTES, Rene. *Obra escolhida*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

²⁸⁰ NEWTON, Isaac Sir. *El sistema del mundo*. Madrid: Alianza, 1986.

²⁸¹ LINS, Ivan Monteiro de Barros. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1964.

²⁸² COSTA, João Cruz. O positivismo na República (Notas sobre a história do positivismo no Brasil) (I). In: *Revista de História*, São Paulo, USP, v. 7, n. 15-16, p. 97-131, 1953; Id., O positivismo na República (Notas sobre a história do positivismo no Brasil) (II). In: *Revista de História*, São Paulo, USP, v. 7, n. 15-16, p. 289-316, 1953.

²⁸³ CARVALHO, Jose Murilo. *A formação das almas: imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ambos eram portadores de imparcialidade e de neutralidade e não deixavam de explicitar, justamente por isso, a chamada 'verdade universal das coisas'. Vale frisar que essa concepção histórica encontrou, firmou e predominou sobre diversas outras realidades, solapando inclusive outras formas de pensamento vigorosas até então, tais como: o pensamento religioso e o pensamento empirista.

Passado o tempo, e também alteradas as formas de se pensar a realidade histórica, não se entende mais que a produção do conhecimento tenha que ter essa estrutura única, pois, pelo contrário, a não-neutralidade dos dados numéricos tornou-se, ao invés de demérito do pesquisador que selecionou suas fontes, mais um ponto-questão fundamental/relevante de ser analisado e compreendido em sua produção técnica, bem como do tipo de conhecimento que os estudos demográficos, estatísticos ou da estatística social produziram sobre os mais diversos sujeitos históricos.

Tendo em vista isso, certamente os estudos históricos e de inúmeras outras áreas disciplinares não tendem mais tão fortemente a considerar como imparciais as fontes que dizem expressar o todo da concretude histórica em números. Pelo contrário, pois “[...] nenhuma técnica é “neutra” [...]”²⁸⁴ e as fontes representadas por algarismos igualmente não o são.

E ainda menos mal que assim seja, já que é nessa não-neutralidade que o historiador encontra espaço propício para compreender os significados da não-neutralidade dos dados numéricos, não-neutralidade essa que diz tanto quanto as demais fontes, aqui em referência, sobretudo, às fontes impressas, uma vez que qualquer fonte porta consigo a possibilidade de ser apenas verdade parcial, mas que nem por isso é erro²⁸⁵. São apenas verdades incompletas, que carecem do confronto com outras fontes para que se possa realizar o trabalho de escrever sobre o passado e de compreender aspectos do presente.

O fato do número de um censo demográfico poder ser questionado sobre a sua veracidade ou falsidade com relação à realidade certamente não o torna menos importante como fonte para o trabalho do historiador. A tarefa de historiar vai além da simples ação de decretar cientificamente, se bem que o historiador não precisa, e nem é aconselhável, fazer isso, o que vem a ser o “certo” e o “errado”.

O historiador busca compreender como se deu a construção do “fato”²⁸⁶ que é entendido, muitas vezes, de forma simplista, como sendo apenas aquilo que vem a ser o “formal” e o “informal”, o “central” e o “periférico”, o “legal” e o “ilegal”, o “adequado” e o “inconveniente”.

O historiador busca o pulular, o surgir, a guinada de posição, o emergir dos “fatos” e

²⁸⁴ FURET, François. *A oficina da História*. Lisboa: Gradiva, 1988, p. 60.

²⁸⁵ SCHAFF, Adam. *História e verdade*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

²⁸⁶ NORA, Pierre. O retorno do fato. In: _____. *História, novos problemas, novas abordagens, novas*

não propriamente apenas busca decretar os seus juízos de valor sobre outros juízos de valor já existentes na sociedade e que não são 'naturais'²⁸⁷ para todos os seres humanos, pelo contrário, são quase sempre particulares e, por vezes, específicos de determinado momento histórico.

Embora compreendendo esse surgir o historiador não deixe de 'compreender', também, os agentes históricos e as relações de poder nas quais os "fatos" foram construídos ou impostos socialmente por meio da cultura²⁸⁸.

Na busca por 'compreender' esse ocorrido no outrora é válido que o historiador utilize o que desse passado há de registrado. Sem dúvida os números dos censos contêm algo desse passado: é isso que importa ao historiador e ao trabalho por ele realizado e não necessariamente a questão de uma fonte ser mais ou menos digna de veracidade, pois ao empreender tal forma de pensamento o historiador aproxima-se teórica e metodologicamente do pensamento positivista²⁸⁹. Por isso existe a necessidade acadêmica e social de se pensar o que esses dados numéricos deixaram transparecer e o que não explicitaram.

Nesse sentido cabe ao historiador igualmente pensar também o que os números deixaram de revelar e não menos até mesmo o que o procedimento metodológico da pesquisa utilizada nos censos não conseguiu externar, ou externou dubiamente, sobre a realidade histórica da Campo Grande urbana das décadas de 1960 e de 1970 e, com isso, compreender com mais detalhes os conflitos e as tensões que se estabeleceram no espaço urbano-citadino de Campo Grande, sobretudo cotejando os dados numéricos dos censos com as demais fontes, nesse caso em particular com as fontes impressas coletadas no Arquivo do Jornal Correio do Estado e no Arquivo Histórico de Campo Grande.

Cotejar tais fontes direciona o historiador a pensar, como mencionou Raymond Williams²⁹⁰, o residual e o emergente, as permanências e as alterações das fontes, que nesse caso são em grande parte dados numéricos populacionais, em especial os referentes ao "processo de urbanização"²⁹¹ registrados na cidade de Campo Grande. Para fazer isso é

perspectivas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 181-184.

²⁸⁷ 'Naturais' não porque provém do que é biologicamente dado, mas sim pelo fato de serem construções históricas. Nessa perspectiva um dos ofícios do historiador também não deixa de ser o de desnaturalizar o que socialmente predomina como sendo historicamente 'natural', quando na verdade não o é.

²⁸⁸ Entende-se cultura como construída e como construtora de relações sociais que ocorreram por meio do entrelaçamento das práticas objetivadas e subjetivadas dos sujeitos históricos, em determinado espaço de uma realidade histórica. A cultura é, portanto, constituidora da identidade e, ao mesmo tempo, da distinção.

²⁸⁹ COSTA, João Cruz. Augusto Comte e as origens do positivismo (I). In: *Revista de História*, São Paulo, USP, v. 1, n. 1-4, p. 363-389, 1950; Id., Augusto Comte e as origens do positivismo (II). In: *Revista de História*, São Paulo, USP, v. 1, n. 1-4, p. 527-545, 1950; Id., Augusto Comte e as origens do positivismo (III). In: *Revista de História*, São Paulo, USP, v. 2, n. 5-6, p. 81-103, 1951.

²⁹⁰ WILLIAMS, op. cit., 1979.

²⁹¹ No artigo intitulado "O urbanismo: entre a cidade e o território", a autora Regina Maria Prosperi Meyer alerta que não é necessário que se faça uma oposição entre o "rural" e o "urbano". "A evidência de um processo de urbanização difusa que avança para áreas cujas características são muito indefinidas, nem propriamente urbanas nem tampouco rurais, aponta para a presença de uma forma de ocupação do território que vem sendo

necessário pensar o desenvolvimento da economia nacional e das políticas públicas e privadas de “integração” existentes no oeste brasileiro como um complemento da economia do leste do Brasil.

Entretanto, no decorrer da década de 1940 o processo de ocupação do oeste foi mais nítido em algumas localidades, como na de Dourados, mas mesmo assim não era algo expressivo ao ponto de eliminar os “espaços vazios”, pois esses locais continuavam quase que sem produzir mercadorias de valor para o capitalismo, ou seja, mercadorias que pudessem ser vendidas e, por meio disso, obtivesse-se lucro e mais-valia.²⁹²

Essa situação foi alterada parcialmente na primeira metade da década de 1950, pois o Estado de Mato Grosso, em particular nos governos de Fernando Corrêa da Costa e de João Ponce de Arruda. No governo de Corrêa da Costa o Estado de Mato Grosso

[...] celebrou contratos para colonização de terras, em glebas especialmente reservadas para este fim, com as seguintes empresas:

- 1) – Empresa Colonizadora Rio Ferro Ltda., (Grupo Matsubara);
- 2) – Sociedade de Agricultura e Colonização Araraquara-Mato Grosso;
- 3) – Consórcio Industrial Bandeirante de Incentivo à Borracha S.A.;
- 4) – Companhia Comercial de Terras Sul do Brasil S.A.;
- 5) – Companhia Agrícola e Colonizadora S.A. (CAEC);
- 6) – Companhia Colonizadora Cuiabá Ltda.;
- 7) – Companhia Colonizadora Mato Grosso-Paraná Ltda.;
- 8) – Casa Bancária Financeira Imobiliária (Grupo Brunini);
- 9) – Imobiliária Ipiranga (Grupo Boralli & Held);
- 10) – Colonizadora e Imobiliária Real S.A.;
- 11) – Empresa Agropecuária Extrativa Mariópolis Ltda. (Capem Ltda. – Grupo Kohama);
- 12) – Construções e Comércio Camargo Correia S.A.;
- 13) – Companhia Panamericana de Administração;
- 14) – Companhia de Terras do Aripuanã S.A.;
- 15) – Empresa Colonizadora Industrial Agrícola Pastoril Ltda.;
- 16) – Industrial Colonizadora Continental S.A.;
- 17) – Scrivanti Siqueira & Cia;
- 18) – Colonizadora São Paulo-Goiás-Mato Grosso Ltda.;
- 19) – Colonização e Melhoramentos Mato Grosso Ltda.²⁹³

Segundo o próprio Campos, a maior parte dos contratos de colonização não vingou devido irregularidades, por isso foram cancelados pelo poder público de Mato Grosso. Fato esse que, no entender de Fausto, não contribuiu para o “progresso” estadual. Ele entendia que era preciso alterar a estrutura fundiária estadual para possibilitar “progresso” ao Estado de Mato Grosso, pois a contribuição dos latifúndios, alguns com mais de 500.000 mil

descrita como um tipo específico de suburbanização sem limites. Um grande conjunto de dados e análises confirma que a partir das duas últimas décadas do século XX um ciclo iniciado no século XVIII, de contínua dissolução da organização específica e dos limites físicos dos dois universos – o urbano e o rural – chegou a seu término. O conceito de urbanização difusa foi criado para descrever esse novo e intenso fenômeno.” (MEYER, Regina Maria Proserpi. O urbanismo: entre a cidade e o território. In: *Ciência & Cultura*, São Paulo, v. 58, n. 1, jan./mar. 2006, p. 39).

²⁹² MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

²⁹³ CAMPOS, Fausto Vieira de. Op. cit., p. 94.

hectares, outros até com mais de 1.000.000 milhão de hectares, era muito reduzida, até porque não havia sujeitos suficientes para fazer com que tais terras produzissem algo com valor de troca.

As grandes extensões de terras quase sem nenhuma ocupação serviam para “[...] entravar o ritmo do progresso do Estado.”²⁹⁴ Era preciso possibilitar o acesso de pessoas, ou seja, de colonos às terras de Mato Grosso. Sendo assim, era extremamente importante ocupar o território e sobre ele existir pessoas trabalhadoras, cujo trabalho produzisse mercadorias que podiam ser vendidas. Realidade que estava sendo, de uma forma ou outra, materializada pelas empresas privadas de colonização que atuavam em Mato Grosso. Em suma, com essas empresas atuando era possível, no entender de Fausto,

[...] ampliar o território civilizado e fixar-se nêle o contingente humano que vive à margem nos grandes centros demográficos, à falta de ocupação rendosa para o trabalho ou de perspectiva melhor para o futuro. Cria-se, assim, a oportunidade que possibilita ao homem a concretização de um desejo justo de progresso e de bem-estar.”²⁹⁵

A preocupação em “ampliar o território civilizado” encontra uma possível justificativa quando é considerada a densidade demográfica do Estado de Mato Grosso. Em 1950 estava em “[...] 0,41 habitantes por km² e em 1953 (era) de 0,44 [...]”²⁹⁶ habitantes por km². Além disso, ficou explícito que esse aumento da densidade demográfica servia a dois objetivos: por um lado diminuía a parcela de sujeitos sem trabalho que estavam nos “grandes centros demográficos”, provavelmente como São Paulo e Rio de Janeiro, e por outro proporcionava a esses mesmos sujeitos sem ocupação um “trabalho” e um “melhor futuro”, que era algo que eles não tinham nesses “grandes centros demográficos”.

Vindo povoar, ocupar, colonizar e, dessa forma, inevitavelmente aumentar a densidade demográfica do Estado de Mato Grosso esses mesmos sujeitos tinham condição de materializar outra realidade para suas vidas, que para Campos consistia em “progresso” e em “bem-estar”. Além desse escrito de Campos, que data inicialmente de 1955, foram impressos outros materiais que também possuíam certo convite ou incentivo ao povoamento de Mato Grosso via colonização privada, como no caso de matérias veiculadas por meio da revista Brasil-Oeste.

Na década de 1950 existiu na imprensa escrita que circulou em vários Estados do Brasil um chamamento à migração de pessoas para o oeste do território brasileiro. Isto é, um “chamamento por sangue novo”. Tais matérias foram publicadas em revista de circulação nacional e de publicação trimestral chamada revista Brasil-Oeste. Essa revista foi lançada em janeiro de 1956 e tinha como propósito maior o de divulgar as oportunidades,

²⁹⁴ CAMPOS, Fausto Vieira de. Op. cit., p. 100.

²⁹⁵ Ibid., p. 93.

sobretudo agro-pastoris e industriais²⁹⁷, dos Estados de Mato Grosso, de Goiás e do Território de Rondônia.

Essa revista contribuiu, em parte, também para divulgar um projeto que idealizou uma imagem positiva do Estado de Mato Grosso para o restante do Brasil, em especial para o Brasil litorâneo e “civilizado”, assim como as políticas do governo Fernando Corrêa da Costa ou do governo João Ponce de Arruda²⁹⁸, também o fizeram.

O “chamamento por sangue novo” ilustra essa realidade. As propagandas, que ocupavam em torno de 35% de uma página de papel A-4 (210 x 297mm), eram uma das formas de se chamar a atenção do leitor para a existência de oportunidades em todas as localidades de Mato Grosso.

Uma outra forma, porém mais sutil de envolver positivamente o leitor da Revista Brasil-Oeste, era por meio de fotos, dados quantitativos de crescimentos agrícola e industrial, reportagens e entrevistas que explicitavam Mato Grosso como uma localidade carente de pessoas, sendo que com a presença destes “outros”²⁹⁹ sujeitos era possível ocorrer um grande crescimento econômico e, conseqüentemente, o “progresso” era o fruto mais expressivo para tal empreitada rumo ao Oeste brasileiro: todos que apostassem em Mato Grosso tinham os louros da vitória como um benefício certo.

A agropecuária e a indústria foram os setores da economia que mais relevância tiveram nas publicações da revista Brasil-Oeste. O quadro 1, com a transcrição literal de um anúncio sobre terras em Mato Grosso externa a linguagem utilizada na imprensa escrita da segunda metade da década de 1950, com o objetivo de encorajar “sangue novo” à vir ao oeste do Brasil.

²⁹⁶ CAMPOS, Fausto Vieira de. Op. cit., p. 97.

²⁹⁷ MENSAGEM DE ANO NÓVO. *Revista Brasil-Oeste*, São Paulo, ano 12, n. 120, p. 3, jan. 1967.

²⁹⁸ O “[...] objetivo principal do governo do Estado, ou melhor, do governo de Fernando Corrêa da Costa, era promover a venda de terras devolutas, não importando a quem, desde que o interessado pudesse adquiri-las.” (VASCONCELOS, Cláudio Alves de. A colonização contemporânea no Brasil e suas implicações sobre a sociedade brasileira. In: *Fronteiras: Revista de História da UFMS*, Campo Grande, v. 1, n. 1, 1997, p. 82). Já no governo de João Ponce Arruda, “[...] o plano de “colonização” em terras públicas, desenvolvido pelo governo anterior, foi abandonado formalmente, para induzir-se a venda das terras já comprometidas por contratos (contratos não cumpridos nos termos da lei). Permanece a política de venda das terras devolutas mas a iniciativa de colonização será, a partir desse momento, não mais do governo mas de particulares. [...] De qualquer forma, entretanto, o que se constata é que no decorrer dos anos 50 teve lugar em Mato Grosso um acelerado processo de apropriação privada das terras do Estado. O conjunto das terras sob o domínio de particulares – compreendidas as propriedades individuais ou outras formas de propriedade particular – teve um acréscimo de 3.138.118 ha, o que corresponde a 2,48% de toda área do Estado.” (Ibid., p. 83).

²⁹⁹ Os “outros” eram pessoas que tinham como objetivo investir e/ou residir no Estado de Mato Grosso. Archimedes Lima ilustra bem quem eram esses “outros”, pois escreveu que Mato Grosso precisava de “homens válidos” economicamente, pois esses sim “representam algo na nossa economia, como fatores de produção – êste é o grande problema de Mato Grosso”. Então, os “outros” aqui são sujeitos que trabalham e produzem

Quadro 1. Propaganda de terras em Mato Grosso: 1957

Terras³⁰⁰

Terras em Mato Grosso

As melhores do Brasil:

- 1 – livres de geadas e de tempestades de granizo;
- 2 – apropriadas a todos os gêneros de lavouras, particularmente à do CAFÉ;
- 3 – dotadas de abundantes aguadas e de vegetação de alto porte;
- 4 – sujeitas a um regime regular de precipitação de chuvas, o que favorece alto rendimento de produção;
- 5 – servidas por meios rápidos de transportes.

Dispomos de ótimas glebas em várias regiões do Estado, a preços módicos e com facilidades de pagamento.

IMPORTANTE – Antes de adquirir terras no Estado de **Mato Grosso**, consulte-nos sem compromisso. Atendemos a pedidos de informações por meio de carta.

Departamento Imobiliário do Oeste Brasileiro

Matriz: **CUIABÁ (MT)**
Escritórios: **São Paulo** - (SP) – Praça da Sé, 184
4.º andar – Conj. 401 – Fone: 35-0594
Maringá - (PR) – Av. Brasil – Edifício Amazonas, Sala 105 – Fone: 1184

No anúncio de terras, o adjetivo “melhores”, que caracteriza a qualidade do produto, ou seja, da própria terra como bem comprável, e portanto privado, traz consigo um poder de afirmação, que é, neste caso, subjetivo e na lógica da mesma representação contraditória. Porém, a constituição lingüística da afirmação que caracterizava as terras em questão não coincide com a realidade subjetiva, pois no sul de Mato Grosso havia: geadas, tempestades de granizo e os meios de transportes não eram, na maioria das vezes, rápidos, uma vez que em muitos lugares nem sequer havia vias de transporte rodoviário que fossem interligadas com vias de outros Estados do Brasil, daí a contradição do ‘projeto’ discursivo da revista Brasil-Oeste frente à realidade.

De concreto nessa direção foi concluído em 1969 o asfaltamento da BR-267. No total foram 359 quilômetros de asfalto que interligaram por meio de uma estrada de rodagem, considerada moderna, a cidade de Campo Grande, também conhecida como “Capital Morena”, até a fronteira do Estado de São Paulo. Porém, foi na década de 1970 que as rodovias asfaltadas começaram a melhor interligar Campo Grande com as principais municipalidades do sul de Mato Grosso.

Em 1972 a BR-163 (Campo Grande-Cuiabá) já tinha alguns trechos asfaltados, mas a completa pavimentação asfáltica da mesma foi inaugurada somente em fevereiro de 1974 pelo então general-presidente Médici.

Já a BR-262 (Campo Grande-Três Lagoas) ainda não estava completamente asfaltada em 1979, embora os trabalhos para pavimentá-la estivessem nos planos orçamentários do governo federal, por meio de verbas provenientes da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), e também nos anseios de alguns segmentos da sociedade do sul de Mato Grosso, uma vez que a sua conclusão foi

mercadorias com valor de troca no sistema capitalista.

³⁰⁰ TERRAS EM MATO GROSSO. *Revista Brasil-Oeste*, São Paulo, ano 2, n. 11, p. 32, mar. 1957.

anunciada em outubro de 1979 pelo então general-presidente Figueiredo, quando de sua visita à cidade de Três Lagoas. Ocasão esta que contou com a presença de várias lideranças da região, dentre as quais os pecuaristas, lavoureiros e comerciantes.

Com essa infra-estrutura rodoviária posta o sul de MT teve mais condições de escoar a produção agrícola e demais produtos, como a carne bovina, para os centros consumidores, notadamente para as Unidades Federativas litorâneas do Complexo Regional do Centro-Sul, fato esse que sinaliza para uma maior integração do território e da economia local à nacional, modernização que se concretizou, efetivando, em parte, sua ligação com a modernização do leste-litoral, algo muito positivo para os partidários desse ‘projeto’ de sociedade para o Oeste brasileiro, em particular para Campo Grande. Um exemplo desse ‘projeto’ está no texto do quadro 2.

Quadro 2. Propaganda de indústrias em Mato Grosso: 1957

Indústrias³⁰¹

SRS INDUSTRIAIS!

MATO GROSSO, com uma população de cerca de 600 mil habitantes, constitui ótimo mercado consumidor, maximé levando-se em conta que é relativamente pequeno o parque industrial do Estado, o que obriga os seus contingentes populacionais a se abastecerem com os produtos originários de São Paulo, Distrito Federal, Minas Gerais, Rio Grande do Sul etc.

A conquista desse grande mercado, atualmente, representa preocupação permanente das grandes indústrias nacionais e estrangeiras que nêlo estão atuando em meio de uma concorrência relativamente ativa.

BRASIL-OESTE é, presentemente, uma das revistas de maior circulação no Estado de Mato Grosso, além de fazer grande cobertura publicitária na Capital e no Interior de São Paulo, no Norte do Paraná, no Sul de Minas Gerais, em Goiás, no Rio Grande do Sul e nos demais Estados do País.

A propaganda industrial em BRASIL-OESTE é, por conseguinte, eficiente e produtiva.

Referente ao anúncio do quadro 2, este enfatizava que Mato Grosso tinha aproximadamente 600 mil habitantes, entretanto, os mesmos compravam produtos fabricados em outros Estados do Brasil. Com esta externalização, justificava-se a necessidade de novas indústrias instalarem-se em Mato Grosso, afinal, os futuros industriais estavam perdendo uma oportunidade ímpar, uma vez que, se não o fizessem, um outro sujeito ia fazê-lo, pois MT era um “grande mercado”, segundo palavras do próprio anúncio. Certamente esses anúncios contribuíram para que algumas pessoas migrassem para Mato Grosso.

No entanto, foi por meio da “expansão da fronteira agrícola” rumo ao oeste do Brasil, em especial a ocorrida nos Estados de Goiás e de Mato Grosso, no território chamado de Planalto da Bacia Sedimentar do Paraná e com solos do tipo latossolo vermelho-escuro e do tipo latossolo roxo, e particularmente nas áreas de planalto e com vegetação de matas e de cerrado, que foi implantada a “modernização agrícola” que se deu no decorrer das décadas de 1960 e de 1970.

³⁰¹ SRS. INDUSTRIAIS. *Revista Brasil-Oeste*, São Paulo, ano 2, n. 11, p. 14, mar. 1957.

Modernização essa que transformou o espaço brasileiro, causou impactos populacionais no campo e nas cidades³⁰², mas não menos também transformou o espaço urbano³⁰³. Uma vez que no Brasil, ao longo da década de 1970, aproximadamente “[...] 16 milhões de pessoas deixaram uma residência rural para ir morar nas cidades.”³⁰⁴

Essa “expansão da fronteira agrícola” para o oeste do Brasil transformou os espaços rurais e os urbanos porque promoveu, inevitavelmente, a ocupação mecanizada de terras já ocupadas pela agricultura tradicional. Mecanizar as lavouras era inclusive um dos objetivos políticos do então governador do Estado de Mato Grosso, o engenheiro Pedro Pedrossian. No Álbum especial de seu governo, denominado Mato Grosso, um salto no tempo, datado de 1971, consta no item referente ao setor da agricultura e da pecuária que o

[...] principal efeito da política agrícola adotada pelo Govêrno foi [...] a mudança de mentalidade que se operou no produtor matogrossense, que começou a abandonar os métodos empíricos e tradicionais da exploração agrícola, para reclamar condições que lhe permitam tirar um maior proveito da terra. Com o objetivo de atender a êsses novos anseios, o Govêrno importou 380 tratores, certo de que a mecanização bem orientada é eficaz meio para conseguir o aumento da produtividade. Essas máquinas, adaptadas às condições topográficas do Estado, serão colocadas à disposição do agricultor.³⁰⁵

Fora isso também foram ocupadas terras que não eram utilizadas pela agricultura tradicional, isto é, terras novas, sendo que a maior parte dessas terras, tanto das tradicionais como das novas, precisavam ser próximas de centros consumidores e necessitavam de um sistema viário, sobretudo por meio de rodovias, que possibilitasse o escoamento da produção para esses mesmos centros consumidores, sejam eles nos próprios Estados de Goiás ou de Mato Grosso ou nos Estados do litoral brasileiro, uma vez que eram nas maiores cidades que geralmente havia agro-indústrias que beneficiavam a produção agro-pecuária produzida com a “expansão da fronteira agrícola” e com a mecanização da agricultura e da pecuária brasileiras.

O Estado brasileiro, em especial no período do Golpe Militar (1964-1985) e, em particular, nos governos dos generais-presidentes Médici e Geisel, viabilizou a “expansão da fronteira agrícola” e a própria “modernização conservadora do campo” no Brasil, que foi uma política realizada no pós-1964 que objetivou transformar os grandes latifúndios improdutivos

³⁰² ROSINA, Leonice. *Impactos da modernização agrícola na população do Mato Grosso do Sul*. 2004. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, 2004.

³⁰³ MARTINS, Silmara Ribeiro. *O fenômeno da urbanização no Estado do Mato Grosso do Sul*. 2000. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Curso de Graduação em Geografia, Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, 2000.

³⁰⁴ MARTINE, George. Êxodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola. In: _____; GARCIA, Ronaldo Coutinho (Orgs.). *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987, p. 59.

³⁰⁵ *Mato Grosso, um salto no tempo*. Álbum especial do Govêrno Pedro Pedrossian. RODRIGUES, Carlos. (Editor responsável). FELÍCIO, Benedicto; RODRIGUES, Amadeu (Coords.). GONÇALVES, J. O. Barbosa.

do Brasil em grandes empresas rurais produtivas, visando principalmente exportar a produção das mesmas. Situação essa que não incutiu, na prática, ao acesso, a permanência e o desenvolvimento do pequeno trabalhador rural, uma vez que mais de 15 milhões de trabalhadores brasileiros deixaram o campo nas décadas de 1960 e de 1970.

O modelo agropecuário de “modernização conservadora do campo” tinha como características fundantes: priorizar culturas comerciais de grãos – sobretudo a da soja –, aplicar elevado conteúdo de insumos nas atividades de produção, mecanizar o máximo possível as atividades de plantio e de colheita, viabilizar crédito bancário para custeio das culturas e pouca preocupação para com os aspectos social e ambiental dos espaços e do entorno das áreas ocupadas, sejam elas rurais ou urbanas, pelas atividades agro-pecuárias ditas modernas.³⁰⁶

Essas ações tinham como intuito materializar a chamada “**Política de Integração Nacional**”, que foi posta em prática por meio de determinados ‘projetos’, cada qual com objetivos específicos, porém, todos tentando integrar economicamente o Brasil. Integração essa que contribuiu, por vezes, para aumentar a concentração fundiária e, de toda forma, intensificou os processos de êxodo rural e, conseqüentemente, de urbanização.

No entender do professor Cristovam Buarque, essa modernização fabricou “pobreza”.

A pobreza não é um fenômeno novo. Mas agora ela é fabricada, como conseqüência das decisões de modernização. A crise urbana foi induzida pela ênfase na industrialização; a modernização agrícola agravou a fome; a desigualdade social deriva das decisões econômicas para viabilizar a modernização.³⁰⁷

São exemplos nacionais desses ‘projetos’ de modernização que fabricaram “pobreza” para milhões de brasileiros, embora tenham igualmente fabricado fortuna para outros poucos sujeitos, nem sempre brasileiros: a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE, de 1959), a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM, de 1966, em substituição a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – Spvea, de 1953), a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) e a Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO, de 1967), que foi criada na gestão do general-presidente Costa e Silva.

A SUDECO foi criada em 1967 e substituiu

[...] a Fundação Brasil Central (FBC), cujo objetivo principal era a

(Redação). MARRET, Pierre; FRANÇA, Licurgo. (Fotos). Brasília: C. R. Editôra, 1971, s/p).

³⁰⁶ SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE (SUDECO). *Plano de Desenvolvimento Regional do Centro-Oeste (1987-1989)*. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 1988, p. 48.

³⁰⁷ BUARQUE, Cristovam. *O colapso da modernidade brasileira e uma proposta alternativa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 17.

integração do Sudeste brasileiro industrializado com a Amazônia, via construção de rodovias.

A partir de 1975, já no II Plano Nacional de Desenvolvimento, dentro do contexto de crise (mundial) do petróleo e da política de “produção de alimentos e matéria-prima” para exportação, a SUDECO implementou os Programas Especiais, que tinham (entre vários objetivos) o papel de viabilizar as mudanças necessárias ao modelo econômico implantado (já na década de cinquenta), mas que nos anos pós-1964 se intensificariam e teriam no governo militar e ditatorial instalado toda a possibilidade de realizar-se plenamente, estando alicerçado na aliança do *Estado Nacional com capital nacional e internacional* [...], na qual prevaleceriam os interesses dos grandes monopólios industriais.

Esse modelo determinaria a reorganização da agricultura brasileira, que cada vez mais estaria subordinada a indústria e afetaria o cotidiano e a vida dos sujeitos envolvidos. Esse modelo promoverá também a inserção definitiva do então Mato Grosso no âmbito do projeto nacional de desenvolvimento, como um espaço de ocupação necessária.

Por um lado, “caminho” a ser trilhado para se chegar até a Amazônia brasileira (política de rodovias e de migração no sentido norte-sul), por outro, capacidade produtiva para ampliar a exportação e a balança comercial.

Nesse sentido, os diferentes papéis assumidos (pelo sul e pelo norte) promoverão diferenças de políticas de ação e de resultados que se darão pela capacidade de se estabelecer conciliação das frações dominantes de classe, no âmbito nacional (e também regional), com os interesses do capital monopolista multinacional.

O Norte atrairá o capital especulativo (compra de terras) e de exploração de riquezas naturais (madeira, látex, minérios etc), além de absorver a população de migrantes induzidos ou espontâneos, que para lá se dirigiram em busca de terras para produzir e, até enriquecer. O Sul incrementará ainda mais o investimento na produção agropecuária e será visto como alternativa para a desconcentração industrial.

Nesse processo, a SUDECO e também a SUDAM (no Norte de Mato Grosso), desempenharão papéis importantes, com a implantação das áreas-programa dos Programas Especiais criados na vigência do II Plano Nacional de Desenvolvimento, quais sejam: POLOAMAZÔNIA, POLOCENTRO, PRODEPAN E PRODEGRAN.

Foi uma estratégia que incorporou o *espaço mato-grossense* dentre as áreas que deveriam receber investimentos para promover o que a SUDECO chamou de “fronteira econômica”, substituindo a agricultura de subsistência e a policultura em favor da monocultura comercial para a ampliação dos mercados nacional e de exportação e absorvendo população excedente.³⁰⁸

Em síntese, alguns dos objetivos iniciais da SUDECO eram:

- 1) a realização de programas, pesquisas e levantamentos do potencial econômico da região para efetivar as ações de curto e longo prazos;
- 2) a definição dos espaços econômicos suscetíveis de desenvolvimento planejado, com a fixação de pólos de crescimento capazes de promover o desenvolvimento das áreas vizinhas;
- 3) concentração de recursos em áreas selecionadas em função do seu potencial e da sua população;
- 4) adoção de política imigratória para a região; incentivo e amparo às atividades econômicas, principalmente no setor primário e serviços

³⁰⁸ ABREU, Silvana de. O Mato Grosso do Sul no contexto das políticas regionais de desenvolvimento. In: *Colóquio Internacional de Desenvolvimento Local*. O desenvolvimento na perspectiva do desenvolvimento humano. Disponível em: <<http://www.ucdb.br/coloquio/arquivos/silvana.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2006, p. 4-5.

- básicos;
- 5) coordenação e concentração da ação governamental nas tarefas de pesquisa, planejamento, implantação e expansão de infra-estrutura econômico-social, reservando à iniciativa privada as atividades agropecuárias, industriais, mercantis e de serviços básicos rentáveis;
 - 6) a elaboração dos Planos Diretores Setoriais, o acompanhamento de sua execução e a promoção das revisões anuais, tendo em vista os resultados obtidos.³⁰⁹

Esse órgão público, como o próprio nome afirmava, era uma Superintendência de Desenvolvimento “de e para”³¹⁰ a Região Centro-Oeste do Brasil que tinha como base os chamados Programas Especiais que foram criados por meio do I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

De maneira bem ampla os Programas Especiais objetivavam melhorar a situação dos transportes, da energia, da armazenagem, das comunicações, da produção, da produtividade e das condições sócio-econômicas das pessoas dos espaços de sua atuação institucional. São exemplos desses Programas Especiais³¹¹: o PLADESCO, o PRODOESTE, o PRODEPAN, o PRODEGRAN e o POLOCENTRO.³¹²

O Plano de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro-Oeste (PLADESCO), que vigorou de 1968 a 1970, tinha como objetivos centrais expandir os mercados e ampliar a produção de produtos minerais e vegetais, tais como ferro e soja.

Os objetivos presentes no PLADESCO voltavam-se para: 1) elevar a participação do produto regional, na formação do PIB, de 3,3% para 5% até o fim dos anos 70, isso considerando que a população da região correspondia a apenas 5% da nacional; 2) melhorar a distribuição participativa entre os setores primário, secundário e terciário; e 3) elevar a participação da indústria na formação do Produto Regional Bruto (PRB), de 5,5% para 10% até 1974.³¹³

O Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE), que vigorou no período de 1972 a 1974, tendo como área de abrangência o sul do Estado de Mato Grosso, o Estado de Goiás e o Distrito Federal, tinha como objetivo central o de dotar os Estados da Região Centro-Oeste do Brasil de infra-estrutura de transportes, notadamente de rede rodoviária, para que com isso fosse possível escoar a maior parte da produção agropecuária desses Estados para as Regiões Sudeste e Sul do Brasil, que por sua vez tinham

³⁰⁹ ABREU, Silvana de. *Planejamento governamental: a SUDECO no espaço mato-grossense: contexto, propósitos e contradições*. 2001. 328 f. Tese (Doutorado de Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2001, p. 74-75.

³¹⁰ DE e PARA a lógica racionalizante do progresso econômico, que representou, na verdade justificou, todo tipo de prática econômica frente à realidade dos sujeitos históricos.

³¹¹ “Além desses Programas Especiais, a Região (atual Estado de Mato Grosso do Sul) era beneficiada por programas setoriais e linhas de crédito, inclusive para a pecuária, como o BIRD 516/BR, o BIRD 868/BR, o PRODEPE, o PRONAP e o PROCAL, hoje inexistentes.” (MATO GROSSO DO SUL (Estado). *O Centro-Oeste e a retomada do desenvolvimento nacional: proposições de Mato Grosso do Sul ao I PND da Nova República/NR*. Campo Grande: FIPLAN, 1985, p. 13).

³¹² *Ibid.*, p. 14.

portos para exportar os produtos, tais como grãos e carnes.

Além de constituir uma rede de transportes, também era objetivo do PRODOESTE realizar saneamento geral dos animais, em especial os bovinos, implementar frigoríficos e até retificar o curso de rios para melhor aproveitamento das terras.

O Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN), que existiu de 1975 a 1978, sendo que a área de sua abrangência foi o Pantanal Mato-Grossense, tinha os seguintes pontos de atuação como essenciais: transportes (36,4% dos recursos), energia (27,3%), saneamento (17,4%), pecuária (10,6%) e indústria (8,3% dos recursos).³¹⁴

O Programa Especial de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados (PRODEGRAN), que teve início em 1976 e foi extinto em 1978, tinha como área de atuação o território da Grande Dourados. O objetivo central foi o de fomentar na região abrangida pelo referido programa uma agricultura de alta produtividade. Além disso, visou melhorar a produção agrícola da região denominada à época de sul do Estado de Mato Grosso.

O PRODEGRAN atuou nessas municipalidades constituintes de um espaço denominado como Região da Grande Dourados, tendo certamente o objetivo de aumentar a produtividade agrícola e as áreas agricultáveis, algo que de fato ocorreu, pois a área agrícola plantada cresceu mais de 1000% em algumas municipalidades e a quantidade de grãos produzidos aumentou em média 500% na Região da Grande Dourados.

Esse programa abarcou, de início, mais de 20 municipalidades. Quais sejam: Amambai, Anaurilândia, Antonio João, Bataguassu, Bataiporã, Bela Vista, Caarapó, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Guia Lopes da Laguna, Iguatemi, Itaporã, Ivinhema, Jardim, Jateí, Maracaju, Naviraí, Nova Andradina, Ponta Porã, Rio Brillhante e Sidrolândia.

O Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), que vigorou de 1975 a 1979, teve como área de atuação a Região Centro-Oeste e parte do Estado de Minas Gerais. O objetivo principal foi o de incorporar áreas do cerrado brasileiro até então não ocupadas ou até mesmo as ocupadas pela agricultura tradicional, dotando-as de meios para produzir alimentos e, com isso, exportar essa produção, que na maior parte era de grãos.

Diante dessa exposição a respeito dos Programas Especiais que foram criados pela SUDECO na década de 1970 ficou, mesmo com uma externalização extremamente reduzida³¹⁵ de tais ações públicas, explícito que tais ações tinham como fator-comum o de fazer com que as terras da Região Centro-Oeste produzissem algo, nesse caso alimentos de origem

³¹³ ABREU, Silvana de. Op. cit., p. 86-87.

³¹⁴ PRODEPAN. In: MATO GROSSO (Estado). *Pantanal, nova fronteira econômica*. I Encontro do PRODEPAN: conferências, proposições e subsídios, 22 a 27 de julho de Corumbá. Brasília: Senado Federal, 1974, p. 17.

³¹⁵ Para uma análise muito mais pormenorizada dos Programas Especiais da SUDECO ver o texto de ABREU, Silvana de. Op. cit., p. 74-197.

animal (carne bovina) e, sobretudo, vegetal (soja, milho e trigo).

Em 1960 o Estado de Mato Grosso tinha 373.737 mil hectares ocupados com áreas de lavouras. Desse total 62.917 mil hectares eram de lavouras permanentes e 310.820 mil hectares de lavouras temporárias. Na década de 1970 já eram 753.749 mil hectares agricultáveis, sendo 60.633 mil hectares ocupados em lavouras permanentes e 693.116 mil hectares em lavouras temporárias.

No ano de 1980, quando o outrora sul do Estado de Mato Grosso já era Estado de Mato Grosso do Sul, a área de lavouras era de 1.629.057 milhão de hectares, sendo 52.226 mil hectares de lavouras permanentes e 1.576.831 milhão de hectares de lavouras temporárias. O Estado de Mato Grosso tinha, por sua vez, em 1980 uma área de lavouras com 1.589.308 milhão de hectares ocupados.³¹⁶

Dados esses que indicam que realmente parte dos objetivos inicialmente propostos pela SUDECO foram concretizados, particularmente nos aspectos da incorporação de novas terras ao cultivo agrícola e da produção de grãos: as terras agricultáveis ocupavam no início da década de 1970 cerca de 15% do território de Mato Grosso, já no final da década de 1970 ocupavam mais de 60% desse território, mas mesmo assim a pecuária continuou como a atividade mais expressiva na economia estadual; a produção de grãos, por sua vez, representava aproximadamente 7% da economia de Mato Grosso em 1970 e no final dessa década atingiu cerca de 40% do montante da produção. A economia da Região Centro-Oeste, para exemplificar ainda mais, cresceu em média 10,7% na década de 1970, sendo que a economia brasileira cresceu 7,5% nesse mesmo período.³¹⁷

Lenine Campos de Póvoas, que era natural de Cuiabá e tinha concluído em 1945 o bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, afirmou que em Mato Grosso, por ele chamado de “grande Estado Central” do Brasil, estava sendo realizada no decorrer das décadas de 1960 e de 1970 uma “autêntica revolução agrícola”.

Multiplica-se, de modo impressionante, a área cultivada; aperfeiçoam-se os métodos agrícolas, com a rápida mecanização; instalam-se centros experimentais; surgem as usinas de calcários e introduz-se o hábito da correção dos solos; utiliza-se a aviação agrícola para a pulverização das lavouras; o crédito agrário é levado aos produtores em níveis e condições jamais vistos no Estado e no País; as rodovias da produção facilitam o escoamento das safras; multiplica-se a rede armazenadora; os estabelecimentos de crédito garantem os preços; e, como conseqüência, Mato Grosso dispara nas estatísticas agrícolas do País, deixando para trás de si dezenas de outras unidades da Federação.

³¹⁶ FIBGE. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. *Aspectos da evolução da agropecuária brasileira: 1940-1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1982, p. 20-21.

³¹⁷ GALINDO, Osmil; SANTOS, Valdeci Monteiro. Centro-Oeste: evolução recente da economia regional. In: AFFONSO, Rui de Brito; ÁLVARES E SILVA, Pedro Luiz Barros (Orgs.). *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP/UNESP, 1995.

Os principais produtos agrícolas do Estado – arroz, milho e soja – tiveram sua produção extraordinariamente aumentada nos últimos dez anos, notadamente o arroz.

Em 1965 a produção de arroz atingia a 491.075 toneladas; em 1975 chegava a 1.003.149 toneladas, ultrapassando, em 1976, a 2.000.000 de toneladas, com um aumento superior a 100% de 1975 para 1976.

Em 1965 a produção de milho foi de 174.604 toneladas; em 1975 chegava a 381.956 toneladas.

Em 1965 a produção de soja era de 755 toneladas, tendo atingido, em 1975, a 272.624 toneladas.

Enquanto o aumento percentual desses três produtos, em todo o País, foi de 13,07%, da safra de 1975 para a de 1976, em Mato Grosso esse aumento foi da ordem de 62,27%.³¹⁸

Se por um lado os Programas Especiais da SUDECO contribuíram para que o oeste brasileiro conseguisse diminuir os chamados “espaços vazios”³¹⁹, para que terras tradicionais e novas terras fossem incorporadas à modernização agro-pecuária, celeiros para armazenar grãos e para que algumas regiões do oeste tivessem rodovias pavimentadas, no sentido de corredor para exportação/importação de mercadorias, também contribuiu para externar com mais latência as desigualdades econômicas e sociais que eram produzidas pelos órgãos públicos, notadamente o federal.

O exemplo das “facilidades creditícias” ilustra muito bem a produção de desigualdades econômicas e sociais no Brasil, que nesse caso foram materializadas por meio de políticas públicas, sobretudo federais, mas que em grande parte das vezes também contaram com a participação de políticos das esferas estadual e municipais e, não menos, de sujeitos de órgãos privados.

A modernização agro-pecuária brasileira contou com as chamadas “facilidades creditícias”, mas tais “facilidades creditícias” não foram para todos os agricultores.

Afora as facilidades creditícias concedidas aos sojeicultores em relação aos colonos policultores, não careceu mais que a simples introdução da monocultura da soja para que o sul de Mato Grosso do Sul fosse tomado por uma inigualável preocupação com a chamada assistência ao “homem do campo”. (Na verdade trata-se de assistência não ao homem do campo, mas ao empresário rural, que por sinal mora, em sua grande maioria na cidade. O verdadeiro homem do campo, conhecido como colono, é aquela

³¹⁸ PÓVOAS, Lenine de Campos. *Mato Grosso, um convite à fortuna*. Rio de Janeiro: Guavira, 1977, p. 153.

³¹⁹ Vale frisar que a concepção de “espaços vazios” não era a mesma para todas as pessoas. Para Paulo Henrique da Rocha Corrêa, “espaços vazios” significavam um não-poder ao Brasil, tendo em vista isso Corrêa afirmou que: “A contenção da natalidade é um absurdo geopolítico para o Brasil, País que necessita ocupar a Amazônia, o Centro-Oeste e, mesmo, o Sudoeste. Um dos conceitos fundamentais de Geopolítica é o de que “população é poder”. Ainda que subnutrido, endêmico, analfabeto, e de baixa renda, o homem é uma expressão de poder. Vigia, reclama, impele. Observar que, apesar das excelências culturais e tecnológicas de uma Suíça, Suécia, Dinamarca, ou mesmo da Austrália ou do Canadá, esses Estados não têm assento nas grandes decisões mundiais. Repetimos, com Pimentel Gomes, que uma Nação só pode ser potência com o mínimo de 150 milhões de habitantes. As grandes potências de hoje: Estados Unidos, Rússia, China, estão acima de 200 milhões. Apesar de todos os fatores adversos que gravam a Índia, ela será, em breve, a quarta potência do mundo, mercê de sua massa populacional. A questão é intuitiva: pode-se curar e ensinar, ao homem doente e ignorante, mas se não há o homem, a idéia está sacrificada de princípio.” (CÔRREA, Paulo Henrique da Rocha. *Noções de geopolítica do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Biblos, 1975, p. 71-72).

figura que, havendo resistido ao êxodo rural, ainda hoje espera por tal assistência.) Com isso as monoculturas de soja passaram a desfrutar de tudo quanto os policultores – verdadeiros produtores de alimentos para o povo – jamais usufruíram, ao longo de quase cinquenta anos de trabalho na região. Tanto isso é verdade que, para dar apoio quase específico à monocultura, a região em análise passou a contar como num passe de mágica com programas específicos como o PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA GRANDE DOURADOS (PRODEGRAN), Curso de Agronomia (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), unidade da EMBRAPA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA), estradas pavimentadas para o escoamento da produção, eletrificação e telefonia rurais, sem contar com o surgimento de vários órgãos de assistência técnica, extensão rural e cooperativas.³²⁰

José Graziano da Silva lembrava-nos ainda em 1979 de que os resultados das políticas de “modernização parcial da agricultura” no Brasil também contribuíram para que fosse “agravado os índices de pobreza dos trabalhadores” e para que a monocultura de algumas culturas agrícolas predominasse sobre as demais, geralmente as de subsistência. Conforme escreveu o professor Graziano da Silva, é

[...] fato inegável que a modernização da agricultura, em especial a do Centro-Sul do País, se acelerou nos últimos anos. Mas é preciso destacar que esse processo não é completo, caracterizando o que se pode chamar de uma modernização parcial da agricultura num duplo sentido.

Primeiro, porque essa modernização se restringe a alguns produtos e regiões. Não é necessário repetir que em função disso o café, a cana-de-açúcar, a soja, o trigo, etc., são chamados de “culturas de rico”, ficando o feijão, o leite, a fava, grande parte do arroz e do milho, conhecidos como “culturas de pobre”. Tampouco é necessário enfatizar que o Centro-Sul do País não é somente a região que concentra a produção industrial, mas também sua produção agrícola. [...]

O segundo sentido em que se poderia chamar a modernização da agricultura brasileira de parcial é que, mesmo em relação aos produtos e áreas específicas em que se faz presente, ela atingiu apenas algumas fases do ciclo produtivo. Por exemplo, as culturas tropicais como a cana, café, cacau e borracha não têm a sua colheita mecanizada, até mesmo por razões técnicas em alguns casos e econômicas em outros.³²¹

Em síntese, essa “modernização da agricultura brasileira”, no entender de Graziano da Silva, contribuiu para que no Brasil fosse “[...] agravado (ainda mais) os índices de pobreza dos trabalhadores rurais.”³²² Ademais, com a implantação da SUDECO também houve a alteração populacional e demográfica de várias regiões, pois antes da implantação dessa instituição e dos Programas Especiais, a maioria da população habitava em espaços rurais, situação que foi alterada nos Estados da Região Centro-Sul do Brasil.

Em 1940 a população rural de Goiás era de 684.304 mil pessoas e a população

³²⁰ TETILA, José Laerte Cecílio; MIYASHIRO, Ana Youko; COSTA, Euzanete Medeiros da. O impacto da soja ao sul de Mato Grosso do Sul: problemas da terra e do homem. In: *Revista Científica e Cultural da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*, Campo Grande, UFMS, v. 1, n. 1, 1986, p. 37-38.

³²¹ GRAZIANO DA SILVA, José. I – Para onde vai a agricultura? In: Dois enfoques sobre a agricultura no Brasil. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, n. 10, 1979, p. 61.

urbana era de 142.110 mil sujeitos; em 1980 a população rural era de 1.458.111 milhão de habitantes e a população urbana de 2.401.491 milhão de sujeitos. Já em Mato Grosso, a população rural em 1940 era de 303.538 mil moradores e a população urbana era de 128.727 mil indivíduos; em 1980 a população rural (de MT e de MS) era de 934.183 mil pessoas e a população urbana (também de MT e de MS) era de 1.574.075 milhão de sujeitos.

No então sul de Mato Grosso o processo não diferiu, pois também houve, da década de 1940 para a de 1980, decréscimo da população rural e significativo aumento da população urbana, conforme indicam os dados numéricos da tabela 1.

Tabela 1. População rural e urbana no sul de MT/MS: 1940-1980³²³

População	Década de 1940	Década de 1950	Década de 1960	Década de 1970	Década de 1980
Rural	158.223 (66,3%)	195.850 (63,3%)	337.564 (58,2%)	546.094 (54,7%)	450.444 (32,9%)
Urbana	80.417 (33,7%)	113.545 (36,7%)	242.088 (41,8%)	452.117 (45,3%)	919.123 (67,1%)
Total	238.640 (100%)	309.395 (100%)	579.652 (100%)	998.211 (100%)	1.369.567 (100%)
Total do crescimento percentual em relação à década anterior		30%	87%	72%	37%

Desde o final do século XIX o Estado de Mato Grosso já era foco de ações que objetivavam aumentar o número da população e a densidade demográfica do Estado. Essas ações fizeram com que a quantidade de habitantes aumentasse, tal como indicam os números dos recenseamentos realizados de 1872 até 1940.

Na década de 1950 o sul do Estado de Mato Grosso ainda tinha a maior parte da população residindo em áreas rurais das municipalidades. Apenas as municipalidades de Campo Grande, de Corumbá, de Ladário e de Rio Verde de Mato Grosso, de um total de mais de trinta Municípios existentes no sul do Estado de Mato Grosso, possuíam mais habitantes morando nas zonas urbanas do que nas zonas rurais.³²⁴

Os Municípios do sul do Estado de Mato Grosso que na década de 1950 tinham mais pessoas morando nas zonas rurais do que nas zonas urbanas eram: Água Clara, Amambaí, Aparecida do Taboado, Aquidauana, Bataguassu, Bela Vista, Bonito, Camapuã, Cassilândia, Corguinho, Coxim, Dourados, Guia Lopes da Laguna, Itaporã, Jaraguari, Jardim, Maracaju, Miranda, Nioaque, Paranaíba, Ponta Porã, Porto Murtinho, Ribas do Rio

³²² Ibid., p. 63.

³²³ FIBGE; SDDI/MS. *Evolução da população, por situação de domicílio, segundo os Censos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991; contagem da população 1996 e Censo 2000*. Campo Grande: IBGE-SDDI/MS, 2003, p. 5-6.

³²⁴ MORO, Nataniél Dal. *Vozes não-oficiais: a história do operariado industrial de Sidrolândia, MS (1992-2002)*. 2003. 104 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Curso de Graduação em História,

Pardo, Rio Brilhante, Rochedo, Sidrolândia, Terenos e Três Lagoas.

O fato dessa predominância do rural sobre o urbano se deve, em grande parte, à situação econômica e tecnológica da região, uma vez que a mesma se baseava na pecuária extensiva e na agricultura de subsistência, contando com pequena produtividade e baixa mecanização. A baixa mecanização rural necessitava, por sua vez, de maior número de mão-de-obra residindo no próprio campo ou, quando muito, apenas alguns poucos quilômetros do local de trabalho.

O aumento populacional ocorrido até a década de 1970 – e que tem como base números da realidade construída no decorrer da década de 1960 – foi em razão de nascimentos e da migração de sujeitos de outras Unidades Federativas do Brasil para o Estado de Mato Grosso, migração essa que se dirigiu majoritariamente para espaços denominados de rurais.

Esse mesmo crescimento populacional era muito equilibrado, pois da década de 1940 para a de 1950 a população rural cresceu 19% e a urbana 29%. Da década de 1950 para a de 1960 o crescimento populacional foi de pouco mais de 40% no espaço rural e também de pouco mais de 50% no espaço urbano. Já da década de 1960 para a de 1970 essa situação foi parcialmente alterada, pois o crescimento populacional da zona rural foi de 38% e o da zona urbana de 46%.

Entretanto, quando são consultados os números totais das pessoas que residiam no campo e das que moravam nas cidades a alteração parcial fica bem mais explícita, pois em 1960 quase 60% da população de Mato Grosso residia no campo e pouco mais de 40% nas cidades. Na década de 1970 menos de 55% moravam nas zonas rurais e quase 45% residiam nas cidades.

No decorrer da década de 1970 ocorreram grandes transformações nos aspectos da população de residia no campo e nas cidades do sul de MT. Da década de 1970 até o ano de 1980 a população que morava no campo diminuiu quase em 100 mil pessoas, pois passou de 546.094 mil sujeitos para 450.444 mil pessoas e a das cidades aumentou cerca de 470 mil pessoas, já que havia 452.117 mil sujeitos em 1970 e em 1980 já eram 919.123 mil indivíduos. Sendo assim, o decréscimo populacional no campo foi em torno de 17% e nas zonas urbanas o aumento foi de mais de 103%.

É fundamental externar que da década de 1940 até o ano de 1970 tanto a população rural como a população urbana cresceram a uma média de 32% no campo e de 42% na cidade, embora a maioria dos habitantes ainda residisse no campo. Na década de 1970 ocorreu o processo de inversão total da população, bem como do percentual de residentes no campo e na cidade. Em uma década a população do sul de Mato Grosso

passou de rural para urbana.³²⁵ Esse processo possui como elemento essencial o fato de que no decorrer dessas décadas houve redução do número de propriedades rurais com menos de 100 hectares, espaços esses geralmente ocupados por pequenos agricultores.

Traçando um estudo no período de 1940/1950, verifica-se que a estrutura fundiária do Estado era concentradora de áreas, tanto que as propriedades com menos de 100 hectares (32% dos estabelecimentos rurais) ocupavam apenas 1% da área total das propriedades, no que se refere às propriedades com menos de 1000 hectares, representavam 21% dos estabelecimentos rurais e 7% da área enquanto que as propriedades com mais de 1000 hectares representavam 36% dos estabelecimentos rurais e 94% da área.

A partir de 1960, a estrutura fundiária começa a apresentar sinais de mobilidade, passando a sofrer alterações em todos os extratos de áreas, acentuando ainda mais a concentração de terras verificada em décadas anteriores.

As maiores alterações ocorreram nas propriedades com menos de 100 hectares, que passaram a representar 75% das propriedades e 2% da área total dos estabelecimentos rurais; no que se refere aos estabelecimentos com menos de 1000 hectares, representavam 89% das propriedades rurais e 10% da área, e os estabelecimentos com mais de 1000 hectares representavam 11% das propriedades e 90% da área.

No ano de 1970 não houve, praticamente, alterações significativas na estrutura fundiária do Estado, permanecendo a concentração de maior número de propriedades com área inferior a 1000 hectares e concentração de áreas em propriedades com mais de 1000 hectares.³²⁶

Em razão dessa estrutura fundiária, muitos dos sujeitos que estavam no campo tiveram que dali sair e, como opção mais constante, vieram para as cidades. Esse processo de êxodo rural ocorreu de forma mais destacada nas Microrregiões de Campo Grande e de Dourados, que concentravam mais de 60% da população total do sul do Estado de Mato Grosso.

Em 1940 o “pessoal ocupado no setor agropecuário” de MT, para utilizar denominação da FIBGE, era de 85.575 mil sujeitos, em 1950 eram 86.279 mil, já em 1960 passou para 186.703 mil pessoas, em 1970 o aumento continuou muito expressivo, chegando então a 373.039 mil sujeitos ocupados nas lidas agro-pecuárias.

Referente ao ano de 1975 os dados já focalizam uma divisão territorial, pois o norte de MT (atual Estado de Mato Grosso) tinha 263.179 mil pessoas ocupadas e o sul de MT (atual Estado de Mato Grosso do Sul) contava com 257.132 mil pessoas ocupadas. Em 1980 os dados indicam decréscimo do pessoal ocupado, pois em Mato Grosso do Sul havia

³²⁵ Vale ressaltar que a ação de migrar do espaço rural para o espaço urbano não foi exclusiva do sul do Estado de Mato Grosso, mas sim algo que se deu de um modo geral no Brasil e, também, em muitas outras partes do mundo durante a segunda metade do século XX. (ATAL, Yogesh. Luzes da cidade: conseqüências do êxodo rural. In: *O Correio da Unesco*. Os imigrantes: entre duas culturas. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, ano 13, n. 11, p. 10-11, nov. 1985). Embora migrar de um espaço para outro não seja algo recente, migrar do campo para a cidade o é, uma vez que a maior parte da população mundial reside em espaços urbanos e não mais em espaços rurais, como o era até a primeira metade do século XX.

³²⁶ MATO GROSSO DO SUL (Estado). SUPLAN. *Diagnóstico sócio-econômico de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: [s.n.], 1996, p. 23.

228.720 mil sujeitos ocupados, número esse menor do que o registrado em 1975.³²⁷

Por sua vez, a estrutura fundiária existente, que cada vez mais inibia a fixação do trabalhador rural, contribuiu para que a população urbana aumentasse e fosse, já no ano de 1980, superior aos habitantes das zonas rurais.

Com certeza a cidade de Campo Grande contribuiu em larga medida para que essa inversão da ocupação do espaço rural se processasse, uma vez que foi em espaço urbano que os antes residentes do campo passaram a habitar. Por vezes trabalhando no setor terciário (comércio) e no secundário (construção civil), mas em grande medida também sem nem ter trabalho, e muito menos emprego, para atuar.

Isso significa, no mínimo, que a “modernização conservadora” contribuiu para a formação dos processos de êxodo rural e de urbanização e que este, por sua vez, acentuou os contrastes infra-estruturais, os conflitos e as tensões sociais na ocupação do espaço urbano, bem como alterou a territorialização desse mesmo espaço, territorialização³²⁸ que é entendida aqui como uma ação que existe por meio das obras humanas, tal como externou o geógrafo Milton Santos.

Nos anos da década de 60 do século XX, por exemplo, ocorreu um crescimento percentual de habitantes de quase 90% em relação à década anterior. Já no decorrer dos anos da década de 1970 houve um crescimento de mais de 70% em relação à década de 1960. Esse significativo acréscimo percentual do número total da população do sul de Mato Grosso ocorreu com especificidades em determinadas municipalidades, sendo os Municípios de Dourados e de Campo Grande exemplos desse processo de crescimento demográfico.³²⁹

Ora essa migração foi empreendida pelo poder federal, ora pelo estadual ou pelo poder municipal, por meio da chamada colonização oficial. Mas também houve a migração estimulada via poder privado, em particular através das chamadas companhias de migração e de terras, além do próprio “movimento aleatório”³³⁰ de pessoas rumo a outros espaços, que faz parte, nesse caso, das relações de poder, aqui com destaque para as relações capitalistas de modernização da agricultura e da pecuária brasileiras que ocorreram na

³²⁷ FIBGE. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Op. cit., p. 66.

³²⁸ SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 110.

³²⁹ MORO, Nataniél Dal. Trabalhadores migrantes no sul de Mato Grosso nas décadas de 1960-1970. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 58., 2006, Florianópolis. *Anais eletrônicos...* São Paulo: SBPC/UFSC, 2006. Disponível em: <http://www.sbpnet.org.br/livro/58ra/SENIOR/RESUMOS/resumo_417.html>. Acesso em: 5 abr. 2007, p. 1-2.

³³⁰ Mas vale ressaltar que esse “movimento aleatório” não era, em determinadas ocasiões, menos intencional do que as políticas públicas e/ou privadas de incentivo à migração. Já que o “movimento aleatório” de pessoas estava inscrito no que se pode chamar de “relações capitalistas”. “Relações capitalistas” que não estavam restritas apenas às políticas públicas, mas sim inter-relacionadas à elas e a determinados ‘projetos’ privados. Nesse sentido o tal “movimento aleatório” é, na verdade, apenas um termo cujo objetivo é o de embaralhar ainda mais a compreensão a respeito dos nexos constitutivos da realidade histórica, pois, de fato, pouco explica sobre os conflitos e as tensões produzidos pelos sujeitos históricos.

década de 1950 e que se intensificaram no pós-1964.

Segundo afirmou o economista Luis Fernando Amstalden, não

[...] se pode negar que a agricultura brasileira começa a utilizar técnicas modernas de produção ainda nos anos 50. Porém, é depois do golpe militar de 1964 que a “modernização” chega definitivamente ao campo brasileiro. Por modernização entendemos o processo de utilização de técnicas avançadas como adubação química, controle de pragas por meios químicos, mecanização e desenvolvimento de novas espécies vegetais e animais etc., mas entendemos também o aprofundamento das relações capitalistas no campo. Essas relações capitalistas se dão pelo uso de trabalho assalariado, produção para um mercado (e não para auto-consumo) e constituição de verdadeiras empresas rurais, que nada tem a ver com antigas propriedades familiares. O advento *simultâneo* desses dois fatores é o que se reconhece atualmente como modernização.³³¹

No período mencionado, aproximadamente 500 mil migrantes³³², em especial em idade produtiva e, particularmente, do sexo masculino, chegaram ao sul de Mato Grosso, sendo que 1/3 desse total foi para a municipalidade de Campo Grande, sobretudo para a Campo Grande urbana.

Em Dourados, por exemplo, o crescimento demográfico, sobretudo por meio da migração, foi muito maior na zona rural do que na urbana. O Município de Dourados tinha somente 14.081 mil habitantes em 1936 e passou a ter 84.955 mil pessoas no ano de 1960, das quais 68.468 mil residiam no campo e, apenas, 16.487 mil residiam fora da zona rural.³³³ Esta realidade, extremamente distinta da existente em Campo Grande, foi fruto das diversas ações políticas empreendidas pelo poder federal, pelo estadual e pelo municipal, que ajudaram na construção de um ‘projeto’ que objetivou externar ideologicamente uma imagem positiva sobre o Município de Dourados, bem como com medidas legais que facilitaram as aquisições de terras.

Em Campo Grande torna-se pertinente considerar o aumento de pessoas na zona urbana também como uma questão estrutural, porém delimitado por outra dinâmica. Deve-se então pensar esses sujeitos em ambiente urbano como predominantemente constituído por sujeitos/indivíduos sem posses territoriais ou trabalho/emprego, “vitimados” pela concentração fundiária local.³³⁴

Dados de pesquisas de campo³³⁵ explicitam que esse significativo aumento

³³¹ AMSTALDEN, Luis Fernando F. *Os custos sócio-ambientais da modernização agrícola brasileira*. Campinas: IFCH/UNICAMP, ano I, n. 1, 1991, p. 7.

³³² MORO, Nataniél Dal. Migração, trabalho e economia no sul de Mato Grosso. In: *Caderno de Resumos do II Congresso Sul-Americano de História*. Passo Fundo: UPF, p. 146-147, 2005.

³³³ FIBGE; SDDI/MS. *Evolução da população, por situação de domicílio, segundo os Censos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991; contagem da população 1996 e Censo 2000*. Op. cit., p. 5.

³³⁴ MORO, Nataniél Dal. População rural e população migrante na “constituição populacional do espaço urbano” da cidade de Campo Grande. In: *Programa e Resumos do VIII Encontro de História de Mato Grosso do Sul: história e historiografia no século XXI: ações e representações*. Dourados: UFGD, out. 2006, p. 56.

³³⁵ BITTAR, Mariluce. Da promoção à assistência social: Campo Grande na luta pela cidadania. In: CUNHA, Francisco Antônio Maia da (Coord.). *Campo Grande: 100 anos de construção*. Campo Grande: Matriz, 1999, p.

populacional no espaço urbano da municipalidade de Campo Grande das décadas de 1960 e de 1970 foi conseqüência da perda do emprego/trabalho no campo, em especial nas lavouras e nas fazendas, por parte dos trabalhadores, muitos dos quais eram propriamente menos trabalhadores/empregados e mais posseiros. De toda forma, ficaram sem lugar no campo e rumavam para a cidade.

Conforme escreveu a assistente social Mariluce Bittar, foi sobretudo em razão da concentração fundiária ocorrida em Campo Grande no

[...] final dos anos 70 e início dos anos 80, (que) a Capital *Morena* assistiu ao “boom” do surgimento das favelas, formadas basicamente de pessoas expulsas da terra [...]. Sem emprego e sem moradia, a população, oriunda das fazendas do próprio Estado de Mato Grosso do Sul, erguia barracos precários e passava a viver em condições subumanas. Uma pesquisa realizada por estudantes [...] já revelava a dura realidade: na favela da vila Nhanhá, uma das principais a serem formadas na capital, com mais de trezentas famílias, 50% eram provenientes do próprio Estado de Mato Grosso do Sul e, destas, 34,3% tinham como local de moradia anterior as próprias fazendas da região – representando um deslocamento direto do antigo local de residência para o novo local – a favela. Isso sem contar as outras famílias que, relutantes em se fixar, de imediato, naquele local, haviam “tentado a sorte” em Dourados (14,6%), em outros bairros de Campo Grande (11%), ou em cidades como Fátima do Sul, Miranda, Rio Negro, Glória de Dourados e Ivinhema (25,6%).³³⁶

A externalização desses dados de pesquisa de campo indica com bastante propriedade que a migração de um lado para o outro era muito intensa, pois nem sempre era na primeira tentativa que os migrantes, muitos com suas respectivas famílias, obtinham êxito na escolha de um outro lugar para viver. Essas ações de migração fizeram com que o sul do Estado de Mato Grosso e, em particular, a municipalidade de Campo Grande, tivessem alterações no que tange ao número de habitantes e ao local que os mesmos ocuparam no espaço físico do Estado.

As referidas ações, tanto de políticas públicas como de políticas privadas de integração do território nacional via diversos ‘projetos’, tal como a construção de Brasília e, notadamente, a SUDECO, alteraram a estrutura populacional da Região Centro-Oeste e, portanto, também do Estado de Mato Grosso, tornando-a majoritariamente urbana. Prova disso é que a população da municipalidade de Campo Grande cresceu sobremaneira no espaço urbano, enquanto que na zona rural decresceu efetivamente a quantidade de residentes, como sinalizam os dados numéricos da tabela 2.

237-254; XAVIER, Maria Madalena. *O problema social do favelado: causas do problema social da favela da Vila Nhanhá de Campo Grande*. 1981. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Curso de Graduação em Serviço Social, Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMT), Campo Grande, 1981.

³³⁶ BITTAR, Mariluce. Op. cit., p. 244.

Tabela 2. População rural e urbana de Campo Grande: 1940-1980³³⁷

População	Década de 1940	Década de 1950	Década de 1960	Década de 1970	Década de 1980
Rural	25.150 (50,7%)	23.779 (41,7%)	9.315 (12,5%)	9.123 (6,5%)	8.124 (2,8%)
Urbana	24.479 (49,3%)	33.254 (58,3%)	64.934 (87,5%)	131.110 (93,5%)	283.653 (97,2%)
Total	49.629 (100%)	57.033 (100%)	74.249 (100%)	140.233 (100%)	291.777 (100%)
Total do crescimento percentual em relação à década anterior		15%	30%	89%	108%

O primeiro censo realizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) que considerou o que era população rural e o que era população urbana foi o de 1940³³⁸. De 1872 até 1920 os recenseamentos realizados no Brasil explicitaram numericamente apenas a quantidade da população total, a população existente por km², o sexo, a idade, a cor, o estado conjugal, a nacionalidade, a instrução e a religião.

Por pouco no estudo de 1940 Campo Grande não apareceu como tendo mais habitantes na zona urbana do que na rural, pois os números da pesquisa indicam que havia 25.150 mil residentes na zona rural e 24.479 mil na zona urbana. Essa realidade foi alterada no decorrer da década de 1940 para a de 1950.

Parte dessa situação ocorreu porque foram criadas outras casas comerciais e instaladas mais indústrias em Campo Grande, que paulatinamente se consolidou como cidade industrial³³⁹ e, mais amplamente, como “Capital Econômica de Mato Grosso”³⁴⁰. Algo que atesta essa realidade reside na instalação do Matadouro Industrial de Campo Grande³⁴¹, que “[...] passou a industrializar a maior parte da produção bovina do município

³³⁷ FIBGE; SDDI/MS. *Evolução da população, por situação de domicílio, segundo os Censos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991; contagem da população 1996 e Censo 2000*. Op. cit., p. 5.

³³⁸ “População urbana, suburbana e rural – Na apuração do Censo de 1940 a população foi discriminada em “urbana”, “suburbana” e “rural”, em correspondência com os quadros administrativos dos Municípios e Distritos. Embora em sentido demográfico somente se considere, usualmente, urbana a população aglomerada em centros dotados de um mínimo de serviços coletivos, e cujos habitantes se dediquem em maioria a atividades alheias à vida rural, ou sejam em número excedente de certo limite, o critério em que assentou a definição dos quadros urbano, suburbano e rural dos Municípios e Distritos, no Brasil, foi estabelecido, com sentido praticamente mais lato, mas caracterizado de modo estrito em função dos foros políticos e administrativos conferidos às diferentes áreas e comunidades, pelo Decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938, que fixou normas sistematizadoras para a divisão territorial do país. Na delimitação das áreas urbana e suburbana, da alçada dos Governos Municipais, o quadro da “vila”, sede distrital, deveria abranger, em conjunto, pelo menos trinta moradias; e o quadro da “cidade”, sede municipal, por sua vez, alcançar o mínimo de duzentas moradias.” (FIBGE. *Censo Demográfico: população e habitação. Censos Econômicos: agrícola, industrial, comercial e dos serviços - Estado de Mato Grosso*. Recenseamento Geral do Brasil - 1940. Série Regional, parte XXII, Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1952, p. XIV).

³³⁹ O parque industrial do Estado de Mato Grosso, na década de 1950, concentrava-se em sete Municípios: 1º) Campo Grande, 2º) Corumbá, 3º) Aquidauana, 4º) Ponta Porã, 5º) Várzea Grande, 6º) Cuiabá e 7º) Porto Murtinho. As atividades industriais calcavam-se na produção de alimentos, de bebidas, de vestuários, além da extração de produtos minerais e de vegetais. Porém, o principal produto que movimentava a economia do Estado ainda era, nesse período, a pecuária. (FIBGE. Op. cit., 1958, p. 122-164).

³⁴⁰ MORO, Nataniél Dal. “Capital Econômica de Mato Grosso” (Década de 1950). In: *Anais do 3º Encontro de Iniciação Científica e 3º Fórum de Pesquisa*. Umuarama: UNIPAR, p. 31-32, 2004.

³⁴¹ “Em 1950 foi fundado o Matadouro Industrial de Campo Grande S.A. Era o passo inicial para a independência

[...]”³⁴² e, com isso, “[...] diminuiu o volume da exportação que era tãda efetuada para o Estado de São Paulo.”³⁴³

Deve-se considerar que sendo a cidade de Campo Grande um centro regional do sul do Estado de Mato Grosso e estando diretamente ligada à metrópole paulista, a cidade passou a ter cada vez mais forte atuação extra-regional sobre as municipalidades de Corumbá, Aquidauana, Dourados, Ponta Porã, Três Lagoas, Maracaju, entre outras.

Essa situação de centro regional produtor, distribuidor e, principalmente, re-distribuidor de produtos e prestador de serviços consolidou ainda mais Campo Grande como uma localidade detentora de serviços altamente especializados, de forte centro de comércio regional (isso quando comparada às demais municipalidades do sul de Mato Grosso) e de local de instalação de indústrias que beneficiavam parte da produção agro-pecuária da região.

Tal realidade urbano-citadina contribuiu para que a cidade de Campo Grande, e não a zona rural dessa municipalidade, fosse mais procurada pelas pessoas para morar, tanto que houve aumento populacional e demográfico muito grande na cidade no decorrer dos anos das décadas de 1960-70 e decréscimo de habitantes no campo.

Além disso, o aumento não foi tanto em razão de nascimentos, mas sim em razão do forte índice de migração, tal como explicitam os dados da tabela 3, na qual consta numérica e percentualmente o aumento da população natural e da população de migrantes no Município de Campo Grande.

Tabela 3. População natural e migrantes em Campo Grande: 1960-1980³⁴⁴

População	Década de 1960	Década de 1970	Década de 1980
Naturais	43.267 (58,3%)	81.712 (58,3%)	120.831 (41,4%)
Migrantes	30.982 (41,7%)	58.521 (41,7%)	170.946 (58,6%)
Total	74.249 (100%)	140.233 (100%)	291.777 (100%)
Total do crescimento percentual em relação à década anterior		89%	108%

econômica de Mato Grosso no domínio da pecuária, pois que o Estado iniciava, com êsse estabelecimento, a competição econômica num estágio mais adiantado, com o aproveitamento do couro, do sêbo e de outros subprodutos, ao invés de prosseguir na rotina de vender boi magro para os invernistas de São Paulo. O Matadouro Industrial, abateu em 1954 25.000 rêses para abastecimento local e para industrialização.” (CAMPOS, Fausto Vieira de. Op. cit., p. 14).

³⁴² FIBGE. Op. cit., 1958, p. 122.

³⁴³ Ibidem.

³⁴⁴ Id.; SDDI/MS. *Evolução da população, por situação de domicílio, segundo os Censos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991; contagem da população 1996 e Censo 2000*. Op. cit., p. 5; CAMPO GRANDE (Município). Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (PLANURB). *Perfil de Campo Grande*. Campo Grande: PLANURB, 1988, s/p.

O crescimento demográfico em Campo Grande foi expressivo nas décadas de 1960 e de 1970, sendo que isso se deu por meio do aumento da população natural e da população de migrantes. A população natural quase triplicou, pois passou de pouco mais de 43.000 mil pessoas em 1960 para mais de 120.000 mil em 1980.

Parte desse aumento deu-se por nascimentos, entretanto, é pertinente considerar que a parcela que mais contribuiu para esse mesmo aumento foi a migração de pessoas naturais de outras municipalidades do Estado de Mato Grosso e de demais Unidades Federativas do Brasil para a cidade de Campo Grande, pois consta na metodologia dos Censos de 1960, de 1970 e de 1980 que migrantes eram os que não residiam na municipalidade em que tinham nascido.

Tal procedimento metodológico era distinto daquele utilizado para produzir os dados que numéricos que constam nos Censos das décadas de 1940 e de 1950, pois os censos dessas décadas consideravam como migrantes apenas os sujeitos que residiam fora do Estado de nascimento. Tendo em vista essas questões, o historiador não pode se descuidar das mesmas, pois entendendo a produção dos números, pode-se com mais propriedade compreender a própria realidade historicamente construída pelos mais diversos sujeitos históricos.

É por isso que o historiador tem também como uma de suas tarefas a de tornar perceptível textualmente os significados não-neutros da suposta neutralidade numérica. Um meio para realizar essa tarefa é justamente conceber os dados como sendo algo não natural e, por isso, entendê-los como construídos por meio de uma determinada metodologia que foi estipulada por sujeitos históricos e não por algo externo ao mundo dos seres humanos.

Sendo assim, uma das formas para se pensar as fissuras contidas na idéia de neutralidade numérica é percorrer o desenvolvimento metodológico imposto ou escolhido para que os dados quantitativos surgissem como portadores da mais exata verdade científica do que existe no espaço que foi pesquisado, nesse caso a Campo Grande urbano-citadina das décadas de 1960 e de 1970.

É entendendo como se deu a produção da metodologia que produziu os dados quantitativos que se pode entender mais apuradamente, embora não em toda a sua totalidade, as parcialidades da neutralidade, que em tese propaga a idéia de que o que foi produzido por essa metodologia de algarismos é universalmente mais verdadeiro do que outras formas de se pensar a realidade histórica. Realidade histórica aqui entendida como sendo o que possui significado no tempo e no espaço para os sujeitos históricos.

Portanto, o historiador precisa, e pode, explicitar o qualitativo das fontes quantitativas com que trabalha. Explicar o porquê de ter ocorrido crescimento demográfico e aumento da migração no espaço em estudo, concebendo a fonte numérica como não sendo

portadora de um “fato” isolado, mas sim como portadora de um “fato” produzido por outros “fatos”, por outras ações, por outras conjunturas que precisam ser relacionadas para que se possa compreender estruturalmente a realidade histórica.

Fazer esse ‘compreender estruturalmente a realidade histórica’ incute, sobretudo, compreender como os dados numéricos sobre determinada sociedade foram construídos. Para tanto se torna indispensável recorrer à metodologia utilizada na produção desses dados. Analisar o que essa metodologia cristalizou do chamado mundo real e a forma como cristalizou essa mesma realidade.

Portanto, pensar os dados numéricos como fontes completas apenas na sua representação do real, porém incompletas, assim como todas as demais, em sua representação da concretude historicamente dada.

Mesmo diante dessas observações teóricas sobre as parcialidades das fontes numéricas o historiador não deve relegá-las ao esquecimento, já que elas não são confiáveis distante da teoria positivista, ou utilizá-las apenas como fontes secundárias em seu trabalho, uma vez que qualquer tipo de fonte é sempre incompleta para reconstituir todo o emaranhado de relações de poder que existiram, ou apenas alguma parte dessas relações, sendo que muitas das histórias, isto é, muito do ocorrido em outros tempos e em outros espaços não possui registro para que o historiador possa reconstituir parte do que ocorreu. Ou seja, para que o historiador consiga construir a sua representação sobre outras representações da realidade histórica.

Portanto, vale sim trabalhar com os dados, mas vale igualmente ser prudente na ação de utilizar esses mesmos dados e, principalmente, de concebê-los como os representantes mais fidedignos da realidade ocorrida no outrora. E foi pelo fato da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) ter utilizado um procedimento metodológico mais amplo para conceituar quem era migrante ou não que houve a constatação de que o número de pessoas migrantes e a percentagem destas fosse mais significativa nos Censos de 1960, de 1970 e de 1980 do que nos Censos das décadas de 1940 e de 1950.³⁴⁵

Mas ainda é necessário indagar a respeito do pequeno número de migrantes existentes na cidade de Campo Grande em 1960, pois representavam em torno de 40% da população total, sendo que em 1980 correspondiam a quase 60% do total da população do Município de Campo Grande.

A alteração deve-se, em grande parte, por causa de situações constituídas de fatores dos mais diversos que existiram nas demais Unidades Federativas do Brasil, em particular nos Estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais. Dentre os fatores dos mais

³⁴⁵ FIBGE; SDDI/MS. *Migração histórica em MS: do ano de 1940 ao ano 2000*. Campo Grande: IBGE-SDDI/MS, 2003, p. 3-21.

diversos, seguramente a mecanização das atividades, antes realizadas com mão-de-obra braçal, e a redução das pequenas e médias propriedades rurais fizeram com que pessoas do leste do Brasil viessem para o Estado de Mato Grosso, por vezes nem para trabalhar diretamente com a terra, mas também para comercializar produtos utilizados no campo, tais como adubos e sementes.

Na década de 1940 a maioria dos migrantes, cerca de 30.000 mil pessoas, que residiam no sul de Mato Grosso eram dos Estados que compõem a Região Nordeste do Brasil, tais como os “sampauleiros”³⁴⁶. Esse número teve grande alteração, pois no ano de 1980, que retrata a realidade referente à década de 1970, o número de nordestinos no Estado de MT ultrapassou a marca dos 110.000 mil migrantes. Na década de 40 do século XX o maior número de migrantes provinha dos Estados da Bahia (15.482 mil migrantes), do Ceará (2.676), do Maranhão (4.213) e de Pernambuco (2.080).

Na década de 1960 quase 71.000 mil migrantes paulistas residiam no sul de Mato Grosso, 36.013 mil eram baianos, 25.627 mil mineiros e 17.539 mil eram goianos. Nos dados do ano de 1980 esse quadro de nomes dos Estados registrou pouca alteração, algo não precedente para a quantidade dos que migraram: Maranhão (777), Alagoas (15.042), Ceará (20.213), Pernambuco (26.597) e Bahia (31.122 mil pessoas). Porém, a quantidade mais expressiva de migrantes estava no sul de Mato Grosso, território que depois se tornou Estado de Mato Grosso do Sul. Em 1980 havia 172.257 mil paulistas e 91.999 mil paranaenses. A terceira maior quantidade era a de mineiros: 46.407 mil, a quarta a dos baianos: 31.122 mil e a quinta a dos pernambucanos: 26.597 mil sujeitos.³⁴⁷

De toda forma, a população total residente no Município de Campo Grande aumentou, do ano de 1960 até o ano de 1980, em quase 400%. O número de migrantes aumentou mais de 6 vezes, já que em 1960 eram quase 31.000 mil migrantes e em 1980 havia mais de 170.000 mil migrantes. Eram migrantes provenientes de municipalidades do próprio Estado de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul ou de outros Estados do Brasil, sobretudo das Unidades Federativas da Bahia, de Pernambuco, de São Paulo e de Minas Gerais, situação que já existia desde as décadas de 1940 e de 1950³⁴⁸, mas que nas décadas de 1960 e de 1970³⁴⁹ foi intensificada.

³⁴⁶ “O termo *sampauleiro* era o qualificativo utilizado no alto sertão para designar os indivíduos de todos os quadrantes do Estado da Bahia e do Nordeste que, nas primeiras décadas do século XX, demandavam o Centro-Sul com o intuito de obter trabalho. [...] O *sampauleiro* é [...] a condição de viajante que vai e que volta a depender mais – muito mais, diga-se de passagem – do fluxo de trabalho nas terras de São Paulo do que das condições do solo natal, que o particulariza em relação ao indivíduo que se fixa para não mais voltar.” (ESTRELA, Ely Souza. *Os sampauleiros: cotidiano e representações*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP/Fapesp/Educ, 2003, p. 70-71).

³⁴⁷ FIBGE; SDDI/MS. *Evolução da população, por situação de domicílio, segundo os Censos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991; contagem da população 1996 e Censo 2000*. Op. cit., p. 10.

³⁴⁸ Id., *Censo Demográfico – Estado de Mato Grosso*. VII Recenseamento Geral do Brasil – 1960. Série Regional, v. I, tomo XVII. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

³⁴⁹ Id., *Censo Demográfico – Estado de Mato Grosso do Sul*. IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980. Série Regional, Rio de Janeiro: IBGE, 1982.

1.3 Modernizações da infra-estrutura e da moradia no espaço urbano-citadino

A cidade de Campo Grande foi modernizada com a inserção de inúmeros elementos em seu espaço urbano, dentre os quais pode-se destacar os trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), o telégrafo, a energia elétrica, a água encanada, o arruamento e o asfaltamento de algumas vias, a iluminação pública, a construção de alguns edifícios, a instalação de casas bancárias e hospitalares e a melhoria dos meios de comunicação, sobretudo por meio do rádio, da telefonia e da televisão.

Entretanto, essa modernização não alcançou todo o espaço urbano-citadino de Campo Grande, nem a totalidade dos habitantes da cidade, uma vez que ficou restrita e, por vezes, também ineficiente, ao espaço planejado com o traçado ortogonal, local esse ocupado principalmente por casas comerciais e por residências das classes média e alta.

A infra-estrutura urbano-citadina foi alterada e modernizada em determinados pontos da cidade, em particular no interior do espaço composto pelas Avenidas Mato Grosso e Ernesto Geisel e pelas Ruas Rui Barbosa e Avenida Fernando Corrêa da Costa. Nesse local havia uma cidade estruturada com modernizações técnicas, algo que além desse espaço era quase que inexistente.

Essa cidade modernizada pode ser entendida, conforme mencionou Friedrich Engels, como uma cidade construída por meio de “milagres da civilização”, já que além desse espaço a pobreza impera, demonstrando, dessa forma, os “sacrifícios que tudo isto custou”, pois determinados sujeitos “[...] tiveram que sacrificar a melhor parte da sua condição de homens para realizar todos estes milagres da civilização de que a cidade é fecunda.”³⁵⁰

Contudo, tanto a cidade modernizada como a cidade sem tais modernizações, aquela parte com o traçado radial, tinham espaços que eram territorializados materialmente por variados sujeitos históricos, uma vez que construíram, por vezes, suas próprias modernizações técnicas e seus locais de moradia, tendo em vista que nem sempre era possível usufruir das benfeitorias públicas do centro da cidade de Campo Grande.

Essas variadas territorializações materiais do espaço urbano foram explicitadas por algumas fontes, tais como as produzidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) e publicadas nos Censos de 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980 e pelas matérias jornalísticas veiculadas no Jornal Correio do Estado (JCE).

Por meio desses materiais é possível pensar as limitações das modernizações ocorridas na infra-estrutura urbano-citadina (energia elétrica e água potável encanada) e, em especial, explicitar os tipos de moradias existentes na cidade, bem como quantas e quais pessoas, mas isso sem muita precisão, tinham acesso a infra-estrutura e a moradia

³⁵⁰ ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985, p. 35.

nessa Campo Grande das décadas de 1960 e de 1970. Pessoas essas que em grande parte eram migrantes.

Em 1940 havia aproximadamente 50.000 mil pessoas residindo em domicílios situados no Município de Campo Grande e pouco mais de 35.000 mil sujeitos residindo na zona urbana. Desse total mais de 15.000 mil moravam no quadro urbano, quase 7.500 mil no quadro suburbano e cerca de 12.000 mil no quadro rural. O Município tinha um total de 8.799 residências.³⁵¹

A maior parte dessas unidades prediais era de madeira e totalizou 4.736 mil unidades. Os domicílios de alvenaria atingiram o número de 3.918 mil unidades. Foi constatada também a existência de domicílios que não eram nem de madeira, nem de alvenaria, já que não foi declarada a natureza dos materiais utilizados na construção da unidade de moradia. Essas construções eram 145 ao todo.

Especificamente na zona urbana de Campo Grande havia 2.792 mil casas de alvenaria, 465 de madeira e 44 cuja natureza da construção não tinha sido declarada.³⁵² Nas casas que compreendiam ao quadro urbano habitavam 17.251 mil pessoas e no quadro suburbano residiam 7.664 mil moradores.³⁵³

Em 1950 havia cerca de 55 mil residentes no Município de Campo Grande e 10.355 mil domicílios, sendo que desse total 4.022 mil estavam no quadro urbano, 1.519 mil no quadro suburbano e 4.814 mil no quadro rural. Vale frisar que no quadro urbano a maior parte dos residentes, que ocupavam 2.458 mil residências, tinham alugado o local em que residiam e apenas 1.400 mil eram proprietários dos locais em que moravam.

Da década de 1950 já constam dados sobre água encanada, iluminação elétrica e aparelho sanitário, informações que até então não haviam sido pesquisadas pela FIBGE. Os dados indicam que em Campo Grande existiam 2.972 mil domicílios com água encanada, 4.057 mil casas com iluminação elétrica e 5.461 mil residências com aparelho sanitário. Especificamente no quadro urbano havia 2.744 mil domicílios com água encanada, 3.537 mil com iluminação elétrica e 3.819 mil com aparelho sanitário.³⁵⁴

Diante desses dados numéricos fica evidenciado que a quantidade de residentes na municipalidade de Campo Grande teve acréscimo da década de 1940 para a de 1950 e que esse mesmo acréscimo foi permeado de alterações infra-estruturais das mais variadas ordens. Contudo, a minoria dos domicílios tinha tais infra-estruturas. A maior parte das residências ainda não possuía sequer água encanada, energia elétrica e nem as mínimas

³⁵¹ FIBGE. Op. cit., 1952, p. 123.

³⁵² Ibid., p. 135.

³⁵³ Ibid., p. 147.

³⁵⁴ Id., *Censos Demográfico e Econômicos - Estado de Mato Grosso*. VI Recenseamento Geral do Brasil – 1950. Série Regional, v. XXIX. Rio de Janeiro: IBGE, 1956, p. 97.

condições sanitárias, como: encanamento de água potável, rede de esgotos ou mesmo aparelho sanitário.

No início dos anos 60 do século XX os dados publicados pela FIBGE já sinalizam mudança de grande parte dessa realidade. Em 1960 o total de domicílios particulares permanentes em Campo Grande era de 13.503 mil. A condição de ocupação de tais domicílios era: 5.563 mil de propriedade dos que o ocupavam, 7.004 mil eram alugados e 936 foram denominados de “outra condição”.³⁵⁵ Destes, 6.255 mil tinham acesso a rede geral de água e 5.223 mil residências eram abastecidas com água de poço ou nascente. A iluminação elétrica estava em 7.850 mil residências.³⁵⁶

Todavia, essa infra-estrutura urbana ainda era insuficiente para atender as necessidades da população de Campo Grande, tanto em moradia, quanto em energia elétrica e água potável canalizada, além de outras, como rede de esgotos, pavimentação asfáltica, telefonia, iluminação elétrica das vias públicas e a canalização do leito urbano de alguns córregos, só que obtiveram menos destaque nas publicações da FIBGE.

Se por um lado os dados oficiais da Prefeitura Municipal de Campo Grande (PMCG) afirmavam que no setor da edificação tinham “[...] sido construídos cerca de 180 prédios, representando 10.800 m² da área, no valôr aproximado de Cr\$ 52.000.000,00, ou um prédio por dia, considerando-se as unidades residenciais de apartamentos.”³⁵⁷ Além disso a Prefeitura projetava expandir a área com pavimentação asfáltica, os serviços de água e de esgotos, além de, num prazo de três anos, “[...] suprir a atual deficiência de energia elétrica.”³⁵⁸

Por outro os dados do texto denominado Favelas em Campo Grande desviam para uma outra perspectiva de construção e de moradia existente em pleno centro comercial da cidade, realidade essa não mencionada pelos dados da PMCG. O referido texto, que foi publicado pelo JCE, externou que em

[...] razão da indefectível falta de casas para alugar, por preços justos e razoáveis, e não podendo a maioria das famílias adquirir casa própria, a gente da sociedade média vive sem conforto, e as famílias proletárias vão, dia a dia, criando redutos que mais se assemelham a favelas, na “Cidade que mais cresce no Oeste”. Como que atraída por misteriosa fôrça centripeda, a maioria tende a buscar residências no centro urbano da cidade, por ficarem mais perto dos locais de trabalho, mais fácil a

³⁵⁵ FIBGE. Op. cit., 1960, p. 111.

³⁵⁶ Ibid., p. 112.

³⁵⁷ NOVAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1 e 4, 16 fev. 1960. Uma análise do título da matéria e da citação feita pode sugerir, em princípio, que não há relação entre uma e outra. Nesse caso um equívoco teria ocorrido. Entretanto, não é isso. O título da matéria corresponde sim ao que foi publicado no *Jornal Correio do Estado*. No corpo do texto existe uma exposição do crescimento econômico do Município de Campo Grande, que alardeado pelo JCE como uma municipalidade que tinha as mais variadas e modernas realizações materiais, mas que, no entanto, ainda carecia de mais agências bancárias. Daí a justificativa do título da matéria ser denominado de “Novas agências bancárias”.

³⁵⁸ Ibidem.

locomoção para os passeios e diversões, e que ainda por questão de economia, uma vez que, morando na cidade, não tem despesa de transporte. Assim, milhares de campograndenses vivem como peixe em aquário, famílias inteiras ocupando um quarto ou sala de 4x4, num desconforto quase criminoso, e, o que é pior, num estado de promiscuidade que afeta a própria moral familiar, eis que menores e adultos, à noite, se “ajeitam” para um sono perturbado em ambiente em que o próprio ar se empresta e a comodidade não existe.

Faz pena ver como vivem crianças e adultos nas favelas de Campo Grande! Se nos perguntassem onde ficam tais antros de morada coletiva, responderíamos que ficam aí mesmo na rua Dom Aquino, na Cândido Mariano, na Maracajú, em toda parte do centro urbano, porque, cada desvão de parede, de cada corredor apertado entre dois prédios de frente, entre quatro paredes apertadas e sob um teto que mal as resguardem das intempéries, vivem perfeitas colméias humanas, famílias e famílias para as quais o governo precisa voltar suas vistas, principalmente agora que o poder público desencadeia, com o auxílio do programa “Aliança para o Progresso”, a grande campanha de habitação que deverá cobrir todo o interior brasileiro.

– Que os homens públicos de Campo Grande, responsáveis pela sorte do povo, ponderem sobre o martirologio que é a vida dos favelados de Campo Grande, e, sem mais detença, procurem atrair para a nossa cidade os benefícios da campanha tradicional de habitação. Dar melhores condições de habitabilidade à gente pobre da nossa urbe é contribuir para o seu conforto físico, e, mais do que isso, para o seu saneamento moral, eis que a promiscuidade é o maior mal decorrente da vida de favela a que está sujeita por falta de habitação.³⁵⁹

O trecho citado, e de autoria não mencionada no corpo do *Jornal Correio do Estado*, fornece ao historiador informações de grande pertinência. Isso em razão de esclarece variadas questões. Uma delas, que é a que interessa nesse momento, se refere justamente à falta de moradia até para a “sociedade média”, sendo que para as “famílias proletárias” as moradias constituíam-se em “redutos que mais se assemelham a favelas”.

Deixou delimitado também que a maioria destas casas estava no centro urbano de Campo Grande e que tais moradias tinham “um quarto ou sala de 4x4” e que esse espaço representava “desconforto quase criminoso” e “promiscuidade” aos que naquele ambiente viviam e dormiam. Nesse caso as crianças eram as mais prejudicadas, embora tal situação afetasse como um todo a “moral familiar”.

Tendo em vista isso, eram indispensáveis “melhores condições de habitabilidade” para que aquela “gente pobre” pudesse ter “conforto físico” e “melhores condições de habitabilidade”. Fazendo isso as autoridades estavam contribuindo “para o seu conforto físico, e, mais do que isso, para o seu saneamento moral, eis que a promiscuidade é o maior mal decorrente da vida de favela a que está sujeita por falta de habitação.”

Priorizando o argumento moral sobre o da moradia, o texto também deixa muito claro que resolver politicamente a questão da moradia para a “gente pobre da nossa urbe” era não apenas uma prática que se restringia ao ato material da ação, já que afirma que o

³⁵⁹ FAVELAS EM CAMPO GRANDE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 3, 22 fev. 1962.

“saneamento moral”, nesse caso combatendo a “promiscuidade” que se manifestava na “vida de favela”, era a maior contribuição da campanha de habitação do programa “Aliança para o Progresso”.

O que importava, portanto, não era nem tanto a melhoria do local de habitação, mas sim o fato de que com tal melhoria havia “saneamento moral”. Algo que, no entender de quem escreveu o texto, era sim um elemento indispensável, pois havendo controle do “saneamento moral” também havia controle do povo, ou seja, das “famílias proletárias”.

Sobre a questão da energia elétrica o Jornal Correio do Estado explicitou que o Estado de Mato Grosso como um todo “clamava” por tal benefício e destacou o que estava deixando de ser feito em termos de “desenvolvimento”, que deve aqui ser entendido principalmente como “progresso econômico” das atividades agro-industriais, em algumas das principais municipalidades de Mato Grosso por causa da falta de tal benefício.

Na fase atual do desenvolvimento do nosso Estado, ninguém poderá governar ou pensar em governar Mato Grosso sem ter em elevada conta o problema da energia elétrica. Corumbá, em adiantada fase de industrialização, clama e reclama energia elétrica barata e abundante para acionar a sua indústria; Dourados, que por falta de energia ainda vive da produção agrícola, reclama energia para as suas casas de beneficiamento de cereais e indústria madeireira; [...] Cuiabá, que tem raízes no passado, moderniza-se e depende de energia para melhor adaptar-se ao “modus vivendi” da sociedade moderna; Aquidauana, Três Lagoas, Ponta Porã, tôdas as cidades do Sul e do Norte mato-grossense clamam por luz e fôrça que só a energia tem o condão de propiciar às comunas o lugar ao sol a que tôdas têm direito.³⁶⁰

De maneira bastante direta o texto publicado já no final do mês de março de 1960 sintetiza nem tanto a necessidade de energia elétrica, mas sim a carência dessa fonte de energia, pois no texto foram elencadas as principais municipalidades de MT, inclusive a própria capital político-administrativa, que era Cuiabá, e externou-se que a energia elétrica era algo que não havia de forma suficiente nessas localidades estaduais, que à época eram as mais “desenvolvidas” e também as mais populosas.

Esse tom de denúncia contra o que pode ser entendido como atraso técnico e falta de recursos financeiros também foi relatado sobre a realidade existente no Município de Campo Grande. “Campo Grande, cidade dinâmica e arrojada, bisbilhoteira de tôdas as iniciativas patrióticas, exige energia para o elan progressista que lhe deu o fóros de “Capital Econômica de Mato Grosso” [...]”³⁶¹, isso porque a energia disponível para o consumo na municipalidade atendia apenas pouco mais de 1/10 das necessidades, pois a energia

³⁶⁰ FERNANDO E A USINA DO MIMOSO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 3, 30 mar. 1960.

³⁶¹ *Ibidem*.

gerada através de hidroelétricas e de conjuntos geradores com motores diesel era de 840 KW, sendo que o número tinha que ser de, no mínimo, 8.000 KW³⁶².

Com tal falta de energia elétrica a parte comercial e as residências com melhor infra-estrutura técnica, além das indústrias, estavam sempre na iminência da falta dessa fonte de força. A solução então era, segundo a CEMAT, simplesmente uma: economizar. Foi por isso que a empresa realizou uma reunião em julho de 1963 na qual estavam presentes os

[...] representantes das rádios e dos jornais da cidade. O encontro teria por objetivo uma campanha de esclarecimento público visando a convencer os consumidores da necessidade de economizar luz e energia, tendo em vista que a CEMAT, com os geradores produzindo o máximo, vê-se obrigada a atender massudos pedidos de ligações. Para se ter uma idéia da demanda, basta considerar que de janeiro a esta parte foram feitas 737 novas ligações, sendo, atualmente, de 7.438 o número de consumidores. Do encontro da imprensa com os dirigentes da empresa nada de novo nos foi transmitido para levarmos ao povo, ficando-nos o dever de apenas aconselhar o que sempre aconselhamos: "Economize luz".³⁶³

O aconselhamento era feito todas as vezes que o Jornal Correio do Estado era publicado. Mesmo assim, a situação não tendia a melhorar, mesmo porque os investimentos em infra-estrutura por parte do Governo Estadual de Mato Grosso eram também aquém do crescimento gerado pelo aumento populacional, comercial e industrial de Campo Grande. De permanente mesmo parecia ser apenas o problema da falta/acionamento de energia. A cada dia findado a única coisa que tinha ocorrido sobre a questão parecia ser, no entendimento do JCE, o "agravamento do problema".

Cada dia que passa mais se agrava o problema de energia elétrica em Campo Grande. Os cortes se tornaram cada vez mais acentuados e qualquer dia chuvoso influe sobremaneira nesse serviço, ficando a cidade às escuras. Sabemos que há interesse por parte do governo do Estado em solucionar as deficiências, mas não podemos deixar de registrar o fato e chamar a atenção dos responsáveis para os prejuízos que vem tendo a população, principalmente a indústria. A rede urbana está em péssimas condições e há anos o material destinado à sua renovação acha-se encostado. Urge que o problema de energia elétrica em Campo Grande seja devidamente solucionado, como o foi por um período de poucos anos, logo no começo do atual governo do sr. Fernando Corrêa da Costa. A solução encontrada pelo ilustre Governador foi acertadíssima, estando aí os motores (os "Três Mosqueteiros") que corresponderam perfeitamente às expectativas. Agora porém, estão velhos e necessitados de revisão.

³⁶² O QUE REPRESENTA PARA MATO GROSSO O ADVENTO DE URUBUPUNGÁ. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 3, 18 maio 1961.

³⁶³ AUMENTO CONTINUADO DE CONSUMIDORES AGRAVA O PROBLEMA DE LUZ E FORÇA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 12 jul. 1963.

É preciso que a CEMAT faça algo mais em benefício de Campo Grande, que contribuiu, [...] (em 1964), com espetacular taxa de eletrificação para manutenção da CEMAT.

O que não pode continuar é esse agravamento do problema, sem que se saiba de novas providencias a breve prazo, como aquela do governador Fernando.

Campo Grande está ameaçado de parar!³⁶⁴

E em algumas situações parou. No dia 5 de novembro de 1965 o próprio Jornal Correio do Estado não foi impresso por causa do “agravamento” da crise de energia elétrica, que se deu no dia anterior. “Em virtude do agravamento do problema de fornecimento de luz e energia elétrica à cidade, somos obrigados a cancelar a circulação deste diário amanhã, sexta-feira, a fim de não prejudicar a edição de sábado.”³⁶⁵

Em 15 de dezembro de 1965 uma notícia de grande notoriedade para o desagravamento, talvez solução, do problema da energia elétrica foi veiculada como a principal manchete da primeira página do Jornal Correio do Estado. O Jornal noticiou que:

Num trabalho diuturno a SADE executou a montagem de 736 tôrres das 880 que completam o sistema Campo Grande-Mimoso e Mimoso-Urubupungá. As linhas de transmissão já estão instaladas e a firma executa a montagem da sub-estação de Campo Grande. Uma grande vitória do Govêrno de Mato Grosso, através da CELUSA e CEMAT.³⁶⁶

Embora a expectativa fosse de êxito, a “vitória” era, na realidade, sempre muito limitada. Na medida em que a cidade crescia, cresciam também as limitações das modernizações outrora realizadas na infra-estrutura urbano-citadina da municipalidade de Campo Grande.

Se por um lado até o final da década de 1960 a questão da energia elétrica e da água potável encanada deixaram de ser um problema expressivo, quase que diário para os habitantes do centro urbano e comercial/residencial da cidade, essa questão permaneceu ou foi criada em outros locais.

Isso porque na medida em que a cidade foi ocupada populacionalmente em vários sentidos, tanto Norte – Sul – Leste – Oeste, a falta de energia e de água, além da ausência de inúmeros outros elementos de uma infra-estrutura urbana modernizada se fizeram extremamente presentes, sobretudo nas moradias de bairros, conjuntos habitacionais, vilas e favelas mais afastadas da região central de Campo Grande.

³⁶⁴ LUZ: PROVIDÊNCIA QUE PRECISA SER TOMADA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 17 maio 1965.

³⁶⁵ CORREIO DO ESTADO NÃO CIRCULARÁ AMANHÃ. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 4 nov. 1965.

³⁶⁶ CHEGAM A CAMPO GRANDE AS LINHAS DO PROGRESSO! *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 15 dez. 1965.

Entretanto, próximo ou na própria região central da cidade as moradias também careciam de energia elétrica e água potável encanada, em particular nas casas que foram construídas na beira de córregos, como no caso dos Córregos Segredo e Prosa, que formam o Córrego Anhanduí.

Nesse sentido, e é extremamente importante afirmar isso, as modernizações infra-estruturais realizadas em Campo Grande serviram para beneficiar a minoria da população cidadina. Beneficiaram sobretudo a elite dirigente que residia na cidade, tais como: militares, profissionais liberais, funcionários públicos, dentre outros.

O restante da população, de fato, não usufruiu, senão clandestinamente, de tais modernizações. Para a maior parte da população a energia elétrica e a água potável encanada eram realidades que não existiam nos locais em que essa população residia, já que mesmo nas moradias da própria elite a água potável encanada era, por vezes, inadequada para o consumo humano.

Sobre a questão da água potável encanada o mesmo Jornal afirmou que embora houvesse investimento da Prefeitura Municipal de Campo Grande, a situação ainda era aquém da desejável. Essa situação aquém da desejável era justificada por várias razões, dentre as quais estavam: a escassez de água nas tubulações, a qualidade duvidosa, o preço irregular e a falta do líquido por dias, semanas ou até meses.

Com a falta do “precioso líquido” não se alterava apenas o cotidiano comercial da cidade, mas também o cotidiano domiciliar. As donas de casa, por exemplo, se viam aos apuros para fazer o serviço diário. O Jornal Correio do Estado se posicionou por meio do próprio Jornal para solicitar providências junto à Prefeitura e para denunciar o desperdício de água que havia em Campo Grande. Em setembro de 1963 foi publicada matéria que afirmou que o

[...] prolongamento da estiagem vem agravando, dia a dia, o problema de abastecimento de água em Campo Grande. Até mesmo em certas vilas situadas mais ou menos no centro urbano, o precioso líquido vem rareando e pondo as donas de casa em dificuldade para acudir suas obrigações domésticas.

Como a água não tem sucedâneo e o seu consumo é obrigatório, sua escassez constitui o mais sério problema da administração municipal e o povo vai fazendo recriminações que se justificam ante o fato concreto que é a falta de água para o consumo.³⁶⁷

A escassez de água, que foi representada como “o mais sério problema da administração municipal” assim o era, em verdade numérica, para pequena parcela da população. O “povo” ao qual o JCE referiu-se não o “povo comum”, mas sim a elite de Campo Grande.

³⁶⁷ ÁGUA É O PROBLEMA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 5, 5 set. 1963.

Sendo assim, a escassez/falta de água tornava-se “sério problema”: não pelo fato de faltar água para todos os moradores da cidade, mas sim porque faltava água para certos habitantes da mesma cidade. Moradores esses que não admitiam a falta de água nas suas residências. Para piorar mais a situação, havia também o chamado “desperdício criminoso” do “precioso líquido” ou do “líquido precioso”.

Mesmo escasseando o líquido precioso, porém, ainda existe desperdício criminoso, como, por exemplo, o que foi constatado pela nossa reportagem segunda-feira à noite, na rua José Antônio e trecho da 7 de setembro, onde jorrava água pela via pública, sendo certo que deve existir defeito nas instalações da rede, que ali recebe água com maior força, visto estarem as citadas ruas bem próximas do reservatório da Av. Afonso Pena. Além desse caso concreto, existem na cidade milhares de torneiras e bóias estragadas, que vasam durante as 24 horas, de cada dia.

Que a Prefeitura faça verificação na rede e os moradores do local colaborem consertando defeitos nos encanamentos de suas casas. Água desperdiçada, por descuido ou coisa que o valha, é água que faltará para o consumo de numerosas famílias da cidade.³⁶⁸

Percebendo que o “problema do abastecimento de água domiciliar” se agravava a cada dia que passava, o Jornal empreendeu campanha, tendo como base para isso a iniciativa particular da população, pois o poder público municipal não atendia aos interesses de parte da sociedade campo-grandense. Assim foi noticiado:

O problema do abastecimento de água domiciliar, em Campo Grande, é de tal envergadura que não pode ser solucionado tão somente pela Prefeitura Municipal.

Necessário se faz, a nosso ver, que a iniciativa particular venha de encontro ao desejo de toda a população, dando uma solução rápida e definitiva ao problema.

Como se sabe, os estudos estão feitos há anos (desde o final da década de 1930) e parte da tubulação necessária à barragem do Lageado está na cidade, havendo apenas necessidade, salvo engano, de material outros como cimento, areia e, o que é mais caro, mão de obra.

A população campograndense, que nunca deixou de colaborar com o progresso da sua cidade, superando mesmo a iniciativa governamental, se convocada certamente não se negará em auxiliar na solução do problema.

É confiando nesse espírito de colaboração de nossa gente, que tomamos a liberdade de lançar hoje a idéia de constituição de um fundo financeiro para que Campo Grande tenha, ainda este ano, a água de que precisa.

A nosso ver, cada proprietário pagando uma contribuição de 10 ou 20 mil cruzeiros, que seria depositada em Banco, daria o custeio de toda ou quase toda a obra planejada pela firma Saturnino de Brito.

A Associação Comercial, a Associação das Indústrias e a Associação dos Proprietários de Imóveis, de acordo com o Executivo Municipal poderiam, por um seu representante, constituir uma comissão encarregada do assunto, levantando a importância necessária para que C. Grande tenha água com abundância.

³⁶⁸ ÁGUA É O PROBLEMA. Op. cit., 1963.

Caso esta nossa sugestão seja aceita, solicitamos das pessoas que a apoiem o obséquio de preencherem o coupon³⁶⁹ abaixo, entregando-o em nossa redação, à Rua 14 de Julho, 1026. Vamos dar água a C. Grande, ainda êste ano!³⁷⁰

Nessa mensagem que era dirigida para “tôda a população”, a capacidade do poder público municipal foi reduzida no que tange à capacidade desse órgão de sanar as necessidades, já que era fato: a cidade seguidamente estava sem água. O texto é enfático ao afirmar que a colaboração da população chegava de superar “mesmo a iniciativa governamental”.

O intuito da mensagem era somente o de “ver solucionado o problema da água na cidade”, como foi escrito no “coupon”. Mas fazendo isso o que também ficou patente foi que a administração da municipalidade não tinha controle suficiente para conduzir o desenvolvimento da estrutura da cidade e que o tão propagado “progresso” era uma prática muito mais da “iniciativa particular” – leia-se da elite – do que da “iniciativa governamental”.

Dias depois o Jornal Correio do Estado voltou à questão, só que não mais mencionando apenas ‘projetos’, mas sim ‘práticas’, que nesse caso eram contribuições financeiras para solucionar o “problema de água domiciliar” que afligia sistematicamente a população citadina do centro de Campo Grande.

Continuam chegando à nossa redação coupons de pessoas que, com esta ou aquela importância, estão dispostas a colaborar com o poder público na solução do problema de água domiciliar em Campo Grande.

A nosso ver, se as Associações Comerciais, da Indústria e dos Proprietários de Imóveis quiserem fazer alguma coisa para solução definitiva dêsse problema que não é de hoje, pois já vem de longa data, mais de 5 anos, contará com a colaboração dos campograndenses. Boa vontade não falta, por parte de nossa gente.³⁷¹

A posição textual do JCE sugere minimamente que a população da cidade estava colaborando financeiramente para viabilizar a conclusão das obras de infra-estrutura que eram necessárias e que estavam a alguns anos paralizadas. Entretanto, o mesmo texto do JCE também não deixou de sinalizar que havia sim lugar para outros colaboradores, nesse caso não pessoas, mas sim instituições privadas.

³⁶⁹ O “coupon” continha o seguinte escrito: “Água para Campo Grande. Eu,..... proprietário em Campo Grande, residente à Rua.....nº....., estou disposto a colaborar com a importância de Cr\$......, para que seja rapidamente resolvido o problema da falta da água na cidade, desde que seja organizada uma comissão para êsse fim.

Êste coupon será entregue na redação do CORREIO DO ESTADO que dêle se utilizará apenas para demonstrar o desejo do povo campograndense em ver solucionado o problema da água na cidade. Campo Grande,.....de.....de 1964

..... assinatura” (ÁGUA PARA CAMPO GRANDE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 24 abr. 1964).

³⁷⁰ Ibidem.

³⁷¹ ÁGUA PARA CAMPO GRANDE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 2 maio 1964.

Essas instituições, de certa forma, ainda não tinham, no entender do JCE, explicitado suas respectivas colaborações para sanar o “problema de água”. “Problema” esse que anos depois ainda assolava a cidade de Campo Grande, porém de um jeito mais preocupante. Isso porque houve o agravamento da situação antes existente e a criação de outros conflitos em torno da água para o consumo humano. Em 1967 foi noticiado que “água é escassa” ao ponto da população ter que comprar água de vendedores ambulantes.

Campo Grande, nos últimos dois anos, entrou no rol das cidades mortas pela instituição do comércio de água. As residências da Vila Planalto, no bairro Amambaí, são abastecidas de água de um poço semiartesiano e respectivo reservatório ali instalados na gestão do Prefeito Marcílio de Oliveira Lima. O reservatório tem capacidade para 120 mil litros diários. Isso representa água com abundância, porque destinada apenas aos moradores da Vila. Nunca faltou água nas torneiras da Planalto, até que a Prefeitura resolveu controlar a distribuição, que agora é feita de três em três dias. A água é escassa, como se vê.³⁷²

A indignação é evidente, bem como a cobrança de uma posição do poder público municipal a respeito da falta de água. A denúncia dessa realidade indica, por outro lado, que nem todos os bairros de Campo Grande eram assolados pela falta do “líquido precioso”, entretanto, indica com bastante precisão que os gestores públicos da municipalidade procuravam contornar tal “problema” de forma paliativa, pois tiravam a água de certos bairros, como no caso das residências da Vila Planalto, e encaminhavam-na para outras residências.

Contudo, o racionamento não descontentava a todos, tanto que o JCE mencionou que alguns sujeitos estavam lucrando muito com o referido racionamento de água. Esse sujeito que lucrava com a venda de água foi denominado de “aguadeiro”.

O que se estranha, entretanto, é o fato de existir na Vila Planalto um “Aguadeiro” que diariamente vende água a diversas famílias, sendo a **água vendida tirada no mesmo poço agora controlado pela Prefeitura.**³⁷³

Nessa citação fica ainda mais externada a indignação e a cobrança do JCE para com as ações públicas municipais, pois o poder legalmente constituído permitia o racionamento da água; todavia também permitia que o “aguadeiro” retirasse água do poço cujo líquido era racionado e que vendesse a mesma água para a população, que por sua vez tinha água racionada.

Daí a indignação: “Não existe água para distribuição normal e gratuita, mas existe para ser **vendida** à população que, afinal de contas, paga taxa de água à

³⁷² MORADORES DA VILA PLANALTO ESTÃO COMPRANDO ÁGUA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 4, 2 jan. 1967.

³⁷³ Ibidem.

Municipalidade.”³⁷⁴ E, logo em seguida, a cobrança de outra conduta dos gestores públicos municipais: “Que o “Aguadeiro” venda água, nada de mais, mas que essa água saia do pôço da Prefeitura, isso não!”³⁷⁵

As instalações sanitárias eram outro relevante ponto-problema para a modernização da infra-estrutura da cidade de Campo Grande, mas que também não atendia a maioria da população. As instalações sanitárias dos domicílios eram caracterizadas como: 4.921 mil com fossa rudimentar, 3.634 mil com fossa séptica e 637 mil com outro escoadouro.³⁷⁶ Portanto, rede de esgotos era algo ainda inexistente.

A maior parte dos dejetos não recebiam nenhum tipo de tratamento, sendo literalmente jogados em buracos (fossas) nos quintaes ou despejados, embora ilegalmente, no córrego mais próximo da residência ou do estabelecimento comercial, como no caso dos Córregos Maracaju, Prosa e Segredo³⁷⁷, que passam pela região do centro comercial, realidade essa que foi tornada ainda mais pública em 1963, pois o JCE fez um “apelo” às autoridades competentes da Prefeitura Municipal de Campo Grande para que findassem com a prática de despejar dejetos nos córregos existentes no centro da cidade.

Já se elevam a dezenas as ligações clandestinas de esgotos domiciliares, tanto da cidade como do bairro do Amambaí, para as águas do córrego Segrêdo.

O fato, que não sabemos se é de conhecimento das autoridades sanitárias, constituirá em breve, criminoso atentado à saúde pública.

Nos meses de maio a outubro aquêlo córrego quase seca completamente, formando depósitos de imundícies e como a ligação de esgotos continua com freqüência, dentro de alguns meses a situação deverá agravar-se com o grande volume de detritos que ficarão retidos em vários pontos de sua extensão, no perímetro urbano.

Apelamos para o Sr. Dr. Secretário de Saúde do Município para que estude a situação e tome providências imediatas para evitar que, em breve a população esteja ameaçada na sua saúde.

Ao que consta, também o córrego Prosa caminha para a mesma situação.³⁷⁸

No que se refere ao ato de denunciar e de cobrar providências, o JCE mostrava-se sempre muito atuante. Ora denunciando e fazendo “apelo” para que fossem tomadas medidas para não faltar mais energia elétrica, ora denunciando a falta de água potável nas residências, ora denunciando a existência de canalizações de esgotos clandestinos feitas pelos próprios moradores do centro de Campo Grande, que por sua vez aumentavam sobremaneira a poluição das águas e causavam mau odor.

³⁷⁴ MORADORES DA VILA PLANALTO ESTÃO COMPRANDO ÁGUA. Op. cit., 1967.

³⁷⁵ Ibidem.

³⁷⁶ FIBGE. Op. cit., 1960, p. 112.

³⁷⁷ “Os córregos Prosa e Segredo atravessam a cidade, o primeiro de leste para oeste e o segundo no sentido norte-sul.” (FIBGE. *Campo Grande* – Mato Grosso. Texto de Jorge Costa Ormond, diagramação e gráficos de Guilherme Camarinha Martins. Rio de Janeiro: IBGE, set. 1969, p. 7).

³⁷⁸ ESTÁ SENDO CRIMINOSAMENTE POLUÍDA A ÁGUA DO CÓRREGO SEGRÊDO NO CENTRO URBANO.

Todas essas ações, que podem ser consideradas como “apelos” em prol da modernização do espaço citadino sinalizam que esse meio de comunicação – o *Jornal Correio do Estado* – centrava parte de seus “apelos” em questões que interessavam mais aos sujeitos da elite campo-grandense do que propriamente ao “povo comum”, já que esse “povo comum” não tinha acesso a tais modernizações. Isso pelo fato de não ter meios materiais de adquirir ou de manter o pagamento das contas de energia elétrica e de água encanda. Por esse motivo, quando o JCE encampa “apelo” para tais modernizações, na verdade está encampando “apelo” para beneficiar a elite e não o “povo comum”.

O “apelo” por providências foi bem recebido por alguns leitores do *Jornal Correio do Estado*. Prova disso é que foi publicada outra matéria sobre o referido assunto, com o intuito de “renová-lo”, sobretudo no que tange ao alerta feito às autoridades competentes, que de uma forma ou outra também integravam a elite campo-grandense.

Córrego Segrêdo é aquele que corta a cidade de Norte a Sul, passando pelos fundos da gare da Noroeste, indo de encontro com o Córrego Prosa, logo abaixo do Horto Municipal.

A respeito dêsse Córrego – Segrêdo – publicamos em nossa edição do dia 28 de Janeiro (de 1963) [...], um apêlo à Secretaria de Saúde da Prefeitura para que tomasse enérgicas providências contra inúmeras ligações de esgôtos particulares que estariam ameaçando a higiene e a saúde públicas.

Várias pessoas nos procuraram pessoalmente ou por telefone, aplaudindo a nossa iniciativa e denunciando vários abusos que estavam sendo praticados.

Não sabemos se o nosso apêlo teve repercussão, na época, mas estamos a renová-lo nesta nota, pois outras ligações estão para ser feitas, segundo se informa, e a Prefeitura terá, em futuro próximo, que lutar com seríssimo problema, qual seja dar escoamento aos detrimientos e fezes humanas que ficarão, no período da sêca, retidos ao longo daquêle córrego, por ser, então, pequeno o volume de água.

Antes que o mal cresça, seria acertado a Secretaria de Saúde providenciar a localização das saídas dêsses esgotos e tomar as providências necessárias, preservando, assim, a segurança da população.

O mesmo deveria ser feito com relação ao córrego Prosa.³⁷⁹

O surgimento ou a construção paulatina dessa realidade de ligações clandestinas de esgotos que, no entender do JCE, ameaçavam a “higiene e a saúde públicas” externa mais uma vez qual era a preocupação de tais textos, tanto dos sobre energia elétrica, como dos textos sobre água potável ou dos sobre o sistema de esgotos, qual seja, dotar materialmente a cidade de infra-estrutura moderna.

Interferir na natureza, imprimindo nela regras de higienização e de urbanização, que até então pouco tinham sido realizadas, embora fossem institucionalizadas pelo poder público municipal ainda na primeira década do século XX, que é o caso do Código de

Jornal Correio do Estado, Campo Grande, p. 1, 28 jan. 1963.

³⁷⁹ POLUIÇÃO DAS ÁGUAS DO CÓRREGO DO SEGRÊDO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 6

Posturas da Villa de Campo Grande³⁸⁰, datado de 1905, da Planta da Cidade de Campo Grande³⁸¹, datada de 1909, e da Planta do Rocio e Villa de Campo Grande³⁸², datada de 1910.

Um dos maiores êxitos, talvez o maior, do planejamento dessa infra-estrutura moderna constituía, justamente, no fato da cidade ter, de todo jeito e em qualquer situação: energia elétrica e água potável encanada. Em menor proporção apareciam: rede de esgotos, iluminação citadina, vias públicas higiênicas, dentre outros elementos.

Contudo, não ter eletricidade nos estabelecimentos e nas residências e nem água potável nos encanamentos eram realidades inaceitáveis, até porque inviabilizavam quase que integralmente o cotidiano da elite de Campo Grande, pois tais sujeitos tinham que ficar no período noturno em suas residências e, ao mostrarem-se aos demais sujeitos, mostrar-se-iam em situação desagradável, já que estavam sem realizar o básico da higiene pessoal para uma sociedade como a campo-grandense, como o banho, uma vez que não havia sequer água para tal higienização.

Entretanto, a situação não foi resolvida, embora as matérias de “apelo” do JCE continuassem a ser publicadas com bastante frequência, tanto que a água encanada potável e energia elétrica continuaram a ser destacadas publicamente, pelo menos até o início da década de 1970, como pontos-problema para o processo de modernização infra-estrutural do centro da cidade de Campo Grande e, obviamente, da elite que territorializava o mesmo espaço dessa cidade.

Cidade essa que tinha ainda na década de 1960 a maior parte dos domicílios consumindo lenha e a minoria com geladeira. Nessa mesma década o tipo de matéria-prima utilizada no fogão era: 8.479 mil domicílios serviam-se com lenha, 2.895 mil com gás e 1.854 mil com outro combustível. O rádio estava em 5.867 mil casas e a geladeira em 2.269 mil domicílios.³⁸³

Já em 1970 os dados da FIBGE indicam que havia 26.394 mil domicílios em Campo Grande, dos quais 21.864 mil eram duráveis e 4.530 mil rústicos. A condição de ocupação era: 12.832 mil domicílios próprios, 9.947 mil alugados e 3.615 mil cuja condição de ocupação foi caracterizada como “outros”.³⁸⁴

A constatação de existir em Campo Grande 3.615 mil domicílios denominados de “outros” sinaliza com grande precisão e com assombroso crescimento numérico/percentual

fev. 1963.

³⁸⁰ CAMPO GRANDE (Município). 1º Código de Posturas da Villa de Campo Grande (30.01.1905). Op. cit., s/p.

³⁸¹ CONGRO, op. cit., p. 41.

³⁸² Ibid., p. 39.

³⁸³ FIBGE. Op. cit., 1960, p. 113.

³⁸⁴ Id., *Censo Demográfico - Estado de Mato Grosso*. VIII Recenseamento Geral do Brasil – 1970. Série Regional, v. I, tomo XXII, Rio de Janeiro: IBGE, 1973, p. 416.

o significativo aumento de moradias que nem denominação tinham, pois foram denominadas de “outros”.

Essas moradias, que não ofereciam as mínimas condições de segurança aos seus residentes, mas que mesmo assim eram locais de moradia, foram denominadas oficialmente de “outros”. No Censo de 1940 o número desses domicílios era de 44; já no Censo de 1970 a quantidade desse mesmo tipo de domicílios era de 3.615 mil unidades. Domicílios esses que, com grande certeza, nem água potável e nem energia elétrica tinham.

A rede geral de água de Campo Grande abrangia na década de 70 do século XX 10.497 mil casas e 11.418 mil domicílios tinham acesso à água por meio de poço ou de nascente. A iluminação elétrica estava em 13.438 mil residências. As instalações sanitárias dos domicílios eram caracterizadas como: 4.810 mil com acesso à rede geral, 3.690 mil com fossa séptica, 14.209 mil com fossa rudimentar e 809 com escoadouro.³⁸⁵

O tipo de matéria-prima utilizada no fogão era: 6.196 mil com lenha, 19.032 mil com gás e 623 com outro combustível. O rádio estava em 19.519 mil lares, a televisão em 7.184 mil casas e o automóvel em 4.083 mil domicílios.³⁸⁶

No aspecto físico a cidade também foi alterada em relação à década de 1960, pois no decorrer da década de 1970 a malha urbana de Campo Grande aumentou. “Pode-se dizer então que a década de 70 é caracterizada pela grande expansão urbana, com um crescimento populacional que atingiu uma taxa média geométrica de 8,0% ao ano.”³⁸⁷

O crescimento populacional foi percebido numericamente, pois a população de Campo Grande passou de 74.242 mil pessoas em 1960 para 140.233 mil habitantes em 1970. No ano de 1980 a população já estava em 291.777 mil sujeitos.

Mas não é somente por meio de cálculos que se pode compreender o aumento da quantidade de pessoas que residiam no Município de Campo Grande, e a maioria residia na zona urbana, bem como a concomitante transformação da cidade, ou melhor, a sua formação.

A arquitetura da cidade, no sentido de construções materiais, constitui importante material para compreender a formação da cidade e dos que a habitavam, até porque as formas de habitação/moradia indicam, em certa medida, as desigualdades materiais construídas socialmente pelos próprios sujeitos históricos, que no caso de Campo Grande existiam em espaço bem próximo, cerca de 1 a 2 quilômetros, do centro comercial da Rua 14 de Julho.

Se no centro comercial da cidade havia cerca de 15 prédios com mais de 10 até 17 ou 18 andares no início da década de 1970 que externavam a arquitetura verticalizada e o

³⁸⁵ FIBGE. Op. cit., 1973, p. 420.

³⁸⁶ Ibid., p. 421.

³⁸⁷ EBNER, op. cit., p. 52.

“progresso” de Campo Grande, no entorno da região central, quer dizer, nos leitos dos Córregos Segredo e Prosa, e na continuação de ambos com a denominação de Córrego Anhanduí, havia construções que representavam uma arquitetura horizontalizada, que indicava o “des-progresso” cidadão.

Essas construções eram “barracos”, residências denominadas de “outros” nas pesquisas da FIBGE, que em sua maioria não tinham energia elétrica, nem água potável encanada, nem forro ou piso de concreto no chão. Era lona preta no teto e chão batido.

Tais locais de morar eram constantemente alagados. Para tal situação muito contribuiu o asfaltamento do centro urbano (local mais alto em relação ao leito dos córregos em que estavam as moradias dos “favelados”) e a canalização de córregos, como o Córrego Maracaju³⁸⁸, que passavam pela área central.

Essa solução dada pelos poderes públicos municipal, estadual e federal fez com que a água da chuva que atravancava o comércio que margeava o Córrego da Maracaju, por exemplo, fosse inundar as casas dos moradores da beira de córregos próximos ao centro de Campo Grande, já que as águas do Córrego Maracaju desembocam no Córrego Segredo.

O Jornal Correio do Estado noticiou, sempre cobrando providências das autoridades competentes, quase que semanalmente na década de 1970 a questão desumana na qual estavam os “favelados” de Campo Grande. Questão essa que foi se intensificando na medida em que a cidade era modernizada, pois com asfaltamento das vias do centro e com a canalização de córregos a situação melhorou para uns e se agravou ainda mais para outros.

Nesse sentido, o processo de modernização da cidade de Campo Grande foi perverso. Sem dúvida melhorou a situação para determinadas pessoas, e que nem sempre eram abastadas, entretanto, fez com que a vida de outros, como a dos trabalhadores, se tornasse mais desesperadora. Exemplo disso foi a água que canalizada no centro, chegava posteriormente aos “barracos dos favelados” e literalmente os deixava sem moradia, por vezes até sem a vida.

Não foram poucos os “favelados” vítimas da força das águas, nesse caso provocada, ou agravada, pela falta de políticas públicas em tais espaços. Perda de objetos materiais, afogamentos e mortes eram comuns para os sujeitos que residiam próximos aos

³⁸⁸ O Córrego Maracaju, que deságua no Córrego Segredo, está totalmente canalizado. Conforme denominação utilizada na obra “Perfil sócioeconômico de Campo Grande”, o Córrego Maracaju possui “canalização fechada”; o Córrego Segredo “canalização aberta” e o Córrego Prosa “canalização aberta”, “leito natural” e também “canalização fechada” (CAMPO GRANDE (Município). *Perfil socioeconômico de Campo Grande – Mato Grosso do Sul* (2003). 10. ed. rev. Campo Grande: Instituto Municipal de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente (PLANURB), mar. 2003, mapa da Rede Hidrográfica, s/p. (mapa que está entre a 26 e a 27). Basicamente, “canalização fechada” consistiu em concretar os quatro lados: a parte de cima, a de baixo e os barrancos do córrego. A “canalização aberta” consiste em concretar apenas os barrancos do córrego e, em alguns locais, também o leito do córrego. Já o “leito natural” não possui tais interferências.

barrancos dos córregos. Quanto às vítimas: eram tanto as crianças como os adultos, tanto os jovens como as pessoas com mais idade. Por vezes, filhos e pais, já que no intuito de salvar os menores os pais acabavam também por morrer nas águas dos córregos.

Sem dúvida é muito difícil de precisar o que mais foi noticiado pelo JCE na década de 1970, contudo, as questões da moradia dos “favelados” e das inundações provocadas pelas águas que invadiam os “casebres” foram assuntos de relevo no decorrer dessa década. Ademais, também é preciso frisar de onde vinham esses “favelados”.

Os mesmos vinham de diversos lugares: flagelados das cheias periódicas da planície pantaneira, desempregados temporários em razão do trabalho sazonal, sobretudo de certas culturas agrícolas, retirantes e até mesmo imigrantes, em especial os paraguaios e, em menor número, também os bolivianos.

Em resumo: imigrantes e, na maioria das vezes, migrantes de outros Estados do Brasil. Migrantes do próprio Estado de Mato Grosso. Sujeitos provenientes tanto do campo como das cidades. Sujeitos que estavam, e essa é a maior razão da migração para a cidade de Campo Grande, em busca de uma vida melhor. Busca de uma vida melhor que nem sempre agradava a todos os que já residiam na cidade.

Isso porque essa busca representava a materialização de uma realidade e a consolidação/externação de um cotidiano pouco ou quase nada sintonizado com o ‘projeto’ de cidade moderna ao qual o Município de Campo Grande e, sobretudo, a cidade de Campo Grande, tinham que estar sintonizados.

Na verdade, Campo Grande tinha que ser e também servir de exemplo para as demais municipalidades e cidades do Estado de Mato Grosso e, de certa forma, também para o Oeste do Brasil. Campo Grande tinha que ter, por exemplo, arquitetura verticalizada (edifícios) e não arquitetura horizontalizada (“casebres” dos “favelados”) no centro da cidade.

O texto intitulado Mais uma favela surge em Campo Grande, que foi publicado no Jornal Correio do Estado em janeiro de 1975, sinaliza com grande propriedade essa situação, qual seja, a do crescimento da arquitetura horizontalizada. Na representação do JCE essa mesma arquitetura indicava que em Campo Grande, conforme foi escrito, “proliferam os casebres”.

A exemplo do que ocorre em outras cidades do Estado e do País, em Campo Grande também proliferam os casebres, em ajuntamento que já podem ser chamados de favelas, tal o número de habitações que estão sendo levantadas.

A mais recente, ainda em fase de formação, está na Vila Afonso Pena – antiga Sapolândia – e gradativamente vão se construindo pequenos casebres que se misturam a residências mais habitáveis já ocupadas.

A favela em pauta está começando a nascer em terreno de propriedade da Rede Ferroviária Federal e por onde passariam ou ainda passarão as

novas linhas férreas, retirando parcialmente o tráfego de trens do centro de Campo Grande. O terreno, como parece não ter dono, está sendo usado com relativa tranqüilidade por aqueles que chegam em busca de novas chances e oportunidades de vida: limpam um pedacinho de chão e começaram a levantar os esteios principais daquilo que poderá lhe servir de casas por muito tempo.

Alguns conseguem, não se sabe como nem onde, telhas até mesmo quase novas, madeiras, taboas e pregos. No mais, são pedaços de latas, de caixote, folhas de bacuri, etc. Juntando-se tudo isso a uma enorme vontade de ter algum teto para morar, levanta-se o casebre, sem nenhuma condição higiênica.³⁸⁹

Os “casebres” surgiam desagradando inúmeras ‘autoridades’ e depunham contra o “progresso” de Campo Grande. O espaço onde foi construída a moradia já era outro problema, nesse caso legal, uma vez que o terreno não pertencia legalmente aos que nele estavam. A “condição higiênica” foi vista como outro desagrado ao “progresso”.

De positivo mesmo era apenas a intenção de progredir. O Jornal Correio do Estado deixou isso muito explícito quando mencionou que as pessoas que chegavam e se instalavam naquelas condições estavam “em busca de novas chances e oportunidades de vida”.

Há pouco, um levantamento das assistentes sociais da Secretaria de Promoção Social, constatou que em Campo Grande existiam, pelo menos, 500 casas tipo barracos de favelas. Hoje, (final de janeiro de 1975) esta estatística deve estar superada em muitos números, já que é freqüente o surgimento de mini-favelas em vários pontos da cidade.

Muitos ocupam terrenos de loteamentos e acredita-se que os proprietários ainda não tenham conhecimento de que suas propriedades estão sendo usadas. Quando descobrirem, talvez, seja tarde demais para tomarem providências, já que se terá criado um problema social de relevo.

A exemplo das margens do Córrego Segredo, vários loteamentos estão sendo gradativamente invadidos pelos que aqui chegam em busca de novas alternativas de vida.³⁹⁰

Além de tais “casebres” sinalizarem muito concretamente o “des-progresso” citadino existente na região central da cidade de Campo Grande, também eram, no entender do JCE, um “problema social de relevo”.

“Problema” que tinha que ser sanado, pois a situação de “invasão” dos terrenos pelos “favelados” era ilegal e, além disso, inaceitável. Afinal, os “favelados” ocupavam áreas que não lhes pertenciam e, paulatinamente, ocupavam/invadiam cada vez mais espaços não ocupados, sobretudo os que existiam na área central de Campo Grande.

Foi por causa dessa situação de ilegalidade e de inaceitabilidade que a receptividade por parte de algumas ‘autoridades’ aos “favelados” não foi amistosa. A

³⁸⁹ MAIS UMA FAVELA SURGE EM CAMPO GRANDE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 29 jan. 1975.

³⁹⁰ Ibidem.

recepção foi muito conflituosa, ou seja, na base do “fogo” e da “patrola” para limpar o espaço ocupado pelos “favelados”.

No final do mês de janeiro de 1975 o JCE voltou a noticiar sobre a ocupação do terreno da Rede Ferroviária Federal por parte de 60 famílias.

As 60 famílias faveladas que se alojaram em terrenos da Noroeste do Brasil, na Vila Sapolândia, foram ameaçadas de despejo violento, caso eles não desocupem a propriedade ainda hoje (dia 31 de janeiro de 1975). Antonio Cícero da Costa, um servente de pedreiro e o mais comunicativo dos favelados disse que “um baixinho gordo, acompanhado de dois policiais fardados e outro paisana, não mediu palavras para falar de casa em casa, ameaçando a todos”. Valdeci Leite da Costa, pedreiro, que se encontra desempregado, disse que “eles chegaram e disseram que a gente podia arrancar as taboas e parar com o serviço, pois a companhia precisava do terreno”. Ele estava construindo seu barraco quando recebeu outro aviso: “se vocês não sumirem daqui, dentro de 48 horas, vamos por fogo em tudo e passar uma patrola em cima”. Nenhum dos favelados teve a preocupação de identificar os ameaçadores. Todavia, também nenhum deles moveu, sequer uma palha para cumprir as determinações. Valdeci, por seu turno, continua erguendo seu barraco. Hoje os favelados viverão um ambiente de intensa expectativa. Poucos dos homens – ou nenhum – sairão para seus locais de trabalho à espera dos “incendiários” e das patrolas que vão acabar com tudo, segundo as ameaças. Há um clima de tensão e todos prometem reagir a qualquer investida.³⁹¹

As representações emitidas via Jornal Correio do Estado foram das mais variadas. Indicaram desde a iminente tensão/conflito dos agentes históricos envolvidos até a passividade do ato de esperar a ação das ‘autoridades’. Parte dessas ‘autoridades’ que, por sua vez, não compartilhavam com a ação dos policiais, qual seja, a de ter intimidado por meio de ameaça os “favelados”.

O próprio JCE noticiou na mesma matéria que a Delegacia Central de Polícia tinha informado

[...] que nenhum policial foi destacado ou sequer autorizado para acompanhar os que teriam feito as ameaças, classificada como “uma arbitrariedade”. O 2º Batalhão de Polícia Militar promete fazer uma investigação para identificar quais os policiais que auxiliaram e apoiaram os ameaçadores e, puní-los, se necessário for.³⁹²

Entretanto, quanto mais o tempo passava, maior era o espaço cidadão do centro de Campo Grande ocupado pelos “favelados” e por seus “casebres”. Aumento que preocupou moradores das vizinhanças. Conforme indica o relato de um morador, vizinho dos “favelados” e dos “casebres”.

³⁹¹ FAVELADOS DA SAPOLÂNDIA AMEAÇADOS DE DESPEJO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 31 jan. 1975.

Aqui antes, só tinha duas casinhas muito pobres. Na sexta-feira, começaram a ser “construídas” outras e na segunda-feira já haviam mais quatro. Na terça mais duas e amanhã, quem sabe?”. Nestas frases está perfeitamente caracterizada a preocupação de um dos moradores do conjunto habitacional da Vila Amaral, que vê, a exemplo dos demais habitantes da região, o crescimento desenfreado de mais uma favela, em Campo Grande.

A nova favela, que fica ao lado da Vila Sargento Amaral, é uma das mais novas e a que mais cresce em Campo Grande. Há aqueles que dizem que está sendo construído um casebre por dia: sem nenhum conforto e com total falta de higiene, os favelados – homens, mulheres e crianças – vivem espremidos em míseras habitações que, mesmo nessas condições, permitem a eles que respirem com mais tranquilidade, pela certeza de ter um teto onde morar.³⁹³

Por um lado os “casebres” representavam preocupação para os moradores que não eram “favelados”, tal como noticiou o JCE; por outro, os mesmos “casebres” representavam um local de moradia para inúmeros sujeitos.

Eram homens, mulheres e crianças, na maior parte das vezes migrantes, que procuravam outros meios de sobreviver na cidade, principalmente por meio do trabalho informal e da moradia ilegal. Pessoas como os senhores João Januário da Silva, José Genil e Olimpio Francisco de Menezes.

João Januário da Silva, que estava limpando o terreno às margens do córrego Segredo, nos fundos do Horto Florestal, esclareceu que antes morava na Vila Caiçara. Mas como é pai de cinco filhos menores, o ordenado que está ganhando na Prefeitura Municipal é insuficiente para o pagamento do aluguel e para [...] o provento dos sete membros da família; por isso, ele teve que procurar um local onde levantar o seu barraco, onde não pagará nenhum aluguel e terá melhores condições na opinião dele – de viver com sua família.

José Genil, pai de seis filhos também menores, chegou há alguns dias de São Paulo, onde esteve em busca de melhor trabalho, o que acabou não conseguindo. É ele quem explica que, antes, residia em Cuiabá e que a enchente do rio, no ano passado, levou toda a sua casa e os poucos móveis, utensílios e roupas que tinha. Deixou a Capital para tentar melhorar sua vida mas acabou tudo e agora está, também junto com os demais favelados, construindo a sua casa. “Os esteios já estão fincados e amanhã ou depois eu já posso mudar com todos os meus”, disse ele ontem (dia 14 de maio de 1975).

Para Olimpio Francisco de Menezes, natural de Cascavel, no Paraná, e que chegou há alguns dias a Campo Grande, em busca de trabalho, a situação não difere muito. Sem ter praticamente nada, ele encontrou nos fundos do Horto Florestal e ao lado do conjunto, o “paraíso” que não via há muito tempo. Ele garante que tentou encontrar uma casa para alugar “mas o preço era muito maior do que eu posso ganhar com meus biscates”. Na situação destes três entrevistados, estão os outros que habitam o mesmo local, e estarão aqueles que já estão “sondando o ambiente” para providenciar suas mudanças.³⁹⁴

³⁹² Ibidem.

³⁹³ CRESCIMENTO RÁPIDO DE FAVELA PREOCUPA MORADORES DA VILA AMARAL. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 15 maio 1975.

³⁹⁴ Ibidem.

A medida que o relato jornalístico foi escrito transpareceram também outros elementos da realidade dos “favelados”, tais como as questões familiar, de trabalho, de migração, de expectativa de melhoria de vida e não menos a questão da moradia, local material de fundamental importância para os “favelados”.

Embora os motivos que levaram Silva, Genil e Menezes a vir para Campo Grande fossem distintos, já os que os levaram a ocupar/invasão o terreno da RFFSA não o eram. Todos queriam um lugar para construir os seus “casebres” e, com isso, abrigar suas famílias e não terem que dispendir valores em aluguel.

Além disso, o trabalho era outro ponto de destaque, já que residindo muito próximo ou, bem dizer, no centro de Campo Grande, tais pessoas tinham mais facilidade de trabalhar; ou como disse o senhor Menezes, morador de um dos “casebres”, fazer “meus biscates”.

Esse espaço que possibilitava a moradia, mesmo que precária para os modelos sanitários da elite campo-grandense, também viabilizava outras situações, porém mais problemáticas. O local em que os “favelados” tinham feito suas moradias não tinha

[...] as mínimas condições de higiene – não há banheiros nem poço – vivem como podem e na opinião dos adultos, o maior problema é para as crianças, que vivem espalhadas no matagal, correndo risco de ser picadas por cobras. Também nenhuma delas – mais de 30 – freqüenta escola.³⁹⁵

Mesmo diante dessa realidade, o JCE também noticiou que alguns dos “favelados” representaram o local de moradia como sendo um “paraíso”. Contudo, informou igualmente que o mesmo não se podia afirmar por parte dos moradores da Vila Sargento Amaral, que eram vizinhos dos “favelados”. O JCE informou que os

[...] moradores da Vila Sargento Amaral, por seu turno, nada teriam contra a permanência dos favelados naquele local, não fosse a ameaça que representam, em termos gerais. São poucos os que se atrevem a deixar algo usável para o lado de fora das casas, já que alguns furtos foram verificados ultimamente. Não se sabe ao certo se foram os favelados que levaram os objetos (até cadeiras) mas presume-se que sim. Paralelamente, reclamam os moradores da falta de higiene dos favelados, o que já provoca a exalação de um considerável mau cheiro. “As suas necessidades naturais são feitas nos matos”, segundo os que reclamam, queixando-se ainda das bagunças noturnas, dos bêbados que andam pela vizinhança e pelas brigas entre os pequenos favelados e as crianças do conjunto. Vários apelos já foram feitos à Prefeitura Municipal, que nunca tem condições de tomar nenhuma providência, o que é perfeitamente válido. Entretanto, algo poderia ser feito pelo menos para melhorar o sistema de vida destes favelados e, conseqüentemente, dos moradores da Vila Amaral, que viveriam um pouco mais tranqüilos.³⁹⁶

³⁹⁵ CRESCIMENTO RÁPIDO DE FAVELA PREOCUPA MORADORES DA VILA AMARAL. Op. cit., 1975.

Os conflitos material, sanitário e sonoro pelos quais passavam os moradores da Vila Amaral eram explícitos. Entre as práticas cotidianas realizadas pelos “favelados” que sinalizam com bastante relevo o fato de alguns dos moradores da Vila Amaral não quererem mais a presença dos “favelados” próximo às suas moradias estão: furto de bens móveis, falta de higiene, odor, falatório desproporcional ao ambiente e ébrios nas ruas.

Nesse sentido é válido frisar que a construção do “paraíso” de uns, nesse caso dos “favelados”, também representou a edificação do “inferno” para outros, que eram os moradores da região. Isso porque as práticas cotidianas dos “favelados”, bem como as moradias que tinham construído, eram social e legalmente bem menos aceitas pela municipalidade de Campo Grande e, é claro, pela sociedade que a compunha.

Municipalidade essa que tinha sim informações a respeito do crescimento dos “casebres” na cidade, mas que pouco conseguia fazer para atenuar ou findar esse mesmo crescimento que, conforme externou o JCE, estava

[...] causando sérias apreensões às autoridades municipais, que se mostram cada vez mais preocupadas com a proliferação de favelas em vários pontos da cidade. Esse dado apavorante foi conseguido mediante um levantamento, ainda parcial, que está sendo efetuado pela Secretaria de Promoção Social a pedido do chefe do Executivo, que pretende mostrar ao ministro Rangel Reis, do Interior, que se alguma providência não for tomada com vistas ao desfavelamento de Campo Grande, futuramente estará criado, um problema de difícil solução.

Até o momento as funcionárias da Secretaria de Promoção, coordenadas pela socióloga Suely Neder, efetuaram um completo estudo em seis núcleos de favelados alcançando um índice alarmante: na recontagem de famílias faveladas anotou-se um crescimento da ordem de 89% no período compreendido entre dezembro do ano passado até esse mês de agosto (de 1975).

O primeiro levantamento efetuado pela Secretaria indicou a existência de 2.212 favelados em dezembro de 1974 enquanto que agora, faltando a recontagem em dez dos 16 núcleos existentes, a população favelada já se eleva a 2.622.

Este terceiro levantamento, esclarece a socióloga Suely Neder, deverá estar concluído até o final desta semana. Pretende-se mostrar a Rangel Reis que o crescimento da população favelada está atingindo níveis assustadores e caso não seja tomada uma providência, a curto prazo e com objetividades, não mais será possível controlar a proliferação das favelas.

O prefeito Levy Dias, por seu turno, esclareceu que a Prefeitura já apresentou um plano ao ministro do Interior, pedindo a construção de 1.000 unidades residenciais para atender a essas famílias pobres. Em menos de seis meses, a contar de agora (agosto de 1975), esse plano deverá estar totalmente superado e já se faz necessário a elaboração de um outro que terá, de qualquer maneira, que contar com auxílio do governo, através do BNH, no sentido de se construir residências populares para abrigar essas famílias que em qualquer canto levantam seus barracos e passam a viver em condições sub-humanas, colaborando para uma queda ainda mais sensível do nível sócio-econômico e sanitário de Campo Grande.

³⁹⁶ Ibidem.

O que se observa atualmente, no campo administrativo municipal, é um ambiente de expectativa e de extrema cautela diante do grave problema da proliferação das favelas. Baseando-se no índice de crescimento até agora apurado, teremos, ao final dos trabalhos de recontagem, uma população favelada da ordem de 3.900 pessoas. Ainda calculando-se o aumento dessa população nas mesmas bases Campo Grande terá em dezembro (de 1975), cerca de 5.100 favelados, o que traduz um índice geral assustador, ou seja, um crescimento populacional das favelas da ordem de 131%.³⁹⁷

Quantitativamente os números serviam como um indicativo muito seguro de que o aumento do número da “população favelada” tinha que ser pensado como uma das preocupações mais “assustadoras” da cidade de Campo Grande, já que o percentual dessas pessoas crescia 11% ao mês e 131% ao ano e, além disso, que esse mesmo percentual crescia cada vez mais por causa da construção de “casebres” em terrenos próximos ao centro comercial da cidade de Campo Grande.

Parte dessa “população favelada” provinha das mais diversas cidades dos Estados do Brasil e também do campo. Por distintas razões esses “retirantes” fizeram do espaço urbano de Campo Grande o lugar escolhido para residir. Mesmo denominados representativamente como “miseráveis despedidos”, esse “povo comum” permaneceu na zona urbana, até porque continuar vivendo na zona rural tinha se tornado inviável para muita gente, pois essas “pessoas comuns” não tinham terra ou nela não podiam ficar para produzir o seu sustento e o de suas famílias.

Essas pessoas migraram, então, para a zona urbana com o intuito de resolver os seus problemas de falta de trabalho/emprego, de alimentação, de vestuário, de atendimento médico-hospitalar, de acesso à educação formal pública, de moradia e tantos outros mais; todavia, o que o JCE deixou bem evidente é que esses mesmos migrantes que chegavam em Campo Grande em busca de uma via melhor e que queriam resolver seus problemas eram também eles próprios os responsáveis por criar problemas de outras ordens para as ‘autoridades’ públicas e privadas da municipalidade, notadamente porque invadiam terrenos particulares para construir “casebres”, no caso da moradia.

Além de parte dos “favelados” ser migrante de outras Unidades Federativas do Brasil, havia “favelados” que tinham migrado de Municípios existentes no próprio Estado de Mato Grosso, tal como os trabalhadores desempregados, que migravam em razão das condições naturais do ambiente, nesse caso climáticas.

Em agosto de 1975 o JCE publicou texto noticiando as conseqüências maléficas das geadas ocorridas no campo. Em virtude dessa situação muitos trabalhadores ficaram sem trabalho/emprego nas lavouras de café e, com isso, tiveram que fazer da cidade, que nesse caso era a de Campo Grande, um lugar muito provável para ser habitado, tendo em

³⁹⁷ POPULAÇÃO FAVELADA CRESCE 11% AO MÊS EM CAMPO GRANDE. *Jornal Correio do Estado*, Campo

vista que não podiam permanecer na terra, já que eram somente trabalhadores e, na maioria das vezes, apenas trabalhadores temporários.

As últimas geadas foram drásticas no Sul do estado, deixando milhares de pessoas desempregadas em todo o Mato Grosso. O fato é inegável. Muita gente ignora, entretanto, que rumo tomou aquele pessoal desempregado em centenas de propriedades, onde o café se constituía na principal atividade.

Todavia, não é muito difícil saber a parada dessas famílias. Desiludidas com o que ocorreu em julho (de 1975) [...], elas tiveram um único remédio: dar adeus às fazendas e buscar às margens das rodovias, os casebres abandonados e os locais onde pudessem conseguir algum alimento. [...] (Nas) proximidades da torre da EMBRATEL em Campo Grande, cerca de 15 pessoas procedentes de uma fazenda da região, encontravam-se abrigadas num velho barracão.

Conversavam, lamentavam e não tinham a mínima idéia de onde poderão arranjar um novo meio de vida. Quase à hora do almoço, lá estavam os pobres desempregados desconhecidos de todos, imaginando e sonhando com o futuro ainda incerto. Alguns agasalhados, outros na completa miséria, aqueles homens, mulheres e crianças só puderam carregar das suas antigas moradias, alguns pertences e a inseparável trouxa de roupas. Calejados pela lida com a terra, com as lavouras, os retirantes ficaram à míngua. Já estão causando, inclusive, alguns problemas. Segundo o proprietário da Churrascaria Búfalo, às margens da BR-163, seus vizinhos queixaram-se há alguns dias do comportamento daquelas pessoas, que vão vivendo sob a cobertura de um barracão sem paredes, quase ao relento.

Além dos vizinhos, quem se queixa agora é o próprio dono daquela casa [...], que teme uma invasão a qualquer hora, pois segundo ele, “o pessoal se encontra ali desde a semana retrasada, sem trabalhar e com muita fome”.³⁹⁸

O relato feito pelo JCE sobre a realidade dos desempregados rurais indica que o espaço urbano e central da cidade de Campo Grande não foi o único a ser ocupado pelas “pessoas comuns” na tentativa de conseguirem trabalho e moradia. Locais bem mais afastados do centro urbano também foram territorializados de outras formas.

Contudo, os conflitos, as tensões e as privações continuaram a ser basicamente as mesmas: falta de trabalho, invasão de espaços para servir de base para as moradias, falta de alimentos e de vestuário e elevada desconfiança por parte das pessoas que já residiam próximo aos tais “casebres” das “pessoas comuns”.

Por fim, o JCE não deixou de afirmar que as ‘autoridades’, nesse caso as públicas, nada tinham feito para minorar as dificuldades daqueles desempregados. Conforme foi noticiado: “Até agora, nenhum poder público se preocupou em saber a situação deles. Enquanto isso, eles vivem: como míseros despedidos, mas vivem.”³⁹⁹

Grande, p. 1, 13 ago. 1975.

³⁹⁸ VIVEM NUM BARRACÃO, NA SAÍDA PARA CUIABÁ. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 18 ago. 1975.

³⁹⁹ *Ibidem*.

Além disso, não se pode deixar de explicitar também que esses sujeitos foram pensados como “miseráveis despedidos” e como “pobres desempregados desconhecidos”. No entender de quem os representou, esses mesmos sujeitos tinham poucos pertences materiais, eram pessoas propensas a furtar alimentos dos demais moradores da região, já que não possuíam trabalho e nem alimentos para consumir, bem como mereciam ser vigiados de perto, isso para evitar males maiores, como por exemplo o furto de objetos.

A externalização desse tipo de representação a respeito dos “favelados” indica com tamanha precisão o quão mal-quistos esse “povo comum” era por parte da sociedade de Campo Grande. Em razão da condição material que tinham foram pensados como sujeitos merecedores da desconfiança alheia, principalmente porque não tinham moradia e nem trabalho que se enquadrava nos moldes impostos pela sociedade modernizada: residências, geralmente, de alvenaria e trabalho formal, aquele amparado pelas leis.

Ao não ter tais condições – as de moradia e as de trabalho – essas “pessoas comuns” tornavam-se, quase que sem exceção, sujeitos que integravam e que construíam/externavam a pobreza material da cidade de Campo Grande em um nível que causava extremo impacto e desconforto, na maioria das vezes não mais do que visuais, aos sujeitos que viam ou que passavam pela “miséria” material em que estavam as “pessoas comuns”.

Entretanto, nem sempre o impacto e o desconforto visuais eram ampliados, isso no entender do *Jornal Correio do Estado*, para outros elementos da realidade dos “favelados”. Fazia-se necessário que as visões fossem ampliadas. Justamente por isso é que a “miséria”, por vezes, também foi mencionada em mais detalhes nas matérias que o JCE publicou no decorrer da década de 1970.

O intuito era o de fazer com que a ‘população’ de Campo Grande conhecesse de forma minuciosa, ou o quanto mais fosse possível, o cotidiano dos “seus favelados”. Isso, é claro, através do relato publicado pelo JCE. Era preciso “sentir a vida na favela”, conforme noticiou o JCE.

Quando resolvemos observar como crescem as nossas favelas, pensamos em escolher um domingo para visitá-las.

Poderíamos ouvir muita coisa, num dia em que as preocupações e os problemas não fossem tantos, daquela gente humilde entregue ao “Deus dará”.

Estivemos em vários núcleos. O primeiro deles, por sinal o que mais aumenta, é o do Segredo, onde o aglomerado de casebres e barracos contrasta, às margens do córrego, com a “floresta do concreto” do centro da cidade.

Campo Grande não conhece ainda os seus favelados. Não sabe quem são, nem de onde vieram. A condição de vida de cada um, entretanto, vai interessar muito à Prefeitura, ao Estado e até mesmo ao Ministério do Interior, quando for decretado o fim daquelas áreas.

Campo Grande não tinha favelas até dois anos atrás. O fenômeno social passou a existir, justamente depois que espalhou-se pelos “brasís afora” a fama de que crescia vertiginosamente no Sul de Mato Grosso, uma das mais desenvolvidas metrópoles do Centro-Oeste do País, com muita oportunidade de trabalho e uma contribuição considerável à economia nacional.⁴⁰⁰

Nessa parte do texto intitulado Um domingo na favela, o Jornal Correio do Estado respondeu indagações por ele mesmo externadas: “de onde vieram” e em busca de que escolheram Campo Grande para viver. Entretanto, mais do que indagar e responder, o JCE deixou textualmente elucidado o entendimento que possuía a respeito do surgimento dos “casebres” e dos “barracos” na cidade de Campo Grande.

No entender desse meio de comunicação o “fenômeno social” ou o “problema dos casebres” existia porque as pessoas migraram para o sul do Estado de Mato Grosso, sobretudo para Campo Grande, em busca de “oportunidade de trabalho” e em razão da “economia” da região ter índices de crescimento muito acima da média nacional.

Realidade essa que, conforme noticiou o JCE, nem sempre era verdadeira. O que havia de concreto era, na verdade, um falatório sobre a existência de “oportunidade de trabalho” e da “economia” estar em ótima fase, porém, essa realidade não existia para todas as pessoas.

Portanto, a “fama” de trabalho para todos e de economia próspera eram as maiores causadoras da migração e do crescimento do número de “casebres” na cidade e não a falta de ações governamentais, como, por exemplo, políticas públicas de trabalho e de habitação que amparassem tais migrantes.

Mas mesmo tendo esse entendimento da situação, o JCE não deixou de mencionar que o “problema” dos “favelados” e dos “casebres” era significativo e que do jeito que estavam – passando por privações de várias ordens – não poderiam ficar, até porque deixá-los sem amparo apenas corroboraria para que o tal do “problema” aumentasse ainda mais e causasse desconfortos de maiores proporções aos próprios órgãos públicos da municipalidade de Campo Grande.

Assim foi noticiado:

Hoje (agosto de 1975), até mesmo as autoridades estaduais se assustam, quando percebem que o crescimento do número de favelados irá provocar o mais tardar em dois ou três anos, um dos maiores problemas sociais para o município resolver. Ou então, tentar dar-lhe uma solução adequada. Para alguns, a favela é algo de curioso, pois áreas de habitação como estas, somente foram conhecidas no Rio, São Paulo, Bahia e em poucas cidades interioranas.

Em Mato Grosso mesmo, apenas Corumbá possuía alguns núcleos de favelados.⁴⁰¹

⁴⁰⁰ UM DOMINGO NA FAVELA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 7, 19 ago. 1975.

⁴⁰¹ *Ibidem*.

Esse tipo de afirmação delimita até que ponto o JCE concebia a questão da moradia. Os “casebres” eram “problema” para a municipalidade na medida em que aumentavam quantitativamente e também quando ocupavam mais e mais locais do centro da cidade de Campo Grande e não, propriamente, pelo fato de tais “casebres” terem migrantes ou não, em geral sem ocupação fixa, e residindo em moradias sem as mínimas condições de habitabilidade, tanto do ponto de vista da salubridade como da segurança.

Ademais, a afirmação de que no Estado de Mato Grosso somente o Município de Corumbá tinha “favelas” ajuda sobremaneira a compreender outra representação emitida pelo JCE a respeito da questão da moradia, isto é, a de que ao contrário da realidade do leste brasileiro, o “progresso” existente no oeste não era um “progresso” que convivia com os “favelados” e seus “casebres”, exceto Corumbá, porém, somente “alguns núcleos” eram de “favelados”.

Diante do que sinalizam tais representações, pode-se entender melhor a tensão/conflito social de parte da sociedade – notadamente da elite – que residia na cidade de Campo Grande, inclusive de parte dos sujeitos que trabalhavam no próprio Jornal Correio do Estado. Essa posição de relato do cotidiano dos “favelados” foi externada em meados de agosto de 1975 pelo JCE.

Domingo na favela

A favela do Segredo, conhecida por muitos também como “Querosene”, amanhece movimentada. Portas retorcidas e balançando são abertas, saindo de casa adultos e crianças. É domingo. Uma única “rua” divide as duas filas extensas de casebres. Ao fundo, observa-se o inverso desse quadro: são os aranha-céus de Campo Grande, onde outra classe de gente assiste comodamente o raiar de um novo dia.

De encontro do córrego do Prosa com o Segredo, até a ponte de madeira que une aquela área ao conjunto residencial Sargento Amaral, contam-se cerca de 30 casas. Anda-se um pouco mais, passa-se a ponte, lá estão mais duas dezenas. A favela aumenta a cada mês, tanto em número de casebres como de moradores. A extensão desse núcleo já atinge o local onde será construído o viaduto “Coronel José Ênio de Macedo”.

À primeira vista, vislumbra-se uma mistura de mato e barracos. Quando a gente se aproxima, os detalhes diferenciam bem cada aspecto particular da favela propriamente dita.⁴⁰²

A descrição do cotidiano existente na “Favela do Segredo” não deixa de ser a externalização de contrastes entre duas formas de territorialização do espaço urbano da cidade de Campo Grande, isso porque o cotidiano da favela foi construído tendo como base o cotidiano e os bens materiais de “outra classe de gente”, ou seja, a elite campo-grandense.

⁴⁰² UM DOMINGO NA FAVELA. Op. cit., 1975.

Por meio dessa evidenciação de contradições entre o que pode ser denominado de “progresso” e de “pobreza” materiais, o JCE procurou narrar a vida dos “favelados” e da “Favela do Segredo” como sendo movimentada, constituída de adultos e de crianças, alicerçada em engenharia e arquitetura próprias, pois distanciavam-se largamente da engenharia e da arquitetura existentes nas moradias da “outra classe de gente”, local em que haviam cerca de 50 “casebres”, número que, por sua vez, aumentava a cada mês, bem como a quantidade de “favelados”.

A narração, denominada Primeiro quadro, indica que esses “favelados” realizavam diversas ações, desde a coleta de materiais que serviam para construir ou fazer reparos nos “casebres” até o conserto de bicicletas.

Primeiro quadro

Do lado esquerdo do córrego Segredo, ainda no asfalto, avista-se a criançada brincando e alguns rapazes consertando bicicletas. São 9 e meia: um homem está agachado à porta do casebre cercado de arame farpado, outro lichando um velho tambor, enquanto a criança procura o cachorro.

O vento sopra levemente. Surge então, a vontade de nos aproximarmos um pouco mais, para manter contato com aquela gente. Papelão e alguns caibros fazem a cobertura da mísera casinha de madeira.

À esquerda, as demais possuem telhas, zinco e até mesmo “eternit”. Uma grande mistura. Como arranjar esse material, só indagando. Os escritos também aparecem em duas ou três delas, atestando a ignorância e a falta de escola dos adultos que ali residem: lê-se, por exemplo “vede de” e coisas semelhantes.

Desde o início do mundo, na época da pré história, o homem já procurava abrigos. Surgiram as palafitas – habitações lacustres construídas sobre estacas, para mais fácil defesa contra as feras. Posteriormente o homem passou a habitar aldeias, vilas, cidades.

E os sem recursos, desempregados, acabaram caindo nas favelas, onde o domicílio, considerado inviolável por lei (para garantia da integridade física dos seus ocupantes) não é nada do que pensam alguns. Até nas favelas os vândalos agem, dia e noite. Quando não são larápios, os próprios moradores armam as brigas e intrigas entre si, criando uma situação realmente difícil. No fim, de tudo, como “favela é favela, nada mais que isso”, vai a Polícia, usando muitas vezes de arbitrariedade, provocando uma tensão ainda mais entre aqueles que nelas residem.

O olhar curioso da maioria, a exclamação de um favelado que indaga o porquê da visita e o semblante das crianças, obrigam-nos mais ainda a entrar pelo menos algumas horas na realidade diferente deles.⁴⁰³

A proposta de externar o cotidiano de “um domingo” dos “favelados” – na verdade cotidiano de contrastes entre a “classe” dos “aranha-céus” e, pode-se afirmar, a “classe” dos “casebres” – indica que haviam algumas questões centrais, ou que predominavam sobre as outras. Foram questões centrais na descrição publicada no JCE: o lazer das crianças, o trabalho dos adultos, a especificação dos materiais utilizados na construção/reparo das moradias e o nível de educação formal dos “favelados”.

⁴⁰³ UM DOMINGO NA FAVELA. Op. cit., 1975.

Além disso, outra afirmação contida no texto – essa muito mais em razão da representação do JCE do que em razão da descrição do cotidiano dos “favelados” – sugeriu que a condição de habitação daquelas “pessoas comuns” ser em “casebres” era não mais em razão de haver alardes de que no sul de MT existia muita “oportunidade de trabalho” e de que a “economia” estava em ótima fase, como foi dito pelo próprio JCE na mesma matéria, mas sim por causa de ações que, de todo jeito, tinham que ser aceitas socialmente.

Essa realidade tinha que ser concebida, conforme o JCE, como algo natural. Sendo assim, era natural que uns residissem nas “favelas” e outros não. O JCE justificou tal entendimento sinalizando que uns trabalhavam mais e outros menos desde o tempo mais remoto, logo, pode-se depreender que tal afirmação indica com grande propriedade que a distinção das condições materiais das moradias era também socialmente plausível. O sujeito que trabalhava mais tinha moradia melhor; o sujeito que trabalhava menos tinha moradia pior.

Ademais, as práticas cotidianas dos “favelados” – e deles com outras pessoas – tais como: furtos, brigas e violência foram igualmente indicadas pelo JCE como sendo parte integrante e algo constante no espaço em que estava a “Favela do Segredo”.

Por todas essas situações cotidianas – que de forma alguma deixam de ser representações veiculadas pelo JCE sobre as “pessoas comuns” que residiam na cidade de Campo Grande – tem-se uma noção da realidade, sobretudo da infra-estrutural, notadamente da condição material das casas dos “favelados”. Ademais, tem-se também o entendimento do JCE sobre estes mesmos “favelados”, geralmente posicionamentos demeritivos a respeito do “povo comum”. “Povo comum” que veio para Campo Grande, segundo o JCE, em razão de que “aqui há empregos para todos”.

No subtítulo denominado Fama chega ao Nordeste, a idéia de migrar para Campo Grande porque havia “empregos para todos” ficou bem mais externada. Assim o Jornal Correio do Estado noticiou tal situação:

Fama chega ao Nordeste

Campo Grande cresceu, desenvolveu-se, registrou sua primeira e esperada – explosão demográfica, mas deixa muito a desejar. É uma metrópole sem a totalidade dos recursos para atingir sua fase mais madura. Mesmo assim, apesar de todas as dificuldades, sua fama chegou ao nordeste do País.

A notícia de que aqui há empregos para todos, trouxe milhares de pessoas para cá. Habitando um dos 50 casebres da “Favela do Segredo”, vamos ao nosso primeiro entrevistado: magro, alto, cabelos bem penteados, cá está Manoel Henrique da Costa, 42 anos, 7 filhos (de 2 a 16 anos), paraibano de Iraúna. Com mulher e “penca” de crianças, demorou dois meses para chegar a Campo Grande. Saiu da Paraíba na época da seca em maio. “O Nordeste não é pobre – diz Manoel –, porque tem água em açude. E tem muito açude lá.” A conversa é interessante e começa a despertar o dom de bom falador que todo nordestino tem.

Manoel prossegue:

“A gente se desesperou e achou que tudo ia acabar. Aí eu resolvi vir embora. Juntei tudo que tinha, peguei a família e dei adeus à terrinha. Aqui cheguei e fiquei. A casinha que o senhor ta vendo aí, até que não foi muito sacrifício não... eu arranjei a madeira com o pessoal que trabalha comigo.” O ganho mensal de Manoel é de 600 cruzeiros. “Dá pra viver”, diz sorrindo o nosso entrevistado. Voltar pro nordeste? – “Não podemos ir de volta, porque a família é muito grande”. Manoel encosta-se na cerca e comenta: “O feijão ta muito caro. Tamo comprando feijão, de 7 contos, de 8 e até de 9! Se não existi um meio de melhora o ganho, o pobre vai mesmo é passa fome.”

A mulher de Manoel Henrique entra na conversa e reclama da escola para os filhos: queriam cobrar 25 cruzeiros por criança, num colégio particular perto da favela. “A gente não pode matricular nenhum, porque eles não têm registro de nascimento. Pra registrar, até testemunha é difícil a gente arranjar. Pagamos 63 cruzeiros pelo registro desse aqui”. E mostra um dos garotos, que nem chegou a freqüentar a escola.

O drama de cada um

Nove e 40 da manhã. Ainda no mesmo trecho de barracos que escolhemos para sentir a vida na favela, deparamos com um jovem! Raimundo Alves Pereira, 22 anos, cearense, três meses de Campo Grande. No seu estado natal, trabalhava na lavoura lidando com arroz, milho, cana-de-açúcar e feijão.

Aqui, arrumou seu primeiro emprego como servente de pedreiro. Raimundo sempre teve vontade de conhecer o Sul do País, ou pelo menos Paraná, Mato Grosso. Quando apareceu na cidade com seu primo ficou perdido, mas não esmoreceu. Com o espírito de luta característico do nordestino comprou por 800 cruzeiros um quartinho pintado de azul, com duas camas e um fogãozinho. E ali vai vivendo. Deixou toda a família no Ceará. Raimundo é solteiro. “Se eu pudesse volta, é claro que voltaria umas três vezes”, disse.

“Seu” Antônio, 9 filhos

De volta da feira, Antônio Cícero da Costa, 50 anos, 9 filhos, também de Iraúna. Paraíba, pára e participa da conversa. Ele mora noutra favela, a Sapolândia, e saiu do seu cantinho bem cedo para levar o “quinhão” da semana à família. “Seu” Antônio ajeita a bicicleta num canto, encosta-se também à cerquinha e fala: “No meu barraco não pago aluguel. Se fosse pagar aluguel, ai de nós. As coisas iam ficar difíceis.”

Sério e impotente o paraibano comenta: “Moço, aqui não falta serviço. Isso é uma felicidade mesmo. Estamos numa terra do governo”. Se é da Prefeitura ou do Estado a área em que ele habita, não sabe, mas faz questão de elogiar o governo. Diz que no Nordeste “nós nunca morremos de fome pela seca. Tem muito açude. O maior do Brasil tá lá, cê conhece o Orós?”

Antônio Cícero da Costa, a princípio, foi para a Bahia, tendo de lá se deslocado para o Mato Grosso, vindo para Campo Grande pela fama da cidade. Ele teme, porém, que a Prefeitura execute futuramente o despejo nas favelas campograndenses: “O dr. prefeito qué tira nós daqui, já ouviu isso? Essa história da Prefeitura construir casa cobrando 20 milhão, 30, não dá não... Si desse um terreno prá gente, com garantia ainda dava prá poupar a feira pra pagar tudo”.

“Seu” Antônio disse que poderia passar fome mas uma terrinha ele pagaria, com o suor do rosto e o sacrifício de toda a família. “Tenho fé em Deus, moço, que nós não somo funcionário; aqui o povo trabalha no duro.”

O paraibano fala dos patrões, que até agosto têm sido muito bons: “O salário aqui no Mato Grosso é quase 420 cruzeiros, mas a gente ganha mais, porque eles entendem nossas dificuldades.”

A maioria dos favelados vem mesmo de outros Estados. Para os estudiosos em sociologia, não resta dúvida de que o fenômeno da migração nordestina registrou-se também no sul matogrossense.⁴⁰⁴

O relato em forma de entrevista da realidade dos “favelados” sinaliza que a vida dos migrantes e os meios de manter a sobrevivência eram bastante variados. O que mais aproximava os “favelados” era, nesse caso, o fato deles terem sido denominados pelo JCE como sendo migrantes nordestinos que buscavam na municipalidade de Campo Grande uma vida melhor por meio do “emprego” que, conforme foi propagado pela “fama”, não faltava na cidade.

Contudo, a busca de “emprego” dessas mesmas “pessoas comuns” produziu, ainda segundo o JCE, o “fenômeno da migração nordestina” em Campo Grande. Esse “fenômeno” corroborou para o crescimento populacional da cidade, que por sua vez foi visto como uma preocupação a mais para as ‘autoridades’ municipais. No caso da “Favela da Sapolândia”, por exemplo, em menos de um ano, a população aumentou em mais de 1.600%.

Em matéria publicada no início do mês de setembro de 1975 foram explicitados números que indicam percentualmente o crescimento do “fenômeno da migração” na cidade de Campo Grande, bem como os “planos” que brevar ou, no mínimo, diminuir o ritmo de crescimento desse “fenômeno”.

As favelas de Campo Grande estão crescendo populacionalmente 8% a cada mês, segundo levantamento efetuado pela Secretaria de Promoção Social, através de uma equipe de pesquisadoras coordenadas pela socióloga Suely Neder. Ela informou (no dia 4 de setembro de 1975) [...] que nos 16 núcleos de favelados, espalhados em vários pontos da cidade, existem 3.223 moradores, índice que vem preocupando as autoridades municipais.

A região favelada compreendida entre a Sapolândia até o horto Florestal, acompanhando as margens do córrego Segredo, é que mais cresce, enquanto que as outras que surgiram a mais tempo – Monte Castelo, Vila Margarida e Vila Oracilia – tendem a diminuir: os favelados preferem instalar-se junto ao Segredo, uma área mais central e próxima a água. Na favela da Sapolândia, segundo o levantamento da Promoção social, de dezembro (de 1974) [...] até o mês de julho (de 1975) [...], registrou-se um crescimento da ordem de 1.676,7%.⁴⁰⁵

Conforme noticiou o Jornal Correio do Estado, o

[...] desemprego é dos motivos principais que (contribuiu) para o crescimento dos núcleos de favelados que, num levantamento preliminar apresentara o alto índice de crescimento de 11% ao mês. Na verdade, essa percentagem aplica-se perfeitamente às favelas situadas às margens do Segredo e a explicação é fácil, já que os favelados abandonam os núcleos distantes para virem a fixar-se em áreas mais próximas da cidade.

⁴⁰⁴ UM DOMINGO NA FAVELA. Op. cit., 1975.

⁴⁰⁵ FAVELAS CRESCEM 8% A CADA MÊS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 5 set. 1975.

Por isso mesmo verificou-se o fenômeno de enquanto umas tendem a crescer outras, em decorrência, tendem a diminuir.

Há um receio generalizado de que a recente onda de desempregos que se verifica nas áreas da cafeicultura venha a incentivar ainda mais o desenvolvimento das favelas em Campo Grande. E, conseqüentemente, o número de pessoas vivendo em condições sub-humanas.

Com base nos dados já levantados, a municipalidade pretende elaborar um plano de construção de casas residenciais baratas mas que ofereçam condições regulares de vida aos hoje favelados. Só não se sabe se quando este plano for colocado em prática, será o suficiente para atender a toda a população favelada que não pára de crescer.⁴⁰⁶

Nessa matéria ficou evidenciada a preocupação das ‘autoridades’ públicas para com a presença dos “favelados”. Os elementos da migração do campo para a zona urbana em razão do desemprego rural, o deslocamento de regiões menos centrais para outras mais próximas ao centro urbano e comercial de Campo Grande e a falta de condições mínimas de sobrevivência foram destacadas como questões que mereciam imediata solução, uma vez que a “população favelada” crescia em larga porcentagem e em diversos locais da cidade.

Mas também não se pode deixar de mencionar que essa preocupação das ‘autoridades’ públicas era bem mais em razão do espaço territorializado pelos “favelados” do que pelas “condições sub-humanas” em que estavam essas “pessoas comuns”. Isso porque a preocupação tornou-se relevante no momento em que os “favelados” vieram para o entorno do centro urbano e comercial da cidade de Campo Grande e não quando eles ocupavam as regiões periféricas da zona urbana, tanto que para inibir/acabar com a chegada/permanência dos “favelados” no local as mesmas ‘autoridades’, conforme noticiou o JCE, sinalizaram que a força era uma prática a ser utilizada para desocupar o espaço, caso os “favelados” não o fizessem pacificamente.

Entretanto, não era somente por parte das ‘autoridades’ que os “favelados” temiam ações, nesse caso violentas, tal como a de despejo. A chuva também constituía grande preocupação, até porque ceifava vidas e destruía bens materiais, em especial nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro.

A intensa chuva que caiu [...] (no dia 18 de fevereiro de 1975), em Campo Grande, causou grandes inundações na favela da Vila – Sapolândia, onde várias residências e barracos ficaram alagados pelas enxurradas. Em áreas adjacentes, onde o terreno também é baixo, a situação se repetiu, se bem que com violência bem menor, mas suficiente para causar desespero aos moradores, pegos inteiramente desprevenidos pela súbita e forte precipitação.

Apavorados com a situação, os favelados não tiveram outra alternativa senão solicitar a presença do Corpo de Bombeiros, que compareceu para auxiliar na abertura de valetas de escoamento das águas. Os bombeiros, comandados pelo sargento Carvalho, pouco puderam fazer, a não ser

⁴⁰⁶ FAVELAS CRECEM 8% A CADA MÊS. Op. cit., 1975.

orientar os favelados no sentido de providenciar a abertura das referidas valetas, eis que o volume de água era muito grande, não havendo como retirar móveis ou colchões que estavam molhados.⁴⁰⁷

A respeito dessa situação o JCE afirmou:

Os favelados, que pouco tem ficaram com menos, ainda. O balanço geral e numa primeira vista, mostrou que muitos objetos de uso pessoal foram danificados, principalmente os colchões, totalmente encharcados e sujos de lama.⁴⁰⁸

O relato do acontecido possibilita compreender que a modernização de Campo Grande não foi para todos os sujeitos da mesma forma. Enquanto que os comerciantes e moradores do centro urbano e comercial da cidade e demais pessoas que possuíam construções nas proximidades do Córrego Maracaju vibraram com a canalização das águas do referido Córrego, os “favelados”, por sua vez, ficaram sem a maioria das suas poucas “tralhas” e, possivelmente, vibraram – no sentido de movimento –, mas não de alegria, mas sim de medo com cada chuva, tal como a que vitimou parte da família de Laudelino dos Santos e outras mais.

A residência do sr. Laudelino dos Santos foi uma das mais atingidas, por situar-se em ponto bastante baixo. [...] (Na manhã do dia 18 de fevereiro de 1975), ele e sua esposa Maurícia dos Santos foram até a feira livre da Vila Taveirópolis, deixando em casa seus filhos Marilza, Rosana e Regina Celi. Com intensa chuva, as águas inundaram a residência, deixando as crianças apavoradas, pedindo ajuda dos vizinhos, que as socorreram e providenciaram a vinda dos bombeiros. Numa das peças da casa, moram os irmãos Nilton, Nelson e Marinez Tagino da Cruz: a maior parte das “tralhas” dos irmãos se perderam, danificadas pelas águas.⁴⁰⁹

A situação descrita no texto é dramática. Isto é, a forma como o processo de modernização favorece uns sujeitos e desmerece outros é que é, na verdade, dramático. Vale frisar que as inundações eram recorrentes, sobretudo no período de setembro/outubro de um ano até os meses de fevereiro/março do outro. Isso porque durante esses meses a quantidade de chuva era superior aos demais meses.

Em outubro de 1975 o Jornal Correio do Estado publicou matéria jornalística explicitando que mais pessoas tinham sofrido com a ação das “fortes chuvas”, porém nesse texto fica mais externado o que intensificou a força das águas.

As fortes chuvas que abateram sobre Campo Grande da última sexta-feira, prejudicaram seriamente algumas vilas, onde a inundações foi total.

⁴⁰⁷ CHUVA PROVOCA INUNDAÇÃO: FAVELA DA SAPOLÂNDIA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 10, 19 fev. 1975.

⁴⁰⁸ Ibidem.

⁴⁰⁹ Ibidem.

No sábado, pela manhã, as quatro residências da Vila Jacy, no Guanandy, ainda estavam tomadas pelas águas do córrego Segredo, que transbordou à altura da construção de uma ponte pela Construmat. Os operários é que ajudaram os favelados, retirando suas crianças a nado.

Uma das famílias que perdeu tudo é a de Pedro Moraes da Silva, que possui um pequeno barraco junto às margens do córrego. Ali moravam, além de Pedro, sua esposa Severina Moraes da Silva e duas crianças: uma de 7, outra de 9 anos.

Os prejuízos verificados foram grandes: apenas uma prateleira ficou intacta; o restante a água arrastou – colchões, gêneros alimentícios e alguns objetos de pequeno porte. No interior do barraco, a lama invadiu, obrigando Pedro Moraes da Silva a utilizar uma enxada para tirar um pouco da terra.

Outra família prejudicada é a de Cícero Ribeiro, que além da filha, cria uma outra menina, muda. Cícero perdeu tudo: sapatos, roupas, alimentos, panelas, colchões e 120 cruzeiros em dinheiro. Triste com o ocorrido, declarou que não sabe como vai fazer para recuperar o que foi perdido. Disse que procurou primeiramente salvar as crianças, nadando com as mesmas até as margens do córrego. A horta que havia feito nos fundos da casa, perdeu-se, e uma grossa camada de lama ficou no interior da residência.

Dona Ivanilde Vicente de Souza, da terceira casa atingida, explicou que possui dois filhos: um de três meses, outro de três anos, e ao ver as águas penetrando, pulou rapidamente e tratou de salvar a criança menor. Seus vizinhos auxiliaram-na, retirando a outra. Ivanilde, que não sabe nadar, foi agarrada por dois trabalhadores da Construmat, que deixaram-na em local seguro. A mulher chorava muito, ao ver que nada poderia salvar, dos seus pertences.

O cunhado de Cícero Ribeiro, Jerônimo Guedes, sofreu também com os prejuízos. Na manhã de sábado, saiu para ver se conseguia algum auxílio, pois todas as famílias prejudicadas estavam sem nada. Foram parar na casa de vizinhos, que também não dispõem de muitos recursos. Agora, comem e dormem ali.⁴¹⁰

A descrição desse cotidiano de prejuízos materiais e de medo frente a possibilidade de morrer em razão das inundações evidencia, mais uma vez, quais eram as prioridades seguidas para modernizar a cidade de Campo Grande, nesse caso a construção de uma ponte.

Um apoio: a indenização

O serviço na ponte que está sendo construída sobre o córrego, não foi paralisado, uma vez que os operários resolveram prosseguir na atual fase que vem atravessando. Um deles declarou que o único dia perdido foi o da chuva, pois o córrego transbordou.

A vala aberta para o desvio das águas, teve suas bordas desabadas e nas margens ficaram grandes rachaduras. Cícero Ribeiro, favelado dos mais atingidos e prejudicados, explicou que a firma que está executando a obra da ponte, bem poderia indenizar as famílias, hoje sem nenhum pertence.

Esclareceu que para construírem a ponte, tiveram que desviar o curso normal das águas, fazendo então uma vala próxima aos barracos. Houve a enchente, e conseqüentemente a inundação. Agora, olhando de um lado para outro, só se observaram prejuízos.⁴¹¹

⁴¹⁰ DESOLAÇÃO NA VILA JACY: FAMÍLIAS PERDERAM TUDO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 6 out. 1975.

O relato de Cícero Ribeiro é significativo para compreender quais eram as prioridades das 'autoridades' públicas quando modernizavam o espaço citadino de Campo Grande. Qual seja, a prioridade da modernização econômica sobre a social, pois ao ser realizada a construção da ponte foi agravada, ainda mais, a situação dos "favelados". Nesse sentido, o processo de modernização contemplou muito mais o elemento material da elite do que as "pessoas comuns" que residiam na mesma cidade.

Alguns dias depois da inundação ocorrida em 5 de outubro de 1975 o *Jornal Correio do Estado* noticiou que outras famílias também "perderam tudo", não tendo nem condição para adquirir alimentos. Segundo o JCE, essas famílias estavam "passando privações".

Duas famílias que residem em barracos à beira do Córrego Segredo, na Vila Jacy, foram (no dia 8 de outubro de 1975) [...] até a Secretaria de Promoção Social para pedir ajuda: elas perderam tudo que tinham e estão passando privações. Castorina Ramos Ribeiro, 39 anos, esposa de Cícero Ribeiro e Severina Moraes da Silva, casada com Pedro Moraes da Silva, foram falar ao secretário Shinyei que seus maridos estão trabalhando em fazendas e que ainda não sabem do que lhes ocorreu na enchente da semana passada e que por isso estavam pedindo ajuda, para alimentarem a si e a seus filhos.

Enquanto Castorina garantia ter salvo apenas um colchão molhado, Severina dizia que perdera tudo levado pelas enxurradas e que só ficara com a roupa do corpo. Os filhos pequenos foram salvos por elas, por vizinhos e por trabalhadores da Construmat, que estão construindo uma ponte próximo ao local onde residem. São duas mulheres e oito crianças passando necessidades e que esperavam conseguir algo da Promoção Social. As duas foram devidamente atendidas e pelo menos durante os próximos dias não passarão fome.⁴¹²

Aqui a ação paliativa aparece nitidamente na prática do fornecimento de alimento às mulheres Castorina Ramos Ribeiro e Severina Moraes da Silva e aos filhos das duas senhoras. Entretanto, para isso não ocorrer mais os "favelados" foram orientados pelas 'autoridades' públicas a mudar os "barracos" de lugar, pois na medida em que a cidade era modernizada o fluxo de água tendia, inevitavelmente, a ser cada vez maior e as enxurradas, igualmente, mais violentas.

Portanto, a conduta era apenas uma: não haver mais "barracos" nas proximidades dos barrancos de córregos localizados em áreas do centro urbano de Campo Grande. Sendo assim, as "favelas" tinham que, de alguma forma, desaparecer do espaço em que estavam. Nas palavras do próprio JCE, os "casebres" tinham que "mudar de local".

⁴¹¹ Ibidem.

⁴¹² FLAGELADOS DA ENCHENTE PEDEM SOCORRO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 9 out. 1975.

A favela da Vila Jacy às margens do Córrego Segredo, vai ter que mudar de local, pois as duas últimas enchentes do Córrego Segredo deixaram as residências inundadas e com mais de um metro de água, enquanto que as enxurradas praticamente levaram o pouco, mas tudo, o que tinham os moradores. E as previsões mais otimistas indicam que em qualquer chuva mais forte o problema de inundação voltará a se manifestar pegando desprevenidos os quase 30 moradores, entre mulheres e crianças, da favela da Vila Jacy.

Mas a mudança da favela não deverá ter cobertura municipal: os próprios favelados terão que demolir suas míseras casas e transportá-las para um local mais alto, inacessível às enxurradas e águas do Segredo. No sábado, quando os favelados se juntaram à beira de um barranco para apreciar a ação das águas, pela segunda vez, já se falava em mudar logo, antes que se verifique nova inundação que, inclusive, a qualquer momento poderá levar de roldão os casebres bem como seus moradores. Até agora as pequeninas residências tem resistido, mas essa resistência pode ceder a qualquer instante.

Neste sábado passado, às águas voltaram a invadir, levando quase tudo do pouco que restou. Os homens não estavam e as mulheres e crianças, logicamente, procuraram salvar-se deixando os pertences, alguns dos quais ainda retirados posteriormente, quando as fortes enxurradas estavam mais fracas.⁴¹³

Fica muito bem destacado que as inundações dos “barracos” ou dos “casebres” não eram obra do acaso, mas sim obra fundamentalmente, nesse caso, humana. Ao passo que a modernização infra-estrutural do espaço urbano do centro da cidade de Campo Grande foi feita por meio do mando das ‘autoridades’ públicas municipais houve a intensificação das tais inundações nos “casebres”.

O próprio JCE mencionou textualmente esse entendimento sobre a questão das inundações nos “casebres” dos “favelados”, pois afirmou que

[...] o mal das inundações à beira do Segredo tende a crescer a cada dia que passa. Com a conclusão da canalização do Segredo e com o aumento de áreas pavimentadas do Bairro São Francisco a descarga pelo Canal da Maracaju aumentou muito. Futuramente as enchentes se verificarão abaixo da confluência do Prosa com o Segredo, atingindo mais diretamente não só a população favelada da Vila Jacy ou da Sapolândia, mas todos os núcleos de favelas situadas à margem do curso d’água. Haverá paz somente em épocas de estiagem, o que fatalmente levará os moradores a se mudarem para outras áreas mais altas.⁴¹⁴

Para uns, fazia-se melhorias urbanas. Para outros, aconselhava-se a mudar o local da moradia. Nesse sentido é que foi publicado no final do mês de outubro de 1975 extenso flagrante, nesse caso contraditório, do modo de realizar políticas públicas para os habitantes que residiam na cidade de Campo Grande, pois parte da população era atendida nas suas solicitações, mas outra parte, quer dizer, a maioria, não o era.

⁴¹³ FAVELA DA VILA JACY TEM QUE MUDAR. ENCHENTES ESTÃO ARRASANDO COM TUDO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 13 out. 1975.

⁴¹⁴ *Ibidem*.

Prova disso é que os “favelados” desmancharam (sem a ajuda pública) os “casebres” e os construíram em terreno mais alto, mas também nas proximidades do Córrego Segredo, que por sua vez estava sendo canalizado em etapas (mas com verbas públicas).

A favela da Vila Jacy, vítima constante das enchentes do Segredo chegou ao final melancólico esperado por todos: os seus moradores desmontaram os pequenos casebres e foram para outros locais mais altos e não passíveis de enchentes.

A mudança dos favelados não constituiu surpresa, pois já era esperada até mesmo pelas autoridades municipais, que não viam outra maneira de proceder para que o pesadelo das enchentes não continuasse infernando a vida dos imigrantes.

Gradativamente os “homens das casas” foram desmontando as choupanas e os casebres. Não deixaram nada, nem ao menos um pequeno esteio: tudo está sendo usado na reconstrução, penosa mas com a garantia de uma maior tranquilidade futura. Das oito casas existentes bem próximas ao Segredo, apenas uma ainda permanece, semi-desmontada. Com mais alguns dias, acredita-se que todo o local estará limpo e quando de uma nova enchente haverá um problema a menos.⁴¹⁵

Passado algum tempo, estando já abril de 1976, a posição da Prefeitura Municipal de Campo Grande já era bem distinta da de meses atrás. Havia duas alternativas para os “favelados”: desmanchar as suas moradias ou a Prefeitura assim o faria. Essa conduta era necessária para garantir que o “progresso” de Campo Grande não estacasse por causa dos “casebres” que estavam a atrapalhar a canalização de parte do Córrego Segredo.

Em todo caso, o intuito das ‘autoridades’ era o mesmo, qual seja, desocupar o espaço, desterritorializando-o da presença dos “favelados” e dos seus “casebres”, que nesse caso eram provas bem concretas de atraso, tanto humano como material existentes na cidade de Campo Grande, cidade essa que era representada como modelo de “progresso”.

Logo, se Campo Grande continuasse a ter tais “pessoas comuns” essa mesma cidade não podia ser denominada, na maioria das vezes pelas representações veiculadas pela própria elite local, como municipalidade que possuía uma cidade que era sinônimo de “progresso”. Isso porque, havendo tais “favelados” e tais “casebres”, literalmente bem no centro da cidade de Campo Grande, havia também um contrasenso da própria elite ao afirmar que Campo Grande era sinônimo de “progresso”, já que nela havia o que pode ser considerado como “atraso”.

Todos sabiam que mais dia menos dia a favela do Córrego Segredo teria que desaparecer. Mas ninguém esperava que isso acontecesse tão cedo e muito menos neste mês de abril (de 1975), a não ser as autoridades municipais, alguns engenheiros do Departamento Nacional de Obras e

⁴¹⁵ FAVELA DA JACY CHEGA AO FIM. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 25/26 out. 1975.

Saneamento e outros, da empresa Etesco, que vai canalizar o córrego, numa segunda fase de obras. Na verdade, apenas uma parte, a que possui mais casa e mais moradores desaparecerá nos próximos dias, enquanto que ainda restará um prolongamento, após a Rua Rosa de Pires. Dentro de 15 dias todo o pedaço da favela, na altura do Conjunto Habitacional “Sargento Amaral” vai ser demolido pelos próprios favelados ou pela Prefeitura.⁴¹⁶

Esse tipo de posicionamento representativo propagado pelo JCE denota que a desocupação do espaço “invadido” pelos “favelados” foi uma ação que não teve o mínimo diálogo entre as partes envolvidas. As ‘autoridades’, sobretudo as municipais, determinaram o que devia ser feito e assim o foi: casas desmanchadas e canalização em avanço.

Na mesma matéria o JCE explicitou o entendimento do líder do executivo municipal de Campo Grande a respeito dos “favelados”.

A demolição da favela é inevitável, diz o prefeito Levy Dias, preocupado com o que se poderá fazer em benefício dos favelados, explicando que a retificação do canal do córrego e sua conseqüente canalização exigirá que as pesadas máquinas escavadeiras transitem livremente pelas duas margens, principalmente no lado que [...] está o maior número de casebres.⁴¹⁷

Quando o JCE menciona a fala – não literal – do líder do executivo municipal ocorre a externalização de uma representação da ação de representar do prefeito. Todavia, isso não impossibilita que por meio desse texto o historiador consiga pensar a concretude historicamente dada e socialmente construída pelos mais distintos sujeitos sociais, pois, de todo jeito, são práticas sociais e, justamente por isso, constituem possibilidades para que o historiador possa pensar os nexos constitutivos da realidade histórica.

Nesse caso o destaque maior não é outro senão o fato do “progresso” estar, paulatinamente, solapando o “atraso”. No lugar dos “casebres” surge mais uma modernização infra-estrutural, isto é, a continuação dos obras de canalização do Córrego Segredo.

Uma frase publicada no JCE externa com muita propriedade a ação de sobrepor a modernização econômica ao espaço territorializado pelos “favelados”. Qual seja: “Ou os favelados saem, por bem, ou terão que sair retirados à força das necessidades que geram o progresso.”⁴¹⁸

⁴¹⁶ FAVELA DO SEGREDO VAI DESAPARECER. É A PRIMEIRA QUE CAI PELO PROGRESSO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 3, 13 abr. 1976.

⁴¹⁷ Ibidem.

⁴¹⁸ Ibidem.

Essas “necessidades” que geram o “progresso” eram, justamente, a ação da elite sobre determinado espaço. Ação essa que visou expulsar os “favelados” e, sobre o espaço por eles antes ocupado, construir outra territorialização, nesse caso uma territorialização que continha uma modernização infra-estrutural.

A contrapartida das ‘autoridades’ municipais, já que o “povo comum” não tinha mais local para residir, constituiu, inicialmente, em afirmar que determinados “favelados” teriam ajuda financeira para auxiliar no transporte e na re-construção dos “casebres”.

Muito embora todos os favelados tenham ocupado o terreno ilegalmente, a Prefeitura pretende oferecer-lhes um outro trecho de terra e mais 1.500 cruzeiros de “ajuda de custo” para que todos que lá residem possam montar uma outra casinha, em condições até, mesmo muito melhores que as atuais. As “indenizações” serão pagas aos que moram na favela e não aos que tem casebres como propriedades e as alugam aos menos favorecidos. A especulação imobiliária já havia atingido até mesmo a Favela do Segredo, com os favelados que pretendiam mudar vendendo suas “finas residências” ou alugando-as por até 200 cruzeiros mensais. As transações comerciais são comuns e sempre alguém vende uma casa a outro ou as alugam aos que estão chegando e não têm onde ficar. É possível, mas isso ainda não foi definido, que até mesmo os casebres além da ponte velha de madeira sejam desocupados e demolidos.⁴¹⁹

Ao externar essa situação o texto veiculado pelo Jornal Correio do Estado indica que a intenção maior era, por parte do poder público municipal, a de “limpar” completamente as barrancas e as imediações próximas ao Córrego Segredo da presença dos “favelados”.

A canalização, por sua vez, além de ser uma forma muito concreta de explicitar “progresso” cidadão também era um empecilho para a obtenção de água por parte das “pessoas comuns”, conforme noticiou o próprio JCE, em abril de 1976:

A verdade é que com a canalização, retira-se um das condições essenciais para a formação de uma nova favela: a facilidade de se conseguir fatura de água que, muita embora seja altamente poluída, é consumida normalmente pela maioria dos moradores, que hoje apenas descem as barrancas do córrego para suprirem-se. A canalização retira esta facilidade e a favela normalmente se extinguiria, caso não houvesse necessidade de trânsito das máquinas e operários pelo local.

Os favelados não disporão de muito tempo para providenciar suas mudanças, pois o início dos trabalhos da Etesco está sendo retardado pela existência da favela, cuja retirada será um alívio para os moradores do conjunto habitacional próximo, que sempre reclamaram do crescimento do núcleo e das confusões criadas entre os próprios moradores, além da ação apropriadora.⁴²⁰

⁴¹⁹ FAVELA DO SEGREDO VAI DESAPARECER. Op. cit., 1976.

⁴²⁰ Ibidem.

A representação do JCE a respeito da questão da retirada dos “casebres” dos “favelados” indica com relativa segurança qual era o posicionamento que prevaleceu diante de todo um emaranhado de outras representações, ou seja, os “favelados” não tinham que ficar no espaço que ocupavam por, pelo menos duas razões: atrapalhavam o trabalho de canalização do Córrego Segredo e pelo fato dos moradores, que eram vizinhos dos “favelados”, isso segundo representações emitidas via JCE, desaprovarem o convívio com tais “pessoas comuns”, que não raro eram vistas/acusadas de furtarem os mais diversos objetos das casas dos moradores do Conjunto Habitacional Sargento Amaral.

O JCE considerou que esse processo de mudança era benéfico até mesmo para os “favelados”, tendo em vista a realidade da “Favela do Segredo”, que era

[...] formada por cerca de 100 casebres, cada um tendo uma média de seis moradores, dos quais, várias crianças de idades variáveis. Alguns possuem um poço de onde retiram uma água esbranquiçada e poluída enquanto que outros utilizam o córrego. As casas construídas precariamente com pedaços de madeira, de latas, de materiais velhos, panos e até mesmo porta de automóveis velhos e que fazem as vezes de portões. Todos vivem em condições sub-humanas e a mudança pode favorecer a uma melhoria para os favelados.⁴²¹

Diante dessa configuração é pertinente compreender que o “progresso” que não podia cessar era, na verdade, a modernização infra-estrutural da cidade de Campo Grande, ou seja, a continuação da obra de canalização do Córrego Segredo. Ação essa que foi pensada e representada publicamente como benéfica para a municipalidade, e isso como um todo e não apenas para alguns sujeitos, quando na verdade não foi isso que ocorreu.

Conforme o JCE representou diversas vezes, os moradores do entorno viam a retirada da “Favela do Segredo” como um “alívio”. Entretanto, persistia ainda uma questão de muito relevo, que não pôde ser desconsiderada, qual seja, “para onde transferir os moradores da chamada “Favela do Querosene”?” ou “Favela do Segredo”?

Sobre isso o Jornal Correio do Estado publicou texto afirmando que a

[...] Prefeitura deverá pronunciar-se oficialmente, (no dia 3 de maio de 1976) [...], a respeito do destino que será dado aos favelados que hoje vêm ocupando as margens do Córrego Segredo, nas proximidades da Vila Sargento Amaral. Não só o Executivo Municipal mas também a Secretaria de Promoção Social estão empenhados na solução do problema: para onde transferir os moradores da chamada “Favela do Querosene”?

O prefeito Levy Dias afirmou (no dia 3 de maio de 1976) [...] que está tentando definir um local para a localização dos favelados, mas que esta definição torna-se difícil porque ninguém quer doar terras nas proximidades da cidade, para serem ocupadas pelos favelados. Todavia, ele acredita que até a tarde [...] (do dia 4 de maio de 1976) alguma das pessoas consultadas cedam, pelo menos por empréstimo, uma área. Em caso contrário, não restará outra alternativa senão executar a idéia menos

⁴²¹ FAVELA DO SEGREDO VAI DESAPARECER. Op. cit., 1976.

recomendada em termos humanitários, mas a mais viável em termos de progresso, qual seja, doar certa quantia – em torno de 1.500 cruzeiros – para os favelados e determinar que cada um encontre um novo local para levantar seus barracos. Nessa operação, tanto a Prefeitura como a Etesco, empreiteira da canalização do Segredo, cederiam caminhões para o transporte dos casebres demolidos e pertences dos moradores.

A solução, entretanto, ainda não pode ser definida e só (no dia 5 de maio de 1976) [...] o prefeito terá condições de indicar o que realmente deverá ser feito. De qualquer forma, há uma enorme boa vontade no sentido de não prejudicar os favelados que moram às margens do Segredo, no trecho por onde passarão as máquinas que abrirão o canal natural do córrego ou mesmo um novo canal.⁴²²

O embate entre o que vinha a ser pensado como “termos humanitários” ou como sendo algo em “termos de progresso” constituiu-se em uma das centralidades do texto. Prevaleceu aquilo que era entendido como sendo constituinte do que se denominou ser em “termos de progresso”, que nesse caso era a ação de “doar certa quantia – em torno de 1.500 cruzeiros – para os favelados e determinar que cada um encontre um novo local para levantar seus barracos.”

Esse tipo de conduta, por sua vez, externa que havia sim consciência por parte de algumas ‘autoridades’ de que outras possibilidades, nesse caso a ação em “termos humanitários”, podiam ser feitas em prol das “pessoas comuns”. Ademais, também não se pode deixar de frisar que nem todas as ‘autoridades’ tinham proposto o mesmo caminho para resolver o “problema” dos “favelados” de Campo Grande.

O então deputado Sérgio Cruz, do MDB, advertiu em pronunciamento realizado na Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, na cidade de Cuiabá, que o “[...] favelado deve ser tratado como o ser humano que ele é e não como o marginal que querem que ele seja [...]”.⁴²³ O deputado Cruz defendeu “[...] o direito dos favelados” (e propôs a) [...] solução efetiva e medidas preventivas humanas para o problema das favelas de Campo Grande, principalmente a que é conhecida como “Favela do Querosene”.⁴²⁴

O parlamentar emedebista discordou da “solução imediatista proposta pelo prefeito de Campo Grande”, por considerar que o “o homem deve pagar pelo progresso que recebe, mas não pode ser vítima do desenvolvimento”. Dirigindo um apelo às autoridades governamentais no sentido de intervir “mediante decisiva tomada de posição, consubstanciada no propósito do governo federal de promover a distensão social”, o deputado reivindicou ao governo do Estado a elaboração urgente de projeto para a implantação de um núcleo de casas populares para abrigar favelados, “antes que as obras de infra-estrutura urbanística criem novos núcleos sub-habitacionais”.⁴²⁵

⁴²² AMANHÃ DECIDE-SE A SORTE DOS FAVELADOS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 11, 4 maio 1976.

⁴²³ *Ibidem*.

⁴²⁴ *Ibidem*.

⁴²⁵ *Ibidem*.

A postura do parlamentar Sérgio Cruz delimita que nem todas as ‘autoridades’ posicionaram-se como favoráveis ao “progresso” sem limites da modernização que hove na parte urbana do centro da cidade de Campo Grande. Além disso, e reside aí a maior contribuição da fala de Cruz para que se possa pensar as tensões e, sobretudo, os conflitos e as imposições de determinados sujeitos sobre a realidade de outros agentes históricos, sobressai a contradição e o antagonismo inerentes à própria concretude histórica, que nesse caso foi a realização de certos ‘projetos’ para a elite e a não-realização de outros ‘projetos’, só que para o “povo comum”.

Pode-se afirmar isso pelo simples fato das ‘autoridades’ do Município de Campo Grande terem iniciado as obras de canalização no Córrego Segredo sem nem ao menos ter “resolvido” a situação dos sujeitos que já habitavam o local. Iniciaram-se as obras e, só depois, pensou-se em como ficariam os “favelados” e que tipo de ajuda receberiam: a que pendia para “termos humanitários” ou a que guinava para “termos de progresso”, tal como o JCE polarizou a questão em matéria⁴²⁶ publicada no mês de maio de 1976.

Nesse sentido, o “progresso” serviu para ordenar os caminhos dos “favelados” e não para que com o “progresso” os “favelados” pudessem – eles próprios – construir os seus caminhos.

Entre os moradores da “Favela do Querosene” ou “Favela do Segredo”, as opiniões – a respeito do caminho imposto pela municipalidade de Campo Grande – eram das mais diversas sobre o fato deles terem que desocupar as margens do Córrego Segredo para que fosse feita a canalização do mesmo.

Os favelados das margens do Segredo estão muito preocupados com a anunciada decisão, para hoje (dia 5 de maio de 1976), do futuro que lhes foi reservado, através da Prefeitura. A única preocupação maior relaciona-se com o transporte dos barracos para um outro local, pois nenhum deles tem condições de efetuar mudança, na atual conjuntura.⁴²⁷

O JCE noticiou o relato de opiniões de alguns dos moradores da “Favela do Segredo”: uma das moradoras,

[...] Laurentina Garcia do Nascimento, foi franca ao dizer que “nem eu estou mais querendo viver aqui. Muita briga e confusão atrapalharam a minha vida”. Para ela, desde que a municipalidade arranje um novo local e a ajude a mudar, tudo está muito bem.⁴²⁸

Para o morador

⁴²⁶ AMANHÃ DECIDE-SE A SORTE DOS FAVELADOS. Op. cit., 1976.

⁴²⁷ FAVELADOS AGUARDAM DECISÃO, TRANQUÍLOS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 5 maio 1976.

[...] Bolívar da Silva de Oliveira, um pouco de dinheiro não faria nenhum mal. Mas ele quer mesmo é passagens para ele e seus oito filhos mudarem para outro lugar, outra cidade. “Nós não temos direito pra nada. Eu sei disso e só não quero é que o prefeito mande as máquinas derrubar meu barraco, que me custou quase 3 mil cruzeiros”.⁴²⁹

Já o morador

[...] Geraldo Antônio Ribeiro, pai de 12 filhos – 10 moram com ele. É dono de um dos melhores barracos e pede um pouco de ajuda financeira e passagens para se mudar para Piraputanga e começar vida nova. Ele acha que ir para aquela localidade será muito melhor do que encontrar um novo local, em Campo Grande.⁴³⁰

Por sua vez, a moradora “Constância Ferreira Rondon, 44 anos, casada e mãe de 3 filhos aceita “o que o prefeito resolver, pois nada mais me assusta nessa vida de sofredora”.⁴³¹

Outro morador, que atende pelo nome de

[...] Otaviano Tavares Lima, 69 anos, casado, aceita o que ficar decidido [...]. Caso venha a ganhar, da Prefeitura, um novo local para morar, espera apenas que não seja muito longe, “pois tenho dois filhos – uma menina e um garoto – que estudam e não quero que fiquem prejudicados com a mudança”.⁴³²

As opiniões que o Jornal Correio do Estado coletou junto aos “favelados” sinaliza diversas situações e variados entendimentos sobre o mesmo processo, porém, também não deixa de apontar ao menos uma convergência: a demolição dos “casebres”, conforme os depoimentos publicados, era algo já dado, não sendo mais possível permanecer naquele espaço.

O próprio JCE afirmou, nessa oportunidade, que, na

[...] verdade, todos estão mais ou menos prevenidos para o que der e vier e alguns inclusive, já estão com tudo encaixotado, apenas esperando a resolução municipal. E acreditam que o “seu prefeito vai encontrar um lugar para a gente morar”.⁴³³

Esse “lugar para a gente morar” fez com que a maior parte dos “favelados” saísse do lugar que ocupavam – denominado de “Favela do Segredo” –, sendo que os mesmos foram

⁴²⁸ Ibidem.

⁴²⁹ FAVELADOS AGUARDAM DECISÃO, TRANQUÍLOS. Op. cit., 1976.

⁴³⁰ Ibidem.

⁴³¹ Ibidem.

⁴³² Ibidem.

⁴³³ Ibidem.

[...] deslocados daquele para um outro que está sendo preparado pela Prefeitura, num dos bairros da cidade. A informação é do prefeito Levy Dias, assinalando que se tudo correr bem a mudança dos favelados ocorrerá ainda neste final de semana próximo: a Prefeitura vai ajudar, cedendo caminhões para que os favelados possam transportar seus pertences e mesmo seus barracos que terão que ser reconstruídos.

“Aqueles que esperavam auxílio financeiro da administração municipal vão ter que conseguir recursos próprios, pois ficara estabelecido, anteriormente, que a municipalidade só ajudaria com dinheiro cerca de 1.500 cruzeiros – caso não encontrasse um terreno para alojar as 85 famílias da “Favela do Querosene”. Como o terreno foi encontrado, os favelados vão ter que se mudar sem ajuda, a não ser no transporte.

(No dia 4 de maio de 1976) [...], máquinas da Prefeitura estavam limpando, preparando e demarcando o terreno, cuja localização ainda não pode ser revelada para evitar uma invasão de outros favelados que não sejam aqueles que obrigatoriamente terão que ser removidos. Aliás, o prefeito, ao dar a informação, (na tarde do dia 4 de maio de 1976) [...], frisou que deve se ressaltar que no terreno que está sendo preparado atualmente, só poderão se instalar os favelados que estiveram cadastrados na Secretaria de Promoção Social, como moradores na Favela do Querosene. Outros favelados, de outros pontos da cidade, não terão direito ao terreno, mesmo porque não vai caber.⁴³⁴

A ação realizada pelo executivo municipal pendeu, nesse momento, muito mais para o que o *Jornal Correio do Estado* conceituou como “termos humanitários” do que para os “termos de progresso”. Em todo caso, a solução não deixou de ser desumana para com os “favelados”, se bem que foi entendida como acertada por parte do líder do executivo de Campo Grande, que posteriormente concedeu terreno para uns “favelados” e também auxílio financeiro para outros “favelados”, que nesse caso não ocuparam o terreno escolhido pela municipalidade.

Pelas afirmações do prefeito da época, o senhor Levy Dias, a ação municipal foi adequada e resolveu o “problema” da melhor maneira, já que liberou o espaço para que fossem realizadas as obras de canalização da 2ª etapa do Córrego Segredo e realocou os “favelados” para outro lugar.

Segundo Levy Dias, “[...] os favelados não podem reclamar muito, mesmo porque o ruim seria simplesmente expulsá-los à força, sem orientá-los sobre um novo local para construir suas moradias.”⁴³⁵ Por sua vez, os “favelados” divergiam sobre a ação do executivo municipal, uns concordavam e outros desaprovavam totalmente.

O senhor Ranulfo Veron, 40 anos de idade, casado e pai de quatro filhos, achava

[...] que o prefeito Levy Dias “errou grande” arranjando um novo local para mudar a Favela Querosene. E garante que liderou a coleta de uma Lista de assinaturas que já foi enviada “ao general do Exército, para que ele não deixe o prefeito tirar a gente daqui”. O abaixo assinado, segundo Veron, foi entregue ontem (dia 6 de maio de 1976) bem cedo e pede uma solução

⁴³⁴ FAVELADOS AGUARDAM DECISÃO, TRANQUÍLOS. Op. cit., 1976.

⁴³⁵ PREFEITURA VAI DAR TERRENO A FAVELADOS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 11, 6 maio 1976.

urgente que permita a permanência do núcleo às margens do Segredo. E ele não quer saber se o canal vai ou não passar naquele trecho, e adverte: “que mudem o projeto mas não nos tirem daqui”.⁴³⁶

Já a senhora Ramona Espíndola, 43 anos de idade, solteira e mãe de quatro filhos, disse que

“Graças a Deus vamos sair daqui”. [...] (Ela) juntou as mãos e deu um sorriso alegre. A sua satisfação prende-se ao fato de que a Prefeitura arranhou um outro lugar para que ela monte novamente o seu barraco: “eu estava com medo de ter que sair por aí, com meus filhos, sem ter onde morar, sem apoio de ninguém”.⁴³⁷

Mas para a senhora Laurentina Guimarães, nenhuma dessas preocupações lhe afligiam. Para ela, que era

[...] a primeira moradora da favela, existe apenas uma preocupação: se o terreno da Prefeitura for muito distante, a sua filha vai ter que gastar a maior parte do salário que recebe, como secretária, com ônibus. E ela tem medo que os “trombadinhas” da Rodoviária façam algum mal à sua filha. No mais, tudo está muito bem.⁴³⁸

Quanto a senhora Júlia Batista, de 33 anos de idade, mãe de três filhos e que era casada com Francisco Chagas, a preocupação era outra. O marido dela era

[...] chagueiro e se o terreno for muito longe ela acha que ele poderá ser prejudicado. Não gostou nem um pouco quando viu, no jornal, que a solução era mudar e depois de dar sua opinião correu para a vizinha a fim de contar a novidade. Em pouco tempo outras faveladas se aproximaram e em menos de 20 minutos todo mundo sabia da novidade e pediam para os repórteres lerem o que estava escrito no jornal [...].⁴³⁹

Já para o senhor

José Ferreira Mota, 35 anos, amasiado com Adélcia Gonçalves de Oliveira, só tem medo de sua mulher perder o emprego, na Vila Carlota. Ele não gosta de esforçar-se muito e teme só pelo emprego da mulher. E prefere ficar onde está.⁴⁴⁰

Para o “seu Chico”, a questão de maior relevo não se referia ao “barraco” em si, mas sim ao local em que o “barraco” estava.

⁴³⁶ FAVELADOS. PARA NÃO MUDAR, APELO VAI ATÉ O GENERAL. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 11, 7 maio 1976.

⁴³⁷ Ibidem.

⁴³⁸ Ibidem.

⁴³⁹ Ibidem.

⁴⁴⁰ Ibidem.

De uma maneira geral, os favelados receberam a notícia da mudança para um local não revelado com muita apreensão. E um deles, que não quis dizer seu nome, o “seu Chico”, explica que é muito melhor ficar onde se está, atualmente, “quando a coisa aperta a gente vai até o conjunto do Amaral – Conjunto Habitacional Sargento do Amaral – que é aí pertinho e pede um pouco de comida e vai vivendo. Se for lá longe esse lugar que o prefeito quer que a gente vá, se faltar comida vamos pedir a quem?” Mas, mesmo sob protesto, existem aqueles que já estão arrumando tudo para mudar. A preferência é por um sábado à tarde prosseguindo até o domingo à noite, para que os barracos possam ser desmontados, levados e novamente montados na “terra prometida”.⁴⁴¹

As representações explicitadas pelo JCE foram das mais distintas. Alguns moradores pensaram a ação como um acinte, outros estavam totalmente de acordo, mas para alguns tanto fazia ficar onde estavam como saírem do lugar que ocupavam às margens do Córrego Segredo. Entretanto, é possível concluir algo em comum de todas essas representações tão distintas, ou seja, a incerteza de permanecer no local em que estavam.

De concreto ocorreu, embora não sem conflito, que a “Favela do Querosene” deixou de existir às margens do Córrego Segredo, mesmo tendo “favelados” que desaprovavam a ação do executivo municipal.

A cidade de Campo Grande, assim como a Paris de que Baudelaire⁴⁴² explicitou em alguns de seus escritos, que depois foram analisados pelo alemão Walter Benjamin⁴⁴³, também foi transformada: destruiu-se uma cidade e a territorialização humana que ela tinha para construir-se outra cidade e também territorializar o mesmo espaço, só que de outra forma. Qual seja essa outra forma: a da modernização infra-estrutural.

Modernização essa que foi realizada, em parte, pelos próprios “favelados”, já que eles mesmos desmancharam os “casebres” e os montaram em outro lugar, até porque as ‘autoridades’ tinham afirmado que se os “favelados” não desmanchassem os “casebres”, assim seria feito, só que seriam demolidos.

Seis caminhões de aluguel, mais quatro basculantes, começaram [...] (no dia 10 de março de 1976), às 7 horas da manhã, a operação – mudança da favela Querosene que a partir desta semana passará a existir na vila Piratininga, uma das inúmeras da grande Vila Nhanhá, para onde estão sendo levadas cerca de 50 famílias faveladas. O ambiente era de extrema tensão, pela manhã, com alguns mais exaltados ameaçando agredir o secretário Miyahira Shinyei, da Promoção Social, mas acalmando-se um pouco mais à tarde, já apresentando certo conformismo com a mudança. Cada viagem dos caminhões alugados pela Secretaria de Promoção Social vai custar 200 cruzeiros à municipalidade que conta com um total de dez caminhões trabalhando na remoção dos pedaços de barracos: os quatro restantes da Prefeitura, um da Copal e outro de uma pedreira, cedidos por empréstimo.

⁴⁴¹ FAVELADOS. PARA NÃO MUDAR, APELO VAI ATÉ O GENERAL. Op. cit., 1976.

⁴⁴² BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a modernidade: o pintor da vida moderna*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

⁴⁴³ BENJAMIN, op. cit., 1989, p. 85.

O secretário Shinyei não contava com a reação quase violenta por parte de alguns favelados, que garantiram que não vão arredar um centímetro “da minha casa e da minha terra”, mesmo reconhecendo que o terreno foi ocupado ilegalmente: todavia, nenhum dos favelados admite que a Prefeitura julgue que eles não tenham direitos adquiridos. E as reclamações maiores, sem se contar o fato da mudança rápida, eram contra o terreno, na Vila Piratininga, parte da Vila Nhandá. A maioria acha o local muito distante, o que certamente exigirá maior esforço de todos em chegar aos locais de trabalho. Ao que pareça – os que possuem carros estavam mais tranquilos e preferiam receber um bom dinheiro, já que a maioria possui terrenos próprios. Todavia, apenas a minoria destes “favelados privilegiados” – como classificou Shinyei, ficou protestando e pedia tanto um novo terreno para morar – sem aceitar o da Nhandá – como o dinheiro que seria e está sendo pago (1.500 cruzeiros) aos que vão procurar outro local ou mesmo mudar de Campo Grande. Os ricos favelados são os únicos que acreditam num suposto mandado de segurança que seria impetrado nos próximos dias.

Mas todos os favelados reclamavam muito sobre a oportunidade da mudança, devido ao mau tempo. Eles acham que todo o desmonte e transporte dos barracos deveria ser feito num dia de sol, porque eram muitos os que não conseguiriam montar seus barracos na Vila Nhandá ontem (dia 10 de maio de 1976) e teriam que passar a noite ao tempo, sob a ameaça de chuvas. Mas o secretário afirmou que pediu apenas um desmonte parcial, de forma que os barracos fossem transportados por etapas para que ninguém ficasse ao relento. A falta de um poço de água, que ainda estava sendo perfurado, era outro motivo de revolta e só houve sossego depois que alguns favelados voltaram do novo terreno e garantiram, que o poço estava sendo perfurado e que hoje (dia 11 de maio de 1976) estaria pronto.

Das 85 famílias residentes na Favela do Querosene, ao lado do Córrego Segredo da Vila Sargento Amaral, 50 preferiram mudar para a Vila Piratininga, no terreno da Prefeitura, enquanto que 35 optaram por receber 1.500 cruzeiros e ir para outro local, aproveitando os caminhões colocados à disposição da municipalidade. Das 35 famílias que preferiram receber dinheiro, a maior parte vai aproveitar a ajuda para se transferir para outra cidade, enquanto que os demais, cerca de doze, vão para terrenos próprios em outros pontos da cidade.⁴⁴⁴

O relato publicado no *Jornal Correio do Estado* sobre a mudança dos “favelados” deixa transparecer muito bem a situação de tensão e de conflito existentes entre parte do “povo comum” e as ‘autoridades’, nesse caso municipais. Se para as ‘autoridades’ tudo já estava resolvido, o mesmo não ocorria para alguns “favelados”, que inicialmente não queriam sair da “Favela do Segredo”.

Outros elementos fundamentais mencionados na matéria são os dados numéricos, quais sejam: a nova área de ocupação dos “favelados” tinha 50 famílias, cada uma com uma média de 6 pessoas, o que corresponde a 300 pessoas residindo no terreno sedido pela PMCG aos “favelados” e o fato de 35 famílias, mais de 200 pessoas, terem mudado para outras regiões da própria cidade de Campo Grande ou terem migrado para outras municipalidades do Estado de Mato Grosso, nesse caso 23 famílias assim o fizeram.

⁴⁴⁴ FAVELA DO QUEROSENE. AMBIENTE DE TENSÃO E INCONFORMISMO MARCOU A MUDANÇA PARA A VILA NHANHÁ. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 3, 11 maio 1976.

A mudança dos “favelados” que resolveram ir para o terreno cedido pela Prefeitura na Vila Piratininga foi, segundo noticiou o *Jornal Correio do Estado*, uma “confusão geral”, permeada por um “quadro tragi-cômico”.

Uma confusão geral era a tônica do primeiro dia da remoção da Favela Querosene para outro ponto da cidade. Muita gente reclamando, outras chorando e outras simplesmente apáticas, sem saber o que fazer. O barulho dos martelos derrubando as tábuas e o acúmulo de caminhões – e cinco carros dos favelados – completavam o ar grotesco de tudo. Pés enlameados, crianças semi-nuas em meio ao que restara do barraco onde moravam ou fugindo da curiosidade de muitos, as mulheres ajudando os maridos e um secretário bastante assustado completavam o quadro tragi-cômico. Teoderlina Maria de Jesus dizia que só saía de sua casa com dinheiro na mão e com promessa do terreno. Uma mulher de 70 anos, chorava silenciosamente. Um favelado queixava-se de que os caminhoneiros não queriam levar os seus porquinhos. Outro lamentava ter que perder a horta. Para outro o dramático era abandonar sua plantação de batata e feijão. Queixas sobre queixas marcaram o primeiro dia de uma mudança que prosseguirá hoje (dia 11 de maio de 1976), amanhã (dia 12 de maio de 1976), e depois (dia 13 de maio de 1976). Até que da Favela do Querosene nada mais reste, senão a lembrança.⁴⁴⁵

Além de mencionar a movimentação para desmanchar os “casebres” o texto externa também como era a realidade dos “favelados”: uns criavam suínos, outros cultivavam hortaliças e plantavam batata e feijão. Ademais, sinaliza igualmente que o espaço urbano também comportava práticas que tradicionalmente são pensadas mais como pertencentes ao espaço rural do que ao urbano, sendo que, na verdade, essa dicotomia não existe.

Esse tipo de situação auxilia sobremaneira o historiador a compreender que o cotidiano desse “povo comum” era muito variado, chegando a comportar até mesmo o plantio de alimentos e o manejo de animais em plena região central da cidade de Campo Grande, provavelmente para complementar a dieta alimentar. É preciso frisar que esse tipo de prática, quando realizada no espaço urbano, ajuda a quebrar teorizações, pois, em tese, a cidade é o espaço das pessoas e não dos animais e do plantio de alimentos. Só que, de fato, isso nem sempre ocorreu.

A realidade de ter o rural constituindo parte do urbano, por sua vez, foi igualmente desfeita naquele espaço, tendo em vista que os “casebres” que estavam na “Favela do Segredo” foram desmanchados. Essa transposição de “casebres” das margens do Córrego Segredo para um terreno de 12.000 mil metros quadrados, localizado na Vila Piratininga, foi denominada em matérias publicadas no JCE como sendo a criação de uma “Favela Oficial”, pois tinha sido obra do poder público municipal.

⁴⁴⁵ FAVELA DO QUEROSENE. Op. cit., 1976.

O JCE noticiou, em 11 de maio de 1976, a criação desse espaço na Vila Nhanhá com sendo a “canaã” dos favelados. No entender do JCE, o lugar sedido pela PMCG tinha melhores condições para abrigar os “favelados”, no sentido da disciplina, e possuía infraestrutura mais adequada do que o local em que havia a “Favela do Segredo”.

O terreno colocado à disposição dos favelados pela Prefeitura tem 12.000 metros quadrados. Fica com uma das laterais na Avenida 9 de Julho e outra na Avenida das Bandeirantes. Bastante limpo começou a receber os primeiros carregamentos às 9 horas da manhã (do dia 10 de maio de 1976) e já ao meio dia alguns casebres estavam semi-montados, dando a impressão de que ali estava nascendo uma “favela oficial”.

Os primeiros favelados que chegaram com suas famílias ao local acharam tudo muito bonito, embora longe do centro. O terreno, bem nivelado pelas máquinas, estava fofo e permitia que as estacas fossem cravadas com certa facilidade. É uma área bastante isolada, muito embora existam residências espalhadas nas proximidades. Para cada família foi destinada uma área de 8 metros de frente por doze de fundo, o suficiente para que sobrasse um pedaço de terreno para plantar alguma coisinha, segundo um dos favelados. Um poço coletivo será a fonte de água para todos e logo será aberto o segundo, equidistante de forma a facilitar aos moradores. Cada um vai ter que construir o seu poço-morto. Todos poderão até mesmo cercar a sua nova “propriedade” e iniciar uma vida nova, mais tranquilos e afastada de muita sujeira. Ninguém vai pagar impostos, é claro, mas o terreno não poderá ser transferido a outro favelado como ocorria na Favela do Querosene.⁴⁴⁶

A compração fica nítida entre o antigo (“Favela do Segredo”) e o novo (“Favela Oficial”). A “Favela do Segredo” foi representada como local agitado, sujo, indisciplinado, desordenado, em suma, como um território impróprio para viver e para trabalhar. Já a “Favela Oficial” foi representada como local para “iniciar uma nova vida”. Eis alguns dos adjetivos de valor positivo que foram mencionados sobre a “Favela Oficial”: local em que os “favelados” podiam viver “mais tranquilos” e afastados “de muita sujeira”, até porque o terreno era “bem nivelado pelas máquinas”. Além disso, havia também acesso ao transporte coletivo.

O único demérito da “Favela Oficial”, se é que assim pode-se dizer, era o do terreno estar em “uma área bastante distante” do centro da cidade de Campo Grande. Contudo, o JCE justificou que isso não podia ser problema para os “favelados”, uma vez que os moradores da região da Vila Piratininga tinham superado essa questão da seguinte forma: os moradores que não podiam pagar pelo transporte coletivo faziam algo muito simples: caminhavam.

Quem puder pagar luxo, terá facilidade em se utilizar dos ônibus que passam à porta da “favela oficial”. Quem não puder pagar passagens dos

⁴⁴⁶ FAVELA DO QUEROSENE. Op. cit., 1976.

coletivos, vai ter que caminhar muito. O mesmo que caminham muitos moradores das proximidades e que ali residem há muito mais tempo.⁴⁴⁷

Mesmo existindo limitações infra-estruturais das mais diversas, tais como falta de energia elétrica, água encanada potável, sistema de esgoto, o terreno ser distante do centro urbano e comercial de Campo Grande e o transtorno de se ter que desmontar e montar os “barracos”, o Jornal Correio do Estado concluiu a reportagem afirmando que a ação da Prefeitura Municipal de Campo Grande foi acertada.

O JCE afirmou nessa oportunidade que os “favelados” tinham, de certa forma, saído no lucro, já que lhe foi oferecida a “melhor solução”. Tendo em vista que a “[...] “canaã” municipal apresenta-se como a melhor solução para o problema dos favelados que, pelo menos, não serão atirados em qualquer lugar, sem assistência.”⁴⁴⁸

Quando o JCE explicita essa postura diante dos “favelados” acaba por revelar que tais “pessoas comuns” eram concebidas como um estorvo para a municipalidade de Campo Grande, afinal, apenas pelo fato de cogitar que eles podiam ser “atirados em qualquer lugar, sem assistência” sinaliza com muita precisão que ‘autoridades’ públicas e privadas de Campo Grande não tinham apreço pelos “favelados”.

Tinham sim uma tremenda vontade de auxiliá-los a deixarem o local que ocupavam às margens do Córrego Segredo, mesmo que a força, porém, sem muito preocuparem-se com o pós-mudança dos “favelados”. Contudo, o texto segue e sugere que as ‘autoridades’ estavam preocupadas com o “povo comum”, pois uma

[...] equipe da Secretaria de Promoção Social vai orientar as famílias e tentar tornar a vida dos favelados mais agradável. A favela oficial é provisória, segundo o prefeito Levy Dias, e terá que desaparecer com o passar dos meses, ou anos. É um paliativo, e não uma solução, que só virá com o desfavelamento eficiente, com recursos do Banco Nacional da Habitação, do governo estadual e municipal.⁴⁴⁹

Se os planos do prefeito Levy Dias eram de com o passar do tempo a “Favela Oficial” pudesse “desaparecer”, o mesmo não ocorria nas proporções refletidas pelo líder do executivo, ao contrário, pois os problemas enfrentados pelos “favelados” mostraram-se permanentes no decorrer do desmontar e do re-montar os “casebres”.

Havia coisas que permaneciam, como, por exemplo, “o mau tempo” que atrapalhou constantemente os “favelados” que quiseram se mudar e também houve a resistência por parte dos moradores que não queriam sair da “Favela do Querosene”, indicativo de que estavam em desacordo com a posição imposta pela ‘autoridade’ municipal a alguns dos “favelados”.

⁴⁴⁷ FAVELA DO QUEROSENE. Op. cit., 1976.

⁴⁴⁸ Ibidem.

⁴⁴⁹ Ibidem.

A operação “mudança dos favelados” vem sofrendo dificuldades para sua completa execução: de um lado, o mau tempo conspira contra: de outro, alguns favelados ainda persistem na teimosia de não arredar pé da velha favela. A maioria, porém, forçada por lei a acatar a decisão da municipalidade já se conformou, e no dia de ontem (11 de maio de 1976) passou a demolir os barracos para serem transportados para o novo local da Vila Nanhá.

A reação verificada ontem era por parte dos que têm os seus barracos próximos à Rua 26 de Agosto, que nem sequer tinham despregado uma tábua, aguardando que estavam uma solução por parte dos advogados constituídos.⁴⁵⁰

Ao passo que o tempo transcorreu e as ações dos sujeitos foram materializadas tornaram-se mais visíveis os conflitos entre determinados “favelados” e as ‘autoridades’ municipais. O Jornal Correio do Estado resumiu a ação dos “favelados”, que não queriam mudar, em uma palavra: “teimosa”. Essa ação era, na verdade, uma forma que alguns dos “favelados” encontraram para posicionarem-se contra o avanço da racionalidade da modernização e a favor de uma outra racionalidade, qual seja, a das suas ‘condutas’.

Portanto, ao modernizar a cidade imprimiu-se sobre ela a racionalidade do “progresso”, que por sua vez desbancou a racionalidade das ‘condutas’, ou do “atraso”, já que essa possui muito pouca proximidade com a cidade modernizada e idealizada nos ‘projetos’ públicos e privados, embora não deixe de ter intensa e complexa ligação com a racionalidade das ‘condutas’, uma vez que essa é o reverso da racionalidade do “progresso”.

Na medida em que uma aumentou, a outra aumentou também. Isso quer dizer que quando a modernização avançou, fez com que aumentasse também, no caso da cidade de Campo Grande, a desigualdade entre os sujeitos sociais. Portanto, modernização, nessa situação, pode ser entendida como sinônimo de exclusões material e social, considerando-se aqui esses termos da forma mais ampla.

A mudança dos “favelados”, que tinha sido cogitada e, também, noticiada como algo sem maiores desdobramentos, mas não foi concretizada, constitui um exemplo desses conflitos entre a racionalidade do “progresso” e a racionalidade das ‘condutas’.

Segundo se apurou, um dos causídicos viajou a Cuiabá a fim de interceder junto às autoridades governamentais pelos favelados do Querosene. Outros favelados, em vista do mau tempo, afirmam que somente dali sairão com o término das chuvas, pois não vão destruir e nem tão pouco construir seus barracos no barro. Não obstante, os caminhões continuam indo até o local, ficando à disposição dos interessados.

Segundo fontes da Prefeitura Municipal, para o grupo que se opôs à mudança dos barracos, só há uma solução: mandar que a polícia vá até o local e providencie a imediata desapropriação, pois do contrário ocorrerão

⁴⁵⁰ DEMOLIÇÃO DA FAVELA DO QUEROSENE PROSEGUE ENTRE PROTESTO E CONFORMISMO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 12 maio 1976.

maiores atritos entre os favelados e a municipalidade, com problemas maiores. Nota-se, no entanto que a revolta do pessoal, aos poucos, vai sendo amainada, com a conformação de que com a mudança para a nova localidade estarão mais tranquilos, pelo menos quanto à interferência dos “bicões” que usufruem o lugar dos verdadeiros necessitados, pois a Secretaria da Promoção Social está controlando a mudança e a posse do novo local. Para os que não querem mudar em definitivo, o ambiente no Querosene é a rotina de sempre, não se preocupam com nada: as crianças continuam a brincar, os homens a conversar, e as mulheres a lavar suas roupas, não obstante os escombros dos barracos demolidos em redor.⁴⁵¹

Divulgar publicamente que a Prefeitura Municipal de Campo Grande tinha como objetivo recorrer aos policiais para “limpar” o espaço da presença dos “favelados” corrobora grandemente para pensar que o diálogo, a fala e o entendimento não eram os instrumentos mais válidos para finalizar a questão.

Nesse sentido, o historiador precisa considerar que os instrumentos válidos eram os da força das armas e o da força mecânica dos veículos. Portanto, o ato de “limpar” o território não deixou de ser também uma ação intimidadora das ‘autoridades’ para com os “favelados” que não queriam sair da “Favela do Segredo” ou “Favela do Querosene”.

Já na “Favela Oficial”, localizada na Vila Nhandá, o trabalho dos “favelados” que tinham aceitado a mudança continuava com

[...] a ereção de barracos arrancados do Querosene, com os homens pregando tábuas, outros abrindo buracos, mulheres ajudando, crianças carregando tábuas, etc., num ambiente de aceleração do serviço, com a preocupação voltada para o mau tempo que reinava na manhã (do dia 11 de maio de 1976) [...]. Alguns conseguiram lonas e trataram de cobrir seus pertences contra a intempérie. Estes encerados foram fornecidos pela própria Prefeitura, ensejando aos que se mudaram à tardinha proteção para passarem a noite, pois não teriam tempo suficiente para erguerem seus barracos.

Espera-se que até sábado todos os problemas atinentes à mudança e ereção dos barracos na nova favela estejam solucionados, e que mesmo os que não querem se retirar do Querosene até lá tenham se definido, para que se dê continuação aos trabalhos de canalização do Segredo.⁴⁵²

Com chuva ou sem chuva, com gente querendo se mudar ou não, o importante era que a área onde estavam os “casebres” da “Favela do Querosene” não atrapalhasse os trabalhos de canalização do Córrego Segredo. Era preciso ceder o espaço já ocupado para que a modernização avançasse sobre a cidade, independente da opinião de quem não era sujeito contemplado pelo “progresso”.

⁴⁵¹ DEMOLIÇÃO DA FAVELA DO QUEROSENE..., op. cit., 1976.

⁴⁵² Ibidem.

Independente da situação que vitimou algumas pessoas, como no caso de uma mulher adoentada que não podia desmontar o seu “barraco”, todos os sujeitos tiveram que sair. Enfim, o lugar foi, quase que totalmente, desterritorializado para ser re-territorializado, só que agora pela racionalidade do “progresso” e não mais pela racionalidade do “atraso”. Modernização infra-estrutural quase que integral, pois havia ainda “barraco” no local, apenas “um barraco”.

Apenas um barraco – a proprietária está adoentada – falta desaparecer para que a Favela do Querosene passe, definitivamente, à história de Campo Grande. Os 84 barracos restantes já foram levados pelos donos, ou para o terreno da Prefeitura na Vila Nhandá (a minoria) ou para terrenos (a maioria).

[...] (No dia 13 de maio de 1976) o prefeito Levy Dias informava que felizmente a mudança transcorreu normalmente, afora alguns incidentes pequenos e transtornos naturais e que já eram esperados. Dos 85 favelados, quase 55 preferiram receber os 1.500 cruzeiros oferecidos pela municipalidade e mudarem-se para seus terrenos próprios ou mesmo irem para outras cidades.⁴⁵³

Depois de finalizada a mudança, o *Jornal Correio do Estado* não retornou mais à questão de utilizar força policial para retirar os “favelados” que se recusavam a sair/desmanchar seus “casebres”. Em todo caso, o grande número de pessoas – 55 famílias de um total de 85 – que aceitou a indenização sob a forma de dinheiro indica que a maior parte dos “favelados” não ficou contente com o encaminhamento dado pelas ‘autoridades’, já que não foram para o terreno escolhido pela PMCG.

Mesmo assim, o JCE não deixou de mencionar que os “favelados” que foram para a “Favela Oficial” “não reclamam e sentem-se felizes”, tal como foi noticiado em matéria de meados do mês de maio de 1976. Na

[...] Vila Nhandá como se esperava, a “favela oficial” está perfeitamente adaptada. Seus moradores não reclamam e sentem-se felizes em saber que o terreninho de 8 metros por doze de fundo reservado a cada família pela municipalidade pode até mesmo ser cercado a conveniência de cada um. Outros, à medida que vão preparando suas cercas, falam em perfurar poços próprios e já existe uma movimentação para se perfurarem fossas mais largas, para atendimento coletivo de um grupo de favelados.

Com tudo correndo às mil maravilhas, ninguém mais tem interesse em aceitar a idéia de dois advogados de impetrar mandado de segurança contra a Prefeitura, pela forma e urgência da remoção pois, a bem da verdade, embora um pouco mais distantes do centro, os favelados estão muito mais bem acomodados.⁴⁵⁴

⁴⁵³ DA FAVELA DO QUEROSENE SÓ RESTOU UM BARRACO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 11, 14 maio 1976.

⁴⁵⁴ *Ibidem*.

Nesse texto ficou explicitada a justificativa de que as ações da Prefeitura deixaram as coisas melhor dos que elas estavam para os “favelados”. Mas é preciso pontuar que essa política por parte do executivo municipal não apenas modernizou a cidade por meio do desmanche dos “casebres” – arquitetura horizontalizada que não deixava de simbolizar a pobreza material das moradias dos sujeitos que as habitavam – e da canalização das águas do Córrego Segredo, como também afastou ou até mesmo viabilizou, bem dizer integralmente, a saída das “pessoas comuns”, nesse caso moradores pobres, do entorno do centro comercial e urbano de Campo Grande para regiões mais distantes do centro do Município ou para outras municipalidades do Estado e, inclusive, para fora dele.

Essa ação, segundo o JCE, que no início foi vista com descrédito por parte de algumas pessoas, passou a ser creditícia de grandes benefícios aos “favelados”, já que o “ambiente tumultuado de muitas vilas dos arredores da cidade” não existia na “Favela Oficial”.

Foi grande o alarido que se fez para acabar com a Favela do Segredo (do Querosene) e instalação num terreno cedido pela Prefeitura, passando o novo núcleo comunitário à condição de “favela oficial”. Se a população acompanhou com interesse o desmantelamento da Favela do Segredo e a instalação dos seus moradores em outro local da cidade, é justo que a comunidade tenha também interesse em saber como vivem os antigos favelados no local onde a Prefeitura os instalou. CORREIO DO ESTADO foi lá, manteve demorado contato com as famílias e pode informar que por lá reina um clima de quietude e paz, todos se ajudam mutuamente e ninguém se preocupa com a vida do vizinho, tudo bem diferente do ambiente tumultuado de muitas vilas dos arredores da cidade. Contribui para o sossego dos moradores a distância que há entre um e outro barraco. São poucos os barracos porque a maioria dos favelados moradores na antiga Favela do Segredo preferiu dinheiro ao terreno oferecido pela Prefeitura. Sendo poucos os moradores, todos vivem muito bem. Não se vêem homens encostados nas portas “matando o tempo” em conversa fiada. As crianças bricam e as mulheres se dedicam aos afazeres caseiros, a nenhum restando tempo para fofocas.⁴⁵⁵

Mais do que explicitar o cotidiano dos “favelados”, esse relato publicado no JCE externa as próprias aspirações do(s) sujeito(s) que escreveu/escreveram o texto. Evidencia, portanto, como parte da elite letrada de Campo Grande representava e/ou idealizava como devia ser a vida dos “favelados”: “clima de quietude e paz”, ajuda mútua, ambiente sem tumulto, nada de fofocas e todos – homens e mulheres – fazendo algo de produtivo. Jamais os homens e as mulheres deviam ficar “matando tempo”, tal como ocorria na já não mais existente “Favela do Segredo”.

⁴⁵⁵ “FAVELA OFICIAL” – PARAÍSO PARA OS FAVELADOS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 28 maio 1976.

É importante ressaltar que a forma de re-apresentar, portanto, produzir representação sobre a realidade que foi veiculada pelo JCE, indica que as transformações foram estruturais ao máximo, mesmo que ao relatar tais transformações o JCE desvele-se mais a si próprio do que aos “favelados”. Literalmente nada mais era como antes. Nada do outrora, segundo o JCE, se fazia presente na “Favela Oficial”.

A representação da descrição do cotidiano dos “favelados” apontou para mudanças consideradas positivas pelo JCE, quais sejam: cada família no seu espaço, os homens não desperdiçavam o tempo com conversas, mas sim trabalhavam, as mulheres ficavam cada qual em suas residências ocupadas nas lidas do lar e as crianças brincavam.

Um dos moradores informou a sua opinião a respeito do fato de ter saído da “Favela do Querosene” e se mudado para a “Favela Oficial”, dizendo que o

[...] lugar é bom, calmo e tranqüilo; pena que o terreno não seja nosso para que a gente pudesse fazer umas benfeitorias nele. Cada qual desejaria que se lhe desse a posse definitiva do lote para “fazer melhorias”, porque o lugar é espaçoso, bem arejado, tem transporte coletivo “na porta” e vários colégios na Vila Nanhá permitem as crianças estudarem perto de suas casas. A maioria dos barracos são de madeira, bem feitos e os seus donos continuam trabalhando para, melhorá-los, inclusive cercando o lote, pensando em cultivar horta e pomar.⁴⁵⁶

Já a senhora Terezinha da Silva Caetano relatou que estava

[...] muito contente, e até pediu à irmã que fosse morar ao seu lado. E enquanto colocava uma panela no fogo, dizia que “o clima é bom em todos os sentidos, pois aqui não se ouve uma discussão, todo mundo é amigo, os homens estão no trabalho durante o dia e à noite com suas famílias, tudo bem diferente de quando morava na Favela do Querosene”.⁴⁵⁷

Os “barracos” de madeira eram muito parecidos com o de uma das moradoras, a senhora Ramona Espíndola. As moradias tinham, geralmente, duas peças e eram feitas com os mais diversos materiais, muitos deles coletados nos entulhos de construções ou mesmo em lixeiras. Antes da transferência para a “Favela Oficial”, ela, a senhora Espíndola,

[...] vivia com os três filhos embaixo de uma lona que tomara emprestada à patroa. No entanto, em razão das chuvas que caíram [...], ela resolveu apelar para os dirigentes da Igreja Adventista do 7º Dia, e com eles conseguiu tábuas e num trabalho feito a modo de mutirão conseguiu ter um barraco bem coberto e mais ou menos confortável. O garoto Jacinto Espíndola, muito esperto nos seus 12 anos, filho de dona Ramona, fez questão de aproximar-se da reportagem para mostrar o novo barraco, de duas peças, bem diferente da barraca de lona onde a família viveu longos dias.⁴⁵⁸

⁴⁵⁶ “FAVELA OFICIAL” – PARAÍSO PARA OS FAVELADOS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 28 maio 1976.

⁴⁵⁷ Ibidem.

⁴⁵⁸ Ibidem.

Além de externar esses depoimentos, o JCE, por sua vez, encarregou-se também de mostrar descritivamente também outras questões, procurando inclusive minimizá-las em relação ao que já tinha sido publicado, como no caso da chuva que atrapalhou os “favelados” para desmontar e montar os seus “barracos”, já que na

[...] opinião quase unânime dos favelados, as chuvas [...] só criaram problemas considerados mínimos: águas invadindo barracos, estragos de alguns objetos no interior do barraco, e formação de lamaçal na área ocupada. O dano maior foi a paralisação de perfuração do poço que vai servir à comunidade. A perfuração já alcançou 13 metros de profundidade, mas o poço ainda não deu água. Para abastecimento de água as famílias apelam para os moradores das redondezas, mas alguns atendem com certo descontentamento. Daí algumas famílias preferirem aproveitar a água acumulada no “poço inacabado” para as necessidades caseiras. Os homens que estavam perfurando o poço retiraram suas ferramentas, o que deixa presumir que o trabalho vai ficar parado por algum tempo. Falta de água é o único ponto negativo da “favela oficial”, onde ninguém mais entra. Há guardas para impedir que os “bicões” tentem invadir a área e construir barracos sem ordem e sem as especificações da Prefeitura.⁴⁵⁹

Ao mencionar esse tipo de situação pode-se entender que a infra-estrutura (que praticamente não havia) da “Favela Oficial” não foi uma das preocupações das ‘autoridades’ municipais, assim como era a canalização do Córrego Segredo. Diante disso fica ainda mais escancarado que essas pessoas do “povo comum” não foram contempladas pelas políticas públicas, a não ser em falas, que, por sua vez, dificilmente concretizaram-se, pois eram pronunciadas em momentos de tensão/conflito sociais e não em ‘projetos’.

As falas das ‘autoridades’ serviram muito mais para abrandar possíveis tensões e conflitos que surgiram da parte dos “favelados” frente às ações do poder público municipal do que para indicar que tais falas seriam materializadas. Portanto, as falas eram apenas um paliativo para as situações mais conturbadas, simplesmente um compromisso para ser esquecido e, definitivamente, não para ser realizado.

Dez meses depois da criação da “Favela Oficial”, o Jornal Correio do Estado representou de forma muito depreciativa o cotidiano dos moradores, pois as práticas culturais dos mesmos eram constituídas do que o JCE denominou de: furtos, brigas, falta de hábitos considerados higiênicos e embriaguez.

O texto publicado externou que não havia “um mínimo vestígio de assistência social” por parte da PMCG, isso porque a ‘autoridade’ municipal e também os moradores da “Favela Oficial” pouco tinham feito para conservar ou transformar a infra-estrutura do lugar em que estes últimos residiam.

⁴⁵⁹ “FAVELA OFICIAL” – PARAÍSO PARA OS FAVELADOS. Op. cit., 1976.

A situação da “Favela Oficial” foi noticiada, em março de 1977, como “aterrorizante”.

Três crianças nasceram, dois adultos morreram, o poço está poluído e já se verificou um caso de paralisia infantil. Um casal explora os filhos menores obrigando-os a pedir esmolas pelas ruas; não há a mínima higiene, a falta de assistência da decantada Secretaria de Promoção Social é completa. Os moradores não colaboram em nada, muito pelo contrário, só ajudam a conturbar o ambiente, com muitas brigas e uma verdadeira escola de furtos. Por isso, o matagal toma conta da primeira favela municipal, criada na administração passada e que [...] (no mês de março de 1977) comemorou dez meses de instituição. “Aqui já se nasce e já se morre”, diz uma favelada frisando, com orgulho, que “nós já estamos fazendo a nossa história”. Os barracos estão espalhados. Três famílias venderam suas “propriedades” e uma outra ocupou uma vaga. A favela não cresce, mas se transforma em algo muito estranho, na Vila Nhandá, para onde foi mudada em maio do ano passado.

Quase todos os moradores da Favela Municipal são oriundos da extinta “Favela Segredo”, que em maio do ano [...] (de 1976), após uma preparação por parte da Prefeitura foi mudada para a Vila Nhandá, em sua maior parte. A primeira favela oficial de Campo Grande está situada nas ruas 9 de Julho e Anhumas e até bem pouco tempo ali existia um guarda, diuturnamente, para impedir novas fixações.

Quem esperava encontrar naquele local, um mínimo vestígio de assistência social – deve-se levar em conta que a favela é de propriedade da Prefeitura – teve uma decepção. Já se sabe que o poço, com profundidade de 15 metros, aberto para garantir o abastecimento dos moradores, está literalmente poluído por culpa dos próprios favelados: as crianças jogam toda espécie de detritos em seu interior. Higiene é algo que ninguém conhece. Saúde é outra palavra muito estranha, mas, doença, é algo que todos conhecem e bem.

A escolinha dos pequenos ladrões já funciona e o que mais se surrupia são galinhas: afinal, os favelados almoçam e jantam, comumente, arroz com mandioca. A formação dos pequenos delinquentes é das melhores: favelados bêbados que constantemente espancam as mulheres e os filhos; brigas de vizinhos; um casal explorando três filhos menores que pedem esmolas e se nada conseguem ainda apanham. Enfim, a Favela Municipal é algo de aterrorizante.⁴⁶⁰

Passado quase 1 ano da criação da “Favela Oficial”, a descrição do cotidiano dos “favelados” e a assistência pública aos mesmos era, no entender do JCE, muito precária. Pelo lado dos “favelados”, conforme mencionou o próprio JCE, faltava contribuição, pois brigavam, furtavam, jogavam lixo no poço d’água, embebedavam-se, mulheres e crianças eram espancadas pelos homens, dentre outras situações, todas elas desadequadas ao que se pode chamar de convívio social.

Já por parte das ‘autoridades’ municipais também faltava contribuição, pois as falas (promessas feitas em maio de 1976) não tinham sido materializadas, tanto que nem água potável os “favelados” possuíam. Continuavam, assim como antes, utilizando água inadequada para o consumo humano. De “alegria” mesmo apenas as ações assistenciais,

⁴⁶⁰ A FAVELA MUNICIPAL. DEZ MESES APÓS SUA CRIAÇÃO COMEÇA A ESCREVER SUA INFELIZ HISTÓRIA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 3, 19/20 mar. 1977.

embora paliativas, de determinadas instituições, tal como relatou a senhora Maria Batista dos Santos.

– A única alegria que tivemos aqui foi no Natal, quando recebemos roupas, alimentos e cupons de ajuda, distribuídos pela Maçonaria – diz uma favelada, mãe de seis filhos e que lava roupa para sustentar a si e aos pequenos: o marido, já abandonou há muitos anos.

Dona Maria Batista dos Santos ficou viúva depois que passou a morar na Favela Municipal. Seu marido, que teve derrame, passou cinco anos na cama, mais morto do que vivo. Hoje ela trabalha como faxineira na Estação Rodoviária e seu filho, de 14 anos, vende picolé nas ruas, para ajudar a mãe. Outro dia ela levou um tombo e não estava podendo trabalhar e isso agravou ainda mais a situação. Ana Maria Benites Farias é a mãe de Lilian, uma pequerrucha bem lourinha que foi atacada pela paralisia infantil e só agora está se recuperando. Ela é amasiada com um pedreiro e sua irmã mora com ela, formando uma família só, com os mesmos problemas e as mesmas desventuras, que se repetem no dia-a-dia.

Mas os próprios favelados entendem que eles também são culpados pelo abandono e ninguém faz absolutamente nada para melhorar as condições de vida. O matagal continua crescendo, a água do poço cada dia mais poluída e ninguém cultiva nada para ajudar na alimentação. A explicação é sempre a mesma: a gente planta e daqui a pouco vem a Prefeitura e manda a gente sair. Então, não adianta mesmo fazer nada, a não ser esperar.

Todos querem que a Prefeitura faça, de uma vez, a doação dos terrenos, para que eles possam tentar melhorar os barracos, plantar uma horta e criar galinhas. “A gente vai se arriscar pois as “raposas” aqui são muitas”, dizem os favelados.

Com ajuda ou sem ajuda, os favelados vão vivendo, à espera de que um dia a Secretaria de Promoção Social apareça para ajudá-los a viver com um pouco mais de humanidade. Há dez meses que eles esperam. E vão continuar esperando.⁴⁶¹

A apresentação do relato da realidade encontrada na “Favela Oficial” pelo JCE, na verdade uma representação, sintetizou a precariedade material na qual vivia uma parte das “pessoas comuns” que habitavam o espaço urbano do Município de Campo Grande, ora estando em um lugar, ora em outro.

Além disso, o texto jornalístico fornece informações narrativas e descritivas muito pontuais a respeito da falta de água potável, da inexistência de energia elétrica, da limitação das moradias, do matagal, da ausência das mínimas condições sanitárias para permanecer no terreno e não contrair doenças pelo fato de morar naquele local, enfim, da falta e/ou da ineficácia de/das políticas públicas para tais sujeitos.

Concomitante com esse processo de narrar e de descrever a realidade existente estava a quase que total falta de trabalho, e raramente de emprego, desses sujeitos. Para tentar auferir alguma remuneração/manterem-se vivos os “favelados” realizavam trabalhos de pedreiro, vendedor de picolé, faxineira, lavadeira de roupas, esmolavam e mendigavam pelas calçadas mais movimentadas da cidade de Campo Grande.

⁴⁶¹ A FAVELA MUNICIPAL. Op. cit., 1977.

Essas últimas 'práticas', as de esmolar e de mendigar, foram representadas pelo JCE como sendo os "problemas" mais significativos que afligiam a parte urbana e comercial da cidade de Campo Grande, sobretudo pelo fato das "pessoas comuns" ocuparem as calçadas da Rua 14 de Julho e da Avenida Calógeras, à época locais de significativa importância comercial e ponto de encontro social e cultural de uma grande parte da elite local e regional.

E é justamente sobre as representações que foram elaboradas a respeito das "pessoas comuns" que ocupavam o espaço público das calçadas do centro urbano da cidade de Campo Grande, em especial da parte comercial, que trata o segundo capítulo.

CAPÍTULO II – ESPAÇO PÚBLICO E TRABALHADORES URBANOS

No decorrer do século XX o espaço público da cidade de Campo Grande foi cada vez mais se tornando um local de ação para múltiplos sujeitos sociais, que por sua vez foram representados em algumas fontes de pesquisa, tal como em álbuns e livros que tratavam da municipalidade ou em matérias jornalísticas, nesse caso as existentes no Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA) e no Arquivo do Jornal Correio do Estado (AJCE).

Esses sujeitos eram provenientes do campo ou, simplesmente, transeuntes. Outros eram viajantes, mas também havia trabalhadores formais e informais, migrantes, imigrantes, homens, mulheres, adolescentes e crianças que fizeram desse ambiente público um local concreto para externar variadas formas de seus cotidianos, por ora agradando e, também, desagradando inúmeros outros sujeitos. Nesse sentido, o espaço público era um local de contrastes, pois a “tradição” e o “moderno” coexistiam, produzindo outras realidades, porém, realidades não menos contrastantes do que as já existentes.

O cotidiano dos trabalhadores⁴⁶² no espaço público da cidade, sobretudo o informal, foi largamente mencionado nas fontes consultadas, quase sempre no sentido de externar demérito social do tipo de vida que tais sujeitos tinham. Isso quer dizer, em outras palavras, que esse cotidiano do trabalhador urbano informal foi representado e, como tal, passou a ter um significado distinto, em parte, do que tinha quando do princípio da ação, uma vez que quem realizava a ação, o trabalho, fazia-a com o intuito de se manter vivo e não porque intentava denegrir a imagem da cidade com as ‘práticas’ de trabalhar por meio do mendigar ou do esmolar em vias públicas, por exemplo.

⁴⁶² Trabalhadores pelo fato de que todo processo do ser humano e da natureza são, segundo Karl Marx, trabalho. Sendo assim, quem o realiza recebe a denominação de trabalhador. Conforme escreveu Marx, “[...] o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais.” (MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 211). Entretanto, vale aqui fazer uma observação, qual seja, a de que o “[...] trabalho *não é a fonte* de toda riqueza. Tanto a *natureza* é fonte dos valores de uso (que constituem a riqueza material), como o trabalho, que por sua vez não é mais que a expressão de uma força material: a *força humana de trabalho*. Essa frase é encontrada em todas as cartilhas e só é correta se se subentende que o trabalho é realizado com os objetivos e instrumentos apropriados. Um programa socialista, porém, não deve permitir essa fraseologia burguesa e silenciar sobre as únicas *condições* que lhe podem dar sentido. Enquanto o homem apresenta-se, desde o início, como proprietário em relação à natureza – fonte inicial de todos os meios de trabalho e objetos –, e a trata como uma propriedade sua, o seu trabalho é fonte de valores de uso e, por conseguinte, também de riqueza. Os burgueses têm excelentes razões para atribuir falsamente ao trabalho um *força criadora sobrenatural* porque, da condição natural do trabalho, deduz-se precisamente que o homem não possui outra propriedade além de sua força de trabalho, tem que ser, obrigatoriamente, em todas as etapas de desenvolvimento da sociedade e da civilização, escravo de outros homens, daqueles que se apropriaram das condições materiais do trabalho. E não poderá trabalhar, nem viver, sem a sua permissão.” (Id., *Crítica do Programa de Gotha*. Rio de Janeiro: Ciência e Paz, 1984, p. 7-8).

No final da década de 1930 as chamadas “figuras populares de Campo Grande”, como, para exemplificar, o senhor Josetti, a Dona Maria, os engraxates e os pedintes eram representados como “[...] figuras anônimas, sofredoras, que ora nos arrancam gargalhadas com seu grotesco, como nos compungem o coração pela sua desdita erradia.”⁴⁶³ Nesse escrito a mendicância ainda não era pensada como “problema social” da cidade, ou que viria a ser um “problema” em pleno espaço urbano e comercial de Campo Grande.

Josetti foi descrito na obra 1939 – Album de Campo-Grande como sendo um sujeito identificável pelo

[...] seu incomparável chapéu de palha e um “fumante” nos lábios, “filosoficamente” escondendo no sebaceo paletot suas mãos cheias de anéis [...].

É uma figura popular, simpaticamente inofensiva.

Faz questão de bravatear hipoteticamente legados de muitas dezenas de contos e exibir, pelos cafés, sua caligrafia, aprendida no tempo em que era exímio guarda-livros.⁴⁶⁴

Dona Maria, outra “figura popular”, foi representada como uma pessoa “dengosa” e “derretida”.

Ninguém lhe pergunte os anos, e lhe fale em amores, porque ela fica toda dengosa, derretida.

Quando o “Album” lhe pediu uma pose, gastou uma hora para fazer a *toilette*.

Queria aparecer bonita.

D. Maria é exímia dansarina e apaixonada do Deus Bacho.⁴⁶⁵

Já quanto aos “engraxates” e aos “pedintes”, que nesse caso eram, segundo o material denominado de 1939 – Album de Campo-Grande, “um quadro ao acaso” da realidade do espaço público da cidade. A existência desses sujeitos foi justificada porque “Campo-Grande é terra favorita dos pequeninos engraxates e dos grandes pedintes.

Todos eles ganham a vida, porque o povo campograndense é bom e generoso.

Figuras populares, pedaços de almas errantes, todos eles!”⁴⁶⁶

Colocada a questão dessa forma, ou seja, tanto os homens, como as mulheres ou as crianças que habitavam o espaço público da cidade para trabalhar naquele momento do final da década de 1930 eram representados como sujeitos com os quais se tinha que ter compaixão, devendo-os ajudar. Valendo para tanto, é possível concluir, ser caridoso e, inclusive, contribuir com esmolas para ajudar as tais “figuras populares”.

⁴⁶³ CAMPOS, Peri Alves. 1939 – Album de Campo-Grande. Campo Grande: [s.n.], 1939, p. 65.

⁴⁶⁴ Ibidem.

⁴⁶⁵ Ibidem.

⁴⁶⁶ Ibidem.

Tendo em vista isso, nesse período da primeira metade do século XX essas “figuras populares” do espaço urbano de Campo Grande eram nem tanto um inconveniente material que depunha contra o “progresso” da cidade, contra a “civildade” e contra o “trabalho racionalizado” de seus habitantes, mas sim uma prova de que esse mesmo espaço urbano era ocupado populacionalmente e de que a cidade, em contrapartida, possuía pessoas abastadas o suficiente para prover parte das necessidades dessas “figuras populares” e/ou “tipos populares”.

Consta no Censo Demográfico de 1940⁴⁶⁷ que o Município de Campo Grande tinha 49.629 pessoas, das quais 25.150 residentes na zona rural e 24.479 na zona urbana, sendo nesse período a segunda maior municipalidade do Estado de Mato Grosso, atrás somente do Município de Cuiabá. Na década de 1950 Campo Grande era a municipalidade mais populosa e economicamente mais significativa do Estado de Mato Grosso. No Censo Demográfico de 1950⁴⁶⁸ consta que a população de Campo Grande era de pouco mais de 57.000 mil habitantes, sendo que desse total, a maior parte da população residia na parte urbana da municipalidade.

Essas duas realidades, a populacional e a econômica, corroboraram para que na cidade houvesse cada vez mais pessoas escrevendo sobre variados assuntos. Pode-se dizer então que a vida urbano-citadina contribuiu sobremaneira para o aumento e para a diversificação da produção de materiais impressos, dentre os quais estavam escritos sobre os tais “tipos populares”.

Portanto, textos de professores universitários, de advogados, de jornalistas e de contabilistas também contribuíram para evidenciar a presença do “povo comum” na cidade de Campo Grande. Externação sobretudo de forma narrativa e não de forma interpretativa. A esse respeito Walter Benjamin afirmou que o historiador, no seu ofício, “[...] está obrigado a explicar, de uma maneira ou outra, os incidentes de que trata: não pode, em circunstância alguma, contentar-se em apresentá-los como peças exemplares do mundo.”⁴⁶⁹

O contabilista e jornalista Valério de Almeida, em material de meados da década de 1930, mencionou a existência de uma “figura exótica”, era um tal de “Chico Vermelho”.

O seu nome vinha da côr avermelhada de seus cabelos finos e longos, embora a sua pele fôsse amarela transparente como o açafreão. Baixinho, franzino, olhos miúdos e penetrantes, pés descalços, calças, arregaçadas, sapicua sujo às costas, ei-lo pelas vielas tortuosas, gemendo constantemente em consequência sofrida por ocasião de uma famosa derrubada.

⁴⁶⁷ FIBGE. Censo Demográfico: população e habitação. Censos Econômicos: agrícola, industrial, comercial e dos serviços – Estado de Mato Grosso. Recenseamento Geral do Brasil – 1940. Série Regional, parte XXII, Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1952, p. 123.

⁴⁶⁸ Id., *Censos Demográfico e Econômicos – Estado de Mato Grosso*. VI Recenseamento Geral do Brasil – 1950. Série Regional, v. XXIX. Rio de Janeiro: IBGE, 1956, p. 12.

⁴⁶⁹ BENJAMIN, Walter. O narrador. In: _____. *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 65.

Chico Vermelho, possuía, na cabeceira do “Prosa”, uma chácara de matas excelentes e boas aguadas, onde empregava a sua meia velhice fazendo roças de cereais.

A êsse tempo íamos á sua chácara em acres passeios que o nosso professor organizava semanalmente pelos arredores do povoado.

Distante cerca de uma légua, tudo ali nos empolgava, desde as melancias que chupávamos gulosamente por entre o arrozal verde e ondulante.

Pleno mês de agosto. Atmosfera abafante e cruel. O ar enfumaçado pelas queimadas recentes dava ao sol essa luz vermelha fôska prenunciadora de desgraça que o homem do interior tão bem interpreta na sua linguagem simples e jocosa.

A faina para as grandes roçadas e derrubadas decorria por entre festas e ardorosos muchirões.

Chico vermelho resolvera fazer uma roça de arromba e por isso escolhera uma área extensa de suas matas iniciando em seguida o fatigante serviço.

A roçada decorreu sem incidentes e, terminada com êxito, deu-se início á derrubada, que não era pequena na luta titânica contre enormes gigantes das matas.

Entretanto, a influência desastrosa daquele mês havia, por sem dúvida, de se fazer sentir e, quasi ao fim da tarefa, Chico Vermelho fôra atingido por uma fatalidade sem nome na história bisonha e pacata da povoação de Santo Antônio de Campo Grande.

Seccionado o tronco vigoroso de um castelo, Chico não tivera tempo para se desembaraçar dos cipós que o envolviam, e o bruto, rangendo, ululando e se contorcendo na queda fatal, puxou-o entre os galhos, abrindo-lhe uma enorme brecha no crâneo.

Dali foi retirado em estado lastimável e entre a vida e a morte penou na cama por vários meses, só conseguindo se salvar por um verdadeiro milagre.

Conquanto de pé, trôpegamente caminhando, a funda brecha de sua cabeça não mais cicatrizara, matendo-se aberta para sempre, inutilizando-o definitivamente para o serviço. Começou então a via-crúcis de Chico Vermelho.

Cabeça envolta em pano sujo tal um turbante, Ashasverus⁴⁷⁰ desgraçado, caminhava pelas ruas do povoado, sapicuá ás costas, vendendo polvilho, farinha de mandioca ou morangas, a gemer atrozmente como se uma invisível tenaz o estivesse flagelando sem cessar!...

E Chico Vermelho caminhava, caminhava sem destino para aliviar a dôr que o tornava um espectro, uma assombração...

Pelo seu aspeto exquisito e por andar sempre só, creou-se-lhe em torno a lenda de que “virava lobisomem” a horas mortas, quando o povoado dormia. A creançada se porventura o via disparada como louca, apavorada com o seu gemido lancinante, crente de que dentro daquela carcaça se escondia o mais peludo e mais negro dos duendes.

E era assim, com o terror estampado nos olhos, que víamos a sua figura exótica passar pelos caminhos da margem dos dois arroios locais.

Sob êsse aspeto, êle viveu ainda muitos anos e no arraial todo mundo o conhecia, uns penalizados de sua sorte, outros apavorados e receosos de encontrá-lo perdido, a dez horas, foçando sujeiras pelos desvãos das casas e ranchos.

Hoje, que a sua lembrança se perde nas brumas do passado, me deixo levar pelas recordações daqueles tempos em que a ingenuidade da gente fazia acreditar em lobisomens e almas de outro mundo!...⁴⁷¹

O relato de Valério de Almeida sinaliza muitos aspectos do que “Chico Vermelho” representava para as demais pessoas, entretanto, não menciona adjetivos demeritivos à sua

⁴⁷⁰ Nota do próprio texto: o judeu errante, no catolicismo.

⁴⁷¹ ALMEIDA, Valério de. *Campo Grande de outrora*. Campo Grande: Letra Livre, 2003, p. 103-104.

pessoa, bem como não chega sequer a insinuar que o “tipo exótico” era sinônimo de “atraso” para a cidade. “Chico Vermelho” causava “terror”, mas não vergonha à cidade. É preciso ressaltar que “no arraial todo mundo o conhecia”, embora fosse um sujeito aterrorizante, portador de “aspeto exquisito”.

Na obra *Camalotes e guavirais*, publicada no início da década de 1970, Ulisses Serra, contador e advogado, mencionou que Campo Grande não era feita somente da parte material, mas sim que a cidade também era constituída pelos “tipos populares”. Conforme as palavras de Serra, que também são elogiosas aos “tipos populares”, têm-se o seguinte texto:

As cidades não se formam e se caracterizam apenas pelos seus prédios, vitrinas, anúncios luminosos, veículos que se entrecruzam, monumentos, canteiros e chafarizes. Forram-se de tradições, costumes, cultura e sensibilidade. Igualmente dos seus tipos populares, paisagem humana a constituir a alma móvel e errante das ruas.

Maria Bolacha e Josetti, de temperamentos opostos, contemporâneos de calçada, engastaram-se na fisionomia alegre e buliçosa da cidade.

A primeira, anciã, morena cor-de-mate, baixa e gorda, olhos verdes, andar de papagaio e de pano à cabeça, personificava o inconformismo, a reação e a luta. Quando a malta de garotos gritava-lhe o apelido, que ela julgava enxovalhante, vinha-lhe a boca o palavrão, vibrava lentamente o chicote que sempre tinha às mãos e perseguia os seus agressores morais. Todos os dias e o dia todo, de ponta a ponta das ruas, era a zombaria dos *gravochoes* caclocos e a reação permanente e feroz de Maria Bolacha. À tarde, pelo cansaço, com voz fraca e enternecida, ofegante, pedia clemência aos garotos para que não a chamassem *assim*. Eles se condoíam, silenciavam e uma trégua se estabelecia. Súbito, sobrevinha a irreverência, sibilava um novo Maria Bolacha. Também ressoava um novo palavrão, de novo ela vibrava o seu chicote e se arremessava, violenta, contra aqueles diabretes.

Alquebrada pelos anos, extenuada pela luta e já doente, um dia abandonou a arena das ruas e voltou, para sempre, à sua mansarda no sítio nativo, da Mata do Segredo. Mas, enquanto forças teve, disputou o direito às ruas, defendeu sua dignidade e repeliu a rebenque e pedradas a alcunha desmoralizante.

Josetti não era assim. Era um vaganau diferente. De família ilustre, tinha cordura e mansuetude. O riso comedido e o gesto ainda elegante repontavam dos andrajos que o cobriam. Usava oito, dez, doze e mais anéis em cada mão, de latão e pechisbeque, uma verdadeira manopla. Uma revivescência melancólica dos seus tempos áureos de moço de sociedade, quando se acostumara ao linho e à cambraia, à seda e ao perfume francês. Frequentava os bares do centro da cidade mas nada pedia, nem mesmo insinuava que se lhe pagasse isto ou aquilo. Sempre o sorriso, a mesura, o escrúpulo que o infortúnio não lograra destruir. Em troca tinha a simpatia da cidade. E até o respeito também. Por duas ou três vezes, boêmios de posse vestiram-no com requintes de elegância e soltaram-no nas ruas para espanto de todos e seu próprio entusiasmo em ver-se como nos dias áureos de outrora.

Daqueles escombros humanos e daquele dismantelamento psíquico vinham momentos de lucidez, intermitentes e fugazes. Instigado, falava da sua vida de contador de primeira plana que fora e dos seus dias de funcionário categorizado das Docas de Santos; mas não fazia praça disso, falava com distinção e medida. Nunca, porém, falava da origem da sua desdita, da fronteira *salerosa* que o afagara e o envolvera no *nhanduti*

sutil e perigoso dos seus encantos e depois, com incêndios de sangue nas veias e alvoradas de mocidade, não quis aquilo que a escritora mundana e célebre chamara monotonia de um só leito. Indiferente aos frangalhos a que iria reduzir um homem, partiu em busca de outras festas genésicas. Josetti, aturdido, fechou os ouvidos ao conselho do curandeiro a Juca Mulato: “Esquece calmo e forte esse amor que te exaspera, que há um outro amor que espreita e espera pelo teu...”

E ensandeceu.

Morreu numa madrugada fríssima. Encontraram-no com seus farrapos e seus anéis sob as escadarias do Edifício Korndorfer. Amigos espontâneos, humildes uns, outros de alto coturno social, foram devolvê-lo à terra e mandaram celebrar ofícios religiosos pela sua alma. Um recolheu os seus famosos anéis doirados para o museu que a cidade um dia há de ter. outro, seu conterrâneo da Cidade Branca (Corumbá), pintor de sensibilidade, já o havia fixado numa tela a óleo, que hoje enfeita o escritório de advocacia que o talentoso Wilson Martins fundou. O artista fez ressurgir daquelas ruínas humanas, daqueles andrajos e anéis, o riso característico e triste do Josetti.

Maria Bolacha simbolizou a resistência moral que o convívio sórdido das calçadas não enodoou. A impropérios e relho lutou ferozmente contra a chacota, cobrando à turba inconsciente e alegre o seu inalienável direito à liberdade das ruas.

Josetti encarnou outro tipo. Dominava a cidade com a origem da sua desventura, com os seus anéis baratos, reflexos do que ele fora outrora, com seu sorriso e sua mansidão. Um *clochard* que, sem o saber, ensinava a todos o fabuloso poder do riso e da bondade.⁴⁷²

Ulisses Serra, assim como Valério de Almeida, também não teceu comentários depreciativos à presença dos “tipos populares” denominados “Maria Bolacha” e “Josetti”, que ocupavam o espaço público da cidade de Campo Grande nas décadas de 1930-1960/70/80.

Já Paulo Coelho Machado, advogado e professor universitário, além de membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul e da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, também mencionou em alguns dos seus escritos, em particular no texto Os tipos populares da Rua 14⁴⁷³, a existência de “tipos populares” que viviam na cidade de Campo Grande. Machado listou cerca de vinte nomes de “tipos populares”. Quais sejam: “Chico Vermelho”, “Bezerra”, “Cabo Verde”, “Dona Maria”, “Perua”, “Maria Bolacha”, “Revoltoso”, “Madalena”, “Rosinha”, “Ceguinha”, “Aristides”, “Pau Rodado”, “Almirante”, “Pinga-Fogo”, “Maria Papuda”, “João Bobo”, “Gegê”, “Pompílio”, “Barbosa” e “Josetti”, cada qual sendo re-apresentado por Machado, em especial nos seus cotidianos.

Por sua vez, o jornalista e turismólogo Edson Carlos Contar, autor da obra Das margens do Prosa ao bar do Zé, relatou a existência de outros “tipos populares”, ou, como ele denominou “personagens do passado”, que existiam na cidade de Campo Grande, tais

⁴⁷² SERRA, Ulisses. Maria Bolacha e Josetti. In: _____. *Camalotes e guavirais*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1989, p. 101-102.

⁴⁷³ MACHADO, Paulo Coelho. Os tipos populares da Rua 14. In: _____. *Pelas ruas de Campo Grande: a Rua Principal*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1991, v. 2, p. 147-156.

como: “Bezerra”, “São Francisco”, “Pité”, “Tadão” e “Nico Preto”. Segundo Contar, esses “personagens do passado” eram

[...] muito queridos na cidade e todos paravam para conversar e dar atenção aos “loucos”, num tempo em que os homens não tinham pressa para o nada e viviam a fraternidade e o amor, principalmente por aqueles que a desdita jogou nas ruas, com seus andrajos, suas desgraças e histórias que, hoje, são a nossa História.⁴⁷⁴

Contudo, a questão aqui posta por esses escritos é justamente a de que o espaço público da cidade de Campo Grande era ocupado pelos mais variados sujeitos – chamados em determinados textos de “tipos populares”, de “figura exótica”, de “tipos diferentes” ou de “personagens do passado” –, mas que, na verdade, não deixam de ser trabalhadores, já que trabalhador é o sujeito que realiza alguma ação.

Tendo em vista isso, é fundamental indagar os significados dessa ocupação por parte do “povo comum”, as permanências e as alterações das representações desse territorializar o espaço urbano, que na maioria das vezes, segundo os textos dos escritores Almeida, Serra, Machado e Contar foram pensadas como sendo algo que pendia muito mais para o lado valoritivo do que para o demérito. Contudo, essa representação a respeito do “povo comum”, mais valorativa do que demeritiva, perdurou em textos jornalísticos que foram publicados no decorrer da segunda metade do século XX, em especial ao longo das décadas de 1960 e de 1970?

Foi no intuito de compreender de forma mais específica e, por vezes, explicitando também o particular que recorri às matérias jornalísticas publicadas nas décadas de 1960 e de 1970 no Jornal Correio do Estado para problematizar e tentar compreender a questão das “representações”⁴⁷⁵ que foram construídas sobre os trabalhadores que ocupavam o espaço urbano, central e comercial da cidade de Campo Grande, tendo em vista que os textos jornalísticos conseguem expor de forma mais tensionada a realidade e, justamente por isso, possibilitam ao historiador compreender melhor os antagonismos produzidos pelos mais variados sujeitos sociais.

Pensando em compreender as “representações” veiculadas nas matérias jornalísticas publicadas no Jornal Correio do Estado ao longo dos anos das décadas de 1960 e de 1970 sobre os trabalhadores urbanos, notadamente os informais, utilizei essencialmente tais matérias para explicitar como esse meio de comunicação pensou os ‘trabalhadores locais’, os ‘trabalhadores migrantes’ e os ‘trabalhadores informais’ que se faziam presentes no espaço público da cidade de Campo Grande, uma vez que os sujeitos

⁴⁷⁴ CONTAR, Edson Carlos. Tipos diferentes. In: _____. *Das margens do Prosa ao bar do Zé*. Campo Grande: Funesp, 2002, p. 135.

⁴⁷⁵ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa/São Paulo: DIFEL/Bertrand Brasil, 1990.

históricos só podem ser compreendidos, conforme afirmou Karl Marx⁴⁷⁶, por meio das relações sociais que possuem/constróem, ou seja, através das organizações sociais as quais pertencem, seja na condição de dominados ou de dominadores, e que os fazem ser de uma determinada forma e não de outra.

Justamente por isso intentei externar as “representações” que foram elaboradas por pessoas da sociedade e por entidades, tanto públicas como privadas, a respeito das “pessoas comuns” que se faziam presentes no espaço urbano da cidade e que praticavam, sobretudo, os trabalhos de esmolar e/ou mendigar⁴⁷⁷. Trabalhos esses nem sempre bem vistos por todas as pessoas, como no caso de alguns comerciantes e moradores, que consideravam as “pessoas comuns” e suas ‘práticas’ como vergonhosas à cidade.

2.1 ‘Trabalhadores locais’: os “outros” que já estavam

As representações mencionadas sobre os ‘trabalhadores locais’, que são pensadas como “lutas de representações”⁴⁷⁸, foram das mais diversas e, por isso, mesmo contribuem para que o historiador consiga externar as contradições e os conflitos sociais. Ao externar as contradições e os conflitos sociais o historiador não deixa de utilizar os ensinamentos marxianos, uma vez que, no entender de Hobsbawm⁴⁷⁹, foi justamente essa a mais original das contribuições de Karl Marx à historiografia, qual seja, escrever sobre a realidade com o intuito de explicitar as contradições e os conflitos sociais nela existentes, tendo em vista que as teorias históricas anteriores calcavam-se em escrever o conhecimento histórico tendo como base os seguintes elementos: continuidade, harmonia e unidade.

Esses ‘trabalhadores locais’, tanto do sexo masculino como do feminino, estavam quase sempre presentes no “perímetro central da cidade” de Campo Grande e eram qualificados adjetivamente pelas fontes consultadas por meio de denominações como: “amigos do alheio”, “mendigos ocasionais”, “ambulantes”, “figuras populares”, “crianças abandonadas”, “pessoas sem moral”, “menores pedintes”, “desajustados”, “débeis mentais”,

⁴⁷⁶ MARX, Karl. *Teses sobre Feuerbach*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

⁴⁷⁷ **Esmolar** e **mendigar** eram práticas muito próximas, por vezes até imbricadas ao ponto de não ser possível afirmar se determinada “pessoa comum” era esmoleira ou mendigo que esmolava. Esmolar nem sempre era característica apenas do sujeito que mendigava. Havia pessoas que mesmo tendo lugar para morar praticavam a esmolação. E também é pertinente considerar, como as fontes indicam, que alguns mendigos não esmolavam. Sendo assim, a definição do sujeito ser esmoleiro ou mendigo fica totalmente atrelada ao que foi escrito no texto jornalístico. Nesse caso o historiador está, pode-se dizer, literalmente APENAS reafirmando o que já foi dito, nesse caso publicado.

⁴⁷⁸ CHARTIER, op. cit., p. 17-18.

⁴⁷⁹ “O marxismo não é a única teoria estrutural-funcionalista da sociedade, embora tenha sido a primeira, mas difere da maioria das outras em dois pontos. Primeiro, insiste na hierarquia do fenômeno social (por exemplo, “bases” e “superestrutura”), e segundo, na existência, dentro de qualquer sociedade, de tensões internas (contradições) que contrabalançam, a tendência do sistema para se manter em funcionamento. A importância dessas peculiaridades do marxismo atua especialmente no campo da história, pois são elas que explicam – ao contrário de outros modelos estrutural-funcionalistas da sociedade – porque e como as sociedades se alteram e se transformam; em outras palavras, os fatos da evolução social.” (HOBSBAWM, Eric John. A contribuição de Karl Marx para a historiografia. In: BLACKBURN, Robin (Org.). *Ideologia na ciência social: ensaios críticos sobre a teoria social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 252).

“pobres de espírito”, “seres humanos perdidos”, “profissionais na arte de pedir”, “marginais”, “ciganos”, “mendigos tradicionais”, “mendigos diferentes”, “pedintes”, “esmoleiras”, “indivíduos embriagados”, “desocupados”, “desprovidos de faculdades mentais” e “criaturas desassistidas”.

Todas essas denominações, em grande parte depreciativas, tem algo em comum, isto é, elas externam representações, nesse caso veiculadas por meio do *Jornal Correio do Estado*⁴⁸⁰, sobre o que se pode amplamente categorizar como “pessoas comuns”, “povo comum”, “homem esquecido”, “sujeitos populares”, “classes perigosas”, “classes populares”, “gente comum” ou “gente pobre” que, por sua vez, possuíam no trabalho, aqui entendido como toda ação humana, variadas práticas de existência material, que notadamente se dava através das práticas de mendigar, de esmolar, de pedir auxílio, de trabalhar como ambulante/camelô e de furtar/roubar.

É importante frisar que tais ações eram concebidas em determinadas oportunidades conjunturais como inadequadas moralmente e, por vezes, ilegais para o espaço urbano, ou melhor, para o “perímetro central da cidade”, já que depunham concretamente contra o “progresso” de Campo Grande, assim como a arquitetura horizontalizada também o fazia, nesse caso em contraste com a arquitetura verticalizada do centro urbano.

No intuito de resolver a questão, na verdade o “problema” do trabalho de esmolar, mendigar, furtar/roubar ou de trabalhar como ambulante/camelô no espaço urbano apareceram autoridades legais, políticas, beneficentes, religiosas, policiais, comerciais e acadêmicas, cada qual indicando caminhos adequados para serem percorridos ou materializando práticas para “solucionar” tamanho “problema”.

Mas quem eram essas pessoas e/ou instituições que falavam desses ‘trabalhadores locais’? Eram vereadores, prefeitos, secretários municipais e estaduais, juizes, promotores, comerciantes, jornalistas, advogados, mulheres caridosas, homens-doutores, médicos, assistentes sociais, entidades das mais diversas, tanto públicas como privadas que não escondiam suas preocupações para com a “proliferação” de tais ‘trabalhadores locais’, já que os mesmos se “proliferavam” na municipalidade de Campo Grande, sendo que no centro da urbe eram extremamente “visíveis” aos olhos da ‘população’⁴⁸¹. Visibilidade que era compreendida como “estorvo humano”, pois emperrava o “progresso”, depondo “contra nossos foros de civilidade”⁴⁸².

⁴⁸⁰ Vale lembrar que nem sempre as representações explicitadas no corpo textual do *Jornal* eram representações com as quais o *Jornal* estava em consonância.

⁴⁸¹ ‘População’ aqui entendida como os “sujeitos normais”, quer dizer, como aquelas pessoas que não eram enquadradas nas representações das quais os ‘trabalhadores locais’ foram adjetivados pelas representações dos textos jornalísticos.

⁴⁸² FESTIVAL DE MENDIGOS E BEBUNS NAS RUAS DA CIDADE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 5, 21 abr. 1977.

Sendo assim, variadas representações a respeito do que denomino de 'trabalhadores locais' foram publicadas em matérias de jornal, em sua maioria não assinadas, mas que mesmo assim possibilitam conteúdo relevante para o trabalho do pesquisador, pensando como 'trabalhadores locais' os sujeitos históricos denominados pelas fontes como naturais da municipalidade de Campo Grande. Entretanto, vale frisar que os textos das fontes nem sempre são evidentes quanto ao fato dos agentes que estavam no espaço urbano serem ou não naturais de Campo Grande ou migrantes. Até porque essa nem sempre era uma preocupação para ser abordada.

Contudo, essa questão em si não desmerece a análise do texto, já que de uma forma ou de outra trata do trabalhador, isto é, explicita a idéia de quem produziu determinada representação sobre as pessoas que ocupavam o espaço público da cidade de Campo Grande no decorrer das décadas de 1960 e de 1970, notadamente o espaço das calçadas de ruas e de avenidas do centro urbano, além de praças.

Esses 'trabalhadores locais' se faziam presentes, ou seja, visíveis nos textos consultados, sobretudo, no centro comercial da cidade, particularmente na Rua 14 de Julho e na Avenida Calógeras. Eram quase sempre representados como pouco confiáveis e, sem dúvida, representavam, junto com o migrante não abastado e com as crianças pedintes, o "problema social" de maior expressão da parte urbana de Campo Grande. Questão essa sempre vista como "problema" e que foi explicitamente dissertada nas matérias publicadas no Jornal Correio do Estado.

Em determinadas situações o Jornal Correio do Estado fez propagação do seu entendimento sobre a questão da "mendicância", entretanto, em outras tantas situações possibilitou que outras 'autoridades' externassem as suas posições a respeito do "problema". Por vezes, as próprias representações, tanto as emitidas pelo JCE como as representações construídas pelas autoridades, acabaram por mostrar 'antagonismos representativos', se bem que 'consonâncias' também ocorreram, no ato de representação que se fazia presente por meio de textos publicados nas páginas do referido Jornal.

Em março de 1962 foi noticiado:

A cidade está cheia de mendigos. Mulheres e crianças a dar com o páu, todos de mãos estendidas à caridade. Isso é consequência da inflação, do alto custo de vida, da miséria que vai agravando-se dia a dia em todo o País.

Há porém, "operando" na cidade, uma chusma de rapazelhos, filhos da terra, moços que não trabalham, não estudam e levam a vida jogando bilhar e "criando caso". Habitua-se, desde a idade juvenil, a ganharem a vida sem "fazer força" e para viver assim lançam mãos de todos os expedientes. O bilhar é um meio de vida, porque sempre "jogam para valer". Como o dinheiro não é fácil para quem não trabalha, muitos desses vivaldinos furtam, desviam coisas e últimamente deram para "fazer o bôlso" de outros infelizes que tomam cachaça, caem e dormem nas ruas. Onde quer que haja um borracho dormindo aí estão eles, os vivaldinos juvenis,

rodeando e esperando oportunidade para fazer a limpa. Bem que merecem uma “limpa” da polícia.⁴⁸³

A representação aqui posta coloca a “cidade” como espaço de atuação dos mais diversos sujeitos. Eram mulheres, crianças, rapazolas, vivaldinos, que tinham em comum o fato de ocupar o espaço da cidade para diversas práticas. A mulher e as crianças para mendigar. Já os jovens, que eram “filhos da terra”, para nada fazer, senão furtar e incomodar a dinâmica da cidade. Pensados pelo texto como vítimas estavam os “outros infelizes”, que nesse caso também eram denominados como “bebuns”. Porém, o essencial do escrito está na ação de denunciar publicamente, e também dizer que a autoridade policial tinha que agir, fazendo “uma limpa”, que a cidade estava repleta de “mendigos”: “A cidade está cheia de mendigos”.

Em 1963 a questão da “mendicância”, agora relatada como “mendicância abusiva” foi retomada. O Jornal Correio do Estado noticiou:

Há cêrca de 10 meses, condenando a mendicância abusiva, focalizamos o caso de uma mulher de côr, mãe de numerosíssima prole, e que há vários anos vivia pedindo esmola, por ter-se constatado que a mesma é casada e estabelecida com um “bolicho” nos subúrbidos da cidade. A falsa mendiga, diante do comentário, deixou de viver explorando a caridade.

Voltando a tratar do assunto em comentário feito em princípios do mês corrente, citamos o caso de uma família que vivendo de esmolos, sempre tem o bastante para comprar “Sanfona” e usar, “nos dias de folga”, vestidos de tecido fino, o que vale dizer que de fato “exploram a caridade”. Também esta família desapareceu.

Mas o exército de pedintes vai engrossando suas fileiras dia a dia: crianças de 5, 6, 8 ou 10 anos formam grupos e saem pela cidade pedindo “auxílio” e já se vê até grupos de menores sentados à porta de casas comerciais para pedir esmolos.

Mulheres de compleição forte, não raro com um filho nos braços, 2 ou 3 acompanhando e um filho no ventre vivem por aí a pedir “auxílio”. É claro que mulher carregada de filhos deve ter marido. E se o tem, a êste compete sustenta-la, com tôda a prole, sendo absurdo que a população se veja obrigada a sustentar quem tem que lhe arrima.

Para êste aspecto da mendicância chamamos a atenção da autoridade. É preciso que se tome uma providência enérgica para coibir os abusos, que são flagrantes.

Vamos tomar medidas moralizadoras e capazes de desfalcar as fileiras do exército de mendigos e “falsos” mendigos que infesta a cidade.⁴⁸⁴

Mesmo que um ou outro “mendigo” ou “mendiga” saíssem, ou sumissem juntamente com suas proles de Campo Grande, novos sujeitos apareciam. O Jornal Correio do Estado pensou as “pessoas comuns” como “exército de pedintes” que tinham como objetivo ganhar “auxílio”, tendo como local para essa ação principalmente os espaços que

⁴⁸³ CARA CHEIA E BOLSO VAZIO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 3, 16 mar. 1962.

⁴⁸⁴ MENDICÂNCIA EM CAMPO GRANDE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 3, 29 jan. 1963.

ficavam defronte aos estabelecimentos comerciais. As crianças compunham tal “exército de pedintes”, embora as mulheres também fizessem parte do “exército”.

Mas e os homens do “exército”? Essa foi uma indagação posta, afinal, “mulher carregada de filhos deve ter marido”. Diante da constatação dessa situação o JCE cobrou providências moralizadoras das autoridades de Campo Grande, no sentido de que fossem coibidas tais práticas, já que elas representavam um “abuso”, colocando a “mendicância” como uma questão que tinha que ser desestruturada, ação essa que tinha que ocorrer por meio do ato de “desfalcar as fileiras do exército de mendigos e “falsos” mendigos que infesta a cidade.”

Entretanto, os pedintes eram em grande número e praticavam as mais variadas ações no centro da cidade. Ações essas que, literalmente, eram algo “impressionante”, segundo a representação elaborada pelo JCE.

É impressionante o número de pedintes nas ruas de Campo Grande. Há mendigos doentes, cegos, coxos, e mendigos válidos para o trabalho, mas esmolando por vadiagem. O que mais impressiona é o grande número de menores que vivem por aí, de rua em rua, de casa em casa, pedindo um “auxílio” eufemismo elegante forjado para substituir o velho e surrado “me dá uma esmola pelo amor de Deus”.

No problema da mendicância há casos de polícia, não resta dúvida. Mas há, também, e talvez em maioria, casos para o Juizado de Menores, uma vez que não se trata de menores abandonados, mas de menores mandados para as ruas por pais velhacos que desejam viver da caridade por intermédio dos filhos. Se assim é, cumpre ao Juizado de Menores escorraça-los das ruas, por meio de intimidação aos pais ou responsáveis, ou recolhe-los das ruas e confiar a criação e educação deles a famílias que tenham condições e disposição para arrimá-los.

Terça feira pela manhã, bem aqui defronte a redação do CORREIO DO ESTADO (localizada na Rua 14 de Julho), uma mulher ainda nova, sadia e bem disposta, pedia esmola rodeada pela prole. Cinco filhos, alegres e travessos, faziam cômico com a progenitora no pedido de “um auxílio” a quantos iam passando pela calçada. Uma senhora perguntou à mendiga se queria ir trabalhar em sua casa, mas ouviu a seguinte declaração: “Só vou se a senhora arranjar uma casa para o meu pai e minha mãe”. Quer dizer, a mendiga pode trabalhar, mas não trabalha, preferindo fazer o papel de Instituição para amparar os filhos, o pai e a mãe que também vivem de esmolas por intermédio da filha mendiga.

A mendicância é um problema que está a exigir providências, e estas devem ser tomadas em relação aos mendigos que podem trabalhar, mas não trabalham por velhacaria.⁴⁸⁵

Na medida em que o texto do JCE é explicitado nesse trabalho, ação que fiz citando literalmente o texto que foi publicado e buscando não inverter a ordem cronológica, se torna também possível perceber os ‘antagonismos representativos’ da própria ação da representação da realidade socialmente dada e historicamente construída. Isto é, se torna possível então compreender que as ‘lutas de representações’ não foram lineares,

⁴⁸⁵ MENDICÂNCIA TOMA VULTO NA CIDADE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 23 nov. 1966.

herméticas ou imutáveis. Até porque se foram ‘lutas’, o foram inevitavelmente na condição de confronto de representações de uns sujeitos contra representações/práticas de outros sujeitos históricos.

Sendo assim, a possibilidade das representações serem lineares, herméticas e imutáveis ficou totalmente desacreditada. Chartier lembra-nos de que “[...] embora (as representações) aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as jorgam.”⁴⁸⁶

Forjamento esse que não deixou de portar ‘antagonismos representativos’, pois em algumas oportunidades os “menores pedintes” eram pensados como gente adulta, sendo suas ações “caso de Polícia” e em outras eram pensadas como caso a ser resolvido por meio da mediação do “Juizado de Menores”.

As mulheres-mães igualmente, pois em determinadas situações era aceitável a ação de mendigar e, em outras vezes, não. Basicamente tudo dependia da idade e da condição “sadia”⁴⁸⁷ do corpo: não sendo criança e nem idoso, ou melhor, “menor” muito novo ou “ancião” muito velho e tendo corpo “sadio” era natural que a pessoa não mendigasse ou esmolasse pelas vias da cidade, mas sim que trabalhasse como os demais sujeitos da “população”.

Ademais, ficou textualmente visível um certo incômodo diante daquela realidade, incômodo esse muito mais de cunho moral do que, nesse caso, social, já que o não-trabalhar de sujeitos “sadios” foi concebido como algo inadmissível, portanto, uma conduta imprópria para existir e, mais que isso, ser vista, no espaço urbano-citadino de Campo Grande.

As entidades religiosas também se manifestaram no intuito de criar um mecanismo que pudesse findar com a “mendicância” urbana de Campo Grande. Propôs-se então a criação de uma fundação de assistência social. O JCE assim noticiou o acontecimento em uma de suas páginas:

Recebemos ontem (dia 5 de outubro de 1967) a visita do virtuoso sacerdote Padre Heitor Castoldi, que nos deu conhecimento dos contatos que vem mantendo, nestes últimos dias, para a organização, na cidade, de uma Fundação de Assistência Social.

Organização idêntica a que será aqui instalada – disse-nos o Padre Heitor, no espaço de 2 anos, solucionou definitivamente em São José do Rio Preto, os problemas de assistência social com que lutam os municípios em geral.

⁴⁸⁶ CHARTIER, op.cit., p. 17.

⁴⁸⁷ “Sadia” pode ser entendida como sendo a pessoa “ainda nova” e “bem disposta”, como no caso de “[...] uma mulher ainda nova, sadia e bem disposta, pedia esmola rodeada pela prole. Cinco filhos, alegres e travessos, faziam cômico com a progenitora no pedido de “um auxílio” a quantos iam passando pela calçada. Uma senhora perguntou à mendiga se queria ir trabalhar em sua casa, mas ouviu a seguinte declaração: “Só vou se a senhora arranjar uma casa para o meu pai e minha mãe”. Quer dizer, a mendiga pode trabalhar, mas não trabalha, preferindo fazer o papel de Instituição para amparar os filhos, o pai e a mãe que também vivem de esmolas por intermédio da filha mendiga.” (MENDICÂNCIA EM CAMPO GRANDE. Op. cit., 1963).

A “Fundação” se encarregaria de conseguir verbas do poder público, contando, inclusive, com uma parcela dos impostos arrecadados pelo Município, que devidamente equacionadas seriam aplicadas em finalidades assistenciais, acabando, de início, com a mendicância e evitando a pulverização de verbas que são anualmente conseguidas por várias entidades que apenas conseguem minorar a gravidade dos problemas.

A “Fundação” já conta, entre outros, com o apoio de Dom Antonio Barbosa, Bispo da Diocese, e do Prefeito Plínio Barbosa.

Para estabelecimento das bases dessa organização, será realizada uma reunião, no dia 18 do corrente, às 20 horas, na sede da Associação Médica.

Entre os cidadãos que apóiam a idéia destacam-se os nomes dos senhores Dr. Helio Mandetta, Dr. Edgar Sperbe, Dr. Cesar Maksoud, Helio Cardoso, José Oliva, Dr. Anees Saad, Dr. Lucidio Medeiros, Mario de Abreu, Gabriel Medina, Dr. João Basmage, Dr. Mendes Canale, Dr. Nelson Trad, Dr. Nelson Buainain, Orlando P. Lima, Nelson Borges de Barros, Wilson Bacchi, Dr. João Rosa, Dr. Salvador, Dr. Gunther, Francisco Chaves, Abel Freire Aragão, Francisco de Assis Andrade, Eduardo Zahan, José Nasser, Dr. Jorge Rahe, Dr. Alfredo Neder, Dr. Alberto Neder, Dr. René Neder, Nerone Maiolino, Francisco Palhano, Dr. Kalil Rahe e várias senhoras e senhoritas.

Todas as pessoas que se interessarem pelo assunto estão convidadas para a reunião acima mencionada.⁴⁸⁸

A sociedade que se fez presente no “apoio” deve ser pensada e entendida como ‘autoridade’. Mas ‘autoridades’ em quê? ‘Autoridades’ na ação de pensar ‘projetos’ e de materializá-los socialmente, mesmo que beneficiando a cidade em determinados espaços e pessoas em números muito reduzidos, que no caso de Campo Grande era a área comercial do centro e as pessoas que habitavam a localidade, exceto as “pessoas comuns” que, por vezes, também moravam em casas abandonadas.

Tais ‘autoridades’ objetivavam criar uma fundação para acabar com a “mendicância”, dentre outras coisas, mas essa era a razão primeira e norteadora de todo o resto da fundação. Padres, engenheiros, médicos, advogados, políticos, senhoras e senhoritas, enfim, homens e mulheres que se colocaram socialmente como pensadores dos caminhos urbanos e citadinos de Campo Grande, isso até porque a realidade social em que viviam essas ‘autoridades’ tinha mudado.

Mudança que nesse caso transformou também a realidade na qual tais ‘autoridades’ estavam. Mudança que fez com que o que quase não era visível nos espaços centrais da cidade comercial se tornasse extremamente nítido em cada quarteirão do espaço central da cidade de Campo Grande, ou seja, “pessoas comuns” ou “povo comum” que eram denominados de “mendigos” e que ocupavam o centro comercial diariamente e não mais apenas aos sábados, tal como outrora.

⁴⁸⁸ CAMPO GRANDE VAI TER UMA FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 6 out. 1967.

Essa intensificação da ação de esmolar/mendigar, pois passou a ser realizada não mais apenas uma vez na semana, mas sim todos os dias, sendo isso uma outra mudança que não era benquista pela sociedade campo-grandense. Muito pelo contrário, pois tal prática era vista como “vexatória”, isso pelo fato de que tal ação outrora era apenas realizada aos sábados e, depois, tinha se tornado diária, sinalizando, portanto, que as pessoas não trabalhavam e nem progrediam.

Por vezes fez-se até um caminho de volta ao ato de mendigar, que serviu nesse caso para justificar o por quê da “população” não contribuir financeiramente ou de qualquer outro modo para com os pedidos feitos por determinados “mendigos” foi externado no Jornal Correio do Estado.

Num passado não muito afastado, em Campo Grande como em tôda parte, os mendigos só saíam a esmolar aos sábados. As famílias e as casas comerciais, no decorrer da semana juntavam o dinheiro miúdo e peças de roupas e utensílios que pudessem ser ainda usados por gente pobre.

Com o decorrer do tempo, entretanto, os mendigos foram aumentando em número e redobrando o trabalho semanal. Ao invés de só pedirem aos sábados, passaram a fazê-lo diariamente, das 7 às 22 ou 23 horas. Na rua 14 de Julho, principal artéria da cidade, hordas de mendigos exploram a caridade com uma constância até vexatória.

Há pedintes atrevidos que recusam um pão ou uma fruta: só aceitam dinheiro. Muitos deles querem dinheiro para a compra de cachaça, transferindo a outrens a obrigação de sustentar-lhes o vício de beber.

Mas o que causa maior espécie é o grande exército de mulheres passeando com a prole pelas ruas e pedindo “um auxílio”. Algumas se fazem acompanhar de dois ou mais filhos que vão caminhando, levam filho no braço e no ventre um outro prestes a chegar. Fortes e sadias, podendo pelo menos lavar roupas e ganhar um dinheiro, elas fogem ao trabalho mais se dão pressa em obedecer o “crescei e multiplicai” ditado pela Bíblia. Reparando-se bem nas fisionomias das crianças, logo se infere que são filhos do mesmo pai. Mas o pai não aparece: fica em casa a esperar pelos frutos da pedição da mulher. Separado o casal não pode estar, porque a mulher em estado de gestação deixa bem claro a presença do marido em sua casa.

Há, entre os mendigos, não resta dúvida, casos dolorosos que tôda gente tem prazer em ver minorados, e por isso dá esmolas sem reclamar. Mas existe, também, muita velhacaria na história da mendicância em Campo Grande.

Fala-se, agora, que dentro em breve teremos uma entidade de assistência que irá cuidar do caso mendicância, que já se tornou deprimente para Campo Grande e para sua população. Temos certeza que dita entidade, mal comece a trabalhar liquidará mais de 50% dos mendigos, pois metade deles desaparecerão por conta própria, por isso que são mendigos de araque e frutos de velhacaria e preguiça de trabalhar.⁴⁸⁹

O horário de trabalho é mais um elemento extremamente significativo para que se possa pensar percentualmente quanto tempo as “pessoas comuns” se faziam presentes no centro comercial para trabalhar, já que todos os dias ocupavam as vias públicas centrais das 7:00 horas da manhã até por volta das 22:00 ou 23:00 horas da noite. Isso representa que

ocupavam cerca de $\frac{3}{4}$ do dia praticando o trabalho de esmolar e de mendigar. A Rua 14 de Julho era um ambiente propício para que mulheres e crianças exercessem a mendicância e/ou o ato de esmolar, solicitando, na maioria dos casos, meios materiais que as “pessoas comuns” diziam necessitar. Necessidade que era de alimentos, roupas, cobertores, mas também de dinheiro para comprar bebida alcoólica.

Além dessas informações o Jornal Correio do Estado abordou outra vez a prática da “mendicância”, pois havia gente que podia esmolar e outras que, definitivamente, não podiam esmolar. Segundo o texto, cerca de 50% dos pedintes de Campo Grande eram de “araque” e tinham apenas “preguiça de trabalhar”, sendo que a “entidade” que foi prevista para ser criada na municipalidade tinha que, obrigatoriamente, dar um jeito, ou seja, propor um caminho que “liquidará” esses indivíduos.

Esse “liquidará” não pode deixar de ser pensado como uma ação de expulsão de tais sujeitos e de suas ‘práticas’ do espaço urbano e comercial da cidade de Campo Grande. O que está em questão é, justamente, a territorialização do espaço e, não menos, os conflitos existentes entre os sujeitos que ocupavam esse espaço.

Ao pensar a realidade dessa forma e encaminhar esse tipo de ação como “adequada” para resolver o que foi chamado de “problema”, fica patente que nem todos os sujeitos podiam ocupar e territorializar os espaços públicos da forma como entendiam, se bem que as ‘autoridades’ não abriram mão de impôr determinada territorialização ao espaço urbano. Essa ‘prática’, por sua vez, contribui para que fique ainda mais evidente as contradições sociais existentes entre os sujeitos históricos, afinal, uns não podiam impôr determinada territorialidade⁴⁹⁰, aqui entendida como ação do ser humano sobre a natureza, ao espaço urbano, já outros sim.

Os médicos, assim como os religiosos, também participaram do debate para criar a referida fundação no intuito de que com a vigência de tal órgão se pudesse “acabar com o problema de mendicância em todo o município.” Era um esforço coletivo das ‘autoridades’ para livrar Campo Grande desse “problema”. Contudo, a reunião seguiu uma proposta distinta daquela sugerida pelo religioso, embora o objetivo – acabar com o “problema” – era, basicamente, o mesmo.

De acôrdo com o que divulgamos, reuniram-se na séde da Associação Médica de Campo Grande, no dia 18 do corrente, perto de trinta pessoas das mais credenciadas da cidade a fim de debaterem a fundação de uma entidade de assistência social que venha, principalmente, acabar com o problema de mendicância em todo o município.

⁴⁸⁹ MENDICÂNCIA É UM ASSOMBRO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 17 out. 1967.

⁴⁹⁰ SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 110.

Após a exposição do assunto que foi bastante debatido, resolveram os presentes criar uma comissão para estruturar a nova entidade assistencial, tipo Fundação que deverá ter existência jurídica, com verbas próprias. A comissão escolhida na ocasião é constituída dos seguintes senhores: Nelson Borges de Barros, Nerone Maiolino, Dr. Edgar Sperb, Dr. Arnaldo Rodrigues e Dr. Cesar Macksoud. Nova reunião foi programada para o dia 26 do corrente.⁴⁹¹

Estabelecendo um diálogo entre a proposta do religioso e a que vingou da reunião ocorrida na Associação Médica de Campo Grande ficou evidente que as ‘autoridades’ pensaram soluções que nem sempre tinham que percorrer o mesmo caminho. A quantidade de quase “trinta pessoas das mais credenciadas” entendeu que era mais adequado criar uma nova organização, tendo não verbas públicas, mas sim “verbas próprias”. Mesmo que percorrendo vias distintas, o intuito era o mesmo: “acabar com o problema” que a cada dia se tornava mais presente, tanto no sentido visual, já que as calçadas de ruas e de avenidas e as praças tinham sempre um número maior de “mendigos” e de “esmoleiros” do que no dia anterior, como no cotidiano das ‘autoridades’ cidadinas.

Em outubro de 1969 a Câmara de Vereadores de Campo Grande ocupou-se do assunto da criação da entidade, nesse caso pública e não caritativa/beneficente, mas nada foi aprovado. Embora a intenção fosse a de criar uma secretaria de assistência social na municipalidade e não uma fundação como outrora foi proposto por ‘autoridades’ ligadas à religião e à medicina, na maioria dos casos, o que o texto deixa exposto mesmo mais do que tudo é a impressão negativa que a cidade de Campo Grande tinha/ficava com a presença dos “mendigos” ocupando o espaço urbano do centro comercial da cidade.

Em uma das últimas sessões da Câmara Municipal, foi sugerido ao Prefeito um estudo que possibilite a criação da Secretaria de Assistência Social, prova de que os edís campo-grandenses, com raras exceções, estão sendo sensíveis à sorte da porção pobre da população da cidade e deseja ver a Municipalidade armada de um instrumento que a leve a socorrê-los em suas necessidades mais prementes.

Primeiro foi a idéia da criação da FUNCAS; depois o Dr. Hélio Mandetta, no breve espaço de tempo que esteve à frente do Executivo municipal, tomou medidas sérias para a instalação de um organismo de assistência social gerido pela Prefeitura, iniciativa que o Prefeito Plínio Barbosa Martins tomou a si e passou a estudá-la procurando dar-lhe forma concreta. No entanto, pelo visto o chefe do Executivo não encontra viabilidade para a idéia, não obstante a insistência com que a cidade grita pela imediata criação da instituição assistencial.

Fundação, Associação ou Secretaria, o nome não importa. O que vale, o que Campo Grande pede, e com a possível urgência é um organismo de assistência social que tenha condições para aliviar a pesada carga de mendigos que enfeita suas ruas, dando a impressão de ser Campo Grande cidade miserável.

É claro que a entidade não terá apenas a missão de distribuir teto, pão e agasalho. Ela poderá encaminhar ao trabalho os mendigos válidos, os que

⁴⁹¹ RESOLVIDA A CRIAÇÃO DE UMA ENTIDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CIDADE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 21 out. 1967.

pedem esmolas por não ter oportunidades para ganhar o pão com o seu próprio esforço. Entre os pedintes que povoam as ruas centrais da cidade figuram mulheres sadias, novas e capazes de trabalhar em casas de família, mas as famílias as rejeitam por estarem carregadas de filhos.

A situação de tais mulheres deve merecer a atenção dos poderes públicos através do organismo cuja criação a cidade exige. Encaminhar as crianças a creches ou internatos, e preparar as mães para uma atividade qualquer, eis a solução do problema da mendicância em Campo Grande. É claro que, separado êsse contingente, ainda restará o caso dos velhos, dos doentes e aleijados. Mas, para socorro dêstes a Associação, Fundação ou Secretaria disporá de recursos próprios e deverá ampará-los de acôrdo com a situação de cada um.

Não faltará, naturalmente, quem nos taxe de teóricos e visionários na consideração do gravíssimo problema. Mas, visionários ou teóricos, o que estamos a fazer é dando mais uma “cutilada” no poder municipal, chamando-o para a luta em prol da solução do problema de mendicância em Campo Grande. Tal problema não pode subsistir sem nos lançar a pecha de desumanos e descuidosos com a sorte da legião de pedintes que existe em Campo Grande.⁴⁹²

Mesmo se propondo a noticiar um fato, qual seja, o da Câmara de Vereadores ter se reunido para pensar formas de resolver o “problema da mendicância”, essa questão não se constituiu como elemento central do texto. A sessão teve papel somente de contextualização para que um assunto, o da “mendicância”, fosse justificado para, então, ser o centro da escrita, que nesse caso só veio a considerar a “mendicância” como uma ação que infestava o espaço urbano e comercial de Campo Grande, dando à cidade “impressão de ser Campo Grande cidade miserável.”

Justamente por causar essa impressão é que se fazia necessário “aliviar” o peso que tais “mendigos” traziam à aparência da urbe e não pelo simples, e por si só já suficiente, fato de que aquelas pessoas denominadas de “mendigos” eram seres humanos, assim como as ‘autoridades’ e a ‘população’ de Campo Grande. Se bem que o fator humano foi considerado, só que nesse caso para que as ‘autoridades’ e a ‘população’ não fossem tachadas com adjetivos como: “desumanos e descuidosos com a sorte da legião de pedintes que existe em Campo Grande.”

No referido texto o “trabalho” aparece outra vez como elemento indispensável para enquadrar os sujeitos na sociedade. O “trabalho” válido era o de realizar serviços domésticos em casas de família, no caso das mulheres. Para as crianças a solução era a de encaminhá-las para creches ou internatos, sem descuidar de preparar as mulheres-mães dessas crianças “para uma atividade qualquer”. Quanto aos “velhos”, “doentes” e “aleijados” restava serem estes socorridos pela dita secretaria municipal, conforme as necessidades de cada indivíduo.

Explicitado desse modo o “problema” de sugerir a ocupação das mulheres com o trabalho domiciliar, restringir a presença das crianças em creches ou internatos e deixar que

⁴⁹² SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 11 out. 1969.

“velhos”, “doentes” e “aleijados” fossem socorridos, possibilita-nos pensar que a ocupação dessas “pessoas comuns” por meio do trabalho, que não o de esmolar/mendigar/pedir auxílio, era justamente para fazer com que elas se ocupassem com outras coisas, mas que essa ocupação não fosse o trabalho de esmolar/mendigar/pedir auxílio, já que esse trabalho fazia com que tais sujeitos ocupassem o espaço público da cidade.

Em suma, esses sujeitos deviam ocupar um outro espaço, podendo inclusive ser privado ou governamental, pois isso fazia com que eles não fossem vistos no espaço das calçadas do centro, já que isso denegria a cidade vista como modernizada e, não menos, símbolo da modernidade existente no Estado de Mato Grosso.

Portanto, esconder o “povo comum” era uma das preocupações em voga, pois ao escondê-lo, de preferência em ambiente privado, resolvia-se, ou, no mínimo, diminuía-se a intensidade de algumas das suas ‘práticas’, que eram consideradas demeritivas à modernidade, tais como as de esmolar, de mendigar e de pedir auxílio aos transeuntes. Fazendo isso, escondia-se também o que foi chamado de “problema” e, dessa forma, intentava-se mostrar uma cidade moderna e civilizada, símbolo de modernidade, e não uma cidade ocupada dioturnamente pelo “povo comum”.

Se por um lado não foi criada a entidade denominada de Secretaria de Assistência Social, criou-se a Secretaria de Promoção Social do Município de Campo Grande, que tinha como objetivo principal “solucionar o problema” da mendicância urbana. Era uma outra possibilidade de ver o “problema” solucionado, agora via poderes executivo e legislativo do governo municipal.

Embora não venha a executar a lei que resultará do projeto de sua iniciativa, criando a Secretaria da Promoção Social, ao ilustre Prefeito Dr. Plínio Barbosa Martins não se negará o mérito de ter sido o pai do organismo a ser criado com base do projeto de sua autoria.

O citado projeto, acompanhado da respectiva mensagem, tem a data de 4 do corrente (novembro de 1969) e já foi encaminhado à Câmara para aprovação. O projeto é extensivo, abrange tôdas as nuas do problema assistencial social, e nêle se destacam os seguintes itens:

– À Secretaria da Promoção Social compete planejar e executar os serviços municipais de assistência social, com o seguinte campo de atuação.

I – a ação comunitária visando a melhoria das condições sociais e econômicas da população, em todos os aspectos, através de atuação orientadora e educativa, o desenvolvimento do associativismo e a coordenação e mobilização dos recursos particulares e públicos voltados para o desenvolvimento social.

II – o atendimento aos menores abandonados e necessitados, à velhice desamparada, desempregados, imigrantes, vítimas de calamidade pública e outros grupos específicos em situação de inadaptação social.

Para que se efetive a criação da Secretaria de Promoção Social, a Câmara de Vereadores está sendo convocada para votar o projeto com certa urgência, pois, segundo o art. 7.º do projeto, “o orçamento de 1970 consignará verba própria para as atividades da Secretaria da Promoção Social ora criada.”

Uma vez aprovado o projeto, “um decreto a ser expedido no prazo de quinze dias, o Executivo regulamentará a presente lei” – reza o art. 5.o. A partir de 1971 os orçamentos do município empregarão 2% do valor global da sua receita para as atividades da Secretaria da Promoção Social – é o que estatui o art. 8.o. Está, portanto, na dependência da Câmara Municipal a instituição do organismo de assistência social que a população reclama há muitos anos. Que a Edilidade dê provas do seu interesse na solução do problema.⁴⁹³

Seguramente o projeto de lei englobava muita gente para ser atendida. Era missão da Secretaria de Promoção Social, se criada, “planejar” e “executar” variadas tarefas que deviam abarcar, literalmente, todos os habitantes da municipalidade, tendo para isso a percentagem de “2% do valor global da receita” municipal. O “campo de atuação” da Secretaria de Promoção Social, segundo o que foi publicado no *Jornal Correio do Estado*, centrava-se sobremaneira em conseguir melhorar as condições de vida social e econômica da população com um todo, conforme consta no artigo primeiro.

Entretanto, o artigo segundo indica o contrário, ou, no mínimo, constitui-se como destoante do que o precedeu. Isso porque delimita também como objetivo da Secretaria de Promoção Social “o atendimento aos menores abandonados e necessitados, à velhice desamparada, desempregados, imigrantes, vítimas de calamidade pública e outros grupos específicos em situação de inadaptação social.”

Ora, mas se as condições de vida social e econômica da população com um todo tinham que ser melhoradas, como podia haver então pessoas “em situação de inadaptação social” em Campo Grande? Como poderia haver “esmoleiros” e “mendigos” solicitando auxílio se eles tivessem melhorado de vida, quer dizer, se eles tivessem obtido o que propunha o artigo primeiro, isto é, “a melhoria das condições sociais e econômicas da população, em todos os aspectos, através de atuação orientadora e educativa”? Pois isso ocorrendo, as próprias “pessoas comuns” podiam optar por deixar ou não o espaço público da cidade.

No início do ano de 1970, mesmo após a criação da Secretaria de Promoção Social, a situação ainda era representada como “problema” que se agravava “dia a dia”. O *Jornal Correio do Estado* continuou noticiando sobre o “problema da mendicância” e afirmou que o “material humano” espalhado pelo centro da cidade aumentava paulatinamente.

Um simples relancear de olhos na paisagem humana de Campo Grande, principalmente na Rua 14 de Julho, leva à convicção de que o problema da mendicância se agrava dia a dia. Aos pedintes cujas fisionomias já se tornaram familiares, vieram juntar-se novas caras. Gente branca, mulatos e coloredes, não faltando entre os mendigos bom número de crianças e mocinhas.

Esse material humano, variado nas raças e na idade, é que vai servir de tubo de ensaio à Secretaria de Promoção Social, já que a sua missão

⁴⁹³ SECRETARIA DA PROMOÇÃO SOCIAL. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 18 nov. 1969.

precípua será encaminhar os pedintes que tiverem condições físicas para o trabalho.

A preocupação primeira da dita Secretaria há-de ser com as garotinhas e meninas-moças que vivem pedindo esmola, e ouvindo, a cada passo, piadas grosseiras e propostas indecorosas de parte de indivíduos de má formação.

Não é difícil o encaminhamento dessas meninas e quase moças. Em Campo Grande, onde quer que se mova o passo, vê-se, à porta de casas de família, o anúncio "Precisa-se de Empregada Doméstica". Em muitos casos, uma menina ou mocinha serve. Mas as que pedem esmolas não querem trabalhar, ou não podem fazê-lo porque a mãe ou os pais não permitem. Um dia de esmola rende muito mais do que um dia de trabalho em casa de família, embora o esmolar seja deprimente e o trabalho dignifique.

É que, por trás de cada pedinte, menor ou adulto, via de regra estão duas ou mais pessoas sadias vivendo dos frutos da esmola. É êsse aspecto do problema de mendicância que a Secretaria de Promoção Social terá que enfrentar com decisão e muita energia, a fim de que possa encaminhar as menores que vivem a pedir esmola e degradando-se nas ruas da cidade.

Campo Grande foi privilegiada até no sentimento do seu povo. As famílias que tomam filhos alheios como pupilas, ou mesmo como doméstica as tratam com muita bondade, zelando até mesmo pela instrução delas, como é fácil de se observar, mesmo à noite, quando mocinhas que trabalham em casas de família, terminada a faina diária, sobraçam livros e cadernos e rumam para a escola.

Pelos anúncios é fácil constatar que em casas de famílias ainda "há vaga" para muitas meninas e mocinhas. Mas as que precisam de emprêgo ou arrimo, não se arrimam nem se empregam porque vivem pedindo esmolas. Oxalá a Secretaria de Promoção Social possa encaminhar tôdas as menores que vivem mendigando em Campo Grande.⁴⁹⁴

O espaço urbano da cidade era outra vez o local em que havia o "problema da mendicância". Mas nesse mesmo espaço também agiam outros elementos, quais sejam: o "material humano", a Secretaria de Promoção Social, o "trabalho" para dignificar, dentre outros. Utilizando-se outra vez da cidade, o JCE constatou que continuavam chegando "novas caras" e que o "material humano" das ruas era útil ao "tubo de ensaio" da Secretaria de Promoção Social, ação que sinaliza, com grande pontualidade, o tipo de preocupação existente, qual seja, eliminar o ato de esmolar e solidificar o ato de trabalhar, já que o primeiro era "deprimente" e o segundo dignificante.

Porém, o elemento das "garotinhas e meninas-moças" é novo, já que anteriormente não tinha sido mencionado tão claramente. A preocupação posta residia em ocupar tais "garotinhas" com "trabalho de doméstica", que ao contrário da ação deprimente de esmolar, dignificava a pessoa e não as fazia passar pela incômoda situação de ter que ouvir "piadas grosseiras e propostas indecorosas de parte de indivíduos de má formação", segundo a representação do texto jornalístico.

Além da questão de encaminhar as "garotinhas" para o trabalho no lar de famílias que, via de regra, as tratavam muito bem e as possibilitavam educação formal, considerou-

⁴⁹⁴ O ETERNO PROBLEMA SOCIAL. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 5 fev. 1970.

se como uma necessidade os encaminhamentos, via Secretaria de Promoção Social, dos “pedintes que tiverem condições físicas para o trabalho”. Além disso, a mesma Secretaria também tinha que dar uma solução para a “mendicância” de “menores” e de “adultos”, já que muitos esmolavam apenas porque eram mandados por outras pessoas, que em geral eram saudáveis e podiam trabalhar em algo ‘digno’, logo, não precisavam utilizar de “menores” ou até de “adultos”, já idosos, para prover o arrimo de quem podia tê-lo pelo próprio trabalho, trabalho esse que dignificava o sujeito e não o que denegria a pessoa, que nesse caso era esmolar e/ou mendigar.

No ambiente do centro urbano da cidade além de serem feitas ações de “mendigar”, “pedir auxílio”, “esmolar”, fazia-se nesse mesmo espaço muitas outras coisas. Tanto que na “[...] Rua 14 de Julho, a mais movimentada do Estado acontece de tudo. Até mendigos fazem “festival”. Enquanto um faz o “pinho chorar”⁴⁹⁵, o outro [...] passa o dia de mão estendida pedindo esmola.”⁴⁹⁶ Mesmo buscando afastar as “pessoas comuns” do espaço público e mantê-las ocupadas por meio do trabalho que devia ser realizado em espaço que não era o da rua, o Jornal Correio do Estado acabou considerando a “mendicância” como “profissão”, porém a afirmação era para evidenciar demérito por parte de quem a praticava e não para pensá-la simplesmente como qualquer outro trabalho.

Um dos problemas maiores com que se defronta Campo Grande, ainda que em intensa fase desenvolvimentista, é a mendicância, que a cada dia que passa torna-se mais comum e difícil de se controlar, a despeito das boas intenções dispensadas pelas autoridades responsáveis pelo setor de promoção social.

Difícilmente um pedinte que tenha condições físicas para trabalhar aceita uma oferta de emprego, isso porque para eles é muito fácil, e possivelmente rendoso, viver à custa da caridade do campograndense do que enfrentar oito horas e meia de serviço, em qualquer tipo que seja.

São os eternos “viciados” em pedir esmolas, comida e abrigo, isso quando não dormem pelas ruas, tendo como cobertor apenas uns goles de cachaça, o que indica serem eles, também, e em sua grande maioria, alcoólatras. E por incrível que pareça, existem aqueles que tem residências, filhos, esposas e muitas vezes até mesmo netos, mas continuam na rendosa **profissão** de mendigo, de vez que lhes são exigidos menos esforços e tempo de trabalho. Ao final do dia, regressam às suas casas, onde contam cuidadosamente o que arrecadaram pelas andanças do dia.

No entanto, os desocupados, sem lar sem teto para se abrigarem andam durante todo o dia pelas ruas enquanto recebem a primeira doação do dia, correm direto para um bar qualquer e iniciam mais uma bebedeira, numa seqüência já incontrolável por eles mesmos devido ao vício que adquiriram. Um dos pontos mais comuns para este tipo de mendigos é a Avenida Calógeras entre as Ruas Antonio Maria Coelho e Maracaju. A

⁴⁹⁵ Expressão que consta em matéria do JCE. O termo refere-se ao trabalho ‘indigno’. Na prática, parte do “povo comum” provia suas necessidades materiais por meio de atividades pouco produtivas, ou seja, o chamado trabalho ‘indigno’, isso no entendimento da matéria publicada no JCE. Exemplificando, as ‘práticas’ de cantar e de tocar instrumentos musicais nas calçadas de vias movimentadas do espaço público do centro da cidade de Campo Grande eram uma das formas de se fazer o “pinho chorar” e, com isso, ganhar algum dinheiro.

⁴⁹⁶ FESTIVAL DE MENDIGOS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 3, 18 jul. 1970.

promiscuidade onde vivem estes pedintes é total. Encostados aos muros, dormindo ou conversando passam dias e noites sem nada fazer pedindo e muitas vezes quando não atendidos, despejam um vocabulário ofensivo, desagradável a quem recusou a esmola, seja homem, mulher ou mesmo uma inocente criança, que provavelmente não entendam o porque da agressão oral.

E, a medida que Campo Grande cresce, crescem os mendigos, em número. Aos sábados pela manhã, então, o problema assume caráter grave, pois parece que todos os pedintes de nossa cidade se deslocam para o centro, invadindo lojas comerciais, bares e restaurantes, pedindo “um auxílio pelo amor de Deus”, forçando o proprietário a dar esmola, sob pena de tê-los incomodando por boas horas, afastando a clientela, os compradores.

O Natal está se aproximando e já se prevê um afluxo de pedintes às ruas, à lojas e restaurantes, bem maior do que nos meses comuns, sempre abordando os passantes que, levados pela ocasião, naturalmente se apiedam ainda mais destes seres humanos perdidos para a sociedade, raramente negando a esmola.

Acredita-se que em Campo Grande existam pelo menos uns 200 pedintes, espalhados por todos os cantos da cidade. Uns, verdadeiros artistas e profissionais na arte de pedir; outros, iniciando a “profissão”; enquanto que outros, que mais nada podem oferecer de si a ninguém atiram-se avidamente às ruas, em busca do pão e da pinga de cada dia. Fazendo as suas necessidades fisiológicas em plena rua, embebedando-se e algumas vezes saindo nus pelas ruas, estes últimos são os que mais preocupam e que merecem especial atenção da Secretaria de Promoção Social, que deve continuar tentando providências, visando a diminuição de mendigos em Campo Grande.⁴⁹⁷

A “**profissão** de mendigo” era vista como rendosa, não necessitando de tanto esforço e nem de tanto tempo como as demais ocupações que eram entendidas e denominadas de “dignas”. Mas o JCE justifica: se por um lado essa “profissão” era desonrosa para a cidade, por outro ela só existia porque Campo Grande estava em “intensa fase desenvolvimentista”, porque os passantes e os comerciantes davam esmolas e, sobretudo, pelo fato da maior parte dos “pedintes”, que também foram representados como alcoólatras, não quererem trabalhar “oito horas e meia de serviço, em qualquer tipo que seja.”

Contudo, as representações não findaram na questão do ‘trabalho digno’, que era pensado como sendo a atividade realizada com a força física da própria pessoa. A matéria jornalística enfocou que nem todas as pessoas que viviam e/ou ocupavam o espaço público eram praticantes da “**profissão** de mendigo”, entretanto, generalizou sobre o aspecto da bebida, considerando quase todos como viciados em destilados que continham álcool, sendo essa mais uma das razões pelas quais se tornava fundamental solicitar dinheiro dos demais transeuntes, pois caso contrário era mais difícil de manter o “vício”. Esses que eram na maior parte das vezes “viciados” não foram classificados como tendo a “**profissão** de mendigo”, mas receberam a denominação de “desocupados”.

⁴⁹⁷ A MENDICÂNCIA EM CAMPO GRANDE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 27 nov. 1972.

Tal prática consistia em andar pelas ruas, receber algum trocado, comprar bebida no bar da esquina e iniciar mais uma bebedeira, sendo isso “seqüência já incontrolável por eles mesmos devido ao vício que adquiriram.” Esses “desocupados”, além de viciados em bebida, eram representados como “promíscuos”, portadores de vocabulário ofensivo, anti-higiênicos e imorais. Por fim, o JCE reitera a função da Secretaria de Promoção Social de Campo Grande, qual seja, a de “continuar tentando providências, visando a diminuição de mendigos”, que de certa forma estavam se beneficiando oportunistamente do “progresso” da cidade.

“Progresso” que tinha um preço, segundo o JCE, pois publicou-se texto em que constava que a cidade estava cheia de “mendigos”. “A cada dia que passa, maior é o número de mendigos que habitam Campo Grande, caídos pelas ruas, encostados a muros pedindo esmolas e falando palavrões. Paga-se o preço do progresso e quase nada tem sido feito para se evitar esses fatos.”⁴⁹⁸

Sem dúvida a presença dos “pedintes” no espaço público da cidade incomodava e era mais um elemento da intrincada questão, sendo vista como “problema” que não findava. Na verdade, não deixava de ser o “preço do progresso” que tinha que ser pago devido tão expressivo crescimento econômico no qual estava Campo Grande. E esse “preço do progresso” era com muita intensidade visualizado pela sociedade, tanto que em dezembro de 1972 a “mendicância” foi externada mais uma vez como um “problema” que estava em “todos os lados da cidade”.

Na mendicância, um dos maiores problemas de Campo Grande. Por todos os lados da cidade encontram-se pessoas caídas ao chão, cansadas e embriagadas, muitas vezes. Continua aumentando o número destes elementos, mostrando que a Cidade Morena está cada vez mais desumana.⁴⁹⁹

No mês de fevereiro de 1973 o Jornal Correio do Estado lamentou que a realidade de Campo Grande não tivesse mudado, pois as instituições foram criadas e haviam pessoas sendo remuneradas para resolver o “problema” que, na medida em que o tempo passava, somente aumentava e, com isso, ocupava cada vez mais o espaço público da cidade, fato que denegria a própria imagem do “progresso” citadino.

Os dias passam e o espetáculo continua: os pedintes aumentam gradativamente, espalhando-se pelas principais ruas de Campo Grande, fazendo-se muito pouco ou quase nada para acabar com a mendicância.⁵⁰⁰

⁴⁹⁸ A CADA... *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 2/3 dez. 1972.

⁴⁹⁹ NA MENDICÂNCIA... *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 19 dez. 1972.

⁵⁰⁰ OS DIAS... *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 15 fev. 1973.

“Mendicância” essa que era realizada, para exemplificar, por uma mãe que pedia esmolas, enquanto os seus “[...] três filhos menores brincam, alheios a tudo e a todos.”⁵⁰¹ Como forma de fazer diminuir os “pedintes”, o JCE aconselhou a ‘população’ da cidade a não mais dar esmolas para essas pessoas, tal como já solicitavam os comerciantes da cidade por meio de cartazes. Entretanto, era o oposto do que se desejava por meio dos cartazes que estava ocorrendo, segundo o JCE. Em 16 de fevereiro de 1973 foi noticiado que em

[...] dezenas e dezenas de casas comerciais da cidade, há cartazes em que se faz apelo à população campo-grandense, no sentido de não dar esmola a pedintes. Tal apelo parece que teve efeito contrário: ao invés de diminuir, aumentou o número de mendigos na cidade, principalmente menores. Desde que o país conheceu o livro e depois a peça teatral intitulado “Deus lhe Pague”, de Joracy Camargo, a mendicância passou a ser considerada indústria, e indústria muito rendosa, uma vez que o personagem central da obra é um mendigo muito abastado e enriqueceu com os frutos das esmolas recebidas no dia a dia do seu “trabalho” nas ruas e à entrada dos templos.

Em Campo Grande a indústria da mendicância é florescente. Tão florescente que muitas famílias ou indivíduos sadios vivem folgadamente de esmolas que um ou dois dos seus membros recolhem da população, que reclama, critica, mas continua dando esmolas.

Dentre os pedintes existem uns que representam a velhacaria mais notória, com seria o caso de um rapazinho de 15 ou 16 anos, que há mais de 5 anos pede esmolas para sustentar toda uma família de gente sadia, de boa aparência e vive dos frutos que o menor recolhe da caridade pública. A mãe, mulher de 45 anos presumíveis, gorda, nédia, bem vestida e de ótima aparência, sai de casa três ou quatro vezes ao dia para recolher a fêria em poder do filho, que pede esmolas das 7 da manhã a zero hora. Vem buscar a fêria na rua para que o filho não perca tempo indo a casa na hora de “trabalho”. Da mesma idade há também outro crioulo que se locomove também em um carrinho, que vai pelas calçadas com o pedinte recolhendo o chamado “óbulo da caridade”. Por trás dele vivendo de esmolas que lhe dão, devem haver dois ou três parasitas da sociedade.

Entre os dois pedintes ouvimos, há dias, um diálogo interessante:

– Quanto você faturou hoje? perguntou ao colega o filho da mulher citada.

– 17 cruzeiros – respondeu o crioulo.

– Eu já faturei 35 – acrescentou o indagador.

Eram 17 horas. Ao rapazinho faltavam ainda 7 horas de “trabalho”, já que a sua jornada termina a zero hora.

Além desses dois personagens, a população conhece também uma mendiga que deve andar agora na casa dos 38 anos. Vive de esmolas desde mocinha, e esmolando envelhece. Só que nos últimos anos resolveu colaborar para o aumento da população campo-grandense, e todos os anos lança um filho na praça. Tem sempre um filho no colo e outro no ventre, em gestação. Pelas fisionomias das crianças é fácil concluir que o pai é o mesmo. Deve ser um vagabundo ou borracho que em troca dos filhos que lhe dá, recebe casa, comida e roupa lavada. Um vidão!⁵⁰²

O texto em questão possibilita ao historiador um outro grande número de elementos para que se possa compreender de forma mais pormenorizada aspectos da representação

⁵⁰¹ Ibidem.

⁵⁰² MENDICÂNCIA AGRESSIVA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2 e 6, 16 fev. 1973.

sobre as “pessoas comuns” do espaço público de Campo Grande que era ocupado por “mendigos”, “pedintes”, “rapazinho”, “mulher”, “crioulo” e “crianças”. A matéria externa que existia uma variedade de ‘práticas’ que eram realizadas nesse ambiente. Por vezes os “pedintes” esmolavam e, com os ganhos dessa atividade, sustentavam a eles próprios e a outras pessoas, como no caso do filho de uma mulher que ia até o local em que a sua prole mendigava para pegar o dinheiro recebido. Por outras vezes eram esposas que esmolavam, mesmo possuindo casa para morar e marido para sustentá-las, como foi constatado pela reportagem do JCE em meados do mês de fevereiro de 1973.

Há uns seis anos, mais ou menos CORREIO DO ESTADO focalizou uma mendiga que, vivendo supostamente de esmolas, tinha um bolicho lá pelos lados do cemitério Santo Antônio. O marido ou companheiro, embora um tanto desgastado, cuidava no bolicho enquanto a mulher esmolava. Vinha de ônibus e fazia a féria no centro urbano onde não era conhecida. Mas o CE a identificou e mostrou à cidade sua verdadeira imagem.

Temos, portanto, na mendicância, um problema em busca de solução. A exigir solução. A menos que queiramos, e só, ser uma cidade de pedintes. A Loteria Esportiva fornece ao Ministério da Educação e Cultura verba destinada ao problema de assistência social. A Loteria do Estado de Mato Grosso também dá recursos para o setor, que pode também contar com recursos de outras procedências. Campo Grande pode, portanto, solucionar o problema da mendicância, desde que se organize para isso. Tal problema, pelas dimensões já assumidas, só pode ser resolvido por um organismo semelhante à projetada e malograda FUNCAS. Se a sonhada instituição morreu no nascedouro, por incompreensão da minoria, não devemos desanimar. O aconselhável é voltarmos à carga, insistir, teimar até mover a decisão do Prefeito e da Câmara de Vereadores e apoiar a criação da FUNCAS, a fim de que desapareçam das ruas de Campo Grande os mendigos que as enfeiam.⁵⁰³

E o “espetáculo” continuava sem dar trégua. Em março de 1974 foi impressa nota solicitando providências por parte das ‘autoridades’ policiais e da Secretaria de Promoção Social de Campo Grande no intuito de fazer com que diminuíssem os “espetáculos que depõem contra a organização do município.”

Se existe uma coisa que sempre incomodou o CORREIO DO ESTADO foi a falta de humanização de Campo Grande. Por todos os cantos, existem ébrios largados pelas calçadas, dormindo a sono solto em pleno dia, sem que nem as autoridades policiais e nem a Secretaria de Promoção Social tomem qualquer providência para, pelo menos, diminuir estes espetáculos que depõem contra a organização do município. Está na hora de serem tomadas algumas medidas, principalmente na Avenida Calógeras.⁵⁰⁴

A Avenida Calógeras e a Rua 14 de Julho eram os espaços mais visados para tal “espetáculo” das “pessoas comuns”. Bebia-se, dormia-se, enfim, não se deixava de ocupar um espaço que segundo a representação emitida pelo JCE não devia apresentar tais

⁵⁰³ MENDICÂNCIA AGRESSIVA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2 e 6, 16 fev. 1973.

⁵⁰⁴ MENDIGOS POR ATACADO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 14 mar. 1973.

sujeitos, como os ébrios, isso porque o “espetáculo” que eles proporcionavam foi pensado como uma ação que depunha justamente “contra a organização do município.”

Não obstante, o JCE considerou que aquelas pessoas que estavam na via jogadas era um indicativo de que havia “falta de humanização” na cidade e foi nesse sentido que outra vez cobrou-se providências das ‘autoridades’ constituídas institucionalmente, tais como as organizações policial e de assistência social que atuavam na municipalidade de Campo Grande.

Além desse escrito que fez solicitação de forma muito diplomática, outros também foram redigidos, porém, nem sempre com tanto melindre semântico. Em junho de 1973 o JCE publicou nota diretiva afirmando:

E os mendigos continuam à solta, dando sopa por todos os lados, enquanto que a Secretaria de Promoção Social nem sopa dá. [...] (Tem uns que ficam) na maior tranqüilidade do mundo, deveriam merecer maior atenção daquela Secretaria, que pelo menos deveria se esforçar por fazer alguma coisa. Dois, dormem o “sono dos justos”, enquanto que o outro monta “guarda”, como se esperasse aparecer alguém, que nunca chega.⁵⁰⁵

Em outra situação o Jornal Correio do Estado afirmou que por

[...] mais incrível que pareça, o indivíduo [...] tomou um tremendo pileque e ficou por mais de cinco horas curando a carraspana dormindo na calçada da Rua 14 de Julho, no cruzamento com a Avendia Afonso Pena. Depois de tanto tempo, o dito cujo acordou, reclamou do sol quente e saiu andando tropeçadamente, encostado nas paredes. São os bebuns que tomam conta da cidade.⁵⁰⁶

Em outras ocasiões o que o JCE divulgou era a mãe com os filhos esmolando na via pública mais “movimentada do Oeste do Brasil”.

Ontem (dia 21 de fevereiro de 1974), na Rua 14 de Julho, um espetáculo desagradável: a mãe pedindo esmolas, enquanto que o filho, totalmente nu, rolava pela calçada suja. Na hora que o repórter fotográfico aprontou a objetiva, a mãe, numa demonstração incomum, encheu-se de brios e procurou esconder o rosto, talvez compreendendo que seu proceder é vergonhoso. A mendicância continua e a Secretaria de Promoção Social também... sem nada fazer, apesar do apelo: “Façamos de Campo Grande uma cidade mais humana”.⁵⁰⁷

Ser “cidade mais humana” nesse caso era fazer com que “bebuns”, “mulher esmolando” e “filho nu” deixassem de fazer do espaço urbano e comercial da cidade um lugar para explicitarem variadas ações. O sentido era justamente esse, afinal essas pessoas que “tomavam conta da cidade”, ocupando/territorializando durante grande parte do dia e da

⁵⁰⁵ OS MENDIGOS CONTINUAM À SOLTA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 15 jun. 1973.

⁵⁰⁶ A CIDADE E OS BEBUNS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 11 out. 1973.

noite as vias de comunicação de maior destaque arquitetônico, comercial e de serviços dos mais diversos do centro do Município de Campo Grande, depondo sistematicamente contra o “progresso” citadino e nem mesmo assim as ‘autoridades’ tomavam providências que dessem conta de acabar com o “problema da mendicância”.

Por isso o Jornal Correio do Estado cobrou, outra vez, providências por parte da Secretaria de Promoção Social de Campo Grande, já que a “mendicância” era um “problema” que não tinha fim na cidade, pelo contrário, uma vez que era a cidade que estava sendo consumida por tamanho “mal”. Assim foi dissertado a respeito do assunto:

Muito nos orgulhamos do progresso de Campo Grande. E pelo orgulho somos compelidos, dia a dia, a colaborar para que êsse progresso e desenvolvimento seja cada vez mais agressivo, embora saibamos que à cidade falta infraestrutura para suportar da maneira como êle se apresenta. Se a cidade explodiu em progresso físico, o índice demográfico seguiu os passos daquele, surgindo o problema do desemprego, criando problema de necessidade premente em muitas famílias de baixo salário, ou sem nenhum pela baixa capacidade do mercado de trabalho. Obrigados a viverem de recinto apertado, muitos indivíduos que integram a comunidade – homens, mulheres e menores – buscam recursos na mendicância um sério problema que está a exigir medidas drásticas, principalmente da Secretaria de Promoção Social, certo como é que a mendicância recomenda muito mal a cidade e deixa má impressão a quantos nos visitam.

Não resta dúvida que muitos mendigos, a julgar pelo seu aspecto saudável, o são por preguiça ou malandragem. Dentre os pedidos avulta o número de mulheres rodeadas de filhos pequenos, mas algumas delas andam sós e revelam condições para o trabalho. E isso acontece numa cidade em que, mesmo no centro urbano, casas de família exibem cartazes onde se lê: “Precisa-se de empregada doméstica”. Muitas mendigas poderiam aceitar a oferta do emprego, mas não o fazem porque, obviamente, ganhar sem fazer força é muito mais vantajoso que executar, todos os dias, uma tarefa qualquer para viver dos frutos do próprio trabalho.

Se a promoção Social se der ao trabalho de, ao menos fazer uma triagem dos mendigos, tirando da atividade negativa muitos indivíduos, o problema de mendicância sofrerá considerável declínio, deixando de ser agudo a ponto de compelir a Associação Comercial a fazer apelo às autoridades municipais para tomarem medidas capazes de diminuir a mendicância, problema social dos mais sérios a afligir a comunidade e a ferir nossos foros de cidade progressista.⁵⁰⁸

O “progresso” e o “desenvolvimento” de Campo Grande causavam orgulho, mesmo que a cada novo dia o “progresso” e o “desenvolvimento” fossem cada vez mais agressivos e não contemplassem todas as pessoas da municipalidade. Segundo o JCE isso não era pretexto para que a “Cidade Morena” aceitasse “homens, mulheres e menores” atuando na “mendicância”, que necessitava de “medidas drásticas”, por parte da Secretaria de Promoção Social, uma vez “que a mendicância recomenda muito mal a cidade e deixa má impressão a quantos nos visitam.”

⁵⁰⁷ MENDICÂNCIA CONTINUA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 22 fev. 1974.

⁵⁰⁸ MENDICÂNCIA ELÁSTICA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 9/10 mar. 1974.

Era preciso fazer com que cada sujeito trabalhasse para se sustentar. Era fundamental saber quem era “mendigo” só por preguiça, por malandragem ou, simplesmente, porque que não queria fazer força física, como foi tratado no caso das “mendigas”, pois segundo o JCE elas não trabalhavam apenas pelo fato de que mendigar era “muito mais vantajoso que executar, todos os dias, uma tarefa qualquer para viver dos frutos do próprio trabalho.”

Vale aqui frisar que o ‘trabalho digno’ era justamente a prática labutar que consistia em “viver dos frutos do próprio trabalho”. Em contrapartida, o ‘trabalho indigno’ era a prática de “viver dos frutos (que não eram) do próprio trabalho”. Portanto, o trabalho de pedinte era pensado pela representação dos textos do JCE como uma ação indigna, já que promovia o arrimo de uns às custas do trabalho de outros.

Mas sempre havia esperança de que a situação mudasse, como quando da criação do Fundo Nacional de Previdência Social, que foi visto como mais uma possibilidade de assistência social aos menos favorecidos. E, em grande parte, não deixou de ser pensado como uma entidade que podia resolver o “problema da mendicância” urbana de Campo Grande, tendo em vista os objetivos legais do Fundo que eram os “de centralizar e coordenar a aplicação dos recursos humanos e naturais, observada a ordem seletiva de prioridade estabelecida pelo Conselho de Desenvolvimento Social.”⁵⁰⁹

A projetada instituição do Sistema Nacional de Assistência Social e a futura criação do Fundo Nacional de Previdência Social revelam, por si sós, o decidido propósito do Governo de estabelecer normas e críticas uniformes de comportamentos, no setor, bem como o de centralizar e coordenar a aplicação dos recursos humanos e naturais, observada a ordem seletiva de prioridade estabelecida pelo Conselho de Desenvolvimento Social.

O Ministério da Previdência ultima os estudos relativos à matéria. Cuida da conceituação de assistência social. Procura promover a unificação das entidades executoras a ele vinculadas. Dará ênfase à assistência pré-natal, à alimentação aos menores de 6 anos, ao amparo à velhice e às crianças desassistidas, bem assim aos excepcionais, em convênio com o Ministério da Educação e Cultura.⁵¹⁰

Em síntese, a proposta governamental era a de fornecer assistência médica e alimentícia às classes populares, notadamente aos sujeitos impossibilitados fisicamente de trabalhar, seja pelo fato de serem muito novos (crianças), muito velhos (idosos) ou porque tinham outras limitações, tais como os “excepcionais”. Noticiou-se também na matéria denominada “Assistência social” que para o ano de 1974 estava

[...] prevista ainda sem prejuízo dos demais encargos, a realização de campanhas destinadas a solucionar problemas sociais, de natureza episódica e temporária, além da implantação de programas para melhoria

⁵⁰⁹ ASSISTÊNCIA SOCIAL. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 9 maio 1975.

⁵¹⁰ *Ibidem*.

das condições de vida do trabalhador e seus dependentes, no caso de renda familiar até 3 salários-mínimos da região.

Com a finalidade de fornecer refeições, merendas, medicamentos e artigos de premente necessidade aos inscritos em programa de assistência social, o Ministério da Previdência celebrará convênios com Prefeituras, escolas públicas e particulares, empresas e associações filantrópicas.

Assim, o Ministério da Previdência e Assistência Social vem envidando esforços, em todas as direções, para cumprir, com eficiência, a responsabilidade de natureza previdenciária e assistencial que lhe foi confiada.⁵¹¹

Ao “cumprir” a tal “responsabilidade”, o poder federal não deixava também de contribuir para que o próprio espaço público do centro urbano e comercial da cidade de Campo Grande fosse desterritorializado da presença do “povo comum”, contudo, nem sempre isso ocorria na intensidade desejada pelas ‘autoridades’, que em tese consistia em ver o centro sem nenhum “mendigo” e/ou “pedinte”.

Sendo assim, é preciso pensar essa ação pública não apenas como limitada puramente aos objetivos preestabelecidos, mas também como uma força institucionalizada que extrapola em muito o seu campo de atuação, chegando até a resolver mais questões do que inicialmente fora estabelecido, quais sejam: prestar assistência aos necessitados de várias ordens e, também, contribuir para que o centro de Campo Grande ficasse sem a presença de “mendigos”, “pedintes” e outros sujeitos populares.

Entretanto, essa “responsabilidade”, sobretudo a assistencial, não foi tornada concreta, tanto que as instituições policiais se uniram para fazer um “arrastão”. O objetivo mais destacado era, literalmente, o de “limpar” o centro urbano da cidade. Essa “limpeza” era feita por meio da detenção de “vadios”, “marginais”, “mendigos”, “loucos”, “menores pedintes”, “bagunceiros”, “pilantras”, “esmoleiras” e “aleijados”, todos representados como pessoas “que perambulavam pela cidade.”

As polícias Militar e Civil de Campo Grande realizaram ontem (dia 14 de julho de 1977) uma intensa operação “arrastão”, que em muito diferiu das anteriores, tendo em vista que os policiais nela envolvidos detiveram, além de vadios e marginais, mendigos, loucos e menores pedintes e bagunceiros que perambulam pela cidade. A operação dividiu-se em duas etapas, a primeira pela manhã e a segunda à tarde, com resultados amplamente satisfatórios que animam a outras realizações semelhantes, com a finalidade de eliminar a cidade de elementos nocivos.

Mendigos e desequilibrados mentais, tanto do sexo masculino como feminino, foram levados para a Secretaria de Promoção Social, enquanto que os menores, de idade entre 7 e 17 anos foram conduzidos para a Delegacia de Menores. Vadios e marginais foram mesmo para os setores policiais, com muitos deles estando agora “curtindo” uma cana disciplinatória.

O “arrastão” teve a participação de três veículos da Rádio Patrulha, viaturas das delegacias e mais de 100 pessoas foram detidas, para uma triagem posterior que durou muitas horas e deu intenso trabalho. O tenente

⁵¹¹ ASSISTÊNCIA SOCIAL. Op. cit., 1975.

Kobayashi, comandante das RPs, informou, quando fazia o “arrastão” na Praça Ary Coelho, que a ação policial conjunta visava, acima de tudo, a detenção de elementos suspeitos, vadios e marginais, que estão à solta na cidade, cometendo um elevado número de furtos e assaltos. E garantiu que a operação, a partir de agora, será mais freqüente, a fim de espantar de Campo Grande grande número de amigos do alheio, picaretas e passadores de inúmeros tipos de contos, do “paco” principalmente.

Assistentes sociais da Delegacia de Menores também atuaram na blitz e tradicionais esmoleiras, que perambulam pelas ruas acompanhadas de filhos menores, foram também levadas. Até aleijados foram pegos para que se soubesse mais sobre suas famílias e sobre os métodos de exploração. Pelo que se informou, a partir de agora o número de mendigos será bastante reduzido, tendo em vista que muitos deles, vindos de outras cidade, receberam passagens e foram acompanhados até o ônibus de transporte para que voltem aos pontos de origem.

No setor policial, propriamente dito, espera-se que os resultados sejam amplamente benéficos e se revelem na diminuição sensível do caso de assaltos e furtos.⁵¹²

A ação policial, que contou com a ajuda de profissionais do Serviço Social, foi vista como produtora de “resultados satisfatórios”. Já que o “arrastão” realizado pelas polícias militar e civil tinha, pelo menos aparentemente, tirado muitos sujeitos que estavam no centro da cidade. E foi só aparente mesmo o entendimento de que a parte central da cidade estava “livre daquela gente, uma vez que a cidade continuou “povoada de mendigos”, que “muito” depunham “contra nossos foros de civilidade.” Em outubro de 1977 o Jornal Correio do Estado noticiou que a

[...] cidade está povoada de mendigos. A esse respeito notas e notas já foram publicadas pelo CORREIO DO ESTADO, mas a Promoção Social, seja por falta de recursos, seja por não querer tomar conhecimento do caso, nada tem feito no sentido de acabar com a mendicância.

Mas a mendicância não é tudo. Paralelamente à legião de pedintes, desfila pela cidade, principalmente na rua 14 de Julho, uma legião de indivíduos embriagados, homens e mulheres, muitos sujos e maltrapilhos e oferecendo espetáculo decepcionante, pois comumente proferem palavrões de baixo calão e não raro agridem a população com chingamentos e ofensas.

Anteontem à noite (dia 19 de outubro de 1977), na rua 14 de Julho, esquina da General Melo, bem defronte ao escritório do advogado Júlio Ishikama, duas mulheres embriagadas davam um show de palavrões. Logo adiante, na calçada do Colégio Dom Bosco um bebum caído no passeio, afirmando um dono de bar ali estabelecido que “isto acontece diariamente o delegado sabe de tudo mas não toma providências”.

Aliás, segundo apurou a nossa reportagem, mais de uma dúzia de borrachos tem cadeira cativa no trecho compreendido entre a 14 de Julho e 13 de Maio, proximidades do Colégio Dom Bosco, cujas alunas são obrigadas a ouvir toda a imundície que sai da boca de cada bebum ali estacionado.

É um espetáculo coletivo promovido por uma legião de embriagados e que muito depõe contra nossos foros de civilidade.

É por isso que o proprietário do bar e lanchonete Hot Stop, através deste diário endereça apelo aos delegados no sentido de promoverem uma

⁵¹² NOVO “ARRASTÃO” DA POLÍCIA LEVA ATÉ LOUCOS E MENDIGOS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 3, 15 jul. 1977.

“limpeza em toda a área” com a retirada de todos os bebuns, que, após um show de palavrões ali ficam dormindo nas calçadas. O Festival de mendigos e bebuns está pedindo enérgicas providências da Secretaria de Promoção e da Delegacia Central de Polícia.⁵¹³

Fica evidente nesse texto que a preocupação assistencial existia, contudo, a preocupação moral também era muito expressiva. Esse fato – o moral – sinaliza para que se entenda que uma cidade não era “civilizada” tendo tais sujeitos em seus mais nobres, por isso, era preciso retirá-los do local, pois não adiantava Campo Grande ser uma cidade símbolo de “progresso” material e, também, sinônimo de pauperidade, já que tinha inúmeros “mendigos” povoando as ruas.

Ademais, o conteúdo do texto, bem como o dos demais, serve para externar que as modernizações infra-estruturais com as quais o centro da cidade foi aparamentado, na verdade o desenvolvimento do próprio sistema capitalista, serviu não somente para materializar ‘práticas’ da elite, mas também como chamariz para as ‘práticas’ das “pessoas comuns”, pois, de fato, esses passaram a ocupar de forma mais intensa a parte urbana e comercial, sobretudo na medida em que esse espaço foi modernizado.

Portanto, a modernização urbano-citadina foi, ao mesmo tempo, um símbolo de “progresso” e um incômodo à sociedade, já que ao modernizar a região vieram mais sujeitos em busca do ‘trabalho indigno’, até porque a quantidade de transeuntes também aumentou nas vias públicas.

Outro ponto-questão da ocupação do espaço público do central urbano pelos “mendigos” e “débeis mentais”, que foi visto como denegridor do “foros de civilidade”, centrou-se nos “espetáculos” que eram proporcionados por tais “criaturas”. Em agosto de 1978 o Jornal Correio do Estado relatou como concebia o cotidiano de algumas “criaturas”, bem como que deméritos tais sujeitos traziam para a cidade. Além disso, também solicitou que os órgãos públicos incumbidos de resolver, ou minorar o “problema”, tomassem providências a respeito da questão.

Sentados nas portas de alguns estabelecimentos comerciais, andando pelas ruas ou simplesmente parados nas esquinas, os mendigos e débeis mentais passam a formar um grande número em Campo Grande. Em cada canto da cidade é possível ver uma dessas criaturas que geralmente não possuem familiares ou mesmo são abandonados pelos próprios. Assim, espalham-se pela área central onde a comida é facilmente obtida e onde há sempre um local para se abrigarem.

Alguns são verdadeiramente desprovidos das faculdades mentais enquanto que outros simulam loucura para que, talvez pensem, a população fique condoída e lhes forneça alimentação, roupas e até mesmo dinheiro. Em Campo Grande, a capital do MATO GROSSO DO SUL, é surpreendente o

⁵¹³ FESTIVAL DE MENDIGOS E BEBUNS NAS RUAS DA CIDADE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 5, 21 out. 1977.

número de pedintes e débeis mentais que circulam pelo perímetro central da cidade, promovendo verdadeiros espetáculos.

Os setores que deveriam cuidar deste problema, fecham os olhos e enquanto isso a proliferação destas criaturas desajustadas aumenta acentuadamente. Cada uma delas tem uma maneira diferente de agir, para conseguir o dinheiro, que gasta em bebida, ou então, comida que conseguem em algumas residências, lanchonetes, bares e em alguns restaurantes ou mesmo hotéis.

Em Campo Grande muita gente conhece o Feitosa: aparentando uma debilidade mental, sai pelas ruas cantando, vestido geralmente de mulher. Chega nas lanchonetes e quase choramingando implora alguma coisa para comer. Outras vezes pede dinheiro, que geralmente gasta com bebida. Mas não fica aí: em certas lanchonetes os proprietários não dão comida, preferindo dar dinheiro, para ele logo ir embora e não espantar os fregueses. Sabedor disso, Feitosa aparece nestas lanchonetes justamente quando o movimento é maior e acaba levando alguns “trocados”.

Além de Feitosa, existe o HOMEM DOS CACHORROS, que já é uma figura bastante conhecida, pois geralmente está na esquina da Rua 14 de Julho com a Avenida Afonso Pena, rodeado de vários cães, bem tratados, pois a comida que recolhe é dividida com os animais, que o protegem. Vive sujo, envolto em trapos, não pede nada a ninguém, não conversa, não aceita nada que lhe é dado e sim, pega tudo no lixo, escreve em papéis velhos e muitas vezes já foi visto chorando.

Esse homem, dorme na esquina onde passa seus tristes dias, e nenhuma entidade, nem mesmo a própria Promoção Social procura melhorar a situação dessa criatura. Quase naquele mesmo local, outro homem de idade avançada, é encontrado todos os dias, pedindo um auxílio, sempre envolto em um cachecol e de óculos escuros, com as mãos estendidas. Entre as ruas Barão do Rio Branco e Dom Aquino, sempre há a presença de uma mulher de aproximadamente 60 anos, que passa o dia pedindo.

Outro que há muito tempo perambula pela cidade é um velho aparentando ter 70 anos, que quase não possui condições de andar. Durante o dia é encontrado nas portas dos estabelecimentos comerciais, pedindo um auxílio. Informações de algumas pessoas dão conta que o ancião possui parentes em Aquidauana e que sua mulher e filhos possui uma chácara, mas que não dispensa nenhuma atenção para ele.

Atualmente quem também perambula pelas ruas é um homem com uma espessa barba, óculos escuros e com um cachorro negro levado numa corrente. Passeia tranqüilamente todos os dias pela Rua 14 de Julho sem ser molestado e sem molestar ninguém. Outro, que geralmente tenta atacar as pessoas com suas muletas, é um velho com aspecto doentio, que perambula pelo centro da cidade. Ele é perigoso e muitos já tiveram que esquivar-se para não receber muletadas pelo corpo.

Outro que é considerado perigoso é um homem que vive geralmente na Avenida Calógeras, com uma bolsa nas costas e com um pedaço de pau na mão, e com as roupas maltrapilhas e sempre gritando. Há quem diga que ele já foi expedicionário. Além de todos esses existem outros que proliferam as ruas de Campo Grande, embriagados e pedindo dinheiro. A exemplo disso, existe um casal, que a mulher vive com o nariz inchado, em consequência da brutalidade que é submetida pelo homem, depois de desentendimentos.

Embora exista o aspecto anti-estético, com a permanência de tais criaturas a perambular pelas ruas, alguns problemas vem aliar-se a isso, como o risco que as pessoas vem correndo, principalmente as crianças, que podem ser atacadas por um débil mental que anda pelas ruas. A criança é fraca e se impressiona facilmente. Tais quadros que elas são obrigadas a presenciarem, podem até a causar problemas psicológicos.⁵¹⁴

⁵¹⁴ DÉBEIS MENTAIS E PEDINTES AUMENTAM ASSUSTADORAMENTE EM CAMPO GRANDE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 3, 17 ago. 1978.

Os inúmeros adjetivos com os quais o “povo comum” foi pensado na matéria do Jornal Correio do Estado ajudam sobremaneira o historiador a compreender como era que a elite se entendia e como ela pensava que devia ser o restante da sociedade, pois ao externar que o “povo comum” era composto de “criaturas desajustadas”, de sujeitos que causavam perigo aos demais transeuntes, além de serem sujeitos com “aspecto anti-estético”, o JCE – que era parte da elite daquela época – sinalizou claramente que não era partidário de pessoas com essas condutas e cobrou ações por parte das ‘autoridades’ para que Campo Grande não se tornasse um lugar assustador, em razão de ser ocupado por “pedintes”, “débeis mentais” e “mendigos”.

Entretanto, como obter resultados positivos nessa empreitada, quando nem sequer as instituições legalmente estabelecidas sabiam ao certo como lidar e aliciar o que se pode chamar de “líderes” dessa conduta de “mendicância”? É importante mencionar isso em razão das observações feitas pelo historiador Hobsbawm, pois afirmou:

O que os pobres podem fazer é provocar perturbações, e *confiar nas ressonâncias políticas destas perturbações*, que poderão ser consideráveis nas épocas em que o sistema político e social esteja desequilibrado, que são exatamente as épocas em que os pobres podem ser estimulados a provocar perturbações. Isto não lhes dá muita influência, e suas ações não podem ser eficazmente planejadas ou seus resultados controlados. Os resultados serão controlados por quem fizer as concessões, de cima para baixo, mas concessões serão feitas. Nestas ocasiões “um pobre que seja desafiador pode auferir ganhos”. No entanto, o simples processo de concessão de cima para baixo que lhes garante esses ganhos é também o mesmo que tenta reintegrar o protesto em “formas de comportamento político mais legítimas e menos perturbadoras”, por exemplo, através do aliciamento de seus líderes. Quando o protesto é desta forma absorvido pelas instituições, os pobres abdicam da única arma que na verdade arranca progresso à força: sua recusa em participar do jogo estabelecido. Elas são, mais uma vez, desarmados. Mas um movimento que, em lugar de incentivar as perturbações, se concentra em transformá-las numa organização permanente, contribui para reinstitucionalizá-las e, portanto, desmantelá-las. Os pobres, mesmo que não percam tudo o que obtiveram, são mais uma vez forçados a esperar pela próxima crise.⁵¹⁵

Em Campo Grande não havia como proceder dessa forma, pois a base era justamente a da, se assim pode-se dizer, não-organização do “povo comum” em termos institucionais. A não-organização era uma das ‘práticas’ mais poderosas das “pessoas comuns”, independente da solidariedade existente entre esses sujeitos “pobres”. Por isso, embora possivelmente existam outras razões, o “povo comum” era tão difícil de ser controlado pelas instituições governamentais e, inclusive, particulares.

⁵¹⁵ HOBBSAWM, Eric John. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988b, p. 401.

A situação deve ser estudada detalhadamente pelos órgãos responsáveis por esse setor, procurando da melhor maneira possível contornar esses problemas, que se alastram assustadoramente em Campo Grande, antes que alguém mais tarde venha a se lamentar de suas conseqüências. A Secretaria de Saúde deveria apreender esses cães que acompanham esses débeis mentais, por medida de segurança, já que no mês de agosto, registra-se o maior número de casos de hidrofobia.⁵¹⁶

Se a Secretaria de Promoção Social não conseguia melhorar a vida dessas “criaturas” e a Secretaria de Saúde foi aconselhada a “apreender” os “cães que acompanham” os “débeis mentais”, pelo menos a Polícia atuava de alguma forma, se bem que essa atuação, por vezes, não resolvia o “problema”. Isso porque o então delegado Júlio Ishikawa baixou “portaria proibindo a prisão” dos “débeis mentais” em Campo Grande e com isso a Polícia da Capital negou-se a continuar prendendo os “débeis mentais”, uma vez que não era da “alçada” policial dar conta dos “débeis mentais”, mas sim de hospitais e/ou sanatórios.

Devido aos problemas que os débeis mentais causam quando são detidos no xadrez da Central de Polícia, o delegado Júlio Ishikawa, resolveu na manhã de ontem (dia 9 de outubro de 1978), baixar uma portaria proibindo a prisão desses elementos. Argumentou Ishikawa que a medida foi tomada pois a Secretaria de Promoção Social não toma nenhuma providência e o Sanatório, quando procurado, nunca tem vagas.

Com a portaria do delegado Júlio Ishikawa, a partir de agora, os policiais das RPs, quando forem obrigados a efetuarem a prisão de um dos débeis mentais que perambulam pelas ruas de Campo Grande, por perturbarem as pessoas, não terão para onde levar. Devido a isso a situação ficará um pouco difícil, já que a Promoção Social faz muito pouco para solucionar o problema.

O titular da Central de Polícia, disse [...] que sempre que um desses elementos é preso, começa a gritar, fazer suas necessidades fora do vaso das celas. Salientou que já foram verificadas até tentativas de suicídios por parte desses elementos, isto sem contar, com as brigas que vez por outras acontecem, o que obriga os policiais a deixarem em celas separadas.

Finalizando, o delegado Ishikawa disse que a polícia não pode ficar resolvendo problemas que fogem da sua alçada, enquanto que os verdadeiros responsáveis pelas soluções, não fazem nada. Portanto, [...] qualquer débil mental que for preso e conduzido até a Central de Polícia, lá não deverá ficar detido, devendo ser encaminhado imediatamente para a Promoção Social tomar as providências.⁵¹⁷

Nesse jogo de encaminhar responsabilidades, no qual uma organização dizia que a obrigação de realizar isso ou aquilo não era da sua competência institucional, mas sim da outra instituição pouca coisa, bem dizer nada de permanente, foi resolvido do “problema”, já que a cidade continuou “infestada” pelos mais diversos ‘trabalhadores locais’, que por sua vez portavam inúmeras formas visuais de se expressarem.

⁵¹⁶ DÉBEIS MENTAIS E PEDINTES AUMENTAM ASSUSTADORAMENTE EM CAMPO GRANDE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 3, 17 ago. 1978.

⁵¹⁷ ISHIKAWA BAIXA PORTARIA PROIBINDO PRISÃO DE DÉBEIS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 10 out. 1978.

A tal “limpeza em toda a área”, que outrora tinha sido solicitada pelo proprietário de um estabelecimento comercial, em outubro de 1977, ainda não tinha sido feita em dezembro de 1979. O que permanecia de concreto eram somente os “mendigos”. Essas pessoas, segundo o JCE, insistiam em ocupar a parte central da zona urbana de Campo Grande.

Um grande número de mendigos vive espalhado pela cidade sem que alguma providência seja tomada e fazendo crer que na cidade o órgão responsável para cuidar de semelhante problema nada está fazendo. Nas ruas centrais da cidade os mendigos espalham-se e vivem quase que a exigir dinheiro das pessoas e quando não recebem algum auxílio acabam proferindo diversos palavrões. Se não bastasse isso, alguns são elementos perigosos e não hesitam em atacar as pessoas. Comumente os soldados do Corpo de Bombeiros são solicitados para prender débeis mentais, o mesmo acontece com a polícia que, para evitar problemas mais graves, faz a prisão dessas criaturas.

O interessante de tudo isso é que estas pessoas dividem-se em categorias, ou seja, os débeis mentais realmente comprovados ou os mendigos ocasionais. Esta última situação refere-se àquelas pessoas que chegam à cidade e como não encontram emprego espalham-se pelos canteiros das avenidas onde então mergulham-se na bebida. Daí então é que o problema começa a ficar ainda pior pois várias vezes ocorrem brigas e que resultam em pessoas feridas.

Mas mendigos ou débeis mentais, o certo é que a Capital está repleta de tais elementos e basta apenas citar alguns exemplos: o tal de Feitosa que vive fantasiado de mulher e cantando pelas ruas; um índio que constantemente está embriagado e que tenta agredir as pessoas; uma mulher cega dos dois olhos que constantemente está dormindo em frente à um templo na Rua 13 de Maio; um elemento que adentra nas lanchonetes exigindo leite e chamando os proprietários de “dona Rosa”, além de outros. A polícia muitas vezes recusa-se a prender débeis mentais ou mendigos pois seria “ocupar cela” uma vez que nada pode se fazer: um débil mental necessita de tratamento em um hospital, não de cadeia, enquanto que os mendigos devem receber apoio por parte da Secretaria de Promoção Social, que pelo menos, ao que parece, nada está fazendo para minimizar o problema.

Já há uma semana que um grupo de homens e mulheres está “acampado” sob as árvores da Avenida Mato Grosso. Tais criaturas vivem perturbando os comerciantes das proximidades, além de praticar atos atentatórios ao pudor em plena via pública. Cachaça é que não falta a estas pessoas e diversas reclamações já vem sendo feitas principalmente quando o grupo resolve brigar e a Avenida se transforma num “campo de guerra”.⁵¹⁸

Mesmo depois de tornada Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, a parte urbana do centro comercial de Campo Grande continuou sendo representada nas matérias publicadas pelo Jornal Correio do Estado como um espaço que causava “má impressão”, tal quando a “Cidade Morena” ainda não era sede do governo estadual. Até o espaço ocupado por essas “pessoas comuns” tinha aumentado. Na década de 1960 o “problema” concentrava-se, segundo os textos consultados, sobretudo em duas vias: a da Avenida Calógeras e a da Rua 14 de Julho.

⁵¹⁸ CAMPO GRANDE: “PARAÍSO” PARA DÉBEIS MENTAIS E MENDIGOS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 7, 10 dez. 1979.

Nos anos da década de 1970 o “problema” ganhou maior proporção quantitativa e, no caso de Campo Grande, também passou a ocupar outros espaços, como, por exemplo, a Avenida Mato Grosso, as Ruas 13 de Maio, Barão do Rio Branco e Dom Aquino e o passeio público localizado defronte da Avenida Afonso Pena, a Praça Ari Coelho.

O Colégio Dom Bosco e os estabelecimentos comerciais, em particular os alimentícios e de bebidas, localizados na Avenida Mato Grosso, sobretudo no percurso compreendido entre a via transversal chamada de Rua Barão do Rio Branco e a Estação de Ferroviária, também foram pensados como vítimas dos “débeis mentais” e “mendigos”, isso porque suas práticas cotidianas de fazer “atos atentatórios do pudor”, beber e embriagar-se com “cachaça” e “brigar” usando para isso o espaço das vias públicas eram inaceitáveis à “civildade” cidadina.

Portanto, os “débeis mentais” necessitavam de “tratamento em um hospital” e os “mendigos” de “apoio por parte da Secretaria de Promoção Social, que pelo menos, ao que parece, nada está fazendo para minimizar o problema.” “Problema” que não se restringia apenas os sujeitos denominados como ‘trabalhadores locais’, já que os ‘trabalhadores migrantes’ também foram representados e apresentados pelo Jornal Correio do Estado como sendo parte do imenso “problema da mendicância” que assolava o espaço urbano do centro comercial do Município de Campo Grande.

2.2 ‘Trabalhadores migrantes’: os “outros” que chegaram

O que denomino de ‘trabalhadores migrantes’ vem a ser o que as fontes consultadas no Arquivo do Jornal Correio do Estado (AJCE) indicam como sendo os indivíduos que migraram para a municipalidade de Campo Grande. Pessoas essas que também foram representadas como quase que sempre ocupando acintosamente os espaços públicos do centro urbano e comercial da cidade, em especial as vias comerciais mais movimentadas.

Contudo, assim como no caso dos ‘trabalhadores locais’, a questão das pessoas representadas ser verídica ou não também pode ser minorada, uma vez que, independente da naturalidade, essas “pessoas comuns” foram igualmente pensadas como integrantes do “problema” que assolava Campo Grande, qual seja, o “problema da mendicância” praticada pelos ‘trabalhadores migrantes’ que não tinham vencido as ‘adversidades da vida material’ na “cidade que mais crescia no Oeste do Brasil”⁵¹⁹.

Entende-se por superação das ‘adversidades da vida material’ o sujeito que conseguiu permanecer, melhorar suas condições materiais ou até mesmo sair da vida do ‘trabalho indigno’. Em síntese, o sujeito que prosperou materialmente e, com isso, contribuiu

⁵¹⁹ Expressão utilizada pelo JCE para explicitar o “progresso” existente na cidade de Campo Grande.

para o “progresso” da cidade. No artigo intitulado “Urbanização e migrações internas”, o autor Milton da Mata escreveu que a

[...] decisão de migrar, normalmente tomada ao nível individual (ou familiar) traz implícita a expectativa de melhoria. (As exceções ficam por conta dos militares ou servidores civis transferidos, cuja margem de opção reduz-se consideravelmente. As empresas privadas raramente efetuam transferências, a não ser nos escalões superiores e, neste caso, deixar o cargo não seria problema para o empregado, o que implica razoável grau de liberdade na decisão.) Vem de longa data o consenso de que os motivos econômicos predominam sobre os demais.” (Argumenta-se que os fluxos migratórios do tipo “mudança de clima”, para citar um exemplo, sejam uma insignificante minoria. A primeira teorização célebre sobre as migrações, devida a Ravenstein, concluía que “embora muitos motivos possam influir na decisão de migrar – leis opressivas, clima desagradável, etc. – as correntes geradas pela procura de melhores condições materiais de vida superam em muito as correntes cujos motivos não são econômicos”; E. G. Ravenstein, “The Laws of Migration”, *Journal of the Royal Statistical Society*, 52, (June, 1889).⁵²⁰

É extremamente importante frisar que essa “procura de melhores condições materiais de vida” foi produzida sobremaneira pelas ações políticas empreendidas no decorrer da década de 1950 até o início da década de 1980, em especial pelas políticas dos generais-presidentes, em particular no decorrer da década de 1970, década essa em que o êxodo rural, a migração para cidades de médio e grande porte e a urbanização foram questões de relevo no Brasil.

Também não se pode deixar de lembrar que essas questões eram parte dos objetivos/lemas mais essenciais dos governos militares, que se baseavam nos ensinamentos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN)⁵²¹, cujos lemas eram: “Desenvolvimento com segurança” e “Integração Nacional”.

O intuito era o de ocupar os espaços territoriais com baixa densidade demográfica, em especial as terras que compunham os Estados da Região Centro-Oeste e da Região Norte do Brasil, tornando-as produtivas economicamente, sobretudo para que a extração mineral e vegetal e a produção agro-pecuária pudessem ser exportadas.

De fato, a migração ocorreu, entretanto, muito mais do campo para as cidades e dos Estados do leste do Brasil para o oeste do que propriamente no sentido de uma ocupação dos espaços territoriais com baixa densidade demográfica.

As fontes pesquisadas indicam que as pessoas que chegavam em Campo Grande eram das mais variadas Unidades Federativas do Brasil, vindas por escolha própria e também pela ação de ‘autoridades’, que com isso tinham o intuito de verem as suas

⁵²⁰ MATA, Milton. Urbanização e migrações internas. In: *Pesquisa e planejamento econômico*: Revista semestral do Instituto de Planejamento Econômico e Social, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, out. 1973, p. 717.

respectivas cidades livres de tais indivíduos, possivelmente porque eram pensados como vergonhosos às cidades.

Em nota de maio de 1961 o JCE acusou a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo de estar “deportando” para Campo Grande “elementos indesejáveis” ao Estado de SP.

A Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, através da seção de repressão à vadiagem, desencadeou severa campanha contra os elementos nocivos, preendendo e deportando a colônia radicada na capital paulista. Mato Grosso, está servindo de depósito para onde as autoridades do vizinho Estado mandam elementos indesejáveis. Em Campo Grande já se nota a presença de caras estranhas, uns sujos e maltrapilhos, outros de “boa pinta”, mas todos dignos das atenções da nossa polícia. Devem ser mandados de volta ou vigiados de perto, a fim de que não exerça, na cidade “as funções dos respectivos cargos”. O mínimo que poderão fazer, não resta dúvida, é engrossar a equipe da batota, que por sua vez anda muito ativa na cidade.⁵²²

Essa posição por parte do Estado de São Paulo confrontava-se justamente com o que as ‘autoridades’ de Campo Grande tentavam combater na cidade, ou seja, os “elementos nocivos”, isso porque não eram pessoas com bens materiais, logo, não podiam contribuir satisfatoriamente para com o “progresso” de Campo Grande. Contudo, o combate objetivado nas falas das ‘autoridades’ não se materializava.

Na medida em que os sujeitos foram deportados para o Estado de Mato Grosso, cada vez mais a cidade de Campo Grande passou a ter “caras estranhas” que ocupavam o espaço urbano e que deviam ser “vigiados de perto” pelas forças policiais, tendo em vista que senão tais sujeitos certamente fariam furtos e roubos. Mas não apenas de São Paulo provinham os “elementos indesejáveis”, já que vinham pessoas de vários outros locais que, em geral, não tinham as mínimas condições materiais.

Há muito tempo apareceu na cidade uma família baiana a pedir esmola ao povo campo-grandense: um cafuso seco, uma mulher e três filhos. Tocavam ganzá e cantavam ritmos nordestinos com desenvoltura de rádio. Dinheiro chovia no chapéu que o cego deixava no chão como recipiente das esmolas. Depois de uns 15 dias o cego sumiu.

Depois apareceram alguns remanescentes do grupo: a mulher e duas meninas. Já não cantavam. Apenas pediam esmola e ainda [...] estão elas na cidade de mão estendida à caridade.

Segunda-feira pela manhã estavam a fazer compras: a menina, já bem crescida e em condições de trabalhar em casa de família, com seis rolos de arame fino enroscados no branco. A “velha”, mulher que vende saúde e está no vigor dos seus 45, envergava um vestido de tecido caro, pano de 400 mangos o metro, e estava numa casa de instrumentos procurando

⁵²¹ A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) pode, de forma bastante resumida, ser entendida como um conjunto de idéias formuladas por integrantes da Escola Superior de Guerra (ESG), cuja base reside nas questões geopolíticas e anticomunistas vigentes durante a Guerra Fria.

⁵²² MATO GROSSO DEPÓSITO DE MALANDROS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 10 maio 1961.

comprar uma sanfona. O dono da casa pediu 13 mil cruzeiros pelo instrumento, mas a mulher da esmola queria que “deixasse por 8 mil”. Soubemos que no ano passado (1962) dita esmoleira comprara uma sanfona por 6 mil cruzeiros.

Por aí se vê que quando atiramos esmolas para um pedinte nem sempre estamos a socorrer quem tem fome, mas dando dinheiro a quem dele se utiliza para comprar coisas supérfluas.

Contra essa espécie de pedintes deve se tomar uma providência qualquer. A cidade está cheia de anúncios “Precisa-se de uma empregada doméstica”, mas estas não aparecem porque estão por aí a pedir esmolas para comprar sanfona.⁵²³

O entendimento de ‘trabalho indigno’ e de ‘trabalho digno’ pode ser utilizado outra vez para se compreender a representação veiculada pelo JCE a respeito de como “uma família baiana” fazia para auferir valores monetários.

O ‘trabalho indigno’ fica evidente na ação de tocar “zangá” e, com isso, ganhar dinheiro, que era fruto do trabalho alheio, e, por essa razão, foi concebido com desdém. Além disso, a “menina” poderia trabalhar em “casa de família” e a mulher, “no vigor dos seus 45” anos, assim, como a filha, não labutava, mas sim era “esmoleira”. Ação que foi pensada como inadequada pelo JCE, sendo que não devia mais ser permitida na cidade.

Esse tipo de posicionamento frente a realidade denota que o JCE pensava/externava e, na medida do possível, também procurava materializar suas representações que, como escreveu Chartier, “[...] descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse.”⁵²⁴

De fato, o pensar e o explicitar a sociedade “como gostariam que fosse” foi uma ‘prática’ muito constante do JCE ao referir-se sobre os ‘trabalhadores migrantes’ que, por vezes, foram adjetivados de “loucos” e qualificados demeritivamente de “mendigos”, ambos externadores de “sinais de miséria” em pleno centro da cidade de Campo Grande.

Assim como também não podiam ser permitidas as presenças de “loucos” e de “mendigos”.

Há mais de mês pessoas loucas e mulheres rodeadas de crianças, seminuas ou com sinais de miséria, tomaram conta da cidade.

Aqueles perambulam semi-nus pelas ruas enquanto que estas se espalham pelas calçadas rodeadas de filhos, estendendo a mão à caridade pública.

Todos ou quase todos são elementos estranhos, que aportaram a Campo Grande, vindos de outros pontos do país.

É vergonhoso tal espetáculo e os visitantes têm péssima impressão.⁵²⁵

⁵²³ MENDIGOS “BEM” COMPRAM SANFONA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 3, 9 jan. 1963.

⁵²⁴ CHARTIER, op. cit., p. 19.

⁵²⁵ ISTO PRECISA ACABAR: LOUCOS E MENDIGOS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 20 mar. 1963.

O JCE foi taxativo ao afirmar que a cidade estava tomada de “pessoas loucas e mulheres rodeadas de crianças, semi-nuas ou com sinais de miséria” que conferiam à cidade “vergonhoso” “espetáculo” que causava “péssima impressão” aos “visitantes”. Essa representação explicitada por meio do texto impresso dá conta de fornecer significativas afirmações sobre a forma como as “pessoas comuns” eram pensadas pelas ‘autoridades’ de Campo Grande.

A desaprovação ao trabalho de estender “a mão à caridade publica” exemplifica outra passagem que intenta desmerecer o ‘trabalho indigno’, que nesse caso existia porque tais sujeitos invadiram a cidade e as “autoridades locais” não tinham feito até o momento praticamente nada de expressivo.

Além disso, a preocupação não reside apenas nesses elementos, mas também no entendimento/visão que os “visitantes” defrontavam-se ao chegar e presenciar tal situação na cidade de Campo Grande. No entender do JCE, as ‘práticas’ dessas “pessoas comuns” causava “péssima impressão” aos tais “visitantes”.

Sendo assim, o JCE não exitou em propôr um norte para a questão, tanto que emitiu claramente sua opinião para solucionar a referida questão:

Fazemos veemente apêlo às autoridades locais para que encontrem rápida solução para o caso. A nosso ver, tais elementos devem ser identificados e recambiados para as localidades de origem.
Não é possível continuar êsse espetáculo que aí está, de dia e de noite, a desafiar a boa ordem que deve reinar na cidade.
Ontem (dia 19 de março de 1963), um dos tais loucos correu com duas meninas, no cruzamento da Rua 14 de Julho com a Rua Candido Mariano. Felizmente foi preso por particulares.
Na semana passada vimos um outro louco, envolvido apenas com velha toalha de banho, desfilar tôda a extensão da Rua 14 de Julho, em pleno dia.
Urge imediata providência!⁵²⁶

Essa “imediata providência” passava, sobretudo, pela retirada dos “mendigos” da cidade, inclusive por meio de ações voltadas para o reencaminhamento dos sujeitos que ocupavam o espaço público para os “pagos” dos quais eram provenientes. Esse procedimento sinaliza abertamente o desejo do JCE de instaurar uma realidade na qual inexistem pessoas que eram consideradas como fora da “boa ordem”. Portanto, sujeitos não enquadrados na tal “boa ordem” deviam ser privados de ocupar o espaço e, quase que literalmente, tinham que ser confinados em espaços privados.

Para os demais “mendigos” cabiam outras ações, em particular para os “válidos”. Esses sujeitos foram alvo das atenções policiais, isso no intuito de que “não voltem a esmolar pelas ruas.”

⁵²⁶ ISTO PRECISA ACABAR: LOUCOS E MENDIGOS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 20 mar.

Considerando a nota publicada na edição do dia 20 (de março de 1963) do CORREIO DO ESTADO, o Delegado Especial tomou atitude contra a mendicância e recolheu à Especializada, na tarde de quinta-feira, mais de duas dezenas de pedintes. A decisão da autoridade policial é estudar caso por caso e procurar uma solução que pelo menos diminui o número de mendigos na cidade. Com auxílio do Inspetor de Menores Guinozes de Carvalho, a polícia iniciou o trabalho na rua 14 de Julho e recolheu à Delegacia os seguintes mendigos: José Feliciano dos Santos, 34 anos, sua esposa Lúcia F. dos Santos, de 30 anos e os filhos Antônio, Messias e Marta, de 10, 7 e 2 anos, respectivamente; José Limeira da Silva, 22 anos, sua esposa Eva Maria da Conceição, 21 anos e os filhos Francisca, Marcionília, de 12 e 2 anos, respectivamente e um filho de colo; José Antônio da Silva, 65 anos e sua companheira Maria F. dos Santos, de 45 anos; Dario da Silva, 33 anos e sua companheira Nair da Silva, 32 anos; o ancião Rozendo Lopes, 91 anos, e a conhecida “dupla prêto e branco” – Maria Abadia, 48 anos e sua filha Sebastiana, de 8 anos e Francisca dos Santos, 48 anos e seus filhos Francisco, Maria Aparecida e Creuza, de 4, 2 e ano e meio, respectivamente. Depois de ouvir declarações de cada indivíduo ou de cada família, a Polícia foi encaminhando os mendigos às respectivas moradias, constatando que Maria Abadia é casada, pois o marido, forte, robusto, estava em casa dormindo o sono dos inocentes, em plena luz do dia, e bem tocado por ter tomado “umas e outras”. O ancião Rozendo, sem família, deveria ser recolhido ao Asilo dos Velhos, mas declarou ao Delegado que “preferia uma bala na cabeça”, prova de que se considera melhor que os outros asilados que vivem bem e felizes no Asilo. A maioria dos mendigos é de origem nordestina, tendo um casal declarado que deseja voltar aos seus pagos. O Major Couto vai providenciar a viagem de volta, assim como tomará providências para que os demais válidos não voltem a esmolar pelas ruas. É o que esperava o CORREIO DO ESTADO quando denunciou a mendicância na cidade.⁵²⁷

A centralidade do texto está na ação de privar o “povo comum” de se fazer presente nos espaços públicos da cidade: os que podem trabalhar devem trabalhar e não devem ficar esmolando; os que possuem casa devem ir para lá e não devem fazer do espaço público um espaço de moradia; quem já era idoso e não tinha familiares tinha que ir para o asilo; já os demais sujeitos devem retornar para seus locais de origem.

Enfim, o que fica patente é a preocupação com o espaço público e não propriamente a preocupação com as “pessoas comuns” que ocupavam tal espaço. Nesse sentido, o espaço público foi pensado como um local que devia ser usado por sujeitos que tinham determinadas condições materiais e não para que por meio desse espaço público as “pessoas comuns” pudessem alcançar/materializar/melhorar as suas condições materiais.

Passados alguns meses o Jornal Correio do Estado voltou a denunciar o “problema”, solicitando que fosse tomada “uma providência qualquer” contra essas “novas caras” que povoavam inadequadamente a cidade e traziam uma suporta desordem para o espaço público.

1963.

⁵²⁷ DELEGACIA ESPECIAL TOMA ATITUDE NO CASO DA MENDICÂNCIA. *Jornal Correio do Estado*, Campo

A cidade está bem está bem povoada de caras novas. O ponto de reunião deles, de preferência, é nos bares situados nas imediações do Mercado Municipal (nas proximidades da Avenida Calógeras), onde predomina a gente do interior. Ora, recentemente registraram-se dois assaltos na rua do Mangue, além do Mercado. Os fatos levam a pensar que tais assaltos tenham sido praticados pelos caras novas, sendo, pois, aconselhável que a Polícia lhes dê as boas vindas a Campo Grande procurando saber quem são, de onde vêm e para onde vão. Ficarem eles de beleza na cidade é que não estaria certo.⁵²⁸

A ‘autoridade’ policial foi pensada como um cartão-de-visita humano para inibir “assaltos” que ocorriam e que o JCE representou como sendo praticados possivelmente pelas “caras novas”, uma vez que os “fatos levam a pensar que tais assaltos tenham sido praticados pelos caras novas”.

Essa afirmação deixa evidente o quanto indesejáveis eram as tais “caras novas” que se faziam presentes em Campo Grande, sejam elas provenientes de outros Estado do País ou do interior do próprio Estado de Mato Grosso, nesse caso em especial da zona rural, notadamente das municipalidades fronteiriças ao território do Município de Campo Grande.

Mas não somente quem era do “interior” foi representado como “problema” à cidade. Os “mendigos” oriundos de “outras plagas” igualmente figuraram como pessoas que careciam de assistência médica por parte de diversas ‘autoridades’ publicamente estabelecidas e não apenas de donativos dos transeuntes.

A cidade está repleta de mendigos. Muitos vieram de outras plagas. Um deles, com aparência de débil mental dorme ao relento sob a marquise de uma casa comercial da rua Dom Aquino. Não se vê com êle nem mesmo um trapo velho para “forrar a cama”, que, é a macia calçada próxima do Restaurante Bambu. Um outro, crioulo ainda novo, exhibe uma perna chagada por uma enorme ferida, sempre coberta de moscas. Tais mendigos não carecem apenas de esmolos precisam de assistência, devem ser recolhidos à Santa Casa para tratamento. Que as entidades assistenciais e as autoridades tomem providências.⁵²⁹

É impossível deixar de afirmar que o Jornal Correio do Estado teceu críticas e elegios às mais diversas ‘autoridades’ públicas e privadas que atuavam na cidade de Campo Grande com o objetivo de combater a mendicância, entretanto, também é fora de propósito deixar de externar que o próprio JCE concedeu muito mais importância nos textos publicados ao espaço urbano da cidade do que ao “povo comum” que o territorializava.

Grande, p. 6, 23 mar. 1963.

⁵²⁸ CARAS NOVAS INVADEM CAMPO GRANDE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 4, 3 jun. 1963.

⁵²⁹ MENDIGOS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 5, 28 out. 1966.

Dessa forma, o espaço urbano era a “vítima” e o “povo comum” o algoz, cabendo às ‘autoridades’ restabelecer a “boa ordem” no ambiente, “ordem” essa muito mais materializada no imaginário do que existente na concretude histórica do passado.

Na medida em que o tempo transcorria, o “problema” avolumava-se e cada vez mais os “mendigos” que “vieram de outras plagas” também ocupavam o espaço público do centro comercial de Campo Grande com mais intensidade. Essas pessoas foram representadas como despossuídas de espaço privado para ocuparem, já que faziam do espaço público o lugar no qual exerciam ‘práticas’ convencionadas como “normais” apenas quando realizadas em espaços privados, tal como as ações de dormir ou de receber tratamento médico.

Sendo assim, o JCE explicitou que esses mesmos despossuídos de condições materiais deviam ser assistidos por ‘autoridades’ competentes, nesse caso as “entidades assistenciais” e hospitalares, já que a cada dia findado a cidade tinha mais “pessoas comuns” ocupando o espaço público das calçadas de ruas e de avenidas mais movimentadas. O JCE representou isso como um “exército de mendigos” que “ocupou” a cidade.”

Que o leitor nos desculpe. Pedimos escusas por anunciar um fato presenciado por todos: a cidade está cheia de mendigos. Mulheres velhas e mulheres novas, homens velhos e homens novos, crianças de 1 a 14 anos formam o exército de mendigos que “ocupou” a cidade. Há mendigos doentes, mas há também homens e mulheres em boa forma física, braços em condições para o trabalho pedindo esmolas pelas ruas da cidade. Na rua 14 de Julho, onde maior é a afluência de pedintes há numerosos avisos: “Precisa-se de empregada doméstica”. Muitas e muitas famílias campograndenses aceitariam, de bom grado, meninas para cuidar de crianças. Mas ninguém quer trabalhar. Pedir esmolas rende mais e não cansa. A tudo isso as autoridades assistem de braços cruzados, principalmente o Juizado de Menores, que bem podia agir e desfalar as fileiras do exército de mendigos retirando os menores do seu efetivo. Há diversos indivíduos que pedem esmola exibindo uma chaga na perna. As feridas são iguais, exatamente iguais, dando a impressão de coisa habilmente preparada para iludir os incautos, e mover o sentimento dos transeuntes. Tudo isso deveria ser passado a limpo. Mas, enquanto as providências não vêm a cidade continua ocupada pelo exército de mendigos que há muito tempo a invadiu de ponta a ponta.⁵³⁰

Nesse texto as palavras “invasão”, “ocupou” e “ocupada” sugerem que paulatinamente a parte urbana e comercial de Campo Grande foi territorializada por sujeitos que não integravam a ‘população’ cidadina. Essa outra territorialização traz consigo a representação explicitada pelo JCE a respeito desses homens, mulheres e crianças das

⁵³⁰ EXÉRCITO DE MENDIGOS INVADIU CAMPO GRANDE. JUIZADO DE MENORES E AS DELEGACIAS PRECISAM ENFRENTAR O PROBLEMA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 16 mar. 1967.

mais distintas idades, mas que em comum portavam a prática de “esmolar” e de, sistematicamente, não querer trabalho como o de, por exemplo, “empregada doméstica”.

Diante disso, mais uma vez o JCE solicitou providências por parte das ‘autoridades’. ‘Autoridades’ que, por vezes, não conseguiam solucionar nem em parte a referida questão e, por isso, eram feitos apelos para outras ‘autoridades’, nesse caso para ‘autoridades’ de nível hierárquico superior.

Há anos, quando os larápios fizeram de Campo Grande o seu paraíso, com este diário lutando contra tais abusos, alta autoridade militar federal, saiu em defesa da população, exigindo policiamento ostensivo, com a colaboração das Forças Armadas, e a onda de roubos cessou, por muitos anos.

Hoje, com essa nova onda, só nos resta novamente apelar de público, para a nossa mais alta autoridade militar no sentido de que nos empreste a sua valiosa colaboração, a fim de que a família campograndense volte a ter sossego.

A maioria das vítimas dos ladrões já não procura a polícia por considerar que irá perder o seu tempo.

Essa transformação de Campo Grande em paraíso dos ladrões, é um atentado ao brio de um povo ordeiro e trabalhador entregue à sanha de meia dúzia de bandidos que aí estão agindo, impunemente, desafiando às autoridades.

Urge uma providência viril.

É preciso que se diga, alto e bom som, a esse estado de coisas: BASTA!⁵³¹

O descrédito na ‘autoridade’ policial do Município de Campo Grande deixou evidente que a ação dos mesmos era quase que nada significativa para proteger o que o JCE denominou de “família campograndense”. A “família, que foi pensada como sendo composta de “povo ordeiro e trabalhador”, era “vítima dos ladrões”, que assolavam a cidade. Além dos “ladrões” serem considerados, os ciganos também foram pensados como assunto de trabalho para os policiais, uma vez que residentes

[...] da “Sapolândia”, na Av. Bandeirantes, estão apelando para o Major Pará no sentido de fazer que se mude do local uma chusma de ciganos ali acampada há muito tempo. Até altas horas da noite, seguidamente, os ciganos se entregam a rituais da raça e fazem uma barulheira infernal, perturbando o sono de quem precisa dormir tranqüilamente para enfrentar a vida no dia seguinte.⁵³²

Esse foi um dos raros textos em que a vítima não era a ‘população’, que constituía a “família campograndense”, já que os moradores da “Sapolândia” eram majoritariamente muito carentes. A “Sapolândia” era, na verdade, um local com péssimas condições de moradia que estava localizada nas barrancas do Córrego Anhanduí, sendo que parte dos

⁵³¹ CAMPO GRANDE TRANSFORMADA EM PARAÍSO DE LADRÕES. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 8 abr. 1967.

⁵³² CIGANOS CRIAM PROBLEMAS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 6, 13 abr. 1967.

sujeitos que residiam nesse local também esmolavam e mendigavam no centro de Campo Grande.

Ao analisar o texto denominado Ciganos cria problemas torna-se adequado mencionar os ensinamentos feitos pelo historiador francês Jacques Le Goff. Para Le Goff, o

[...] documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprios. No limite, não existe um documento-verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo [...]. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos.⁵³³

Ao fazer esta desestruturação e esta análise o historiador pode melhor compreender os nexos constitutivos da concretude histórica, que nesse caso indicam que a preocupação do JCE para com os moradores da “Sapolândia” foi algo pontual e não estrutural, tal como era a preocupação do JCE para com os sujeitos que residiam/trabalhavam/transitavam no centro urbano de Campo Grande e que foram representados como vítimas dos “mendigos” e, inclusive, dos ciganos.

Os “ciganos”, por sua vez, não foram acusados de perturbar apenas os residentes/“favelados”, mas também foram acusados de ludibriar os “incautos” que transitavam pela cidade.

A cidade está enfeitada de ciganos. Acampamentos dos zíngaros estão armados em diversos pontos, onde enquanto os homens “trabalham” as mulheres saem pela cidades a vender tachos e a “tirarem a sorte” de incautos. É “tirando a sorte” que as ciganas fazem a América, pois a cobrança é feita de acordo com a situação financeira do cliente, no momento. Sábado os lavradores Ito de Oliveira e Almir Silva, que vieram à cidade fazer compras, dançaram com NCr\$ 15,00 e NCr\$ 120,00 respectivamente. O soldado Antonio Mendes, estando de serviço tomou conhecimento da extorsão e encanou as duas ciganas. Seis horas depois porém, o Delegado de Polícia lhes devolveu a liberdade. O Delegado Carlana declarou certa vez que não estava de acordo com a permanência de ciganos na cidade, até ontem não houve qualquer providência [...].⁵³⁴

Nesse caso do trabalho realizado pelos ciganos e pelas ciganas está mais um exemplo do que vinha a ser um ‘trabalho indigno’. No caso dos homens-ciganos não é nem possível exemplificar o trabalho que realizavam, pois a atividade não foi mencionada. Já quanto às mulheres, torna-se possível pensar a prática labutar, que também foi

⁵³³ LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, v. 1, p. 103-104.

⁵³⁴ CIGANOS FAZEM A AMÉRICA “TIRANDO A SORTE”. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 4/5 maio 1967.

representada como ‘trabalho indigno’, qual seja o trabalho, o de ficar “tirando a sorte” e cobrar pelo serviço “de acordo com a situação financeira do cliente, no momento.”

Os ciganos foram pensados ainda como pessoas indesejáveis para estar em Campo Grande, embora nenhuma prova sobre o ‘trabalho indigno’ fosse comprovada para que os “zíngaros”, como foram denominados, fossem detidos.

Porém, as suspeitas e/ou acusações a respeito dos furtos e dos roubos ocorridos da cidade não recaíam apenas sobre os ciganos, tendo em vista que essa situação foi pensada como uma prática que ocorria diariamente em Campo Grande e da qual as “famílias campograndenses” eram obrigadas, indefesamente, a suportar, já que a ‘autoridade’ policial que devia protegê-las de tais indivíduos não o fazia satisfatoriamente.

As famílias campograndenses vêm suportando a média de dois roubos diários. Quando a rotina sofre alteração, é para se registrar três assaltos e não dois, como de costume. De tais assaltos a Polícia não elucida nenhum, ficando impunes os seus autores e as vítimas sem os seus pertences. Diante da ineficiência policial, os marginais devem dizer lá com os seus botões: “Essa polícia não é de nada”... “estamos de barra limpa”. Pelo asfalto da cidade perambulam folgadoamente, nas barbas da Polícia, os cartelas do sub-mundo de rapinagem. Ao cair da noite de quinta-feira três deles fazendo chacrinha na esquina do edifício Nacáo, certamente arquitetando mais um assalto. A cidade está cheia de caras estranhas, dominada por ciganos, e à mercê dos ladrões, enquanto a Polícia dorme de touca. Até na “campanha” contra o jogo de azar a Polícia age de maneira esquisita, pois enquanto prende uns pobres pés-de-chinelo que não tem nem o que comer, o jôgo prolifera em todos os recantos da cidade, inclusive na rua 7 de Setembro, BEM NA VIZINHANÇA DA DELEGACIA, onde funciona um quase cassino.⁵³⁵

A expectativa era de que a situação viesse sempre a piorar, nunca o contrário. Ao invés de dois assaltos a cada dia, podiam ser três, jamais menos. Essa ação da “rapinagem” era em decorrência da falta de ação das ‘autoridades’ policiais, que foi qualificada como uma “ineficiência” por parte desses funcionários públicos.

Mesmo assim, o Governo Estadual de MT empreendeu ações para sanar o “problema” que vitimava a ‘população’ de Campo Grande, isso porque o então líder do executivo estadual, o sr. Pedro Pedrossian, solicitou um delegado que atuava no Estado de São Paulo, supostamente pelo fato de tal profissional ser mais tarimbado do que os que em MT residiam.

Entretanto, isso não foi válido. O JCE chegou a afirmar que “[...] se a intenção do Sr. Pedro Pedrossian era deixar Campo Grande exposta a ladrões batoteiros, não precisava S. Exa. buscar Delegado de Polícia no Estado de São Paulo. Qualquer pica-fumo serviria para o cargo de Delegado.”⁵³⁶

⁵³⁵ LADRÕES E MARGINAIS TEM “BARRA LIMPA” NA CIDADE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 4, 26 jun. 1967.

⁵³⁶ *Ibidem*.

Mas de São Paulo não vinham somente ‘autoridades’ para resolver o “problema da mendicância”, vinham também os sujeitos que constituíam parte do chamado “problema da mendicância”, que nesse caso eram os “elementos” que foram “enxotados pela polícia do Estado de São Paulo”.

É impressionante o número de mendigos, principalmente de mulheres carregadas de filhos, rolando pelas calçadas do centro da cidade, em condenável promiscuidade, estendendo a mão à caridade pública. Vindos de outras plagas, enxotados pela polícia do Estado de São Paulo, os tais mendigos se aboletam aqui dando lamentável aspecto a cidade. Os mendigos campograndenses são mais discretos, enquanto que os recém-chegados demonstram haver chegado ao último estágio do cinismo humano, transformados em máquinas de exploração da caridade pública. Se a polícia de São Paulo os exportam para Mato Grosso, o mesmo deve ser feito aqui, em sentido contrário, a fim de que a cidade se liberte desses elementos.⁵³⁷

As distinções veiculadas pelo JCE a respeito dos “mendigos” de Campo Grande e dos que vinham de outras regiões constituiu-se por meio da criação de uma polarização sobre tais sujeitos. Os “mendigos” da terra foram representados como sendo “mais discretos”, enquanto que os “mendigos” de fora tinham “chegado ao último estágio do cinismo humano”.

Entretanto, não era difícil resolver a questão. Bastava apenas que as ‘autoridades’ de MT procedessem da mesma forma que as ‘autoridades’ de SP, ou seja, Mato Grosso e, sem dúvida, Campo Grande, deviam exportar tais “mendigos”, já que foi isso que o Estado vizinho de São Paulo tinha feito. Procedendo dessa forma as calçadas das principais vias de comunicação do centro urbano e comercial da cidade ficavam, em tese, livres desses sujeitos que solicitavam aos transeuntes “caridade pública”, além de viverem “em condenável promiscuidade”.

Em dezembro de 1969 o Jornal Correio do Estado afirmou que a ação de implorar por “caridade pública” era uma prática feita por “profissionais” e publicou texto que mencionava e denunciava que diversas

[...] mulheres, de idades diferentes, e inúmeras crianças perambulam pelas ruas da cidade, implorando a caridade pública. Essas mulheres e crianças vindas não se sabe de onde, deixam transparecer, tal a forma como pedem, que são profissionais na exploração da caridade pública. Sábado que passou, tivemos ocasião de observar o abuso, pois mulheres aptas para o trabalho, andando até em grupos, percorriam o centro comercial, abordando indistintamente a todas as pessoas. O fato era tão chocante que muitos campograndenses perguntavam se na cidade não existia mais autoridade policial.

⁵³⁷ MENDIGOS (FALSOS) PROLIFERAM NAS RUAS DA CIDADE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 9 jan. 1969.

Registramos o fato, certos de que providências serão tomadas por quem de direito.⁵³⁸

Essa maneira de pensar possibilita compreender mais sobre quem escreveu o texto do que propriamente sobre quem foi representado na escrita do mesmo. E é nesse sentido que se pode perceber que a representação veiculada por meio do JCE projetou uma concretude social na qual não continha lugar para pessoas que faziam do espaço das calçadas um lugar para viver. Isto é, faziam do que se chama de espaço público um espaço para 'práticas' privadas.

Por vezes, a representação explicitada tangenciou com afirmações que denunciavam a falta de humanismo das 'autoridades' no tratamento dos indivíduos, mas essa representação não hesitou em cobrar providências, nesse caso policiais, para que o "problema da mendicância" fosse findado em Campo Grande.

A representação posta considerava que era inconcebível que mulheres e crianças ocupassem o espaço urbano do centro comercial para praticar o trabalho de esmolar/mendigar, tendo em vista que esses "profissionais" "perambulam" pelas vias "implorando a caridade pública", fato que foi pensado pelo JCE como um ato visando explorar a 'população', daí a justificativa de ser cobrada ação policial, uma vez que a 'população' era a vítima.

Ademais, essa situação não podia ser tolerada. Era indispensável que "providências" fossem tomadas para que Campo Grande não viesse a se transformar "numa cidade cheia de mendigos."

Pensando em breçar a vinda de migrantes ao Estado de Mato Grosso, o então governador José Manoel Fontanillas Fragelli encaminhou ofício ao ministro do Interior da República Federativa do Brasil "[...] pedindo a intervenção [...] no já grave problema de migração de nordestinos para Campo Grande, que tem colocado em difícil situação a Secretaria de Promoção de nossa cidade."⁵³⁹

Corroborando nessa direção o senador Filinto Muller prometeu "[...] tomar providências em Brasília, para que o problema seja contornado, antes que Campo Grande se transforme numa cidade cheia de mendigos."⁵⁴⁰ Além disso, "[...] o Secretário de Interior e Justiça de Mato Grosso, dr. Salomão Amaral, enviou ofício ao Ministério do Interior, pedindo as devidas providências."⁵⁴¹ Isso porque o "problema da migração" teria que ser solucionado, pois o número de retirantes que chegavam em Campo Grande era em torno de 30 a 40 sujeitos por semana.

⁵³⁸ MENDICÂNCIA TOMA CONTA DA CIDADE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 29 dez. 1969.

⁵³⁹ MIGRAÇÃO EM CAMPO GRANDE MERECE ESTUDOS DE MINISTRO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 14 jan. 1972.

⁵⁴⁰ Ibidem.

⁵⁴¹ Ibidem.

“Segundo as palavras do dr. César Macksoud, cerca de 30 a 40 pessoas chegam semanalmente à nossa cidade, enviados pelo Departamento de Migração de São Paulo, onde recebem passagem e alimentação gratuita até Campo Grande [...].”⁵⁴² Entretanto, o “problema” não era o da migração populacional, mas sim pelo fato de que esses sujeitos, que não eram minimamente portadores de valores e nem donos bens materiais, ficavam

[...] espalhados, pelas ruas, até que os veículos da sua pasta venham recolhê-los. É este um dos maiores problemas sociais enfrentados pela Capital Econômica de Mato Grosso, que não tem condições de receber todo este pessoal, não possuidores de instrução nem profissão, além de serem portadores, na sua grande maioria, de esquistossomose e outras doenças, desconhecidas dos matogrossenses.⁵⁴³

Quando o texto menciona que a “Capital Econômica de Mato Grosso” “não tem condições de receber todo este pessoal” é possível ler também que Campo Grande não tinha o por quê de receber esses sujeitos, já que muitos deles eram enfermos e nem sequer “instrução” e “profissão” tinham. Sendo assim, o migrante bem-vindo era aquele que tinha saúde, instrução e formação profissional e não o migrante que vinha apenas em busca desses elementos.

Com o intuito de organizar o fluxo de migrantes, dando-lhes assistência médica e qualificação profissional é que os integrantes da Comissão Internacional das Migrações Internas (CIMI), que se reuniram em Brasília, no Distrito Federal, no início do ano de 1972, aprovaram a

[...] a construção de postos de triagem em Cachoeira Paulista, e Santa Fé, em São Paulo, e em Campo Grande, Mato Grosso, onde procurar-se-á qualificar os migrantes e dar-lhes assistência médica, para que não cheguem ao mercado de trabalho das grandes cidades, pessoas doentes e desqualificadas.⁵⁴⁴

Além disso, a referida Comissão Internacional das Migrações Internas decidiu fazer também [...] o desencadeamento de uma ampla campanha publicitária, para desfazer a imagem ilusória que no interior e especialmente em algumas cidades do Norte do País se faz das cidades do Sul.⁵⁴⁵

Estabelecendo postos de triagem e campanha publicitária, esperava-se que os migrantes ou retirantes deixassem de migrar para a Região Centro-Oeste, em especial para Campo Grande, já que muitos dos que chegavam na cidade não conseguiam quase que nada no que se referia ao trabalho que buscavam. Entretanto, o objetivo não foi

⁵⁴² MIGRAÇÃO EM CAMPO GRANDE MERECE ESTUDOS DE MINISTRO. Op. cit., 1972.

⁵⁴³ Ibidem.

⁵⁴⁴ CAMPO GRANDE TERÁ POSTO DE TRIAGEM: MIGRANTES. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 1 fev. 1972.

⁵⁴⁵ Ibidem.

materializado, pois o “povo comum” continuou a perambular pelas ruas, não tendo nem lugar para dormir e nem alimentos para consumir.

Por vezes, a hostilidade em relação aos migrantes revestia-se de um aspecto mais humanitário, mais compreensivo para com a “figura do migrante”. Em março de 1972, nas proximidades do Aeroporto de Antonio João, o JCE constatou que o migrante que vinha para Campo Grande já portava “uma carga pesada”.

O migrante chega, já com uma carga pesada: a falta de abrigo e os tormentos da fome: a esta carga ingrata, acrescenta-se a trouxa de roupas e mais um filho no braço cansado, movendo o corpo com as pernas também cansadas. Esta é a figura do migrante que chega a Campo Grande, na esperança de aqui construir sua vida, livre da falta de água que assola o Nordeste. O fim mais trágico: ou continuam andando ou acabam sem ter o que comer.⁵⁴⁶

O relato mais humanitário, contudo, têm uma duração muito limitada, sendo solapado pela cobrança de atitudes firmes por parte das ‘autoridades’ com relação aos “sérios problemas” originados com a presença dos migrantes no espaço urbano de Campo Grande, uma vez que as ações dos migrantes eram vista como denegridoras da imagem de modernidade cidadina.

Em julho do ano de 1972 o Jornal Correio do Estado voltou a denunciar que a cidade Campo Grande estava “com sérios problemas” em razão da “chegada desordenada de migrantes”.

A chegada desordenada de migrantes a Campo Grande volta a preocupar as autoridades municipais, que se vêem às voltas com sérios problemas causados pelas famílias que aqui aportam, enviadas pelas autoridades paulistas.

Como conseqüência, a prefeitura municipal enviou telegrama ao ministro Costa, Cavalcanti, ao Governador Laudo Natel, de São Paulo e ao dr. Salomão Amaral, Secretário de Justiça de Mato Grosso, pedindo enérgicas providências para conter os constantes embarques de famílias doentes e desamparadas para Campo Grande.

[...] (No dia 16 de julho de 1972, por exemplo, havia) cerca de 15 mendigos (que) foram vistos pela reportagem do CORREIO DO ESTADO, dormindo em plena rua e em vários pontos da cidade, dando-lhe um aspecto, até desolador, até certo ponto.⁵⁴⁷

O aspecto da cidade era “desolador” e não a situação dos que para ela migraram, independente da razão. Tal representação sinaliza apuradamente a preocupação de parte da elite campo-grandense para com os espaços públicos que eram freqüentados por essa mesma elite, fato que denota com grande clareza que a elite não aceitava ter a presença de “mendigos” no mesmo espaço por ela territorializado, embora essa espaço fosse público.

⁵⁴⁶ A FOME, O DESABRIGO: CARGAS PESADAS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 8 mar. 1972.

⁵⁴⁷ MIGRANTES VOLTAM A PREOCUPAR. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 17 jul. 1972.

Os retirantes, que foram acusados de serem os produtores de um quadro “desolador”, não provinham apenas do Estado de São Paulo, mas também de Unidades Federativas da Região Sul do Brasil. Eram paranaenses que rumaram para Mato Grosso e para São Paulo em busca do “velho sonho de construção de melhor vida.”

O fenômeno da migração de habitantes do Norte do Paraná para Mato Grosso é um fato incontestável ele se avoluma a cada dia como qualquer morador da região pode atestar. E se tornará cada vez mais intenso na medida em que ganharem maior ímpeto as obras de execução do PRODOESTE o grande programa de desenvolvimento que abrange Mato Grosso e parte de Goiás e Minas Gerais. Alguns dos plantadores de cidades que ajudaram a criar a grandeza de nossa região cafeeira já se deslocaram para chãos matogrossenses e ali plantaram, com a mesma bravura e espírito de pioneirismo as primeiras sementes da iniciativa privada, e já agora servidos pela preciosa experiência adquirida por longos anos em terras do Paraná. E a mesma mão de obra exercitada em nosso Estado (nesse caso o do Paraná), ou os descendentes das levas mineiras e nordestinas que deram ao Paraná a hegemonia no café, vai progressivamente seguindo os novos roteiros dentro do velho sonho de construção de melhor vida.⁵⁴⁸

Esse texto publicado pelo JCE foi inicialmente veiculado pelo Diário do Paraná, de Curitiba (PR), com o título “Evasão”. A matéria explicita com adequada pertinência que nem todos os migrantes que chegavam ao Estado de Mato Grosso eram pouco abastados, pois determinados migrantes, embora é preciso que se diga que era a minoria, tinham sim condições materiais muito sólidas e eram, portanto, os migrantes desejáveis, uma vez que podiam ajudar no processo de modernização urbano-citadino, bem como também eram potenciais contribuidores para o “progresso” do Município de Campo Grande.

Nesse sentido, esses migrantes abastados não produziam ou causavam à cidade “um aspecto” “desolador”. Ao invés disso, esses sujeitos produziam na cidade um aspecto, no mínimo, animador ao desenvolvimento/consolidação do “progresso” citadino, já que, de fato, materializavam, na lógica do “progresso”, uma “vida melhor”, isso porque tinham capital para investir e não porque queriam simplesmente fazer capital e melhorar de vida, tal como era o caso da maioria dos ‘trabalhadores migrantes’.

Para materializar essa “melhor vida” eram necessários determinados sujeitos, portadores de qualidades igualmente definidas e não aleatórias. Não podia, portanto, ser qualquer sujeito. Segundo o JCE, o Estado de Mato Grosso necessitava da “colaboração” de “colonos migrantes” e não de pessoas que vinham para o Estado de MT à esmo. Os “colonos migrantes”, esses sim adequados para concretizar a “construção de melhor vida”, foram representados textualmente como trajados por indumentária que

⁵⁴⁸ PARANAENSES EMIGRAM PARA MATO GROSSO E SÃO PAULO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 8 nov. 1972.

[...] nos faz lembrar os personagens de filmes do velho Oeste. Chapéu, calças largas e suspensórios, mostram origens dos dois trabalhadores: Sul do Brasil. São os colonos migrantes que chegam a Mato Grosso, para dar sua colaboração no setor agrícola do Estado, plantando café, trigo, milho e sorgo. São estes os homens de que Mato Grosso necessita cada vez mais, que vêm auxiliar o nosso desenvolvimento.⁵⁴⁹

Essa afirmação é muito significativa para que se possa estabelecer distinções entre os trabalhadores que migraram para o Estado de Mato Grosso e, em particular, para Campo Grande. Embora todos fossem migrantes, retirantes, pessoas que saíram de suas terras natais, o *Jornal Correio do Estado* representou uns de determinada forma e, outros, de outra forma. Para o JCE, necessário mesmo para o Estado de MT era o migrante que tinha recursos materiais e que, com isso, auxiliava no “progresso” estadual.

Já os “migrantes-mendigos”⁵⁵⁰, pessoas sem recursos materiais, pouca necessidade tinham, pois não podiam “auxiliar” no “progresso” de Mato Grosso. Contudo, nem todos os migrantes que vinham da Região Sul eram alardeados como sujeitos que podiam “auxiliar” no “desenvolvimento”, nesse caso econômico, do Estado de Mato Grosso.

Em meados do ano de 1973 o *Jornal Correio do Estado* noticiou que três famílias tinham saído do Município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, rumando para Campo Grande “em busca de uma vida melhor”. Essas “pessoas comuns” procuravam

[...] uma fazenda, uma chácara, um lugar qualquer onde possam servir e ganhar o pão de cada dia. Como ciganos, andam de cidade em cidade usando os mais diferentes meios de transportes. Chegaram a Campo Grande e escolheram a calçada da rua 14 de julho para mostrar a miséria deles. Imploram a caridade pública porque desejam regressar ao Rio Grande do Sul. Caminharam muito e nada conseguiram, nem mesmo na Promoção Social, onde ninguém os atendeu. O nome deles? Não importa. São seres humanos que precisam de um ponto de apoio para viver. O que não está certo, porém, é o fato de a Secretaria de Promoção Social recusar atendê-los ao menos com uma passagem para irem embora. Como se vê, [...] CG continua cidade desumana.⁵⁵¹

⁵⁴⁹ À PRIMEIRA... *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 2/3 dez. 1972.

⁵⁵⁰ Em outubro de 1974 o *Jornal Correio do Estado* noticiou que “[...] as “favelinhas” proliferam por todos os cantos de Campo Grande. Num levantamento inicial, constatou-se que existem pelo menos 500 casas tipo favela em vários bairros. Isso, sem contar aquelas que ainda não foram recenseadas pelas assistentes sociais que acreditam ter número pelo menos duas vezes maior. A tendência atual é de continuar cada vez mais o crescimento dessas favelas que se constituem, atualmente, no maior problema social de Campo Grande e numa das grandes preocupações da administração municipal. De momento, não se encontra nenhuma solução, para o grave problema, que transforma a cidade num verdadeiro paraíso de migrantes-mendigos. **PREOCUPA MINISTRO** “O ministro Rangel Reis, do Interior, se mostra muito preocupado com o problema da migração no País”, assinala Levy Dias, frisando que “assim que chegou a Campo Grande, em sua última visita, foi este o primeiro assunto a ser tratado. O ministro se mostrou interessado com o problema de Campo Grande, que só ire com as conseqüências da migração, principalmente dos nordestinos”. A municipalidade pensa construir um albergue com capacidade para 300 migrantes, calculando-se um investimento inicial de dois milhões de cruzeiros. Só a prática poderá dizer se essa despesa servirá para solucionar, pelo menos em parte, o drama que tende a aumentar cada vez mais.” (MIGRANTES: UM PROBLEMA INSOLÚVEL. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 10, 31 out. 1974).

⁵⁵¹ QUAL O DESTINO DELES? *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 13 jul. 1973.

Esse tipo de migrante, cuja “miséria” era algo muito aparente, não fazia falta à cidade de Campo Grande. Na verdade, conforme é possível compreender por meio do texto que foi publicado no JCE, era um alívio se tais migrantes fossem embora da “Capital Morena”, já que era bastante difícil que conseguissem trabalho.

Caso não arrumassem trabalho, o que ocorria com certa frequência, o caminho era bem conhecido, qual seja, a “cidade desumana” oferecia como uma das saídas mais viáveis a prática da mendicância e/ou da esmola, ‘trabalho indigno’ que tinha, cada vez mais, sujeitos em constante e intensa ação. Segundo o JCE essa ação era um “mal” que não parava de crescer na cidade de Campo Grande. Em síntese, o número de “pedintes” aumentava cada dia mais.

Está crescendo sensivelmente o número de mendigos em Campo Grande, cidade que antes se vangloriava de possuir poucos pedintes espalhados pelas ruas. A cada dia que passa o número de mendigos torna-se maior, fazendo com que em todos os pontos da “cidade que mais cresce no Centro Oeste do Brasil” sejam tomados por homens, mulheres e jovens, sempre em busca de “um auxílio”.

Na Rua 14 de Julho, ponto preferido dos pedintes, a situação chega a ser crítica. Próximo ao CORREIO DO ESTADO e no trecho compreendido entre as ruas Cândido Mariano e Maracaju, diariamente registra-se um revezamento de pedintes a clamar pela ajuda dos que passam. No sábado, por exemplo, num trecho de pouco mais de cinco metros haviam dois mendigos: uma mulher, com uma criança e um velho com um garotão. Sentados na calçada, ficam na base do “me dê um auxílio pelo amor de Deus”. A mulher, bastante forte para trabalhar, dizia que pedir era mais fácil e que rendia muito mais...

A Secretaria de Promoção Social precisa voltar suas atenções para a mendicância, em Campo Grande. O mal está crescendo numa proporção alarmante e caso não sejam tomadas providências, deverá aumentar consideravelmente nos próximos meses.

A maioria dos mendigos de Campo Grande são oriundos de outras cidades, principalmente do Nordeste.

Algo deve ser feito para diminuir o número de pedintes na cidade.⁵⁵²

Nesse texto fica novamente externada a questão da vergonha que o JCE dizia que a cidade de Campo Grande passava por causa da presença dos “mendigos” ou dos “pedintes” que ocupavam o espaço urbano da urbe. Não obstante, também cobrou providências das ‘autoridades’ no sentido de breçar o “mal” que paulatinamente assolava a cidade.

Era essencial que uma solução vingasse e que o espaço público da urbe deixasse de ser constantemente ocupado pelos migrantes despossuídos. Porém, uma possível solução para o “problema” nunca chegava, embora inúmeras ‘autoridades’ públicas e privadas dialogassem entre si para sanar a questão.

⁵⁵² MENDICÂNCIA CRESCE EM CAMPO GRANDE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 30 set. 1974.

Nesse sentido, o JCE chegou até a noticiar que a Secretaria de Promoção Social tinha explicitado que o “problema da mendicância” era de tal magnitude que não havia como findá-lo integralmente. Em resumo, esse “problema” era algo que tinha se tornado “insolúvel”.

O problema da migração (e dos migrantes) em Campo Grande é insolúvel, segundo fontes da Secretaria de Promoção Social, que se vê às voltas, a cada dia que passa, com um maior número de pessoas que chegam à cidade, sem ter ocupação nem teto onde morar.

[...] vários migrantes apareceram pelas ruas, encaminhados pelas autoridades sociais de São Paulo, que buscam, de qualquer forma, uma maneira de se ver livre de parte do mesmo problema, que também as afligem.

[...] cerca de dez migrantes, mulheres e crianças, se juntaram na esquina da Rua 14 de Julho com a Afonso Pena, nas proximidades de um ponto de táxi. Aliás crianças faziam suas necessidades fisiológicas, as mulheres (eram duas débeis mentais) expunham-se ante os olhares dos passantes, num espetáculo realmente deprimente. Pelas ruas, uma mãe ainda jovem caminhava com três filhos, esmolando a caridade pública: duas das crianças teriam pouco mais de dois anos e estavam completamente nuas.

O secretário da Promoção Miyahira Shiney, garante que não há solução, pelo menos de imediato para o problema, enquanto que uma de suas assistentes reclama da colaboração policial: “eles deveriam pegar esses migrantes que perambulam pela cidade e trazê-los até nós, para que pudéssemos tomar providências, não definitivas mas, pelo menos, paliativas”. A reclamação é que é humanamente impossível à Secretaria fiscalizar diariamente a cidade, por todos os recantos, à cata de mendigos e desabrigados. E a polícia explica: “se não temos gasolina nem para atender casos urgentes, que dirá para coletar os “mendigos” que nadam por aí”. É a dura verdade.⁵⁵³

O jogo de encaminhar responsabilidades que eram de uns para outros é nítido. Contudo, o mais importante aqui não é definir quem tinha que fazer isso ou aquilo, mas sim sinalizar que com essa ineficiência das ‘autoridades’ em realizar o trabalho de coleta de “mendigos” a cidade ficava cada vez mais desamparada e, por isso, viam-se as principais ruas e avenidas constantemente ocupadas por diversos sujeitos do “povo comum”, que continuavam sem ter assistência adequada.

Mesmo diante dessa “dura verdade” de privações, os “migrantes-mendigos” continuavam chegando, por vezes sozinhos, mas por vezes também com as suas famílias, tendo como objetivos fundamentais os de conseguir alimento, moradia e trabalho, assim como superar a situação de pobreza na qual a maior parte dos migrantes chegavam, a exemplo das famílias de Fernandes, de Lourenço e de Silva.

São outras três famílias, que chegaram a Campo Grande e não tem onde morar, estão sem recursos para comer, enfim, “na pior”. Com as malas e trastes, estão “morando” na Avenida Marechal Deodoro, quase defronte ao

⁵⁵³ MIGRANTES: UM PROBLEMA INSOLÚVEL. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 10, 31 out. 1974.

albergue noturno, debaixo de uma das já frondosas sibipirunas que enfeitam aquela via pública.

Francisco Fernandes, Sebastião Lourenço e Amadeu da Silva são os três chefes de família que explicam que vieram do Paraná, onde receberam passagens na Secretaria de Promoção Social. Primeiro foram para São Paulo (que os havia enviado antes para o Paraná) e de lá foram mandados para Campo Grande, “uma terra onde tem emprego que nem ladrão acaba”.

Chegaram a Campo Grande e constataram que emprego é o mais difícil: “as fazendas são longe e nós não temos como chegar para pedir emprego. Na Promoção Social de Campo Grande, sobrecarregada com tantos migrantes, nada conseguiram e estão ao léu.

Os moradores da área onde os migrantes estão “morando” reclamam: “eles não tem onde fazer suas necessidades e apelam no próprio local. Não há quem agüente o cheiro desagradável”.

Oito crianças, três homens e três mulheres. Felizmente pelo menos esses tem agasalhos e não estão passando frio, mesmo porque as noites tem sido quentes. [...] (No dia 5 de novembro de 1974), como esfriou mais um pouco, o jeito foi procurar se abrigar junto às paredes do albergue noturno. O problema continua.⁵⁵⁴

Fazer do espaço público um local de ‘práticas’ privadas, não ter alimentos e nem trabalho/emprego eram as características mais comuns entre os migrantes, conforme noticiou o JCE. A itinerância dos migrantes também teve destaque, até porque já tinham passado pelos Estados de São Paulo e do Paraná, sendo que vieram para Campo Grande em razão de que nessa cidade havia “emprego que nem ladrão acaba”.

E desse jeito – sem as mínimas condições materiais e em razão do tal do “emprego” – chegavam mais e mais migrantes ao Estado de Mato Grosso, em particular para Campo Grande, pois era uma cidade-pólo do sul de MT, de porte médio e, justamente por isso, constituiu-se como ponto quase que obrigatório de parada para os migrantes que vinham por meio da linha férrea da RFFS/A, que possibilitava ao viajante sair da cidade de São Paulo, por exemplo, e chegar a Campo Grande, ou por meio de transporte rodoviário, já que as empresas que transportavam passageiros também tinham pontos de parada na cidade de Campo Grande.

Em outra matéria, datada de março de 1975, o JCE destacou a chegada de outros migrantes em Campo Grande, agora provenientes do Estado de Minas Gerais.

Três famílias e uma viúva, num total de 14 pessoas, procedentes de Uberlândia, Minas Gerais, chegaram domingo a Campo Grande e, unicamente por falta total de recursos, foram obrigados a montar duas barracas à beira da Rodovia Br-262, nas proximidades do Frigorífico Bordon, onde estão residindo precariamente, expostos a toda sorte de necessidades. São mais de 14 migrantes que aqui chegam em busca da “Terra Prometida” e acabam chegando à conclusão que tudo que lhes foi dito anteriormente era irreal e que Mato Grosso não é aquilo que esperavam. Hoje estão todos passando fome e não sabem o que farão da vida.

⁵⁵⁴ OS MIGRANTES, AGORA, VIERAM DO PARANÁ. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 10, 7 nov. 1974.

Valdino Moreira, 32 anos, casado com Merciarina, tem um filho de apenas um ano de idade. Ele conta que saíram de Uberlândia com 500 cruzeiros e que durante a viagem que fizeram até Três Lagoas, todo dinheiro acabou. Foi naquela cidade matogrossense que conseguiram passagens, gratuitamente, para virem até Campo Grande, tentar algo melhor. Do grupo, fazem parte, ainda, Oripedes Julio da Silva, 29 anos e sua esposa com 25 anos mais dois filhos; Alípio da Silva, 25 anos, sua esposa Dorali, de 22 anos e mais dois filhos. Ainda resta a viúva Djanira Silva, de 57 anos de idade, mãe de Julio.

Suas informações pouco diferem daquelas dadas por outros migrantes que para cá vieram. A promessa de que em Mato Grosso conseguirão boas colocações, nas fazendas, animou a todos a empreender o que hoje chamam de aventura. Sem nada ter o que fazer, perambulam pela cidade em busca de alimentos para os familiares e pedem informações sobre empregos que não existem. O mais difícil é conseguir leite para um bebê de 9 meses.

Quando chove, todos se espremem debaixo de duas barracas precárias que foram montadas debaixo de uma árvore, à margem da rodovia. Para cozinhar alguma coisa, usam a suja água de represa junto ao frigorífico: a comida é feita em latas de cera. Suas roupas estão rasgadas e tão sujas como eles próprios.

“Os homens foram procurar a Promoção Social, mas nada receberam”, diz uma das esposas, assinalando que agora não sabem mais o que farão, mas que acreditam na bondade humana. Para eles, voltar a Minas de pouco adiantará; tudo que tinham em Uberlândia venderam e voltar, para recomeçar tudo novamente, será tão difícil quanto permanecer em Mato Grosso.

Sem perspectiva, aguardam que as autoridades possam fazer algo por eles.⁵⁵⁵

Esse relato ajuda a reiterar que o principal motivo da vinda de migrantes para o Estado de Mato Grosso era a possibilidade, mesmo que vaga, desse “povo comum” conseguir algum tipo de trabalho e, com isso, melhorar as condições materiais em que estavam que, em geral, não eram nada agradáveis. Entretanto, como bem destacou a matéria do JCE, essas pessoas não obtinham êxito nessa empreitada, fato que contribuía para o aumento do número de “mendigos” na cidade de Campo Grande.

As geadas no campo eram outro elemento que agravava ainda mais a “mendicância” urbana, tendo em vista que por causa da queda na produção agrícola, nesse caso a cafeeira, diminuía o número de pessoas ocupadas no trabalho rural e, de certa forma, o espaço da cidade era um lugar para onde vinham esses trabalhadores desempregados, já que permanecer na zona rural não era possível, uma vez que os mesmos não eram proprietários das terras em que labutavam.

A onda de desemprego deflagrada como principal efeito das geadas que assolaram Mato Grosso em suas zonas cafeeiras, já está tendo os primeiros reflexos negativos em Campo Grande onde a Secretaria de Promoção Social vive um verdadeiro drama para proporcionar o mínimo

⁵⁵⁵ MIGRANTES: A DOCE ILUSÃO DA “TERRA PROMETIDA”. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 5 mar. 1975.

atendimento às famílias de desempregados que procuram ajuda do poder público municipal.⁵⁵⁶

Para solucionar a questão do desemprego que acometia os trabalhadores rurais, que foi noticiada como “um verdadeiro drama” pelo qual passava a Secretaria de Promoção Social do Município de Campo Grande, o prefeito Levy Dias procurou

[...] manter um contato urgente com o governador Garcia Neto, a fim de solicitar-lhe ajuda financeira para custear, pelo menos em parte, as despesas decorrentes da intensa procura. Esclareceu o chefe do Executivo que anteriormente às geadas, uma média de 80 pessoas buscavam, diariamente, respaldo na Promoção Social e que agora esse número elevou-se assustadoramente para mais de 400: “e a municipalidade está tendo dificuldade em assistir esses desempregados e não se deve esquecer que a tendência é de aumento gradativo”, frisou Levy Dias.

A revelação do prefeito campograndense vem de encontro às afirmações dos produtores ao ministro Arnaldo Prieto, segundo as quais caso não sejam tomadas providências urgentes antes do final do mês de agosto próximo Mato Grosso estará com aproximadamente 44 mil desempregados. A maioria das famílias que procuram a Secretaria de Promoção Social é oriunda das zonas de Camapuã e Bandeirantes, as mais afetadas economicamente pelas geadas.⁵⁵⁷

A vinda de desempregados do campo para a cidade de Campo Grande sinaliza a existência de mais uma questão relevante para ser solucionada pela Secretaria de Promoção Social, qual seja, caso não conseguissem ocupação, o que era algo bem plausível, esses desempregados podiam ajudar grandemente a aumentar o número de “mendigos” e de “pedintes” que ocupavam o centro urbano e comercial da cidade.

Junto com esse contingente de trabalhadores rurais desempregados, em princípio de 80 ao dia, mas que chegou aos 400, estavam também outras “pessoas comuns”, só que provenientes de outros Estados do Brasil e também de países fronteiriços. Em setembro de 1975 o JCE noticiou que os “migrantes-mendigos”

[...] vem de todo lugar. De São Paulo, do Paraná, a maioria do Nordeste. Mas vem alguns até mesmo da Bolívia. Ficam todos espalhados, homens, mulheres e crianças; inválidos ou sãos, passam todo o dia mendigando, ora parado num ponto da rua, ora outro.

– A gente cansa de ficar num lugar só. Pega a muleta e muda um pouco. Se não, não dá. A gente fica enjoado. É a explicação de um dos vários inválidos da Rua 14 de Julho.

Outros, que não tem nenhum problema físico, pedem esmolas mais por necessidade. Precisam comer. Não encontram – ou não procuram? – trabalham e ficam vagando pelas principais ruas da cidade, solicitando ajuda do povo.

Uma outra parte dos mendigos é composta de bêbados. Desses que não trabalham nem mesmo se alguém oferecer serviço. Comem pouco e bebem muito mais. Toda a esmola é gasta em pequena quantidade de comida e mais de bebida alcoólica. Farrapos humanos, eles vagam pelas

⁵⁵⁶ DESEMPREGO JÁ TRAZ PROBLEMAS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 30 jul. 1975.

⁵⁵⁷ Ibidem.

ruas, à disputa da generosidade do campograndense ou dos visitantes. Estes, ninguém pode ajudar mais. Estão realmente acabados para a sociedade, para todo o mundo, para consigo próprios.⁵⁵⁸

Embora todas as “pessoas comuns” fossem nessa matéria denominadas pelo *Jornal Correio do Estado* de “migrantes-mendigos”, o JCE não deixou de apontar e delimitar a existência de alguns tipos de “mendigos”. Havia os que ficavam “todo o dia mendigando”, existia os que pediam “esmolas mais por necessidade”, mesmo não tendo limitações físicas que os impedissem de trabalhar. Havia também os “mendigos” embriagados, os “bêbados”.

Em resumo, esse “povo comum”, mas sobretudo os que eram ébrios, não tinham serventia social, pois estavam “realmente acabados para a sociedade, para todo o mundo, para consigo próprios.” Todavia, o JCE também mencionou representações contrárias, tendo em vista que foi noticiado no mesmo texto que a realidade dos “migrantes-mendigos” não era apenas feita somente de privações e de sofrimentos, pois havia “casos engraçados” nos quais estavam esses “migrantes-mendigos”.

Existem casos engraçados e até mesmo inesperados dentre os mendigos. É o caso de Cornélio Valente, (27 anos de idade,) de naturalidade paraguaia [...]:

– Eu vim para Campo Grande há uns seis meses. Viajei junto com a delegação de futebol do Cerro Portenho. Quem me trouxe foi a dona Maria Assunta. Eu moro com ela na Vila Cerradinho e gosto muito daqui.

Cornélio Valente, 27 anos de idade, natural do Paraguai, é cego. Toca flauta ou gaita e acompanha a sua “música” batendo com os pés na própria caixa de maçãs em que fica sentado.

É muito comum vê-lo na feira, tanto nas quartas-feiras à noite como nas quintas, pela manhã. E aos sábados e domingos. Na Feira Livre ele ganha um pouco mais. Muita gente passa e acaba se apiedando. E é assim que Cornélio vai vivendo.

Eles e outros mendigos mais. Ninguém os incomoda e a vida vai correndo.⁵⁵⁹

Mas o “problema da mendicância” não passava, ao contrário, permanecia, agigantando-se com o decorrer do tempo. Crescia com o próprio “progresso” da cidade, fato que demonstra, em grande proporção, o antagonismo existente entre os sujeitos históricos de uma mesma sociedade.

Se Campo Grande conseguiu alcançar em apenas 100 anos, o que Cuiabá não conseguiu em 260, ou seja, um índice de desenvolvimento dos mais animadores para qualquer cidadão, governo ou administradores, isso se deve principalmente à sua posição geográfica no contexto estadual.

Colocada em ponto privilegiado, acabou se transformando num autêntico pólo de desenvolvimento, irradiando numa imensa área sua influência como, principalmente, empório comercial. Mercê das necessidades cada vez mais urgentes de comunicações, foi a primeira cidade de Mato Grosso

⁵⁵⁸ MENDICÂNCIA: UM MAL QUE CRESCE DIA E NOITE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 6/7 set. 1975.

⁵⁵⁹ Ibidem.

a criar uma estação de televisão – a TV Morena – que, por sua vez, deu origem às duas outras existentes, a TV Cidade Branca, que beneficia Corumbá e a TV Centro América, que beneficia Cuiabá. Paralelamente, eram instalados novos canais da telex e vieram as microondas. Campo Grande beneficiou-se, primeiramente, em relação às demais cidades do Estado, inclusive a Capital, Cuiabá.

E justamente por ser um pólo de desenvolvimento, cresceu muito mais que as outras cidades e, hoje (mês de setembro de 1975), já tem feições de uma cidade grande. “Uma cidade pequena metida a besta e com complexo de São Paulo”, segundo definição da maioria.

A migração, em Campo Grande, é um problema relativamente velho. Inicialmente recebia paulistas, cariocas, mineiros e paranaenses, que para cá vinham se estabelecer, crescendo junto com a cidade.

Em 1970, entretanto, a migração mesclouse, tomando um aspecto diferente. Ao mesmo tempo que continuavam vindo levadas de pessoas interessadas em se radicar aqui, com suas famílias, vieram os nordestinos.⁵⁶⁰

Nesse escrito está outro exemplo de que alguns migrantes eram, segundo a representação elaborada pelo JCE, necessários para o Estado de Mato Grosso e para Campo Grande, pois “para cá vinham se estabelecer, crescendo junto com a cidade”, e outros definitivamente eram dispensáveis, nesse caso os sujeitos denominados de “nordestinos”.

Concomitantemente a isso, Campo Grande foi representada como uma cidade de fazer inveja às demais municipalidades, pois nela tudo acontecia em menor escala de tempo, embora fosse “cidade pequena” quando comparada com outras cidades, na verdade cidades do litoral brasileiro, ela – isto é, Campo Grande – tinha “complexo de São Paulo”, isso pelo fato de possuir modernizações técnicas em maior quantidade do que as demais localidades do Estado de Mato Grosso.

Além dessa configuração técnica, a posição geográfica foi explicitada como fundamental para que ela – a cidade de Campo Grande – se tornasse “empório comercial”, viesse a ter a primeira estação de televisão do Estado de MT, entre outras transformações cidadinas, que nesse caso também simbolizavam/materializavam a modernização da urbe, que foi pensada como “pólo de desenvolvimento” estadual.

Campo Grande era, nesse sentido, técnica e economicamente mais significativa do que Cuiabá, que à época era a capital política e administrativa do Estado de Mato Grosso. Portanto, pode-se afirmar que o próprio sistema capitalista que existia em Campo Grande era mais complexo e intenso do que o vigente em outras municipalidades estaduais.

Mas se por um lado a cidade tinha muito mais expressividade quantitativa e qualitativa – já que nela o moderno chegava antes – do que nas outras municipalidades de MT, por outro lado, o “problema” da migração não diferia. Nessa perspectiva, Campo Grande não prosperava, embora significasse local de prosperidade para os que a

⁵⁶⁰ MIGRAÇÃO E DESEMPREGO: UM PROBLEMA CAÓTICO PARA CAMPO GRANDE. *Jornal Correio do*

buscavam, já que o desenvolvimento, pensado aqui como fluxo migratório de pessoas com poucas condições materiais, foi representado pelo JCE como inadequado ao “progresso”.

Por isso é preciso afirmar, e esse não deixa de ser um dos ofícios do historiador, que a cidade de Campo Grande simbolizava prosperidade para aqueles migrantes despossuídos que a procuravam e, justamente por causa da territorialização desse mesmo espaço por tais migrantes, a mesma cidade passou a representar, se é que assim se pode chamar, um espaço no qual havia um desprogresso, tendo em vista que essa foi a representação elaborada pelas ‘autoridades’ urbano-citadinas sobre a presença de tais “migrantes-mendigos”.

Pessoas que no decorrer das décadas de 1960 e de 1970 continuaram a vir para Mato Grosso em busca de trabalho nas mais diversas áreas, em especial para labutar nos setores do comércio, da agricultura e da construção civil, porém o fluxo de pessoas que migravam era em maior quantidade do que o registrado em décadas anteriores a de 1950-1960, sendo que continuaram a vir depois da década de 1970, como bem demonstra o texto do geógrafo Sérgio Ricardo Martins⁵⁶¹. Ademais, muitos migrantes não possuíam qualificação adequada para outras atividades, senão as braçais.

Essa chegada de migrantes sem qualificação adequada ao Estado de Mato Grosso nem sempre era voluntária. Por vezes, os migrantes eram, segundo externou o JCE, induzidos por ‘autoridades’ de outras Unidades Federativas para que seguissem para a Região Centro-Oeste do Brasil em busca de uma condição de vida material mais sólida.

Em 1973, o então secretário de Promoção Social, César Macksoud, orientava uma intensa campanha visando à diminuição do fluxo migratório das populações do Nordeste. Cada nordestino com um bando de filhos, com poucas mudas de roupas, sem emprego, sem dinheiro e mal-alimentados. Acomodavam-se em veículos velhos encostados às ruas, debaixo ou simplesmente perambulavam e dormiam pelas ruas, eis que o único albergue sempre esteve, como ainda está, lotado.

À Secretaria de Promoção Social cabia arranjar passagens para os que desejavam ir para as áreas de agricultura, onde existia empregos, mas não na porção da migração. Em 1973, atingia a uma média de 20, o número de famílias que diariamente desembarcavam na estação da Noroeste do Brasil, com “passes” fornecidos pela secretaria de promoção de São Paulo, o que motivou, inclusive, audiências do então secretário Macksoud, e do então prefeito Mendes Canale com as autoridades paulistas. Não deram em nada os migrantes continuaram chegando.

Em princípios de 1974, com o plantio de quase 50 milhões de pés de café, abriram-se novas perspectivas e a grande maioria dos migrantes estava sendo enviadas para as zonas cafeículas, onde poderia e foi, em maior parte aproveitada. Paralelamente, ampliava-se a área agricultável da Grande Dourados, com a conseqüente criação de novos empregos. A

Estado, Campo Grande, p. 3, 19 set. 1975.

⁵⁶¹ MARTINS, Sérgio Ricardo O. *Migração em Campo Grande: a itinerância do subproletariado vista pelas instituições assistencialistas do Município*. 1991. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Curso de Graduação em Geografia, Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMT), Campo Grande, 1991.

situação chegou a estabilizar-se, principalmente porque aqueles que não arranjavam emprego ou dele não gostavam partiram para a construção dos casebres, que originaram as atuais favelas, um problema até agora insolúvel.⁵⁶²

Segundo foi noticiado pelo JCE, cada vez mais a situação do “fluxo migratório” piorava, até porque algumas municipalidades encaminhavam para Campo Grande os “mendigos” que não lhes eram convenientes. A cidade de Campo Grande chegou a receber “mais de 400 famílias” provenientes do campo em razão do desemprego gerado pelas geadas que ocorreram no sul do Estado de Mato Grosso.

Conforme o texto, Mato Grosso precisava sim de migrantes, entretanto, não na proporção em que estes chegavam ao sul de Mato Grosso, até porque os migrantes eram muito pobres. Essa pobreza explicitava-se por meio de uma alimentação inadequada, em razão das poucas vestimentas que tinham, através da falta de ocupação profissional e por meio do pouco dinheiro que possuíam.

Além disso, não se pode deixar de externar que esses migrantes, de fato, eram potenciais “mendigos” e que podiam perfeitamente ocupar o espaço urbano da cidade com o intuito de mendigar e de esmolar, e daí, possivelmente, a preocupação para com tais “pessoas comuns”, nesse caso uma preocupação que foi denominada de “tragédia migratória”.

Para completar a tragédia migratória, iniciada com a seca que assolara o Nordeste em 1971/72, que causou o fenômeno de migração em todo o País com maior intensidade, em julho (de 1975) [...] vieram as geadas, responsáveis pela queima de cerca de 90 por cento dos cafezais. Em decorrência, pelo menos 25 milhões de pés morreram, em definitivo, enquanto que os restantes 30 milhões estão em péssimo estado. Criou-se um vazio imenso no campo de trabalho e os cafeicultores não tiveram outra alternativa senão dispensar a maioria das 11 mil famílias que foram colocadas no setor, no decorrer (dos anos de 1973 e de 1974) [...]. E, mais uma vez, as autoridades assistenciais de Campo Grande viram-se em apuros, a ponto de atender, em média, 80 famílias desempregadas num só dia, representando mais de 400 pessoas. A verba de aproximadamente um milhão e meio de cruzeiros colocada à disposição da Secretaria, para atendimentos normais, já se encontra “estourada”. Apелou-se para o governo estadual e este prometeu, mas ainda não mandou, uma ajuda de 300 mil cruzeiros, pelo que o prefeito Levy Dias teve que providenciar uma suplementação dos recursos da secretaria praticamente falida. E agora, foi apelar ao ministro Rangel Reis, para conceder três milhões de cruzeiros para ajudar a municipalidade a enfrentar o problema criado com a geada e incrementado pela intensa, ainda, seca que assola todo o Sul do Estado. E Campo Grande, que tem o privilégio de ser pólo de desenvolvimento de toda uma imensa região – até a grande Dourados a ela recorre – passa agora a ter o privilégio único de ter que arcar com todas as despesas geradas pelas dispensas dos trabalhadores em todos os

⁵⁶² MIGRAÇÃO E DESEMPREGO: UM PROBLEMA CAÓTICO PARA CAMPO GRANDE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 3, 19 set. 1975.

setores agrícolas, principal e destacadamente no campo da cafeicultura. E o problema, só tende a aumentar.⁵⁶³

A redação do texto jornalístico expõe com grande propriedade as contradições do desenvolvimento, nesse caso até evolução, material da sociedade. A Campo Grande entendida como “pólo de desenvolvimento” passou a ser polarizada, isso na representação do JCE, também pelo oposto ao “progresso”.

O “privilégio” tornou-se, então, antagônico. Isso porque o “privilégio” de avançar materialmente em relação aos outros municípios era um avanço restrito, já que era localizado e setorizado, pois dependia não necessariamente da cidade e sim das demais municipalidades. Caso não fossem bem nas atividades econômicas, Campo Grande também arcava com essa situação, pois tinha que receber os tais dos “desempregados”.

Na verdade, “pessoas comuns”, ou seja, sujeitos que foram pensadas como constituidoras de um “pólo de (não)desenvolvimento”. Em outras palavras, a presença de migrantes desempregados na cidade foi vista como um (des)”privilégio” para Campo Grande, já que recebia gente de todos os lugares e tinha “que arcar com todas as despesas”, e em nada tendo benefício com tal ação, que segundo o JCE tendia “a aumentar”, pois cada vez chegava mais pessoal, “sempre sujos”. Aumento esse que significava, inevitavelmente, o crescimento de outro “problema”, qual seja, o da “mendicância”.

Ainda em setembro de 1975 o JCE noticiou que os “migrantes-mendigos”

[...] chegam sempre sujos, esfarrapados, carregando a inconfundível trouxa de roupa na cabeça. Falam, geralmente muito e carregam crianças de colo até 14, 16 anos.

Vem de longe, procuram o primeiro local para ficar, e estacionam. Ficam ali dias e dias [...] pela Avenida Mato Grosso [...] alguns dos nossos atuais mendigos.

Sentados, escolhiam “quem sairia com quem”. Uma criança de poucos anos está no colo da mãe. As outras, cercam a árvore com olhares tristes e curiosos. Depois, os maiores dirigem-se até as portas de alguns estabelecimentos comerciais, estendendo as mãos. Algumas pessoas dão, outras, olham e sentem raiva de uma mulher que explora a mendicância, valendo-se de uma criança. As horas passam e ninguém as incomoda.

Meio-dia, todos voltam a se reunir; repartem a fêria do dia, cigarros, um pacote de bolacha. Uma mulher manda uma das crianças buscar uma garrafa de guaraná. E elas bebem, tranqüilas.

Os repórteres tentam se aproximar, mas são logo xingados e amaldiçoados. Na verdade, é difícil aproximar-se dali. As crianças nuas, inocentemente riem para aqueles que passam. Chegam até acenar as mãos. De repente, chega uma mulher e rapidamente carrega consigo a filha de colo, como se estivesse fugindo a alguma coisa.

De onde vem? Para onde vão? – A resposta, só mesmo da boca de cada um deles. A grande verdade é que eles passam os dias, sempre

⁵⁶³ MIGRAÇÃO E DESEMPREGO..., op. cit., 1975.

imaginando uma época melhor, de mais compreensão, de mais calor humano. Enquanto isso... sofrem. Mas vão vivendo.⁵⁶⁴

A “época melhor” era, com grande possibilidade de acerto, o maior objetivo dos ‘trabalhadores migrantes’ que aportavam em Campo Grande, seja para buscar trabalho/emprego na zona rural e/ou na urbana. Contudo, é pertinente explicitar que a matéria que foi publicada no JCE não deixa de ser uma forma pública de denunciar a ocupação de alguns espaços públicos por esses ‘trabalhadores migrantes’, que foram denominados de “mendigos”.

Ao fazer isso o JCE, além de afirmar que o “povo comum” esperava pela tal da “época melhor”, relata também, mas de forma bem mais implícita, que esperava igualmente uma “época melhor” para a cidade de Campo Grande, já que não havia essa “época melhor” porque migrantes de outros Estados do Brasil, sobretudo das Regiões Sudeste e Nordeste, eram influenciados por suas ‘autoridades’ para que viessem ao Estado de Mato Grosso, pois nele havia muitas possibilidades de se melhorar de vida, sobretudo no aspecto material.

Essa “época melhor” era, segundo o Jornal Correio do Estado, uma idéia propagada pelas ‘autoridades’ do Estado de São Paulo a respeito da realidade que existia em Campo Grande. Em fevereiro de 1976 foi noticiado que as

[...] vítimas da seca que assolaram a Região Nordeste do País e o Norte de Minas, já começam a chegar a Campo Grande, após transitarem por outros estados e pela capital paulista, onde receberam passagens de trem para virem para Mato Grosso “onde tem muita terra, muita lavoura, e muito trabalho” segundo assistentes sociais do governo de São Paulo. Os flagelados estão se espalhando pela cidade desde sábado mas ontem (dia 8 de fevereiro de 1976) notou-se dificuldades em encontrá-los. Uns raros foram para o albergue enquanto que os outros simplesmente desapareceram, havendo, entretanto, uma explicação para isso. Segundo um “expert”, geralmente aos domingos os fazendeiros e lavradores percorrem Campo Grande em busca de mão-de-obra, principalmente nesta época de colheita de arroz. Uma boa parte deve ter sido levada às fazendas para trabalhar.⁵⁶⁵

O relato publicado pelo JCE indica que Campo Grande era o ponto-chave para que os migrantes pudessem melhorar de vida e, além disso, sinaliza também que era no espaço urbano que se dava a contratação desses trabalhadores, que geralmente iam para a zona rural realizar atividades braçais. Isso ocorrendo, não havia quase que nenhum inconveniente à cidade, entretanto, se os “flagelados” permanecessem na cidade havia sim muitos incômodos, sobretudo porque esmolavam e mendigavam para poder suprir minimamente as necessidades básicas, em especial a de alimentos.

⁵⁶⁴ SOB AS ÁRVORES, OS MENDIGOS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 8, 19 set. 1975.

⁵⁶⁵ AS VÍTIMAS DA SECA CHEGAM A CAMPO GRANDE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 9 fev. 1976.

Tanto isso procede que o JCE também noticiou, mas agora com o intuito de denunciar publicamente a questão da “mendicância”, que a cidade de Campo Grande estava sendo “invadida”, e seria ainda mais, caso nada fosse feito, “por uma imensa leva de imigrantes famintos, em busca de vida melhor”.

[...] (No dia 8 de fevereiro de 1976), no Rio de Janeiro, informava-se que quatro ônibus haviam deixado Irecê, no sertão baiano, cidade onde a seca foi das mais violentas, rumo a Goiânia, trazendo quase uma centena de vítimas de flagelados. Os ônibus entrariam em território matogrossense possivelmente hoje (dia 9 de fevereiro de 1976) até atingir Camapuã, pois todos os transportados teriam emprego garantido por duas grandes agropecuárias da região.

Nos próximos dias, acredita-se que Campo Grande seja “invadida” por uma imensa leva de imigrantes famintos, em busca de vida melhor. A propósito dessa migração, o prefeito Levy Dias deverá manter contato com o ministro Arnaldo Prieto, do Trabalho, mais uma vez pedindo recursos para fazer frente ao processo migratório. [...] (Em 1975), a Prefeitura gastou cerca de dois milhões de cruzeiros com os migrantes.⁵⁶⁶

A situação do processo migratório de trabalhadores era, como evidencia o texto publicado pelo JCE, não apenas uma ação dos trabalhadores rumo ao Estado de Mato Grosso, mas também uma ação praticada pelos empregadores, nesse caso rurais, que necessitavam de mão-de-obra, algo que nem sempre havia em determinadas localidades do interior de MT. Todavia, essa realidade ajuda sobremaneira a pensar outras questões, em especial a respeito das formas de labor existentes e da constituição do chamado “problema da mendicância” na cidade de Campo Grande.

Sobre as formas de labor é adequado considerar que as atividades rurais eram temporárias e não permanentes, logo, quando terminava o período de determinada cultura agrícola, os trabalhadores eram dispensados e, em razão disso, geralmente tinham que procurar outro lugar para residir, que na maior parte das vezes era o ambiente da cidade, mesmo que o trabalhador não tivesse como se manter nesse espaço.

Certamente uma parte dos trabalhadores retornava para o campo, afim de realizar outros trabalhos temporários, cuja remuneração era baixa e os riscos de acidente eram elevados. Outra parte ficava na zona urbana, porém sem auferir, na maioria dos casos, rendimentos financeiros através do trabalho/emprego e, justamente por isso, aumentavam o tal do “problema da mendicância” cidadina.

Nessa perspectiva, o que a Prefeitura Municipal de Campo Grande “gastou” não com a Secretaria de Promoção Social não deve ser pensado apenas como um gasto para com os “mendigos”, mas sim um gasto para com a própria elite, que intentava cada vez mais consolidar a modernidade urbano-citadina na parte central da cidade de Campo Grande.

⁵⁶⁶ AS VÍTIMAS DA SECA CHEGAM A CAMPO GRANDE. Op. cit., 1976.

Mesmo assim, o que a Prefeitura Municipal de Campo Grande “gastou” não conseguiu livrar totalmente o espaço urbano e comercial da cidade de pessoas e de algumas de suas práticas que eram vistas como constrangedoras ao povo “campograndense”.

A matéria intitulada Mendicância impera em Campo Grande, de maio de 1976, denunciou a utilização de uma ferida existente na perna de uma mulher para que com isso ela mesma conseguisse “esmolas” para sustentar uma criança e a si própria.

Para alguns indivíduos – homens e mulheres – que vindos de outras partes aportam em Campo Grande, uma chaga na perna se transforma em “ganha pão”, um bom motivo para passar por doente e como doente explorar a caridade pública. Na tarde (do dia 27 de maio de 1976) [...], o campograndense, já acostumado a esse tipo de exploração, perdeu a paciência e revoltou-se diante de um quadro constrangedor oferecido por uma mulher que, postada na calçada, em plena Rua 14 de Julho, entre Dom Aquino e Barão do Rio Branco, pedia esmolas expondo uma asquerosa ferida em uma das pernas, e tendo ao colo uma criança de 7 ou 8 meses. Diz-nos a experiência buscada no dia a dia da cidade que muitos pedintes usam crianças para mover no passante o sentimento da caridade. E a tal mulher usa a chaga e a criança. A criança, deitada no colo da mãe, tinha a cabecinha quase encostada na ferida coberta de moscas exalando, mau cheiro, o que atraía um enxame de moscas que a mulher procurava enxotar com um lenço imundo. Pessoas entendidas afirmavam que a cura da ferida seria fácil caso a portadora quisesse curar-se. Mas acabar com a ferida é também acabar com a mamata, no caso as esmolas que o povo lhe atira sempre que [...] pedindo implora em nome de Deus. Casos como esse deveriam ser considerados pela Secretaria de Promoção Social. Recolher a mulher a um hospital para tratamento seria também uma forma de caridade.⁵⁶⁷

Outra vez fica evidente que a ação humanitária não se restringia somente ao sujeito que devia ser ajudado, mas que era também uma ação em prol do espaço urbano, pois ao curar a ferida da mulher, eliminava-se igualmente a possibilidade dela esmolar e, dessa forma, impedia-se que ela continuasse a “denegrir” a imagem de Campo Grande frente aos sujeitos que no local residiam ou frente aos sujeitos que visitavam a parte urbana e comercial da cidade.

Era preciso, portanto, que algo fosse feito, mas isso as ‘autoridades’ não faziam a contento para solucionar o que foi denominado de “problema migratório”⁵⁶⁸, uma vez que dia

⁵⁶⁷ MENDICÂNCIA IMPERA EM CAMPO GRANDE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 28 maio 1976.

⁵⁶⁸ Em matéria publicada no dia 4 de outubro de 1976 o *Jornal Correio do Estado* explicitou o pensamento de algumas ‘autoridades’ sobre as migrações internas no Brasil, afirmando que para que mudar “[...] o quadro atual das migrações internas é difícil, porque o governo federal está mais preocupado com os centros urbanos, desconhecendo as raízes do fenômeno”. Este é o pensamento de alguns técnicos do Ministério do Interior e da Secretaria do Planejamento, ao considerarem, por falta de uma decisão oficial, que o documento “Política de Migrações Internas”, elaborado em 1975 pela Comissão Executiva da Pesquisa de Migrações Internas – CENMIG – não surtiu até o momento nenhuma consequência prática. Só a institucionalização dessa política – acreditam os técnicos – definirá os programas concretos que darão ao governo condições de intervir nas determinantes do fenômeno migratório. Como as migrações são ocasionadas pela distribuição desigual das atividades econômicas, em regiões, setores e grupos sociais, e por mudanças ocorridas na estrutura e

após dia outros migrantes chegavam em Campo Grande. Em matéria publicada no dia 9 de janeiro de 1978 o Jornal Correio do Estado afirmou que desde

[...] o ano de 1.970 a cidade de Campo Grande transformou-se em um “pólo de atração” para as pessoas, principalmente da zona rural, que visavam a cidade como um modo de vencer na vida, pois acreditavam que aqui conseguiriam trabalho fácil, principalmente por ser uma cidade cujo desenvolvimento era cada vez maior. De “pólo de atração”, Campo Grande transformou-se mesmo num “Eldorado” e atualmente (mês de janeiro de 1978) a migração é uma das preocupações da Secretaria de Promoção Social que como medida para minorar o problema, está ampliando o Albergue Noturno, além de reformá-lo.⁵⁶⁹

Não se pode negar que a Secretaria de Promoção Social do Município de Campo Grande empreendia variadas ações com o objetivo de resolver as necessidades, na verdade, carências mais urgentes com as quais os migrantes deparavam-se, tais como: falta de alimentos, inexistência de local para dormir e não obtenção imediata de trabalho/emprego.

Ao sanar parte das carências do “povo comum”, que são necessidades que não foram satisfeitas⁵⁷⁰, isso também não se pode deixar de externar, o referido órgão público municipal resolvia ou, no mínimo, viabilizava uma outra estrutura para o espaço urbano da cidade de Campo Grande, isso porque ao materializar tais objetivos a SPS acabava por restringir a presença dos “mendigos” a determinado espaço, direcionando-os então muito mais para o espaço privado do que para o espaço público. Nesse caso, pode-se afirmar que a SPS impedia que os “mendigos” ocupassem o espaço público, pois encaminhava-os ao espaço privado, local onde não eram vistos pela ‘população’.

Nessa mesma matéria o JCE mencionou qual era o entendimento do então secretário municipal da Secretaria de Promoção Social do Município de Campo Grande, o sr. Chafic João Thomaz, a respeito da migração e do tipo de sujeitos que a praticavam. O secretário afirmou que

[...] a migração (era um) [...] “problema nacional” e de difícil solução, mesmo porque o migrante vem atraído por promessas e quando se deparam com as dificuldades, principalmente para arrumar uma colocação remunerada, acaba se marginalizando. É um fato comprovado e ninguém desconhece, mesmo porque as ruas estão cada vez mais povoadas por estas pessoas que geralmente são famílias compostas sempre por um número elevado de filhos.

distribuição espacial da produção, uma atuação mais eficaz sobre o problema migratório somente será conseguida através de uma articulação direta entre o planejamento da distribuição espacial das atividades econômicas e o da população.” (É DIFÍCIL CONTROLAR CORRENTES MIGRATÓRIAS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 11, 4 out. 1976).

⁵⁶⁹ CAMPO GRANDE: “PÓLO DE ATRAÇÃO” PARA O MIGRANTE BRASILEIRO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 5, 9 jan. 1978.

⁵⁷⁰ DURHAM, Eunice Ribeiro. Movimentos sociais: a construção da cidadania. In: *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 10, out. 1984, p. 27-28.

Chafic diz que geralmente não possuem uma capacitação profissional determinada, pois são homens do campo, trabalhador braçal, na maioria das vezes. Na cidade grande, os problemas enfrentados por eles são muitos. Habitação, alimentação e o próprio serviço. Aquele que consegue um trabalho logo que chega à cidade, sofre também estas dificuldades, uma vez que são obrigados a alugar casas, e pelo baixo poder aquisitivo, as conseguem em bairros muitos distantes. Com isso aparece o problema da locomoção e, assim, aos poucos, o migrante acaba sofrendo na própria carne o resultado dos seus sonhos.⁵⁷¹

O diagnóstico publicado pelo Jornal Correio do Estado, feito com base nas informações fornecidas pelo então secretário da SPS, o sr. Thomaz, indica que a vinda dos migrantes calcava-se em um objetivo central, qual seja, o da obtenção de trabalho. Esse objetivo, por outro lado, indica que a situação sócio-econômica nacional, em especial a dos anos pós-1964, em particular a existente entre os anos de 1969-1973, tal como vários escritos já demonstraram⁵⁷², não era estável para grande parte da sociedade brasileira.

Enquanto a maioria dos trabalhadores assalariados do Brasil recebia salários inadequados⁵⁷³, outra parte do “povo comum”, nesse caso os ‘trabalhadores migrantes’, também passaram por inúmeras outras situações de privação. É bem possível que a falta de trabalho e de melhores perspectivas de vida nos locais em que residiam seja a principal causa para que essas pessoas migrassem para o Estado de Mato Grosso.

Portanto, a migração era em busca de trabalho para que o “povo comum” pudesse manter-se vivo e não pelo simples prazer de viajar. Essa situação sinaliza até certo ponto o descontentamento desses ‘trabalhadores migrantes’ frente a realidade dos locais que habitavam, possivelmente no sentido econômico.

Essa configuração que externa “males sociais e econômicos” foi construída por sujeitos históricos e, justamente por isso, não deixa em momento algum de explicitar tensões, ser produtora de conflitos e geradora de antagonismos dos mais diversos. Cristovam Buarque, no livro intitulado *O colapso da modernidade brasileira e uma proposta alternativa*, externou com grande competência a razão de tamanha desigualdade social e econômica, qual seja, a política imposta pela elite ao restante da sociedade brasileira, em especial no período da Ditadura Militar, mas sobretudo na década de 1970.

Segundo Buarque, a elite brasileira

[...] esquece, ou faz de conta que esquece, que os males sociais e econômicos estão vinculados ao tipo de modernização que foi seguido. Não considera que não há como democratizar mantendo o atual nível de

⁵⁷¹ CAMPO GRANDE: “PÓLO DE ATRAÇÃO” PARA O MIGRANTE BRASILEIRO. Op. cit., 1978.

⁵⁷² DAVIS, Shelton H. *Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978; SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁵⁷³ CAMARGO, Cândido et alli. *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo: Loyola, 1976, p. 45.

privilégios e de concentração da renda e do consumo, conquistado graças a uma ditadura de vinte anos.⁵⁷⁴

Na seqüência da matéria, consta também que o secretário mencionou que a cidade de Campo Grande era

[...] um ponto de convergência obrigatório. Isto é, fica situado num local onde as pessoas que vêm de alguns lugares, são obrigadas a passar pela cidade. Na passagem muitas dessas pessoas, que já estão em caráter migratório, acabam ficando e aí surge o migrado totalmente desamparado e que é, na maioria das vezes, obrigado a dormir pelas calçadas. Mesmo com um movimento acentuado de migrantes que chegam a Campo Grande, Chafic João Thomaz diz que isso não representa um índice assustador, mesmo porque isso sempre se verificou, principalmente a partir de 1.970. O secretário, porém, acredita que à medida que os dias forem passando, o número de migrantes em Campo Grande aumentará, principalmente agora na condição de Capital do novo Estado. A medida que está sendo tomada por parte daquela Secretaria, é ampliação e reforma do Albergue Noturno, onde o migrante poderá passar até mesmo três dias onde possa abrigar-se enquanto procura alguma colocação. A Secretaria também está disposta em ajudar, quando for necessário, com alguma colocação, mesmo em fazenda, para estas pessoas. “É uma medida que tomamos para pelo menos minorar este problema”, frisou aquele secretário.⁵⁷⁵

Com base nas afirmações concedidas pelo secretário de Promoção Social ao JCE, a referida Secretaria de Promoção Social podia fazer duas coisas pelos ‘trabalhadores migrantes’: oferecer local para que dormissem e trabalho. Mas essa ação não precisa ser pensada somente como restrita ao mundo da moradia, mesmo que temporária, e ao mundo do trabalho, que foi denominado como “ocupação”.

Uma análise mais pormenorizada e que por isso mesmo busca compreender os nexos constitutivos da realidade social e historicamente construída tangencia o descortinamento de outras formas de explicar que essa ação (moradia e trabalho) era muito mais no sentido de afastar as “pessoas comuns” do centro urbano e comercial da cidade e de restringí-las ao espaço privado, que nesse caso era o do “Albergue Noturno” ou a algum lugar que oferecesse trabalho, que também não deixa de ser um espaço privado.

De fato, o que as ‘autoridades’ faziam era apenas “minorar” este “problema”. Minoração que atendia muito mais aos anseios das próprias ‘autoridades’ e da ‘população’ de Campo Grande do que dos “migrantes-mendigos”. Tanto isso é plausível que foi fundamental que as ‘autoridades’ públicas viessem a “planejar” e a “controlar” o fluxo migratório, no sentido de restringir a chegada e a permanência de tais sujeitos na cidade e no Estado de Mato Grosso do Sul, cuja capital era Campo Grande.

⁵⁷⁴ BUARQUE, Cristovam. *O colapso da modernidade brasileira e uma proposta alternativa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 62.

⁵⁷⁵ CAMPO GRANDE: “PÓLO DE ATRAÇÃO” PARA O MIGRANTE BRASILEIRO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 5, 9 jan. 1978.

A falta de um setor que controle a migração em ritmo sempre crescente no Estado do Mato Grosso do Sul, é um fator que resultará em problemas sociais e econômicos, cada vez mais graves e que terão que ser resolvidos a curto prazo pela administração da mais nova unidade da Federação, que ainda não dispõe de infra-estrutura que permita uma ação mais efetiva.

Segundo informou [...] (no dia 25 de janeiro de 1978) a secretária da Coordenadoria de Estágios da Faculdade de Serviço Social da Fucmt, Iraci Vilela Pereira, o número de migrantes vindos de outros estados particularmente da região do Nordeste do País, está na média de 30 a 40 por dia.

Por outro lado, em Campo Grande, Capital do Mato Grosso do Sul, ainda não foi instalado um setor que planeje e controle a corrente migratória no Estado, problema também de outras unidades da Federação: disse ainda aquela secretária, que a Promoção Social na cidade, somente registra os casos de migrantes que se dirigem até aquele setor da Prefeitura.

A nível municipal, informou o secretário Chafic João Thomaz, da Promoção Social, o problema já é bastante difícil quando não impossível de ser resolvido na maioria das vezes. Imagine-se como será a nível estadual. Frisou o titular da SPS, que atualmente no Brasil se registra em toda parte a vinda do homem do campo para viver na cidade, a situação futura referente ao grande número de migrantes que se dirigem para o Mato Grosso do Sul, só tende a se agravar.⁵⁷⁶

Nesse escrito está presente outra contradição sobre a questão migratória. Isso porque em 9 de janeiro de 1978 o secretário municipal da Secretaria de Promoção Social do Município de Campo Grande, o sr. Chafic João Thomaz, afirmou que o fluxo migratório “[...] não representa um índice assustador, mesmo porque isso sempre se verificou, principalmente a partir de 1.970.”⁵⁷⁷ Contudo, no final do mês de janeiro de 1978 o sr. Thomaz fez outra declaração a respeito da migração, porém, muito distinta da anterior: “[...] o problema já é bastante difícil quando não impossível de ser resolvido na maioria das vezes. Imagine-se como será a nível estadual.”⁵⁷⁸

É prudente pontuar que em razão da afirmação publicada no JCE ser uma transcrição não-litera da fala do secretário isso acarreta grandes indagações sobre o conteúdo propriamente dito do texto, entretanto, independente do que se pode denominar de contradição de falas ou de questão semântica, existe ao menos um elemento que é fixo nas duas falas, qual seja, o da migração.

Só por isso, o texto já possui significativo relevo para ser analisado, no sentido de que por meio dele seja possível melhor compreender como ocorreu a formação de conflitos e de contradições entre os sujeitos históricos em questão. Os migrantes que foram pensados como constituidores do “problema”, servem de exemplo e, nessa medida, ilustram como as demais “pessoas comuns” eram compreendidas pelas ‘autoridades’, isto é, como

⁵⁷⁶ MIGRAÇÃO: FUTUROS PROBLEMAS SOCIAIS E ECONÔMICOS PARA MS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 9, 26 jan. 1978.

⁵⁷⁷ CAMPO GRANDE: “PÓLO DE ATRAÇÃO” PARA O MIGRANTE BRASILEIRO. Op. cit., 1978.

⁵⁷⁸ MIGRAÇÃO: FUTUROS PROBLEMAS SOCIAIS E ECONÔMICOS PARA MS. Op. cit., 1978.

“problema” que devia ser o quanto mais rápido possível sanado, afim de que a imagem da cidade de Campo Grande não ficasse ainda mais denegrida por tais sujeitos.

Mais especificamente, uma parte desse “problema” era constituído de famílias de pessoal “nordestino”.

Em se tratando do caso do migrante vindo do Norte do País, ele sempre traz em sua companhia, uma família que normalmente têm sempre, no mínimo, cinco membros. Chegando em Campo Grande, só têm direito de pouso no Albergue Noturno apenas três dias consecutivos e se nesse período não provar que está procurando emprego, a sua situação e dos demais começa a se complicar, pois a partir daí, ela já não têm onde se abrigar.

Neste caso, o migrante é classificado no esquema de trabalho da Secretaria de Promoção Social, com o problema a nível de orientação, pois aí, ele têm necessidade urgente de ser encaminhado a um emprego, para dar o necessário amparo à sua família. Esta situação, no entanto, não é resolvida de imediato, mesmo existindo pedidos de fazendeiros, solicitando a SPS em Campo Grande para lhes encaminharem trabalhadores para agricultura: a preferência é para os que saibam operar máquinas, como tratores, colhedeiças, no que é totalmente despreparado o nordestino.⁵⁷⁹

A representação feita pelo JCE e inclusive pelas ‘autoridades’ consultadas pelo Jornal indica explicitamente que os migrantes eram pouco estruturados frente as situações existentes no espaço urbano de Campo Grande, pois não tinham dinheiro suficiente, não possuíam parentes que pudessem auxiliá-los, tinham numerosa prole, não eram qualificados para atividades de trabalho que não fossem braçais e também não tinham moradia, além de não terem condições para retornar às suas terras natais.

Esse conjunto de fatores, na maior parte das vezes representados pelas ‘autoridades’ públicas e privadas como demeritivo, foi mencionado como um entrave para que esse “povo comum” obtivesse êxito e também para que contribuísse com o “progresso” citadino. Diante dessa realidade, qual seja, a de que a maior parte dos migrantes não tinham qualificação adequada, sobretudo porque não sabiam sequer operar os maquinários agrícolas, o que lhes restava era oferecer apenas a força de trabalho originária do próprio corpo, que devia ser, tal como escreveu Christophe Dejours⁵⁸⁰, um “corpo que trabalha”, um “corpo produtivo” e, jamais, um corpo malsão. Só que nem sempre bastava aos fazendeiros apenas esse “corpo produtivo” que os ‘trabalhadores migrantes’ podiam oferecer.

Não conseguindo trabalho braçal com facilidade numa fazenda qualquer, como ele esperava, o migrante passa então a procurar auxílio na Secretaria de Promoção Social para se dirigir a outras cidades. Essa viagem ele faz com passagens fornecidas pela SPS. Assim, ele juntamente com a sua família, começa a transitar por todo o Estado, e não conseguindo se empregar para o trabalho no campo, retorna novamente a

⁵⁷⁹ MIGRAÇÃO: FUTUROS PROBLEMAS SOCIAIS E ECONÔMICOS PARA MS. Op. cit., 1978.

⁵⁸⁰ DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. 4. ed. São Paulo: Cortez/Oboré, 1991, p. 32-33.

Campo Grande, onde então já foi fichado uma vez, mas agora ele se tornou o “migrante turista”, considerado um caso perdido pela SPS: só lhe resta, então, partir para a mendicância.

Assim o migrante é dificilmente auxiliado mais vezes pela Secretaria de Promoção Social. Não conseguindo emprego no campo, o que era sua grande aspiração quando ele se dirigiu para o Estado de Mato Grosso, onde ouviu falar que havia muito trabalho na agricultura, sua situação se torna então desesperadora. O que lhe resta, nessas alturas, é tentar sobreviver na cidade onde, também, não lhe sobra lugar no mercado de trabalho. Aí, ele já aprendeu a esperar auxílio da Secretaria de Promoção Social que dificilmente virá.⁵⁸¹

Essa narrativa do itinerário de uma parte dos migrantes que chegavam em Campo Grande corrobora para explicitar ainda mais os antagonismos socialmente construídos pelos sujeitos históricos, uma vez que o mesmo “progresso” que fazia a economia estadual crescer era, também, o principal fator na geração do que pode ser chamado de miséria urbana, pois quando a economia não absorvia a mão-de-obra proveniente da migração, esta última tornava-se constituidora da “mendicância”, que, por sua vez, foi alardeada como um fator que depreciava sobremaneira o ambiente citadino.

Além dessa realidade vivida pelos ‘trabalhadores migrantes’, que era de itinerância e, por vezes, de não obtenção de trabalho no campo, existia também a migração que se dava em razão das chuvas que inundavam sazonalmente algumas partes do Pantanal, região com extensa criação de bovinos. De todo jeito, tanto a migração de pessoas de outras Unidades Federativas do Brasil para Campo Grande como a migração de sujeitos do próprio Estado para Campo Grande contribuíram grandemente, no entender do JCE, para o aumento do número de “pedintes” nas principais vias públicas do centro comercial da cidade.

Durante a época na qual se registrou a cheia do Pantanal Matogrossense, no ano de 1977, em Campo Grande foi notado o sensível aumento de pedintes nas ruas, principalmente nas artérias centrais. Isto ocorreu porque as fazendas localizadas naquela área, ainda empregam grande número de pessoas para os trabalhos no campo.

Na época das cheias dos rios que inundam a região e diminuem as atividades agropecuárias, e grande quantidade de pessoas desempregadas vindos particularmente do Nordeste brasileiro e que estavam no Pantanal há alguns meses, se dirigem para Campo Grande. Neste período, segundo informações prestadas pela diretora do Albergue Noturno, Maria Lopes Bacha, as pessoas que vem do Pantanal para procurar abrigo para dormir, chegam em 100 por noite.⁵⁸²

A externalização dessa realidade torna possível pensar que o espaço rural contribuía não apenas materialmente para constituir parte do espaço urbano, já que os rendimentos obtidos com a venda de produtos rurais eram, por vezes, aplicados na cidade. O espaço

⁵⁸¹ MIGRAÇÃO: FUTUROS PROBLEMAS SOCIAIS E ECONÔMICOS PARA MS. Op. cit., 1978.

⁵⁸² Ibidem.

rural contribuía significativamente para constituir a parte humana da cidade e também para abalar a imagem de modernidade citadina, pois do campo vinham muitos sujeitos pobres, alguns chegando nela pela primeira vez, entretanto, outros apenas retornavam à cidade, agora na condição de desempregados.

O trabalhador Hemenegildo Lopes Santa de Lima, solteiro, 38 anos de idade, era um desses desempregados. Lima saiu de Corumbá, municipalidade fronteiriça com a Bolívia, e veio para a cidade de Campo Grande, já que não tinha mais como permanecer no campo. Não havia o que fazer por lá. Trabalho já não havia mais. Desemprego ocorrido em razão da inundação de parte da propriedade em que trabalhava.

Ele chegou a Campo Grande [...] vindo de Corumbá, onde trabalhava na Fazenda Santa Lúcia. Atualmente está no Albergue Noturno, pois ficou desempregado com a redução das atividades nas fazendas. Como ele, outros desempregados estão se preparando para vir para Campo Grande. E o ciclo nunca termina.⁵⁸³

Esse “ciclo” que “nunca termina” tendia paulatinamente a avolumar-se, pois além dos sujeitos que migravam pelo fato de terem perdido o trabalho no campo, havia os que migravam para a Região Centro-Oeste em razão dela ser pensada como uma “terra prometida”, situação essa que funcionava como um chamariz para os ‘trabalhadores migrantes’.

Entretanto, isso não agradava em nada as ‘autoridades’ governamentais, sobretudo as assistenciais, pois sobre elas recaía a missão de solucionar os “problemas” que diziam ser criados pelos migrantes que ficavam no espaço urbano. No sentido de proporcionar uma “melhor reorientação do fluxo migratório”, o *Jornal Correio do Estado* noticiou que a SUDECO planejou implantar em 1978

[...] um sistema de coleta de dados e informações sobre a situação do quadro migratório da Região Centro Oeste, segundo revelou [...] o superintendente Júlio Laender, assinalando que com isso se poderá dar uma melhor reorientação do fluxo migratório no seu processo de expulsão e atração.

Segundo outras fontes da SUDECO, o órgão, subordinado ao Ministério do Interior, está muito preocupado com o sempre crescente fluxo migratório para a Região Centro-Oeste, ainda não dotada de uma infra-estrutura social que permita essa migração descontrolada, que acaba criando problemas sociais praticamente insolúveis, como é o caso do aparecimento de mendigos nas ruas das principais cidades.⁵⁸⁴

Por mais que o objetivo seja inicialmente o de fazer uma “melhor reorientação do fluxo migratório” fica externado que esse não era o único objetivo que devia ser

⁵⁸³ MIGRAÇÃO: FUTUROS PROBLEMAS SOCIAIS E ECONÔMICOS PARA MS. Op. cit., 1978.

⁵⁸⁴ SISTEMA DA SUDECO SITUARÁ QUADRO MIGRATÓRIO DA REGIÃO CENTRO-OESTE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 5, 4/5 fev. 1978.

materializado. Era preciso fazer com que os migrantes não ficassem na cidade mendigando ou esmolando.

Sendo assim, a “reorientação” precisa igualmente ser compreendida como uma “reorientação” que barrava a chegada de novos migrantes à cidade, pois eles eram, de certa forma, os futuros “mendigos” e, por isso, deviam ser impedidos de ocupar o espaço urbano, até porque na cidade eles eram vistos pelos transeuntes, muito mais do que no campo, pois ficavam nas calçadas de ruas e de avenidas mais movimentadas, sendo que quando iam para a zona rural o mesmo não ocorria, já que ficavam visualmente muito mais isolados do restante da sociedade.

Segundo as ‘autoridades’ consultadas pelo JCE, os

[...] migrantes, [...] geralmente partem de suas cidades de origem iludidos com uma situação inexistente. Geralmente, quando deixam seus estados natais – os nordestinos, em sua grande maioria – eles seguem para Minas Gerais, passando para São Paulo de onde seguem para Mato Grosso e depois para a Região Amazônica, em busca de uma “terra prometida”, que não existe, onde teoricamente terão grandes áreas para explorar com lavouras. Desfeita a ilusão, os migrantes acabam encontrando uma situação completamente adversa: sem recursos e desempregados, passam à condição de mendigos ou autênticos párias sociais, que só causam problemas.

Esse sistema que será implantado pela SUDECO visa, ainda, segundo Laender, a criação de novos centros de triagens e encaminhamentos de migrantes, possibilitando uma melhor integração na vida sócio-econômica da região, evitando que ele se transforme num problema grave para as administrações municipais.

Paralelamente, o Ministério do Interior desenvolverá, nos estados do Nordeste, uma campanha maciça de esclarecimento, visando mostrar ao migrante em potencial que os estados do Centro-Oeste – Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Norte, Goiás e Brasília – e da Região Amazônica, em verdade, estão praticamente lotados, com propriedades rurais que dispensam grande número de empregados, em decorrência da mecanização agrícola. Se se conseguir reduzir o fluxo migratório a partir das regiões nordestinas se terão melhores condições de colocar os que já deixaram seus estados e estão vivendo em condições sub-humanas, totalmente desintegrados da realidade das regiões mais preferidas.

[...] (No ano de 1978), as administrações das capitais como Brasília, Campo Grande, Goiás e Cuiabá, tem grandes problemas em reorientar os migrantes, buscando colocá-los em empregos. Em decorrência, surgem novas favelas, aumenta o número de mendigos e até crimes. Pressionados pela necessidade e pela falta de emprego, o migrante acaba se transformando num problema gravíssimo.⁵⁸⁵

O “problema gravíssimo” existia justamente porque os migrantes ocupavam o espaço público da cidade e não pelo fato em si dele migrar. A migração em si não era “problema”, o que se constituiu como “problema” foi o fato dos migrantes despossuídos materialmente territorializarem o espaço urbano da cidade com práticas até então pouco visíveis, como por exemplo, mendigar/esmolar, construir favelas e praticar crimes.

⁵⁸⁵ SISTEMA DA SUDECO SITUARÁ QUADRO MIGRATÓRIO DA REGIÃO CENTRO-OESTE. Op. cit., 1978.

A intenção de reordenar o fluxo migratório deve ser pensada como uma ação para livrar o centro urbano das maiores cidades da Região Centro-Oeste do Brasil desse “povo comum”. Pois fazendo isso os maiores beneficiados não eram as “pessoas comuns”, mas sim as ‘autoridades’ e a ‘população’, que estavam desconfortáveis por possuir “mendigos” compartilhando o mesmo espaço público e em razão de ter que ver e ouvir tais “pessoas comuns” pedindo quase que dioturnamente esmolas para proverem as mais distintas necessidades ou carências.

A quantidade de “pedintes” era tão expressiva que o então secretário municipal da Secretaria de Promoção Social do Município de Campo Grande, o sr. Chafic João Thomaz, fez a seguinte afirmação em novembro de 1978: “Não dar esmolas a mendigos é a única solução para diminuir o número de pedintes nas ruas de Campo Grande”⁵⁸⁶. Segundo o sr. Thomaz, a melhor solução para findar com a “mendicância urbana” era não dar esmolas aos que solicitavam por tal auxílio.

[...] Chafic João Thomaz admite que o problema de mendicância vai continuar e com a passagem desta cidade à capital, tende agravar-se ainda mais. “É preciso que se conscientize a população, através de campanhas pela imprensa, para que não se dê esmolas a mendigos, pois já existem inúmeros deles (ou talvez até a maioria) acostumados a conseguir grandes quantias e assim, se negam a procurar a Promoção Social. Para o secretário, “tudo isso é consequência da migração”. Ele citou como exemplo, o caso de uma família que durante a identificação de seu caso, insistia em viajar para o Norte do Estado. Foram conseguidas as passagens, mas o chefe de família, de posse delas, as vendeu e continuou na cidade pedindo esmolas.”⁵⁸⁷

Impedir a chegada e inibir a permanência do “povo comum” na cidade de Campo Grande era uma tarefa muito complexa e, em geral, não se tinha êxito ao desenvolvê-la. A prova mais expressiva residia nos próprios migrantes, que, de uma forma ou de outra, territorializavam intensamente o centro da urbe, juntamente com outras “pessoas comuns”.

Essa territorialização ocorria sem seguir um modelo de ação, contudo, as ‘práticas’ tinham sim determinadas configurações, tais como as de “esmolar”, de “mendigar” e de solicitar “um auxílio” à ‘população’. Essas ‘práticas’, mesmo não sendo o que se pode chamar de “organizadas”, já eram suficientes para proporcionar impacto na sociedade, tanto que eram consideradas como produtoras de péssima imagem aos demais sujeitos – nesse caso os mais abastados – que residiam e/ou visitavam a cidade de Campo Grande.

A culpada por todo esse impacto social, instabilidade e desordem, que não existia apenas na cidade de Campo Grande, mas sim na maioria das cidades brasileiras, em

⁵⁸⁶ SECRETÁRIO DE PROMOÇÃO SOCIAL PEDE QUE NÃO DÊEM ESMOLAS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 5, 3 nov. 1978.

⁵⁸⁷ *Ibidem*.

especial nas de médio e grande porte, era, segundo o secretário de Promoção Social de Campo Grande, a “corrente migratória”.

O secretário de Promoção Social afirmou (ao Jornal Correio do Estado) que o problema de migração torna-se cada vez maior em todo o País. Entretanto, afirmou que o governo federal já está com vistas voltadas ao assunto, tanto que, [...] (no mês de novembro de 1978), começou a funcionar em todo o Brasil, o Sistema de Informações Sobre Migrações Internas, órgão do Ministério do Interior, que deverá tratar do problema. Para dar uma idéia das proporções em que se encontra a corrente migratória, principalmente seus reflexos em Campo Grande, o secretário forneceu alguns dados estatísticos do primeiro semestre (do ano de 1978) [...]. Esses dados indicam que cerca de 63 por cento dos migrantes que chegaram a Campo Grande, desde o início do ano até junho último, são procedentes do interior do estado, entretanto, apenas 24 por cento deles, são matogrossenses.⁵⁸⁸

O percentual de migrantes que provinha do interior – pode-se ler da zona rural – era, conforme mencionou o texto veiculado pelo JCE, muito superior ao de migrantes que saíam de regiões urbanas e rumavam também para áreas urbanas, isso porque na década de 1970 a maior parte da população do sul de Mato Grosso, que depois de 11 de outubro de 1977 tornou-se Mato Grosso do Sul, residia na zona rural.

Por meio desses dados percentuais é possível delimitar quantitativamente que a maior parte dos migrantes, isto é, 76% eram de outras Unidades Federativas do Brasil e que 24% dos ‘trabalhadores migrantes’ provinham de municipalidades do interior do Estado de Mato Grosso do Sul. “Dos casos registrados pela SPS, 37 por cento são pessoas oriundas de outros estados. São Paulo “lidera” com 23 por cento, seguido de Minas Gerais, com 21 por cento e a seguir os estados do Paraná, Pernambuco, Bahia e Ceará.”⁵⁸⁹

Esse tipo de constatação percentual indica não apenas que havia grande mobilidade espacial de sujeitos rumo à Região Centro-Oeste do Brasil, mas evidencia que essa mobilidade era muito custosa e incerta, tanto para os migrantes, que em geral eram mão-de-obra explorada na relação trabalho-capital, como para as ‘autoridades’ que, bem ou mal, assistiam ao “povo comum”, por vezes até para não denegrir a suposta imagem urbano-citadina de Campo Grande do que para sanar propriamente as dificuldades dos ‘trabalhadores migrantes’.

Além dos dados sobre os migrantes que chegavam em Campo Grande, o sr. Thomaz afirmou que no decorrer dos meses de janeiro a junho de 1978 tinham sido

[...] registrados 764 casos, levando-se em conta apenas os chefes de famílias, já que ali passaram cerca de 338 crianças. Desde número, apenas 324 famílias deixaram esta cidade. O restante (440 famílias) permaneceu em Campo Grande.

⁵⁸⁸ SECRETÁRIO DE PROMOÇÃO SOCIAL PEDE QUE NÃO DÊEM ESMOLAS. Op. cit., 1978.

⁵⁸⁹ Ibidem.

Chafic João Thomaz acrescentou que, “o número de atendimentos é sempre maior do que as pessoas atendidas, daí o razão de terem sido feitos 973 atendimentos de janeiro a junho”. Ele explicou que um elemento pode receber dois ou até três benefícios, citando como exemplo o caso de um elemento doente e sem documentos. Ele vai receber atendimento médico e será providenciada a sua documentação.

O secretário explicou também como vem funcionando os atendimentos feitos pela Promoção Social. “Primeiramente é feita a identificação do caso e posteriormente o elemento ou a família vai receber o que necessita. Os atendimentos vão desde alimentação, documentação, locação, passagens, registros de nascimentos, agasalhos, colocação em empregos e até sepultamentos, como [...] (no caso da) morte de uma criança, filha de migrantes.

Para Chafic João Thomaz o caso mais sério [...] nos trabalhos de triagem é o de qualificação de elementos para o trabalho.

Dos 764 casos registrados, em apenas 182 os elementos tinham qualificação profissional e com tudo isso, em muito é dificultado o trabalho da Promoção Social, pois deve conseguir serviços braçais, quando não em fazendas, o que é praticamente impossível, por não ter a SPS postos em outras localidades.⁵⁹⁰

Conforme noticiou o JCE, nem 30% dos migrantes que vinham para Campo Grande possuíam algum tipo de “qualificação profissional”, fato esse que era, no entender do sr. Thomaz, um grave empecilho para que o migrante conseguisse trabalho na zona rural, pois ter conhecimento profissional sobre o funcionamento de maquinários agrícolas era fundamental à atividade, mesmo que fosse um labor no campo.

Ademais, dados publicados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também reforçam a falta de “qualificação profissional” dos trabalhadores. Quase 100% dos trabalhadores do setor primário não tinham qualificação profissional.

Consta no Censo Demográfico – 1970, referente ao Estado de Mato Grosso, que dos quase 290 mil sujeitos ocupados na agro-pecuária e na produção extrativa vegetal e animal, 272.499 eram trabalhadores não qualificados. A maior parte, quase 235 mil pessoas eram trabalhadores de enxada e mais de 35 mil da pecuária. Somente 2.224 mil trabalhadores eram qualificados na agropecuária, sendo que desse total a maioria, ou seja, 2.137 eram tratatoristas.⁵⁹¹

Mas mesmo tendo a maior parte dos trabalhadores pouca “qualificação profissional” frente aos maquinários, sobretudo os da agricultura mecanizada, o Jornal Correio do Estado afirmou que ainda assim muitos dos que chegavam em Campo Grande conseguiam uma ocupação de trabalho, isso em razão da cidade estar “em pleno desenvolvimento”.

A descontrolada migração tem causado problemas para a Capital e também para o Mato Grosso do Sul: diariamente, cerca de 30 famílias completamente desamparadas e sem recursos chegam a Campo Grande, iludidos pela suposta existência de um mercado de trabalho que possa

⁵⁹⁰ SECRETÁRIO DE PROMOÇÃO SOCIAL PEDE QUE NÃO DÊEM ESMOLAS. Op. cit., 1978.

⁵⁹¹ IBGE. *Censo Demográfico – Estado de Mato Grosso*. VIII Recenseamento Geral do Brasil – 1970. Série Regional, v. I, tomo XXII, Rio de Janeiro: IBGE, 1973, p. 52.

prover o sustento desses migrantes. Na verdade, até agora Campo Grande tem conseguido absorver naturalmente parte da parcela migratória sem que isso obrigatoriamente force à formação de núcleos de favelados.

Na Capital, existem dois órgãos que se destinam basicamente a evitar que os núcleos favelados surjam: a Secretaria de Promoção Social, da Prefeitura, que ainda consegue apresentar algum trabalho produtivo e a Fundação de Promoção Social, do Estado, que até hoje, de positivo, muito pouco apresentou. Ocorre, porém, que como Campo Grande é uma cidade em pleno desenvolvimento, boa parte do fluxo migratório desaparece ao conseguir colocações notadamente nas empresas de construção civil e nas alas de operários da própria Prefeitura, enquanto que uma outra parte acaba tendo que seguir para outras cidades mais próximas, principalmente Dourados, em busca de trabalho nas áreas de lavoura.

Os migrantes, em sua maioria, são nordestinos que fogem das secas e que supõem que São Paulo seja o verdadeiro paraíso de empregados e de vida boa. Quando chegam àquela Capital, acabam descobrindo que a verdade é bem outra e buscam socorro junto à Secretaria de Promoção que cede às famílias passagens para que viagem pela mais conhecida rota de migração e que inclui Campo Grande, Cuiabá e Porto Velho como pólos receptores.

Por isso as famílias de migrantes chegam a esta Capital sem nada e na maioria dos casos são obrigadas a recorrer à mendicância para sobreviver. Muitos desses elementos, porém, são mendigos profissionais e isso obriga o setor policial a atitudes mais rígidas e determinadas no sentido de retirar essas famílias das ruas.

Para os setores envolvidos no controle da migração e que aliás nunca obtém sucesso pela complexidade do problema a sorte é que a Capital do Mato Grosso do Sul por si só tem conseguido diminuir o impacto gerado pela chegada de aproximadamente 30 famílias diariamente.⁵⁹²

Essa “Capital do Mato Grosso do Sul” que conseguia “por si só” “diminuir o impacto gerado” pela chegada de migrantes fazia-o em virtude do crescimento econômico da zona rural e pelo fato de Campo Grande ter se tornado a sede político-administrativa do então recém criado Estado de Mato Grosso do Sul.

Foi no decorrer da segunda metade da década de 1970 que as culturas agrícolas tiveram grandes “facilidades creditícias”⁵⁹³, em especial a do milho, a do soja e a do arroz, tiveram grande aumento das áreas cultiváveis⁵⁹⁴ e registraram crescimento da produção de grãos⁵⁹⁵. Situação essa que fez não apenas o campo ‘progredir economicamente’, mas inclusive a cidade, já que boa parte dos produtos era comprada em Campo Grande, tais como implementos motorizados, agrotóxicos e fertilizantes.

Esse ‘progredir economicamente’ significou em muitos casos um literal ‘desprogredir ecologicamente’, já que várias áreas de vegetação nativa, tal como as de cerrado, foram desmatadas e os rios assoreados por causa do plantio inadequado de inúmeras

⁵⁹² MIGRAÇÃO, UM PROBLEMA PARA A CAPITAL. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 6, 25/26 ago. 1979.

⁵⁹³ TETILA, José Laerte Cecilio; MIYASHIRO, Ana Youko; COSTA, Euzanete Medeiros da. O impacto da soja ao sul de Mato Grosso do Sul: problemas da terra e do homem. In: *Revista Científica e Cultural da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*, Campo Grande, UFMS, v. 1, n. 1, 1986, p. 37-38.

⁵⁹⁴ FIBGE. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. *Aspectos da evolução da agropecuária brasileira: 1940-1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1982, p. 20-21.

⁵⁹⁵ PÓVOAS, Lenine de Campos. *Mato Grosso, um convite à fortuna*. Rio de Janeiro: Guavira, 1977, p. 153.

culturas agrícolas, notadamente a da soja. O envenenamento do solo e das águas também ocorreu, contudo, a agricultura não foi a única que contribuiu para a destruição do ambiente.

A pecuária extensiva também teve parcela nesse processo, já que com a semeadura de pastagens exóticas ao ambiente do cerrado para a alimentação dos rebanhos, em particular de bovinos, ocorreu degradação ambiental. Porém, ambas – a agricultura e a pecuária – foram largamente justificadas no âmbito privado e, sobremaneira, no público porque geravam “progresso”.

A construção civil, por sua vez, ocupou parte dos ‘trabalhadores migrantes’ que não conseguiam trabalho, em geral na condição de trabalhadores informais e não na de empregados. Outra parcela também foi empregada pelos órgãos públicos, nesse caso municipal e estadual. Essas “pessoas comuns” trabalhavam fazendo limpeza de terrenos baldios, varrendo ruas, construindo meio-fio, plantando e podando árvores, dentre outras atividades.

Com a realização de algumas obras para a municipalidade de Campo Grande, no final da década de 1970, outras tantas pessoas também foram ocupadas na construção civil. A instalação, inicialmente provisória, do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul na área central da cidade de Campo Grande contribuiu igualmente para a ocupação de parte da mão-de-obra que não tinha “qualificação profissional” específica para outras áreas, tal como a do comércio.

Porém, a “mendicância” ainda era um relevante “problema” para as ‘autoridades’ de Campo Grande, tal como no caso da ação de esmolar/mendigar realizada pelos migrantes que não conseguiram ocupação profissional na cidade. O Jornal Correio do Estado noticiou em setembro de 1979 que os

[...] mendigos que perambulam pelo perímetro central da cidade não querem ajuda das autoridades, não querem trabalho, não admitem voltar para os lugares de origem e usam as crianças para aumentar o faturamento oriundo da exploração da caridade pública. Uma matéria publicada pelo Correio do Estado, está agora sendo confirmada pelas autoridades que unidas procuram uma solução para o deprimente quadro que está se tornando comum em Campo Grande: homens, mulheres e crianças esmolando.

Por ser considerado como um problema policial pois existe o engodo, mas também social, pois ocorre com pessoas marginalizadas, vítimas de analfabetismo, alcoolismo e algumas vezes deficiência mental devido à subnutrição – a Delegacia Estadual de Ordem Política e Social (Deops) conjugou os serviços policiais com o de uma assistente social. Depois de vários dias de um trabalho intenso e sério a constatação da dura realidade do problema que a cidade enfrenta.⁵⁹⁶

⁵⁹⁶ MENDIGOS DAQUI NÃO SAEM E NÃO QUEREM TRABALHAR. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 7, 5 set. 1979.

Não é possível mensurar com precisão o efeito da conjugação de esforços entre as 'autoridades' policiais e as da assistência social, todavia, a união das forças dessas 'autoridades' serve para indicar minimamente que o poder público era pouco eficiente na concretização dos objetivos aos quais foram incumbidos, tanto que nem só deter/prender ou tão somente proporcionar assistência social era válido para tirar do centro urbano de Campo Grande os "mendigos" que nele estavam.

A referida atividade de trabalho que foi realizada por profissionais da polícia e da assistência social constatou que os "migrantes-mendigos" não queriam trabalhar. Em resumo,

[...] a conclusão é de que nenhum mendigo entrevistado quer trabalhar. Todos afirmam que ganham muito mais pedindo pelas ruas do que trabalhando e tendo que (se) sujeitar a um salário no final do mês. "Esta também é uma realidade. Dura mas verdadeira", conforme Maria Auxiliadora. Na sua grande maioria as pessoas informaram que vieram de Minas Gerais e São Paulo porque ouviram dizer que no Mato Grosso do Sul o trabalho era muito e que as lavouras abrigavam todo o mundo. Aqui chegando com os familiares, verificaram que a realidade era bem outra. O pouco dinheiro que trouxeram acabou e a situação tornou-se difícil. Como moradia quase todos optaram pelas árvores das avenidas Mato Grosso e Afonso Pena. Como meio de subsistência, a caridade pública. Da necessidade inicial, ao comodismo seguinte, o passo foi simples e fácil. Hoje (início do mês de setembro de 1979), infelizmente há até entusiasmo pelo meio de vida que "rende mais do que esperávamos", sobrando sempre para a garrafa de pinga e para viver sem compromissos.⁵⁹⁷

Ao descrever como era a realidade dos migrantes no espaço urbano de Campo Grande, o JCE deixou transparecer não somente a preocupação para com os próprios migrantes, mas também externou uma grande preocupação para com a cidade, pois era no espaço urbano que se desenvolviam as tensões e os conflitos originados por causa da chegada/permanência do "povo comum".

Nesse sentido, a cidade não pode ser pensada como algo abstrato, mas deve ser entendida como uma construção sócio-histórica que abarca variados antagonismos. Justamente por isso, possui sujeitos que se representam e se apresentam como proprietários da cidade e buscam fazer com que a cidade – e, claro, os sujeitos que nela estão – sigam determinados rumos.

No caso da cidade de Campo Grande, o rumo a ser seguido tinha que passar distante do "povo comum", tendo em vista que as 'práticas' cotidianas dessas pessoas em nada contribuíam para engrandecer a modernidade urbano-citadina, muito pelo contrário, pois foram pensadas como 'práticas' que denegriam a imagem de cidade moderna que a

⁵⁹⁷ MENDIGOS DAQUI NÃO SAEM E NÃO QUEREM TRABALHAR. Op. cit., 1979.

elite alardeava a respeito de Campo Grande. Que, contudo, não era tão verdadeira, porém, propiciava meios para que os “mendigos” vivessem.

Foi em razão dessa vida, feita de ‘práticas’ cotidianas desenobrecedoras da modernidade urbano-citadina, que surgiram o que o JCE denominou de “mendigos ocasionais”. Mas quem eram esses “mendigos ocasionais”? Segundo a representação elaborada pelas ‘autoridades’ e externada textualmente por meio do *Jornal Correio do Estado*, eram os sujeitos que tinham se acomodado com a situação de mendigar. Na época, o JCE entrevistou a assistente social Maria Auxiliadora de Arruda Burigato e ela, por sua vez, afirmou que

[...] a totalidade dos mendigos que atuam em Campo Grande são os considerados como “mendigos ocasionais” [...]. (Conforme Burigato, os “mendigos ocasionais”) são aqueles que vem de outras regiões em busca de oportunidades mas se acomodam na mendicância inicialmente levados pela necessidade, mas depois pela falta de vontade e de estrutura para procurarem uma solução mais digna para suas vidas.

A assistente social em duas semanas entrevistou mais de 20 pessoas entre homens, mulheres e crianças e comprovou que o desemprego que não é fácil para mão-de-obra não qualificada ainda agravada pelo fato, de em quase todos os casos existir o analfabetismo, o alcoolismo e em alguns casos até deficiência mental, normalmente é o ponto de partida para este pessoal que vem em busca de emprego fácil e bem remunerado e encontra uma outra realidade.⁵⁹⁸

Representar os trabalhos de esmolar ou de mendigar como inadequados era uma ação muito constante por parte de diversas ‘autoridades’. Pode-se dizer que a ação de esmolar/mendigar foi o elemento mais combatido dentre todas as ‘práticas’ cotidianas realizadas pelas “pessoas comuns” que estavam no espaço público, sobretudo porque essa ação foi considerada como um meio de ganhar dinheiro sem que para isso fosse preciso gastar força física.

Portanto, na medida em que o migrante ou, mais especificamente, o “mendigo”, conseguia esmola dos transeuntes, o próprio “mendigo”⁵⁹⁹ acabava por explicitar, e isso o historiador não pode deixar de mencionar, sua superioridade em relação aos demais trabalhadores, pois conseguia obter dinheiro sem ter que gastar tanta força física. Daí um dos outros grandes incômodos dos labores de esmolar e de mendigar, além, é claro, de ser representado como elemento esteticamente inadequado ao ambiente citadino, pois a

⁵⁹⁸ MENDIGOS DAQUI NÃO SAEM E NÃO QUEREM TRABALHAR. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 7, 5 set. 1979.

⁵⁹⁹ Vale aqui frisar que “mendigo” é considerado como trabalhador. Definição mais lapidada está em Marx. Ele afirma que “[...] o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza.” (MARX, op. cit., 1998, p. 221). Sendo assim, é adequado considerar as ‘práticas’ dos “mendigos”, tais como as de esmolar e as de mendigar, como ‘práticas’ laborais.

modernização é o afastamento da pobreza do local em que existe o “progresso”, na verdade, em que ele é imposto.

Dito isso, haver “mendigos” ocupando o espaço urbano do centro comercial da cidade de Campo Grande significava basicamente afirmar que o referido espaço não estava suficientemente modernizado. Significava dizer também que a modernização empreendida pela elite era uma farsa, já que a pobreza não tinha sido eliminada, ou melhor, totalmente afastada do “progresso”, pois os “mendigos” estavam presentes nesse mesmo espaço modernizado.

A preocupação com as ‘práticas’ de esmolar e de mendigar não eram as únicas. Havia ainda, e também em conjunto com as ‘práticas’ anteriores, preocupação com relação a outras ‘práticas’ cotidianas realizadas pelas “pessoas comuns”, que foram denominadas como sendo ações aprendidas em uma “escola da promiscuidade”. Foi publicado no JCE, com base na entrevista concedida pela assistente social Maria Auxiliadora de Arruda Burigato, que as

[...] crianças [...] fazem parte do negócio atual, pois sensibilizam sempre mais os transeuntes, a única escola que freqüentam é a da promiscuidade. O maior problema, e mais sério também, é o destas crianças. Segundo a assistente social, além do exemplo dado pelos adultos, preguiça, do engodo, arruaças, existe o fato de em grupos, homens, mulheres e crianças passarem a viver pelas ruas da Capital na maior promiscuidade. Maria Auxiliadora informou que num grupo de oito pessoas, não contando as crianças, haviam seis homens e duas mulheres, sendo que estas mantinham relações com todos eles sem exceção. “Deve ficar salientado o problema que isto origina para as crianças, filhas deste meio, que crescem vendo e vivendo toda essa promiscuidade, sem contar com nenhuma estrutura familiar. O que poderá a sociedade esperar delas?” – ressalta a assistente social.⁶⁰⁰

Além da questão da “promiscuidade” de ações realizadas pelos mendigos, o JCE destacou na mesma matéria o chamado “golpe da ferida”, pois fazendo alguma ferida no corpo, o “mendigo” conseguia maior visibilidade social, chamava mais atenção dos transeuntes e, desta forma, podia obter mais esmolas.

A FERIDA TAMBÉM É GOLPE

Outro fato constatado durante o trabalho feito, foi o “golpe da ferida”. Ao ser entrevistado, o mendigo que era visto todos os dias pela 14 de Julho, com uma ferida exposta na perna, declarou que ele mesmo fizera o ferimento. Explicou que foi provocando a lesão, até que ela assumisse o tamanho desejado quando então com o auxílio de um barbante, raspou profundamente o local, para obter o aspecto chocante que sensibilizava o povo.

[...] (O) mendigo ferido da 14 de Julho, depois de dizer com todo o cinismo que não queria ser tratado pois não pretendia trabalhar e que o seu ferimento lhe proporcionava um rendimento muito bom, pedindo esmolas

⁶⁰⁰ MENDIGOS DAQUI NÃO SAEM E NÃO QUEREM TRABALHAR. Op. cit., 1979.

pelas ruas, está internado no Hospital do Pênfigo. A pedido da assistente social, mesmo contra a vontade do falso mendigo, o seu ferimento provocado será tratado e depois será tentada a sua recuperação no sentido de que procure um trabalho honesto.⁶⁰¹

Essas duas questões, a da “promiscuidade” e a do “golpe da ferida” explicitam algumas ‘práticas’ feitas em espaço público pelo “povo comum” e que eram mal-vistas pelas ‘autoridades’ públicas e, de certa forma, pela ‘população’. As justificativas de tais ‘práticas’ serem inadequadas reside sobretudo nos aspectos espacial e moral.

Espacial porque tanto os mendigos adultos e as crianças, assim como o adulto ferido ocupavam algum espaço no centro da cidade de Campo Grande. Já no sentido moral em razão de que as crianças não deviam presenciar as mulheres mantendo relações sexuais com “todos esses” seis homens, “sem exceção” e o adulto ferido devia ter “um trabalho honesto” e não ficar explorando a caridade alheia com o objetivo de conseguir esmolas.

Porém, segundo o pensamento da assistente social, as “pessoas comuns” não objetivavam “um trabalho honesto”, mas sim queriam apenas ficar com aquela “vidinha”.

“Já foram dadas mais de 40 passagens para que os mendigos retornem para os locais de origem, onde possuem parentes e amigos. Acontece que ao saírem [...] do Deops, eles vendem as passagens e compram com o dinheiro pinga, voltando à vidinha anterior” – afirmou Maria Auxiliadora explicando que a verdade é que ninguém quer sair de Campo Grande pois sabem que explorando a caridade pública, eles têm conseguido bons “lucros”.

A Deops faz uma limpeza na cidade, recolhendo estes elementos que enganadoramente perambulam como se fossem mendigos que são encaminhados para a Assistência Social que auxilia no que pode e termina fornecendo passagens, saindo dali, os mendigos as vendem e voltam às ruas, formando um círculo vicioso. A Deops é obrigada a sair novamente para cumprir com o seu papel e tudo volta a se repetir.

Na verdade o problema é muito mais amplo e justamente por este motivo, as autoridades estão procurando uma soma de esforços e união de diversos setores relacionados com o problema para buscar um plano de ação realmente atinja o objetivo resolver a questão definitiva. Um centro de recuperação de alcoólatras, uma instituição para abrigar e cuidar dos menores, desde a alimentação até a educação, um hospital para doentes mentais são algumas das providências que poderão ser alcançadas com a conscientização das autoridades e da comunidade.⁶⁰²

Devido a amplitude do “problema” fazia-se necessária, no entender do JCE, a “soma de esforços” e a “união de diversos setores” no intuito de “buscar um plano de ação” para “resolver a questão definitiva.”

Entretanto, essas mesmas ‘autoridades’ e a ‘população’, que foram mencionadas pelo JCE como “comunidade”, tinham o entendimento de que resolver em definitivo o

⁶⁰¹ MENDIGOS DAQUI NÃO SAEM E NÃO QUEREM TRABALHAR. Op. cit., 1979.

⁶⁰² Ibidem.

“problema” dos “migrantes-mendigos” e fazê-los labutar em um “trabalho honesto” era algo muito pouco provável de ser materializado.

Agora, fazer uma “limpeza” na cidade, tal como realizava o DEOPS, já era bem mais condizente com as ações possíveis e mesmo politicamente viável. Foi com essa tônica política que se instituiu o NURE. Esse órgão público foi criado com

[...] a finalidade de promover a conjugação de esforços das esferas governamentais, objetivando o ordenamento dos fluxos migratórios no Estado, promovendo e apresentando estratégias de ação, visando a solução ou pelo menos a minimização dos problemas sociais decorrentes da migração, foi criado o **NURE**. A sua criação foi possível através de um convênio entre a Secretaria de Desenvolvimento Social e a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco).

O Núcleo Responsável pelo Programa de Migrações Internas de Mato Grosso do Sul (NURE/MIGR/MS) foi criado para atender as diretrizes do governo estadual que estava preocupado com os problemas decorrentes que são principalmente de ordem social. O NURE vai possibilitar a obtenção de dados primários que possam subsidiar o planejamento governamental para a população migrante de baixa renda. A intenção é terminar com a falta de controle e com a forma desordenada como era tratado o problema no Estado.

Para a formação de equipes de trabalhos capazes e treinadas para trabalharem nos Centros de Triagem e Encaminhamentos de Migrantes (CETREMI's), nos Postos de Orientação e Encaminhamento de Migrantes (POEMI's) e nas Unidades Primárias do Sistema de Informações sobre Migrações Internas (UP's) serão promovidos cursos, conferências e seminários. As equipes técnicas e administrativas serão cedidas pelas prefeituras municipais ou entidades conveniadas e vão trabalhar subordinadas à coordenação do NURE.

Para que o programa funcione de forma eficiente e cumpra com suas finalidades, ele será levado a todos os municípios do Mato Grosso do Sul. Cada setor do programa receberá recursos para sua implantação e funcionamento através da Sudeco. O único setor que não contará com verba específica será o das UP's que funcionará como responsável pela informação do fluxo migratório.⁶⁰³

O NURE tinha o intento de desmistificar a imagem que muitos migrantes possuíam sobre os “núcleos urbanos” e a respeito da vida em “cidade grande”. O objetivo consistia em mostrar-lhes que vivendo na cidade as dificuldades nem sempre eram menores do que as adversidades que os migrantes diziam existir no campo. Pelo contrário, pois as ‘autoridades’ do NURE intentavam mostrar que a vida na “cidade grande” era, na maioria das vezes, repleta apenas de “privações”, tais como: trabalho remunerado, alimentação, bebida e moradia.

Em tese, o objetivo central era o de proporcionar “ordenamento dos fluxos migratórios no Estado, promovendo e apresentando estratégias de ação, visando a solução ou pelo menos a minimização dos problemas sociais decorrentes da migração”, contando com a união de forças das esferas federal, estadual e até mesmo municipais.

⁶⁰³ ESTADO CRIOU O NURE PARA ORDENAR MIGRAÇÃO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 7, 8

Por outro lado, o que o NURE objetivava, na prática, era mesmo controlar a chegada de migrantes e ordenar as 'práticas' dos migrantes que já estavam no Estado de Mato Grosso do Sul, para que esses sujeitos não se tornassem futuros "mendigos" e passassem a ocupar o espaço público das cidades, territorializando de uma forma considerada, em especial pela elite, como moralmente inadequada.

Para materializar o objetivo do NURE era fundamental que se desfizesse o mito do "eldorado". Desfazer esse mito, que de fato havia, porém, era enganador, não deixou de ser um meio muito concreto para igualmente resolver o "problema da mendicância" na cidade de Campo Grande e, então, "livrar" o espaço público da presença desse "povo comum" e das 'práticas' moralmente inadequadas por ele realizadas.

Os núcleos urbanos desde há muito tempo, estão se tornando como verdadeiros "eldorados" para o homem do campo que é seduzido por melhores condições de vida, através de salários compensadores e com confrontos que só a cidade grande proporciona como televisão, eletrodomésticos em geral e transporte farto perto de casa. Ocorre que na maioria das vezes para o despreparado migrante do interior, isto não passará dos sonhos.

As dificuldades que se agravam quando o dinheiro da venda de tudo o que possuía no interior acaba, terminam marginalizando as famílias migrantes que vão cada vez mais passando privações e se desintegrando. A necessidade de comer, beber e dormir levará a família a buscar as mais diferentes soluções mas todas elas, muito longe dos planos feitos lá no campo quando tudo era um sonho bonito que esbarrou na dura realidade.⁶⁰⁴

O relato, na verdade, a leitura do JCE sobre as expectativas e as possibilidades de viabilizar tais "sonhos" por parte do "homem do campo"/"despreparado migrante", que era de conseguir uma vida melhor, indica com bastante precisão e realismo, embora não externar uma análise da conjuntura e da estrutura política que produziram a situação em questão, que a idealização foi pelos migrantes dessa realidade de uma vida melhor não era concretizada na zona urbana.

A maior parte dos migrantes, de fato, não conseguia concretizar as "melhores condições de vida" que planejaram. O que acontecia, na maioria das vezes, era que uma grande parcela dos migrantes chegava até a ficar em pior estado do que estava quando residia no campo.

Diante desse quadro de não-materialização das "melhores condições de vida" o que ocorria, sem dúvida, era o aumento, porém de forma muito concreta, da "mendicância" e, com ele, também o aumento das preocupações das classes dirigentes frente ao "povo comum" que, cada vez mais, ocupava os espaços públicos da cidade de Campo Grande,

nov. 1979.

⁶⁰⁴ ESTADO CRIOU O NURE PARA ORDENAR MIGRAÇÃO. Op. cit., 1979.

conferindo aos mais diversos locais territorializações consideradas, pela elite, como inoportunas à imagem de modernidade cidadina.

As representações que foram publicadas pelo Jornal Correio do Estado a respeito do “fenômeno migratório” indicam que a “dura realidade” produzida pela migração vitimava a maior parte dos migrantes, embora as mais variadas ações fossem realizadas por ‘autoridades’ públicas e privadas para evitar o “fenômeno migratório”⁶⁰⁵. Entretanto, não apenas os homens e as mulheres, não somente as famílias de migrantes do campo ou de outras Unidades Federativas do Brasil foram vitimadas por tal “dura realidade”, mas também os ‘trabalhadores informais’.

2.3 ‘Trabalhadores informais’: o labor ilegal

Os ‘trabalhadores informais’, assim como as demais “pessoas comuns”, também eram sujeitos geralmente com pouca “qualificação profissional”, não tinham trabalho/emprego registrado e procuravam na cidade a oportunidade de melhorar de vida, uma vez que parte dessas pessoas havia sido expulsa do campo ou era migrante que nem para a zona rural conseguiu ir e na cidade não encontrou trabalho nos setores do comércio, da construção civil e em empreitadas feitas pelos órgãos públicos.

Estudos recentes⁶⁰⁶ mostraram que uma parte dos ‘trabalhadores informais’ possui renda superior aos empregados legalmente registrados, entretanto, a “[...] maioria dos informais exerce atividades precárias, quase todas sujeitas a repressão policial, o que torna os ganhos extremamente instáveis e incertos.”⁶⁰⁷

Contudo, é preciso muito cuidado ao tentar utilizar esse tipo de explicação para compreender a realidade ocorrida na cidade de Campo Grande, pois na década de 1960 e

⁶⁰⁵ Um exemplo disso foi a realização do I Seminário sobre Migrações Internas. O JCE noticiou em dezembro de 1979 que: “Em solenidade a ser realizada hoje (dia 18 de dezembro de 1979), às 8 horas, no Instituto Matogrossense para Cegos, será aberto o I Seminário sobre Migrações Internas, promovido pela Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste – SUDECO. Esse seminário será encerrado às 18 horas, após a realização das palestras pelos conferencistas. O principal objetivo desse seminário, é propiciar a congregação das esferas governamentais tanto das áreas econômicas e sociais, como as de planejamento, de educação e de saúde, em torno do estudo do fenômeno migratório, como forma de encontrarem em conjunto ações alternativas relacionadas ao problema de migração no Mato Grosso do Sul. A abertura será feita hoje, às 8 horas pelo secretário de Desenvolvimento Social, Rubens Nunes da Cunha, e logo após, o coordenador de Estudos Regionais do Ministério do Interior, Ricardo Ernane Pires, fará uma palestra abordando o tema “Política Nacional de Migrações Internas”. A seguir, a técnica do Departamento de Recursos Humanos da SUDECO, Meire Deise Kinzo, fará uma palestra abordando o tema “Programas de Migrações Internas no Centro-Oeste”. O seminário prossegue no período da tarde com duas palestras: o executor do PIC – Programa Integrado de Colonização – de Iguatemi, capitão Olinto M. de Freitas, falará sobre “Influência do Projeto Integrado de Colonização”, enquanto que a outra, será abordada pelo secretário de Desenvolvimento Econômico, Saulo Garcia Queiroz, que falará sobre “Alternativas de Absorção de Mão-de-Obra Migrante em Mato Grosso do Sul.” (SEMINÁRIO SOBRE MIGRAÇÕES INTERNAS SERÁ REALIZADO HOJE: CAMPO GRANDE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 9, 18 dez. 1979).

⁶⁰⁶ DIEESE. *A situação do trabalho no Brasil*. São Paulo: DIEESE, 2001, p. 46-50.

⁶⁰⁷ SINGER, Paul. O trabalho informal e a luta da classe operária. In: JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir (Orgs.). *Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 12.

de 1970 a situação era uma, sendo que no final do século XX e início do século XIX já era outra.

Ademais, as pessoas que tinham algum conhecimento específico, seja de pedreiros ou de técnico industrial, encontravam sim trabalho na cidade de Campo Grande, logo, é pertinente considerar que a maioria dos sujeitos que atuavam como 'trabalhadores informais' faziam tal atividade em razão de não terem outro trabalho e não propriamente porque ganhavam mais sendo 'trabalhadores informais' do que trabalhando como empregados ou apenas como trabalhadores sem carteira de trabalho registrada.

Em 1970, quando havia no Brasil cerca de 93 milhões de habitantes, as cidades brasileiras de médio e grande porte, respectivamente como Campo Grande e São Paulo⁶⁰⁸, por exemplo, abrigavam, na maior parte das vezes de forma muito precária, cerca de 30 milhões de pessoas a mais do que na década de 1960. No ano de 1980, quando o Brasil tinha 121 milhões de habitantes, o número de migrantes residindo nas cidades já era de 46 milhões. Portanto, em 1970⁶⁰⁹ 1/3 das pessoas que viviam nas cidades eram migrantes e em 1980⁶¹⁰ pouco mais de 1/3 também era migrante, geralmente vivendo em condições de pobreza e até mesmo de indigência.

Sendo assim, uma atividade de labor viável à realidade de possibilidades que os 'trabalhadores informais' dispunham era, tanto para os migrantes como para os demais desempregados, a de exercerem o trabalho de vendedores ambulantes, utilizando para tal atividade o espaço público das cidades. No caso de Campo Grande, os 'trabalhadores informais' utilizaram-se do espaço público do centro urbano e comercial da cidade, em especial o das calçadas de ruas e de avenidas mais movimentadas, tal como das Rua 14 de Julho, Avenida Calógeras e Avenida Afonso Pena.

Foi justamente por causa da presença dos 'trabalhadores informais' o que espaço urbano do centro comercial de Campo Grande não foi representado apenas como sendo ocupado por "mendigos", "pedintes" e "embriagados", ou tantos outros sujeitos que, por sua vez, receberam variadas denominações via imprensa escrita do Jornal Correio do Estado.

As "pessoas comuns" que realizavam trabalho não-legalizado também eram um "problema" e, como tal, foram vistas como mais uma parte do "problema", só que nesse caso nem tanto por explicitarem o 'trabalho indigno' e 'práticas' moralmente inadequadas, mas sim pelo fato de prejudicarem os comerciantes legalmente estabelecidos na municipalidade, enfeiar a cidade e torná-la desordenada, já que ocupavam as calçadas do

⁶⁰⁸ SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo: 1970-1980*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 88-89.

⁶⁰⁹ FIBGE. *Censo Demográfico - Estado de Mato Grosso*. VIII Recenseamento Geral do Brasil - 1970. Série Regional, v. I, tomo XXII, Rio de Janeiro: IBGE, 1973.

⁶¹⁰ Id., *Censo Demográfico - Estado de Mato Grosso do Sul*. IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980. Série Regional, Rio de Janeiro: IBGE, 1982.

mesmo centro urbano em que se faziam presentes os “mendigos”, os “pedintes” e os “ébrios”.

Fazendo concorrência desleal ao comércio regular da cidade, Camelôs vindos de todos os recantos invadem Campo Grande, cujas ruas estão povoadas de tais ambulantes. É até engraçado a maneira deles agirem com os passantes: ao invés de oferecerem a mercadoria, pura e simplesmente, agarram o transeunte na marra e forçam o freguês a levar a bugiganga. Do grampinho para cabelos à “casemira inglesa”, os Camelôs têm de tudo. Mas o caso deles é com a Prefeitura e o Fisco estadual.⁶¹¹

Ainda no final da década de 1960 os ‘trabalhadores informais’ foram impedidos de trabalhar em diversas ocasiões e por variadas acusações, em particular porque não pagavam impostos à Prefeitura Municipal de Campo Grande. Em razão disso, os ‘trabalhadores informais’ eram fiscalizados para que não deixassem de fazer o “pagamento de licença” para só então poderem trabalhar como “vendedores ambulantes”. Recolhimento de imposto que nem sempre era feito. O poder executivo, no intuito de resolver a referida questão “determinou a apreensão de todos os carrinhos pertencentes a vendedores ambulantes.”

Não tendo os respectivos proprietários efetuados o pagamento de licença referente ao exercício corrente, o Prefeito Municipal determinou a apreensão de todos os carrinhos pertencentes a vendedores ambulantes. Para execução da ordem do chefe do Executivo foi solicitado o auxílio da Polícia, que destacou um soldado para dar cobertura ao pessoal da rapa municipal. Na manhã de ontem (dia 10 de outubro de 1968) foram apreendidos 8 dos ditos carrinhos, na rua 14 de Julho. A blitz continuará durante 30 dias.

Elogiável a decisão do executivo campograndense, pois o comércio estabelecido da cidade, que paga impostos e colabora com o progresso local, não pode sobreviver com a concorrência desleal dos chamados “ambulantes” (ou parantes) que estão tomando conta da praça.

Até armação de guarda-chuva vem servindo para mostruário de mercadorias pelas ruas de Campo Grande.⁶¹²

A representação externada através do texto publicado no JCE possibilita pensar a existência de uma polarização. O trabalho legalizado foi representado como aquele “que paga impostos e colabora com o progresso local” e o trabalho informal foi denominado como sendo produtor de “concorrência desleal”, fato esse que podia causar a falência dos comerciantes que recolhiam impostos ao fisco municipal.

Para tentar solucionar o “problema” a ‘autoridade’ policial foi requisitada, o que demonstra que o aparato governamental era um instrumento fundamental à retirada do

⁶¹¹ A INVASÃO DOS CAMELÔS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 6, 7 jan. 1967.

⁶¹² PREFEITO MANDOU APREENDER CARRINHOS DE AMBULANTES. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 11 out. 1968.

“povo comum”. Contudo, a ação policial conseguiu findar o trabalho dos “parantes”⁶¹³ apenas temporariamente, isso porque paulatinamente o espaço urbano do centro comercial da cidade de Campo Grande voltava a ser territorializado pelos ‘trabalhadores informais’, que explicitaram variadas ações de labor.

Ao externar nesses termos a realidade de trabalho produzida pelos ‘trabalhadores informais’, como ilegal e descomprometida com o “progresso” de Campo Grande, o Jornal Correio do Estado evidencia que determinadas pessoas e determinadas pessoas e determinadas ‘práticas’ eram sim mal-vistas pela elite que, por sua vez, utilizava-se do próprio aparato estatal para tentar “limpar” o espaço urbano da presença dos ‘trabalhadores informais’, assim como também intentava fazer em relação aos ‘trabalhadores locais’ e aos ‘trabalhadores migrantes’, porém, com pouco êxito.

A re-apresentação da realidade histórica pode ser entendida então como um elemento essencial, pois mais do que explicitar como os sujeitos do “povo comum” eram pensados pelas classes dirigentes, expõe ainda mais sobre a própria forma de pensar e de agir da elite que atuava na cidade de Campo Grande, isso porque a representação que revela a ação sobre as ações de outros sujeitos é também a mesma que revela o próprio sujeito, ou seja, aquele que emitiu a representação sobre as ações de outros sujeitos.

Nesse caso, os sujeitos que emitiram as representações, embora via JCE, eram os comerciantes legalizados que tinham casas comerciais defronte das vias mais movimentadas da cidade e que se sentiam prejudicados em razão das ‘práticas’ dos ‘trabalhadores informais’, por vezes chamados de “ambulantes” ou de “parantes”.

Diante disso, é adequado mencionar que a análise das re-apresentações das ‘práticas’ dos ‘trabalhadores informais’ constitui-se em relevante fonte para compreender o JCE e a elite que atuava na cidade de Campo Grande. Até mesmo porque, tal como afirmou Eder Sader, “[...] a linguagem não é um mero instrumento que serve para comunicar alguma coisa que já existisse independentemente dela. A linguagem faz parte das instituições culturais com que nos encontramos ao sermos socializados.”⁶¹⁴

A não-neutralidade foi muito externada e polarizada. De um lado havia os comerciantes, que foram representados como sendo as vítimas, de outro havia os “ambulantes”, que eram os culpados pela situação de desordem cidadina, dentre outras coisas, tal como o enfeiamento das vias públicas.

No ano de 1971 foi noticiado que o trabalho praticado pelos “ambulantes” não agradava à ‘população’ e era “desleal” com os comerciantes, que estavam “desalentados”

⁶¹³ Termo pejorativo utilizado pelo JCE para se referir aos ‘trabalhadores informais’ que, ao invés de ficarem “parados”, fixos em um local para vender seus produtos, “andavam” em busca dos locais mais movimentados e nos quais havia melhores oportunidades de comercialização das mercadorias.

⁶¹⁴ SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo: 1970-1980*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 57.

com tamanha irresponsabilidade que não era coibida energicamente pelas ‘autoridades’ públicas, nem mesmo pelos fiscais de Campo Grande, que institucionalmente eram os responsáveis pela fiscalização.

Os comerciantes de nossa cidade, desalentados com a indiferença dos fiscais do município e com a própria municipalidade, resolveram reclamar [...] (ao *Jornal Correio do Estado*) sobre os vendedores “ambulantes” que infestam a cidade, estacionando em vários pontos e fazendo concorrência desleal aos que pagam impostos. Se são ambulantes, tem que andar na rua e não ficar por aí, como se fossem uma mercadoria de beira de sargeta. Vamos agir e justificar o “tutu” mensal, srs. fiscais.⁶¹⁵

As afirmações desta nota são relevantes para que se possa pensar e não menos também compreender que o trabalho, aqui entendido como uma ação humana, não podia ser realizado em qualquer espaço, nem mesmo territorializado por qualquer sujeito, mesmo que esse espaço territorializado fosse um local público, como era o caso da calçada das ruas ou das avenidas de Campo Grande. Muito pelo contrário, pois o espaço público era pensado como público somente para quem estava de passagem e jamais para quem quisesse exercer a permanência física sobre esse mesmo espaço, embora tal permanência fosse para praticar a venda de mercadorias.

A centralidade reside, portanto, nos conflitos entre comerciantes e “ambulantes”, em outras palavras, a questão central calca-se no que se pode denominar de prejuízo causado pelos ‘trabalhadores informais’ aos comerciantes, que legalmente eram desrespeitados. Ao posicionar-se dessa forma o JCE sinaliza claramente a sua posição nesse jogo de forças e de interesses, qual seja, o de ser favorável aos comerciantes e contrário às ações dos “ambulantes” que “infestavam a cidade”, expressão que reforça ainda mais o argumento de que os ‘trabalhadores informais’ foram concebidos como sujeitos impróprios para ocupar o espaço urbano

Sujeitos impróprios não apenas porque causavam produziam materialmente uma imagem demeritiva à modernidade e à modernização urbanos-citadinas de Campo Grande, mas também porque impossibilitavam que os comerciantes vendessem maior quantidade de suas mercadorias, já que os “parantes” também vendiam produtos.

Essa presença dos ‘trabalhadores informais’ não era vista apenas como “concorrência desleal” ao comércio, mas também como afronta ao “progresso” arquitetônico e médico da cidade, que embora tivesse ‘autoridades’ incumbidas para gerir a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e a Associação Comercial de Campo Grande (ACCG), ambas eram representadas como ausentes, já que o JCE entendia que o comércio realizado pelos “vendedores ambulantes” estava em “franca prosperidade”, como relatou a matéria datada

⁶¹⁵ OS COMERCIANTES... *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 5 out. 1971.

de outubro de 1971, que enfocou o contraste entre o “progresso” e o “não-progresso” cidadão.

Ao lado (do) majestoso edifício do Hotel Campo Grande, um “ambulante” instalou-se há meses e prossegue no seu comércio, sem ser molestado. Além de vender óculos, sem receita médica e de procedência duvidosa (onde está a Secretaria de Saúde?), o “ambulante” que não anda mas fixou-se definitivamente no local, fazendo concorrência desleal ao comércio campograndense (onde está a Associação Comercial?) está em franca prosperidade. Mais alguns meses a barraca já terá duplicado de tamanho. Salvo engano, êsse comércio é proibido por lei municipal. Este diário, que dá apôio integral ao comércio campograndense, apela a quem de direito para as providências devidas.⁶¹⁶

A “concorrência desleal” ao “comércio campograndense” se mostrava concreta ao lado do edifício que abarcava as instalações do luxuoso Hotel Campo Grande, localizado na Rua 13 de Maio. Prédio esse que simbolizava materialmente a verticalização arquitetônica em concreto armado e era, com 16 andares, a construção mais alta do Estado de Mato Grosso, em 1969, ano que foi concluído e inaugurado para a ‘população’, que por sua vez festejou tamanho acontecimento no interior da referida construção (espaço privado) do “majestoso” edifício.

Contudo, a presença de ‘trabalhadores informais’ no espaço público em nada foi representada como algo “majestoso”. Pelo contrário, as “pessoas comuns” foram externadas como sujeitos inadequados ao convívio urbano, pois a prática de trabalhar como vendedor ambulante foi representada como possivelmente ilegal, tendo em vista a legislação municipal, e com falta de qualidade nas mercadorias que eram comercializadas, também ilegalmente, como, por exemplo, a venda de óculos “sem receita médica e de procedência duvidosa”, que eram práticas de labor injustificáveis, devendo as mesmas terem um fim, tal como tinha feito o líder do executivo do Município de Cuiabá, que à época era capital político-administrativa do Estado de Mato Grosso, o prefeito José Villanova Tôrres.

Nesse sentido pode-se dizer que exemplos administrativos de outras municipalidades, que no caso era a de Cuiabá, foram pensados pelo Jornal Correio do Estado como uma possibilidade para resolver o “problema” do “comércio ambulante” de Campo Grande.

Em Cuiabá, o prefeito José Villanova Tôrres proibiu o comércio ambulante, numa atitude muito justa para os comerciantes que pagam impostos. Em Campo Grande, a situação é bem pior, pois não são os vendedores ambulantes que prejudicam o comércio. São os vendedores [...] que se estabelecem nas esquinas, vendendo sem pagar o justo impôsto. Está na

⁶¹⁶ DESAFIO À SAÚDE PÚBLICA E AO COMÉRCIO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 5 out. 1971.

hora das autoridades municipais olharem um pouco pelos comerciantes campograndenses, o mesmo fazendo a Associação Comercial.⁶¹⁷

A cobrança por parte de quem era da Prefeitura e da Associação Comercial deixa muito evidente a reclamação que o JCE endereçou para tais instituições, uma pública e a outra privada, isso em decorrência da falta de atuação de ambas para com os vendedores que vendiam produtos em esquinas, não recolhiam impostos ao fisco e, também, continuavam a fazer uma “concorrência desleal” em relação aos comerciantes e vendedores ambulantes legalmente estabelecidos em Campo Grande.

Ao propor esse tipo de via para resolver o “problema”, o JCE explicita “poder” e “dominação” que, conforme já mencionou Chartier, são os elementos que fazem a representação ser algo de relevo e, ao mesmo tempo, possibilita e/ou releva muito sobre o produtor da referida representação. É justamente por isso que ao analisar a representação torna-se possível “[...] identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.”⁶¹⁸

Contudo, as representações sobre a realidade social nem sempre eram as mesmas, como no caso do comércio ambulante, uma vez que, em outubro de 1971, não foi visto como prejudicial ao comércio fixo da cidade, sendo que em novembro do mesmo ano tal prática já foi representada como ilegal, uma vez que se houvesse cumprimento no que tange a fiscalização para barrar o comércio de “ambulantes”, esses sujeitos não se fariam presentes no espaço urbano do centro comercial da cidade, bem como deixaram de fazer concorrência frente aos comerciantes, que no entender do JCE eram sujeitos que realmente contribuíam para o “progresso” de Campo Grande, assim como para o prosseguimento e consolidação da modernização arquitetônica e comercial do espaço central da cidade.

A reportagem do CORREIO DO ESTADO esteve em contato na tarde [...] (do dia 11 de novembro de 1971) com o sr. Nelson Borges de Barros, presidente da Associação Comercial de Campo Grande, ocasião em que aquela autoridade representativa dos comerciantes de nossa cidade, falou sobre o comércio “ambulante” que impera em nossas principais ruas e avenidas.

Em suas declarações, o sr. Nelson Borges de Barros disse que pela Constituição, ninguém pode ser tolhido em seus direitos de trabalhar. Por este mesmo motivo, em 1.967, a Câmara Municipal aprovou a lei n.o 1.096, que disciplinou e organizou a vida do Código de Polícia Administrativa do Município. Agora, se esse código não está sendo cumprido, não é culpa da Associação” acrescentou o sr. Borges de Barros.

“Se o código prevê como deve proceder o vendedor ambulante, que não pode permanecer parado em determinados locais, essa lei deveria ser cumprida e se não está sendo cumprida é por falta de fiscalização da Prefeitura. É bem verdade, que houve um tempo em que a Prefeitura determinou um zoneamento, da rua 13 de Maio para cima, ele poderia parar nas esquinas e da Avenida Calógeras para baixo, também. No

⁶¹⁷ EM CUIABÁ... *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 9 nov. 1971.

⁶¹⁸ CHARTIER, op. cit., p. 16-17.

entanto, a atual determinação deve ser reformulada, já que possuímos importantes casas comerciais na Rua 13, na Avenida Calógeras e em outras mais, e, então, a verdade é que o atual ambulante precisa ir para a periferia da cidade”.

Concluindo, o sr. Nelson Borges de Barros disse que não é justo que o ambulante faça concorrência a uma casa comercial estabelecida, que paga impostos, publicidade e que tem à sua frente toda uma freguesia: “então esse é um problema que o atual Prefeito tem que estudar e resolver”.⁶¹⁹

Nessa transcrição da fala do então presidente da Associação Comercial de Campo Grande ficou nítido que a ocupação das “principais ruas e avenidas” pelos ‘trabalhadores informais’ era indesejável pelo fato de atrapalhar os comerciantes fixos legalmente estabelecidos naquele local.

Entretanto, se quem fosse “ambulante” não ocupasse o espaço das “principais ruas e avenidas” da cidade o “problema” estava resolvido, uma vez que, segundo o sr. Nelson Borges de Barros, o lugar adequado para que os “ambulantes” atuassem era no que ele denominou de “periferia da cidade”.

Conforme afirmou o sr. Barros: “a verdade é que o atual ambulante precisa ir para a periferia da cidade”, já que estando no espaço da “periferia da cidade” não atrapalha o “progresso” citadino, bem como também não ofusca o que havia no centro, ou seja, coisas que expressavam o que era “majestoso”, como pensou o JCE a respeito do edifício onde funcionava o Hotel Campo Grande. Em síntese, não ofuscava a modernidade que, em essência, era constituída por variados conflitos sociais, originados do próprio processo de modernização urbano-citadino, pois determinados grupos atendidos em suas solicitações e outros não.

Todavia, nem todos os comerciantes reclamavam da situação. Isso sinaliza que as representações não eram unânimes sobre o fato do trabalho realizado pelos ‘trabalhadores informais’ atrapalhar todos os comerciantes. O JCE noticiou que:

Também o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Campo Grande, sr. Sebastião Vieira D’Ávila falou a reportagem do CORREIO DO ESTADO, dizendo que “o ambulante, como bem o diz a palavra, é aquele que circula pela cidade. Mas, entretanto, há o problema daqueles que estacionam junto a estabelecimentos comerciais, muitas vezes do mesmo ramo, prejudicando de uma forma ou de outra o comerciante estabelecido”. Também disse o sr. Sebastião D’Ávila que a fiscalização destes ambulantes cabe ao corpo de funcionários da Prefeitura, especialmente designados para tanto. Isso é um problema afeto estritamente à Prefeitura. Finalizando, acrescentou não achar justo que o Sindicato tome a iniciativa contra os ambulantes, se os próprios comerciantes não fizerem sua reclamação. Ressaltou, ainda, que o trabalho de fiscalização é da Prefeitura Municipal, e não do Sindicato que para assim agir teria que receber reclamações dos comerciantes estabelecidos.⁶²⁰

⁶¹⁹ FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO AMBULANTE COMPETE À PREFEITURA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1 e 8, 12 nov. 1971.

⁶²⁰ *Ibidem*.

Para o sr. Sebastião Vieira D'Ávila, que era presidente do SCV de Campo Grande, a tarefa de fiscalizar os “ambulantes” era da Prefeitura Municipal e não do Sindicato por ele presidido, até porque os comerciantes não tinham feito reclamação.

Sendo assim, o sr. D'Ávila não via necessidade institucional em empreender qualquer ação contra os “ambulantes”, embora considerasse que havia o “problema” e que ele, nesse caso praticado sobretudo por parte dos ‘trabalhadores informais’, atrapalhava os comerciantes legalmente estabelecidos na cidade.

O fato de atrapalhar ocorrida em razão dos ‘trabalhadores informais’ pararem defronte “a estabelecimentos comerciais, muitas vezes do mesmo ramo, prejudicando de uma forma ou de outra o comerciante estabelecido”. Ademais, o JCE argumentou que existia legislação municipal a respeito do “problema”, bastando apenas cumprí-la, uma vez que

[...] há legislação municipal referente ao assunto, faltando apenas cumprimento por parte dos interessados. O sr. Secretário de Administração do Município não deve permanecer omissos, mas ordenar aos seus fiscais que exijam o cumprimento do Código de Polícia Administrativa do Município.⁶²¹

O fato das representações não serem unânimes não significa que os ‘trabalhadores informais’ eram aceitos pelas ‘autoridades’ e pelas classes dirigentes. É mais adequado considerar que as ‘autoridades’ não conseguiam materializar com eficácia as ações de combate por elas mesmas teorizadas do que estarem em discordância entre si sobre a questão de expulsar ou não os ‘trabalhadores informais’ do espaço público que ocupavam, tendo em vista que o presidente do SCVCG afirmou que “o trabalho de fiscalização é da Prefeitura Municipal, e não do Sindicato.”

O sr. D'Ávila, ao mencionar isso, corrobora para externar a incompetência das instituições públicas e privadas, pois mesmo com o apoio do Estado e da elite não conseguiam resolver o “problema” causado pelos “ambulantes”.

Ademais, outra vez as ‘autoridades’ se posicionaram como portadoras de caminhos viáveis para resolver a ocupação do espaço urbano pelos “ambulantes”. Cada ‘autoridade’ veiculou sua representação sobre o “problema” criado pelos ‘trabalhadores informais’, que nesse caso nem foram consultados para que pelo menos se pudesse saber se eles tinham também algum caminho para indicar no intuito de sanar a referida questão.

⁶²¹ FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO AMBULANTE COMPETE À PREFEITURA. Op. cit., 1971.

Com base na Constituição da República Federativa do Brasil, vigente nos idos da década de 1960, promulgada no ano de 1967, qualquer pessoa tinha direito de trabalhar, esse direito era pensado por tais ‘autoridades’ como sendo possível na medida em que não atrapalhasse o direito dos comerciantes que pagavam impostos à municipalidade de Campo Grande, embora o assunto do “comércio ilegal” não fosse apenas uma preocupação comercial e de ordem fiscal da PMCG, já que a Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso também foi mobilizada para registrar quantitativamente os “ambulantes” e cobrar deles os devidos impostos.

Em Cuiabá, que era a capital do Estado de MT, o

[...] Secretário de Fazenda, OCTAVIO DE OLIVEIRA, determinou severas providências a tódas as Exatorias Estaduais, no sentido de ser realizada uma ação fiscalizadora das mais rígidas, sôbre o comércio ilegal de ambulantes, o que vem ocasionando sérios prejuízos aos comerciantes devidamente estabelecidos.

Esta determinação do titular da Pasta da Fazenda, prende-se a inúmeras denúncias de grande parte da classe comerciária do Estado.

Essa ação fiscalizadora será para obrigar o registro dos mascates e ambulantes nos órgãos competentes, bem como, o pagamento dos impostos devidos.⁶²²

A ação determinada pelo secretário da Fazenda estadual evidencia que o “comércio ilegal” não era realizado apenas em Campo Grande, mas sim em muitas municipalidades de Mato Grosso, já que a própria Secretaria da Fazenda tinha recebido “inúmeras denúncias de grande parte da classe comerciária do Estado.”

Esse fato indica não apenas a movimentação dos comerciantes frente a tal situação, mas também explicita que o chamado “comércio ilegal” era uma fonte de renda para muitas pessoas e, possivelmente, uma forma, talvez a única, de algumas famílias conseguirem dinheiro sem ter que mendigar, esmolar, furtar ou roubar das demais pessoas.

Para resolver a questão do “comércio ambulante” era fundamental uma “ação fiscalizadora” para “obrigar o registro dos mascates e ambulantes nos órgãos competentes, bem como, o pagamento dos impostos devidos.”

Materializar tais objetivos, quais sejam, o de fiscalizar e cobrar impostos dos “ambulantes” evidencia que as ‘autoridades’ intentavam, de uma forma ou outra, seja via poder de classe, municipal ou estadual, controlar as ‘práticas’ dos ‘trabalhadores informais’ e, quando possível, até mesmo eliminar do centro urbano e comercial da cidade de Campo Grande esses sujeitos, orientando-os para outros espaços como, para exemplificar, a região periférica – aqui sinônimo de região habitada por pessoas pobres –, tal como mencionou, em novembro de 1971, o sr. Barros.

⁶²² FISCALIZAÇÃO MAIS RÍGIDA PARA MASCATES E AMBULANTES. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 22 nov. 1971.

Já para as “pessoas comuns”, sem dúvida muitas delas representadas como “ambulantes”, era disponibilizado pela PMCG, via Secretaria de Promoção Social, a alternativa de qualificação da mão-de-obra, tanto para homens como para mulheres. Dentre as atividades realizadas pela SPS, visando qualificar a mão-de-obra existente em Campo grande e sem emprego/trabalho, estava a criação de cursos profissionalizantes para formar pedreiros e cabeleireiras.

O sr. Cezar Macksoud, secretário de Promoção Social do município, está anunciando dois cursos. Um, de pedreiro, para homens, e outro, de cabeleireira, para senhoras e moças.

Os cursos serão para moradores das Vilas Albuquerque, Pioneira e Universitária.

– X –

Mais uma vez o sr. Secretário de Promoção Social demonstra ser um homem bem intencionado.

– X –

O curso de pedreiro, a nosso ver, deve merecer aplausos, pois Campo Grande precisa de homens com profissão definida e a de pedreiro não deixa de ser útil.

– X –

Quanto ao curso de cabelereiro, o sr. Secretário que nos perdoe, mas a cidade têm senhoras e senhoritas, com curso em São Paulo e Rio, que nada conseguem, pois o mercado está saturado.

Além de saturado, um salão ou um instituto custam muito caro.

– X –

Seria interessante que a Secretaria de Promoção criasse cursos de cozinheira, lavadeira, pajem (babás), enfermeiras, etc. Cabeleireiras há aos montes, na cidade, que não conseguem serviço. Pra que mais?!⁶²³

Criar um curso profissionalizante não deixava de ser uma forma de ocupar o tempo e delimitar o espaço a ser ocupado pelas “pessoas comuns”, mas cabe também indagar qual a finalidade proporcionada por tal ocupação em cursos profissionalizantes. Sem dúvida uma parcela dos sujeitos que fizeram os cursos conseguiram colocação no mercado de trabalho, mas sem carteira de trabalho assinada, em especial na própria zona urbana e, especificamente, na construção civil de Campo Grande, que ocupava grande número de trabalhadores no final da década de 1960 e início dos anos da década de 1970.

Mas essa possibilidade de fazer um curso profissionalizante também não pode deixar de ser considerada como um jeito de fazer com que o espaço urbano do centro comercial da cidade de Campo Grande ficasse sem a presença desses mesmos sujeitos, sobretudo porque ocupando tais indivíduos que se faziam muito evidentes nas principais vias de comércio da cidade, o “problema” teria parte de sua proporção reduzida. Essa afirmação se deve em parte pelo fato de que os cursos profissionalizantes tinham como foco os habitantes que moravam nas “Vilas Albuquerque, Pioneira e Universitária”, vilas essas

⁶²³ PROMOÇÃO SOCIAL DARÁ CURSO DE CABELERIEIRA... *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 6 abr. 1972.

que continham moradias habitadas, na maioria das vezes, por pessoas de baixa e, em poucos casos, de média renda.

Para esses indivíduos eram necessários cursos para aprender a cozinhar, lavar, cuidar de crianças e de enfermos, segundo o *Jornal Correio do Estado*. É importante que o historiador afirme que fazendo isso a Secretaria de Promoção Social não deixava de contribuir para “limpar” o centro da presença dos ‘trabalhadores informais’, que, em contrapartida, foram representados como os vilões, sendo que as vítimas eram, outra vez, os comerciantes legalizados.

Na manhã do dia 8 de maio de 1973,

[...] dois jovens, com toda a tranqüilidade que lhes é peculiar, passaram defronte ao CE, observaram os caixões de lixo e não tiveram dúvidas: montaram dois “bazares” em cima dos ditos cujos, burlando a lei e prejudicando os comerciantes. Na verdade, os dois estavam trabalhando, mas, ilegalmente. Merece o registro e as providências dos fiscais municipais. A Associação Comercial de Campo Grande precisa, por sua vez, exigir do poder público municipal maior proteção para o comércio campograndense, vítima diariamente da concorrência desses “ambulantes” que aparecem pela cidade.⁶²⁴

A ocupação do espaço e os adjetivos dados aos sujeitos que o ocupavam são a centralidade do texto. Não bastava apenas trabalhar, era preciso fazer mais do que isso, ou seja, pagar impostos ao poder público. Porém, com o recolhimento de valores ao fisco o trabalho passava a ser uma prática “legal”.

Dito de outra maneira, era indispensável pagar impostos ao poder público para que aí sim se pudesse trabalhar. Essa representação feita pelo JCE também não deixa de ser uma forma de apoio jornalístico ao “comércio campograndense”, que foi pensado como “vítima diariamente da concorrência desses “ambulantes” que aparecem pela cidade.”

Com essa conduta ficou igualmente estabelecido que um era o oposto do outro. Isto é, que o “comércio campograndense” era composto de pessoas que não estavam “burlando a lei” e que os ‘trabalhadores informais’ eram pessoas que praticavam um trabalho que estava “burlando a lei” e, conseqüentemente, prejudicando quem recolhia de forma correta os impostos.

Logo, era preciso que o poder público protegesse os comerciantes e não que ficasse sem atuar diante de uma situação de tamanha proporção, afinal, a cada dia findado era maior o número de “parantes” que se instalavam no centro de Campo Grande, sendo que parte dessas “pessoas comuns” eram crianças e adolescentes que, dentre outras atividades, também foram apontadas como pessoas que praticavam a mendicância.

⁶²⁴ TRABALHANDO, MAS, ILEGALMENTE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 9 maio 1973.

E as crianças? Elas também estão caminhando pelas ruas mais tortuosas da vida. Desde pequenas aprendem a pedir, sempre pedir. A mando dos pais. Em geral, casais sem a menor responsabilidade e, na maioria das vezes, bêbados. Sujas, elas vivem pedindo.

Algumas, estrategicamente disfarçadas de vendedores de amendoim, principalmente. Há alguns anos passados, existiam os pequenos vendedores de amendoim. Os pais, doentes, arrumavam tudo, a cestinha, o troco e soltava a criança a trabalhar mesmo. Hoje (mês de setembro de 1975) raramente é assim. Na maioria das vezes, a criança já sai instruída para tentar vender o amendoim e pedir esmolos. Outras, apenas carregam as cestas e saem mesmo é para mendigar.⁶²⁵

Além do referido texto externar o fato de que crianças e adolescentes também, assim como os adultos, trabalhavam informalmente no espaço público, o texto externa que essa ação de labor era viabilizada a “mando dos pais” dessas crianças, afim de que conseguissem vender os produtos e, além disso, arrecadar esmolos que, por sua vez, eram utilizadas para, segundo o JCE, sustentar esses tipos de “pais”.

Diante dessa constatação o JCE fez severa crítica para parte das ‘autoridades’ públicas, pois não brecavam o avanço e o agravamento dessa realidade, qual seja, a da presença de crianças e de adolescentes que trabalhavam em plena área central da cidade de Campo Grande, sendo que o dinheiro conseguido com o trabalho ia para quem nem sequer trabalhava, que nesse caso eram os responsáveis pelas crianças.

O Juizado de Menores, por seu turno, não têm os mínimos recursos para combater a mendicância infantil. E a Secretaria de Promoção Social limita-se a contar favelas e tentar atender aos mais necessitados. Também possui poucos recursos. E encontrar o secretário é a coisa mais rara do mundo. Ele só vai à sua Secretaria no período da tarde e, assim mesmo, fica muito pouco. As atendentes e assistentes sociais é que procuram resolver os casos, dentro de suas possibilidades.⁶²⁶

A crítica dirigida ao Juizado de Menores e ao secretário da SPS de Campo Grande sinaliza com bastante clareza o descontentamento do JCE e da própria elite cidadina que ele, de certa forma, representava, isso porque, na prática, a situação do centro urbano e comercial da cidade não deixou de ser territorializado, tanto de dia como de noite, por “pessoas comuns”.

O grande problema posto é muito mais o da vergonha que a ‘população’ tinha em ver que o espaço que ela freqüentava também era ocupado por sujeitos populares, aqui no sentido de serem pessoas materialmente pobres e não em razão de que queriam ver, de forma concreta, solucionadas as inúmeras necessidades e carências que afetavam a vida do “povo comum”.

⁶²⁵ MENDICÂNCIA: UM MAL QUE CRESCE DIA E NOITE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 6/7 set. 1975.

⁶²⁶ *Ibidem*.

Vida essa que tinha não apenas situações de labor, mas também do que se pode denominar de violência que permeava o espaço público e, conseqüentemente, o ambiente de trabalho, tal como demonstra uma matéria de meados do ano de 1979.

O jornalista Joaquim Messias Viana de Almeida, de 15 anos, residente no Bairro Tarunã, próximo ao Pênfigo, quando esperava o ônibus para ir para sua casa, às 9,30 horas da manhã de ontem (dia 7 de junho de 1979), foi abordado por quatro mirins da Estação Rodoviária, que tentaram expulsá-lo do local por estar com alguns jornais em baixo do braço.

O menor que estava sentado disse que aguardava o ônibus e quando ele chegou, o cobrador e o motorista desceram e como Joaquim não subiu imediatamente, os mirins tomaram-lhe os jornais e tentaram expulsá-lo e só não conseguiram graças a intervenção de Luiz Carlos Escobar, que conseguiu que os mirins devolvessem os jornais.⁶²⁷

A indignação do JCE frente aos meios utilizados pelas 'autoridades', nesse caso públicas, para com a situação dos jovens que vendiam jornais na cidade demonstra que era muito mais fácil de ser feito o controle e o enquadramento dos sujeitos que faziam o 'trabalho digno', aquele em conformidade com as exigências legais e institucionais que eram impostas via poder público estatal e privado do que propriamente combater e nortear as 'práticas' das pessoas que não realizavam o 'trabalho digno'.

Tanto isso é pertinente que o próprio JCE admitiu que os

[...] garotos que compram jornais para revender em Campo Grande não podem permanecer na Estação Rodoviária por determinação da Administração, pois sempre aparece um mirim ou então um guarda para expulsá-los, e enquanto isso, os menores vadios, pequenos marginais batedores de carteiras, perambulam tranqüilamente, sem qualquer problema.⁶²⁸

Esse texto externa o descontentamento do Jornal Correio do Estado frente as atitudes tomadas pelas 'autoridades' diante da ocupação dos espaços públicos urbanos pelos mais diversos sujeitos. O questionamento maior do JCE frente a essa situação reside em entender como era possível não deixar os jovens venderem jornais na Estação Rodoviária, sendo que era permitido, isso em razão da ineficiência policial, que os "menores vadios, pequenos marginais batedores de carteira" ocupassem o espaço para furtar os transeuntes.

Ao impedir que os jovens vendessem jornais, as 'autoridades' acabavam por impedir também a materialização do 'trabalho digno', que era aquele cujo rendimento provinha do labor realizado com a força física do próprio sujeito. Em contrapartida, beneficiava o fortalecimento do 'trabalho indigno', uma vez que a atividade de furtar

⁶²⁷ PROIBIDA PERMANÊNCIA DE JORNALEIROS NA RODOVIÁRIA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 7, 8 jun. 1979.

⁶²⁸ Ibidem.

enquadrava-se nas 'práticas' realizadas pelos sujeitos e mal-quistas pela 'população' em geral, pois obtinham dinheiro através do trabalho realizado por outras pessoas.

Ademais, esses jovens também foram representados como pessoas que "perambulam tranqüilamente, sem qualquer problema", embora fossem "marginais". Isso demonstra que as 'autoridades' não conseguiam controlar a movimentação e nem impedir que parte do "povo comum" realizasse tais 'práticas', como a de furto, frente aos demais sujeitos históricos que, nesse sentido, tornavam-se vítimas das 'práticas' realizadas pelos "menores marginais".

'Práticas' essas que sinalizam, seguramente, que o "povo comum" fazia do espaço público um local para trabalhar, furtar, esmolar, andar e perambular tranqüilamente. Entretanto, muitas outras 'práticas' foram materializadas pelo "povo comum", ora de forma mais reservada, ora de forma mais explícita. Mais precisamente, até porque eram 'práticas' fundamentais à vida, as "pessoas comuns" também alimentavam-se, moravam/dormiam nas calçadas de vias públicas e realizavam a higiene pessoal nesses mesmos locais. Essas ações, que são apenas algumas das 'práticas' do cotidiano desses sujeitos, na verdade, as representações que foram formuladas sobre tais 'práticas', são o assunto do terceiro capítulo.

CAPÍTULO III – REPRESENTAÇÕES DO COTIDIANO NO ESPAÇO PÚBLICO

Além das ‘práticas’ de “esmolar”, de “mendigar” e de “pedir um auxílio” aos comerciantes e aos transeuntes, era também muito corriqueiro ao “povo comum” a realização de outras ações, tais como: alimentar-se nas calçadas, dormir debaixo de toldos de estabelecimentos comerciais ou em casas abandonadas e higienizar-se em pleno espaço público do centro urbano e comercial da cidade de Campo Grande.

Entretanto, essas ‘práticas’ não deviam ser explicitadas da forma como estavam sendo externadas. Isso porque os atos de alimentar, de dormir e de higienização eram, sobretudo no entender das classes dirigentes e das ‘autoridades’ públicas e privadas, ‘práticas’ adequadas ao espaço privado e não ao espaço público.

De certa forma, o que está aqui posto, pela imposição das classes dominantes, é a tentativa de tornar ainda mais hegemônica a divisão entre o que se pode chamar de espaço público e de espaço privado, uma vez que esta divisão é construída pelos sujeitos históricos, por isso mesmo, não é algo biologicamente dado, mas sim historicamente formado.

Ao tentar impor socialmente a divisão entre espaço público e espaço privado faz-se necessário também delimitar quais ‘práticas’ podiam ser realizadas em um espaço e quais ‘práticas’ deviam ser impedidas em outro. De forma bem ampla, o espaço público era o local de atuação do sexo masculino e das ações políticas e econômicas. Já o espaço privado era o local da familiaridade e da intimidade.

Contudo, vale aqui frisar que a divisão entre espaço público e espaço privado não era, na prática, o que dizia ser na teoria. A obra intitulada *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*⁶²⁹, de autoria da historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias e o livro denominado *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*⁶³⁰, de autoria da também historiadora Maria Izilda Santos de Matos ilustram com grande competência que, na realidade, não existia divisão entre o que se pode chamar de espaço público e de espaço privado.

Todavia, é concreto que as afirmações de determinados sujeitos históricos, notadamente das classes dirigentes, tentavam sim impor tal divisão, sobretudo por meio do argumento de uma suposta ordem natural. Fazer isso significa, conforme observou Pierre Bourdieu, que a elite tentava “[...] atribuir propriedades de *natureza social* como se fossem propriedades da natureza natural [...]”⁶³¹. Entretanto, essa ordem não era biológica, mas sim histórica, pois foi – e continua sendo – construída pelos mais diversos sujeitos históricos.

⁶²⁹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

⁶³⁰ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru: EDUSC, 2002.

⁶³¹ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 98.

Nessa perspectiva, o espaço privado, segundo o historiador Georges Duby, pode ser compreendido, somente a partir do século XIX, como um local de “[...] recolhimento, onde todos podemos abandonar as armas e as defesas das quais convêm nos munir ao nos arriscarmos no espaço público [...]”.⁶³²

Nesse sentido, o espaço público é um local de confrontos e de lutas, de impasses e de resistências, sendo que o espaço privado era um local de descanso e de confiança, justamente por isso era um ambiente no qual foram externadas ‘práticas’ distintas daquelas exercidas em espaço público.

Dentre essas ‘práticas’, seguramente, estão as da alimentação, da moradia e da higienização, pois através do alimento, do repouso e do cuidado com o corpo é que se obtinha um sujeito mais qualificado para atuar no espaço público, bem como tais ‘práticas’ sendo realizadas em ambiente privado indicam que o sujeito possuía bens materiais, logo, que de alguma forma era uma pessoa com posses.

Nessa perspectiva também é possível pensar que as classes dirigentes realizavam essas ‘práticas’ em ambientes privados, logo quem realizava tais ‘práticas’ em locais públicos era, no mínimo, um sujeito não enquadrado nos padrões de modernidade.

Parte das “pessoas comuns” assim fazia e, por isso, foram visadas como sujeitos cujas ‘práticas’ eram impróprias ao espaço público da cidade de Campo Grande, pois externavam a pobreza material de uma parcela dos habitantes da municipalidade e, além disso, faziam tal externalização bem no centro comercial da “Cidade Morena”⁶³³, uma espécie de vitrine do que havia de mais moderno no Estado de Mato Grosso.

3.1 Representações da alimentação

Iniciar relatando como era o cotidiano alimentar das classes pobres, utilizando como base para isso as fontes jornalísticas publicadas no Jornal Correio do Estado (JCE) seguramente é uma forma de problematizar as relações culturais de sujeitos do outrora e, igualmente, produzir lapidado material para problematizar o presente em que estamos.

Entretanto, é pertinente ao historiador social não fazer apenas um relatar sobre o cotidiano, mas sim buscar compreender como nesse mesmo cotidiano ocorreram mudanças e como foram produzidas ‘práticas’, sejam elas de alcance ora mais simbólico e/ou mais material. Segundo Hobsbawm,

⁶³² DUBY, Georges. Prefácio à história da vida privada. In: VEYNE, Paul (Coord.). *História da vida privada: do Império Romano ao ano 1000*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, v. 1, p. 10.

⁶³³ Termo bastante popular, que serve de sinônimo à cidade de Campo Grande. Ao invés de Campo Grande pode-se dizer apenas “Cidade Morena”. Uma possível explicação para a origem desse termo reside na terra vermelha que a região possui. “Assim é Campo Grande de hoje que, na feliz expressão de D. Aquino Corrêa “hontem era a terra roxa dos guavirais selvagens, é hoje a rainha do Sul de Mato Grosso”.” (FIBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958, v. 35, p. 119).

[...] a história marxista – na verdade qualquer história boa – não é apenas uma tentativa de investigar, descrever e analisar o passado, mas analisar como o mundo muda. O problema básico da história marxista, ou de qualquer história, é descobrir como a humanidade começou na Idade da Pedra e chegou à Idade da Tecnologia, à Idade Nuclear. E, conseqüentemente, o problema principal da análise histórica, que até mesmo o historiador mais especializado não pode esquecer, é como explicar essa extraordinária transformação.⁶³⁴

Ao fazer isso o historiador consegue explicitar as chamadas representações veiculadas via JCE sobre o cotidiano. Sendo assim, o historiador consegue externar os conflitos, as tensões, os impasses e os antagonismos entre os sujeitos. Ao fazer isso, o historiador faz também a compreensão das próprias classes dominantes e das mudanças por elas encaminhadas.

As fontes coletadas no Arquivo do Jornal Correio do Estado (AJCE) sinalizam que as ‘autoridades’ públicas e privadas, bem como as classes dirigentes, preocuparam-se muito mais com as ‘práticas’ do “povo comum” no decorrer da década de 1970 do que nos anos da década de 1960. Isso indica que as ações dos sujeitos menos favorecidos eram pouco expressivas, ao ponto de nem sequer causarem preocupação às classes dominantes, ou que tais ‘práticas’ não existiam, o que é menos provável.

De todo jeito foi na década de 1970, em especial na segunda metade dela, que o Jornal Correio do Estado noticiou com mais intensidade a presença e a ação do “povo comum” alimentando-se, assim como dormindo e higienizando-se em espaços públicos da cidade de Campo Grande. Antes disso os relatos não eram tão expressivos em quantidade, porém, isso não significa que inexistiam tais ‘práticas’.

Em nota do mês de outubro de 1970 consta, por exemplo, que a busca pela alimentação chegava a causar “luta” entre seres humanos e animais, isso para ver com quem ficava o alimento, que em geral estava em péssimo estado.

Contristador espetáculo presenciou a nossa reportagem na manhã de ontem (dia 28 de outubro de 1970), nas proximidades do Mercado Municipal “Antonio Valente”, quando uma mulher e duas crianças disputavam com alguns cães, numa luta quase animalesca, restos de comida em um dos latões de lixo.

O espetáculo veio – comprovar que o problema mendicância continua insolúvel, a desafiar a coletividade campograndense.

A Câmara Municipal (na legislação passada) refugou o projeto da FUNCAS, que era uma solução para o problema, iniciativa de particulares bem intencionados e, em sua substituição, foi criada a Secretaria de Promoção, cuja finalidade não condenamos, mas o grave problema ficou insolúvel.

⁶³⁴ HOBBSAWM, Eric John. Entrevista do autor ao Jornal O Estado de S. Paulo. *Jornal O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 12 jun. 1988. Caderno 2.

Agora, mendigos e cães disputam os latões de lixo, enquanto que os senhores vereadores “lídimos representantes do povo” não encontram tempo suficiente para estudar uma fórmula para minorar a fome dos pobres mendigos. Apenas se reduzem a mensagens de “congratulações” enquanto os – mendigos procuram nas latas de lixo algo para minorar-lhes a fome! Senhores vereadores, em nome da pobreza de Campo Grande, desenterrem o projeto da FUNCAS, melhorem-no e façam algo para que a cidade não seja tida como desumana, deixando que cães e mendigos disputem restos de comida nos latões de lixo!⁶³⁵

Os adjetivos mencionados no relato são inúmeros e ajudam sobremaneira a delimitar com mais precisão os contornos da realidade representada via JCE. O relato do caso, quando considerado em si mesmo, indica uma realidade de pobreza material e quase que nada mais do que isso.

Porém, quando o pesquisador considera o relato em seus múltiplos e controversos, mas não desconexos significados, descortina-se um outro entendimento do mesmo relato. Além de reforçar que havia extrema pobreza material, o mesmo texto indica muitos outros elementos constitutivos da realidade histórica.

Dentre uns dos muitos sentidos do texto, é possível destacar alguns. Quais sejam: a disputa por alimentos entre pessoas e animais, a cobrança do JCE em relação ao trabalho das ‘autoridades’, nesse caso exclusivamente das públicas, a falta de políticas públicas para combater a mendicância urbana na região central da cidade e o julgamento fortemente adjetivado do próprio JCE diante da realidade de miséria material que tinha sido observada.

Essas expressões não servem para construir sentidos sobre o real significado dos atos do “povo comum”, mas sim para compor o real significado de parte das ações das elites dirigentes ou das classes dominantes que atuavam na cidade de Campo Grande, já que as representações externam bem mais sobre o sujeito que as profere do que sobre quem está representando determinado objeto ou sujeito.

Sendo assim, o texto intitulado Mendicância e cães em disputa ao lixo⁶³⁶ constitui-se em uma cobrança da elite frente às próprias ‘autoridades’ instituídas por parte dessa mesma elite, pois os políticos não viabilizavam uma “fórmula” para o respectivo “problema”. Ao não solucionar o “problema”, a maior penalização, se é que assim pode ser dito, recaía sobre a classe dominante.

Penalização que pode ser compreendida no mínimo sob dois aspectos. Inicialmente do ponto de vista da “pobreza”, pois o JCE solicitou ação política para combater a situação na qual estavam as pessoas que catavam alimentos em lixeiras e latões, sugerindo que um norte fosse dado à questão.

⁶³⁵ MENDIGOS E CÃES EM DISPUTA AO LIXO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 29 out. 1970.

⁶³⁶ *Ibidem*.

Além disso, deve-se pontuar que a referida ação política era fundamental para a cidade (e para os sujeitos que de alguma forma nela mandavam) não fossem pensados/representados como uma sociedade “desumana” e, em certa proporção, até incompetente, pois não formulavam, nem aplicavam, uma solução ao que foi chamado de “problema mendicância”.

“Problema” que possuía, no referido texto, vários sentidos. Porém, esses muitos sentidos do texto não são aleatórios. Existe um encadeamento e, em razão disso, há sentido, na maior parte das vezes oculto, nessas representações sobre as ‘práticas’ cotidianas do “povo comum”. Cabe ao historiador conferir determinado ordenamento qualitativo e quantitativo aos sentidos, isto é, externar o que está implícito e esmiuçar, ainda mais, o que é considerado algo já externado e entendido, tanto pela historiografia como pelo conhecimento empírico.

Levando em consideração isso, se por um lado é extremamente complicado e impreciso afirmar qual era a quantidade de sujeitos do “povo comum” que faziam do espaço público um local para realizar o que se pode chamar de ‘práticas’ privadas, por outro, existem dados quantitativos que ajudam a delimitar e a construir uma noção desse contingente humano que carecia de alimentos no final do ano de 1974, qual seja o número de sujeitos: cerca de “4 mil famílias”, isto é, em torno de 20 a 24 mil pessoas.

Para este Natal, a nossa meta é atingir 4 mil famílias, mil a mais do que no ano passado”. A informação é da sra. Neide Espíndola Dias que, juntamente com o secretário de Administração Manoel Ferro Junior e várias amigas, está preparando o Natal dos Pobres, em Campo Grande.

Frisando que será necessária a colaboração de todos, a esposa do prefeito Levy Dias indicou que várias providências já foram tomadas para garantir fundos necessários para a elaboração da cesta natalina, normalmente distribuída às entidades filantrópicas, que contam com numeroso grupo de famílias dependentes.

Até mesmo as organizações bancárias estão sendo convidadas a cooperar na campanha do Natal dos Pobres, fazendo doações dentro das suas possibilidades. As casas comerciais e indústrias, além, das autoridades e as próprias crianças mais favorecidas, serão mobilizadas para conseguir os recursos necessários para a melhoria das festas natalinas nas casas mais humildes.

Bastante entusiasmada com o que já foi feito, a sra. Neide Espíndola Dias garante, para este Natal (referente ao ano de 1974), um atendimento bem maior, já que mil famílias representam, em média, de 5 a 6 mil pessoas.⁶³⁷

Esse tipo de conduta por parte das ‘autoridades’, tanto das públicas como das privadas, sinaliza que havia em Campo Grande um grande (cerca de 20-24 mil pessoas) e crescente (aumento de 25% de um ano para o outro) de sujeitos que não podiam sequer suprir suas necessidades mais básicas, tal como a da alimentação.

⁶³⁷ NATAL DOS POBRES PARA 4 MIL FAMÍLIAS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 21 nov. 1974.

Ao empreender campanha visando arrecadar mantimentos alimentícios para famílias “pobres”, as ‘autoridades’ corroboram para que se entenda que esta ação era paliativa e não ininterrupta, embora, assim como mencionou o JCE, as “entidades filantrópicas” tinham “numeroso grupo de famílias dependentes” e, é necessário acrescentar, dependiam grandemente do auxílio ininterrupto dessas “entidades filantrópicas”, algo que não ocorria.

Não se deve hesitar em proferir a afirmação de que a maioria desses “pobres” assistidos em épocas comemorativas, notadamente religiosas, valia-se de outros meios para conseguir alimentos, tendo em vista que ficavam desassistidos no decorrer da maior parte do tempo, tanto pelas políticas públicas como pelas privadas.

Uma outra forma de conseguir alimentos, que não era recorrendo aos baldes e latões de lixo, centrava-se em aguardar denfrente de estabelecimentos comerciais localizados na parte central da cidade de Campo Grande que distribuíam comida. A Padaria Espanhola, por exemplo, realizava aos sábados a distribuição de alguns cestos de pães ao “povo comum”. Isso indica que havia sim ações privadas em prol das “pessoas comuns” fora das chamadas datas comemorativas, sobretudo para minimizar a “pobreza”, nesse caso as necessidades alimentícias pelas quais passavam parte dos “pobres” da zona urbana.

As instituições comerciais que participavam de ações em benefício dos “pobres” acabavam, no entender do *Jornal Correio do Estado*, por tornar Campo Grande “mais humana”.

Repercute simpaticamente no seio da população, como nos foi dado notar, o gesto dos irmãos João Alberto Jacques de Miranda e Adroaldo Jacques Miranda, sócios-proprietários da Padaria-Confeitaria e Lanchonete Espanhola, situada na Rua 14 de Julho, ao lado da agência do Banco Financial, onde há três meses, nas manhãs de sábado, fazem considerável distribuição à pobreza [...].

É o “repartir o pão” como fora aconselhado em demorada campanha pelo País inteiro. A tal gesto de solidariedade nos associamos, e aqui está o nosso aplauso aos irmãos Miranda. Admirando a beleza do gesto, tivemos contato com João Alberto, que nos afirmou: “Não fazemos isto como meio de auto-promoção, mas apenas como gesto filantrópico para ajudar aos menos favorecidos pela sorte”, acrescentando que “há três anos vem realizando esta distribuição de pães a mulheres, homens e crianças. Todos os sábados é feita a distribuição de uma média de 500 pães (três gavetões cheios), feitos especialmente para o pessoal que aqui comparece. Quando aparece pouca gente, damos a cada um, dois ou três pães entre “bengalas” e doces. Quando há muita gente, a distribuição é controlada para que cada um leve o seu pão”.⁶³⁸

⁶³⁸ “REPARTIR O PÃO”: O SÁBADO NA PADARIA ESPANHOLA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 24/25 dez. 1975.

Esse tipo de conduta empreendida por parte dos comerciantes que atuavam em Campo Grande e que visava, sobretudo, beneficiar as pessoas mais necessitadas de alimentos recebeu do JCE o adjetivo de “beleza de gesto”. Ao qualificar a ação dos irmãos Miranda desse modo fica, de certa forma, subentendido que essa “beleza de gesto” era algo pouco corrigueiro, pelo menos na parte do centro comercial da cidade, tanto que a distribuição de alimentos chegou até a ser noticiada em meio de comunicação.

A “beleza do gesto” seguramente é um ponto de destaque e, ao mesmo tempo, uma forma de amainar as andanças do “povo comum” nas vias centrais da cidade. Outro ponto de destaque era o visual/material, já que aos sábados formava-se uma expressiva fila, não necessariamente indiana-militar, de “necessitados” rente à parede da Padaria Espanhola.

A fila indiana tinha em torno de 40 metros e possuía cerca de 25 pessoas. Contudo, havia outros sujeitos no entorno oposto da parede do estabelecimento, geralmente na calçada e encostados nos veículos. Eram homens, mulheres e crianças de variadas idades, uns ficavam em pé, outros agachados.⁶³⁹

A maior parte dos “pobres” eram mulheres e crianças, pessoas que não abriam mão de conseguir alimento gratuito e com qualidade superior ao que, por vezes, coletavam em lixeiras dos próprios estabelecimentos comerciais. Conforme João Miranda informou ao JCE, “[...] muitas mulheres levam dois, por vezes cinco filhos, recebendo cada um deles um pão, o que aumenta o quinhão da família.”⁶⁴⁰

O relato de levar as crianças consigo sinaliza que a busca por alimento era uma ‘prática’ que envolvia a família como um todo, em especial a progenitora e a prole. Isso também contribui para que se entenda que era a mulher o principal arrimo de sua prole, sobretudo no que se refere aos atos de cuidar e de alimentar.

Em meses comemorativos a filantropia tendia a ser bem mais ativa e, por isso, havia distribuição mais expressiva de alimentos e demais mantimentos aos sujeitos necessitados. O depoimento de um dos proprietários da Padaria Espanhola ao JCE corrobora para reforçar essa realidade. Segundo Miranda, no

[...] mês de dezembro (de 1975) as vendas aumentaram muito na Padaria Espanhola, pois muitas instituições e igreja estão comprando pães para fazerem o Natal dos Pobres.

Mas, embora tenha reservado o sábado para “repartir o pão”, não resta dúvida que durante a semana, quase diariamente, comparecem pobres “pedindo um auxílio”, o que não é negado.⁶⁴¹

⁶³⁹ NA HORA DE “REPARTIR” O PÃO A POBREZA ESTÁ PRESENTE (1 imagem fotográfica). In: “REPARTIR O PÃO”: O SÁBADO NA PADARIA ESPANHOLA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 24/25 dez. 1975.

⁶⁴⁰ “REPARTIR O PÃO”: O SÁBADO NA PADARIA ESPANHOLA. Op. cit., 1975.

⁶⁴¹ *Ibidem*.

O dia oficial para distribuição de alimentos na Padaria Espanhola era o sábado. Contudo, fica muito claro que não era apenas no sábado que o “povo comum” aparecia para pedir/ganhar alimentos. Essa ‘prática’, então, ajuda a reforçar ainda mais que a carência de alimentos, muito mais do que a necessidade, era algo latente ao ponto de ser solicitada durante todos os dias da semana, até porque havia grande chegada (no mínimo 50 sujeitos por dia) e partida de pessoas da cidade de Campo Grande.

Quem chegava sem alimento via na Padaria Espanhola, por exemplo, um meio de solicitá-lo. Quem ia embora de Campo Grande também acabava por ir até a Padaria para solicitar alimento em razão da própria viagem. Possivelmente essa chegada/saída também é uma das razões pela qual o estabelecimento dos irmãos Miranda sempre tinha “pobres” pedindo alimentos.

Além das “pessoas comuns” se valerem das ‘práticas’ de solicitar alimentos, de “esmolar”, de “mendigar” e de solicitar “auxílio”, que tanto incomodavam as classes dominantes, também se valiam de outras ‘práticas’. Esses sujeitos populares empreendiam sistemáticas andanças pelo centro da cidade para conseguir alimentos, sendo que quando encontravam, geralmente eram inadequados, sob o ponto de vista sanitário, ao consumo humano.

As crianças que coletavam alimentos “nos baldes de lixo” exemplificam magistralmente o quão desesperador era o cotidiano de parte do “povo comum” que residia em Campo Grande. Cotidiano que além de chamar a atenção de algumas ‘autoridades’ acabava, também, por externar a incompetência de determinadas ‘autoridades’ frente às questões postas pelas ações do que foi denominado de “problema do menor abandonado”.

Não obstante o juiz de menores, Dr. Amílcar da Silva, vir empregando um esforço para sanar o problema do menor abandonado, a situação ainda persiste, com elementos que saem às ruas a pedir esmolas, sempre trazendo consigo uma estória comovente repetida em cada lugar em que param, com voz chorosa e com os olhos voltados para o solo. São crianças que, obedecendo aos pais, imploram e exploram a piedade humana. Trazem consigo sacolas ou sacos, onde depositam o pão velho, a laranja murcha (e às vezes estragada), os legumes deteriorados e encontrados nos baldes de lixo dos armazéns e mercearias, etc.

Marginalizadas desde pequenas, estas criaturas andam ao léu, correndo de um lado para outro, fazendo algazaras, e quando interpeladas são agressivas, verbalmente, com palavrões, gestos indecorosos. Muitas já são viciadas em cigarros – fumam os tocos encontrados. Nos bares, pedem um “adjutório” aos fregueses, quando não são atendidas “apelam” para um pedaço de pão ou algo para saciar a fome.

Estas cenas e atos deprimentes, no entanto seriam impedidos e evitados se houvesse fiscalização por parte do corpo de comissários de menores, que pouco atuam, pois não se vê trabalho algum realizado por essa equipe do Juizado de Menores. Nunca estão presentes onde sua presença se faz

necessária, e quando aparecem, interpelam asperamente as pessoas, para depois se identificarem.⁶⁴²

Fica explícito que a intenção maior era a de impedir a presença dos “elementos”, nesse caso os menores, ao espaço público do centro da cidade, quer fosse para esmolar, mendigar ou para outras atividades. Por mais impactante que fosse o relato da situação alimentar em que estavam alguns sujeitos, a preocupação maior não era necessariamente para com eles, mas sim para com a cidade que era habitada e territorializada pelas classes dominantes.

Cidade que foi pensada e representada como sendo um espaço invadido por ‘práticas’ inadequadas e impróprias ao modelo de modernidade e ao processo de modernização imposto à mesma cidade pelas próprias classes dominantes, pois tais ‘práticas’ deviam ser impedidas pelo trabalho das ‘autoridades’ públicas estabelecidas, conforme mencionou, em meados do ano de 1976, matéria publicada no JCE.

Presenciou-se, dias atrás, a grosseira de um desses comissários, no interior da delegacia central de polícia, quando solicitado por um menor que ali se encontrava à espera de seus familiares (residentes em outro Estado), a ceder-lhe um cigarro, o elemento respondeu que era um comissário de menores e que era para o garoto respeitá-lo, caso contrário iria preso, sem sequer procurar saber por qual motivo o menor se encontrava na delegacia.

De outra feita, achegando-se à equipe de reportagem do “CEI”, na estação rodoviária, um comissário de menores, pediu que se “fizesse a gentileza de fotografar e estampar no jornal” a desordem que alguns garotos abandonados aprontavam em uma das plataformas da estação, a fim de que os eleitores ficassem cientes da situação dos infelizes, sem nada fazer por eles. Deixou-os como estavam, sem conselho, sem repreensão, sem ajuda, sem encaminhamento, sem nada.

A opinião de todos, principalmente dos comerciantes é que “cabe ao comissariado de menores exercer mais um pouco o trabalho para o qual são nomeados, e contribuir para que estes menores que hoje perambulam por aí a mendigarem sejam orientados para vida melhor”. Alegam ainda que “os comissários não sabem onde devem atuar. Basta simplesmente andarem um pouco pela 14 de Julho, que encontrarão o lugar certo”.⁶⁴³

Outra vez o espaço da Rua 14 de Julho foi apontado como um local de atuação dos mais diversos sujeitos. Nesse caso, as crianças foram mencionadas com destaque e representadas como produtoras de “algazarras” e proferidoras de “palavrões”, além de serem “agressivas” frente aos transeuntes.

Dessa forma, quando o Jornal Correio do Estado afirma que o Juizado de Menores, via comissários, não era atuante, afirma também, embora de forma encovada, que a elite cidadina estava desconfortável com a situação produzida pelas crianças que andavam pelas

⁶⁴² COMISSÁRIOS DE MENORES DEVEM SER MAIS ATUANTES. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 9 jun. 1976.

⁶⁴³ Ibidem.

vias públicas da cidade em busca de dinheiro e de alimentos, esses outrora jogados fora, pois isso denegria a imagem do espaço público do centro da cidade de Campo Grande, tal como fica evidente em matéria do mês de junho de 1976.

O Mercado Municipal, localizado cerca de 200 metros da Rua 14 de Julho, era outro ponto de atuação do “povo comum” para coletar parte dos alimentos que consumiam. As frutas, os legumes e demais hortaliças que não eram aproveitadas, seja porque tinham sido danificadas no transporte ou pelo fato de terem se deteriorado nas bancas dos comerciantes eram, em geral, jogadas nas lixeiras ou no próprio pátio do Mercado.

Formavam-se, então, montes com restos de alimentos. Contudo, para determinadas pessoas esses mesmos montes eram mais do que restos. Eram montes não de restos, mais sim de alimentos, portanto, montes verdes de alimentos, embora a qualidade fosse precária, mas mesmo assim era o que havia para ser consumido. Nesse sentido, torna-se mais explícito que os produtos que são considerados como refugio para uns, constituem-se produto de grande utilidade para várias outras pessoas.

Os sujeitos que coletavam alimentos nos montes verdes do entorno do Mercado Municipal eram, em especial, os mesmos sujeitos que territorializavam o espaço urbano do centro da cidade de Campo Grande e os sujeitos que residiam em áreas faveladas próximas de alguns córregos, tal como o do Córrego Segredo.

Os moradores da “Favela do Segredo”, que ficava distante, quando muito, 1 quilômetro do Mercado Municipal, ilustram bem essa realidade de coletar alimentos. Realidade que envolvia, em certas ocasiões, até mesmo a disputa de alimentos com os animais. Essa situação, tanto a de coletar alimentos em montes como a de disputá-los com bichos, foi representada pelo JCE como um “espetáculo rotineiro” que não era “novo”.

O espetáculo não é novo. Começa logo pela manhã, atingindo o ponto culminante lá pelas 10 horas: um bando de mulheres e crianças revolvem os montes de lixo do pátio de estacionamento do Mercado Municipal, em busca de alimento que lhes garante uma sobrevivência menos cruel. Tomates e outros legumes com partes podres, batatas em idêntica situação, milho verde com bichos, pedaços de abacaxi e uma enorme variedade de “alimento”. É um espetáculo rotineiro, que contrasta com a riqueza de toda uma cidade em franco desenvolvimento. Nos montes de lixo, milhares de moscas transmissoras de doenças pululam. A disputa matutina, quase incrível, chega a assustar e faz pensar no que a vida não oferece a alguns e oferece, em excesso, a muitos.⁶⁴⁴

A ordenação do tempo e a execução em determinado espaço de tempo das ‘práticas’ do “povo comum”, mesmo que para coletar alimentos jogados em lixeira ou em montes que eram infestados por moscas, dependia, necessariamente, das ‘práticas’ de

⁶⁴⁴ MERCADO MUNICIPAL. PARA UNS, É LIXO; PARA OUTROS ALIMENTO. A DIFÍCIL LUTA DO POBRE PARA SOBREVIVER. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 3, 15 dez. 1976.

outros sujeitos. Nem mesmo o ato de coletar o que uns consideravam lixo era aleatório, ao contrário, o coletar dependia de muito traquejo, pois caso isso não fosse posto em prática pelo “povo comum” o alimento podia ser, ainda mais, minguado.

Em razão disso, o cotidiano de coleta de alimentos dos “pobres” era disciplinado pelos atos de quem jogava fora os alimentos, sejam essas pessoas proprietárias ou empregadas, e pelos atos de quem tinha que limpar o ambiente da presença daquele material, tendo em vista que o mesmo era considerado, pela maior parte da ‘população’, como lixo, sujeira que devia ser tirada do espaço público da cidade, e não como alimento.

– Eles chegam logo de manhã. Quanto mais cedo, melhor a “colheita”, mais garantido o almoço e a janta. São mulheres e crianças, principalmente. Mas existem os velhos que aparecem. Todos veem com uma sacolinha suja, que logo encham de porcarias. Vai ver que em casa eles escolhem melhor, cortam o que se aproveita e jogam o resto fora. Só pode ser isso – diz um dos proprietários de bancas, que se confessa “culpado” por não oferecer nada de bom aos que disputam os restos.⁶⁴⁵

Ao descrever a situação existente no Mercado Municipal foram revelados e reforçados aspectos do cotidiano alimentar das “pessoas comuns”, isso porque os principais sujeitos que catavam comida nos montes de lixo continuavam sendo as mulheres, os idosos e as crianças.

Permaneciam também adversidades das mais variadas, pois o fato em si da coleta de alimentos em montes de refugo já é um relevante elemento para que se possa afirmar que parte dos habitantes da cidade de Campo Grande vivia em situação de extrema e inquestionável carência, uma vez que buscavam aplacar as necessidades mais elementares dos seres humanos de forma desumana, já que consumiam alimentos provenientes do lixo.

As ‘autoridades’ públicas municipais foram pensadas como inatuantes frente a situação de miséria de tais sujeitos. Um dos comerciantes que trabalhava no Mercado Municipal, e que se sentia culpado por não ajudar de forma efetiva os sujeitos que coletavam alimentos no lixo, afirmou em depoimento ao JCE que:

[...] “Afinal, não adianta só eu querer dar. Todos tinham que dar juntos, mas aí nem se sabe quantos apareceriam diariamente. É por isso que a gente não faz nada. Aliás, se nem as autoridades fazem...”

Nisso ele tem toda razão. Nada é feito por quem quer que seja em favor daquelas pessoas que disputam com as moscas um pouco de alimento. E por mais incrível que possa parecer, a maioria dos que catam no lixo o alimento da sobrevivência, não têm aparência de pessoas doentes, como se esperava. São até mesmo mais sadios que muitos dos que se aglomeram nas paupérrimas favelas espalhadas pelos diversos cantos de

⁶⁴⁵ MERCADO MUNICIPAL. PARA UNS, É LIXO; PARA OUTROS ALIMENTO. A DIFÍCIL LUTA DO POBRE PARA SOBREVIVER. Op. cit., 1976.

Campo Grande. As crianças chegam até mesmo a serem gordinhas, apesar de tudo.⁶⁴⁶

As opiniões do comerciante e do JCE indicam que havia um descontentamento significativo com relação às ações das ‘autoridades’ públicas, isso porque não findava, ano após ano, a presença do “povo comum” que catava no lixo alguma coisa que pudesse servir de alimento.

Porém, além desse descontentamento existe a afirmação de que não era empreendida ação privada em prol desses “pobres” porque muitas pessoas viriam em busca desse amparo.

Isso sinaliza que parte da ‘população’, nesse caso representada por um comerciante, tinha entendimento de que havia em Campo Grande um contingente bem amplo de sujeitos que passavam fome. Número expressivo de necessitados ao ponto de inibir uma ação beneficente do comerciante em prol dos “pobres”.

Com base em depoimento desse mesmo comerciante, o Jornal Correio do Estado noticiou que:

– De uma coisa você pode ficar certo. Tem muito lixeiro da Prefeitura que aparece mais cedo. Não leva o lixo, mas pega muita coisa que eles consideram “boas” para consumo. Sei não, mas a gurizada cresce cada vez mais – diz um outro dono de banca, um japonês que acha “tudo muito normal”. Ele só estranhou no começo, mas acabou se acostumando e demonstrou até surpreso quando foi interrogado pela reportagem.⁶⁴⁷

Esse outro relato dos comerciantes também corrobora para explicitar ainda mais que as pessoas, em especial os sujeitos que trabalhavam nas bancas existentes no Mercado Municipal, sabiam/percebiam o paulatino aumento do número de “pobres” para coletar possíveis alimentos nos montes de refugo.

Aumento de “pobres” que não era bem visto, pois denegria a imagem da cidade, sobretudo pelo fato de mostrar em que nível de vida viviam algumas pessoas de Campo Grande. Se por um lado tirar os montes de lixo resolvia a questão, afastando do Mercado Municipal muitos “pobres”, por outro eliminava uma importante fonte de alimento do “povo comum”, que, por sua vez, passava então a andar pela cidade em busca do que comer.

Sendo assim, as “pessoas comuns” continuavam, de um jeito ou de outro, a denegrir a imagem da cidade. Além dos comerciantes, o próprio JCE sinalizou que essa situação era muito complicada, tanto para a cidade como para os “pobres”, e que as ações públicas municipais também não ajudavam a encaminhar uma “solução” para a referida questão, embora a ação de coletar alimentos nos montes de lixo fosse antiga.

⁶⁴⁶ MERCADO MUNICIPAL. PARA UNS, É LIXO; PARA OUTROS ALIMENTO. A DIFÍCIL LUTA DO POBRE PARA SOBREVIVER. Op. cit., 1976.

De qualquer forma, uma coisa é certa: se o lixo for retirado mais cedo, os pobres vão chegar antes dos lixeiros para não perder o sustento. Se for encontrado um meio para que os montes de lixo não mais sejam feitos, é certo que os que hoje (final do ano de 1976) miseravelmente se beneficiam dos restos, passarão fome.

A Secretaria de Promoção Social não pode atuar por falta de recursos. A Secretaria de Saúde está convencida que o pior a ser feito será justamente acabar com os depósitos do lixo. De forma que o espetáculo, antigo, será tão somente mais antigo daqui há uns anos, pois não tem solução.⁶⁴⁸

A perspectiva de futuro dada pelo Jornal Correio do Estado sobre a questão dos montes de lixo não era em nada otimista. A falta de lixo era igual à produção de mais pobreza: era melhor catar no lixo algo que servisse de alimento do que nem essa possibilidade ter para matar a fome.

O lixo, então, passa a ser considerado como um elemento básico para a sobrevivência de determinadas pessoas e, para as ‘autoridades’, como um elemento que ajudava a restringir a atuação espacial de alguns “pobres”, já que ficavam nas imediações do Mercado Municipal, desde o clarear do dia até por volta da 10:00 horas da manhã. Estando nesse local, logo, não estariam na Rua 14 de Julho ou na Avenida Calógeras para “esmolar” e “mendigar”.

Sendo assim, é adequado considerar que o caso dos “pobres” que catavam alimentos ilustra bem a realidade de privações materiais pela qual passava o “povo comum”. Sob esse prisma, pode-se perceber como o viver na zona urbana era – e é – múltiplo, além de antagônico.

Determinadas pessoas tinham sim acesso às modernizações de diversas áreas do conhecimento, contudo, existiam muito mais pessoas sem ter acesso aos mais básicos elementos para um adequado viver urbano, tais como alimentação, saúde, moradia, educação formal e, é claro, emprego.

Haja vista que o “povo comum” trabalhava, tanto é que o próprio JCE afirmou que a coleta de alimentos nos montes de lixo era um “espetáculo rotineiro”, isto é, uma tarefa contínua, um labor constante, ao ponto de chamar a atenção da ‘população’, das ‘autoridades’ e em razão do fato ter sido noticiado em diversas matérias e em vários anos via jornal.

Em novembro de 1978 a situação do “povo comum” que coletava alimentos nos montes de lixo voltou a ser destacada no JCE, porém, o texto explicita, quando comparado com o de dezembro de 1976, um tom de insatisfação flagrante, sobretudo pelo fato de que houve aumento do número de pessoas que coletavam alimento no lixo e as ‘autoridades’ públicas não viabilizavam medidas que fossem enérgicas ao ponto de sanar a questão.

⁶⁴⁷ Ibidem.

Diversos comerciantes ficam a observar durante horas, sem que possam tomar nenhuma providência para tentar impedir e populares passam perplexos ante a deprimente cena: crianças e anciãos revolvendo o lixo acumulando nos arredores do Mercado Municipal, à cata de algum alimento “aproveitável”. Esse já é um quadro comum das periferias do “mercadão”, e como de costume, nenhuma providência vem sendo tomada pelas autoridades “constituídas”, no sentido de impedir que tais cenas se repitam tantas vezes por dia.

Os restos, acumulados no pátio onde se estacionam os caminhões e às margens das calçadas do Mercado Municipal, são os mais diversificados. Desde frutas rejeitadas pelas bancas até sobras de carne, já em decomposição, que não foram vendidas pelos açougues. Disso, muitas crianças estão se alimentando naquele local, muitas delas seguindo o exemplo de anciãos que, já levam até mesmo sacos plásticos para colher os detritos.⁶⁴⁹

A narrativa sobre a situação alimentar não deixa de ser terrível e ao mesmo tempo estarrecedora, contudo, a preocupação central não recai propriamente sobre essa realidade, mas sim sobre a condição que essa mesma realidade alavancava, qual seja, a de depreciar o espaço público da cidade que também era territorializado por pessoas que não eram do chamado “povo comum”, embora nem sempre fossem do que se pode chamar de classes dominantes.

Depreciação que era no mínimo higiênico-sanitária, alimentar e visual, sendo que todas eram fortes corroborados de contra-imagens da cidade que queria se fazer, se mostrar e ser vista como uma cidade moderna e não como um lugar atrasado, sujo e povoado por pessoas que se alimentavam com restos de frutas e de carnes coletados em montes de lixo.

De certa forma, o “povo comum” até que podia utilizar alimentos higienicamente impróprios para o consumo: isso em si não era tão impactante. O que não podia, justamente pelo impacto que causava, era, na verdade, que esses mesmos “pobres” fossem vistos fazendo tais ‘práticas’ no espaço urbano do centro de Campo Grande, tendo em vista também que eram, como deixou bem externado o JCE, diárias e muito constantes no período da manhã.

Logo, sendo a miséria vista diária e constantemente ocorria também uma afronta diária e constante ao “progresso”: isso sim não podia ser tolerado. A ‘prática’ de coletar alimentos considerados como lixo foi noticiada pelo JCE como sendo uma “ameaça” à saúde das “pessoas comuns” que pegavam tais alimentos. Já os montes de lixo foram pensados como uma “ameaça” à qualidade dos produtos comercializados no Mercado Municipal.

⁶⁴⁸ Ibidem.

⁶⁴⁹ CRIANÇAS SE ALIMENTAM NO LIXO DO “MERCADÃO”. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 5, 6 nov. 1978.

Parte dos comerciantes afirmou, em matéria datada do mês de novembro de 1978, que

[...] “o perigo está justamente em serem esses restos (de alimentos) “lambicados” também por cães, o que poderia ser muito perigoso, pois a transmissão de uma doença seria muito provável já que muitos dos alimentos ingeridos pelas crianças já foram revolidos e até comidos pelos animais”.

Atualmente (novembro de 1978), até mesmo pelas reformas por que passa, os arredores do “mercadão” são locais onde se observam maiores acúmulos de lixo, e é justamente onde menos deveria existir, já que aqui são fornecidos alimentos para uma grande parte da população”, acrescentou um comerciante.

Os detritos começam a serem jogados desde as primeiras horas do dia, conforme as instruções colhidas no mercado, permanecendo quase o dia todo, sem que o Serviço de Limpeza Pública tome providências no sentido de retirá-los. Não se pode apurar como é feito o serviço de coleta de lixo naquele local, já que até mesmo a administração não se encontra ali, em conseqüência das reformas.

Por outro lado, até os proprietários de açougues, temporariamente funcionando na parte externa, afirmam que “o acúmulo de moscas, que se juntam aos detritos, é tão grande que já coloca em risco até mesmo a carne que é abundantemente vendida nas barracas de fora do mercado”.

Assim, os comerciantes instalados no Mercado Municipal encontram-se à espera de que algo seja feito para que os alimentos ali vendidos sejam de melhor qualidade. Grande parte reclama, porém, seguramente em conseqüência da “linha dura” implantada pela administração, todos preferem omitir seus nomes.⁶⁵⁰

O perfil da realidade, que como o próprio significado do nome diz é a representação da concretude histórica vista apenas de um lado ou de um viés apenas, externa que as inquietações da ‘população’ centravam-se nos aspectos da higiene e, mais propriamente, da falta desta.

Se por um lado havia perigo à saúde dos sujeitos que coletavam frutas e carnes em montes de lixo e consumiam tais alimentos, por outro lado também era expressiva a preocupação dos comerciantes diante daqueles montes de lixo. Sendo assim, não é possível nem adequado afirmar que não existia determinada preocupação social frente à situação de miséria em que estava parte do “povo comum”.

Contudo, igualmente não é possível nem adequado afirmar que essa inquietação era a única e, talvez, a mais significativa, uma vez que o desleixo das ‘autoridades’ com a limpeza pode sim ser considerado como a maior preocupação dos comerciantes que atuavam no Mercado Municipal.

⁶⁵⁰ CRIANÇAS SE ALIMENTAM NO LIXO DO “MERCADÃO”. Op. cit., 1978.

Isso porque havendo lixo não recolhido, havia também “pobres” que vinham para catar alimentos e, além disso, inúmeros insetos, tais como moscas. Os fatores miséria e sujeira foram considerados, por vezes com maior ou menor intensidade, mas sempre como uma “ameaça” latente à saúde da ‘população’ e ao desenvolvimento das atividades comerciais da cidade de Campo Grande.

O referido texto jornalístico sinaliza também que por maior que fosse a preocupação para com a realidade alimentar que afligia as “pessoas comuns”, essa era uma preocupação sempre secundária quando comparada com a preocupação que foi despendida para a questão da limpeza/higienização existentes no espaço público da parte urbana e central da “Cidade Morena”.

Espaço esse que recebia sim maior atenção dos comerciantes e das ‘autoridades’ públicas. Ao destinar maior atenção tais pessoas acabaram por sinalizar muito explicitamente que limpar e higienizar o referido espaço público do Mercado Municipal era o ponto-chave da questão e que sendo feito isso se resolvia concomitantemente outra questão, qual seja, a da existência de “pobres” coletando alimentos nos montes de lixo.

Sem montes de lixo, logo, sem “pobres” catando restos de alimentos nesses mesmos montes de lixo. Portanto, se isso fosse feito tinha-se uma cidade que possuía um espaço público adequado aos interesses dos comerciantes. Justamente por causa dessa configuração é que não se pode afirmar que a preocupação despendida pelos comerciantes e também pelas ‘autoridades’ públicas municipais frente às carências do “povo comum” era mais expressiva do que a preocupação despendida por esses mesmos sujeitos, só que visando limpar e higienizar o espaço público do entorno do Mercado Municipal.

Além dos “pobres” chamarem atenção dos comerciantes e das ‘autoridades’, também chamavam atenção dos estudantes do então Terceiro Grau, tendo em vista que alguns acadêmicos de instituições de educação superior realizaram atividades visando colaborar com as instituições caritativas que existiam na cidade de Campo Grande. Dentre essas atividades é possível destacar os eventos culturais, as campanhas para arrecadar alimentos e remédios, bem como festas, cujos lucros/donativos eram destinados às instituições que atendiam os “necessitados”.

No início do ano de 1978, por exemplo, alunos que integravam o Diretório Acadêmico Clóvis Beviláqua (DACLOBE), da então Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMT)⁶⁵¹ empreenderam o chamado “Trote Cultural” aos calouros da Faculdade de Direito. O objetivo era o de coletar alimentos, remédios e materiais escolares e doá-los às seguintes instituições de caridade: Asilo dos Velhos, Educandário Getúlio Vargas, AMPARE, Secretaria de Educação e Cultura da PMCG e Cadeia Pública.

⁶⁵¹ A FUCMT, no final do ano de 1993, passou a ser denominada Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

O Jornal Correio do Estado noticiou que numa manhã de sábado os referidos materiais e mantimentos não perecíveis, que levaram aproximadamente 2 semanas para serem angariados, foram distribuídos em

[...] grande quantidade [...] entre o Asilo dos Velhos, Educandário Getúlio Vargas, AMPARE e para a Secretaria de Educação e Cultura do município. Tanto os alimentos como os remédios, foram arrecadados durante duas semanas pelos veteranos, juntos aos calouros de 78.

Segundo o presidente do DACLOBE, Geraldo Escobar Pinheiro, essa arrecadação de alimentos e remédios faz parte do “Trote Cultural” a que estão submetidos todos os calouros deste ano (de 1978) da Faculdade de Direito de Campo Grande. Depois de arrecadado, o produto é distribuído entre as instituições de caridade, ajudando dessa maneira as classes menos favorecidas da sorte.⁶⁵²

O trabalho de compreensão da realidade histórica exige que o historiador e os demais estudiosos do mundo social detenham-se de forma minuciosa nas representações que são elaboradas a respeito da própria realidade histórica e que, de certo modo, passam a ser formas hegemônicas de entendimento do presente, até porque, conforme afirmaram Marx e Engels, a

[...] produção de idéias, de representações da consciência está, no princípio, diretamente vinculada à atividade material e o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio espiritual entre os homens, aparecem aqui como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo ocorre com a produção espiritual, tal como aparece na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica, etc., de um povo. São os homens os produtores de suas representações, de suas idéias, etc., mas os homens reais e atuantes, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações a eles correspondentes, até chegar às suas mais amplas formações. A consciência nunca pode ser outra coisa que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo da vida real. E se, em toda ideologia, a humanidade e suas relações aparecem de ponta-cabeça, como ocorre em uma câmara escura, tal fenômeno resulta de seu processo histórico de vida, da mesma maneira pela qual a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico.⁶⁵³

É possível afirmar, tendo como base os escritos de Marx e de Engels, que é da relação com a natureza e com os demais sujeitos históricos que as representações surgem. Sendo assim, não há como dizer que as representações não são produtos sociais e históricos, uma vez que só existem por meio da ação dos sujeitos diante da realidade em que vivem.

⁶⁵² DACLOBE ENTREGA ALIMENTOS ÀS INSTITUIÇÕES DE CARIDADE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 5, 6 mar. 1978.

⁶⁵³ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martin Claret, 2006, p. 51.

Em razão disso, a inversão da realidade era uma ação consciente e não propriamente uma obra do acaso ou da “sorte”, tal qual foi publicado no JCE. Diante disso, a expressão “classes menos favorecidas da sorte”, que foi utilizada na matéria intitulada DACLOBE entrega alimentos às instituições de caridade⁶⁵⁴ constituiu um exemplo muito adequado do quanto é possível, através do ato da representação, enviesar o entendimento da realidade histórica por meio da linguagem escrita.

Ao adjetivar a situação do “povo comum” como sendo uma situação existente em razão da “sorte”, o texto contribui grandemente para sinalizar que a pobreza material era algo que não dependia das ‘práticas’ dos seres humanos, ou seja, afirma que a realidade histórica do “povo comum” existia em razão do acaso e não por causa das condutas dos sujeitos históricos.

Ora, mas se era em razão do acaso, como podia haver representação, uma vez que essa só existe com base na realidade “material”, mesmo que seja uma representação imaginária. Os escritos de Marx e de Engels também são de grande valia para esclarecer essa questão. Segundo eles, quando isso ocorre é porque a representação, que continua sendo expressão consciente, tende muito mais para uma representação imaginária do que para uma representação real.

As representações que tais indivíduos elaboram referem-se à sua relação com a natureza, ou sobre suas as relações entre si, ou ainda a respeito de sua própria natureza. É óbvio que, em todos esses casos, tais representações são a expressão consciente, seja real ou imaginária, de suas reais relações e atividades, de sua produção, seu intercâmbio, de sua organização política e social. A hipótese contrária só é possível quando se admite algo além do espírito de indivíduos reais, materialmente condicionados, um outro espírito do além.⁶⁵⁵

Sendo assim, quando o historiador afirma que as ‘práticas’ dos acadêmicos constituíam e colaboraram para a construção de uma representação imaginária e que elas não contribuíam para transformar de fato a realidade de tais pessoas, não se trata simplesmente do pesquisador ser contra tais eventos em prol dos “necessitados”. Essas ‘práticas’ privadas de cunho beneficente tinham efeito e eram válidas sim, tanto é que minimizaram uma parcela das carências que afligiam o “povo comum”.

⁶⁵⁴ DACLOBE ENTREGA ALIMENTOS ÀS INSTITUIÇÕES DE CARIDADE. Op. cit., 1978.

⁶⁵⁵ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Op. cit., 2006, p. 51.

Contudo, o historiador também não pode simplesmente deixar de explicitar a clareza e a distinção⁶⁵⁶ dos elementos que compõem os nexos constitutivos da realidade histórica. O pesquisador precisa afirmar que tão somente por meio dessas ‘práticas’ de acadêmicos não era, bem como não foi, possível resolver satisfatoriamente a situação de miséria em que estavam os sujeitos das “classes menos favorecidas da sorte”.

Clareza nesse caso consiste em afirmar que as ‘práticas’ beneficentes ajudaram a alterar a situação do “povo comum”. Já a distinção consiste em externar quais eram os elementos constitutivos dessa clareza. Nesse caso, os elementos, que são as ‘práticas’ beneficentes, ajudaram a camuflar ainda mais a realidade de pobreza material existente, tendo em vista que as ações eram extremamente localizadas e não estruturais.

Nessa perspectiva, não faz sentido considerar como procedente a afirmação de que havia “necessitados” em razão da “sorte”, do acaso ou por causa da intempestividade que é própria do destino. Havia sim “necessitados”, mas em razão das ‘práticas’ conscientes dos sujeitos históricos.

Dito isso, faz bem mais sentido considerar que os “necessitados” eram construídos e construtores da realidade histórica em que viviam, sujeitos ora ativos e ora passivos, mesmo que esse processo de construção beneficiasse materialmente mais as classes dominantes do que as “pessoas comuns”, tendo em vista que passavam por inúmeras privações, basta lembrar que várias pessoas coletavam alimentos em montes de lixo.

Essa ‘prática’ beneficente, e vale ressaltar, ajudou os “pobres” de alguma forma, porém, não foi uma ajuda decisiva e não foi realizada apenas pelos universitários da FUCMT. Os acadêmicos do Centro de Ensino Superior Plínio Mendes dos Santos (CESUP)⁶⁵⁷ também participaram de eventos em prol das “classes menos favorecidas da sorte”.

Geraldo Escobar explicou que não só o DACLOBE, que teve a idéia, mas também os outros diretórios da FUCMT, bem como o do Centro de Ensino Superior de Campo Grande também participaram dessa “campanha do quilo”, para ajudarem as instituições de caridade da cidade.

A arrecadação do DACLOBE, segundo Escobar, teve um total de 110 quilos de arroz, 62 quilos de feijão e 70 quilos de açúcar, que foram entregues para o Asilo dos Velhos e ao Educandário Getúlio Vargas. Os vários tipos de remédios foram entregues à AMPARE, para que esta

⁶⁵⁶ Leibniz afirmava que “[...] é muito importante [...] a própria distinção entre o conhecimento sensível e o conhecimento racional. O conhecimento sensível pode chegar à clareza, mas é sempre confuso; o conhecimento racional é o conhecimento distinto. A filosofia alemã, de Leibniz a Kant, conservou essa distinção e o próprio Kant a aceita embora não a julgue suficiente para estabelecer a diferença entre o conhecimento sensível e o conhecimento racional. Diz ele: “A consciência das próprias representações, quando basta para diferenciar um objeto dos outros, chama-se *clareza*. Aquela pela qual se esclarece a composição das representações chama-se *distinção*. Só esta última pode fazer que uma soma de representações se torne um *conhecimento* no qual seja pensada a ordem da multiplicidade.” (ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 144).

⁶⁵⁷ O CESUP passou, a partir do ano de 1996, a ser denominado Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (UNIDERP).

instituição os distribuisse entre os presos da Cadeia Pública. Foram entregues 262 tipos de remédios em vidros e em envelopes. Também o DACLOBE recolheu materiais escolares – lápis, cadernos, borrachas, canetas e remédios – que foram entregues ao secretário de Educação e Cultura do município, professor Alcídio Pimentel, para que ele se encarregasse da distribuição às escolas mais necessitadas. Escobar Pinheiro informou também, na oportunidade, que no dia 27 de maio, será realizada a I Festa do Chopp, no pátio do Centro de Ensino Superior, promovido pelo DACLOBE e pelo diretório do CESUP. No dia 16 de abril, haverá o Churrasco do Calouro, que será realizado na Fazenda Rancharia, contando com a participação dos calouros, veteranos e também da população.⁶⁵⁸

Do ponto de vista do relatar o que passou deve-se elencar que houve atividades estudantis que visavam beneficiar as pessoas mais necessitadas de Campo Grande. Os eventos, tais como: Trote Cultural, Campanha do Quilo, I Festa do Chopp e Churrasco do Calouro, contribuíram para amainar as dificuldades de várias famílias.

Quando o historiador apenas faz esse relato, essa narrativa seqüencial de fatos ocorridos no passado, pouco ajuda a transformar a realidade do presente, como tão bem lembrou-nos o historiador francês Marc Bloch na obra intitulada *Apologia da história ou o ofício do historiador*⁶⁵⁹.

O historiador não precisa fazer uma história seqüencial dos fatos ocorridos, dos acontecimentos dados, mas precisa sim fazer uma história do presente que busca entender o passado na medida em que ao compreender esse mesmo passado seja possível compreender de forma mais esmiuçada o presente e, é claro, transformá-lo.

É por isso que tanto quanto mais existe a predominância em um texto da história seqüencial dos fatos ocorridos, tanto quanto mais inexiste nesse mesmo texto a história do presente, ou seja, uma história que ajuda a compreender o agora por meio do passado e não apenas a relatar o que ocorreu.

Considerando essas observações, é mais oportuno pensar o relato desse passado de ações acadêmicas em prol dos “pobres” urbanos como um indício de que a comunidade educacional mobilizou-se para ajudar instituições públicas e privadas que atendiam essas mesmas pessoas “pobres”. Ação que denota determinada preocupação para com os “necessitados”, entretanto, a preocupação e a ação postas em movimento não são indicativo seguro de que existe êxito.

Da tentativa à concretização dela existe um espaço por vezes imenso e nem sempre pacífico para ser percorrido. Em grande parte porque diminuir esse espaço implicava em abdicar de poder e de dominação, propriedades que a elite dirigente não queria, isso em razão da posição que estava, perder.

⁶⁵⁸ DACLOBE ENTREGA ALIMENTOS ÀS INSTITUIÇÕES DE CARIDADE. Op. cit., 1978.

⁶⁵⁹ BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Quando muito, as abdições, mesmo bem intencionadas, vinham pautadas justamente pelos eventos e atos caritativos, que, na prática, não sanavam as necessidades e carências que a concentração de poder e de dominação da elite causavam ao “povo comum”.

Sendo assim, as ‘práticas’ dos acadêmicos, por mais solidárias que fossem, indicam para o historiador que intenta pensar as contradições e os conflitos entre os sujeitos históricos que havia pobreza latente na cidade de Campo Grande e não propriamente que havia eventos e atos caritativos.

Pensando tais ‘práticas’ dessa forma, as mesmas contribuem imensamente para revelar a existência da miséria que foi construída e, também, mantida pelas ações de determinadas pessoas, nesse caso pelas ações da elite que, por vezes, acabava empreendendo ações, como no caso das condutas beneficentes, com o intuito de aplacar a miséria que ela mesma ajudava a construir e a manter.

O sujeito denominado popularmente de Feitosa, para exemplificar, era um dos “pobres” que se enquadrava no perfil das pessoas que deviam ser assistidas pelos donativos coletados nos eventos promovidos por acadêmicos de determinadas Faculdades de Campo Grande.

No final do mês de dezembro do ano de 1979 o *Jornal Correio do Estado* publicou uma nota com um duplo objetivo. Quais sejam: denunciar a situação em que estava o sujeito Feitosa e cobrar providências das ‘autoridades’ públicas em relação às ‘práticas’ cotidianas feitas por ele, pois vitimavam a ‘população’ cidadina.

Feitosa foi descrito da seguinte forma:

Cantando e falando muito, o débil mental conhecido como Feitosa, que perambula pelas ruas centrais de Campo Grande, trajando os mais variados tipos de roupas, desde peças femininas, como vestido, blusa, saias, entre outras, é um sério problema, pois constantemente ele está invadindo as casas comerciais, arruaçando muitos fregueses. Feitosa, que também costuma freqüentar os bares da Avenida Calógeras, entre as ruas Antônio Maria Coelho e Maracaju, alimenta-se com restos de comida, e já foi motivo de várias reclamações à Secretaria de Promoção Social desta Capital, para que tome uma providência em torno do caso, internando-o para tratamento. Até o momento nenhuma providência foi tomada e o débil mental continua por aí, com seus trajes ridículos.⁶⁶⁰

Esse tipo de relato sinaliza de forma bastante apurada o modo como o JCE representou o cotidiano dessa “figura popular” para a sociedade campo-grandense. Pessoa “débil mental”, insignificante, cantadora, faladora, que usava vestimentas das mais variadas, desde as do vestuário masculino até as do feminino, bagunceiro, alimentava-se “com restos de comida”, freqüentava bares e, para finalizar, era um “sério problema” à cidade.

⁶⁶⁰ FEITOSA, UM PROBLEMA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 6, 24/25 dez. 1979.

Adjetivar Feitosa indica, e isso independente das adjetivações a ele conferidas, que “[...] mesmo as formulações nebulosas do cérebro dos homens são sublimações necessárias do seu processo de vida material que se pode constatar empiricamente e que se encontram sobre bases materiais.”⁶⁶¹

Em razão disso, os adjetivos com os quais Feitosa foi representado servem muito pouco para qualificar, narrar ou analisar se ele era ou não realmente desse jeito, entretanto, os adjetivos são de grande valor para externar o pensamento consciente que parte da classe dominante tinha sobre o “povo comum” que ocupava o espaço público do centro da cidade de Campo Grande.

Pensamento esse que não deixava de ser consciente, contudo, isso não significa que era uma representação que devia ser transformada, pois fazer uma transformação incutia em alterar significativamente a hierarquia de valores sociais e culturais vigentes naquela época.

É bem mais prudente considerar que tais adjetivos eram reais e adequados para uma pequena parcela da ‘população’ campo-grandense, uma vez que serviram apenas à classe dominante que os proferia. Que fique bem claro então que o objetivo da elite não era o de transformar a concretude histórica, tal como deve fazer “[...] o materialista prático [...] (que procura) revolucionar o mundo existente, [...] atacar e transformar, na prática, o estado de coisas que ele encontrou.”⁶⁶²

O intuito da classe dominante definitivamente não era o de “revolucionar o mundo existente”. Com base nos textos analisados, e que foram publicados no JCE, o objetivo era, quando muito, apenas afastar as “pessoas comuns”, como o sujeito denominado de Feitosa, e as referidas ‘práticas’ por essas pessoas materializadas no espaço público do centro comercial da cidade de Campo Grande.

3.2 Representações do corpo

Impedir a presença de corpos de “pobres”, doentes e sem higiene no espaço público era fundamental para pelo menos manter a aparente imagem de cidade modernizada e desodorizada. Pessoas “pobres”, malsãs e sujas meneando pela cidade depunham muito concretamente contra a representação que a elite veiculava sobre Campo Grande, qual seja, a de que a cidade era moderna e que a cada dia consolidava essa condição.

Vale lembrar que a cidade vista concretamente era muito mais fácil de ser fixada do que a cidade que não podia ainda ser vista. Justamente por isso a elite empenhava-se em afastar do centro urbano os sujeitos “pobres”, enfermos e, em geral, todas as pessoas que

⁶⁶¹ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Op. cit., 2006, p. 52.

contribuíam explicitamente para desmontar, mesmo não tendo o intuito, a idéia de modernidade que a elite empenhava-se em construir, bem como usufruir de tais condições.

Miséria e doenças, nesse caso, estavam corroborando de forma muito efetiva para que as ‘autoridades’ públicas e privadas empreendessem ‘práticas’ das mais variadas sobre as “pessoas comuns”. Fato esse que ocorreu em inúmeros outros locais, tanto no Brasil como no restante do mundo, basta mencionar os escritos de Luzia Margareth Rago, em particular o último capítulo do livro *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil – 1890-1930*⁶⁶³, denominado *A desodorização do espaço público*, o livro intitulado *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*⁶⁶⁴, de Sandra Jatahy Pesavento e a obra *Le miasme et la Jonquille*⁶⁶⁵, do historiador francês Alain Corbin.

Ter “pobres” já era uma situação pouco aceita. Ter “pobres” que nem higiene demonstravam ter, que aparentavam ser doentes e que ficavam perambulando pela cidade fazia com que ela – a cidade – fosse lida como um lugar inadequado à ‘população’, portanto, dava a entender que aquele espaço público não era da elite, mas sim de pessoas não-abastadas, sem higiene e doentes.

Logo, pode-se ler que o espaço público era, com essa configuração, um espaço propriamente de não-hegemonia da elite. O centro urbano e comercial da cidade de Campo Grande era sim um local territorializado pela elite, porém, esse mesmo espaço era territorializado muito mais pelo “povo comum”. Foi em parte por causa disso que a elite e as ‘autoridades’ empenharam-se tanto em afastar do centro os “pobres”.

Processo esse que teve o *Jornal Correio do Estado* como um dos principais porta-vozes dessa empreitada, uma vez que

[...] o poder das palavras reside no fato de não serem pronunciadas a título pessoal por alguém que é tão-somente “portador” delas. O porta-voz autorizado consegue agir com palavras em relação a outros agentes e, por meio de seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador.⁶⁶⁶

Qual seja esse grupo, a elite em sua maior parte e, de toda forma, a maior parte da elite, pois se apoiassem as ‘práticas’ do “povo comum” não havia pertinência em desautorizar a visão de mundo social empreendida pelos “pobres”.

⁶⁶² MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Op. cit., 2006, p. 73.

⁶⁶³ RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil, 1890-1930*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 163-203.

⁶⁶⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Nacional, 2001.

⁶⁶⁵ CORBIN, Alain. *Le miasme et la Jonquille*. Paris: Aubier Montaigne, 1982.

⁶⁶⁶ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. Op. cit., 1998, p. 89.

A presença do “povo comum” foi vista como o elemento mais concreto e mais negativo à cidade, embora existissem questões que também preocupavam a elite e as ‘autoridades’, tais como o abate e a comercialização clandestina de alimentos para os habitantes, venda de leite que por vezes tinha fezes, carrapatos e moscas, além de ter água misturada, falta de higiene no preparo do caldo de cana e criação de suínos na região central da cidade que ocorria, para exemplificar, em algumas partes da Rua 13 de Maio.

Mesmo existindo inúmeros outros elementos que depunham material, visual, sonora e olfativamente contra a modernidade de Campo Grande, era o “povo comum” o ponto-problema que mais contribuía para tal processo, pois representava, principalmente por meio de suas ‘práticas’ cotidianas, grande parte de tudo o que a elite queria eliminar do espaço urbano: gente pobre, sem higiene e malsã meneando pelas vias urbanas da “Cidade Morena”.

Nesse sentido, as representações que foram elaboradas sobre o “povo comum” que havia no centro da cidade de Campo Grande estão bem próximas das representações construídas sobre os sujeitos de que escreveu a historiadora Luzia Margareth Rago, notadamente o proletariado urbano da última década do século XIX e das três primeiras do século XX.

O pobre é o outro da burguesia: ele simboliza tudo o que ela rejeita em seu universo. É feio, animalesco, fedido, rude, selvagem, ignorante, bruto, cheio de superstições. Nele a classe dominante projeta seus dejetos psicológicos; ele representa seu lado negativo, sua sombra.⁶⁶⁷

É adequado aqui considerar as observações de Rago, tendo em vista que não há nesse caso o perigo de incorrer no anacronismo. Essas representações elaboradas outrora pela burguesia continuam então, de certa forma, válidas também para pensar a realidade das “pessoas comuns” que ocupavam o espaço público da cidade de Campo Grande, isso porque a burguesia procurava alterar a realidade dos sujeitos que residiam nas cidades, sobretudo na de São Paulo e na do Rio de Janeiro.

Contudo, as aproximações não são todas. Se por um lado é possível mencionar a aproximação, já que geralmente as classes populares foram adjetivadas depreciativamente pelas classes dominantes, por outro lado existe a particularidade. O que constitui a particularidade do “povo comum” da cidade de Campo Grande era justamente o fato dos sujeitos não estarem trabalhando na condição de operários industriais ou de trabalhadores rurais. Daí a dificuldade da elite e das ‘autoridades’ conseguirem impor controle, seja ele efetivo e/ou paliativo, sobre tais pessoas, bem como sobre as ‘práticas’ que estas materializavam.

O controle existente dava conta de impedir precariamente algumas ‘práticas’, deixando outras tantas sem nada poder fazer para desmantelá-las. Essa ineficiência foi em larga medida explicitada em textos publicados no JCE. A incompetência das ‘autoridades’ públicas refletia-se no crescente número de crianças que faleciam em razão da desidratação, no aumento do comércio ilegal, em especial o de alimentos perecíveis, e, sobretudo, na intensificação de ‘práticas’ do “povo comum” no centro da cidade, tal como as feitas pelos “dementes”.

O médico, ex-presidente da Câmara de Vereadores de Campo Grande e vereador Francisco Giordano Neto, por meio de carta enviada ao JCE, afirmou, em meados do ano de 1969, que a

[...] mortalidade infantil, conforme tenho podido observar é maior, quando o nível econômico financeiro do país é muito baixo. Se você teve o cuidado de observar poderá verificar que a causa mortis se dá por desidratação – falta inclusive de leite – e falta de alimentos proteínados. Ora, estou cansado de ver mães pobres darem a seus filhos, recém nascidos água com açúcar... à falta do dinheiro para comprar o leite. Então ocorre que a Maternidade local, fazendo, como eu sei, milagres para manter-se, dá as primeiras roupas e alimentos às criancinhas pobres. Enquanto elas lá estão está tudo bem. Saem de lá para dar lugar a outras que vão nascer e você verifica o absurdo da falta de alimentos para a criança [...].⁶⁶⁸

A consequência dessa realidade era a desidratação, a desnutrição e a “natural” morte de muitos sujeitos. No final da década de 1960, a desidratação, por exemplo, vitimava em média 1 criança por dia na cidade de Campo Grande. Realidade que, cerca de 10 anos depois, ainda não tinha sido significativamente alterada.

Em 1979 houve registro de 2 mortes por causa de tuberculose em crianças com menos de 1 ano de vida, contudo, as doenças infecciosas intestinais vitimaram 373 crianças com menos de 1 ano de vida.⁶⁶⁹ Isso demonstra o quanto desestruturada e, não menos, perigosa era a vida dos “pobres” na zona urbana.

Se por um lado as políticas públicas empreendidas no decorrer de 1 década não conseguiram alterar minimamente a situação dos “pobres”, até porque no final da década de 1970 cerca de 80% da população de Campo Grande ainda não consumia água potável e tratada, por outro lado, os “dementes” que meneavam pelo espaço público receberam sim uma atenção por parte das ‘autoridades’.

⁶⁶⁷ RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil, 1890-1930*. Op. cit., 1997, p. 175.

⁶⁶⁸ GIORDANO NETO, Francisco. Carta. In: IMPRESSIONANTE A MORTALIDADE INFANTIL NA CIDADE: O CAMPOGRANDENSE DE AMANHÃ ESTÁ MORRENDO HOJE DE FOME. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 12 jun. 1969.

⁶⁶⁹ BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde. Divisão Nacional de Epidemiologia. *Estatísticas da mortalidade*: Brasil: 1979. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1982, p. 315.

Nesse caso, foram empreendidas políticas públicas que visavam restringir dos espaços públicos da cidade a presença de sujeitos considerados como “dementes”. Essas ações institucionais impediram, de certa forma, a externalização de ‘práticas’ consideradas pela elite como “vexatórias” à imagem da “cidade”.

Os infelizes dementes que surgem em Campo Grande originários da região ou vindos de outras plagas, geralmente ficam perambulando pelas ruas ou são recolhidas à cadeia pública.

De vez em quando, sendo indigentes, são recolhidos em uma viatura e levados para o Hospital “Aduino Botelho”, de Cuiabá, onde após algum tempo, são recambiados para cá.

Isto acontece há anos, e não é de hoje que o problema aí está, permanecendo insolúvel, desafiando a boa vontade das autoridades e de pessoas bem intencionadas que se comovem com a dura sorte dos pobres doentes.

Como o problema torna-se cada vez mais grave, achamos aconselhável que se estude uma solução humana, à altura, que evite serem esses infelizes “impiedosamente abandonados” à própria sorte.

O Hospital “Aduino Botelho”, ao que sabemos, vive lotado e não pode receber e manter durante muito tempo, os doentes que para lá são encaminhados de vários pontos do Estado.

A solução deve ser encontrada aqui mesmo em Campo Grande, pois dispomos de magnífico hospital, destinado ao tratamento de doenças nervosas em todos os seus graus.

Talvez, a realização de um convênio entre as Secretarias de Saúde do Estado e do Município e o Sanatório Mato Grosso seja a solução ideal a pequeno e, possivelmente, a médio prazo.

Temos a impressão que a direção daquele nosocômio, construído com o apóio da população, não se negará a colaborar com a solução do problema que aflige a cidade, que não tem onde recolher os seus dementes que, felizmente, ainda são poucos.

Fica aqui a nossa sugestão para apreciação daqueles que se mostram preocupados com os infelizes doentes que perambulam pelas ruas da cidade.

Se, mediante convênio, conseguimos o Pronto Socorro que aí está prestando serviços, da mesma forma poderemos ter o nosso manicômio.⁶⁷⁰

A proposta do texto era a de amparar os “infelizes dementes” ou “infelizes doentes” diante da “dura sorte” na qual estavam, qual seja, a de serem pessoas com problemas mentais. Contudo, não se pode deixar de mencionar que o espaço ocupado por tais sujeitos “dementes” ou “doentes” era o espaço público da cidade e não as regiões periféricas e pobres dessa mesma cidade.

Nesse sentido, o corpo dos “infelizes” pode ser compreendido como um livro que externava em certa medida a falta de atuação das ‘autoridades’ públicas frente a tais pessoas, nesse caso pessoas supostamente doentes. Deixar sujeitos taxados como doentes ocupando o espaço público significava também afirmar que aquele ambiente era um local doentio e não sintonizado com a política de modernidade.

⁶⁷⁰ O PROBLEMA DOS DEMENTES. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 10 dez. 1971.

Dito isso fica mais adequado pensar agora o amparo proposto pelo Jornal Correio do Estado às 'autoridades' públicas de Campo Grande. Não bastava apenas conter a presença dos corpos malsãos por algumas semanas ou por alguns meses em espaço privado (manicômio). Era preciso manter tais pessoas, tais corpos e suas respectivas 'práticas' inadequadas à sociedade no ambiente privado pelo tempo que fosse necessário e não apenas pelo fator da falta de leitos, que obrigava a soltar uns dementes na medida em que chegavam outros.

Quando o JCE chama, até porque afirma veementemente que Campo Grande possui qualificação para construir e manter o seu próprio local para tratar dos corpos doentes, o JCE afirma também que Campo Grande era um local já dotado de modernizações médicas e hospitalares que podiam perfeitamente sanar as necessidades produzidas na própria cidade.

Fazia-se urgente limpar o centro da ocupação dos sujeitos "desajustados" para o mundo hierarquizado e disciplinado do trabalho, do "progresso" e da constante modernização. Limpeza que devia ser ampla, porém revestida de princípios humanitários. Nesse sentido, a cidade foi externada como não necessitando de ajuda, mas sim como sendo um local de ajuda às pessoas.

Esse entendimento, é claro, não pode ser pensado como algo procedente quando se amplia o horizonte da questão. Tratar dos problemas mentais era apenas uma justificativa para fazer com que a atuação do "povo comum" no espaço público fosse limitada e os mesmos tivessem seus corpos restringidos ao ambiente privado. A denúncia de sumiço de "figuras populares" por parte dos órgãos públicos também exemplifica essa realidade. Em meados no mês de dezembro de 1971, a

[...] figura mais popular da cidade, o Pompílio, que disputava com o extinto Josetti a admiração dos campograndenses, já não se acha em Campo Grande. A Secretaria de Promoção Social, no seu "zêlo", resolveu mandá-lo para outra cidade, quiçá internando-o num asilo de loucos ou patetas.

[...] (Em) determinada noite, Pompílio dormitava ao abrigo de uma marquise, e ali parou um veículo chapa branca e o recolheu. Pessoas que testemunharam o fato ainda indagaram o que pretendiam fazer com o Pompílio, ouvindo a declaração de que iriam dar-lhe um banho e mudar a sua roupa. Depois do episódio não mais se viu o infeliz nas ruas, sabendo-se, na tarde de sexta-feira, que a ordem partiu do Dr. César Macksoud, Secretário de Promoção Social.

Certa vez, quando o CORREIO DO ESTADO reclamava a ação da Secretaria em relação a mendigos, menores pedintes e desajustados que proliferam na cidade, respondeu o Dr. César que o problema não era da sua alçada.

O "expurgo" de Pompílio, embora possa chocar a sensibilidade da população, que ficou sem a sua figura popular mais antiga, pode indicar que a Secretaria resolveu rever o próprio comportamento e partir para o campo assistencial, como faria a FUNCAS, se existisse.

Pompílio foi recolhido ao Hospital Adauto Botelho, de Cuiabá, destinado a tratamento de loucos, embora nada tenha de louco, não passando de um pobre de espírito, e como tal com um lugar certo no reino dos céus, como promete Jesus no Sermão da Montanha.⁶⁷¹

A efervescência de adjetivações dadas ao Pompílio sinaliza a própria dificuldade do JCE em tratar do referido assunto. Ora essa “figura popular” foi denominada de “pobre de espírito”, ora como sendo sujeito que despertava “admiração”, ora como sendo indivíduo que estava no mesmo patamar dos “mendigos”, dos “menores pedintes” e dos “desajustados” socialmente. Em síntese, pessoas inadequadas para ocupar o espaço público do centro da cidade de Campo Grande.

Não se trata aqui de discutir ou de dar um parecer favorável ou contrário à loucura de Pompílio. Antes disso e bem mais pertinente do que isso, trata-se aqui de tentar compreender a elite campo-grandense por meio das representações que a mesma elaborou sobre as “pessoas comuns”. Afinal, ao tentar externar o outro o que se consegue, quando muito, é externar a si próprio.

Nesse sentido, a exposição de corpos despidos também foi assunto. Assunto que denota em certa proporção o que as classes dominantes consideravam como ‘práticas’ inadequadas ao espaço público.

Foi depois de apreciar bem o local, ter bebido uma e outras, que Mineiro achou que o local era o Eden. Muito mato, estava parecendo a Idade da Pedra Lascada e o Mineiro não titubeou: tirou as roupas velhas e caiu n’água: córrego Segredo. Peladão e protegido pela vegetação natural, tão bem “conservada” pela Prefeitura, tomou seu banho e saiu tranqüilamente, enrolado em folhas de inhame.⁶⁷²

Esse relato não deixa textualmente explícito uma posição contrária ao banho do sujeito nas águas do Córrego Segredo. Entretanto, sugere fortemente que tal ‘prática’ ocorria por causa do matagal (sinônimo de um des-“progresso”) existente nas proximidades do centro urbano de Campo Grande.

Contudo, se pensarmos que o espaço público foi utilizado para materializar ações privadas pode-se, então, afirmar que a higienização do corpo, mesmo sendo fundamental aos sujeitos ditos modernos, torna-se um ato depreciável, já que foi realizado em local inadequado, isso porque o “mineiro” banhou-se em uma área considerada pública e não no abrigo das paredes de uma residência.

⁶⁷¹ PROMOÇÃO SOCIAL ‘EXPURGOU’ O POMPÍLIO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 20 dez. 1971.

⁶⁷² MINEIRO ESTAVA PELADO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 11/12 mar. 1972.

Assim como não era aconselhado fazer a limpeza do corpo em qualquer espaço, também não era tolerada a apresentação de qualquer imagem diante da sociedade em geral. O exemplo de um “mendigo”, caracterizado como sendo barbudo, ilustra bem esse tipo de representação a respeito do “povo comum”.

Se fosse época de Natal, iria se pensar que era o Papai Noel. Mas como não é, fica a imagem da mendicância de Campo Grande, muito comum nas ruas. Possivelmente o Secretário de Promoção Social conseguirá dar um jeito na situação, pelo menos diminuindo a incidência de mendigos na cidade.⁶⁷³

Não precisava resolver integralmente a questão, bastava “dar um jeito”, que nesse caso consistia em minimizar a atuação do “povo comum” no espaço público. A figura do sujeito com barba espessa era sinônimo de corpo mal cuidado, de incúria para com a higienização corporal. Esse sujeito era, na concepção veiculada pelo JCE, mais uma pessoa no rol dos “mendigos” que infestavam a cidade de Campo Grande.

Por vezes até as falas dos “mendigos” foram publicadas para dar a entender o quanto ludibriador podia ser esse tipo de sujeito que meneava pelas vias urbanas da cidade em busca de algum tipo de auxílio.

O cidadão passou, meteu a mão no bolso, tirou umas moedinhas e pôs na mão do mendigo. Este, resmungou um “Deus te ajude”, conferiu os miúdos e colocou-os no bolso [...]. É rotina esta operação na vida da mendicância, que devia ser amparada, evitando-se assim que Campo Grande pareça uma cidade cheia de necessitados desamparados pelos poderes públicos. Com a palavra a Secretaria de Promoção Social!⁶⁷⁴

O contraste entre o “cidadão” e o “mendigo” é evidente. O primeiro simboliza a pessoa que possui ocupação laboral, que é enquadrado em valores morais e sociais condizentes com a sociedade modernizada, bem como um sujeito bondoso, já que ajudou o “mendigo” que, por sua vez, simboliza a pessoa que não venceu na vida, pois estava desocupado do labor e passava necessidades das mais variadas, justamente por isso tinha que estender a mão aos sujeitos que passavam pela rua.

Esse contraste evidente sem dúvida é importante, contudo, não é o único contraste contido no texto. A solicitação de condutas por parte dos “poderes públicos” constituídos também ajuda a melhor entender qual devia ser a postura das ‘autoridades’ diante do “mendigo” e da “vida de mendicância” que o mesmo contribuía para avolumar.

O entendimento era bem simples, basicamente consistia em amparar e sanar as necessidades que os “mendigos” tinham. Ao fazer isso não apenas os “mendigos” beneficiavam-se, mas igualmente o centro da cidade de Campo Grande beneficiar-se-ia, já

⁶⁷³ SE FOSSE... *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 8 fev. 1973.

que deixava de ser um local territorializado por tais sujeitos, que, é bom que se diga, simbolizavam a pobreza econômica, isto é, a miséria de quem não conseguiu vencer materialmente na vida.

Portanto, a ação pública de ajudar os “necessitados” e os “desemparedados” era bem mais em prol da manutenção e da consolidação do espaço privado do que propriamente por causa da simples alteração do espaço público. Fazia-se necessário assistir os “mendigos” porque as suas ‘práticas’, tais como as de esmolar e as de mendigar, estavam descontentando a ‘população’ que habitava e/ou que freqüentava o centro da cidade e não porque esses sujeitos “pobres” passaram por privações de diversas ordens, mas sobretudo as mais essenciais, assim como o fato de não terem um local para higienizarem-se, um alimento para comer e um ambiente para dormir.

A constante falta dessas condições, que em tese são essenciais para a manutenção da vida de qualquer ser humano, corroborou para que alguns “mendigos” perdessem cada vez mais suas forças vitais, chegando alguns deles até mesmo a morrer em pleno espaço público.

Um mendigo de cor negra, cabelos bastante brancos amanheceu morto na manhã de ontem na Rua Antônio Maria Coelho. Sentado, como se estivesse dormindo, não dava a impressão de estar sem vida. Quando os moradores das proximidades se aperceberam do falecimento do conhecido mendigo, acenderam uma vela que teimava em permanecer acesa, apesar do forte vento. Morreu incógnito e nem a polícia sabe o seu nome.⁶⁷⁵

Esse relato seguramente consegue apenas exemplificar um caso de morte ocorrido, contudo, é prudente pensar que existiram muitos outros, cujas condições foram pouco externadas: de concreto mesmo era a morte e não os caminhos que levavam até ela. Mesmo assim, o cotidiano da pessoa que morava na rua era pautado de dificuldades variadas, que de uma forma ou de outra, contribuía para debilitar paulatinamente os corpos dos “mendigos”.

Essa parte do “povo comum” sofria com a ação das chuvas, do vento, do sereno, do sol, com a ingestão de alimentos que por vezes estavam até em estado inadequado para o consumo, vestiam-se na maioria das ocasiões com as mesmas roupas e utilizavam as mesmas roupas de cama por várias oportunidades, sendo que geralmente não lavavam. Dormiam em locais impróprios, tendo como base, na maior parte dos casos, o próprio concreto da calçada de marquises ou de algum estabelecimento abandonado. Fato esse que lhe acarretava graves problemas de saúde.

⁶⁷⁴ O MENDIGO CONFERE OS MIÚDOS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 9, 19/20 maio 1973.

⁶⁷⁵ MENDIGO MORREU SENTADO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 19 dez. 1973.

Levando em consideração esses fatores, embora deveriam existir inúmeros outros, fica perceptível o fato da morte se fazer muito mais presente no espaço público do centro da cidade e não no espaço da periferia de Campo Grande, isso porque fora do centro não havia oportunidades tão concretas de conseguir alimento, roupas, local para dormir e ganhar esmolas dos transeuntes.

A região central da cidade de Campo Grande, em razão dos “mendigos” que a territorializavam, passa então a ser um espaço visado por parte do olhar da elite e das ‘autoridades’ públicas e privadas que procuravam ordenar a região.

Essa ordenação consistia em afastar da região os sujeitos que não se enquadravam num modelo de conduta, qual seja, o da pessoa que trabalha e que utiliza o espaço público para ‘práticas’ consideradas tradicionalmente como públicas, tais como: comprar mercadorias, locomover-se de um local para o outro e não para as pessoas que utilizavam as calçadas para dormir, os muros dos estabelecimentos comerciais para se escorrarem e ali se alimentarem e os cruzamentos das vias mais movimentadas para pedir esmolas.

A desaprovação da realidade existente no centro urbano era tal que o Jornal Correio do Estado afirmou que

Campo Grande vem enfrentando ultimamente (final do ano de 1975), um sério obstáculo no que se refere à assistência social, e diversos fatores vem contribuindo para tal. Inúmeras vezes, na 14 de Julho e Avenida Calógeras, observamos estirados na calçada, com feridas à mostra, pessoas que nos imploram a caridade. Ora são mulheres com crianças no colo, que “choram a triste sorte”.

O que se verifica, também, é que atualmente existe uma área de concentração dos pedintes, na cidade, pelo menos de uma parte deles. O bom observador, irá notar que a Rua Dr. Demístocles, entre a 14 de Julho e a Avenida Calógeras, onde funcionou a sede da Copobel, mostra um triste quadro: são quase 40 pessoas que se aglomeram no local. De homens, mulheres e crianças, o “ponto” está repleto.⁶⁷⁶

Vale aqui tentar explicitar quem vinha “enfrentando” o “sério obstáculo” e qual era esse empecilho. Possivelmente não eram pessoas pobres, mas sim sujeitos minimamente abastados que residiam ou que eram atentos observadores, como o próprio JCE mencionou, ao que ocorria no espaço público da parte central da cidade de Campo Grande, isto é, pessoas que tinham moradia, ocupação laboral e estavam enquadrados em um padrão de conduta que era aceito como viável ao mundo modernizado.

O mesmo relato mostra uma gama de sujeitos e de ‘práticas’, só que nem sempre aceitas pela sociedade. Os sujeitos não aceitos eram homens, mulheres e crianças que foram acusados de anarquizar a “Cidade Morena” ao ponto de constrangerem uma parcela

dos sujeitos que passavam próximos da “área de concentração dos pedintes”, tanto sonora como visualmente, pois faziam barulho demasiado em altas horas da noite e externavam atos libidinosos em plena luz do dia.

A opinião do *Jornal Correio do Estado* não deixa dúvida de que a referida empresa jornalística desaprovava veementemente tal situação. Essa desaprovação fica bem explicitada quando da adjetivação de que aquela realidade era “um triste quadro”, ainda mais porque o local para tais ‘práticas’ era uma parte do centro urbano, ambiente de passagem para inúmeros transeuntes, local de moradia para significativa parcela da ‘população’ de lojistas e, além disso, ponto de grande comércio, sobretudo varejista.

O “triste quadro” não se restringia apenas a dita “sorte” dos “mendigos”. A configuração era bem mais ampla e abarcava além do elemento humanitário também questões de ordens moral e higiênica. Todas essas questões tinham o corpo dos “mendigos” como o principal meio de propagação.

Deitados, os homens nada fazem, as mulheres idem, e as crianças saem pelos bares das redondezas, a mendigar alguma coisa para comer. É um verdadeiro antro de promiscuidade, onde ao ar livre, os homens praticam atos libidinosos com mocinhas de 15 ou 16 anos, quando não, com as mulheres. As pequenas crianças, que correm inocentemente ao redor dos adultos, não ligam mais, ao verem os pais chegarem cambaleantes, com exagerada dose de alcoolismo.⁶⁷⁷

O corpo foi representado como o meio de viabilizar atos considerados como promíscuos, imorais e malsãos à boa saúde desse mesmo corpo. Em razão desses fatores, o corpo pode ser pensado como sendo de fundamental centralidade para todas as ‘práticas’ dos “mendigos”. Entretanto, o controle sobre o corpo e, conseqüentemente, sobre as ‘práticas’ concretizadas por meio dele eram pouco eficientes. Prova disso é o relato via JCE das mesmas ‘práticas’ que, de uma forma ou outra, indicam claramente a existência de uma realidade não consentida pela elite, mas que nem por isso deixava de existir.

Pensar a representação de parte da elite, afinal é isso que as fontes existentes no Arquivo do *Jornal Correio do Estado* possibilitam ao historiador, na verdade dos desejos do que ela não conseguia materializar, serve para indicar que o exercício do poder que ela concentrava não era de todo hegemônico, mas sim limitado.

O limite do exercício do poder defrontava-se com o poder das ‘práticas’ do “povo comum”, que mesmo sendo materialmente desprovido de inúmeros bens de consumo, exercia um expressivo poder. O poder exercido pelos “pobres” confrontava-se, nesse caso,

⁶⁷⁶ UM TRISTE “ESPETÁCULO” NO CENTRO DA CIDADE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 19 nov. 1975.

⁶⁷⁷ UM TRISTE “ESPETÁCULO” NO CENTRO DA CIDADE. Op. cit., 1975.

diretamente com o poder das classes dirigentes, em síntese, com os desejos de modernizar a parte urbana do centro da cidade de Campo Grande.

De concreto mesmo, e leva-se em consideração aqui que essa concretude engloba também o que é realidade simbólica, as 'práticas' da elite estavam sempre aquém dos seus desejos, dos seus modelos e das suas idealizações. Os espaços urbanos e públicos da cidade tinham sempre, ora com maior, ora com menor intensidade, a presença marcante das "pessoas comuns". Presença essa que era, por vezes, sentida através das formas visual e olfativa.

Segundo representação emitida em texto do Jornal Correio do Estado, datado do mês de novembro de 1975, consta que alguns dos locais ocupados pelos "mendigos" eram simplesmente "antros" sociais, nos quais se praticava variados atos, que em nada contribuíam para um salutar desenvolvimento do ser humano, que era a integração dos sujeitos ao mundo do trabalho modernizado, nesse caso ao mundo capitalista.

Ao contrário, a realidade em questão, que era a do 'trabalho indigno', foi representada como corroboradora para uma depreciação humana ainda mais intensa do que aquela já existente. Esse tipo de posicionamento representativo fica muito bem externado quando o JCE relatou que:

Não existe o mínimo de higiene no local: banhos, os elementos não tomam, e quando o sol bate na famigerada pensão, o mau-cheiro exala, deixando os moradores vizinhos a reclamar. É sem dúvida, algo deprimente. As meninas-moças do local, em grupo ou separadas, exibem partes do corpo aos homens que passam. Como é lógico, quase ninguém liga para as propostas abusivas das garotas, recebendo até palavrões, em represália.⁶⁷⁸

Existia o intuito de controlar as 'práticas', mas não havia efetivo controle das atividades do "povo comum". Isso demonstra que a interferência dos "pobres" na cidade era bem mais ativa do que a elite estava disposta a tolerar.

Quando o JCE denuncia, e isso não deixa de ser uma denúncia de uma parcela das classes dominantes, visando cobrar providências, revela que tais 'práticas' do "povo comum" eram consideradas como inadequadas ao ambiente citadino, quais sejam: não higienizar o corpo, não realizar o asseio do local de moradia e prostituir-se.

Ao mesmo tempo em que o texto deprecia as ações das "pessoas comuns" ele também valoriza significativamente a conduta da 'população', pois explicita determinadas adjetivações sobre essa 'população'. Uma delas consiste em afirmar que "quase ninguém liga para as propostas" (sinal de uma exemplar conduta moral diante do sexo).

⁶⁷⁸ UM TRISTE "ESPETÁCULO" NO CENTRO DA CIDADE. Op. cit., 1975.

Essa descrição sinaliza que a prostituição foi considerada como sendo uma ação moralmente inadequada naquele espaço, e que devia ser corrigida, daí ser justificado o fato de existirem as outras considerações, tais como: “é lógico” que a maioria das pessoas não quer isso (questão moral) e até “palavrões” que eram proferidos contra tal conduta das “meninas-moças” (questão pedagógica).

Ao explicitar adjetivações valorativas sobre a ‘população’ que pelo local passava, afinal agiam tendo como base princípios morais e pedagógicos, o Jornal Correio do Estado contrubui para delimitar ainda mais quais eram os valores defendidos pelas classes dominantes.

Esses valores, ora mais nítidos, ora mais ocultos, intentavam permear como um todo o espaço urbano e objetivavam, de forma bastante evidente, transformar material e culturalmente esse mesmo espaço. Estar descontente com a presença de “pobres”, com suas atividades cotidianas e com as construções que faziam parte do local constitui exemplificação latente dessa realidade.

Realidade desregrada de valores morais, higiêncios, sanitários, habitacionais e pedagógicos que foi pensada como um péssimo cartão-de-visitas à ‘população’ residente em outras plagas que chegasse na “Cidade Morena”.

Em frente ao “ponto”, existem três hotéis, e para lá se dirigem pessoas, geralmente vindas de outras cidades, gozando férias ou a serviço, como é o caso de uma representante da Editora e Livraria Sugestões Literárias S/A, que ficou horrorizada com o que observara, “numa cidade grande como esta”.

Assim como dona Laís Vieira, muitos outros visitantes pensarão a mesma coisa, ao observarem o total abandono daquelas pessoas, pelas autoridades – que às vezes também não têm recursos para tal. A proprietária de um hotel, dona Maria Silva, disse à nossa reportagem, que na noite de anteontem (dia 17 de novembro de 1975) houve uma tremenda bagunça entre os próprios moradores do “Beco”, que xingaram-se mutuamente, inclusive partindo para a agressão física.

Todos eles, ninguém sabe de onde vêm ou para onde vão, pois naquele local aparece e desaparece gente, nunca permanecendo, geralmente, os mendigos, por muito tempo.

Desta vez, os quase 40 elementos encontram-se já há cerca de três meses no “ponto”. A Polícia, certa vez esteve lá, arrastando todo mundo, todavia o silêncio voltou a imperar. Mas só por alguns dias. A bagunça, depois, voltou. E bem maior. Reclamações foram feitas, mas as providências e medidas cabíveis, deverão ser tomadas por quem de direito. E de recursos também.⁶⁷⁹

O texto revela no mínimo dois tipos de existência social que, por sua vez, revelam a existência de conflitos sociais. Algumas pessoas existiam socialmente em razão da condição econômica que tinham; outras existiam socialmente em razão da condição cultural

⁶⁷⁹ UM TRISTE “ESPETÁCULO” NO CENTRO DA CIDADE. Op. cit., 1975.

e material que externavam especificamente no espaço urbano do centro da cidade de Campo Grande.

Uns eram representados como sujeitos enquadrados simbólica e materialmente no mundo modernizado; outros foram pensados como sujeitos desconhecedores de tal enquadramento ao ponto de conseguirem por meio de suas 'práticas' horrorizar visitantes e atormentar a vida das pessoas que trabalhavam próximas ao referido "antro" que abrigava os "mendigos".

Nesse sentido, a representação existia em razão das 'práticas' que o "povo comum" concretizava nesse mesmo mundo social. Dessa forma, o que mais importa aqui não é propriamente apenas afirmar que tanto a 'população' como os "mendigos" foram percebidos como sujeitos, mas sim externar que foram pensados como construtores de 'práticas' distintas e, em razão disso, foram representados como sujeitos distintos uns dos outros, tendo em vista que, de fato, interferiam antagonicamente no mesmo ambiente.

A esse respeito o filósofo francês Pierre Bourdieu foi muito explícito em um de seus inúmeros escritos, quando afirmou que o "[...] mundo social é também representação e vontade; existir socialmente é também ser percebido, aliás, percebido como distinto."⁶⁸⁰ E o fato de ser percebido como distinto era, realmente, algo que ocorria entre a 'população' e os "mendigos".

É a distinção entre as 'práticas' dos sujeitos que deve ser elevada em consideração, isto é, o poder do sujeito conseguir interferir, alterar ou transformar a realidade em que está, dando a essa mesma realidade e aos sujeitos que nela estão uma direção contrária, que na maior parte das vezes é também conflitiva, com relação ao poder dominante ou ao poder de quem é dominado.

Vale frisar que a transformação nem sempre significa uma mudança no sentido de melhorar a realidade, por vezes a transformação não contenta nem aos sujeitos que são da elite e nem aos que integram o chamado "povo comum". O que a existência social de forma distinta produz mesmo são os conflitos, as tensões, as inquietações e as indagações e não uma realidade mais ou menos adequada aos sujeitos que a produzem, embora esse seja o intuito filosófico mais lapidado da ação, posição que pó si só não viabiliza a realização da mesma na concretude histórica.

Afirmar isso não significa em momento algum dizer que entender as representações implica em compreender uma realidade que não é concreta. Bourdieu mais uma vez consegue exemplarmente expressar o quão importante é o estudo do mundo das representações. Compreender as representações significa considerar o mundo não apenas

⁶⁸⁰ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. Op. cit., 1998, p. 112.

no que é aparente e concreto, mas também no que contribui para movimentar o que se chama de aparente e de concreto.

Portanto, compreender as representações implica em entender que existem

[...] lutas entre classificações, lutas pelo monopólio do poder de fazer ver e de fazer crer, de fazer conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por essa via, *de fazer e desfazer os grupos*. O móvel de todas essas lutas é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, tão logo se impõem ao conjunto de um grupo, estabelecem o sentido e o consenso sobre o sentido, em particular sobre a identidade e a unidade do grupo, que está na raiz da realidade da unidade e da identidade do grupo.⁶⁸¹

Considerando isso, fica mais oportuno pensar que a externalização de adjetivos demeritivos via JCE sobre o “povo comum” foi uma tentativa desse mesmo meio de comunicação, e das pessoas que ele de certa forma procurava representar, de tentar impor uma visão de mundo e estabelecer aquela visão, daí a di-visão, como algo consensual.

Mesmo sendo o intuito de impor uma visão de mundo social algo considerável e efetivamente externado por meio das mais diversas “representações mentais”⁶⁸², havia muita dificuldade em impedir a emergência cotidiana e diária de ‘práticas’ no mínimo opostas ao mundo social pensado pelas classes dominantes.

A contínua e ativa presença de “mendigos” no espaço público do centro da cidade de Campo Grande era uma prova muito concreta, tanto no sentido material como no simbólico, do poder que o “povo comum” tinha de “fazer” impor e de “desfazer” o que estava imposto pelos grupos que se pensavam como encaminhadores da realidade de todos os sujeitos.

A morte física de algumas “pessoas comuns”, seja por causa de doenças, de afogamento ou de assassinatos, ilustra apuradamente a desordem reinante na cidade de Campo Grande. Desordem essa que não deixava de ser trágica, porém não deixava também de evidenciar a precariedade das modernizações citadinas e, em razão disso, a falta de poder da própria elite em alterar a infra-estrutura do espaço urbano da cidade que, cada vez mais, era territorializado de modo contrário aos modelos indicados pelas ‘autoridades’ públicas, notadamente as municipais.

Quase todo o dia falecia uma ou outra criança vítima de desidratação, em geral essas crianças residiam em moradias cuja infra-estrutura era muito precária. Na maior parte das vezes a água consumida era de qualidade bastante duvidosa. De um total de 7 falecimentos ocorridos no dia 22 de julho do ano de 1969, na cidade de Campo Grande,

⁶⁸¹ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. Op. cit., 1998, p. 108.

[...] 5 foram de crianças. Esse índice comprova que é grande o número de campograndenses que estão morrendo em tenraidade. Urge que se tome providência, no sentido de baixar esse índice, que é estarecedor.⁶⁸³

Mais de meia década depois, já no ano de 1975, o *Jornal Correio do Estado* continuava a noticiar a morte de crianças vítimas de desidratação.

A desidratação causou a morte de 13 crianças durante os 13 dias de março, segundo levantamento da reportagem do *CORREIO DO ESTADO* junto ao Cartório de óbitos.

Muitos embora as previsões indicassem que poderia haver sensível redução dos casos fatais em fevereiro, tal não aconteceu, e muito pelo contrário, foi o mais alto índice já registrado desde o mês de outubro.

Somente neste ano de 1975, segundo as estatísticas do CE, ocorreram 59 óbitos de vítimas da desidratação.

Desse total, apenas um adulto perdeu a vida.⁶⁸⁴

É bem possível que o número de crianças falecidas seja, na realidade, superior aos óbitos registrados no Cartório de Óbitos, até porque os procedimentos legais nem sempre dão conta de quantificar com precisão a dinâmica da realidade a qual se propõem a externar.

Embora ações públicas e privadas tenham sido empreendidas para tentar aplacar a morte de crianças, a existência de óbitos de crianças vítimas de desidratação serve para sinalizar a existência de uma questão que depunha contra a imagem de cidade modernizada que a elite procurava construir sobre a realidade de Campo Grande.

Afinal, quando numa cidade as crianças morrem com tão poucos anos de vida, isso indica minimamente que as 'autoridades' não conseguem viabilizar mecanismos para superar tais questões, logo, sinaliza em igual proporção que a elite não consegue controlar os rumos citadinos, isto é, que ela não possui poder para impor um determinado controle sobre a realidade.

Sendo assim, a morte de crianças vítimas de desidratação, assim como a morte de adultos e também de crianças/adolescentes por afogamento, sugere de modo muito concreto que em algumas partes do espaço urbano da cidade de Campo Grande havia falta de infra-estrutura ao ponto do menino Walter da Costa, do senhor Justo Camargo e da menina Célia Maria terem se afogado quando empreendiam a travessia do Córrego Segredo.

⁶⁸² A língua, o dialeto e o sotaque constituem, por exemplo, o objeto das "representações mentais". (BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. Op. cit., 1998, p. 107).

⁶⁸³ MORTALIDADE INFANTIL CONTINUA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 24 jul. 1969.

⁶⁸⁴ DESIDRATAÇÃO: UMA MORTE POR DIA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 15/16 mar. 1975.

O corpo de Bombeiros conseguiu localizar, na manhã de sábado, a cerca de 150 metros do local onde afundou, nas proximidades do Viaduto Hélio Macedo, o corpo de Justo Camargo, 42 anos, casado; ele morreu na quarta-feira da semana passada, quando tentou a travessia do Córrego Segredo junto com uma enteada, Célia Maria, de 7 anos de idade, que também morreu e cujo corpo foi encontrada na manhã de quinta-feira. Com a localização do cadáver de Justo Camargo, já em estado de putrefação, os bombeiros encerraram seus trabalhos, iniciados na tarde de quarta-feira, após comunicado o desaparecimento de Justo e Célia. A guarnição de Busca e Salvamento já localizado, antes, o corpo do menor Walter da Costa, de 13 anos, que também morrera afogado no dia da tromba d'água que precipitou 103 milímetros.⁶⁸⁵

As águas do Córrego Segredo, que era o mesmo riacho que produzia desespero aos moradores da “Favela do Segredo” ou “Favela do Querosene”, pois suas águas inundaram, no início do mês de abril de 1977, as moradias de cerca de 100 pessoas, deixando-as quase que totalmente desabrigadas, levando embora os poucos utensílios e mantimentos alimentícios, deixando encharcados os que ficaram e causando a morte de pessoas, também serviram para auxiliar na higienização do corpo humano.

O Jornal Correio do Estado noticiou, no princípio da estação de outono de 1979, que já fazia

[...] algum tempo, uma mulher vem escandalizando as famílias na Rua Arlindo de Andrade, cujos terrenos fazem fundo com o Córrego Segredo, nas proximidades do Hospital Rondon. Uma moradora denunciou-a ontem (dia 26 de março de 1979) à reportagem do Correio do Estado afirmando que, todos os dias, logo pela manhã, ela despe-se à beira daquele córrego e banha-se, não se importando com a presença dos chefes de famílias e mesmo crianças ali residentes.⁶⁸⁶

Se por um lado era condenável não higienizar o corpo, por outro lado a referida higienização dependia de espaço apropriado. O local devia ser longe do alcance dos olhos da ‘população’ e, em razão disso, tinha que ser um espaço privado. Ao noticiar esse tipo de posicionamento do JCE ajuda a descortinar a configuração do pensar da elite e das pessoas que residiam nas proximidades do Córrego Segredo.

Em geral, a ‘população’ do entorno não aceitava gente imunda meneando pelas vias públicas, mas igualmente não aceitava a higienização feita em espaço público. Sinônimo de infração legal, desrespeito social e, sobretudo, falta de postura moral, levando-se em conta que era uma pessoa do sexo feminino e que “todos os dias” a mulher banhava-se nas águas do Córrego Segredo, levando-se também em consideração que a mesma não era débil mental.

Inicialmente, conforme afirmou uma das moradoras ao JCE,

⁶⁸⁵ BOMBEIROS LOCALIZAM ÚLTIMA VÍTIMA FATAL DA TROMBADA D'ÁGUA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 7, 4 abr. 1977.

[...] que preferiu omitir seu nome – pensávamos que se tratava de uma débil mental. Entretanto, nos últimos dias, quando meu marido vai até o fundo do quintal, ela esconde-se numa demonstração de que tem consciência do que está fazendo, o que não se esperaria de uma pessoa doente das faculdades mentais. Mesmo assim, como existem diversas construções aqui por perto, freqüentemente ouve-se operários proferirem palavras de baixo calão, quando a “banhista” encontra-se em seu habitual escândalo.

Numa alusão a uma personagem de um filme, a mulher já está sendo chamada de “A Dama do Segredo”. Apesar disso, as senhoras das residências periféricas abordam o assunto com muita seriedade e são unânimes em solicitar que autoridades competentes tomem as devidas providências.

Um outro aspecto que contribui para a revolta das mães ali residentes é o de que todos os muros de quintais foram derrubados (posteriormente seriam reconstruídos pela Prefeitura) para as obras de canalização e pavimentação às margens do córrego, e isso, praticamente força a todas as pessoas que vão ao fundo das residências a depararem-se com a deplorável cena.

A propósito e aproveitando a presença da reportagem, os moradores solicitaram providências da parte do Executivo Municipal, no cumprimento da indenização prometida pela tomada de uma faixa dos terrenos daquela rua, ou pelo menos a demarcação de onde devem ser construídos os novos muros, já que desprovidos disso, os terrenos representam uma ameaça para crianças e animais domésticos, que podem a qualquer momento cair no córrego.⁶⁸⁷

O “habitual escândalo” da mulher que se banhava nas águas do Córrego Segredo faz com que as ‘práticas’ cotidianas de outros sujeitos possam ser descortinadas e, na medida do possível, integradas na concretude social. O relato do cotidiano de banho diário de uma mulher dutante a parte da manhã dá conta de externar, por exemplo, a existência de pessoas que se escandalizavam com a atividade por ela realizada.

Externa também que ela era insultada por meio de palavras indecorosas e exemplifica de modo bastante apurado o cotidiano de higienização do corpo de algumas “pessoas comuns” que habitavam a região central da cidade de Campo Grande e que, possivelmente, não dispunham de água para limpar o corpo.

Ademais, e isso é fundamental frisar, esse tipo de higiene corporal foi representada como uma afronta aos costumes de uma cidade que desejava paulatinamente fazer-se e ser vista como moderna. Campo Grande não podia tolerar uma conduta desse tipo, uma ‘prática’ dessa magnitude, pois isso contribuía para desqualificar o próprio espaço público que, em tese, era o ambiente no qual a modernidade podia se fazer “conhecer” e se “reconhecer”⁶⁸⁸ diante dos sujeitos como algo que, de fato, era moderno e não apenas que aparentava ser moderno quando, na realidade, não o era.

⁶⁸⁶ MULHER BANHA-SE NUA NO CÓRREGO SEGREDO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 5, 27 mar. 1979.

⁶⁸⁷ MULHER BANHA-SE NUA NO CÓRREGO SEGREDO. Op. cit., 1979.

⁶⁸⁸ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. Op. cit., 1998, p. 99.

Além da ‘prática’ de tomar banho em área pública e visível para muitas pessoas, a morte de uma “mendiga” é também um outro ponto-chave que muito ajuda o historiador a compreender a construção de representações a respeito do corpo do “povo comum”. No dia 12 de setembro de 1979,

[...] às 14:30 horas, foi encontrada morta uma mendiga de aparentemente 40 anos, no seu barraco localizado no cruzamento da Avenida João Nepomuceno com a Avenida Madri, na Vila Alba. No corpo da mulher assassinada claros indícios de violência sexual que foi confirmada pela perícia da equipe da Delegacia de Polícia do Centro que atendeu a ocorrência. Um indivíduo alto, magro, de cor morena que na noite de terça-feira saiu do barraco acompanhado de dois menores, é o grande suspeito de ter praticado o crime, segundo deduções da polícia depois das declarações prestadas por moradores das proximidades do local.

VIOLENTADA E MORTA

O corpo foi encontrado na tarde [...] (do dia 12 de setembro) por moradores das redondezas que logo comunicaram o fato para uma Rádio Patrulha que avisou a Delegacia de Polícia do Centro. Dentro do barraco a Polícia encontrou a mulher morta com ferimentos na cabeça, provocados possivelmente por golpes de garrafa. A mendiga estava vestida apenas com uma blusa preta e com visíveis sinais de violência sexual.

Os policiais efetuaram o levantamento de praxe e providenciaram a remoção do corpo para o necrotério. Conforme o relatório da equipe de peritos que atendeu a ocorrência, o assassinato ocorreu terça-feira, entre 18 e 20 horas. No barraco, foram encontrados sobras de alimentos, um colchão e garrafas de pinga.

Segundo o depoimento dos moradores da redondeza, no barraco além da mulher, moravam ainda um homem e dois menores. Sendo que na noite de terça-feira, o homem, também mendigo, acompanhado dos dois menores, abandonou o local, tomando rumo ignorado.

PRISÕES DE SUSPEITOS

Três mendigos, Elza Silva, Néelson Silva e João Vicente Ribeiro foram presos como suspeitos do assassinato pois encontravam-se em um terreno baldio, nas proximidades onde o corpo foi encontrado. Entretanto, eles afirmam nada ter com o crime pois teriam chegado ao local somente ontem pela manhã. Mas apesar disto a Polícia pretende fazer novos interrogatórios para tirar dúvidas.

No entanto, as suspeitas maiores recaem sobre o homem magro que os vizinhos viam no barraco pois antes de abandonar o local ele ainda tentou vender um pato para conseguir dinheiro para poder viajar para Cuiabá.⁶⁸⁹

Esse texto não ajuda adequadamente a pensar a morte da “mendiga”. Caso o historiador queira utilizar o texto para compreender e/ou externar em detalhes a morte da mulher pouco apropriada é a referida fonte jornalística. Para pensar essa morte torna-se mais viável recorrer a outras fontes, tais como as policiais. E, mesmo assim, não é contributivo apenas fazer uma “história-narrativa” dessa situação.

⁶⁸⁹ MENDIGA VIOLENTADA E MORTA NO SEU BARRACO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 13 set. 1979.

Segundo o historiador Jacques Le Goff, a história-narrativa é “[...] um cadáver que não se deve ressuscitar, porque seria preciso matá-lo outra vez [...]”, já que esse tipo de escrito “[...] dissimula, inclusive de si mesma, opções ideológicas e procedimentos metodológicos que, pelo contrário, devem ser enunciados.”⁶⁹⁰ Portanto, a “história-narrativa” esconde o que precisa ser enunciado e enuncia o que não possui relevância para ser externado.

O que o texto jornalístico publicado no Jornal Correio do Estado ajuda mesmo com grande maestria é pensar não a “história-narrativa” que até pode ser feita por meio dessa fonte, mas sim o efeito do estupro, do furto e do assassinato da “mendiga” sobre o cotidiano das pessoas que permaneciam vivas e que podiam, de certa forma, também ser vítimas de quem matou a “mendiga”.

O relato do estupro/furto/assassinato serve para apresentar à ‘população’ uma questão existente e, por meio desse fato, produzir determinado entendimento sobre a realidade, qual seja, a de que a cidade de Campo Grande era habitada por sujeitos violentos ao ponto de vitimar fatalmente a vida de outras pessoas.

Ao tornar público esse fato, e o tornar público foi para os grupos mais abastados, mesmo não tendo explicitado veementemente a análise aqui feita, o JCE sinaliza e orienta essa ‘população’ no sentido de que o estupro, o furto e a morte podem perfeitamente ocorrer com essa mesma ‘população’, já que as ‘autoridades’ policiais apenas suspeitavam de um homem, porém não sabiam do paradeiro do mesmo.

Faço essa afirmação pensando que o que é dito socialmente é dito em razão de que faz sentido ser dito e de que a informação se endereça a alguém ou a algum grupo, mesmo que a pessoa ou o grupo não consigam apuradamente e de início compreender a informação que lhes foi passada.

Sendo assim, a notícia da morte da “mendiga”, mesmo que tendo ocorrido fora do espaço do centro da cidade, não deve ser pensada como uma notícia que visa apenas integrar a elite com a realidade criminal vivenciada pelos “pobres” via texto escrito, mas sim como uma notícia que visa fazer com que a elite consiga pensar que ela também pode ser vítima de tal ocorrido, uma vez que a região central da cidade de Campo Grande era ocupada por significativo número de moradores de rua, alguns dos quais também chegavam a morrer.

O JCE noticiou que no dia 12 de setembro, além do assassinato da “mendiga”, houve ainda o falecimento, pela parte da manhã e, dessa vez, na área central da cidade, de um “mendigo”.

⁶⁹⁰ LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 7.

O homem encontrado morto aparenta também ter 40 anos e foi achado na Avenida Calógeras, nas proximidades do “Nosso Posto”. Os policiais que atenderam a ocorrência, informaram que a morte do mendigo foi natural possivelmente por inanição. Quando foi encontrado morto, ele trajava uma camisa amarela escura e estava enrolado numa coberta.⁶⁹¹

A notícia do falecimento da “mendiga” e, principalmente, do “mendigo”, que foram publicadas na mesma nota, ilustra a morte desses sujeitos numa perspectiva bem ampla, pois permite a externalização e, em certa medida, a compreensão de pelo menos 4 questões de significativa relevância social.

Uma das possíveis questões que o relato da morte levanta é que os falecidos não tinham parentes e/ou responsáveis que ampará-los, nem mesmo para cobrar esclarecimentos das ‘autoridades’ policiais sobre os seus respectivos falecimentos, corroborando para o entendimento de que, em geral, essas pessoas eram sujeitos que, de fato, não tinham nenhum amparo familiar.

A morte, sobretudo a do mendigo, também pode se vista como um sinal da falta de políticas públicas de ordens social e policial e de atuação da força policial, pois o sujeito morreu em pleno espaço público, sendo que seu corpo foi achado sem vida por populares e não pelo olhar atento das ‘autoridades’ policiais, que tudo devia ver e saber.

Além disso, a morte constitui forte indicativo de uma realidade que acometia o “povo comum”, pensando aqui o assassinato da “mendiga”, mas que podia, perfeitamente, ocorrer com uma pessoa da elite. Portanto, a morte causada pelo assassinato indica que havia falta de poder e que esse tipo de morte podia sim vitimar não apenas uma mulher do “povo comum”, mas também uma mulher das classes dominantes.

Por fim, a morte externa-se como fator de diminuição do “problema” que afligia a cidade. Morrendo o sujeito, logo, findava-se também o “problema” que diziam que ele produzia, qual seja, a desordem e o enfeio do espaço público da cidade. Em todo caso, o falecimento de “mendigos”, se por um lado era importante para findar definitivamente com a presença dos mesmos, por outro lado a morte deles não contribuía muito, uma vez que lançava sobre a cidade o entendimento de que a mesma era pouco eficaz na resolução de questões de cunho social, já que os “mendigos” morriam.

O intento central era o de construir uma imagem na qual o centro urbano e comercial de Campo Grande fosse pensado e reconhecido como moderno, uma vez que era justamente isso que estava em jogo, ou seja, a imagem da cidade. Fazer “conhecer” e “reconhecer”⁶⁹², conforme mencionou Bourdieu, era o objetivo das classes dominantes. A elite queria, em suma, que os demais sujeitos, além dos próprios integrantes da elite,

⁶⁹¹ MENDIGA VIOLENTADA E MORTA NO SEU BARRACO. Op. cit., 1979.

⁶⁹² BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. Op. cit., 1998, p. 99.

conhecessem e reconhecessem o espaço público do centro da cidade de Campo Grande como moderno.

3.3 Representações da moradia

Assim como havia a tentativa de controlar as 'práticas' de alimentação e de trato com o corpo humano, também ocorreram constantes ações visando ordenar os locais utilizados pelo "povo comum" como espaço de moradia, na maioria das vezes com o intuito de desterritorializar o espaço territorializado pelo "povo comum", pois suas 'práticas' eram vistas como demeritivas, impróprias e vergonhosas para o espaço público do centro da cidade de Campo Grande.

Consta que ainda na década de 1920 já havia ações públicas objetivando reordenar as construções existentes em Campo Grande. Algumas das moradias consideradas como inadequadas foram destruídas por meio de golpes de machados e de picaretas. No texto intitulado *A Rua 14 do meu tempo*⁶⁹³, de autoria do escritor Ulisses Serra, consta, no subtítulo *O nosso engenheiro Passos*, que na

[...] confluência da Av. Afonso Pena com a Rua 14, onde hoje se eleva o Edifício Santa Olinda, havia uma casa, velha, de pau-a-pique, chão batido, abaixo do nível da rua, alugada ao libanês José Elias. O prefeito, dr. Arlindo de Andrade, achando-a uma agressão à fisionomia da cidade, condenou-a e determinou aos Irmãos Suarez, proprietários da mesma, que a demolissem. Por turra ou estribados em direito, eles não a derribavam. Certa noite, em meados de 1923, dez ou mais homens, de machados e picaretas, puseram-na abaixo. De manhã, era apenas um monte de barro, taquaras e telhas velhas. O alcaide era sociólogo, escritor e botânico, de palavra fácil e cascadeante, de cultura sólida e espírito rutilante, mas nesse dia surgiu nele o caboclo da serra de Timbaúba, sua região natal.⁶⁹⁴

O "alcaide" Arlindo de Andrade Gomes nasceu no ano de 1884, na municipalidade de Timbaúba, Pernambuco. Filho de Manoel da Cunha Andrade e de Maria Cavalcanti de Andrade, pertencia "[...] à aristocracia rural do Norte, já em irremediável decadência."⁶⁹⁵ Embora atuasse também como jornalista e tivesse significativo conhecimento sobre inúmeros assuntos, em particular os relacionados com a História Natural, Arlindo era formado em Direito.

Em parte por causa desses atributos, ele ocupou o cargo de prefeito de Campo Grande entre os anos de 1920 e 1923. O conhecimento bastante expressivo para a época, bem como a autoridade que exercia como prefeito, viabilizaram alterações arquitetônicas e urbanísticas de relevo em determinadas partes da cidade de Campo Grande, tal como a

⁶⁹³ SERRA, Ulisses. *A Rua 14 do meu tempo*. In: _____. *Camalotes e guavirais*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1989, p. 21-30.

⁶⁹⁴ *Ibid.*, p. 25.

demolição de construções de pau-a-pique e de casas desalinhadas com os imperativos minimamente modernos, como tão bem demonstra Valério de Almeida na obra denominada Campo Grande de outrora.

O prefeito Arlindo era, no entendimento do jornalista Almeida, o “Passos desta terra”⁶⁹⁶, qual seja, a de Campo Grande. Por volta do início da década de 1940 Almeida afirmou que em

[...] 1920, nem se cogitava do calçamento do trecho central da cidade, como o é atualmente, sendo as ruas um verdadeiro lamaçal no tempo das chuvas e um vasto Saara na época das secas.

A construção dos passeios e calçadas teve em vista resolver, pelo menos em parte, o tráfego dos pedestres, que era difícilimo, pois o de veículos se fazia por cabriolés, carros de praça e fiacres a tração animal, os quais enfrentavam corajosamente tôdas as agruras do tempo e do solo, prestando assim inestimáveis serviços à população em geral.

Dirigia a engenharia municipal Camilo Boni, êsse bonachão que tinha por norma a indiferença às reclamações e protestos contra as medidas e providências que a prefeitura tinha em vista levar a cabo. Boni, dentro de sua capacidade, foi um benemérito e seu nome não poderá ser esquecido pelos campo-grandenses.

Com a sua colaboração o Dr. Arlindo projetou e conseguiu realizar obras e transformações transcendentais, citando-se entre muitas as seguintes: nivelamento de tôdas, as ruas e plano de melhoramento com o perfil longitudinal de cada uma; arborização sistemática nas transversais; embelezamento, principalmente da Avenida Afonso Pena; padrão das calçadas e passeios quer nas vilas comerciais como nas residenciais; ajardinamento da praça pública, hoje da Liberdade; coreto; horto municipal com magníficos viveiros de plantas ornamentais e flora; locação e planta do Bairro Amambaí e plano de aforamento por um sistema acessível a qualquer pessoa, construção de pontes e estradas no interior do município, nas zonas suburbanas e rural e nos Distritos de Paz de Jaraguay, Rio Pardo e Terenos.⁶⁹⁷

Além dessas realizações é importante destacar que na administração municipal de Arlindo houve a desativação do cemitério, construção de outro, distante cerca de 1 quilômetro do centro e instalação, em parte do local do antigo cemitério, do Jardim Público. Ocorreu também a transferência da Sede da Circunscrição Militar, que tinha antes como sede a cidade de Corumbá, criação do primeiro Matadouro Público do Estado de Mato Grosso, doação do terreno para a construção dos quartéis federais (concluídos em 1926) e celebração do contrato visando abastecer como água os quartéis e a “cidade”, isto é, parte dela.

Valério de Almeida não poupa elogiosas considerações a respeito das obras empreendidas pelo Dr. Arlindo.

⁶⁹⁵ MACHADO, Paulo Coelho. *Arlindo de Andrade*: primeiro juiz de direito de Campo Grande. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1988, p. 19.

⁶⁹⁶ ALMEIDA, Valério de. *Campo Grande de outrora*. Campo Grande: Letra Livre, 2003, p. 21.

⁶⁹⁷ *Ibidem*.

Campo Grande se orgulha em ter um dos cemitérios mais bem organizados do Estado.

Cheia de pompa e esfuziante alegria foi a inauguração do jardim público, cerimônia que se revestiu de solenidade, tendo a presença de toda a população local, grande número de famílias e escolares, plantando-se nesse dia, ali, uma palmeira para servir de marco aos que vieram depois.

As iniciativas e realizações do governo do Dr. Arlindo de Andrade marcaram em definitivo a fase de ressurgimento da cidade, inclusive o seu Código de Posturas, cuja aplicação ainda hoje é efetiva.

Se a sua administração não tivesse sofrido falta de continuidade, com a revolução de 1930, Campo Grande seria a Ribeirão Preto de Mato Grosso.⁶⁹⁸

Todo esse conjunto de alterações sinaliza que na década de 1920 houve uma ampla modernização da infra-estrutura de Campo Grande. No mês de dezembro de 1937, o prefeito Eduardo Olympio Machado autorizou, por meio da Lei n. 19, a contratação de profissionais com o objetivo que de os mesmos analisassem a situação urbanística da cidade e apresentassem um plano para estruturar modernamente a cidade de Campo Grande, em especial a região central, dotando-a, dentre outras coisas, de um melhor sistema de saneamento.⁶⁹⁹

Em 1938 a Prefeitura Municipal de Campo Grande já tinha um Plano Urbanístico, que foi elaborado pelo Escritório Saturnino de Brito. O Plano Urbanístico

[...] definiu várias coisas importantes, dentre elas, o estilo e condições técnicas das construções em geral; o prolongamento e abertura de ruas, avenidas, localização de logradouros e de edifícios públicos para estabelecimento de ensino universitário, técnico e profissional, vilas operárias, biblioteca, estabelecimentos fabris, químicos, industriais, depósitos de inflamáveis e explosivos; a ligação da cidade com o bairro Amambá e com o Campo de Aviação pela Rua 15 de Novembro, avenida Schnoor e Av. Afonso Pena e pela Praça Newton Cavalcanti; abertura e prolongamento da Rua 14 de Julho em direção ao norte, bairro Cascudo, até a Esplanada da Noroeste do Brasil; retificação dos córregos Prosa e Segredo e a drenagem, uso e conservação dos terrenos de brejos marginais aos mesmos; estudos para pavimentação das vias centrais; estudos para a rede de esgotos, compreendendo toda a área a ser pavimentada e com a capacidade para 100 mil habitantes; estudos para o abastecimento de água da cidade e seus bairros, com novos meios de captação, para uma população de 150 mil habitantes; desapropriação dos terrenos dentro dos quais estivessem compreendidos os mananciais julgados indispensáveis ao abastecimento futuro da cidade; autorização para aquisição de terrenos onde existissem pedreiras de fácil exploração para uso na pavimentação; estudos da rede elétrica atual e sugestões para outras fontes de energia.⁷⁰⁰

⁶⁹⁸ ALMEIDA, Valério de. Op. cit., 2003, p. 22.

⁶⁹⁹ ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. O primeiro Plano Diretor de Campo Grande e o papel do escritório Saturnino de Brito em 1939. In: *Minha cidade*, n. 41, fev. 2002. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc041/mc041.asp>>. Acesso em: 27 maio 2007, p. 3.

⁷⁰⁰ Id., *Campo Grande: arquitetura, urbanismo e memória*. Campo Grande: UFMS, 2006, p. 74-75.

Contudo, esse Plano Urbanístico⁷⁰¹ passou a vigorar como lei apenas no dia 31 de janeiro do ano de 1941, sendo que sua aplicação ficou muito aquém das necessidades urbanas, provavelmente pelo fato de que epidemias, tais como a febre amarela, a peste bubônica e a tuberculose não tenham causado grande quantidade de vítimas na parte urbana de Campo Grande, assim como ocorreu em Santos⁷⁰², litoral do Estado de São Paulo, pois nessa cidade quase 10% da população foi vitimada, no decorrer de 12 meses, em razão de algumas epidemias.

Segundo o arquiteto e urbanista Ângelo Marcos Vieira de Arruda, a referida

[...] lei possuía 66 artigos e decretou um zoneamento para a cidade; nominou as regras para loteamento e desmembramento; as normas técnicas para construções, em que tratou das taxas de ocupação, recuo, tipos de construções, número de pavimentos, altura e gabarito dos prédios e de seus detalhes, das licenças para edificar, dos projetos e da aprovação e dos profissionais aptos a trabalhar.⁷⁰³

Entretanto, essa modernização, nesse caso legal, externa não apenas a existência de ‘projetos’ que visavam transformar o espaço público e reordenar o espaço privado, mas sinalizam que existiam sujeitos malquistos pelas classes dominantes que, por sua vez, controlavam o processo de modernização citadino, pois o “povo comum” representava justamente o que devia ser superado, quando muito lembrado apenas como algo que tinha sido eliminado em razão do “progresso”.

O relato de Valério de Almeida sobre a cidade de Campo Grande no final da década de 1940 externa com muita propriedade a condição de vida material que uma pequena parcela da sociedade usufruía. Segundo Almeida, Campo Grande era

[...] o maior e mais importante milagre em plagas tão distantes da sede do governo federal: surgir uma cidade segregada de todos os núcleos brasileiros civilizados, graças, porém, à penetração do Oeste pelos trilhos da estrada de ferro.

Campo Grande, rubra como as rosas da Irlanda, rasgava o seio das terras mesmo *divortium aquarum*⁷⁰⁴ das duas maiores bacias potamográficas da América do Sul: Paraguai e Paraná.

⁷⁰¹ CAMPO GRANDE (Município). Divide a cidade de Campo Grande em zonas de construção e dá outras providências. Decreto-lei n. 39, de 31 de janeiro de 1941.

⁷⁰² “Santos tinha uma série de epidemias: a febre amarela; mais a peste bubônica – transmitida pelos ratos –; impaludismo; malária; varíola e a tuberculose, que matavam muito por causa da falta de higiene, da escassez de água e sistema inadequado de esgoto; a poluição e o adensamento populacional; o desconhecimento de terapias corretas por alguns médicos; o hábito de as pessoas dormirem com tudo fechado e quando alguém tinha o bacilo da tuberculose transmitia para todos e assim, famílias inteiras morreram. [...] A febre amarela flagelou Santos 31 vezes! A epidemia de 1889 causou 750 óbitos em 15 mil habitantes. A de 1891 ocasionou mil mortes, quase 9,8% da população santista.” (ANDRADE, Wilma Therezinha Fernandes de. Centenário dos Canais: a obra de Saturnino de Brito. Texto proferido em palestra ocorrida no dia 25 de agosto de 2005. In: *Comissão Especial de Vereadores dos Canais*. Disponível em: <<http://www.canaisdesantos.com.br/historia.htm>>. Acesso em: 27 maio 2007, p. 2.

⁷⁰³ ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. *Campo Grande: arquitetura, urbanismo e memória*. Campo Grande: UFMS, 2006, p. 75.

⁷⁰⁴ Nota do próprio texto: divisor de águas.

26 de Agosto de 1949!...

São decorridos cinqüenta anos de sua vida independente e Campo Grande é uma colméia intensa de labor e vida.

Com uma população cosmopolita de setenta mil almas, sede da Região Militar, Base Aérea, Diretoria Regional dos Correios, duas exatorias federais, inúmeras fábricas, cinco milhões de cafeeiros, ornamente a magnificência de cidade dinâmica e moderna os melhores prédios de cimento armado desta latitude, de par com um abastecimento d'água potável de primeira ordem, luz em abundância e uma rede de esgoto irrepreensível.

Nos seus 700 metros de altitude, sua produção agrícola é de tudo o que se permite às zonas temperadas, daí a salubridade que desfruta toda a sua população.

Seu nível intelectual e social é comparado aos centros mais em evidência do interior paulista, mantendo quatro ginásios, duas escolas normais, três profissionais, diversos institutos particulares e 60 escolas primárias espalhadas nas zonas urbana, suburbana e rural. Na parte social também mantém diversos centros de diversões, sobressaindo entre todos o Rádio Clube, considerado o mais luxuoso centro do Estado, dotado de uma piscina magnífica.

Eis aí a Campo Grande nos seus três instantâneos mais relevantes.

Sadia, forte, cheia de aspirações, confiante no seu futuro, entoando hinos ao trabalho e às grandes iniciativas.

Com êsse aspecto orgulha os seus filhos e empolga o forasteiro.⁷⁰⁵

Se por um lado o relato de Almeida evidencia como era a vida material da elite e quais eram os valores mais relevantes para o desenvolvimento do “progresso” em Campo Grande, por outro lado ajuda magnificamente a pensar quais eram as pessoas e os valores mais depreciados. Isto é, pessoas malsãs, fracas e que não estivessem voltadas para o que se pode chamar de ‘trabalho digno’.

O simples fato de Almeida mencionar o que era adequado já serve para indicar também o que não era aceito no ambiente urbano. Ou seja, condutas que deviam ser superadas. Contudo, a superação era mais abstrata do que propriamente concreta, pelo menos para o “povo comum”, tendo em vista que, de fato, uma parcela da ‘população’ usufruía de uma infra-estrutura urbana moderna, pois tinha abastecimento de água potável, energia elétrica e rede de esgotos, entretanto, a maioria não tinha benefício com tais modernizações.

O Plano Urbanístico, mesmo sendo legalmente estabelecido em 1941, não foi materializado para todas as pessoas da cidade, tanto que no início da década de 1960 alguns locais públicos e privados do centro da cidade ainda estavam em desacordo com alguns dos 66 artigos do referido Plano.

Foi preciso até, no ano de 1960, procurar outra vez o Escritório Saturnino de Brito, pois o Plano Urbanístico de 1941 já não dava conta de direcionar grande parte das questões surgidas nas últimas 2 décadas⁷⁰⁶, sobretudo porque nesse período porque houve

⁷⁰⁵ ALMEIDA, Valério de. Op. cit., 2003, p. 70-71.

⁷⁰⁶ ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. O primeiro Plano Diretor de Campo Grande e o papel do escritório Saturnino de Brito em 1939. Op. cit., 2007, p. 6.

considerável crescimento populacional na cidade de Campo Grande e, com isso, aumento da demanda por alguns serviços considerados “básicos” para uma cidade moderna, tal como água potável e encanada e rede de esgotos.

Em 1962, por exemplo, o *Jornal Correio do Estado* externou que no centro da cidade de Campo Grande havia a presença de grande quantidade de moradores em estado de extrema pobreza, ao ponto do JCE afirmar que tais sujeitos formavam “[...] redutos que mais se assemelham a favelas, na “Cidade que mais cresce no Oeste” [...]”⁷⁰⁷ do Brasil.

Ao consultar fontes administrativas, legislativas e demais documentos públicos fica explícito o desenvolvimento de mecanismos institucionais visando alterar positivamente a concretude histórica de todos os sujeitos do Município de Campo Grande, em especial os da zona urbana e, em particular, os da região central da cidade.

Contudo, tais fontes são de pouca valia para compreender a história do “povo comum”, pois quase sempre os atos institucionais dos poderes públicos acabam por contemplar os “pobres” por interesse que, no final das contas, visa majoritariamente contemplar a elite.

A construção de conjuntos habitacionais indica que o poder público empreendia políticas públicas visando atender determinadas parcelas da sociedade. No final da década de 1960, para exemplificar a questão, havia só na cidade de Campo Grande mais de 2.000 mil casas concluídas ou em processo de finalização, todas elas destinadas a atender sujeitos que eram, na maior parte dos casos, trabalhadores assalariados de alta renda, média e, também, baixa.

A construção de casas em Campo Grande, no final do mês de agosto de 1969, estava

[...] assim distribuída: Irmãos Pettengill – núcleo da Vila Sobrinho, com 178 casas concluídas e já entregues, e o Conjunto “Da. Boaventura”, com 90 apartamentos; SOBRE – Parque dos Ipês, com 112 casas em fase final de construção; CIMOBRÁS – núcleo de 96 casas, com entrega parcial do primeiro grupo; CABREUVA, em fase final de construção as primeiras 103 unidades de um plano de 350; SOMAR, que responde pelas vendas do Jardim Petrópolis, com 100 casas concluídas [...], de um plano de 700 unidades, do Jardim Monte Carlo, com 100 unidades já construídas e Jardim Ipanema, com 97 residências tipo luxo, em fase fase adiantada de construção; e a CONSTRUVEL, com 42 casas [...]. Por último vem a COHAB-MT, órgão do Governo do Estado, que construiu o Núcleo “Lar do Trabalhador”, com 308 casas [...]. Faz parte do plano de expansão da COHAB-MT a construção de mais 300 casas populares para os trabalhadores.⁷⁰⁸

⁷⁰⁷ FAVELAS EM CAMPO GRANDE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 3, 22 fev. 1962.

⁷⁰⁸ CAMPO GRANDE E A POLÍTICA HABITACIONAL. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 11, 26 ago. 1969.

Fica flagrante com esses números o tipo de política habitacional feita na cidade de Campo Grande: das mais de 2.000 mil casas apenas 308 casas denominadas como sendo “populares” eram, na verdade, para quem pode ser aqui chamado de “povo comum”.

Isso indica que a política vigente objetivava atender essencialmente a parcela da sociedade que possuía salários médios e altos e não a parcela que estava na condição de trabalhadores assalariados de baixa renda e que nem emprego tinha, pois muitos eram somente trabalhadores e não trabalhadores registrados legalmente.

A utilização do “Albergue Noturno” em Campo Grande, ainda no final da década de 1960, é um outro exemplo dos interesses público e privado para com o “povo comum”, quando, na realidade, historicamente foi muito mais uma ação que beneficiou a elite do que as “pessoas comuns”. No início do mês de julho de 1970 o JCE noticiou que o

[...] “Albergue Noturno” ainda inacabado, da Avenida Marechal Deodoro está recebendo hóspedes. Todas as noites dezenas de pessoas, entre adultos e crianças ali pernoitam. O frio transforma o “albergue” em verdadeira geladeira em virtude da total falta de vidros nas janelas. Os “hospedes” lançam mão de trapos e pedaços de papelão para evitar do vento frio [...]. Fazemos veemente apelo ao Secretário de Promoção, DR. CEZAR MACKSOUND, para que promova junto à população uma campanha no sentido de minorar o sofrimento daqueles que ali pernoitam, inclusive apelando para o espírito humanitário do Dr. Mendes Canale, que poderá fazer com que a sua administração colabore para que o “albergue” seja colocado imediatamente em condições humanas de funcionamento.⁷⁰⁹

Não há uma queixa contra os “hóspedes” do local que, em razão da infra-estrutura que tinha, foi externado, entre aspas, como “Albergue Noturno” pelo próprio JCE. O intuito do texto foi o de denunciar a realidade de moradia, mesmo que temporária, das pessoas que chegavam à cidade de Campo Grande.

Nessa época, já existia significativo número de migrantes residindo na zona urbana de Campo Grande, tanto de migrantes provenientes do interior de Mato Grosso e como de outras Unidades Federativas do Brasil, em particular dos Estados da Região Nordeste e da Região Sudeste.

Todos esses sujeitos eram, de certa forma, “vítimas” do êxodo rural provocado pelas políticas públicas e por ações privadas tacanhas de modernização induzidas por meio “[...] de pesados custos sociais e que só vingam pelo amparo do Estado [...]”⁷¹⁰ nacional, que, por sua vez, contribuiu para expulsar do campo brasileiro milhões de trabalhadores e formar literais concentrações de pobreza material nas cidades, sobretudo nas de grande e de médio portes, tal como Campo Grande.

⁷⁰⁹ O “ALBERGUE NOTURNO”... *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 7 jul. 1970.

⁷¹⁰ GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 40.

Fica patente o apelo do JCE às ‘autoridades’ municipais e à ‘população’ no sentido de unirem forças para estruturar minimamente o albergue, pois esse não tinha sequer vidros para impedir que o vento da noite transformasse o local em uma “verdadeira geladeira”.

Quando a Associação das Abnegadas de Mato Grosso tomou a decisão de construir para a cidade um Albergue Noturno não faltou quem a criticasse, porque no entender dos críticos Campo Grande não tinha ninguém que viesse a utilizar-se do Albergue.

Não dando ouvidos às fofocas, a Associação levou a obra para diante, dando à cidade um belíssimo prédio e aos necessitados um lugar onde dormir. E a clientela é farta, embora o prédio continue inacabado, já que os poderes públicos em nada contribuíram e a Associação não deve ter continuado a contar com o apoio da população para completar a sua obra meritória.⁷¹¹

O empreendimento da Associação das Abnegadas de Mato Grosso (AAMT) era uma ação privada com fins, em princípio, beneficentes que foi criticado, segundo informou o JCE, por algumas pessoas que afirmavam não ser necessário instalar uma estrutura para atender “necessitados”, pois não havia “necessitados” na cidade.

Esse posicionamento da ‘população’ denota que uma parte da elite não conhecia adequadamente a região central da cidade de Campo Grande ou que não queria que os “necessitados” fossem, de nenhuma forma, assistidos por ‘práticas’ beneficentes, até porque isso indicava que havia gente pobre materialmente em uma cidade que se dizia ser rica ao ponto de empolgar os “filhos” e o “forasteiro”⁷¹² no final da década de 1940.

No decorrer da década de 1950, a cidade de Campo Grande foi representada como sendo o grande “[...] empório de 18 municípios meridionais do Estado [...]”⁷¹³. Pierre Deffontaines e Aroldo de Azevedo escreveram que a cidade de Campo Grande “[...] faz-nos pensar nas movimentadas cidades do Oeste paulista [...]”⁷¹⁴. No início da década de 1960, Campo Grande foi denominada como a “[...] “Cidade que mais cresce no Oeste” [...]”⁷¹⁵ brasileiro.

Em razão dessas denominações fica mais compreensível de pensar o fato de parte da elite cidadina não admitir que existia “necessitados” em busca de lugar para dormir em uma cidade na qual tudo tendia para o “progresso”. Para alguns, admitir que a cidade tinha “necessitados” devia soar, provavelmente, como um depoimento público de que o “progresso” era somente para uns poucos e não para todos.

Sendo assim, resta considerar como mais plausível que a afirmação de que não havia “necessitados” foi propagada muito mais com o intuito de sinalizar que o “povo

⁷¹¹ O ALBERGUE NOTURNO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 9 jul. 1970.

⁷¹² ALMEIDA, Valério de. *Campo Grande de outrora*. Op. cit., 2003, p. 71.

⁷¹³ *Ibid.*, p. 25.

⁷¹⁴ DEFFONTAINES, Pierre; AZEVEDO, Aroldo de. Paisagens de Mato-Grosso. In: *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 24, out. 1956, p. 100.

⁷¹⁵ FAVELAS EM CAMPO GRANDE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 3, 22 fev. 1962.

comum” não devia se fazer presente no espaço urbano da cidade, pois era elemento que em nada edificava a realidade do local. Pelo contrário, pois ajudava a denegrir os adjetivos edificantes que haviam sido imputados sobre a cidade de Campo Grande.

Na edição de terça-feira, dia 7 do mês em curso (julho de 1970), o CE estampou uma vista do Albergue Noturno, possibilitando à maior parte dos campo-grandenses a conhecê-lo, pois muitos ignoram o Albergue, embora o mesmo se localize na Av. Marechal Deodoro, que é prolongamento da Av. Afonso Pena, inegavelmente a mais bela Avenida de Mato Grosso e dispondo, em certo trecho, da melhor iluminação pública do Estado. Estando o Albergue a pedir trato, por si mesmo ele destoa da beleza da Avenida. Completam a paisagem negativa peças de roupas e pedaços de papelão colocados nas janelas, recurso de que se valem os albergados para evitar a penetração do vento frio no recinto.⁷¹⁶

Nesses outros parágrafos da mesma matéria aparece com muita vivacidade como eram concebidas as ‘práticas’ de moradia do “povo comum”. O espaço de moradia, que nesse caso era o tal do “Albergue Noturno”, foi pensado pelo JCE como uma construção que “destoa da beleza da Avenida” Marechal Deodoro, já que esta era a continuação da “mais bela Avenida de Mato Grosso”, qual seja, a Avenida Afonso Pena. Lamentável era também a exposição de “peças de roupas” e de “pedaços de papelão colocados nas janelas”.

Quanto aos sujeitos que ocupavam o lugar, o JCE afirmou que

[...] os patrícios que ali se recolhem para dormir, fugindo às intempéries, uns e outros por não terem mesmo um teto para viver, merecem um pouco de atenção de todos nós. Foi por isso que o CE [...] fez “veemente apelo ao Secretário de Promoção, Dr. Cezar Maksoud, para que promova junto à população uma campanha no sentido de minorar o sofrimento daqueles que ali pernoitam”.

E não deixou o CE de também invocar “o espírito humanitário do Dr. Mendes Canale que poderá fazer com que a sua administração colabore para que o Albergue seja colocado imediatamente em condições humanas de funcionamento”.

É válido o apelo do CORREIO DO ESTADO.

Que a Secretaria de Promoção Social dê as mãos à Associação Abnegadas de Mato Grosso e juntas completam o Albergue, pois é ali que encontram abrigo algumas dezenas de criaturas que pedem arrimo e agasalho neste período de intenso inverno.⁷¹⁷

O apelo do Jornal Correio do Estado foi bastante enfático. Nele fica evidente que o auxílio das ‘autoridades’ municipais, via poder público da Secretaria de Promoção Social e do executivo municipais, eram de grande relevo para viabilizar um espaço adequado aos sujeitos que pernoitavam no “Albergue Noturno”.

⁷¹⁶ O ALBERGUE NOTURNO. Op. cit., 1970.

⁷¹⁷ Ibidem.

Além disso, as referidas ‘autoridades’ deviam, segundo o JCE, ajudar efetivamente a Associação das Abnegadas de Mato Grosso no trabalho realizado por tais senhoras em prol dos “necessitados” que havia na cidade de Campo Grande e que eram em número de “algumas dezenas”. Essa afirmação, talvez a mais importante do texto, indica que os “necessitados” eram em quantidade não inferior a 20 pessoas.

Diante desse dado numérico, fica mais pertinente pensar a necessidade de um espaço privado para abrigar os “necessitados” que meneavam por variados espaços públicos da cidade.

Por meio dos dados é possível sugerir que a parede do “Albergue Noturno” que protegia os “pobres” do frio era, ao mesmo tempo, embora numa outra perspectiva de análise, a mesma parede que escondia os mesmos “pobres” da ‘população’. Isso mostra uma outra perspectiva de análise sobre a construção do “Albergue Noturno”, qual seja, a de que era melhor proteger/esconder o “povo comum” do que tê-lo como presença desedificantes à cidade modernizada.

Lembrando aqui que os “necessitados” que não pernoitavam no “Albergue Noturno” acabavam, geralmente, dormindo nas calçadas do próprio centro urbano e só saíam quando o movimento já era bem intenso e/ou quando eram incomodados pela ‘população’ ou por ‘autoridades’ policiais.

Vale mencionar que o fato do “Albergue Noturno” ser bem próximo (menos de 1 quilometro) do centro urbano e comercial era fundamental para que os “necessitados” fossem pernoitar no mesmo. Não adiantava ter um local para dormir na periferia da cidade, pois se assim fosse os “necessitados” do centro continuariam a ficar no centro.

Em outras palavras, continuariam a se fazer presentes e a enfeiar o espaço público. Logo, era pertinente ter um local próximo ao centro para amparar os “necessitados”, tanto do frio e da fome, como também das pessoas que utilizavam o espaço público para trabalhar, passear, comprar, entre outros afazeres do mundo moderno.

As ‘autoridades’ municipais, embora de modo muito implícito, também tinham esse tipo de entendimento sobre o assunto dos “necessitados”, afinal é isso que se pode depreender da resposta enviada ao JCE pela Secretaria de Promoção Social do Município de Campo Grande. No ofício consta que o

[...] sr. Dr. Cezar M. Maksoud, secretário de Promoção Social do Município, encaminhou à direção do CE o seguinte ofício:⁷¹⁸

“Em resposta ao apelo de V.S. expresso no *Correio do Estado*”, edição de 7 de julho (de 1970), comunicamo-lhes que, apesar dos escassos recursos, esta Secretaria olhando com carinho a ORGANIZAÇÃO DAS ABNEGADAS DE MATO GROSSO, já destinou ao albergue recursos para pousada e

⁷¹⁸ SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL DESTINA RECURSOS AO ALBERGUE NOTURNO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 7, 9 jul. 1970.

alimentação de 175 pessoas e pretende continuar a cooperar, por meio de recursos materiais e espirituais, – com esta oportuniíssima iniciativa da Comunidade.

Com referência à Campanha junto à população já levamos ao conhecimento da Presidente da Presidente Sra. Maria de Lourdes Lopes Bacha que estamos prontos a apoiar decisivamente a benemérita ORGANIZAÇÃO DAS ABNEGADAS DE MATO GROSSO para um movimento que vise ultimar a construção do albergue noturno de nossa cidade.⁷¹⁹

O posicionamento do secretário é de total colaboração para com as ações da Associação das Abnegadas de Mato Grosso. O senhor Maksoud admitiu contribuir com recursos para melhorar o ambiente de moradia e inclusive auxiliar na doação de mantimentos alimentícios para os “necessitados” que, nesse caso, não eram de “algumas dezenas”, mas sim de quase 2 centenas de pessoas. Número esse bem mais próximo do total de “pessoas comuns” que ocupavam todos os dias, efetivamente, o espaço público da cidade de Campo Grande.

No dia 30 de setembro de 1970, ano de instalação da Secretaria de Promoção Social do Município de Campo Grande, cujos recursos eram da ordem de cerca de 2% do orçamento municipal, o JCE publicou texto enviado pela própria Secretaria ao JCE. No texto foram externados quais eram as principais “metas” da referida Secretaria, bem como qual era a filosofia governamental na qual estava balizada.

Os profissionais da Secretaria de Promoção Social, no intuito de dar

[...] prosseguimento à incumbência que nós (os profissionais da SPS) nos propusemos de caracterizar bem a Secretaria de Promoção Social no ano de sua instalação (1970), por meio de palestras, artigos nos órgãos de divulgação, aprez-nos dirigir ao “Correio do Estado” a fim de comentar alguns itens do documento Base da Secretaria de Promoção Social, sobretudo em alguns pontos insistentemente reprisados pelo Dep. Castellano da Secretaria de Promoção Social de São Paulo.⁷²⁰

O texto denominado Base da Secretaria de Promoção Social tinha como uma das mais expressivas metas a de “[...] despertar a Comunidade, ricos e pobres, para a coparticipação, para a solidariedade, para o desenvolvimento da tese cuja filosofia é recomendada reiteradas vezes pelo Presidente Médici: “Você também é responsável”.⁷²¹ A SPS visava também ser “[...] um órgão catalizador das iniciativas da comunidade, agindo indiretamente através das forças vitais da mesma.”⁷²²

⁷¹⁹ SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL DA PMCG. In: SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL DESTINA RECURSOS AO ALBERGUE NOTURNO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 7, 9 jul. 1970.

⁷²⁰ SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL DA PMCG. SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL – ASPECTOS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 30 set. 1970.

⁷²¹ Ibidem.

⁷²² Ibidem.

Era igualmente função da Secretaria de Promoção Social desenvolver um trabalho orientador,

[...] já mais encampando, o trabalho das instituições filantrópicas, e respeitando a direção autônoma das mesmas, a Secretaria promove a elevação social dos grupos comunitários com a instalação de núcleos, desenvolvidos, preferentemente, por elementos de grupos “Voluntários” e “Altruístas” da própria comunidade.

[...] Triagens, encaminhamentos ao trabalho e às Instituições, Orientação Familiar e individual constituem o atendimento de “casos” que também é mantido pela Secretaria sempre no sentido de **Orientação** e não a **Repressão**.⁷²³

Ao serem externados os objetivos da Secretaria de Promoção Social ficam explicitados também os objetivos das ‘autoridades’ municipais sobre o “povo comum” que utilizava os espaços público (calçadas, por exemplo) e privado (casas abandonadas, para exemplificar) da cidade como local para moradia.

O intuito da Secretaria foi o de posicionar-se como favorável ao trabalho “humanitário” prestado pela ‘população’. No entendimento da SPS, o trabalho realizado pela sociedade civil era a base da questão. Era esse tipo de trabalho que podia resolver o “problema” pelo qual passavam os sujeitos “necessitados” e não o trabalho prestado pelas ‘autoridades’ públicas.

A Secretaria tinha como um dos fundamentos o de “orientar” e não o de ficar “encampando” ações em benefício das pessoas “pobres”. Segundo o referido texto, se isso viesse a ocorrer constituir-se-ia

[...] um erro que desfigurará a fisionomia da Secretaria o de sufocar as iniciativas de particulares e a dos órgãos competentes para este ou aquele serviço. Assim, a Secretaria veio preencher uma lacuna, jamais substituir nas funções os organismos existentes. Uma das grandes preocupações é que a Secretaria de Promoção Social se caracterize corretamente. Ela não foi criada para que a comunidade cruzasse os braços e se omitisse, antes, para incentivar ao trabalho e a co-participação social.⁷²⁴

Com a justificativa de “incentivar” ações e de propiciar meios para uma “co-participação social”, os profissionais da SPS acabam por deixar ainda mais externado que a presença da sociedade civil era indispensável, tanto no sentido de dar continuidade à assistência que era oferecida, como iniciar outras formas de atendimento aos “necessitados”, uma vez que estes passam a se fazer presentes no centro em número cada vez mais expressivo.

⁷²³ SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL DA PMCG. SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL – ASPECTOS. Op. cit., 1970.

⁷²⁴ Ibidem.

“Necessitados” que precisavam de trabalho, alimentação, vestuário, cobertores, medicamentos, locais para higienizarem-se e para dormir, dentre outras tantas coisas. Seguramente a maior parte dos “necessitados” não era assistida nem com o mínimo dessas coisas, sendo que a alimentação era o elemento mais importante de todas as necessidades.

Com o objetivo de conseguir pelo menos alimento, já que a rua podia servir – e de fato servia – de local para dormir, muitos dos “necessitados” praticavam a mendicância e/ou a esmolação nas vias mais movimentadas do centro da cidade de Campo Grande, que, por vezes, chegavam até a serem caracterizadas como vadiagem.

A esse respeito o texto enviado pela SPS ao JCE contém afirmações valiosas para pensar a missão institucional da referida Secretaria sobre as ‘práticas’ de mendigar/esmolar/vadiar.

Com referência à mendicância e à vadiagem, a legislação pátria a coíbe pelos **artigos 59 e 60 da LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS**, havendo portanto órgãos específicos da natureza e constituição policial para o serviço de repressão a estes abusos. (A semelhança do 8º Distrito Policial de São Paulo, encarregado de combater à falsa Mendicância).⁷²⁵

De fato, legalmente constituía contravenção mendigar e vadiar e, nesse sentido, era um assunto muito mais policial/judicial do que assistencial. O Código Criminal de 1830 e o Código de Processo Penal de 1832⁷²⁶ do Império brasileiro, portanto ainda na primeira metade do século XIX, já definiam como contravenção as ‘práticas’ de esmolar, de mendigar e de vadiar, caso o sujeito pudesse trabalhar.

O Presidente Vargas, mais de um século depois, tratou de reafirmar isso por meio do Decreto-lei n. 3.688, de 3 de outubro de 1941, no qual reforça legalmente o entendimento de que esmolar, mendigar e vadiar eram ‘práticas’ ilícitas.

O Decreto-lei em questão, que entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 1942, define que os sujeitos condenados por vadiagem e/ou por mendicância deviam ser, tal como consta no artigo 15 da Lei das Contravenções Penais, “[...] internados em colônia agrícola ou em instituto de trabalho, de reeducação ou de ensino profissional, pelo prazo mínimo de um ano [...]”⁷²⁷

Segundo o artigo 59 da referida Lei das Contravenções Penais, quando alguém se entregava “[...] habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante

⁷²⁵ SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL DA PMCG. In: SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL – ASPECTOS. Op. cit., 1970.

⁷²⁶ MARTINS, Mônica de Souza Nunes. “Vadios” e mendigos no tempo da Regência (1831-1834): construção e controle do espaço público da Corte. 2002. 145 f. Dissertação (Mestrado em História) – ICHF, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2002, p. 4.

⁷²⁷ BRASIL. *Lei das Contravenções Penais*. Decreto-lei n. 3.688, de 3 de outubro de 1941.

ocupação ilícita [...]” o mesmo sujeito podia ser preso e condenado a ficar em prisão simples “[...] de quinze a três meses.”

Já no artigo 60 do mesmo Decreto-lei consta que o sujeito que praticava a ociosidade ou a cupidez podia ser preso por mendigar. A pena também era de “[...] prisão simples, de quinze dias a tres meses.”

Diante de mais essa justificativa, embasada em questões legais, a Secretaria Promoção Social entendeu como mais procedente à Instituição, embora não tenha deixado de ser muito oportuno, considerar que não devia intervir também nos atos de mendigar, esmolar e vadiar. A SPS devia apenas “orientar” a sociedade civil que, por sua vez, devia sim intervir na realidade, pois já havia resultados positivos nesse sentido.

Os resultados, nesse setor, já começaram a aparecer. Assim, entre outros, Associação Amigos do Bairro, Núcleos Comunitários, Centros Cívicos nas Escolas, Associação de Amparo ao Sanatório São Julião, Serviço de Orientação do Menor (SOM) e junto ao Conselho de Pastores Evangélicos uma entidade que cuida da recuperação do indigente.

O espetáculo que se apresenta diariamente à nossa vista, principalmente em Campo Grande, cidade Cosmoponta, de pessoas desempregadas, de situação calamitosa, de famílias numerosas de flagelados, de indigentes é conseqüência lastimosa ao sub-desenvolvimento do nosso País e que terminará com a conscientização e o esforço de todos os brasileiros do plano Federal e Municipal.

E este triste espetáculo tem um único ponto positivo: o de nos deixar a todos constantemente alertas para o cumprimento de nossas obrigações e para a necessidade do esforço conjunto para a diminuição dos nossos problemas sociais. E o ataque a estes problemas não devem apenas restringir-se de forma alguma às conseqüências, devendo obrigatoriamente atingir “as causas” desses males.

Toma relevo, pois, o trabalho educacional e promocial da Comunidade, a sua conscientização, principalmente da juventude.⁷²⁸

Diante do fato da Secretaria de Promoção Social deixar que a sociedade civil cuidasse de sanar/minimizar as necessidades dos “necessitados”, fica escancarado o quão limitada era a ação institucional desse órgão público municipal para transformar a realidade do “povo comum”.

Seja em razão de políticas públicas ineficientes, seja por causa de inadequada gestão da referida Secretaria, a questão central que perpassa o texto como um todo é o fato de não haver significativa alteração das mais elementares condições de vida das “pessoas comuns”.

Dia após dia, ou noite após noite, as “pessoas comuns” continuavam sem um norte para suas vidas na cidade moderna. Continuavam sem alimentação adequada e sem local apropriado para dormir e, justamente porque não tinham a tal da alimentação e o tal do local

⁷²⁸ SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL DA PMCG. SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL – ASPECTOS. Op. cit., 1970.

para dormir adequados, eram alvos de constantes críticas por parte da mesma sociedade civil.

O caso de um estabelecimento abandonado exemplifica de forma significativa essa situação e serve também como base para compreender que o “povo comum” reterritorializava determinadas espaços, dando aos mesmos outros usos, geralmente bem distintos daqueles dados pela elite.

Há vários meses, [...] (uma) farmácia, em pleno centro de Campo Grande, foi devorada pelas chamas. Ultimamente o prédio foi transformado em esconderijo para malandros e em “sanitário público”. Atendendo reclamações, fizemos apêlo a Secretaria de Saúde do Município, a qual logo depois afirmou haver tomado as devidas providências... Acontece, porém que [...] (no dia 22 de outubro de 1970), a nossa reportagem (isto é, a do JCE,) passou pelo local e verificou que tudo continuava como antes. A quem apelar agora?⁷²⁹

Situações como essa sinalizam que a reterritorialização era uma ‘prática’ que causava transtorno às classes dominantes. Por outro lado, o fato do “povo comum” resignificar o espaço que passava a ocupar também corrobora para externar o quanto era possível subverter a ordem das coisas na cidade de Campo Grande.

O lugar que outrora sediava um estabelecimento farmanêutico, depois de destruído pelas chamas, passou então a ser local não mais da modernização química, mas sim local de ‘práticas’ desordeiras, tendo em vista os imperativos higiênicos e os legais estabelecidos pela sociedade moderna, já que servia de ambiente para serem feitas as necessidades fisiológicas e de local em que pessoas malandras podiam se ocultar.

Entretanto, tudo indica que o local não servia apenas como banheiro e como esconderijo de malandros. É adequado considerar que o estabelecimento em ruínas servia também como abrigo para “mendigos”, tanto para os que não conseguiam vaga, tanto para os que não queriam ficar no “Albergue Noturno”, seja por razões particulares ou até mesmo porque tinham alguma pendência com as ‘autoridades’ policiais, afinal, alguns dos “necessitados” tinham cometido sim delitos, em geral furtos de mercadorias em casas e em lojas, sobretudo para apanhar roupas e, mais ainda, alimentos.

Alguns dos “necessitados”, no entanto, utilizavam-se de tijolos danificados, de pedras retiradas das vias públicas, de tábuas consideradas inadequadas para a construção de edifícios, telhas usadas e de papelões dos mais diversos para construir suas próprias moradias.

O casal Jurandir e Edith, por exemplo, tinha construído a própria morada nas imediações do Mercado Municipal, porém, a mesma estava em área da Estrada de Ferro

⁷²⁹ HÁ VÁRIOS MESES..., *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 23 out. 1970.

Noroeste do Brasil e que não podia ser ocupada por nenhum tipo de construção. Diante disso, o então secretário Cesar Macksoud, da Secretaria de Promoção Social,

[...] resolveu erguer uma moradia ao casal. E assim foi feito. Depois de alguns meses a casa ficou pronta e seu Jurandir e dona Edith foram convidados para fazerem a casinha nova. Qual não foi a surpresa do Secretário da Promoção Social, quando ouviu, a incontinente recusa do baiano de se mudar, alegando que a casa ficava muito distante e que isso prejudicava seu negócio: vender e comprar garrafas.

[...] (No dia 6 de janeiro de 1971,) o Jurandir estava na sede da Prefeitura, tentando resolver o seu problema, uma vez que à casa à beira dos trilhos deverá ser demolida pelos funcionários da municipalidade. Novamente o problema volta à tona, desta vez de uma forma inesperada, pois o baiano resolveu dar o “cano” na Secretaria de Promoção Social, pois “quem nasce para tostão, nunca chega a mil réis”.⁷³⁰

Nessa matéria fica explícito que nem sempre a atuação das ‘autoridades’ constituintes da SPS de Campo Grande seguia exatamente o que era determinado pelos objetivos institucionais. Entretanto, a matéria externa também que era mais importante para o “povo comum” morar em um local próximo ao centro comercial, mesmo que sem o mínimo de conforto, do que residir em uma casa mais confortável e segura do ponto de vista da feitura, mas distante do centro comercial da cidade.

Isso denota que o mais importante para o casal Jurandir e Edith era residir próximo do espaço público do centro comercial, pois era nesse espaço que os mesmos conseguiam vender e comprar vasilhames e, por meio disso, obter alguma renda. Em razão disso, não fazia sentido residir longe do local de trabalho, pois se assim o fizessem, ficariam sem a renda obtida com a comercialização de garrafas.

Por causa de situações dessa ordem e de inúmeras outras, cada vez mais havia sujeitos residindo no que se pode chamar de espaço público do centro da cidade de Campo Grande. Esse jeito de morar causava indiferença para uns, para outros indignação, contudo, existiam pessoas que se mostravam apreensivas diante de tal realidade.

Em meados de dezembro de 1971, Ignez O. Sant’Anna publicou no Jornal Correio do Estado artigo denominado Assistência social. Nesse texto Sant’Anna mencionou sua compreensão e delimitou alguns dos possíveis caminhos que deviam ser percorridos pela Assistência Social no sentido de aplacar algumas questões consideradas de ordem social, dentre as quais estava a questão da moradia.

Sant’Anna escreveu que a assistência social era representada no Estado de Mato Grosso “[...] por vários órgãos e sociedades caritativas [...]”⁷³¹, contudo, “[...] se vê cada vez

⁷³⁰ BAIANO DEU O “CANO” NA SECRETARIA DE PROMOÇÃO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 7 jan. 1971.

⁷³¹ SANT’ANNA, O. Ignez. Assistência social. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 4, 18 dez. 1971.

mais prêsa aos problemas sociais a serem resolvidos [...]”⁷³², tendo em vista que não havia formação acadêmica especializada na área de assistência social.⁷³³

Dentre os órgãos e sociedades caritativas estavam a Legião Brasileira de Assistência (LBA), o SESC, o SOS, o SESI, os asilos para idosos, inúmeras casas para crianças abandonadas, os ambulatórios médicos, os centros de saúde, as maternidades, os dispensários e Centro de Educação do Menor (CEM).

Além desses órgãos havia as federações de vários sindicatos e clubes como Rotary e Lions e inúmeras associações, tanto católicas como de outras religiões que também promoviam campanhas de promoção social.

Mesmo com esse conjunto de entidades trabalhando em prol dos “necessitados”, Sant’Anna afirma que o

[...] número de pessoas que não conseguem integrar-se convenientemente na sociedade, seja por problemas psíquicos, culturais e conseqüentemente monetários, aumenta dia a dia e as verbas ou recursos com que o Estado conta para a recuperação dessas pessoas é mínima. A assistência social é em resumo uma obrigação das comunidades, é a tentativa da integração dos seus membros débeis sem exigir deles uma imediata reciprocidade de serviços.⁷³⁴

Já sobre os “problemas sociais” existentes no Estado de Mato Grosso, Sant’Anna considerou que eram muito evidentes e de variadas ordens, tais como: falta de trabalho/desemprego, êxodo rural, menores desamparados, pouca estrutura médica-hospitalar para atender os “necessitados” e restrita abrangência da educação básica sobre a maior parte da sociedade.

Embora Ignez Sant’Anna tenha considerado a atuação do poder público como pouco significativa, tendo em vista que as verbas aplicadas eram mínimas e que a quantidade de “necessitados” aumentava paulatinamente em razão dos problemas mais variados, Sant’Anna externou que os

[...] Institutos, as Associações e Obras Assistenciais pesquisam sempre em busca de novos caminhos buscando aprender mais e visando levar ao homem desajustado uma assistência total, embora o paradoxo entre verba e número de necessitados seja desanimador.

⁷³² SANT’ANNA, O. Ignez. Assistência social. Op. cit., 1971.

⁷³³ Vale lembrar que a Faculdade de Serviço Social de Campo Grande, conforme escreveu o padre José Scampini, que à época era o diretor da referida Faculdade, foi autorizada e passou a funcionar no ano de 1972, sendo reconhecida somente no ano de 1975. O objetivo do Curso de Serviço Social, no entender de Scampini, era o de transformar a vida dos mais pobres. Segundo esse religioso, de “[...] modo geral o Serviço Social é considerado antes de tudo como uma profissão destinada a grupos de pobres, de marginais e necessitados, isto é, de grupos ou indivíduos estigmatizados pelo fracasso, infelicidade, a deficiência, a doença, a velhice, a miséria ou o vício.” (SCAMPINI, Pe. José. Faculdade de Serviço Social de Campo Grande. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 5, 3 maio 1976).

⁷³⁴ SANT’ANNA, O. Ignez. Assistência social. Op. cit., 1971.

O problema de falta de cultura básica e a falta de emprêgo é avassaladora. As obras de grande vulto, como as super-estradas movimentam grande número de material humano desclassificado para trabalhos que não sejam os braçais. As famílias numerosas dêsse trabalhadores padecem as mais dantescas privações e sobrevivem em condições sub-humanas.⁷³⁵

A afirmação de Sant'Anna evidencia que a maior parte dos trabalhadores atendidos pela assistência social era de trabalhadores braçais que vinham para o Estado de Mato Grosso em busca de trabalho/emprego em obras de grande porte, em geral as construções encampadas pelos governos federal e estadual, tais como estradas de rodagem, usinas e pontes.

Contudo, a maior parte desses trabalhadores braçais passava, segundo afirma Sant'Anna, sérias privações: ganhavam pouco, pois eram "material humano desclassificado para trabalhos que não sejam os braçais" e viviam "em condições sub-humanas". Uma parte desses sujeitos possivelmente retornou para os seus locais de origem, contudo, uma parte deles ficou no Estado de Mato Grosso, seja trabalhando no campo ou na zona urbana.

Os que ficavam na zona rural trabalhavam em fazendas, estâncias e/ou lavouras, em geral sem carteira assinada e recebendo salário muito aquém do que serviço que realizavam. Quanto aos trabalhadores braçais que vinham para a cidade, passavam a ser mais um sujeito sem as mínimas condições de existência material, até porque não tinham dinheiro algum, quando muito portavam apenas roupas e pequenos utensílios domésticos.

Na cidade, passavam então por fome, falta de moradia, doenças e problemas de inúmeras ordens, sobretudo com as 'autoridades' policiais. Alguns utilizavam como local de moradia o próprio espaço público das calçadas do centro urbano e comercial da cidade de Campo Grande, porém, outros aproveitavam carcaças inutilizadas de automóveis para torná-las locais de moradia.

Próximo à barranca do Córrego Prosa e do Córrego Segredo, área do centro da cidade, nas imediações da Vila Nova Bandeirantes, por exemplo, um ou alguns moradores utilizaram-se da carcaça antiga de um ônibus. Segundo foi publicado no *Jornal Correio do Estado*, "[...] o morador que parece ser tranqüilo demais, montou sua casa, sem quaisquer problemas [...]. O morador ou moradores, desconhecidos, estavam ausentes da "residência", que tem entrada de frente e saída nos fundos. É mais um "jeitinho" do brasileiro."⁷³⁶

A palavra "jeitinho" expressa oportunamente as 'práticas' de algumas "pessoas comuns" para ter um local que servisse de moradia. Os residentes na carcaça-casa, para exemplificar, tornaram um ícone da sociedade moderna – o veículo automotor – em local de moradia, descaracterizando essencialmente o objetivo "natural" do mesmo, qual seja, o de auxiliar na locomoção de pessoas e no transporte de mercadorias.

⁷³⁵ SANT'ANNA, O. Ignez. Assistência social. Op. cit., 1971.

⁷³⁶ PARA O MORADOR, A "CASA" É BOA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 31 ago. 1973.

Além dos sujeitos que moravam no espaço público das calçadas e dos que residiam em carcaças inutilizadas de automóveis, havia também o “povo comum” que utilizava como local para moradia os estabelecimentos abandonados.

No dia 9 de outubro de 1974 o JCE publicou matéria contendo relevantes informações a respeito das condições de moradia das “pessoas comuns”, tanto quantitativas como qualitativas. Conforme consta no texto, sete famílias viviam, “[...] na maior promiscuidade, na velha casa abandonada da antiga chácara do Reveillau, onde seria construído um shopping-center do Peg-Pag.”⁷³⁷

Eram pessoas de variadas idades e de diversas ocupações. Vindos do Município de Miranda, o senhor Frozino de Souza, que trabalhava como guarda da Prefeitura Municipal, e a senhora Adélia foram os primeiros ocupantes da residência, bem como seu casal de filhos, a menina com 16 anos e o rapaz com 22 anos.

O relato feito pelo Jornal Correio do Estado descreve o local de moradia como uma construção “[...] destelhada parcialmente, sem janelas e portas e tomadas pelo matagal e muita sujeira. Alojaram-se num dos cômodos da outrora luxuosa residência, logo tomada por outros moradores, que chegavam gradativamente.”⁷³⁸

Irineu Roberto Soares e sua esposa Clarice, além de seus 5 filhos, todos com pouca idade, vieram em seguida aos primeiros moradores, o senhor Souza. Depois de Soares, “[...] mais cinco famílias chegaram, “ajeitando-se” como puderam. Muitas crianças, homens desocupados e mulheres formam um amontoado de pessoas que, na maioria das vezes, acabam desentendo-se uns com os outros.”⁷³⁹

O cearense Vicente de Deus da Silva, natural do Município de Santana do Cariri, tinha 32 anos de idade e era pai de 5 filhos: o mais velho tinha 8 anos e o mais novo apenas 1 ano de vida. O senhor Silva vivia “[...] com Maria Apolinário de Alencar – “nós casamos só no padre, explica – também cearense. Sem emprego, diz que veio de uma fazenda e foi morar na casa abandonada, “para não ficar na rua”. ”⁷⁴⁰

Havia também o senhor Antônio Lourenço Silveira, com idade de 40 anos. Silveira era casado e tinha uma filha de 8 anos. Essas pessoas constituíam, conforme foi noticiado, “[...] os mais recentes moradores do casarão. Ele explica que não encontra casa para alugar – não trabalha e não tem dinheiro – e que por enquanto vai se acomodar por lá, junto com os outros companheiros.”⁷⁴¹

⁷³⁷ SETE FAMÍLIAS VIVEM NA VELHA CASA ABANDONADA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 9 out. 1974.

⁷³⁸ Ibidem.

⁷³⁹ Ibidem.

⁷⁴⁰ Ibidem.

⁷⁴¹ Ibidem.

No entender da reportagem do JCE, a família do senhor Frozino e da senhora Adélia tinha as melhores condições materiais dentre todas as famílias que moravam na “outrora luxuosa residência”. O fato de a família Souza ter as melhores condições ocorria em razão de que a

[...] filha trabalha como empregada e o filho trabalha como braçal da NOB. No quarto mais ou menos arrumado, os trastes, uma mesa e duas camas, uma ao lado da outra.

“Nós vamos tocando a vida, até as coisas melhorarem”, diz ela. Sobre uma pequena mesa, um rádio, um quadro de Nossa Senhora da Aparecida, outro de São Jorge, Santo Antônio e outros mais, junto com os objetos de tocador da filha.⁷⁴²

Assim como essas pessoas, havia muitas outras. Dados da Secretaria de Promoção Social do Município de Campo Grande, que foram publicados na matéria intitulada Sete famílias vivem na velha casa abandonada⁷⁴³ indicam que a maior parte dos sujeitos “necessitados” eram migrantes.

Mais de 71% dos “necessitados” eram oriundos de outras Unidades Federativas do Brasil. Quase 29% dos migrantes vinham de municipalidades do próprio Estado de Mato Grosso. Apenas 14% não eram analfabetos. Além disso, a maioria não tinha nenhum tipo documento.

Quase nenhum possui Carteira de Trabalho e raros possuem documentos de identidade. A falta desses dois documentos dificulta, ainda mais, arranjar emprego aos desocupados “que normalmente abandonam o serviço por serem demasiadamente instáveis”. Aqueles encaminhados para as fazendas “comem até não agüentar mais e negam-se a trabalhar, obrigando o patrão a mandalos de volta”.⁷⁴⁴

No caso das 7 famílias alojadas, as mesmas puderam permanecer no casarão da antiga chácara do Reveillau, embora o intuito da Secretaria de Promoção Social fosse o de encaminhá-las para o “Albergue Noturno”. Os “necessitados” só não foram encaminhados para o “Albergue Noturno” pelo fato de que não havia vagas disponíveis. Segundo foi noticiado no JCE, os profissionais

[...] da Secretaria de Promoção Social, já estiveram no velho casarão, fazendo um levantamento. Ficou só nisso, eis que muito pouco se pode fazer. Onde alojá-los? Esta é uma pergunta que não há como ser respondida. O albergue noturno está lotado, não há ofertas de empregos e mesmos que houvesse, eles preferem ficar como estão, a pegar no trabalho.⁷⁴⁵

⁷⁴² SETE FAMÍLIAS VIVEM NA VELHA CASA ABANDONADA. Op. cit., 1974.

⁷⁴³ Ibidem.

⁷⁴⁴ Ibidem.

A ocupação do casarão da chácara do Reveillau não foi o único espaço territorializado pelo “povo comum” em busca de um local para morar. No dia 19 de novembro de 1975, para exemplificar, a Rádio Cultura e o Jornal Correio do Estado, empresas que trabalhavam em parceria, noticiaram que existia um “triste quadro” “[...] na área central da cidade, onde no depósito antigo da firma Copobel, reuniam-se aproximadamente quarenta pessoas sem recursos [...]”.⁷⁴⁶

O delegado da Central de Polícia, à época o senhor Altino de Almeida Santiago,

[...] determinou providências para o caso. Investigadores de Polícia deslocaram-se até o local, ordenando aos mendigos que se retirassem dali. Bastante revoltados e reclamando muito, homens, mulheres e crianças juntaram seus pertences e providenciaram a mudança do conhecido “beco”.⁷⁴⁷

O relato de que um antigo depósito servia de moradia para cerca de 40 pessoas sinaliza não apenas a existência e a quantidade do “povo comum” no centro da cidade, mas também indica que a ‘prática’ de ocupar estabelecimentos abandonados nem sempre era aceita pela ‘população’ e pelas ‘autoridades’. Isto é, nem todos os espaços transformados em local de moradia pelas “pessoas comuns” continuavam a ser por elas ocupados.

O casarão da antiga chácara do Reveillau não foi desocupado, contudo, o “povo comum” que ocupava o depósito da empresa Copobel teve que sair do local. Pelo fato de terem que desocupar o local, alguns “mendigos” protestaram. O Jornal Correio do Estado relatou que um homem

[...] ofendeu aos populares que paravam, curiosos, para ver a retirada. Os agentes policiais também foram xingados por uma das mulheres grávidas, que além das palavras de baixo calão, fazia gestos obscenos, sem importar-se com as crianças, que olhavam estupefadas os pais, reclamando.

Cada um dos elementos gritava que iria para um local distante, “pois em Mato Grosso não existia justiça”. E acabaram deixando mesmo o local, que já estava simplesmente insuportável, devido ao mau-cheiro.⁷⁴⁸

A externalização das causas que motivaram o então delegado Altino de Almeida Santiago na retirada dos “mendigos” são de várias ordens. Dentre essas várias causas destacam-se as seguintes: “[...] atos libidinosos por parte de alguns homens, bem como o início de prostituição de algumas mocinhas, em plena luz do dia.”⁷⁴⁹

⁷⁴⁵ Ibidem.

⁷⁴⁶ DELEGADO ORDENA RETIRADA DOS MENDIGOS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 20 nov. 1975.

⁷⁴⁷ Ibidem.

⁷⁴⁸ DELEGADO ORDENA RETIRADA DOS MENDIGOS. Op. cit., 1975.

⁷⁴⁹ Ibidem.

Situação semelhante à ocorrida no mês de novembro de 1975, quando o delegado Santiago promoveu a desocupação do depósito da empresa Copobel, foi verificada no mês de janeiro de 1978. Nessa ocasião, a questão-problema era um terreno baldio, local onde funcionava uma padaria. Esse imóvel localizava-se na Avenida Calógeras, entre as ruas Dom Aquino e Marechal Rondon, região de grande movimento comercial da cidade de Campo Grande.

Segundo foi noticiado pelo Jornal Correio do Estado, o respectivo terreno

[...] transformou-se num verdadeiro “paraíso” para os mendigos que fazem naquele local suas moradias e mesmo “ponto de encontro” entre eles. A situação, que já dura há algum tempo, é desesperadora para os moradores das proximidades, que constantemente vem sendo roubados, bem como os próprios comerciantes que vem tendo prejuízos.

A polícia já esteve no local por diversas vezes e sempre acaba por recolher ao xadrez, geralmente, mais de seis pessoas, entre homens e mulheres, que embriagados, aprontam verdadeiras confusões. Quando a polícia leva os desocupados, novos elementos acampam no local. Os mendigos geralmente vivem embriagados e ocupam um cubículo em péssimas condições. Não trabalham e nem saem para pedir esmolas, mas mandam que as crianças assim o façam.⁷⁵⁰

A atuação das ‘autoridades’ policiais, conforme mencionou o JCE, era efetiva, entretanto, a prisão, quando feita, não resolvia a questão. Mesmo prendendo em torno de 6 pessoas, geralmente todas embriagadas, as referidas ‘autoridades’ não conseguiam impedir que os “mendigos” restantes continuassem a furtar a ‘população’ e os comerciantes.

As ações policiais também não impediam que o local de moradia dos “mendigos” presos, mesmo sendo “um cubículo em péssimas condições”, fosse ocupado por outros “mendigos”. Já a ‘população’, por sua vez, alegava que os “mendigos” faziam muitos furtos, brigavam e realizavam sexo explícito. Desde

[...] que o terreno passou a ser ocupado pelos mendigos é que a situação ficou no estado em que está, ou seja, ocorrendo constantemente o desaparecimento de roupas, calçados, e até mesmo cadeiras e outros objetos. Geralmente ninguém se arrisca a deixar nada para fora de casa pois se assim fizer, acabará por ficar sem os objetos.

(No dia 17 de janeiro de 1978) [...] pela manhã violenta briga surgiu entre os desocupados. Um grupo armou-se de pedras e paus e atacou o outro. Depois de muitos palavrões e ameaças de morte, uma parte (a derrotada), acabou se retirando, enquanto que a outra ficou de posse do trono. “A situação aqui está terrível. A gente não tem mais sossego e tem que ficar de olho nestes mendigos, pois são atrevidos mesmo, chegando até a invadir a nossa casa”, explica um dos moradores das proximidades.

⁷⁵⁰ NO CENTRO DA CIDADE UM “PARAÍSO” PARA OS MENDIGOS E MARGINAIS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 11, 18 jan. 1978.

Outra queixa dos moradores é sobre os atos sexuais praticados pelos mendigos, que realizam sem se preocupar se estão sendo observados ou não por quem passa pela rua. Eles não admitem serem molestados e quando isso ocorre, atacam com palavras de baixo calão e gestos obscenos às pessoas.⁷⁵¹

Por mais que as 'práticas' dos "mendigos", tais como: embebedarem-se, brigarem, explorarem crianças para obter dinheiro, furtarem e fazerem sexo explícito fossem moralmente inadequadas e até mesmo ilegais, o fato é que elas existiam e que não eram coibidas pelas 'autoridades' públicas legalmente instituídas, embora tentativas por parte das mesmas fossem realizadas de forma contínua, em geral não havia sucesso nos trabalhos empreendidos.

Na segunda metade da década de 1970 a presença de 'autoridades', sobretudo das municipais, no espaço urbano de Campo Grande foi muito intensa no sentido de tentar restringir as 'práticas' do "povo comum", que nesse caso era constituído, na maioria das vezes, por migrantes que tiveram que sair de seus locais de nascimento.

Gilles Deleuze e Félix Guattari nos lembram, e isso é muito oportuno, que a "[...] desterritorialização absoluta não existe sem reterritorialização."⁷⁵² Sendo assim, as pessoas que chegavam – pelo fato de terem sido desterritorializadas – em busca de trabalho/emprego e, não conseguindo, transformavam – reterritorializaram – o espaço público em local de vivência e, justamente por isso, em espaço no qual 'práticas' tradicionalmente "privadas" eram externadas em espaço público.

A questão central é que a realidade construída pelo "povo comum" conflitava com a maior parte dos princípios da elite. Diante do fato de parte do "povo comum" explicitar 'práticas' consideradas pelas classes dominantes como sendo restritas ao espaço privado, havia o intuito por parte da elite de impedir, sobretudo via poder legalizado, a externalização de tais 'práticas'.

Para viabilizar a concretização desse objetivo foram postas em cena diversas ações. Uma delas consistiu na reforma e na ampliação do "Albergue Noturno". Essa tarefa envolveu 'autoridades' públicas e privadas.

Da parte do poder público estavam o prefeito Marcelo Miranda, o secretário de Promoção Social, o senhor Chafic João Tomaz e o presidente da Câmara de Vereadores, o senhor Eduardo Contar Filho. O poder privado foi representado pela senhora Lurdes Lopes Bacha, presidente da OAMT que, por sua vez, era a organização mantenedora do "Albergue Noturno".

⁷⁵¹ NO CENTRO DA CIDADE UM "PARAÍSO" PARA OS MENDIGOS E MARGINAIS. Op. cit., 1978.

⁷⁵² DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997, p. 131.

Vale aqui destacar que no ano de 1977 o total de pessoas que pernотaram no “Albergue Noturno” foi de 13 mil sujeitos. No início do ano de 1978, o “Albergue Noturno” oferecia pernoite para cerca de 70 pessoas, entretanto, a quantidade de sujeitos que procuravam o “Albergue Noturno” aumentava cada vez mais, em especial pela chegada de migrantes do interior de Mato Grosso e de outros Estados do Brasil.⁷⁵³

Depois das ‘autoridades’ públicas, nesse caso o prefeito Marcelo Miranda, o secretário Chafic João Tomaz e o vereador Eduardo Contar Filho, além da senhora Lurdes Lopes Bacha terem discutido os termos em que devia se dar o convênio, ficou estabelecido que a Prefeitura Municipal de Campo Grande viabilizava o financiamento de verba em torno de 440 mil cruzeiros para a OAMT. A coordenação para aplicar a verba na reforma e na ampliação era de responsabilidade da senhora Bacha.

Dentro do projeto de ampliação do prédio com o objetivo de se conseguir o maior espaço para atender as pessoas que recorrem ao Albergue Noturno, dez metros de terreno existente na parte dos fundos deverão ser ocupados com a extensão do salão onde são colocadas as camas destinadas ao pernoite no setor masculino. Também vai ser construído no mesmo terreno, ao lado do prédio, a casa do zelador, que atualmente mora dentro do pavilhão.⁷⁵⁴

Contudo, o mais interessante e politicamente muito expressivo e efetivamente revelador foi o acordo entre os poderes público e privado em benefício da “cidade”. Qual seja: o “Albergue Noturno” “[...] vai atender todos os casos de pessoas que for enviada pela Secretaria de Promoção Social do município.”⁷⁵⁵

Nesse sentido, a política de ampliar e de reformar o abrigo dos “mendigos” não pode ser pensada apenas como uma ‘prática’ em benefício do “povo comum”. Deve ser compreendida também como uma ‘prática’ que trouxe mais benefícios à elite do que ao “povo comum”, pois livrou, mesmo que apenas no período noturno, o espaço público do centro da cidade de Campo Grande da presença de uns “70” “mendigos”, deixando-o apto para que pessoas minimamente enquadradas em outro padrão de vida pudessem territorializá-lo.

O JCE, no final do mês de outubro de 1978, voltou a denunciar e a cobrar algum tipo de atuação eficaz do poder público municipal sobre a territorialização dada ao espaço urbano da cidade de Campo Grande pelos “mendigos e migrantes”, uma vez que ocupavam de modo muito constante e inoportuno os locais mais expressivos da cidade modernizada.

⁷⁵³ REFORMA DO ALBERGUE VAI SAIR. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 24 fev. 1978.

⁷⁵⁴ Ibidem.

⁷⁵⁵ Ibidem.

Nesse sentido, a 'prática' de mendigar e de esmolar era essencialmente uma ação feita em espaços densamente ocupados pelos transeuntes. Não se mendigava e/ou esmolava na periferia pobre da cidade. Só se mendigava e/ou se esmolava em espaços abastados e movimentados. Essa realidade fica muito bem externada em texto publicado no dia 30 de outubro de 1978.

O problema da mendicância, que cresce rapidamente em Campo Grande, passou a ser uma constante preocupação dos moradores circunvizinhos ao Hospital "Marechal Rondon". Os fundos daquela casa de saúde, foi transformado num verdadeiro "antro" de mendigos e migrantes recém chegados á esta cidade.

– Todas as tardes, pouco antes do anoitecer, aproximadamente uma centena de mendigos (entre eles migrantes) invade um grande terreno baldio existente nos fundos daquele hospital e, muitos deles embriagados, começam a proporcionar cenas indecorosas, já que o grupo inclui também mulheres, comumente também embriagadas. Esta reclamação é unânime entre os moradores, principalmente, os que residem mais próximo ao local da "reunião".⁷⁵⁶

As reclamações eram variadas. Os "mendigos" foram representados como pessoas desocupadas, doentes, baderneiras, violentas e imorais que em nada contribuían para edificar na cidade 'práticas' modernas, portanto, algo que fosse símbolo de "progresso".

Pelo contrário, além de não trabalharem de acordo com as regras estabelecidas pela elite, os "mendigos" foram pensados como pessoas que atrapalhavam o trabalho de alguns sujeitos, podiam transmitir doenças às crianças e inclusive agredir as meninas que retornavam da escola.

Sobre o trabalho, conforme noticiou o JCE, uma

[...] moradora acrescenta que, "muitas vezes vê-se funcionários do hospital tentando fazer com que eles saiam debaixo das mangueiras, que ficam nos fundos do terreno, mas eles vão até, no máximo, os trilhos ou descem até à beira do córrego e logo estão de volta".⁷⁵⁷

Havia também preocupação por parte de algumas mães, pois entendiam que os "mendigos" eram potenciais transmissores de doenças.

Muitas das mães que residem nos fundos do Hospital "Marechal Rondon" encontram-se apreensivas também com a possibilidade de um alastramento de doenças, já que quando saem para trabalhar ou fazer compras, são obrigadas a deixar seus filhos sozinhos e estes vão se reunir ou pelo menos ficar perto do grupo, correndo o risco de contrair uma grave doença, já que "muitos desses mendigos, são os mesmos que encontram-

⁷⁵⁶ AGRUPAMENTO DE MENDIGOS: UMA AMEAÇA ÀS FAMÍLIAS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 30 out. 1978.

⁷⁵⁷ Ibidem.

se espalhados pelas calçadas das ruas centrais da cidade, a exibirem horrendas feridas”, acrescentou uma moradora.⁷⁵⁸

Além de questões referentes ao trabalho e à transmissão de doenças, recaía sobre os “mendigos” a compreensão de que em razão das bebidas alcoólicas, os mesmos também podiam ser violentos. Daí outro problema: bêbados, os “mendigos” eram potenciais agressores de pessoas, em tese, indefesas, nesse caso, as estudantes do período noturno.

Já é pensamento dos moradores, realizar um abaixo-assinado e entregá-lo ao secretário de Promoção Social, a fim de que alguma providência seja tomada. “Nem mesmo as meninas que estudam à noite, podem mais transitar nesse trecho sozinhas, quando voltam do colégio, pois correm o risco de serem agredidas por algum dos desocupados, que como de costume encontram-se embriagados”, acrescenta um pai de família.⁷⁵⁹

Em parte por causa dessas re-apresentações que cotidianamente eram formuladas pela ‘população’ e inclusive veiculadas de forma muito detalhada via Jornal Correio do Estado, os “mendigos” passam a ser pensados e representados socialmente como sujeitos com os quais não se devia dar crédito. As propostas da ‘população’, que foram externadas pelo JCE, indicam claramente como o “povo comum” era pensado e qual devia ser o tratamento dispensado pelas ‘autoridades’ públicas para tais pessoas.

Uma das propostas mencionadas no JCE sinaliza que algumas pessoas “[...] daquela zona central da cidade acreditam que a Secretaria de Promoção Social esteja fazendo “vistas grossas” ao problema.”⁷⁶⁰

Por outro lado, alguns moradores entendiam

[...] que deveria ser feito um acordo entre a SPS e a Polícia Militar, no sentido de que, esta última, enviasse ao local, “no horário do rush dos mendigos”, uma guarnição encarregada de triar os desocupados e posteriormente os entregar à Secretaria, a fim de que ela os encaminhe ao albergue ou a qualquer outro lugar, pois pelo menos assim, o grande número de crianças que residem nas casas próximas ao local, não corre o risco de estar freqüentemente presenciando verdadeiros espetáculos indecorosos.⁷⁶¹

Embora a segunda proposta seja a mais agressiva ao “povo comum”, as duas refletem em certa medida o desprezo com que uma parcela dos habitantes da cidade compreendia a existência de outros sujeitos, nesse caso, sobretudo pelo fato de que eram pessoas sem bens materiais.

⁷⁵⁸ AGRUPAMENTO DE MENDIGOS: UMA AMEAÇA ÀS FAMÍLIAS. Op. cit., 1978.

⁷⁵⁹ Ibidem.

⁷⁶⁰ Ibidem.

⁷⁶¹ Ibidem.

Próximo do Hospital Marechal Rondon havia outro ambiente ocupado pelas “pessoas comuns”. Era um “imóvel muito antigo”, construído por volta do final da década de 1940, e “já parcialmente demolido”, que servia de morada para mulheres e homens desempregados, que estavam, quase sempre, embriagados e fazendo ações promíscuas. O local seria

[...] de abrigo de marginais e bêbados freqüentadores da chamada Boca do Lixo, na Avenida Calógeras. Dos proprietários, praticamente nada se sabe e os moradores das proximidades informam apenas ter conhecimento de que pertencia à família Quadros, que ninguém sabe precisar exatamente quais as pessoas a ela ligadas. Na verdade, o prédio, já parcialmente demolido, serve também como criatório de ratos e baratas e por isso as residências próximas vivem infestadas, com os moradores não sabendo mais o que fazer.

Por tudo isto, os protestos são bastante grandes e os demais proprietários da região – inclusive donos de hotéis – estão apelando à Secretaria de Obras, para que identifique os proprietários e obriguem-os a concluir a demolição iniciada há vários anos.⁷⁶²

O JCE atua como meio que procura levar as reclamações da ‘população’ para a sociedade leitora do Jornal que era, em alguma medida, também um público constituído de ‘autoridades’ e de políticos, tendo em vista que o JCE, desde a década de 1960, publicava em suas páginas o Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Campo Grande, na verdade, o JCE era o próprio Diário Oficial da municipalidade.

Ademais, ainda quando Mato Grosso não tinha sido dividido, o JCE já era um dos mais expressivos meios de comunicação estadual. Depois da divisão, que ocorreu no dia 11 de outubro de 1977, continuou a ser um dos jornais mais expressivos e mais vendidos do Estado de Mato Grosso do Sul, senão o mais significativo e o mais vendido, tendo em vista a variedade de conteúdos e a qualidade de matérias que, é claro, interessavam a uma parcela significativa dos grupos dominantes.

Fica evidente também a cobrança de uma melhor infra-estrutura à ‘população’ da cidade, tanto material, sanitária, visual como humana. A demolição trazia, no mínimo, 3 benefícios à ‘população’: impedia que “bêbados e marginais” utilizassem o imóvel, facilitava “[...] a eliminação dos ratos e baratas [...]”⁷⁶³ e tirava “[...] da cidade um quadro que compromete a aparência em seu todo.”⁷⁶⁴

Além disso, o texto possibilita visualizar um processo, embora muito incipiente, de desvalorização material e simbólica da Avenida Calógeras e das áreas próximas dessa via de comunicação, uma vez que no final da década de 1970 a região compreendida entre a

⁷⁶² NA CALÓGERAS, UM IMÓVEL QUE ESTÁ CAINDO SERVE COMO ABRIGO A MARGINAIS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 5, 13/14 out. 1979.

⁷⁶³ Ibidem.

⁷⁶⁴ Ibidem.

Rua 15 de Novembro (Sul), a Avenida Mato Grosso (Norte), a Avenida Calógeras (Oeste) e a Rua 14 de Julho (Leste) não era mais o único espaço da elite.

Com a criação do Estado de Mato Grosso do Sul e a implantação na cidade de Campo Grande do aparato político-administrativo para sediar a capital estadual do “Estado Modelo”⁷⁶⁵ do Brasil, houve a transformação de determinados locais. Foram construídos inúmeros estabelecimentos para os poderes públicos, tanto federal, estadual como municipal. Surgiram várias construções privadas, tanto horizontais como verticais.

O espaço da maior parte dessas construções foi a região Centro-Leste da cidade. Em razão disso, cada vez mais a Avenida Calógeras passou a ser, e vale lembrar aqui os ensinamentos de Bourdieu⁷⁶⁶, conhecida e reconhecida como um espaço que não era mais tão fundamental à imagem de “cidade” moderna.

Possivelmente por isso não houve um pronto atendimento do poder público em benefício dos comerciantes e dos moradores daquela área. O meio de transporte e de locomoção mais moderno, não custa lembrar, era o automóvel e não mais a locomotiva e seus vagões de cargas e de passageiros.

O espaço da Avenida Calógeras, muito bem adjetivado na década de 1940 até meados da década de 1970, já que nele existiam expressivas construções e significativos estabelecimentos comerciais, bem como notórias pessoas, foi, em especial a partir do final da década de 1970, perdendo esse posto.

A região da Rua 14 de Julho (sentido Leste) até os altos da Avenida Afonso Pena passou a ter cada vez mais construções sintonizadas como o que havia de mais moderno na cidade para aquele tempo, tanto do ponto de vista arquitetônico como estético. Passou a ser, então, o espaço da elite, tanto que nesse espaço não havia imóveis abandonados – que é um espaço privado – sendo territorializados como local de moradia pelo “povo comum”, embora o espaço público fosse efetivamente ocupado pelas “pessoas comuns”.

A preocupação do JCE centrava-se, portanto, na representação que as pessoas podiam fazer da “cidade” de Campo Grande ao verem aquele espaço. Por exemplo, o sujeito que

[...] chega à Estação Noroeste do Brasil tem, ao observar aquele imóvel, uma imagem de relaxamento da própria Prefeitura, que deveria intimar os proprietários, no caso a “família Quadros”, a concluir a demolição e a promover imediatamente a limpeza do terreno, além de exigir a construção

⁷⁶⁵ “Estado Modelo” era, na teoria, um Estado técnico e não um Estado político. Na prática, os sujeitos que administravam o Estado de Mato Grosso do Sul eram profissionais tecnicamente qualificados, pessoas sem “vícios” políticos. Na realidade, isso não ocorreu. (BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)*. 1997. 538 f. 2 v. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1997).

⁷⁶⁶ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. Op. cit., 1998, p. 99.

de tapumes mais decentes, que não atentem tanto contra a própria cidade e à administração pública.⁷⁶⁷

Era preciso fazer a demolição completa do que tinha restado da construção, limpar completamente o terreno e a construir tapumes “mais decentes”. Fazendo isso, a “cidade” não ficava em débito com quem nela chegasse, bem como não seria alvo de adjetivos depreciativos.

O local de moradia do “povo comum” pouco importava. Essencial mesmo era livrar a “cidade” de imóveis desse tipo: antigos e abandonados, habitados por pessoas “pobres”, cujas condutas morais eram deploráveis.

O imóvel em questão, que servia de moradia para alguns sujeitos, era composto por 3 blocos. A descrição do imóvel indica como eram os ambientes de moradia dos “pobres”. Não havia

[...] água, nem banheiros e muito menos energia, como não poderia deixar de ser. Assim, os “moradores” fazem suas necessidades em qualquer lugar e só tem dificuldades quando chove, já que as telhas, sustentadas por armações pobres, são velhas e nem existem em vários pontos. Não vai demorar muito e aquilo tudo cairá parcial ou inteiramente e azar será daqueles que estiverem debaixo, dormindo ou aprontando.⁷⁶⁸

Em parte por causa dessas características e pelo fato do “povo comum” explicitar ‘práticas’ consideradas como um atentado à moralidade e os bons costumes vigentes, as pessoas que residiam nas proximidades do imóvel afirmaram ao JCE que no período noturno reuniam-se sob o que sobrou da antiga construção

[...] um grande número de marginais e de mendigos, que vivem num ambiente total de promiscuidade. Distribuídos pelo conjunto de três blocos que antigamente serviram de residência e até de hotel, os “moradores” aprontam misérias e já se viu com certa frequência mulheres mendigas embriagadas e semi-nuas do lado de fora do tapume. Além disso, como os marginais ali tem uma “residência” tranqüila, acabam transformando a Calógeras num centro de operação que estende-se à Estação Ferroviária da NOB. Por tudo isso, não se consegue, nunca, acabar com a chamada Boca do Lixo.

A área ocupada pelo imóvel, além do quintal, é imensa e nos fundos o matagal é dos maiores, servindo também como criatório de répteis, segundo os que moram próximos e que não se conformam com a passividade da Prefeitura, apesar das inúmeras reclamações já feitas. Por isso, eles apelam para a Câmara de Vereadores, para a Secretaria de Saúde, de Obras e para o próprio prefeito Albino Coimbra, para que adotem providência visando eliminar da cidade aquele local que não tem qualquer serventia útil, pelo contrário.⁷⁶⁹

⁷⁶⁷ NA CALÓGERAS, UM IMÓVEL QUE ESTÁ CAINDO SERVE COMO ABRIGO A MARGINAIS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 5, 13/14 out. 1979.

⁷⁶⁸ Ibidem.

⁷⁶⁹ Ibidem.

Havia construções que atentavam contra a “cidade”, bem como havia pessoas que igualmente atentavam contra a “cidade”, quais sejam essas pessoas, o “povo comum”. Em razão disso, as seguintes frases, ambas extraídas do JCE, são exemplificadoras da expressividade de uma das mais sutis propriedades da representação: constituir alguém simbólica e materialmente sem propriamente mencioná-lo.

Para uma cidade como Campo Grande, já uma Capital e do mais novo Estado da Federação, aquele imóvel é o que poderia haver de mais atentatório. Que os órgãos responsáveis tomem providências, já que o **Correio do Estado** vai acompanhar a vida do abrigo de marginais, até que ele seja eliminado.⁷⁷⁰

No caso desse texto, não se trata apenas de afirmar textualmente que um imóvel em parte já demolido causava atentado à “cidade”. Mas sim de afirmar que existiam sujeitos (não mencionados) que atentavam contra a “cidade”, pois não tinham condições materiais.

Nesse sentido, é prudente ao historiador minimamente engajado com o mundo em que vive, acrescentar no referido texto algumas palavras, entretanto, palavras de extrema valia para a construção de uma realidade na qual haja diálogo entre os sujeitos que construíam/participaram do passado e com os que estão no presente.

Sendo assim, deve-se ler: “Para uma cidade como Campo Grande, já uma Capital e do mais novo Estado da Federação, aquele imóvel (e as pessoas que nele residem são) [...] o que poderia haver de mais atentatório (à imagem de cidade moderna).”⁷⁷¹ Não era o imóvel, então, o mais real e o mais expressivo “problema”, mas sim os sujeitos históricos que territorializavam o ambiente, tanto material como simbolicamente.

⁷⁷⁰ NA CALÓGERAS, UM IMÓVEL QUE ESTÁ CAINDO SERVE COMO ABRIGO A MARGINAIS. Op. cit., 1979.

⁷⁷¹ Ibidem.

CONCLUSÃO

Talvez, apenas talvez, o título desse trabalho não devesse ser “Modernização urbano-citadina e representações sobre os trabalhadores na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)”, já que o intuito era o de escrever mais sobre a história da elite do que sobre a história do “povo comum”. História que procurei fazer utilizando essencialmente fontes da “história vista de cima”, mas que, de uma forma ou de outra, tinham o “povo comum” como central. Fiz isso, sobretudo para externar que determinadas fontes intentam registrar o passado e cristalizar uma história sem mencionarem a existência do “povo comum”.

Possivelmente seja mais adequado denominar o texto de outra forma, contudo, não fiz isso, no mínimo, por duas questões, ambas relevantes: utilizei no título as palavras “representações” e “trabalhadores” justamente para chamar a atenção do leitor, tendo em vista que significativa quantidade de historiadores é próxima da história das representações – entenda-se aqui Nova História Cultural – e da história dos trabalhadores – entenda-se aqui História Marxista.

As contribuições teóricas e metodológicas dessas duas formas, ora convergentes, ora divergentes de pensar a História, são inegavelmente essenciais para que se possa compreender, objetiva e subjetivamente, os conflitos e os antagonismos produzidos pelos sujeitos históricos, buscando externar as continuidades sem descuidar de explicitar igualmente as questões relativas às alterações. Sem fazer, é claro, generalizações descabidas sobre o processo histórico, pois isso implica em anacronismo.

De fato, o processo de modernização urbano-citadino ocorrido na cidade de Campo Grande foi semelhante aos processos verificados em inúmeras cidades do Brasil. Um aparato de leis, profissionais, obras, máquinas, destruição e construção de espaços, imóveis luxuosos em contraste com moradias sem as mínimas condições, tanto sanitárias como humanas. Enfim, gente da elite que contrastava com gente do “povo comum”. Pertencente a todos, mesmo só o espaço público, embora existissem inúmeros mecanismos dos quais se valiam as ‘autoridades’ privadas e públicas para restringir a presença e coibir as ‘práticas’ das “pessoas comuns” nesse espaço.

A própria cidade de Campo Grande contrastava com relação às demais cidades do Estado de Mato Grosso, pois era a imagem e a concretude de superioridade. A modernização da “cidade” era muito expressiva: o comércio tinha os produtos mais modernos e a economia, para exemplificar, era a mais importante dentre todas as municipalidades. O que era melhor sempre chegava primeiro na cidade de Campo Grande, depois podia até ser encontrado em outros locais, tais como Cuiabá, Corumbá e Dourados.

Na primeira metade do século XX, as “pessoas comuns” foram representadas pela elite como sendo sujeitos desafortunados, sem sorte, que deviam ser amparados por toda ‘população’. Nesse sentido, as ‘práticas’ de esmolar e de mendigar não eram vistas como elementos depreciativos para a cidade de Campo Grande. Ao contrário, dar esmolas para os “pobres” era um indicativo de “progresso”, pois demonstrava que a ‘população’ citadina possuía dinheiro até para oferecer aos “necessitados”. Por volta da década de 1930 o número de “pessoas comuns” que esmolavam/mendigavam nas ruas de Campo Grande era de, no máximo, umas 20 pessoas.

Nas décadas de 1960 e de 1970 essa representação da elite sobre as ‘práticas’ do “povo comum” foi brutalmente alterada. O avanço da fronteira agrícola no oeste do Brasil, em especial nos Estados de Goiás e de Mato Grosso, intensificou ainda mais o êxodo rural. Milhões de pessoas, quase sempre com pouco estudo formal e sem nenhuma qualificação profissional, saíram do campo e vieram para as cidades, em particular para as de grande e de médio portes.

Parte desses sujeitos, que podem ser pensados como migrantes em busca de trabalho, quando muito emprego, realizaram uma “invasão” da zona urbana de Campo Grande. A população da cidade era de pouco mais de 33.000 mil pessoas em 1950. No ano de 1980 esse número era de quase 285.000 mil pessoas. A maioria, é importante frisar, vivia em situação de miséria. Não tinha água potável, nem energia elétrica, residiam em moradias insalubres, eram precariamente assistidos pelas instituições públicas, tanto no acesso ao tratamento médico-hospitalar, jurídico como no educacional.

Entretanto, os problemas não foram vivenciados apenas pelo “povo comum”, mas também pela elite. As limitações existiam, contudo, as que afligiam a elite foram resolvidas de forma muito exemplar. Basta lembrar a canalização do Córrego Maracaju. Já as limitações sofridas pelo “povo comum” foram efetivamente tratadas como questão de segundo plano e até mesmo agravadas.

Se por um lado os comerciantes e moradores tiveram amainado o problema das enchentes, por outro lado, os moradores da “Favela do Segredo” ou “Favela do Querosene” passaram a ter cada vez mais dificuldades. A modernização construída no centro refletiu diretamente – e na maioria das vezes negativamente – no espaço que os “favelados” ocupavam.

O asfaltamento da área central, para citar apenas um exemplo dentre os muitos existentes, significou tormento para os “pobres”, afinal, a água que não atrapalhava mais as pessoas no centro foi a que passou a incomodar mais ainda os “favelados”, provocando desespero em época de chuva, já que as águas inundavam suas moradias, encharcavam seus poucos pertences e, por vezes, chegavam até a causar vítimas fatais.

Os “casebres” ou “barracos”, locais de moradia de milhares de pessoas do “povo comum”, foram pensados como locais “sem nenhum conforto”, “miseráveis habitações”, ambientes anti-higiênicos, imoras, ilegais, moradias em que as pessoas viviam espremidas e “sem as mínimas condições de higiene”. A maior parte dos sujeitos que residia nos “casebres” era natural de municipalidades do próprio Estado de Mato Grosso. Trabalhadores rurais que, ao não terem mais ocupação no campo, rumaram para a cidade de Campo Grande.

Na cidade, trabalharam, quando havia trabalho, em atividades braçais, geralmente informais, recebendo em troca remunerações quase sempre ínfimas. O trabalho de crianças, mulheres e homens, contudo, não deixou de territorializar o espaço público de modo muito marcante.

Parte das “pessoas comuns” que esmolavam/mendigavam/pediam auxílio e/ou vendiam variadas mercadorias em vias de comunicação de grande movimento, como a Rua 14 de Julho e a Avenida Afonso Pena, residiam em áreas próximas ao centro comercial da cidade, pertencentes ao poder público, assim como no caso da “Favela do Segredo”, distante nem 1 quilômetro da Rua 14 de Julho, que era a “via mais movimentada do oeste” brasileiro.

Outra parte do “povo comum”, algo em torno de algumas centenas de pessoas, provavelmente umas 250 até 300 pessoas no final da década de 1970, residiam no próprio centro da cidade: uma parcela apenas pernoitava no “Albergue Noturno”, outra morava em imóveis abandonados e algumas viviam e dormiam mesmo nas calçadas.

As ‘práticas’ laborais desses sujeitos, tanto dos “favelados” como dos residentes no centro comercial atraíram a atenção e movimentaram inúmeras ações das ‘autoridades’ privadas e das públicas no sentido de combater/eliminar a presença e as ‘práticas’ do “povo comum” do centro da cidade, pois nesse momento as mesmas eram vistas como demeritivas e vexatórias às ‘autoridades’ e à ‘população’ que procuravam, de forma muito intensa, modernizar o centro da cidade de Campo Grande, até porque no final da década de 1970 Campo Grande era a sede política e administrativa do Estado de Mato Grosso do Sul.

Fazer isso implicava, de todo jeito, em retirar os sujeitos e as ‘práticas’ não sintonizadas com esse modelo, quais sejam os sujeitos: as “pessoas comuns”, quais sejam as atividades: em larga medida o chamado ‘trabalho indigno’, que consistia em esmolar, mendigar e pedir auxílio aos transeuntes. Era preciso, no entendimento de parte da elite, limitar a atuação dos “pobres”, em especial por meio do ‘trabalho digno’ que tinha, dentre muitos propósitos, o de restringir as “pessoas comuns” ao espaço privado. Nesse local, pautado por atividades “produtivas” e “adequadas” ao mundo capitalista, os sujeitos não mais importunariam a “cidade” com suas ‘práticas’, quase sempre inadequadas.

Por mais inadequadas e inoportunas que fossem as ‘práticas’ do “povo comum”, a questão fundamental é que nem a conjugação de forças das ‘autoridades’ privadas e das públicas conseguiu amainar a presença e a atuação desses sujeitos.

De concreto mesmo por parte das ‘autoridades’ foram muito mais as representações do que as ações sobre o “povo comum”, pois materializá-las foi algo pouco efetivo, embora no decorrer das décadas de 1960 e de 1970 tenha sido muito constante a explicitação de caminhos e a realização de ações de variadas ‘autoridades’ para “beneficiar” os “pobres”, em especial os residentes na região central da cidade, em particular os moradores do centro comercial de Campo Grande.

O “povo comum” foi representado pela elite como sendo composto por sujeitos que procuravam se afastar do ‘trabalho digno’. As representações sobre a alimentação, a higiene corporal e a moradia sinalizam com grande propriedade que o cotidiano das “pessoas comuns” era permeado por dificuldades de inúmeras ordens.

Parte do “povo comum” alimentava-se até com restos de comida deixados em montes de lixo que ficavam no pátio do Mercado Municipal. O alimento – frutas, verduras e pedaços de carne refugados pelos comerciantes –, quase sempre repleto de insetos, era disputado geralmente com cachorros.

A higiene corporal era, assim como a alimentação, muito precária. A saúde do “povo comum” não ficava distante dessa realidade. Muitos morriam nas calçadas, vitimados pelo frio e pelas bebidas alcoólicas. Quase sempre sem nenhum tipo de documentação que pudesse viabilizar a identificação de parentes e/ou de conhecidos, eram enterrados como indigentes.

As condições de moradia também eram precárias. Embora o “Albergue Noturno” abrigasse em torno de 70 pessoas por noite, cerca de 3 e até 4 vezes esse número de sujeitos ficavam sem lugar para dormir. Vale lembrar que diariamente chegavam em Campo Grande pessoas vindas do Paraguai, da Bolívia, do interior do Estado e de outras Unidades Federativas do Brasil em busca de algum trabalho.

O número desses migrantes: no mínimo 50 pessoas por dia. Em geral famílias com responsáveis na faixa etária dos 20 aos 40 anos e com alguns filhos, quase sempre uns 3 ou 4, quase todos com pouca idade. Para os que não conseguiam no “Albergue Noturno” local para dormir, restava então o espaço das calçadas. Nesse sentido, utilizavam o espaço público para externarem ‘práticas’ tradicionalmente ditas privadas, tais como educar as crianças, trocar de roupa e dormir.

Feitas essas afirmações é adequado agora, e só agora, justificar o fato das citações, geralmente bem extensas, terem tal característica. Era – e é – inoportuno ao trabalho do historiador, em especial quando o objetivo é o de explicitar como a elite pensou

o “povo comum”, nesse caso tendo como fonte mais expressiva um meio de comunicação, apenas analisar o texto e textualmente fazer outras considerações sobre o mesmo e/ou apenas citar parte do mesmo, algo que infelizmente tive que fazer várias vezes.

Já que o texto do jornal, quando tensionado pode encaminhar determinadas análises é notório dizer que uma parte dele encaminha apenas parte dessa possível análise. Pode-se pensar então em uma imagem, nesse caso uma fotografia que, assim como o texto, também possui informações que precisam ser indagadas. Procurei ao máximo não mutilar os textos publicados no Jornal Correio do Estado, pois pensava na imagem fotográfica: texto suprimido é como fotografia faltando um pedaço. Ninguém tira da fotografia uma pessoa que não seja importante. Eu também não fiz isso com os parágrafos dos textos consultados, exceto algumas vezes.

Em razão disso, e igualmente para possibilitar um entendimento mais amplo do texto por parte do leitor – seguramente um “outro” entendimento – optei por não tirar da elite a presença e a atuação histórica que ela construiu, realidade essa que fica em parte muito bem evidenciada nas citações que fiz dos textos veiculados pelo Jornal Correio do Estado.

Ademais, as palavras contidas nos textos efetivamente consultados, que foram quase 170 matérias, sendo apenas 3 delas de autoria pessoal e 2 de autoria institucional, indicam um caminho e, por vezes, a concretude histórica mostrou outro, geralmente muito distinto do percurso pensado nos ‘projetos’. As ‘práticas’ subverteram, mesmo sem o propósito, os ‘projetos’ das próprias classes dominantes que fizeram, em certas ocasiões, coisas sem nem ao menos terem noção do que estavam fazendo. Prova disso é que durante as décadas de 1960 e de 1970 os ‘projetos’ e as ‘práticas’ empreendidas pelas ‘autoridades’ privadas e públicas não findaram com a territorialização construída pelo “povo comum”.

Finalizando, entendo que a conclusão é a oportunidade lingüística do pesquisador externar que o término textual de um estudo é também a continuidade daquele que finda e o início do que está em processo de constituição, afinal, inúmeros temas, em especial as representações que foram elaboradas sobre as crianças e os adolescentes que territorializavam o centro urbano e comercial da cidade de Campo Grande, e que eram um grupo quantitativamente mais significativo do que as pessoas adultas, ainda precisam ser estudados para que se possa compreender mais apuradamente os ‘projetos’ e as ‘práticas’ viabilizados pelos sujeitos históricos, tanto no campo das palavras como no das ações. Fazer isso contribui enormemente para compreender os conflitos e os antagonismos existentes entre os sujeitos históricos.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I – Fontes

1) Artigos do Arquivo do Jornal Correio do Estado (AJCE)

a) Artigos assinados

GIORDANO NETO, Francisco. Carta. In: IMPRESSIONANTE A MORTALIDADE INFANTIL NA CIDADE: O CAMPOGRANDENSE DE AMANHÃ ESTÁ MORRENDO HOJE DE FOME. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 12 jun. 1969.

SANT'ANNA, O. Ignez. Assistência social. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 4, 18 dez. 1971.

SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL DA PMCG. SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL – ASPECTOS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 30 set. 1970.

_____. In: SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL DESTINA RECURSOS AO ALBERGUE NOTURNO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 7, 9 jul. 1970.

SCAMPINI, Pe. José. Faculdade de Serviço Social de Campo Grande. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 5, 3 maio 1976.

b) Artigos não assinados

A CADA... *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 2/3 dez. 1972.

A CIDADE E OS BEBUNS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 11 out. 1973.

A INVASÃO DOS CAMELÔS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 6, 7 jan. 1967.

A FAVELA MUNICIPAL. DEZ MESES APÓS SUA CRIAÇÃO COMEÇA A ESCREVER SUA INFELIZ HISTÓRIA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 3, 19/20 mar. 1977.

A FOME, O DESABRIGO: CARGAS PESADAS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 8 mar. 1972.

A MENDICÂNCIA EM CAMPO GRANDE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 27 nov. 1972.

A MENDICÂNCIA INFANTIL CONTINUA DESAFIANDO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 2 out. 1970.

À PRIMEIRA... *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 2/3 dez. 1972.

AGRUPAMENTO DE MENDIGOS: UMA AMEAÇA ÀS FAMÍLIAS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 30 out. 1978.

ÁGUA É O PROBLEMA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 5, 5 set. 1963.

ÁGUA PARA CAMPO GRANDE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 2 maio 1964.

ÁGUA PARA CAMPO GRANDE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 24 abr. 1964.

AMANHÃ DECIDE-SE A SORTE DOS FAVELADOS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 11, 4 maio 1976.

AS VÍTIMAS DA SECA CHEGAM A CAMPO GRANDE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 9 fev. 1976.

ASSISTÊNCIA SOCIAL. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 9 maio 1975.

AUMENTO CONTINUADO DE CONSUMIDORES AGRAVA O PROBLEMA DE LUZ E FORÇA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 12 jul. 1963.

BAIANO DEU O “CANO” NA SECRETARIA DE PROMOÇÃO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 7 jan. 1971.

BOMBEIROS LOCALIZAM ÚLTIMA VÍTIMA FATAL DA TROMBADA D’ÁGUA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 7, 4 abr. 1977.

CAMPO GRANDE E A POLÍTICA HABITACIONAL. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 11, 26 ago. 1969.

CAMPO GRANDE: “PARAÍSO” PARA DÉBEIS MENTAIS E MENDIGOS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 7, 10 dez. 1979.

CAMPO GRANDE: “PÓLO DE ATRAÇÃO” PARA O MIGRANTE BRASILEIRO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 5, 9 jan. 1978.

CAMPO GRANDE TERÁ POSTO DE TRIAGEM: MIGRANTES. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 1 fev. 1972.

CAMPO GRANDE TRANSFORMADA EM PARAÍSO DE LADRÕES. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 8 abr. 1967.

CAMPO GRANDE VAI TER UMA FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 6 out. 1967.

CARA CHEIA E BOLSO VAZIO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 3, 16 mar. 1962.

CARAS NOVAS INVADEM CAMPO GRANDE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 4, 3 jun. 1963.

CHEGAM A CAMPO GRANDE AS LINHAS DO PROGRESSO! *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 15 dez. 1965.

CHUVA PROVOCA INUNDAÇÃO: FAVELA DA SAPOLÂNDIA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 10, 19 fev. 1975.

CIDADE DESUMANA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 10, 9/10 mar. 1974.

CIGANOS CRIAM PROBLEMAS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 6, 13 abr. 1967.

CIGANOS FAZEM A AMÉRICA “TIRANDO A SORTE”. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 4/5 maio 1967.

COMISSÁRIOS DE MENORES DEVEM SER MAIS ATUANTES. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 9 jun. 1976.

CORREIO DO ESTADO NÃO CIRCULARÁ AMANHÃ. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 4 nov. 1965.

CRESCIMENTO RÁPIDO DE FAVELA PREOCUPA MORADORES DA VILA AMARAL. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 15 maio 1975.

CRIANÇAS SE ALIMENTAM NO LIXO DO “MERCADÃO”. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 5, 6 nov. 1978.

DA FAVELA DO QUEROSENE SÓ RESTOU UM BARRACO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 11, 14 maio 1976.

DACLOBE ENTREGA ALIMENTOS ÀS INSTITUIÇÕES DE CARIDADE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 5, 6 mar. 1978.

DÉBEIS MENTAIS E PEDINTES AUMENTAM ASSUSTADORAMENTE EM CAMPO GRANDE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 3, 17 ago. 1978.

DELEGACIA ESPECIAL TOMA ATITUDE NO CASO DA MENDICÂNCIA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 6, 23 mar. 1963.

DELEGADO ORDENA RETIRADA DOS MENDIGOS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 20 nov. 1975.

DEMOLIÇÃO DA FAVELA DO QUEROSENE PROSSEGUE ENTRE PROTESTO E CONFORMISMO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 12 maio 1976.

DESAFIO À SAÚDE PÚBLICA E AO COMÉRCIO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 5 out. 1971.

DESEMPREGO JÁ TRAZ PROBLEMAS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 30 jul. 1975.

DESIDRATAÇÃO: UMA MORTE POR DIA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 15/16 mar. 1975.

DESOLAÇÃO NA VILA JACY: FAMÍLIAS PERDERAM TUDO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 6 out. 1975.

É DIFÍCIL CONTROLAR CORRENTES MIGRATÓRIAS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 11, 4 out. 1976.

EM CUIABÁ... *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 9 nov. 1971.

ESTÁ SENDO CRIMINOSAMENTE POLUÍDA A ÁGUA DO CÓRREGO SEGRÊDO NO CENTRO URBANO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 28 jan. 1963.

ESTADO CRIOU O NURE PARA ORDENAR MIGRAÇÃO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 7, 8 nov. 1979.

EXÉRCITO DE MENDIGOS INVADIU CAMPO GRANDE. JUIZADO DE MENORES E AS DELEGACIAS PRECISAM ENFRENTAR O PROBLEMA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 16 mar. 1967.

FAVELA DA JACY CHEGA AO FIM. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 25/26 out. 1975.

FAVELA DA VILA JACY TEM QUE MUDAR. ENCHENTES ESTÃO ARRASANDO COM TUDO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 13 out. 1975.

FAVELA DO QUEROSENE. AMBIENTE DE TENSÃO E INCONFORMISMO MARCOU A MUDANÇA PARA A VILA NHANHÁ. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 3, 11 maio 1976.

FAVELA DO SEGREDO VAI DESAPARECER. É A PRIMEIRA QUE CAI PELO PROGRESSO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 3, 13 abr. 1976.

“FAVELA OFICIAL” – PARAÍSO PARA OS FAVELADOS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 28 maio 1976.

FAVELADOS AGUARDAM DECISÃO, TRANQUÍLOS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 5 maio 1976.

FAVELADOS DA SAPOLÂNDIA AMEAÇADOS DE DESPEJO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 31 jan. 1975.

FAVELADOS. PARA NÃO MUDAR, APELO VAI ATÉ O GENERAL. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 11, 7 maio 1976.

FAVELAS CRESCEM 8% A CADA MÊS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 5 set. 1975.

FAVELAS EM CAMPO GRANDE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 3, 22 fev. 1962.

FEITOSA, UM PROBLEMA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 6, 24/25 dez. 1979.

FERNANDO E A USINA DO MIMOSO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 3, 30 mar. 1960.

FESTIVAL DE MENDIGOS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 3, 18 jul. 1970.

FESTIVAL DE MENDIGOS E BEBUNS NAS RUAS DA CIDADE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 5, 21 out. 1977.

FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO AMBULANTE COMPETE À PREFEITURA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1 e 8, 12 nov. 1971.

FISCALIZAÇÃO MAIS RÍGIDA PARA MASCATES E AMBULANTES. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 22 nov. 1971.

FLAGELADOS DA ENCHENTE PEDEM SOCORRO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 9 out. 1975.

HÁ VÁRIOS MESES..., *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 23 out. 1970.

ISHIKAWA BAIXA PORTARIA PROIBINDO PRISÃO DE DÉBEIS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 10 out. 1978.

ISTO PRECISA ACABAR: LOUCOS E MENDIGOS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 20 mar. 1963.

LADRÕES ÀS PAMPAS EM CG. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 25 set. 1974.

LADRÕES E MARGINAIS TEM "BARRA LIMPA" NA CIDADE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 4, 26 jun. 1967.

LUZ: PROVIDÊNCIA QUE PRECISA SER TOMADA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 17 maio 1965.

MAIS UMA FAVELA SURGE EM CAMPO GRANDE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 29 jan. 1975.

MATO GROSSO DEPÓSITO DE MALANDROS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 10 maio 1961.

MENDICÂNCIA AGRESSIVA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2 e 6, 16 fev. 1973.

MENDICÂNCIA CONTINUA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 22 fev. 1974.

MENDICÂNCIA CRESCE EM CAMPO GRANDE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 30 set. 1974.

MENDICÂNCIA É UM ASSOMBRO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 17 out. 1967.

MENDICÂNCIA ELÁSTICA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 9/10 mar. 1974.

MENDICÂNCIA EM CAMPO GRANDE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 3, 29 jan. 1963.

MENDICÂNCIA IMPERA EM CAMPO GRANDE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 28 maio 1976.

MENDICÂNCIA TOMA CONTA DA CIDADE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 29 dez. 1969.

MENDICÂNCIA TOMA VULTO NA CIDADE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 23 nov. 1966.

MENDICÂNCIA: UM MAL QUE CRESCE DIA E NOITE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 6/7 set. 1975.

MENDIGA VIOLENTADA E MORTA NO SEU BARRACO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 13 set. 1979.

MENDIGO MORREU SENTADO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 19 dez. 1973.

MENDIGOS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 5, 28 out. 1966.

MENDIGOS “BEM” COMPRAM SANFONA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 3, 9 jan. 1963.

MENDIGOS DAQUI NÃO SAEM E NÃO QUEREM TRABALHAR. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 7, 5 set. 1979.

MENDIGOS E CÃES EM DISPUTA AO LIXO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 29 out. 1970.

MENDIGOS (FALSOS) PROLIFERAM NAS RUAS DA CIDADE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 9 jan. 1969.

MENDIGOS POR ATACADO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 14 mar. 1973.

MERCADO MUNICIPAL. PARA UNS, É LIXO; PARA OUTROS ALIMENTO. A DIFÍCIL LUTA DO POBRE PARA SOBREVIVER. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 3, 15 dez. 1976.

MIGRAÇÃO E DESEMPREGO: UM PROBLEMA CAÓTICO PARA CAMPO GRANDE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 3, 19 set. 1975.

MIGRAÇÃO EM CAMPO GRANDE MERECE ESTUDOS DE MINISTRO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 14 jan. 1972.

MIGRAÇÃO: FUTUROS PROBLEMAS SOCIAIS E ECONÔMICOS PARA MS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 9, 26 jan. 1978.

MIGRAÇÃO, UM PROBLEMA PARA A CAPITAL. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 6, 25/26 ago. 1979.

MIGRANTES: A DOCE ILUSÃO DA “TERRA PROMETIDA”. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 5 mar. 1975.

MIGRANTES: UM PROBLEMA INSOLÚVEL. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 10, 31 out. 1974.

MIGRANTES VOLTAM A PREOCUPAR. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 17 jul. 1972.

MINEIRO ESTAVA PELADO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 11/12 mar. 1972.

MORADORES DA VILA PLANALTO ESTÃO COMPRANDO ÁGUA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 4, 2 jan. 1967.

MORTALIDADE INFANTIL CONTINUA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 24 jul. 1969.

MULHER BANHA-SE NUA NO CÓRREGO SEGREDO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 5, 27 mar. 1979.

NA CALÓGERAS, UM IMÓVEL QUE ESTÁ CAINDO SERVE COMO ABRIGO A MARGINAIS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 5, 13/14 out. 1979.

NA HORA DE “REPARTIR” O PÃO A POBREZA ESTÁ PRESENTE (1 imagem fotográfica). In: “REPARTIR O PÃO”: O SÁBADO NA PADARIA ESPANHOLA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 24/25 dez. 1975.

NA MENDICÂNCIA... *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 19 dez. 1972.

NATAL DOS POBRES PARA 4 MIL FAMÍLIAS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 21 nov. 1974.

NO CENTRO DA CIDADE UM “PARAÍSO” PARA OS MENDIGOS E MARGINAIS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 11, 18 jan. 1978.

NOVAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1 e 4, 16 fev. 1960.

NOVO “ARRASTÃO” DA POLÍCIA LEVA ATÉ LOUCOS E MENDIGOS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 3, 15 jul. 1977.

O ALBERGUE NOTURNO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 9 jul. 1970.

O “ALBERGUE NOTURNO”... *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 7 jul. 1970.

O COMANDANTE DA 4ª DC ARRIMA MENINOS POBRES. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 7, 18 set. 1970.

O COMÉRCIO... *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 3 out. 1970.

O ETERNO PROBLEMA SOCIAL. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 5 fev. 1970.

O MENDIGO CONFERE OS MIÚDOS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 9, 19/20 maio 1973.

O PROBLEMA DOS DEMENTES. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 10 dez. 1971.

O QUE REPRESENTA PARA MATO GROSSO O ADVENTO DE URUBUPUNGÁ. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 3, 18 maio 1961.

OS COMERCIANTES... *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 5 out. 1971.

OS DIAS... *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 15 fev. 1973.

OS MENDIGOS CONTINUAM À SOLTA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 15 jun. 1973.

OS MIGRANTES, AGORA, VIERAM DO PARANÁ. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 10, 7 nov. 1974.

PARA O MORADOR, A “CASA” É BOA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 31 ago. 1973.

PARANAENSES EMIGRAM PARA MATO GROSSO E SÃO PAULO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 8 nov. 1972.

PM FAZ MILAGRE: “PARALÍTICO” CORRE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 24/25 mar. 1979.

POLUIÇÃO DAS ÁGUAS DO CÓRREGO DO SEGRÊDO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 6 fev. 1963.

POPULAÇÃO FAVELADA CRESCE 11% AO MÊS EM CAMPO GRANDE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 13 ago. 1975.

PREFEITO MANDOU APREENDER CARRINHOS DE AMBULANTES. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 11 out. 1968.

PREFEITURA VAI DAR TERRENO A FAVELADOS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 11, 6 maio 1976.

PROIBIDA PERMANÊNCIA DE JORNALEIROS NA RODOVIÁRIA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 7, 8 jun. 1979.

PROMOÇÃO SOCIAL DARÁ CURSO DE CABELERIEIRA... *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 6 abr. 1972.

PROMOÇÃO SOCIAL 'EXPURGOU' O POMPÍLIO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 20 dez. 1971.

QUAL O DESTINO DELES? *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 13 jul. 1973.

REFORMA DO ALBERGUE VAI SAIR. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 24 fev. 1978.

"REPARTIR O PÃO:" O SÁBADO NA PADARIA ESPANHOLA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 24/25 dez. 1975.

RESOLVIDA A CRIAÇÃO DE UMA ENTIDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CIDADE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 21 out. 1967.

SE FOSSE... *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 8 fev. 1973.

SECRETARIA DA PROMOÇÃO SOCIAL. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 18 nov. 1969.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 11 out. 1969.

SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL DESTINA RECURSOS AO ALBERGUE NOTURNO. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 7, 9 jul. 1970.

SECRETÁRIO DE PROMOÇÃO SOCIAL PEDE QUE NÃO DÊEM ESMOLAS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 5, 3 nov. 1978.

SEMINÁRIO SOBRE MIGRAÇÕES INTERNAS SERÁ REALIZADO HOJE: CAMPO GRANDE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 9, 18 dez. 1979.

SETE FAMÍLIAS VIVEM NA VELHA CASA ABANDONADA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 9 out. 1974.

SISTEMA DA SUDECO SITUARÁ QUADRO MIGRATÓRIO DA REGIÃO CENTRO-OESTE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 5, 4/5 fev. 1978.

SOB AS ÁRVORES, OS MENDIGOS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 8, 19 set. 1975.

SUB-DELEGADO DO TRABALHO GARANTE QUE NÃO HÁ DESEMPREGO EM CAMPO GRANDE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 25 maio 1977.

TRABALHANDO, MAS, ILEGALMENTE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 1, 9 maio 1973.

UM DOMINGO NA FAVELA. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 7, 19 ago. 1975.

UM TRISTE "ESPETÁCULO" NO CENTRO DA CIDADE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 19 nov. 1975.

VESTIDO DE NOITE. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 30 nov. 1974.

VIVEM NUM BARRACÃO, NA SAÍDA PARA CUIABÁ. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande, p. 2, 18 ago. 1975.

2) Dados censitários

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE). Secretaria de Planejamento da Presidência da República. *Aspectos da evolução da agropecuária brasileira: 1940-1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1982.

_____. *Atlas geográfico escolar*. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. *Campo Grande – Mato Grosso*. Texto de Jorge Costa Ormond, diagramação e gráficos de Guilherme Camarinha Martins. Rio de Janeiro: IBGE, set. 1969.

_____. *Censo Demográfico – Estado de Mato Grosso*. VII Recenseamento Geral do Brasil – 1960. Série Regional, v. I, tomo XVII. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

_____. *Censo Demográfico – Estado de Mato Grosso*. VIII Recenseamento Geral do Brasil – 1970. Série Regional, v. I, tomo XXII, Rio de Janeiro: IBGE, 1973.

_____. *Censo Demográfico – Estado de Mato Grosso do Sul*. IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980. Série Regional, Rio de Janeiro: IBGE, 1982.

_____. *Censos Demográfico e Econômicos – Estado de Mato Grosso*. VI Recenseamento Geral do Brasil – 1950. Série Regional, v. XXIX. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

_____. *Censo Demográfico: população e habitação. Censos Econômicos: agrícola, industrial, comercial e dos serviços – Estado de Mato Grosso*. Recenseamento Geral do Brasil - 1940. Série Regional, parte XXII, Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1952.

_____.; Setor de Documentação e Disseminação de Informações (SDDI/MS). *Evolução da população, por situação de domicílio, segundo os Censos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991; contagem da população 1996 e Censo 2000*. Campo Grande: IBGE-SDDI/MS, 2003.

_____.; _____. *Migração histórica em MS: do ano de 1940 ao ano 2000*. Campo Grande: IBGE-SDDI/MS, 2003.

_____. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958, v. 35. (Mato Grosso).

_____. *Ponta Porã – Mato Grosso*. Edição comemorativa do cinquentenário da criação do Município. Texto de Edison Villar Cabiló (histórico de Aldalita Medeiros) da Diretoria de Documentação e Divulgação do Conselho Nacional de Estatística (CNE). Rio de Janeiro: IBGE, julho de 1962.

_____. *Recenseamento de 1872*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Lenzinger e Filhos, [s.d.], s/p.

3) Documentos e Leis municipais, estaduais e federais

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde. Divisão Nacional de Epidemiologia. *Estatísticas da mortalidade: Brasil: 1979*. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1982.

_____. *Lei das Contravenções Penais*. Decreto-lei n. 3.688, de 3 de outubro de 1941.

CAMPO GRANDE (Município). 1º Código de Posturas da Villa de Campo Grande (30.01.1905). Campo Grande: Paço da Camara Municipal da Villa de Campo Grande, 1905. In: *ARCA: Revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande – MS*. Campo Grande, ARCA, n. 5, s/p., out. 1995.

_____. *Código de Posturas de Campo Grande*. Decreto-lei n. 43, de 27 de abril de 1921. Disponível em: <http://www.sglweb.com.br/cmcpdf/historicas/res43_1921.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2007.

CAMPO GRANDE (Município). *Divide a cidade de Campo Grande em zonas de construção e dá outras providências*. Decreto-lei n. 39, de 31 de janeiro de 1941.

_____. *Perfil socioeconômico de Campo Grande – Mato Grosso do Sul (2003)*. 10. ed. rev. Campo Grande: Instituto Municipal de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente (PLANURB), mar. 2003.

_____. Prefeitura Municipal de Campo Grande – Secção Oficial – O Município em 1933. In: *Folha da Serra*. Revista Mensal Ilustrada, Campo Grande, ano II, n. 23, p. s/p., ago. 1933.

_____. *Relatório apresentado pelo INTENDENTE GERAL DO MUNICIPIO Á CAMARA MUNICIPAL, referente ao exercicio de 1926 pelo Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo e aprovado pela mesma Camara em sua reunião de 15 de Dezembro do mesmo anno*. São Paulo/Cayeiras/Rio de Janeiro: Companhia Melhoramentos de S. Paulo. 37 p.

_____. *Relatório – 1943*. (Demóstenes Martins, prefeito. Frederico Soares, contador e João E. Campos, Tesoureiro). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 25 de janeiro de 1944. 67 p.

_____. Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (PLANURB). *Perfil de Campo Grande*. Campo Grande: PLANURB, 1988, s/p.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). *Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul – 1979*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

_____. SUPLAN. *Diagnóstico sócio-econômico de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: [s.n.], 1996.

_____. *O Centro-Oeste e a retomada do desenvolvimento nacional: proposições de Mato Grosso do Sul ao I PND da Nova República/NR*. Campo Grande: FIPLAN, 1985.

4) Álbuns, artigos, livros e textos

1º ÁLBUM MARECHAL RONDON. Campo Grande: Marechal Rondon, 1971.

ALMEIDA, Cândido Mendes de. Atlas do Imperio do Brazil, 1868. In: FIBGE. *Atlas geográfico escolar*. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2006, s/p.

ALMEIDA, Fernando F. M. de. Serra de Maracajú – a paisagem e o homem. In: *Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, Indústria Gráfica José Magalhães Ltda., ano IV, n. 5, p. 60-78, nov. 1944.

ALMEIDA, Valério de. *Campo Grande de outrora*. Campo Grande: Letra Livre, 2003.

AZEVEDO, Aroldo de. Cuiabá, capital de Mato Grosso. In: *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 15, p. 69-79, out. 1953.

AZEVEDO, Fernando de. *Um trem corre para o Oeste: estudo sobre a Noroeste e seu papel no sistema de viação nacional*. São Paulo: Martins, 1950.

AYALA, S. Cardoso; SIMON, Feliciano. (Orgs.). *ALBUM graphico do Estado de Matto Grosso*. Hamburgo/Corumbá: [s.n.], 1914.

BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a modernidade: o pintor da vida moderna*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

BARBOSA, Emílio Garcia. *Panoramas do sul de Mato Grosso*. Campo Grande: Correio do Estado, 1963.

BENITEZ, Apolônio J. *Testimonios nordestinos*. Asunción: Imprenta Salesiana, 1991.

BUENO, Eduardo. (Coord. Geral). *História do Brasil*. Porto Alegre: Zero Hora/RBS Jornal, 1998.

CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*. São Paulo: [s.n.], 1955.

- CAMPOS, Peri Alves. 1939 – Album de Campo-Grande. Campo Grande: [s.n.], 1939.
- CAMPOS, Peri Alves. Do 1º. rancho à locomotiva 44: chegadas para a história de Campo-Grande. In: _____. 1939 – Album de Campo-Grande. Campo Grande: [s.n.], 1939, p. 1-8.
- CIDADE, F. de Paula. Aspectos geo-humanos de Mato Grosso: Corumbá. In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano V, n. 2, p. 173-194, abr./jun. 1943.
- CONGRO, Rosário. *O Município de Campo Grande*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2003.
- CONTAR, Edson Carlos. Tipos diferentes. In: _____. *Das margens do Prosa ao bar do Zé*. Campo Grande: Funcesp, 2002, p. 133-135.
- CÔRREA, Paulo Henrique da Rocha. *Noções de geopolítica do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Biblos, 1975.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *A propósito do boi pantaneiro*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1926.
- _____. *À sombra dos herveas mato-grossenses*. São Paulo: São Paulo, 1925.
- _____. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.
- _____. *Indústrias mato-grossenses*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1945.
- _____. *Mato Grosso*. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasília, 1939.
- _____. *Matto Grosso*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1922.
- COSTA, Celso. Evolução urbana. In: CUNHA, Francisco Antônio Maia da (Coord.). *Campo Grande: 100 anos de construção*. Campo Grande: Matriz, 1999, p. 71-82.
- CUNHA, Francisco Antônio Maia da (Coord.). *Campo Grande: 100 anos de construção*. Campo Grande: Matriz, 1999.
- DEFFONTAINES, Pierre; AZEVEDO, Aroldo de. Paisagens de Mato-Grosso. In: *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 24, p. 99-104, out. 1956.
- FIGUEIREDO, Lima. Oeste mato-grossense. In: *Boletim Geográfico*, ano VIII, n. 90, p. 717-718, set. 1950.
- GOMES, Arlindo de Andrade. *O Município de Campo Grande em 1922*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2004.
- LAMBERT, Jacques. *Os dois Brasís*. Rio de Janeiro: INEP/CBPE, 1959.
- LIMA, Archimedes. *Problemas mato-grossenses*. Cuiabá: Imprensa Oficial, 1941.
- LOBATO, Monteiro. De São Paulo a Cuiabá. In: _____. *Mundo da lua e miscelânea*. São Paulo: Brasiliense, 1940, v. 10.
- MACHADO, Eduardo Olympio. Campo Grande. In: AYALA, S. Cardoso; SIMON, Feliciano. (Orgs.). *ALBUM graphico do Estado de Matto Grosso*. Hamburgo/Corumbá: [s.n.], 1914, p. 410-412.
- MACHADO, Paulo Coelho. *Arlindo de Andrade: primeiro juiz de direito de Campo Grande*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1988.
- _____. *Pelas ruas de Campo Grande: a Rua Principal*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1991, v. 2.
- _____. *Pelas ruas de Campo Grande: a Rua Velha*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1990, v. 1.
- _____. Os tipos populares da Rua 14. In: _____. *Pelas ruas de Campo Grande: a Rua Principal*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1991, v. 2, p. 147-156.

MARTINS, Demóstenes. *Campo Grande, aspectos jurídicos e políticos do Município*. Campo Grande: Academia de Letras e História de Campo Grande, n. 1, 1972.

Mato Grosso, um salto no tempo. Álbum especial do Governo Pedro Pedrossian. RODRIGUES, Carlos. (Editor responsável). FELÍCIO, Benedicto; RODRIGUES, Amadeu (Coords.). GONÇALVES, J. O. Barbosa. (Redação). MARRET, Pierre; FRANÇA, Licurgo. (Fotos). Brasília: C. R. Editôra, 1971.

MELO E SILVA, José de. *Fronteiras guaranis: a trajetória da Nação cuja cultura dominou a fronteira Brasil-Paraguai*. 2. ed. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2003.

MENSAGEM DE ANO NÓVO. *Revista Brasil-Oeste*, São Paulo, ano 12, n. 120, p. 3, jan. 1967.

MIRANDA, Mariza. A evolução da imprensa em Campo Grande. In: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER (FUNCESP) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE E ARQUIVO HISTÓRICO DE CAMPO GRANDE (ARCA). *Série Campo Grande: coletânea de textos*. Campo Grande: UFMS, 1999, p. 60-71.

PEREIRA, Armando de Arruda. No sul de Matto Grosso. Vias de comunicação – vehiculos – typos, termos. Linguagem, costumes da fronteira – um pouco de geographia e historia. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, vol. XXV, p. 225-266, 1928.

PEREIRA, Eurípedes Barsanulfo. Rosário Congro: o primeiro historiador de Campo Grande. In: CONGRO, Rosário. *O Município de Campo Grande*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2003, p. 11-20.

PEREIRA, Vera Machado; VIZEV, Leiner. (Coordenação geral). *O mestre que marcou a minha vida*. Campo Grande: M&V Comunicação e Planejamento Ltda., [s.d.].

PONTES, José Couto Vieira. *Os vinte anos da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*. Campo Grande: Jornal do Comércio, 1991.

PÓVOAS, Lenine de Campos. *Mato Grosso, um convite à fortuna*. Rio de Janeiro: Guavira, 1977.

PRODEPAN. In: MATO GROSSO (Estado). *Pantanal, nova fronteira econômica*. I Encontro do PRODEPAN: conferências, proposições e subsídios, 22 a 27 de julho de Corumbá. Brasília: Senado Federal, 1974, p. 17-19.

PUCCINELLI, André. Prefácio. In: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER (FUNCESP) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE E ARQUIVO HISTÓRICO DE CAMPO GRANDE (ARCA). *Série Campo Grande: coletânea de textos*. Campo Grande: UFMS, 1999, p. 5-6.

RENATO FEIO À FRENTE. *Revista Visão*, São Paulo, p. 17, 11 out. 1957.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para oeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

RODRIGUES, José Barbosa. Correio do Estado: histórico. In: Os meios de comunicação em Campo Grande. ARCA: Revista do Arquivo Histórico de Campo Grande – MS, Campo Grande, Secretaria Municipal da Cultura e do Esporte, p. 15-16, jan. 1990.

RONDON, Candido. O Estado de Matto Grosso: o que elle nos offerece e o que espera de nós. In: *Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Off. Typ. Instituto Muniz Barreto, tomo XXVIII, p. 14-38, 1923.

SERRA, Ulisses. A Rua 14 do meu tempo. In: _____. *Camalotes e guavirais*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1989, p. 21-30.

_____. Maria Bolacha e Josetti. In: _____. *Camalotes e guavirais*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1989, p. 101-102.

SEUTTER, George Matthäus. Recens elaborata mappa geographica Regni Brasiliae in America Meridionali, 1740. In: FIBGE. *Atlas geográfico escolar*. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2006, p. 92.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Do tenentismo ao Estado Novo: memórias de um soldado*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. O sul matogrossense. In: *O observador econômico e financeiro*, n. 132, p. 65-76, jan. 1947.

_____. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

SOUZA, Trajano Balduino de. *apud* CONGRO, Rosário. *O Município de Campo Grande*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2003.

SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto de. Matto Grosso. In: *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada Província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE), 1986, p. 154-160.

SRS. INDUSTRIAIS. *Revista Brasil-Oeste*, São Paulo, ano 2, n. 11, p. 14, mar. 1957.

TERRAS EM MATO GROSSO. *Revista Brasil-Oeste*, São Paulo, ano 2, n. 11, p. 32, mar. 1957.

TOLENTINO, Terezinha Lima. *Ocupação do sul de Mato Grosso antes e depois da Guerra da Tríplice Aliança*. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1986.

VARGAS, Getulio Dornelles. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938, v. 5.

_____. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

VILA PLANALTO. In: CAMPOS, Peri Alves de. *1939 – Album de Campo-Grande*. Campo Grande: [s.n.], 1939.

II – Bibliografia

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ABREU, Dióres Santos. Comunicações entre o sul de Mato Grosso e o sudoeste de São Paulo. In: *Revista de História*, São Paulo, USP, ano XXVII, v. LIII, n. 105, p. 191-214, jan./mar. 1976.

ABREU, Silvana de. O Mato Grosso do Sul no contexto das políticas regionais de desenvolvimento. In: *Colóquio Internacional de Desenvolvimento Local*. O desenvolvimento na perspectiva do desenvolvimento humano. Disponível em: <<http://www.ucdb.br/coloquio/arquivos/silvana.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2006.

_____. *Planejamento governamental: a SUDECO no espaço mato-grossense: contexto, propósitos e contradições*. 2001. 328 f. Tese (Doutorado de Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2001.

ALVES, Gilberto Luiz. Mato Grosso e a história: 1870-1929: ensaio sobre a transição do domínio econômico da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro. In: *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 61, p. 5-81, 2º sem. 1984.

AMSTALDEN, Luis Fernando F. *Os custos sócio-ambientais da modernização agrícola brasileira*. Campinas: IFCH/UNICAMP, ano I, n. 1, 1991.

ANDRADE, Wilma Therezinha Fernandes de. Centenário dos Canais: a obra de Saturnino de Brito. Texto proferido em palestra ocorrida no dia 25 de agosto de 2005. In: *Comissão Especial de Vereadores dos Canais*. Disponível em: <<http://www.canaisdesantos.com.br/historia.htm>>. Acesso em: 27 maio 2007.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. A arquitetura de Campo Grande: história e identidade. In: _____ (Org.). *Arquitetura em Campo Grande*. Campo Grande: UNIDERP, 1999, p. 9-26.

_____. *Campo Grande: arquitetura, urbanismo e memória*. Campo Grande: UFMS, 2006.

_____. Campo Grande: primeiras décadas. In: BRASIL, Temístocles Paes de Sousa. *Ligeira notícia sobre a vila de Campo Grande e Relatório dos estudos para o abastecimento de água aos quartéis de Campo Grande*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2005, p. 9-20.

_____. O primeiro Plano Diretor de Campo Grande e o papel do escritório Saturnino de Brito em 1939. In: *Minha cidade*, n. 41, fev. 2002. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc041/mc041.asp>>. Acesso em: 27 maio 2007.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru: EDUSC, 2000.

ATAL, Yogesh. Luzes da cidade: conseqüências do êxodo rural. In: *O Correio da Unesco*. Os imigrantes: entre duas culturas. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, ano 13, n. 11, p. 10-11, nov. 1985.

AVELINO, Yvone Dias; MORENO, Tânia Maria; GONÇALVES, Adilson José. Arte urbana e reminiscências rurais na obra de Tarsila do Amaral. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*, EDUC, São Paulo, n. 19, p. 97-119, nov. 1999.

BACON, Francis. *Verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1990.

BENJAMIN, Walter. A modernidade. In: _____. *Obras escolhidas III: Charles Baudelaire um crítico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 67-101.

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: _____. *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 57-74.

_____. Teses sobre filosofia da história. In: KOTHE, Flávio (Org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 153-164.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se dissolve no ar: a aventura da modernidade*. Lisboa: Edições 70, 1989.

BITTAR, Mariluce. Da promoção à assistência social: Campo Grande na luta pela cidadania. In: CUNHA, Francisco Antônio Maia da (Coord.). *Campo Grande: 100 anos de construção*. Campo Grande: Matriz, 1999, p. 237-254.

BITTAR, Marisa; FERREIRA JR., Amarílio. De freguesia a capital: 100 anos de educação em Campo Grande. CUNHA, Francisco Antônio Maia da (Coord.). *Campo Grande: 100 anos de construção*. Campo Grande: Matriz, 1999, p. 169-194.

_____. *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)*. 1997. 538 f. 2 v. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1997.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: EDUSP, 1998a.
- _____. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998b.
- _____. *Os usos sociais da Ciência: por uma sociologia do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004.
- BUARQUE, Cristovam. *O colapso da modernidade brasileira e uma proposta alternativa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BURKE, Peter. Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro. In: _____ (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 7-37.
- CABRAL, Paulo Eduardo. Formação étnica e demográfica. CUNHA, Francisco Antônio Maia da (Coord.). *Campo Grande: 100 anos de construção*. Campo Grande: Matriz, 1999, p. 27-62.
- CAMARGO, Cândido et alli. *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo: Loyola, 1976.
- CARVALHO, Jose Murilo. *A formação das almas: imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa/São Paulo: DIFEL/Bertrand Brasil, 1990.
- COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- CORBIN, Alain. *Le miasme et la Jonquille*. Paris: Aubier Montaigne, 1982.
- CORRÊA, Lúcia Salsa. *Corumbá: um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso (1870-1920)*. 1980. 158 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1980.
- _____. *História e fronteira: o Sul de Mato Grosso 1870-1920*. Campo Grande: UCDB, 1999.
- CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: 1889-1943*. Campo Grande: UFMS, 1995.
- COSTA, Elmar Bones da et alli. *História ilustrada do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CEEE/Já Editores, 1998.
- COSTA, João Cruz. Augusto Comte e as origens do positivismo (I). In: *Revista de História*, São Paulo, USP, v. 1, n. 1-4, p. 363-389, 1950.
- _____. Augusto Comte e as origens do positivismo (II). In: *Revista de História*, São Paulo, USP, v. 1, n. 1-4, p. 527-545, 1950.
- _____. Augusto Comte e as origens do positivismo (III). In: *Revista de História*, São Paulo, USP, v. 2, n. 5-6, p. 81-103, 1951.
- _____. O positivismo na República (Notas sobre a história do positivismo no Brasil) (I). In: *Revista de História*, São Paulo, USP, v. 7, n. 15-16, p. 97-131, 1953.
- _____. O positivismo na República (Notas sobre a história do positivismo no Brasil) (II). In: *Revista de História*, São Paulo, USP, v. 7, n. 15-16, p. 289-316, 1953.
- DAVIS, Shelton H. *Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. 4. ed. São Paulo: Cortez/Oboré, 1991.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.
- DELSOM, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil Colônia*. Brasília: Edições Alva, 1997.

- DESCARTES, Rene. *Obra escolhida*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- DIEESE. *A situação do trabalho no Brasil*. São Paulo: DIEESE, 2001, p. 46-50.
- DOSSE, François. *A História em migalhas: dos Annales à Nova História*. Campinas: Ensaio/UNICAMP, 1992.
- DUBY, Georges. *Atlas historique: l'histoire du monde en 317 cartes*. Paris: Larousse, 1988.
- _____. Prefácio à história da vida privada. In: VEYNE, Paul (Coord.). *História da vida privada: do Império Romano ao ano 1000*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, v. 1, p. 9-11.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. Movimentos sociais: a construção da cidadania. In: *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 10, p. 24-30, out. 1984.
- EBNER, Iris de Almeida Rezende. *A cidade e seus vazios: investigação e proposta para os vazios de Campo Grande*. Campo Grande: UFMS, 1999.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985.
- ESTRELA, Ely Souza. *Os sampauleiros: cotidiano e representações*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP/Fapesp/Educ, 2003.
- FAORO, Raymundo. A modernização nacional. In: _____. *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Ática, 1994, p. 95-115.
- FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloísa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Muitas memórias, outras histórias. In: _____ et alii (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D'água, 2004, p. 5-13.
- FIGUEIREDO, Alvanir de. *A presença geoeconômica da atividade ervateira: com destaque da zona ervateira do Estado de Mato Grosso, tomada como referência*. 1967. 436 f. Tese (Doutorado de Geografia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Campus de Presidente Prudente), Presidente Prudente, 1967.
- FURET, François. *A oficina da História*. Lisboa: Gradiva, 1988.
- GALINDO, Osmil; SANTOS, Valdeci Monteiro. Centro-Oeste: evolução recente da economia regional. In: AFFONSO, Rui de Brito; ÁLVARES E SILVA, Pedro Luiz Barros (Orgs.). *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP/UNESP, 1995, p. 157-194.
- GAMBIAGHI, Salette Magdalena. O povoamento do norte do Paraná. In: *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v. II, tomo I, p. 81-90, 1951/1952.
- GARCEZ, José Roberto e equipe "O Interior". *O grito do campo*. Porto Alegre: Associação Riograndense de Imprensa (ARI), 1986, p. 40-50.
- GARDIN, Cleonice. *Campo Grande: entre o sagrado e o profano*. Campo Grande: UFMS, 1999.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, José. I – Para onde vai a agricultura? In: Dois enfoques sobre a agricultura no Brasil. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, n. 10, p. 58-69, 1979.

GRESSLER, Lori Alice; SWENSSON, Lauro Joppert. *Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul*. Dourados: [s.n.], 1988.

HOBBSAWM, Eric John. A contribuição de Karl Marx para a historiografia. In: BLACKBURN, Robin (Org.). *Ideologia na ciência social: ensaios críticos sobre a teoria social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 244-261.

_____. A outra história: algumas reflexões. In: KRANTZ, Frederick. *A outra História: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988a, p. 18-33.

_____. Entrevista do autor ao Jornal O Estado de S. Paulo. *Jornal O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 12 jun. 1988. Caderno 2.

_____. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. In: WAACK, Willian. Século dos extremos. *Revista Veja*, São Paulo, p. 7-10, 5 abr. 1995.

_____. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988b.

_____. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HOLANDA, Sergio Buarque. *Raízes do Brasil*. 20. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

HOWARD, Ebenezer. *Cidades-jardins de amanhã*. São Paulo: Hucitec, 1996.

INSTITUTO DE LEXICOLOGIA E LEXICOGRAFIA DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA. *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Verbo, 2001, v. 2.

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. *Mato Grosso do Sul e Campo Grande: articulações espaço-territoriais*. 2000. 430 f. Tese (Doutorado de Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Campus de Presidente Prudente), Presidente Prudente, 2000.

LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.

LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

_____. Documento/monumento. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, v. 1.

_____. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1990.

LEITE, Eudes Fernando. *Marchas na história: comitivas e peões-boiadeiros no Pantanal*. Brasília/Campo Grande: Ministério da Integração Nacional/UFMS, 2003.

LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste (1930)*. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1986.

LINS, Ivan Monteiro de Barros. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1964.

MACIEL, Laura Antunes. A Comissão Rondon e a conquista ordenada dos sertões: espaço, telégrafo e civilização. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*, EDUC, São Paulo, n. 18, p. 167-189, maio 1999.

MARTINE, George. Êxodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola. In: _____; GARCIA, Ronaldo Coutinho (Orgs.). *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987, p. 59-79.

- MARTINS, Mônica de Souza Nunes. *“Vadios” e mendigos no tempo da Regência (1831-1834): construção e controle do espaço público da Corte*. 2002. 145 f. Dissertação (Mestrado em História) – ICHF, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2002.
- MARTINS, Sérgio Ricardo O. *Migração em Campo Grande: a itinerância do subproletariado vista pelas instituições assistencialistas do Município*. 1991. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Curso de Graduação em Geografia, Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMT), Campo Grande, 1991.
- MARTINS, Silmara Ribeiro. *O fenômeno da urbanização no Estado do Mato Grosso do Sul*. 2000. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Curso de Graduação em Geografia, Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, 2000.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- _____. *Crítica do Programa de Gotha*. Rio de Janeiro: Ciência e Paz, 1984.
- _____; _____. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- _____. *O 18 Brumário e Cartas da Kugelmann*. In: _____. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 1-149.
- _____. *Teses sobre Feuerbach*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- _____. Trabalho alienado e superação positiva da auto-alienação humana. In: FERNANDES, Florestan (Sel. e Org.). *Marx & Engels*. São Paulo: Ática, 1983, p. 146-181.
- MATA, Milton. Urbanização e migrações internas. In: *Pesquisa e planejamento econômico: Revista semestral do Instituto de Planejamento Econômico e Social*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 715-746, out. 1973.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Âncora de emoções: corpos, subjetividades e sensibilidades*. Bauru: EDUSC, 2005.
- _____. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru: EDUSC, 2002.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A problemática do imaginário urbano. In: *Notícia Bibliográfica e Histórica*, Campinas, PUC-Campinas, Campinas, ano XXX, n. 171, p. 323-333, out./dez. 1998.
- MEYER, Regina Maria Proserpi. O urbanismo: entre a cidade e o território. In: *Ciência & Cultura*, São Paulo, v. 58, n. 1, p. 38-41, jan./mar. 2006.
- MORO, Nataniél Dal; GRECO, Maria Madalena Dib Mereb. Apontamentos sobre a história social do trabalho: mulheres ferroviárias e trabalhadores-migrantes. In: *Anais eletrônicos do XXII Simpósio Nacional de História*. João Pessoa: UFPB, 2003. 8 p. 1 CD-ROM.
- _____. “Capital Econômica de Mato Grosso” (Década de 1950). In: *Anais do 3º Encontro de Iniciação Científica e 3º Fórum de Pesquisa*. Umuarama: UNIPAR, p. 31-32, 2004.
- _____; _____. Changueiros: trabalhadores à margem dos trilhos. In: *Anais do VI Encontro de História de Mato Grosso do Sul: história, memória e identidades*. Campo Grande: UCDB, 2002, p. 100-112.
- _____; BITTAR, Mariluce. Educação superior e formação de professores em Mato Grosso do Sul (1979/1999). In: OSÓRIO, Alda Maria do Nascimento (Org.). *Trabalho docente: os professores e sua formação*. Campo Grande: UFMS, 2003, p. 15-33.
- _____. *História e concepção dos trabalhadores de Mato Grosso do Sul*. 2003. Pesquisa apresentada na II Semana de Ciências Sociais da UFMS, 2003. 8 p.

- MORO, Nataniél Dal. Migração, trabalho e economia no sul de Mato Grosso. In: *Caderno de Resumos do II Congresso Sul-Americano de História*. Passo Fundo: UPF, p. 146-147, 2005.
- _____.; BITTAR, Mariluce; BATISTA, Suzana Gonçalves. Política de educação superior em Mato Grosso do Sul e a inserção da UCDB no segmento comunitário. In: *V Encontro de Pesquisa em Educação do Centro-Oeste*. Uberlândia: UFU, 2002. 9 p. 1 CD-ROM.
- _____. População rural e população migrante na “constituição populacional do espaço urbano” da cidade de Campo Grande. In: *Programa e Resumos do VIII Encontro de História de Mato Grosso do Sul: história e historiografia no século XXI: ações e representações*. Dourados: UFGD, out. 2006.
- _____. Tensões do cotidiano urbano na modernidade de Campo Grande nas décadas de 1960-1970. In: BASSETTO, Sylvia (Org.). *Anais do XVIII Encontro Regional de História: o historiador e seu tempo*. Assis: UNESP, 2006. 7 p. 1 CD-ROM.
- _____. Trabalhadores assalariados de MS: uma análise à luz de suas concepções. In: *III SEMINÁRIO DO TRABALHO: PERSPECTIVAS DO TRABALHO NO BRASIL, 2003*, Marília, Resumos... Marília: UNESP, 2003.
- _____. Trabalhadores em MS: uma breve análise. In: *Anais eletrônicos do XXII Simpósio Nacional de História*. João Pessoa: UFPB, 2003. 9 p. 1 CD-ROM.
- _____. Trabalhadores migrantes no sul de Mato Grosso nas décadas de 1960-1970. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 58., 2006, Florianópolis. *Anais eletrônicos...* São Paulo: SBPC/UFSC, 2006. Disponível em: <http://www.sbpcnet.org.br/livro/58ra/SENIOR/RESUMOS/resumo_417.html>. Acesso em: 5 abr. 2007.
- _____. *Vozes não-oficiais: a história do operariado industrial de Sidrolândia, MS (1992-2002)*. 2003. 104 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Curso de Graduação em História, Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, 2003.
- NEVES, Joana. *A fundação de Aquidauana e a ocupação do Pantanal: civilização e dependência*. 1980. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1980.
- NEVES, Maria Manuela R. Novis. *Elites políticas: competição e dinâmica partidário-eleitoral (caso de Mato Grosso)*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.
- NEWTON, Isaac Sir. *El sistema del mundo*. Madrid: Alianza, 1986.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, EDUC, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993*.
- _____. O retorno do fato. In: _____. *História, novos problemas, novas abordagens, novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 179-193.
- OLIVEIRA, Benícia Couto de. *A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)*. 1999. 255 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Campus de Assis), Assis, 1999.
- OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. *Uma fronteira para o pôr-do-sol: um estudo geoeconômico sobre uma região de fronteira*. Campo Grande: UFMS, 1998.
- OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. *A rua e a cidade: Campo Grande e a 14 de Julho*. Campo Grande: UFMS, 2005.
- PASQUINO, Gianfranco. Modernização. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 5. ed. Brasília/São Paulo: UnB/Imprensa Oficial do Estado, 2000, v. 2, p. 768-776.

- PEBAYLE, R.; KOECHLIN, J. As frentes pioneiras de Mato Grosso do Sul: abordagem geográfica e ecológica. In: *Espaço e conjuntura*, São Paulo, USP, 1981.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Nacional, 2001.
- PINHEIRO, Eloísa Petti. *Europa, França e Bahia, difusão e adaptação de modelos urbanos*. Salvador: UFBA, 2002.
- QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*. Bauru/Campo Grande: EDUSC/UFMS, 2004.
- RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil, 1890-1930*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- ROSINA, Leonice. *Impactos da modernização agrícola na população do Mato Grosso do Sul*. 2004. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, 2004.
- RUDÉ, George. *A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra, 1730-1848*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- SÁ ROSA, Maria da Glória. Viajando pela literatura nas folhas da Revista Folha da Serra. In: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER (FUNCESP) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE E ARQUIVO HISTÓRICO DE CAMPO GRANDE (ARCA). *Série Campo Grande: coletânea de textos*. Campo Grande: UFMS, 1999, p. 73-81.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo: 1970-1980*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Paulo F. *Formação de cidades no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.
- SCHAFF, Adam. *História e verdade*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- SCHORSKE, C. E. A Ringstrasse, seus críticos e o nascimento do modernismo urbano. In: _____. *Viena Fin-de-siècle: política e cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 43-124.
- SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 39-62.
- SINGER, Paul. O trabalho informal e a luta da classe operária. In: JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir (Orgs.). *Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 11-13.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SOUZA, João Carlos de. O progresso contra a natureza: vapor, fios e trilhos em Corumbá (1904/1919). In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*, EDUC, São Paulo, n. 23, p. 217-241, nov. 2001.
- SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE (SUDECO). *Plano de Desenvolvimento Regional do Centro-Oeste (1987-1989)*. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 1988.

TETILA, José Laerte Cecílio; MIYASHIRO, Ana Youko; COSTA, Euzanete Medeiros da. O impacto da soja ao sul de Mato Grosso do Sul: problemas da terra e do homem. In: *Revista Científica e Cultural da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*, Campo Grande, UFMS, v. 1, n. 1, p. 31-53, 1986.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa. A árvore da liberdade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. 1.

_____. O termo ausente: experiência. In: _____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 180-201.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de. A colonização contemporânea no Brasil e suas implicações sobre a sociedade brasileira. In: *Fronteiras: Revista de História da UFMS*, Campo Grande, v. 1, n. 1, p. 75-84, 1997.

XAVIER, Maria Madalena. *O problema social do favelado: causas do problema social da favela da Vila Nhandá de Campo Grande*. 1981. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Curso de Graduação em Serviço Social, Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMT), Campo Grande, 1981.

WEINGÄRTNER, Alisoete Antônia dos Santos. Campo Grande: da emancipação política à atualidade. In: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER (FUNCESP) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE E ARQUIVO HISTÓRICO DE CAMPO GRANDE (ARCA). *Série Campo Grande: coletânea de textos*. Campo Grande: UFMS, 1999, p. 10-39.

_____. *Movimento divisionista no Mato Grosso do Sul*. Porto Alegre: Edições EST, 1995.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WOLFF, Sílvia Ferreira Santos. *Jardim América: o primeiro bairro-jardim de São Paulo e sua arquitetura*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial/Fapesp, 2001.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)